



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1606

Segunda-feira - 03 de Novembro de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2
Alto Bela Vista.....	12
Anchieta.....	17
Antônio Carlos.....	18
Balneário Rincão.....	21
Barra Velha.....	22
Benedito Novo.....	23
Biguaçu.....	23
Blumenau.....	30
Brusque.....	114
Caçador.....	117
Camboriú.....	128
Campo Alegre.....	130
Campos Novos.....	169
Canoinhas.....	177
Capinzal.....	186
Catanduvas.....	190
Caxambu do Sul.....	191
Chapadão do Lageado.....	192
Concórdia.....	193
Coronel Martins.....	212
Correia Pinto.....	212
Curitibanos.....	214
Doutor Pedrinho.....	215
Faxinal dos Guedes.....	225
Fraiburgo.....	227
Garopaba.....	233
Garuva.....	236
Gaspar.....	238
Grão Pará.....	239
Guaramirim.....	241
Guarujá do Sul.....	251
Herval d'Oeste.....	252
Ibiam.....	252
Imarui.....	254
Imbituba.....	254
Indaial.....	255
Irineópolis.....	308
Itapiranga.....	324
Itapoá.....	325
Ituporanga.....	328
Jacinto Machado.....	330
Joaçaba.....	333
Lages.....	365
Lauro Muller.....	369
Lebon Régis.....	372
Leoberto Leal.....	375
Luzerna.....	375
Mafra.....	378

Maracajá.....	379
Massaranduba.....	387
Meleiro.....	389
Modelo.....	392
Navegantes.....	393
Nova Trento.....	395
Novo Horizonte.....	405
Orleans.....	406
Ouro Verde.....	408
Palhoça.....	409
Papanduva.....	432
Passo de Torres.....	433
Passos Maia.....	435
Paulo Lopes.....	436
Penha.....	437
Peritiba.....	437
Pinheiro Preto.....	438
Ponte Serrada.....	438
Porto Belo.....	439
Porto União.....	443
Rio do Sul.....	450
Salto Veloso.....	462
Santiago do Sul.....	469
São Bento do Sul.....	470
São Carlos.....	471
São Joaquim.....	490
São José.....	490
São José do Cedro.....	492
São Pedro de Alcântara.....	493
Schroeder.....	493
Timbé do Sul.....	520
Timbó.....	520
Videira.....	528
Xavantina.....	532

Associações

AMAVI.....	532
------------	-----

Consórcios

CIGA.....	533
CIMCATARINA.....	533
CIS/AMURES.....	533
Consórcio CISAMA.....	534

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 29/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 25/2014 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO 29/2014
PREGÃO PRESENCIAL 25/2014

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 29/2014, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 25/2014", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a selecionar proposta mais vantajosa para aquisição de material impresso, o qual será processado e julgado no dia 12 de novembro de 2014 às 15h30 horas, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Íntegra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br.

Água Doce, SC, 31 de outubro de 2014
ORLANDO FÁVERO
Gestor do FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 65/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 50/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 65/2014
PREGÃO PRESENCIAL 50/2014

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 65/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 50/2014", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a contratação de serviço para instalação de aparelhos de ar condicionado, o qual será processado e julgado no dia 12 de novembro de 2014 às 13h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Íntegra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 31 de outubro de 2014
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 66/2014 - TOMADA DE PREÇO Nº. 9/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 66/2014
TOMADA DE PREÇO 9/2014

O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, com sede administrativa na Praça João Macagnan, 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO N. 66/2014, na modalidade de TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N. 9/2014, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, destinado a selecionar proposta mais vantajosa para contratação de empresa para construção de passeios públicos, o qual será processado e julgado no dia 17 de novembro de 2014 as

13h30, em consonância com as Leis Federais n. 8.666/93 e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Íntegra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 31 de outubro de 2014
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 67/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 51/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 67/2014
PREGÃO PRESENCIAL 51/2014

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 67/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 51/2014", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de material para decoração natalina e brinquedos para distribuição na Noite Natalina 2014, o qual será processado e julgado no dia 13 de novembro de 2014 às 13h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Íntegra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 31 de outubro de 2014
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

EDITAL INFRACAO Nº 774 363 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 774 363/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEZ7033	8774077108	7455/0	27/08/2014	218 * I
AHU7769	8774077496	7455/0	29/09/2014	218 * I
ANI2005	8774077506	7455/0	29/09/2014	218 * I
APF9815	8774077622	7455/0	05/10/2014	218 * I
AQW8864	8774077109	7455/0	27/08/2014	218 * I
BDV8118	8774076775	7463/0	10/08/2014	218 * II
EIR6256	8774077529	7455/0	29/09/2014	218 * I
LYH7311	8774077582	7463/0	04/10/2014	218 * II
MAO0651	8774077541	7463/0	01/10/2014	218 * II
MBW7069	8774077518	7455/0	30/09/2014	218 * I
MEL3249	8774077620	7455/0	05/10/2014	218 * I
MGF0944	8774077532	7455/0	30/09/2014	218 * I
MGI1024	8774077514	7455/0	30/09/2014	218 * I
MHV3532	8774077522	7455/0	30/09/2014	218 * I
MJI6838	8774077572	7455/0	03/10/2014	218 * I
MJM8225	8774077544	7455/0	01/10/2014	218 * I
MKE7365	8774077436	7455/0	26/09/2014	218 * I
MLS3566	8774077590	7455/0	05/10/2014	218 * I
NLU6273	8774077554	7455/0	02/10/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 21 DE OUTUBRO DE 2014

EVARISTA BERNADETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL INFRACAO Nº 774 365 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 774 365/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALO8759	8774077221	7455/0	12/09/2014	218 * I
AOR4733	8774077702	7455/0	12/10/2014	218 * I
AYG0713	8774077549	7455/0	02/10/2014	218 * I
BAD1502	8774077136	7455/0	29/08/2014	218 * I
BOQ8827	8774077615	7455/0	04/10/2014	218 * I
DRH2006	8774077674	7455/0	10/10/2014	218 * I
ELA2904	8774077240	7455/0	13/09/2014	218 * I
FNC8870	8774077697	7455/0	12/10/2014	218 * I
HCF2720	8774077637	7455/0	07/10/2014	218 * I
HCF2720	8774077646	7463/0	08/10/2014	218 * II
HCF2720	8774077708	7463/0	07/10/2014	218 * II
IJO2033	8774077367	7455/0	15/09/2014	218 * I
MAU8810	8774077649	7463/0	08/10/2014	218 * II
MBG3614	8774077640	7455/0	08/10/2014	218 * I
MBG3614	8774077711	7455/0	08/10/2014	218 * I
MDX1727	8774077222	7455/0	12/09/2014	218 * I
MEL3249	8774077633	7455/0	06/10/2014	218 * I
MFE4008	8774077273	7455/0	14/09/2014	218 * I
MFE4008	8774077722	7455/0	10/10/2014	218 * I
MFH4869	8774077735	7455/0	11/10/2014	218 * I
MGF0944	8774077714	7455/0	08/10/2014	218 * I
MKC8448	8774077645	7455/0	08/10/2014	218 * I
MKU6956	8774077238	7455/0	13/09/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014

EVARISTA BERNADETE TRENTTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL INFRACAO Nº 774 366 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 774 366/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACY3040	8774076837	7455/0	10/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
AFV2164	8774075242	7455/0	29/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
AJM1279	8774075004	7455/0	17/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
AJP9882	8774074944	7455/0	01/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
AKD1945	8774075000	7455/0	16/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
AKI4928	8774075037	7455/0	20/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
AKI4928	8774075040	7455/0	21/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
AUJ8962	8774075041	7455/0	21/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
AVZ7340	8774075280	7455/0	24/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
AWI9136	8774076174	7455/0	20/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
AYG0713	8774076059	7455/0	15/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
CLY6470	8774075074	7455/0	17/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
DMX1102	8774076411	7455/0	22/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
EEL3123	8774074735	7463/0	04/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
FJM8385	8774076459	7455/0	27/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
HLH7122	8774075090	7455/0	19/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
IRY9743	8774076426	7463/0	25/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
ITC2219	8774075026	7455/0	19/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXM5195	8774075003	7463/0	17/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MAJ8092	8774075251	7455/0	29/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAN8905	8774074787	7455/0	08/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCM6769	8774075057	7455/0	22/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDP4140	8774075156	7455/0	24/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEF7066	8774075303	7455/0	27/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEG4093	8774075899	7455/0	07/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFP4193	8774076852	7455/0	12/08/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIW1495	8774076108	7455/0	17/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIW1495	8774076273	7455/0	17/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIW1495	8774076933	7455/0	16/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIY3118	8774075203	7455/0	27/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIZ7450	8774075431	7463/0	05/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MJM3686	8774075182	7455/0	25/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJW1802	8774075752	7463/0	08/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKB3313	8774076384	7455/0	27/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKS5011	8774075010	7455/0	17/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLI2474	8774074930	7463/0	15/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MLO4448	8774074807	7455/0	11/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLS3446	8774076992	7463/0	20/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MLY7875	8774076608	7455/0	28/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMH0783	8774074819	7463/0	13/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MVG7973	8774075349	7463/0	01/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MVG7973	8774075551	7455/0	01/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
NFB4044	8774074280	7455/0	09/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
NPE1714	8774074887	7455/0	11/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
OKE7986	8774077027	7455/0	23/08/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014

EVARISTA BERNADETE TRENTTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL INFRACAO Nº 128 669 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 128 669/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADU3070	54995743E	7366/2	06/10/2014	252 * VI
DIO7672	54995590E	5185/1	06/10/2014	167
DRB2627	54995752E	7234/0	22/09/2014	250 * I * a
IEL3415	54995629E	5487/0	13/09/2014	181 * XI
LXI9341	54995637E	5487/0	18/09/2014	181 * XI
MBP1697	54995735E	5185/1	24/09/2014	167
MBP1697	54995736E	6564/0	24/09/2014	230 * II
MCX8405	54995529E	6122/0	18/09/2014	214 * I
MFO3292	54995533E	5185/1	08/10/2014	167
MJV7634	54995692E	5525/0	09/10/2014	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014

EVARISTA BERNARDETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL INFRACAO Nº 128 670 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 128 670/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AOT3934	54995560E	6912/0	26/07/2014	R\$ 53,20	232
MFC7980	54995486E	5010/0	16/06/2014	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL INFRACAO Nº 128 671 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 128 671/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
EBU1061	54995520E	5185/1	05/08/2014	R\$ 127,69	167
MAC8869	54995428E	5835/0	19/06/2014	R\$ 127,69	195
MAC8869	54995489E	5215/2	19/06/2014	R\$ 191,53	170
MAG4175	54888345B	7366/2	01/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MGG3059	54995493E	5614/1	28/06/2014	R\$ 127,69	182 * V
MHB6077	54995494E	7366/2	28/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MIC3178	54888443B	5967/0	02/08/2014	R\$ 191,53	203 * V
MIF0879	54995557E	5452/2	25/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MJL2418	54995556E	7234/0	22/07/2014	R\$ 85,12	250 * I * a
MJV7634	54888344B	5193/0	23/07/2014	R\$ 191,53	168

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014

EVARISTA BERNARDETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Alto Bela Vista

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº60/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 060/2014
Modalidade: Concorrência 001/2014

O Município Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Concorrência. Esta licitação tem por objeto a obtenção de proposta mais vantajosa para contratação de empresa para outorga, em caráter de exclusividade, de concessão de serviço público precedida da execução de obra pública, visando à acessibilidade a INTERNET "Banda Larga" e TELEFONIA FIXA (IP), precedida de obra pública, a ser implantado em 10 (DEZ) pontos e/ou localidades do município de ALTO BELA VISTA. E, que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até às 09:00 horas, do dia 08 de dezembro de 2014. Data em que se fará sessão pública de Julgamento, a partir das 09:15hs, no Centro Administrativo Municipal de Alto Bela Vista. Íntegra do Edital encontra-se no site oficial do município no endereço eletrônico: <http://www.altobelavista.sc.gov.br> e informações, pelo telefone (49) 3455-9022. Alto Bela Vista (SC), em 31 de outubro de 2014. Décio Grätner - Prefeito Municipal em Exercício.

DECRETO Nº 1914 DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVI-
MENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DÉCIO GRÄTNER, Prefeito Municipal em Exercício de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o servidor Público Municipal, CASSIANO MARTINAZZO, do cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE RECURSOS HUMANOS em 30 de outubro de 2014.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto de nomeação 1741 de 08 de julho de 2013 e disposições contrárias.

Alto Bela Vista/SC, 30 de Outubro de 2014.
DÉCIO GRATNER
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

PORTARIA Nº 97 DE 31 DE OUTUBRO DE 2014 CONCEDER FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

DÉCIO GRÄTNER, Prefeito Municipal em Exercício de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentar ao Servidor Público Municipal, CARLOS ALEXANDRE PEGORARO ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS, lotada na Gerência de Agricultura.

Art. 2º Período aquisitivo de 14/09/2013 a 13/09/2014, período de gozo de 03 de novembro a 02 de dezembro de 2014.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Bela Vista em 31 de outubro de 2014.
DÉCIO GRÄTNER
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas publicações

PORTARIA Nº 98 DE 31 DE OUTUBRO DE 2014 CONCEDER FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

DÉCIO GRÄTNER, Prefeito Municipal em Exercício de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentar ao Servidor Público Municipal, ARNALDO ARNILDO KRUG ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, lotada na Gerência de Agricultura.

Art. 2º Período aquisitivo de 21/01/2013 a 20/01/2014, período de gozo de 03 de novembro a 02 de dezembro de 2014.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Bela Vista em 31 de outubro de 2014.
DÉCIO GRÄTNER
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas publicações

PORTARIA Nº 099 DE 31 DE OUTUBRO DE 2014
CONCEDER FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

DÉCIO GRÄTNER, Prefeito Municipal em Exercício de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentar ao Servidor Público Municipal, ROPSON ERVINO SCHWINGEL ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, lotada na Gerência de Transportes.

Art. 2º Período aquisitivo de 08/07/2013 a 07/07/2014, período de gozo de 03 de novembro a 02 de dezembro de 2014.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Bela Vista em 31 de outubro de 2014.

DÉCIO GRÄTNER

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas publicações

PORTARIA Nº096 DE 27 DE OUTUBRO DE 2014
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

DÉCIO GRÄTNER, Prefeito Municipal em Exercício de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de Janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde a Servidora Pública Municipal MARCIA SCHNEIDER NORDT ocupante do cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM no período de sessenta dias (60), a contar do dia 24 de outubro de 2014, conforme atestado médico expedido na data supracitada pelo Dr. Rodolfo H. Carvalho CRM-SC - 20.369.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município no período de 24 de outubro a 7 de novembro de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Alto Bela Vista/SC, 27 de outubro de 2014.

DÉCIO GRÄTNER

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável Pelas Publicações

LEI MUNICIPAL Nº 652 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014
AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE CONVÊNIO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a celebração de convênio com os Municípios de Ipira e Peritiba, ambos do estado de Santa Catarina e outros que venham aderir, visando à realização de ações conjuntas para o desenvolvimento da cultura e turismo, nos termos da minuta que compõe o Anexo único da presente Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 24 de Outubro de 2014.

DÉCIO GRÄTNER

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável Pelas Publicações

ANEXO ÚNICO**TERMO DE CONVÊNIO INTERMUNICIPAL**

Pelo presente instrumento de convênio os Municípios de Alto Bela Vista, SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 01.614.374/0001-60, com sede administrativa na Rua do Comércio, nº 1015, Centro, nesta cidade, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Décio Grätner, portador da Cédula de Identidade RG nº 2690063 SSP/SC e inscrito no CPF-MF sob o nº 867.422.729-53; Ipira, SC

Peritiba, SC

Têm justo e acertado a cooperação mútua para o desenvolvimento de programa na área da cultura e do turismo, mediante as seguintes disposições:

Clausula Primeira - A finalidade do presente acordo é racionalizar recursos financeiros e outros esforços para efetuar ações e atos em conjunto que beneficiam todos os integrantes do presente convênio.

Clausula Segunda - Os participantes desenvolverão ações e atos de forma coordenada visando o desenvolvimento integrado da cultura e do turismo.

§ 1º Entre as atividades desenvolvidas serão efetuadas reuniões entre os agentes públicos dos participantes, participação de eventos e intercâmbios em outros municípios, divulgações, publicidades, envolvimento da comunidade local e outros.

§ 2º As deliberações e decisões relativas ao objeto deste convênio serão tomadas pelos Secretários Municipais competentes dos respectivos Participantes.

§ 3º Os participantes poderão contratar serviços especializados e assessorias visando o desenvolvimento do objeto do presente convênio.

Clausula Terceira - As aquisições, compras e outras despesas, assim como, ajustes e parcerias com outros colaboradores, para a execução das ações e atos de que trata a Cláusula Segunda, poderão ser efetuadas e firmadas pelo Município de Ipira, SC, que representará os demais, mediante cláusula expressa que declare essa condição nos termos dos respectivos contratos e ajustes que venham a ser celebrados.

§ 1º Para a formalização dos acordos que trata o caput deverá haver requisição, constar em ata ou outra manifestação do Secretário Municipal do respectivo Participante.

§ 2º O rateio das despesas será proporcional ao montante das solicitações efetuadas na forma do § 1º.

§ 3º Os Municípios participantes repassarão os respectivos valores financeiros para custear a despesa realizada, mediante depósito na Conta Corrente Agência do Banco do Brasil de titularidade do Município de Ipira e gerida por este.

Clausula Quarta - O presente convênio terá vigência de sua assinatura até 31 de dezembro de 2016.

Clausula Quinta - Qualquer Participante poderá denunciar o presente convênio a qualquer momento, mediante comunicado aos demais com antecedência de pelo menos 30 (trinta) dias.

Clausula Sexta - As despesas decorrentes do presente convênio serão custeadas pelas dotações orçamentárias vigentes em cada uma das unidades participantes.

Clausula Sétima - Fica eleito o foro da Comarca de Concórdia, SC, para dirimir eventuais dúvidas sobre a aplicação do presente convênio.

LEI MUNICIPAL Nº654 DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE A CELEBRAÇÃO DE TERMOS DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRAS, COM AS ENTIDADES QUE IDENTIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Décio Grätner, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termos de Convênio, objetivando a cooperação financeira com as entidades a seguir relacionadas, para as finalidades seguintes:

I - com a finalidade de contribuir e cooperar na manutenção e desenvolvimento das atividades esportivas, com as seguintes entidades:

a) - Sociedade Esportiva e Recreativa União Bandeirantes, de Linha Bandeirantes, no valor R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais);

b) - Esporte Clube Palmeira, de Linha dos Vicentes, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais);

c) - Esporte Clube São Francisco, de Linha São Francisco, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais);

d) - Associação de Moradores de Nova Entre Rios, de Linha Nova Entre Rios, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais);

e) - Grupo de Idosos Vida e Esperança, de Vila União, no valor de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais) ;

f) - Associação de Moradores da Linha dos Koppe, de Linha dos Koppe, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais);

II - com a finalidade de contribuir e cooperar na manutenção e ampliação de sistemas de distribuição e de abastecimento de água, em áreas urbanas, com a entidade Associação Voltagrandense de Água, da localidade de Volta Grande, no valor de R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais);

III - com a finalidade de contribuir e cooperar em projetos de desenvolvimento comunitário, com as seguintes entidades:

a) - Associação de Moradores de Linha Floresta, de Linha Floresta, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais);

b) - Associação de Moradores da Linha Cruz e Souza, de Linha Cruz e Souza, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais);

IV - com a finalidade de contribuir e cooperar na contratação e execução de serviços de infra-estrutura agrícola, com Associação de Moradores da Linha Araraquara, de Linha Araraquara, no valor de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais);

§ 1º Os termos de convênio serão celebrados, depois de cumpridas as determinações estabelecidas no art. 116, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 2º Celebrados termos de convênios deles será dada ciência à Câmara Municipal de Vereadores, conforme disposto no art. 21 da Lei Orgânica do Município.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta lei serão suportadas pelas seguintes dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente:

I - Os valores previsto no inciso I, do artigo anterior: 10.02.27.81.2.0051.2.093.3.3.50.00.00.00.00.00.1.0000 - 206;

II - Os valores previstos no inciso II, do artigo anterior: 07.04.17.512.0032.2.055.3.3.50.00.00.00.00.00.1.0000 - 154;

III - Os valores previstos no inciso III, do artigo anterior: 06.01.0.8.244.0023.2.036.3.3.50.00.00.00.00.00.1.0000 - 101;

IV - Os valores previstos no inciso IV, do artigo anterior: 04.02.20.608.0017.2.026.3.3.50.00.00.00.00.00.1.0000 - 67.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 31 de outubro de 2014.

DÉCIO GRÄTNER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

LEI MUNICIPAL Nº 653 DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Decio Grätner, Prefeito em Exercício do Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Município, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 159.000,00 (Cento e cinquenta e nove mil reais) para atender as seguintes ações orçamentárias:

01.00	GABINETE DO PREFEITO E VICE
01.01	Gabinete do Prefeito e Vice
04	ADMINISTRAÇÃO
04.124	Controle Interno
04.124.0002	Sistema de Controle Interno
04.124.0002.2.003	Atividades do Sistema de Controle Interno
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 10.000,00
04.131	Comunicação Social
04.131.0004	Publicações Oficiais e Publicidade Institucional
04.131.0004.2.005	Publicidade Administrativa e Legal
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 3.000,00
02.02	GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
02.01	Gerência de Administração e Finanças
04	ADMINISTRAÇÃO
04.122	Administração Geral
04.122.0003	Ações de Administração Geral
04.122.0003.2.101	Manutenção de Veículos – ADMINISTRAÇÃO
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 2.500,00
04.122.0003.2.007	Atividades Administrativas e burocráticas
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 10.000,00
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 20.000,00
06.00	COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
06.01	Coordenadoria de Assistência Social
08	Assistência Social
08.244	Assistência Comunitária
08.244.0023	Assistência Social e Comunitária
08.244.0023.2.038	Atividades de Assistência Social Geral
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 28.000,00

08.244.0023.2.043	Manutenção de Veículos
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 2.500,00
09.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
09.03	Ensino Fundamental
12	Educação
12.361	Ensino Fundamental
12.361.0044	Promoção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
12.361.0044.2.079	Atividades Gerais do Ensino Fundamental
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0106.0	Aplicações Diretas
	R\$ 10.000,00
12.361.0044.2.084	Serviços de Transporte Escolar
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0106.0	Aplicações Diretas
	R\$ 50.000,00
09.04	Ensino Médio
12	EDUCAÇÃO
12.362	Ensino Médio
12.362.0046	Apoio ao Ensino Médio
12.362.0046.2.087	Serviços de Transporte Escolar – Ensino Médio
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 20.000,00
10.00	GERÊNCIA DE ESPORTES, CULTURA E TURISMO
10.02	Esportes e Lazer
27	DESPORTO E LAZER
27.812	Desporto Comunitário
27.812.0051	Esportes como Ação de Integração e de Formação
27.812.0051.2.092	Atividades Gerais de Esportes
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 3.000,00

Art. 2º A abertura do crédito adicional suplementar, nos termos do artigo anterior, é suportada pela redução de saldos nas seguintes ações orçamentárias:

04.00	GERÊNCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
04.02	Fundo Mun. De Desenv. Da Agropec. - FUNDEAGRO

04	ADMINISTRAÇÃO
04.608	Promoção da Produção Agropecuária
04.608.0016	Adubo e Sementes de Cereais
04.608.0016.2.024	Disponibilização de SEMENTES DE CEREAIS
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 6.135,00
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.5	Inversões Financeiras
4.5.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 3.315,00
20	AGRICULTURA
20.606	Extensão Rural
20.606.0014	Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural
20.606.0014.2.033	Promoção de Feiras e Exposições Agropecuárias
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 13.000,00
20.608.0013	Ações de Promoção da Pecuária
20.608.0013.2.029	Disponibilização SEMENTES DE PASTAGENS
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 1.408,00
20.608.0016	Adubo e Sementes de Cereais
20.608.0016.2.025	Disponibilização de Adubos
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 15.820,00
10.00	GERÊNCIA DE ESPORTES, CULTURA E TURISMO
10.01	Ações e Atividades de Cultura
13	CULTURA
13.392	DIFUSÃO CULTURAL
13.392.0050	Resgate, Preservação e difusão da Cultura
13.392.0050.2.090	Atividades Gerais da Cultura
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 103.012,20
09.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
09.03	Ensino Fundamental
12	EDUCAÇÃO

12.361	Ensino Fundamental
12.361.0044	Promoção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
12.361.0044.1.053	Aquisição de Veículos para o ensino e Transporte Escolar
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.1.0106.0	Aplicações Diretas
	R\$ 1.309,80
09.02	Educação Infantil
12	EDUCAÇÃO
12.365	Educação Infantil
12.365.0043	Promoção e Desenvolvimento da Educação Infantil
12.365.0043.2.078	Serviços de Transporte Escolar
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0106.0	Aplicações Diretas
	R\$ 15.000,00

Art. 3º Fica aberto, no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 62.500,00 (Sessenta e dois mil, quinhentos reais) para atender as seguintes ações orçamentárias:

08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01	Fundo Municipal de Saúde - FMS
10	SAÚDE
10.301	Atenção Básica
10.301.0034	Atendimento Equitativo e Universalizado
10.301.0034.2.059	Manutenção de Veículos – ATENÇÃO BÁSICA
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outros Serviços e Encargos
3.3.90.00.0.1.0301.0	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
10.301.0034.2.060	Serviços Médicos, Hospitalares e de diagnóstico
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0301.0	Aplicações Diretas
	R\$ 30.000,00
10.301.0037	Saúde Odontológica
10.301.0037.2.066	Atividades de Saúde Odontológica
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0301.0	Aplicações Diretas
	R\$ 18.500,00
10.301.0038	Farmácia Básica
10.301.0038.2.067	Assistência Farmacêutica Básica
3	DESPESAS CORRENTES

3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0301.0	Aplicações Diretas
	R\$ 9.000,00

Art. 4º A abertura do crédito adicional suplementar, nos termos do artigo anterior, é suportada pela redução de saldos nas seguintes ações orçamentárias:

08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01	Fundo Municipal de Saúde
10	SAÚDE
10.301	Atenção Básica
10.301.0034	Atendimento Equitativo e Universalizado
10.301.0034.2.057	Atividades Gerais da Atenção Básica
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0301.0	Aplicações Diretas
	R\$ 30.000,00
10.301.034.2.100	Atividades e Serviços do NASF
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0301.0	Aplicações Diretas
	R\$ 15.000,00
10.301.0035	Estratégia de Saúde da Família – SF
10.301.0035.1.027	Aquisição de Veículos para o SF
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.1.0301.0	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
10.304	Vigilância Sanitária
10.304.0039	Ações de Vigilância Sanitária
10.304.0039.2.068	Serviços de Vigilância Sanitária
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0301.0	Aplicações Diretas
	R\$ 12.500,00

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC,
em 31 de Outubro de 2014.
DECIO GRÄTNER
Prefeito em Exercício

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

Anchieta

PREFEITURA

EXTRATO AVISO TP 010-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO - Tomada de Preços 010/2014

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Tomada de Preços, do tipo Menor Percentual De Cobrança/Arrematante para Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria na estruturação de leilões públicos eletrônicos e presenciais, para venda de bens do município de Anchieta - SC, por meio de plataforma de transição via WEB. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até as 09:00 do dia 20/11/2014. Informações fone (0xx49)3653-0188. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - Feira.

Anchieta, 31 de outubro de 2014.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 079/2014

TERMO ADITIVO

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 079/2014

Primeiro Termo Aditivo que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS, Estado de Santa Catarina, cuja Prefeitura se localiza na Praça Anchieta nº 10, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.290/0001-90, Pessoa Jurídica de Direito Público, neste ato denominado simplesmente Município, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Antônio Paulo Remor, brasileiro, casado, portador da RG nº 978.536-2, inscrito no CPF nº 047.605.739-68, residente e domiciliado a Rua Adão Raitz, nº 50, Centro, Antônio Carlos/SC, doravante denominado de CONTRATANTE, e a empresa MARCIO AURÉLIO VIEIRA 63701910944, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 19.667.836/0001-72, com sede a Rua Adelino Boschetti Mateus, nº. 788, bairro Picadas do Sul, São José/SC, neste ato representada pelo sócio Márcio Aurélio Vieira, brasileiro, portador do RG sob o nº. 1.818.478, inscrito no CPF sob o nº. 637.019.109-44, residente e domiciliado no mesmo endereço da sede da empresa, doravante denominado CONTRATADO, ajustado mediante as cláusulas abaixo, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - o presente termo aditivo tem por objeto, transferir/sublocar os serviços contratados, que consiste na "Contratação de profissional para desenvolver projeto pedagógico com xadrez nas escolas da rede municipal de educação, do município de Antônio Carlos/SC, conforme pedido e parecer constante em anexo no Processo Licitatório nº 048/2014 - Dispensa de licitação nº 005/2014".

CLÁUSULA SEGUNDA - Conforme disposição do parecer jurídico o qual autoriza sublocar, a contratada subloca/transfere os serviços prestados para a empresa ALEXANDRE FERREIRA 09055287946, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 21.150.656/0001-60, com sede à Rua Santa Cruz, s/n, bairro Calembea, cidade de Santo Amaro da Imperatriz/SC, neste ato representado pelo sócio Alexandre Ferreira, brasileiro, solteiro, professor de xadrez, portador do RG sob o nº. 5370644, inscrito no CPF nº. 090.552.879-46, residente e domiciliado no mesmo endereço acima delimitado, mantendo na essência as demais especificações e atividades contratuais, motivo pelo qual a relação contratual prosseguirá, visto a mudança não implica em prejuízos à execução do contrato, não sendo caso de incidência do inciso VI do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente instrumento os representantes das partes contratantes, em duas vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Antônio Carlos, 01 de outubro de 2014.

Antônio Paulo Remor PREFEITO MUNICIPAL	Marcio Aurélio Vieira 63701910944
Contratante	Contratado

Alexandre Ferreira 09055287946
Anuente

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF nº:	CPF nº:

EXTRATO DE CONTRATO Nº 150/2014

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 150/2014; Origem: Processo Licitatório nº. 088/2014 - Pregão Presencial nº 057/2014; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: CORINGA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS DE SEGURANÇA LTDA; Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de monitoramento eletrônico de logradouros públicos à distância, por sistema fechado de televisão digital do Município de Antônio Carlos/SC; Valor: R\$ 3.680,00 (três mil seiscentos e oitenta reais); Vigência: 12 (doze) meses.

Antônio Carlos, 01 de outubro de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 151/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 151/2014; Origem: Processo Licitatório nº. 089/2014 - Pregão Presencial nº. 058/2014; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: TRACTON INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP; Objeto: aquisição de seis conjuntos de uniformes esportivos para doação da Secretaria de Esportes, Turismo, Indústria e Comércio aos seis clubes esportivos participantes do campeonato municipal de futebol de Antônio Carlos /SC; Valor: R\$ 5.154,00 (cinco mil, cento e cinquenta e quatro reais); Prazo: 07/10/2014 - 07/10/2015.

Antônio Carlos, 07 de outubro de 2014.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

PORTARIA N 497/2014

PORTARIA Nº 497/2014.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, JULIANY NASCIMENTO SILVA, para o cargo efetivo de MEDICO GINECOLOGISTA - 20H a partir de 03 de novembro de 2014, para atuar na Secretaria de Saude e Assistencia Social, passando a fazer parte do Quadro de pessoal da Prefeitura de Antonio Carlos.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 31 de outubro de 2014.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 03 de novembro de 2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 152/2014

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 152/2014; Origem: Processo Licitatório nº. 091/2014 - Pregão Presencial nº 059/2014; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA EPP; Objeto: aquisição de uma bomba hidráulica nova, completa, com acoplamento (coupling), para escavadeira hidráulica New Holland e175b, ano 2009, para uso da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do município de Antônio Carlos/SC; Valor: R\$ 71.100,00 (setenta e um mil e cem reais); Vigência: 20/10/2014 - 31/12/2014.

Antônio Carlos, 20 de outubro de 2014.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 153/2014

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 153/2014; Origem: Processo Licitatório nº. 093/2014 - Carta Convite nº 011/2014; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA ME; Objeto: contratação de empresa para a prestação de serviços de impressão de livros para o Projeto Pequenos Escritores, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Antônio Carlos/SC; Valor: R\$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais); Vigência: 01(um) mês.

Antônio Carlos, 23 de outubro de 2014.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

PORTARIA N 498/2014

PORTARIA Nº 498/2014.

Prorroga contrato de trabalho de servidor act.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso das atribuições legais, e da competência que lhe confere o inciso VI do Artigo 56, da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO que o contrato do servidor Ernesto Pereira da Silva, ocupante do cargo de Motorista, matriculado nesta repartição sob o nº. 1.232 encerra na data de 31/10/2014;

CONSIDERANDO que atualmente o servidor acima citado desempenha sua função conduzindo 01 (um) dos ônibus escolares desta municipalidade;

CONSIDERANDO que as aulas na rede municipal e estadual findar-se-ão na data de 19/12/2014, sendo este o ultimo dia em que o transporte escolar municipal estará a disposição dos alunos;

CONSIDERANDO que é vantajoso para a administração prorrogar por mais 49 (quarenta e nove) dias o contrato de trabalho deste servidor, uma vez que, se convocado o candidato aprovado no concurso público 001/2014 para ocupar referido cargo, por certo,

nos meses de janeiro e fevereiro próximos este servidor não laborará, restando a municipalidade despender valor com sua remuneração.

Resolve:

Art. 1º - Prorrogar, Contratação temporária do servidor ERNESTO PEREIRA DA SILVA, no cargo de MOTORISTA, até 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 31 de outubro de 2014.
Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 155/2014, 156/2014, 157/2014, 158/2014, 159/2014, 160/2014, 161/2014, 162/2014, 163/2014, 164/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 155/2014; Origem: Processo Licitatório nº. 092/2014 - Pregão Presencial nº. 060/2014; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA ME; Objeto: aquisição parcelada de material permanente para uso da Secretaria De Educação E Cultura E Secretaria De Agricultura E Meio Ambiente, de Antônio Carlos/SC; Valor: R\$ 4.188,90 (quatro mil cento e oitenta e oito mil e noventa centavos); Prazo: 30/10/2014 - 30/10/2015.

Ata de Registro de Preço nº.: 156/2014; Origem: Processo Licitatório nº. 092/2014 - Pregão Presencial nº. 060/2014; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: GSIANE MATILDE VIEIRA - ME; Objeto: aquisição parcelada de material permanente e consumo para uso da Secretaria De Educação E Cultura, Secretaria De Agricultura E Meio Ambiente, Secretaria De Obras E Serviços Públicos E Secretaria Da Saúde E Assistência Social do município, de Antônio Carlos/SC; Valor: R\$ 32.614,60 (trinta e dois mil seiscentos e quatorze reais e sessenta centavos); Prazo: 30/10/2014 - 30/10/2015.

Ata de Registro de Preço nº.: 157/2014; Origem: Processo Licitatório nº. 092/2014 - Pregão Presencial nº. 060/2014; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: MARCELO WEINRICH- EPP; Objeto: aquisição parcelada de material permanente para uso da Secretaria de Educação e Cultura, de Antônio Carlos/SC; Valor: R\$ 13.452,00 (treze mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais); Prazo: 30/10/2014 - 30/10/2015.

Ata de Registro de Preço nº.: 158/2014; Origem: Processo Licitatório nº. 092/2014 - Pregão Presencial nº. 060/2014; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: CÉLIA REGINA W. SANI - ME; Objeto: aquisição parcelada de material permanente e consumo para uso da Secretaria De Educação E Cultura, Secretaria De Agricultura E Meio Ambiente, Secretaria De Obras E Serviços Públicos E Secretaria Da Saúde E Assistência Social do município, de Antônio Carlos/SC ; Valor: R\$ 1.853,70 (um mil, oitocentos e cinquenta e três reais e setenta centavos); Prazo: 30/10/2014 - 30/10/2015.

Ata de Registro de Preço nº.: 159/2014; Origem: Processo Licitatório nº. 092/2014 - Pregão Presencial nº. 060/2014; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: SUPRIMÓVEIS EIRELI - EPP; Objeto: aquisição parcelada de material permanente e consumo para uso da Secretaria De Educação E Cultura, Secretaria De Agricultura E Meio Ambiente, Secretaria De Obras E Serviços Públicos E Secretaria Da Saúde E Assistência Social do

município, de Antônio Carlos/SC; Valor: R\$ 19.481,00 (dezenove mil quatrocentos e oitenta e um reais); Prazo: 30/10/2014 - 30/10/2015.

Ata de Registro de Preço nº.: 160/2014; Origem: Processo Licitatório nº. 092/2014 - Pregão Presencial nº. 060/2014; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: MOVESCO - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS ESCOLARES LTDA; Objeto: aquisição parcelada de material permanente para uso da Secretaria de Educação e Cultura, de Antônio Carlos/SC; Valor: R\$ 12.750,00 (doze mil, setecentos e cinquenta reais); Prazo: 30/10/2014 - 30/10/2015.

Ata de Registro de Preço nº.: 161/2014; Origem: Processo Licitatório nº. 092/2014 - Pregão Presencial nº. 060/2014; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: CEQUIPEL INDÚSTRIA DE MÓVEIS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS GERAIS LTDA; Objeto: aquisição parcelada de material permanente para uso da Secretaria de Educação e Cultura, de Antônio Carlos/SC; Valor: R\$ 10.600,00 (dez mil e seiscentos reais); Prazo: 30/10/2014 - 30/10/2015.

Ata de Registro de Preço nº.: 162/2014; Origem: Processo Licitatório nº. 092/2014 - Pregão Presencial nº. 060/2014; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: SANDRO VILMAR PIRES ME; Objeto: aquisição parcelada de material permanente e consumo para uso da Secretaria De Educação E Cultura, Secretaria De Agricultura E Meio Ambiente E Secretaria De Obras E Serviços Públicos, de Antônio Carlos/SC; Valor: R\$ 24.418,50 (vinte e quatro mil, quatrocentos e dezoito reais e cinquenta centavos); Prazo: 30/10/2014 - 30/10/2015.

Ata de Registro de Preço nº.: 163/2014; Origem: Processo Licitatório nº. 092/2014 - Pregão Presencial nº. 060/2014; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: DISMACENTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI - EPP; Objeto: aquisição parcelada de material permanente e consumo para uso da Secretaria De Educação E Cultura, Secretaria De Agricultura E Meio Ambiente, Secretaria De Obras E Serviços Públicos E Secretaria Da Saúde E Assistência Social do município, de Antônio Carlos/SC; Valor: R\$ 5.699,00 (cinco mil seiscentos e noventa e nove reais); Prazo: 30/10/2014 - 30/10/2015.

Ata de Registro de Preço nº.: 164/2014; Origem: Processo Licitatório nº. 092/2014 - Pregão Presencial nº. 060/2014; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: SIONE MARIA GEREMIAS SCHAEFER - ME; Objeto: aquisição parcelada de material permanente para uso da Secretaria de Educação e Cultura, de Antônio Carlos/SC; Valor: R\$ 9.790,00 (nove mil, setecentos e noventa reais); Prazo: 30/10/2014 - 30/10/2015.

Antônio Carlos, 30 de outubro de 2014.
Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

COMUNICADO DE ERRATA

COMUNICADO DE ERRATA

A Prefeitura Municipal de Antonio Carlos, torna pública a ERRATA, comunicando que nas Portarias nº. 494/2014, 495/2014 e 496/2014, publicadas no DOM de 31/10/2014, pág.05 e 06, Edição nº. 1605, houve erro de digitação quanto a data da publicação das Portarias.

Desta forma, comunica a todos interessados que:
onde se lê:

"Publicada a presente Portaria em 31 de novembro de 2014"

Leia-sê:

"Publicada a presente Portaria em 31 de outubro de 2014"

Antônio Carlos, 31 de outubro de 2014.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Autorizo a empresa "DIARIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS". DOM a publicar o EXTRATO DE ERRATA de PORTARIA Nº 494/2014, 495/2014 e 496/2014.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 111/2014

DECRETO Nº 111/2014

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001451/13 de 17 de Dezembro de 2013

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 65.700,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0007.2.028-3.1.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 55.000,00

11.01.10.301.0007.2.029-3.1.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 6.000,00

11.01.10.301.0007.2.029-3.1.91.00.00.00.00.00 -Aplicações Diretas -Oper.Intra-Orçamentárias 4.700,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação 65.700,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 31 de Outubro de 2014.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 112/2014

DECRETO Nº 112/2014

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento programa de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001451/13 de 17 de Dezembro de 2013

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 65.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 -SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

03.01 -SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

03.01.04.122.0001.2.003-4.4.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 20.000,00

06 -SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS
06.01 -SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS
06.01.06.181.0006.2.017-3.3.90.00.00.00.00 -Aplicacoes Dire-
tas 45.000,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair Superávit Financeiro de Outras Fonte 65.000,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 31 de Outubro de 2014.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

EXTRATO DE ADITIVO - IÇARENSE

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 023/PMBR/2014. OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a SUBSTITUIÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ao contrato Nº. 023/PMBR/2014, que tem por objeto a prestação de serviços de transporte escolar para atender alunos da Rede Pública Municipal e Estadual, com a seguinte dotação: (43) 3.3.90 3926, para a dotação (54) 3.3.90 0122. ASSINATURA: 23/09/2014, SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pelo empresa o Sr. Elvio Juarez Peruchi

EXTRATO DE ADITIVO - IÇARENSE

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 021/PMBR/2014. OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a SUBSTITUIÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ao contrato 021/PMBR/2014, que tem por objeto a prestação de serviços de transporte escolar para atender alunos da Rede Pública Municipal e Estadual, com a seguinte dotação: (43) 3.3.90 3926, para a dotação (54) 3.3.90 0122. ASSINATURA: 23/09/2014, SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pelo empresa o Sr. Elvio Juarez Peruchi

AVISO DE REVOGAÇÃO 076/PMBR/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
AVISO DE REVOGAÇÃO PREGÃO Nº 076/PMBR/2014.

Considerando a ausência de interessados no certame, em sua segunda abertura. A Pregoeira, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, torna público que: A Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 076/PMBR/2014, cujo objeto é a contratação de serviços de assistência social e de apoio logístico para a execução do Projeto Técnico Social (PTTS) a ser realizado com as famílias beneficiadas no Programa Minha Casa Minha Vida (Condomínio Residencial Deobaldo Donato Pacheco), com abertura programada para o dia 31/10/2014, às 14h00min horas, SERÁ REVOGADA, face a ausência de interessados.

Balneário Rincão, 31 de Outubro de 2014.
DECIO GOMES GOES
PREFEITO MUNICIPAL

Barra Velha

PREFEITURA

LEI Nº 1401, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

LEI Nº 1401, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

“Altera o Art. 2º da lei nº 1274, de 25 de junho de 2013, que Autoriza o Município de Barra Velha a celebrar convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, com a finalidade de prestar apoio financeiro às operações de policiamento ostensivo, e dá outras providências.”

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com os artigos 31, XII, 32, XII e 109, da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e é sancionada a seguinte lei:

Art. 1º - O Art. 2º da Lei nº 1274, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - Os recursos financeiros abrangidos por esta Lei deverão ser aplicados exclusivamente em despesas correntes para manutenção (combustível, lubrificantes, peças e serviços de mão-de-obra), das viaturas utilizadas nas ações de policiamento ostensivo motorizado, através de rondas periódicas e atendimento de ocorrências no Município de Barra Velha, e para cobrir as despesas de expediente, limpeza, fardamento, construção/manutenção do aquartelamento, compra de viaturas, equipamentos, armamentos, alimento, cursos e treinamentos, necessários para a atividade Policial Militar.”

Art. 2º - Ficam inalterados os demais artigos.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Barra Velha/SC, 24 de outubro de 2014.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

PP 064/2014 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 092/2014 - Pregão Presencial nº 064/2014

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para prestação de serviço para confecção de jornal informativo para Secretaria de Administração, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 13/11/2014 às 10:15 horas. Data da Sessão Pública: 13/11/2014 às 10:30 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 as 17:30, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 31 de outubro de 2014.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

PP 065/2014 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 093/2014 - Pregão Presencial nº 065/2014

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para prestação de serviço grafico confecção e impressão de carnês de IPTU exercício 2015, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 13/11/2014 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 13/11/2014 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 as 17:30, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 31 de outubro de 2014.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

PP 066-2014 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 094/2014 - Pregão Presencial nº 066/2014

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para aquisição de apólice de seguro para frota de Secretaria de Educação, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 13/11/2014 às 14:00 horas. Data da Sessão Pública: 13/11/2014 às 14:30 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 as 17:30, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 31 de outubro de 2014.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

Benedito Novo**PREFEITURA****EXTRATO CONTRATO Nº 131/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE BENEDITO NOVO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 131/2014

Referente: Processo Licitatório nº 70/2014

Contratado: ASSOCIACAO DOS MUSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE - AMUSPE

Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTISTICA MUSICAL PARA A REALIZAÇÃO DA FESTA DAS TRADIÇÕES - EDIÇÃO 2014 - BANDA CORACAO DE OURO, RODRIGO E CLEIDE, TRIO POMERANO, MUSICAL CARA NOVA E TROPICAL BAND

Valor Total Contratado: R\$ 12.760,00

Data Assinatura: 31/10/2014

Benedito Novo, 03 de novembro de 2014

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

Biguaçu**PREFEITURA****PORTARIA Nº 2500/2014**

PORTARIA nº 2500 de 31 de outubro 2014

Admitir o (a) Servidor (a) FABIOLA CORREIA SOARES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FABIOLA CORREIA SOARES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/09/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/09/2014.

Biguaçu, 31 de outubro de 2014.

JOSE CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2501/2014

PORTARIA nº 2501 de 31 de outubro de 2014

Designa a servidora Cristiane Goes, detentora do cargo de provimento efetivo de Recepcionista, inscrita na matrícula funcional nº 7315, para a função de Secretária da Junta de Serviço Militar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU E PRESIDENTE DA JUNTA DE SERVIÇO MILITAR DA CIDADE DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e com amparo no § 5º do Art. 29 do Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966 (Regulamento da Lei do Serviço Militar).

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Cristiane Goes, detentora do cargo de provimento efetivo de Recepcionista, inscrita na matrícula funcional nº 7315, para a função de Secretária da Junta de Serviço Militar.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 1131 de 02 de maio de 2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 31 de outubro de 2014.

JOSE CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 166/2014

DECRETO Nº 166 /2014 DE: 30 DE OUTUBRO DE 2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO BAIRRO BOM VIVER, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE ASTRIT SCHINEIDER DA SILVA OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Biguaçu e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a Legislação pertinente;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a utilidade pública, do imóvel de propriedade de ASTRIT SCHINEIDER DA SILVA ou a quem de direito for, descrito e caracterizado conforme matrícula nº 17.578, do Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, objetivando o interesse social, da área de terra abaixo relacionada:

I - uma faixa de terra de 156,4m² (46x13,4) na lateral do citado imóvel, situada no Bairro Bom Viver, na rua João Luiz Duarte, nesta cidade.

Art. 2º Fica a Municipalidade de Biguaçu, autorizada a promover e executar as desapropriações a que se refere o artigo anterior. Sendo que a desapropriação da seguinte área se faz necessária para passagem dos canais da obra de macrodrenagem urbana no Bairro Bom Viver.

Parágrafo Único - O Município de Biguaçu será representado, nos atos expropriatórios, pelo seu Prefeito Municipal ou por quem, com mandato especial, for por ele constituído.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, fica o expropriante autorizado a invocar caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de imissão na posse do imóvel a que se refere este Decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 30 de outubro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

DECRETO Nº 167/2014

DECRETO Nº 167 /2014 DE: 30 DE OUTUBRO DE 2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO BAIRRO BOM VIVER, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE ASTRIT SCHINEIDER DA SILVA OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Biguaçu e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de

junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a Legislação pertinente;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a utilidade pública, do imóvel de propriedade de ASTRIT SCHINEIDER DA SILVA ou a quem de direito for, descrito e caracterizado conforme matrícula nº 4.786, do Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, objetivando o interesse social, da área de terra abaixo relacionada:

I - uma faixa de terra de 244,8m² (72x3,4) cortando o citado imóvel, situada no Bairro Bom Viver, na rua Francisco Venceslau de Farias, nesta cidade.

Art. 2º Fica a Municipalidade de Biguaçu, autorizada a promover e executar as desapropriações a que se refere o artigo anterior. Sendo que a desapropriação da seguinte área se faz necessária para passagem dos canais da obra de macrodrenagem urbana no Bairro Bom Viver.

Parágrafo Único - O Município de Biguaçu será representado, nos atos expropriatórios, pelo seu Prefeito Municipal ou por quem, com mandato especial, for por ele constituído.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, fica o expropriante autorizado a invocar caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de imissão na posse do imóvel a que se refere este Decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 30 de outubro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

DECRETO Nº 168/2014

DECRETO Nº 168 /2014 DE: 30 DE OUTUBRO DE 2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO BAIRRO BOM VIVER, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE CANDIDO AMARO DAMASIO OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Biguaçu e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a Legislação pertinente;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a utilidade pública, do imóvel de propriedade de CANDIDO AMARO DAMASIO ou a quem de direito for, descrito e caracterizado conforme matrícula nº 8.681, do Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, objetivando o interesse social, da área de terra abaixo relacionada:

I - uma faixa de terra de 71,4m² (21x3,4) cortando o citado imóvel, situada no Bairro Bom Viver, na rua Virgílio Ceron, nesta cidade.

Art. 2º Fica a Municipalidade de Biguaçu, autorizada a promover e executar as desapropriações a que se refere o artigo anterior. Sendo que a desapropriação da seguinte área se faz necessária para passagem dos canais da obra de macrodrenagem urbana no Bairro Bom Viver.

Parágrafo Único - O Município de Biguaçu será representado, nos atos expropriatórios, pelo seu Prefeito Municipal ou por quem, com mandato especial, for por ele constituído.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, fica o expropriante autorizado a invocar caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de imissão na posse do imóvel a que se refere este Decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 30 de outubro de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 169/2014

DECRETO Nº 169 /2014 DE: 30 DE OUTUBRO DE 2014.
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO BAIRRO BOM VIVER, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE CANDIDO AMARO DAMASIO OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Biguaçu e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a Legislação pertinente;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a utilidade pública, do imóvel de propriedade de CANDIDO AMARO DAMASIO ou a quem de direito for, descrito e caracterizado conforme matrícula nº 13.462, do Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, objetivando o interesse social, da área de terra abaixo relacionada:

I - uma faixa de terra de 105,4m² (31x3,4) cortando o citado imóvel, situada no Bairro Bom Viver, na rua Herman Vieira, nesta cidade.

Art. 2º Fica a Municipalidade de Biguaçu, autorizada a promover e executar as desapropriações a que se refere o artigo anterior. Sendo que a desapropriação da seguinte área se faz necessária para passagem dos canais da obra de macrodrenagem urbana no Bairro Bom Viver.

Parágrafo Único - O Município de Biguaçu será representado, nos

atos expropriatórios, pelo seu Prefeito Municipal ou por quem, com mandato especial, for por ele constituído.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, fica o expropriante autorizado a invocar caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de imissão na posse do imóvel a que se refere este Decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 30 de outubro de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 170/2014

DECRETO Nº 170 /2014 DE: 30 DE OUTUBRO DE 2014.
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO BAIRRO BOM VIVER, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE CANDIDO AMARO DAMASIO OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Biguaçu e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a Legislação pertinente;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a utilidade pública, do imóvel de propriedade de CANDIDO AMARO DAMASIO ou a quem de direito for, descrito e caracterizado conforme matrícula nº 17.235, do Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, objetivando o interesse social, da área de terra abaixo relacionada:

I - uma faixa de terra de 166,6m² (49x3,4) cortando o citado imóvel, situada no Bairro Bom Viver, na rua Francisco Venceslau de Farias, nesta cidade.

Art. 2º Fica a Municipalidade de Biguaçu, autorizada a promover e executar as desapropriações a que se refere o artigo anterior. Sendo que a desapropriação da seguinte área se faz necessária para passagem dos canais da obra de macrodrenagem urbana no Bairro Bom Viver.

Parágrafo Único - O Município de Biguaçu será representado, nos atos expropriatórios, pelo seu Prefeito Municipal ou por quem, com mandato especial, for por ele constituído.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, fica o expropriante autorizado a invocar caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de imissão na posse do imóvel a que se refere este Decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 30 de outubro de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 171/2014

DECRETO Nº 171 /2014 DE: 30 DE OUTUBRO DE 2014.
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREAS DE TERRAS LOCALIZADAS NO BAIRRO BOM VIVER, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE FIRMINIA ROSALINA MACHADO OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Biguaçu e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a Legislação pertinente;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a utilidade pública, os imóveis de propriedade de FIRMINIA ROSALINA MACHADO ou a quem de direito for, descrito e caracterizado conforme matrículas nº 5.248 e 5.250, do Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, objetivando o interesse social, da área de terra abaixo relacionada:

I - uma faixa de terra de 170m² (50x3,4) cortando os citados imóveis, situada no Bairro Bom Viver, na rua Edilar Angelo Valter, nesta cidade.

Art. 2º Fica a Municipalidade de Biguaçu, autorizada a promover e executar as desapropriações a que se refere o artigo anterior. Sendo que a desapropriação da seguinte área se faz necessária para passagem dos canais da obra de macrodrenagem urbana no Bairro Bom Viver.

Parágrafo Único - O Município de Biguaçu será representado, nos atos expropriatórios, pelo seu Prefeito Municipal ou por quem, com mandato especial, for por ele constituído.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, fica o expropriante autorizado a invocar caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de imissão na posse do imóvel a que se refere este Decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 30 de outubro de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 172/2014

DECRETO Nº 172 /2014 DE: 30 DE OUTUBRO DE 2014.
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO BAIRRO BOM VIVER, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE JOSÉ RICARDO RAIMUNDO DE SOUZA OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Biguaçu e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a Legislação pertinente;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a utilidade pública, do imóvel de propriedade de JOSÉ RICARDO RAIMUNDO DE SOUZA ou a quem de direito for, descrito e caracterizado conforme matrícula nº 7.785, do Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, objetivando o interesse social, da área de terra abaixo relacionada:

I - uma faixa de terra de 176,8m² (52x3,4) cortando o citado imóvel, situada no Bairro Bom Viver, na rua Herman Vieira, nesta cidade.

Art. 2º Fica a Municipalidade de Biguaçu, autorizada a promover e executar as desapropriações a que se refere o artigo anterior. Sendo que a desapropriação da seguinte área se faz necessária para passagem dos canais da obra de macrodrenagem urbana no Bairro Bom Viver.

Parágrafo Único - O Município de Biguaçu será representado, nos atos expropriatórios, pelo seu Prefeito Municipal ou por quem, com mandato especial, for por ele constituído.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, fica o expropriante autorizado a invocar caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de imissão na posse do imóvel a que se refere este Decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 30 de outubro de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 173/2014

DECRETO Nº 173 /2014 DE: 30 DE OUTUBRO DE 2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO BAIRRO BOM VIVER, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE REDUZINO LUIZ FAGUNDES OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Biguaçu e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a Legislação pertinente;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a utilidade pública, do imóvel de propriedade de REDUZINO LUIZ FAGUNDES ou a quem de direito for, descrito e caracterizado conforme matrícula nº 3.763, do Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, objetivando o interesse social, da área de terra abaixo relacionada:

I - uma faixa de terra de 353m² (104x3,4) cortando o citado imóvel, situada no Bairro Bom Viver, na rua João Luiz Duarte, nesta cidade.

Art. 2º Fica a Municipalidade de Biguaçu, autorizada a promover e executar as desapropriações a que se refere o artigo anterior. Sendo que a desapropriação da seguinte área se faz necessária para passagem dos canais da obra de macrodrenagem urbana no Bairro Bom Viver.

Parágrafo Único - O Município de Biguaçu será representado, nos atos expropriatórios, pelo seu Prefeito Municipal ou por quem, com mandato especial, for por ele constituído.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, fica o expropriante autorizado a invocar caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de imissão na posse do imóvel a que se refere este Decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 30 de outubro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

DECRETO Nº 174/2014

DECRETO Nº 174 /2014 DE: 30 DE OUTUBRO DE 2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO BAIRRO BOM VIVER, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE VALDELINO OLIPIO DA SILVA OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Biguaçu e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de

junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a Legislação pertinente;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a utilidade pública, do imóvel de propriedade de VALDELINO OLIPIO DA SILVA ou a quem de direito for, descrito e caracterizado conforme inscrição imobiliária municipal nº 01.02.201.0021, da Prefeitura Municipal de Biguaçu, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, objetivando o interesse social, da área de terra abaixo relacionada:

I - uma faixa de terra de 37,4m² (11x3,4) cortando o citado imóvel, situada no Bairro Bom Viver, na rua Ines Pascoalina da Costa, nesta cidade.

Art. 2º Fica a Municipalidade de Biguaçu, autorizada a promover e executar as desapropriações a que se refere o artigo anterior. Sendo que a desapropriação da seguinte área se faz necessária para passagem dos canais da obra de macrodrenagem urbana no Bairro Bom Viver.

Parágrafo Único - O Município de Biguaçu será representado, nos atos expropriatórios, pelo seu Prefeito Municipal ou por quem, com mandato especial, for por ele constituído.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, fica o expropriante autorizado a invocar caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de imissão na posse do imóvel a que se refere este Decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 30 de outubro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

DECRETO Nº 175/2014

DECRETO Nº 175 /2014 DE: 30 DE OUTUBRO DE 2014.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 30 de outubro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

DECRETO Nº 176/2014

DECRETO Nº 176 /2014 DE: 30 DE OUTUBRO DE 2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO BAIRRO VENDAVAL, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE MARIA CELINA GARCIA GEREMIAS E OUTROS OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Biguaçu e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a Legislação pertinente;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a utilidade pública, do imóvel de propriedade de Maria Celina Garcia Geremias e Outros ou a quem de direito for, descrito e caracterizado conforme matrícula nº 15.228, do Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, objetivando o interesse social, da área de terra abaixo relacionada:

I - uma faixa de terra de 60 m² (40x1,5) nos fundos do citado imóvel, que possui área total de 22.679,91m² situada no Bairro Vendaval, na rua major Livramento, nesta cidade.

Art. 2º Fica a Municipalidade de Biguaçu, autorizada a promover e executar as desapropriações a que se refere o artigo anterior. Sendo que a desapropriação da seguinte área se faz necessária para passagem dos canais da obra de macrodrenagem urbana no Bairro Vendaval.

Parágrafo Único - O Município de Biguaçu será representado, nos atos expropriatórios, pelo seu Prefeito Municipal ou por quem, com mandato especial, for por ele constituído.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, fica o expropriante autorizado a invocar caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de imissão na posse do imóvel a que se refere este Decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 30 de outubro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

DECRETO Nº 177/2014

DECRETO Nº 177 /2014 DE: 30 DE OUTUBRO DE 2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO BAIRRO VENDAVAL, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE VENDAVAL INDÚSTRIA E COMERCIO DE MÁRMORES E GRANITOS LTDA OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Biguaçu e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a Legislação pertinente;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a utilidade pública, do imóvel de propriedade de VENDAVAL INDÚSTRIA E COMERCIO DE MÁRMORES E GRANITOS LTDA ou a quem de direito for, descrito e caracterizado conforme matrícula nº 31.332, do Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, objetivando o interesse social, da área de terra abaixo relacionada:

I - uma faixa de terra de 1467m² (163x9) na lateral do citado imóvel, que possui área total de 8.044,72m² situada no Bairro Vendaval, de frente para Rod. SC 407, nesta cidade.

Art. 2º Fica a Municipalidade de Biguaçu, autorizada a promover e executar as desapropriações a que se refere o artigo anterior. Sendo que a desapropriação da seguinte área se faz necessária para passagem dos canais da obra de macrodrenagem urbana no Bairro Vendaval.

Parágrafo Único - O Município de Biguaçu será representado, nos atos expropriatórios, pelo seu Prefeito Municipal ou por quem, com mandato especial, for por ele constituído.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, fica o expropriante autorizado a invocar caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de imissão na posse do imóvel a que se refere este Decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 30 de outubro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

DECRETO Nº 178/2014

DECRETO Nº 178 /2014 DE: 30 DE OUTUBRO DE 2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO BAIRRO VENDAVAL, NESTE MUNICÍPIO, DE POSSE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BIGUAÇU OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Biguaçu e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a Legislação pertinente;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a utilidade pública, do imóvel de posse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BIGUAÇU ou a quem de direito for, descrito e caracterizado conforme Escritura de Cessão de Direitos de Posse e Benfeitorias do TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS DA COMARCA DE BIGUAÇU/SC., e inscrição imobiliária 01.03.018.0344, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, objetivando o interesse social, da área de terra abaixo relacionada:

I - uma faixa de terra de 172,5m² (115x1,5) na lateral do citado imóvel, que possui área total de 10.000,00m² situada no Bairro Vendaval, na rua Liborio Francisco Goedert, nesta cidade.

Art. 2º Fica a Municipalidade de Biguaçu, autorizada a promover e executar as desapropriações a que se refere o artigo anterior. Sendo que a desapropriação da seguinte área se faz necessária para passagem dos canais da obra de macrodrenagem urbana no Bairro Vendaval.

Parágrafo Único - O Município de Biguaçu será representado, nos atos expropriatórios, pelo seu Prefeito Municipal ou por quem, com mandato especial, for por ele constituído.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, fica o expropriante autorizado a invocar caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de imissão na posse do imóvel a que se refere este Decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 30 de outubro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 179/2014

DECRETO Nº 179 /2014 DE: 30 DE OUTUBRO DE 2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO BAIRRO VENDAVAL, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE VENDAVAL INDÚSTRIA E COMERCIO DE MÁRMORES E GRANITOS LTDA OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Biguaçu e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a Legislação pertinente;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a utilidade pública, do imóvel de propriedade de VENDAVAL INDÚSTRIA E COMERCIO DE MÁRMORES E GRANITOS LTDA ou a quem de direito for, descrito e caracterizado conforme matrícula nº 31.332, do Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, objetivando o interesse social, da área de terra abaixo relacionada:

I - uma faixa de terra de 1467m² (163x9) na lateral do citado imóvel, que possui área total de 8.044,72m² situada no Bairro Vendaval, de frente para Rod. SC 407, nesta cidade.

Art. 2º Fica a Municipalidade de Biguaçu, autorizada a promover e executar as desapropriações a que se refere o artigo anterior. Sendo que a desapropriação da seguinte área se faz necessária para passagem dos canais da obra de macrodrenagem urbana no Bairro Vendaval.

Parágrafo Único - O Município de Biguaçu será representado, nos atos expropriatórios, pelo seu Prefeito Municipal ou por quem, com mandato especial, for por ele constituído.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, fica o expropriante autorizado a invocar caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de imissão na posse do imóvel a que se refere este Decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 30 de outubro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 180/2014

DECRETO Nº 180 /2014 DE: 30 DE OUTUBRO DE 2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO BAIRRO VENDAVAL, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE VALMOR MARTENDAL OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Biguaçu e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a Legislação pertinente;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a utilidade pública, do imóvel de propriedade de VALMOR MARTENDAL ou a quem de direito for, descrito e caracterizado conforme matrícula nº 29.902, do Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, objetivando o interesse social, da área de terra abaixo relacionada:

I - uma faixa de terra de 1611m² (179x9) na lateral do citado imóvel, que possui área total de 27.433,90m² situada no Bairro Vendaval, em rua projetada, nesta cidade.

Art. 2º Fica a Municipalidade de Biguaçu, autorizada a promover e executar as desapropriações a que se refere o artigo anterior. Sendo que a desapropriação da seguinte área se faz necessária para passagem dos canais da obra de macrodrenagem urbana no Bairro Vendaval.

Parágrafo Único - O Município de Biguaçu será representado, nos atos expropriatórios, pelo seu Prefeito Municipal ou por quem, com mandato especial, for por ele constituído.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, fica o expropriante autorizado a invocar caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de imissão na posse do imóvel a que se refere este Decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 30 de outubro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária**Blumenau****PREFEITURA****DECRETO Nº 10.461/2014**DECRETO Nº 10.461, DE 16 DE OUTUBRO DE 2014.
RECONHECE DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, XXII, combinado com o artigo 75, I, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no artigo 37 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e no artigo 2º do Decreto Federal nº 62.115, de 12 de janeiro de 1968,

DECRETA:

Art. 1º Ficam reconhecidas as despesas constantes do Anexo I deste Decreto no valor de R\$ 8.199,55 (oito mil, cento e noventa e nove reais e cinquenta e cinco centavos), realizadas e não processadas no exercício financeiro de 2013, no âmbito da Administração Direta do Município.

Art. 2º As despesas de que trata o artigo 1º deste Decreto correrão por conta das dotações específicas do orçamento vigente, abaixo discriminadas:

15 - SEC. MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

1502 - Diretoria de Desenvolvimento Econômico

Atividade 15.02.11.334.0003.2080 - Manut. Ativ. Desenv. Econômico

Modalidade 3.3.90 (519) Aplicações Diretas R\$ 21,68

Modalidade 3.3.91 (520) Aplicações Diretas R\$ 37,65

Fonte de Recursos 0100.00000

1503 - Diretoria de Desenvolvimento Rural

Atividade 15.03.20.606.0003.2085 - Manut. das Ativ. de Desenv. Rural

Modalidade 3.3.91 (543) Aplicações Diretas R\$ 8.140,22

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 16 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.461/2014 - ANEXO I**ANEXO I**

CREDOR:	SAMAE
DOCUMENTO:	Fatura
DATA:	18/12/2013
ORIGEM DA DESPESA	Despesas de Consumo água do antigo CEP relativo ao mês de dezembro/2013.
DOTAÇÃO:	520
VALOR:	R\$ 37,65
CREDOR:	SAMAE
DOCUMENTO:	Fatura
DATA:	18/12/2013

ORIGEM DA DESPESA	Despesa de esgoto antigo CEP relativo ao mês de dezembro/2013.
DOTAÇÃO:	519
VALOR:	R\$ 21,68
CREDOR:	SAMAE
DOCUMENTO:	Fatura
DATA:	24/06/2013
ORIGEM DA DESPESA	Despesa de consumo de água Feira Proeb relativo ao mês de junho/2013.
DOTAÇÃO:	543
VALOR:	R\$ 1.152,39
CREDOR:	SAMAE
DOCUMENTO:	Fatura
DATA:	24/07/2013
ORIGEM DA DESPESA	Despesa de consumo de água Feira Proeb relativo ao mês de julho/2013.
DOTAÇÃO:	543
VALOR:	R\$ 1.164,63
CREDOR:	SAMAE
DOCUMENTO:	Fatura
DATA:	24/08/2013
ORIGEM DA DESPESA	Despesa de consumo de água Feira Proeb relativo ao mês de agosto/2013.
DOTAÇÃO:	543
VALOR:	R\$ 1.168,71
CREDOR:	SAMAE
DOCUMENTO:	Fatura
DATA:	24/09/2013
ORIGEM DA DESPESA	Despesa de consumo de água feira Proeb relativo ao mês de setembro/2013.
DOTAÇÃO:	543
VALOR:	R\$ 1.829,72
CREDOR:	SAMAE
DOCUMENTO:	Fatura
DATA:	24/10/2013
ORIGEM DA DESPESA	Despesa de consumo de água Feira Proeb relativo ao mês de outubro/2013.
DOTAÇÃO:	543
VALOR:	R\$ 1.025,91
CREDOR:	Samae
DOCUMENTO:	Fatura
DATA:	24/11/2013
ORIGEM DA DESPESA	Despesa de consumo de água Feira Proeb relativo ao mês de novembro/2013.
DOTAÇÃO:	543
VALOR:	R\$ 927,99
CREDOR:	SAMAE
DOCUMENTO:	Fatura
DATA:	24/12/2013
ORIGEM DA DESPESA	Despesa de consumo de água Feira Proeb relativo ao mês de dezembro/2013.

DOTAÇÃO:	543
VALOR:	R\$ 870,87
TOTAL A RECONHECER:	R\$ 8.199,55 (oito mil, cento e noventa e nove reais e cinquenta e cinco centavos).

Reconheço as despesas desta relação.

Blumenau, 16 de outubro de 2014.

JORGE JOSÉ CENCI

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico

2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 078/13

EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 078/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

DKM CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

OBJETO: Locação de uma sala comercial destinada ao funcionamento do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS (Unidade Velha).

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº. 08-059, de 17 de junho de 2013.

PREÇO: Reajusta o valor da locação para R\$ 3.668,28 (três mil, seiscentos e sessenta e oito reais e vinte e oito centavos) mensais, a contar de 1º de janeiro de 2014 totalizando o valor do contrato em R\$ 44.019,36 (quarenta e quatro mil, dezenove reais e trinta e seis centavos).

DATA: 31 de janeiro de 2014.

3º TERMO ADITIVO CONTRATO 151/12

EXTRATO - 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 151/12

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA UNESUL DE TRANSPORTES LTDA.

OBJETO: Permissão de uso de área situada no piso térreo do Terminal Rodoviário de Passageiros Prefeito Hercílio Deeke - TRPPHD, para instalação de passagens e transbordo de cargas rodoviárias.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº 09-091, de 17 de julho de 2012.

PREÇO: Reajusta o valor pago ao Município para R\$ 924,90 (novecentos e vinte e quatro reais e noventa centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 11.098,80 (onze noventa e oito reais e oitenta centavos).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 12 de agosto de 2014 até 11 de agosto de 2015.

DATA: 19 de agosto de 2014.

CONTRATO Nº 198/2014

EXTRATO - CONTRATO Nº 198/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

CONSÓRCIO COBA S.A. - LOGITRANS - COBA BR.

OBJETO: Elaboração de projetos de engenharia (projeto executivo) do Terminal Integrado Norte (Itoupavas) e do Terminal Integrado Osete (Água Verde), na cidade de Blumenau, incluindo os Estudos de Viabilidade técnico-econômica e Estudos Ambientais Complementares para obtenção de Licenças Ambientais de Instalação (LAI).

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 1004/2013 - SPD nº. 002/2013.

PREÇO: Em Moeda estrangeira: Valor dos serviços: € 191.761,10 (cento e noventa e um mil, setecentos e sessenta e um euros e dez centavos); Valor dos impostos: € 42.093,90 (quarenta e dois mil, noventa e três euros e noventa centavos); Valor Total: € 233.855,00 (duzentos e trinta e três mil e oitocentos e cinqüenta e cinco euros). Em Moeda nacional: Valor dos serviços: R\$ 417.832,19 (quatrocentos e dezessete mil, oitocentos e trinta e dois reais e dezenove centavos); Valor dos impostos: R\$ 32.345,47 (trinta e dois mil, trezentos e quarenta e cinco reais e quarenta e sete centavos); Valor Total: R\$ 450.177,66 (quatrocentos e cinqüenta mil cento e setenta e sete reais e sessenta e seis centavos).

PRAZO: O prazo de vigência contratual é de 210 (duzentos e dez) dias.

DATA: 27 de agosto de 2014.

PORTARIA Nº 553/2014 - FAEMA

PORTARIA Nº 553

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA INTEGRAR JUNTA MÉDICA OFICIAL ESPECIAL.

JEAN CARLOS NAUMANN, Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso VI, da Lei Complementar nº 507, de 17 de março de 2005, e com suporte no artigo 292, § 1º, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, e de acordo com o Ofício Nº 002/2014, de 24/10/2014, da Diretoria de Pessoal, resolve:

DESIGNAR

os servidores públicos municipais abaixo nominados, para integrar Junta Médica Oficial Especial para realização de perícia médica para proceder exame de capacidade física e mental da servidora pública municipal Juceli Terezinha Costa Zunino, matrícula nº 86, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador Ambiental, lotada na Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, a ser realizada na data de 31/10/2014, às 13:30 horas, sala 12, 1º andar, no SESOSP, no prédio da Prefeitura Municipal:

Dr. ADILVO ANDREAZZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SESOSP.

Dr. RAFAEL DE FRANCESCHI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - G.A.S.F;

Dra. MARINA NEVES FOGAÇA, ocupante do cargo de provimento

efetivo de Médica, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - CAPS.

Blumenau(SC), 27 de outubro de 2014.

JEAN CARLOS NAUMANN

Presidente da FAEMA

PORTARIA Nº 373/2014 - SEMUS

PORTARIA nº 373/2014/SEMUS

Estabelece os critérios para a participação na Campanha de vacinação realizada pela Diretoria de Bem Estar Animal que ocorrerá na data de 08 de novembro 2014 e dá outras providências

MARIA REGINA DE SOUZA SOAR, Secretária Municipal de Saúde no uso das atribuições que o cargo lhe confere através da lei nº 870, de 01 de janeiro de 2013.

Considerando a responsabilidade da Administração Pública Municipal no Controle de Zoonoses;
Considerando a disponibilidade de 250 unidades de vacinas V8, doadas pela ANCLIVEPA/SP, destinadas a imunização de animais no Município de Blumenau;
Considerando o número limitado de unidades de vacinas;
Considerando a grande quantidade de animais abandonados e acolhidos por famílias de baixa renda, as quais não possuem condições de custear a imunização em seus animais;

RESOLVE:

Art. 1º Será realizada na data de 08 de novembro de 2014 a 2ª Campanha de Erradicação a Cinomose de animais no Município de Blumenau a ser promovida pela Diretoria de Bem Estar Animal em parceria com a ONG's Hachi e APRABLU, para cães.

Parágrafo Único. O início da campanha está previsto para as 7:30 horas com término para as 16 horas, podendo o término ser antecipado caso cessem os estoques das doses de vacinas.

Art. 2º Será disponibilizado para a campanha o total de 250 (duzentas e cinquenta) doses da vacina V8 para aplicação em animais dos municípios de Blumenau, prioritariamente àqueles que possuem baixa renda, a serem aplicadas por ordem de chegada.

§ 1º Considera-se de baixa renda os municípios que são assistidos por algum programa assistencial do Governo Federal, Estadual ou Municipal, tais como beneficiários da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, do Bolsa Família, dentre outros.

§ 2º Para fazer jus ao direito de preferência expressado no caput, o interessado deverá comparecer no local e data de realização da campanha de imunização e apresentar os seguintes documentos:

I - documento oficial de identificação com foto (original);

II- comprovante de residência em nome do interessado, do cônjuge, responsável legal, contrato de aluguel vigente ou, ainda, declaração do proprietário do imóvel reconhecida em cartório;

III- documento hábil a confirmar que é assistido por programa assistencial do Governo Federal, Estadual ou Municipal.

Art. 3º Não será vacinado o animal que:

I - Tiver menos de 42 (quarenta e dois) dias de vida;

II- Estiver gestante ou amamentando;

III- Estiver acometido por qualquer tipo de doença;

IV- Não esteja em boas condições de saúde;

V- Estiver com o quadro vacinal em dia.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 24 de outubro de 2014.

MARIA REGINA DE SOUZA SOAR

Secretária Municipal de Saúde

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

EDITAL Nº 001/14 - CMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições, torna público, após a aplicação do primeiro critério de desempate previsto no Edital n. 001/2014 (maior média obtida nas provas), o resultado final do Processo de Escolha para a suplência dos Conselhos Tutelares I e II.

Conselho Tutelar I (Centro), Gestão 2013/2016

Classificação	Nome	Número de votos	Total de acertos na prova
1º	Fernanda Sarita Tribess	33	30
2º	Joice Helene Passold	10	34
3º	Eduardo Godrich Krueger	09	36
4º	Andréa Maria Alves	04	28
5º	Neide Rosi Heck de Carvalho	04	25
6º	Priscila Elaine da Silva	04	23
7º	Doraci Floss	01	23

Conselho Tutelar II (Garcia), Gestão 2012/2015

Classificação	Nome	Número de votos	Total de acertos na prova
1º	Aline Merisio	16	30
2º	Vanderli César Galvan	13	29
3º	Luana Maria Trega de Oliveira	10	28
4º	Maryulli Jaqueline Fabricio	07	27
5º	Márcia Maria Moura	04	32
6º	Jéssica Boettger	03	23
-	Bruna Roberta Leite	00	29

Blumenau, 29 de outubro de 2014.

Vanessa Raquel Cardoso

Coordenadora Geral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 133/14

Homologação do pregão presencial n.º 133/14 - Data da Homologação: 02 de outubro de 2014

OBJETO: Locação de equipamentos de projeção (telões, projetores e filmagem) para evento Reveillon 2015, conforme especificações constantes no edital - ROEB.

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL.

Empresa: CRW Tecnologia em Eventos Eireli ME

Valor global de R\$ 115.500,00 (Cento e quinze mil, quinhentos reais).

PROCESSO DISPENSA Nº 08-2209/14 E 08-2210/14 - SAMAE

Processo de Dispensa Nº. 08-2209/14 - Contratação de serviços prestados para assessoria técnica, econômica e financeira para uso da autarquia;

Contratada: Instituto Brasileiro de Administração - IBAM (CNPJ: 33.645.482/0001-96);

Valor Total: R\$ 5.630,00;

Base Legal: Art. 24, caput, inciso XIII. da Lei Nº. 8.666/93 e alterações.

Processo de Dispensa Nº. 08-2210/14 - Prestação de Serviço de Capacitação de Servidor na Qualificação de Soldador e Procedimentos em Chapas e Tubos;

Contratada: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI (CNPJ: 03.774.688/0020-18);

Valor Total: R\$ 3.750,00;

Base Legal: Art. 24, caput, inciso XIII. da Lei Nº. 8.666/93 e alterações.

EXTRATO Nº 289/2014 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 289/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

CONSTRUSOUZA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS PARA USO EM CAMPO PARA O PROJETO "RESTAURAÇÃO DE 500 (QUINHENTOS) HECTARES DE MATA ATLÂNTICA NO PARQUE NACIONAL DA SERRA DO ITAJAÍ", ADVINDO DO CONTRATO DE CONCESSÃO E

COLABORAÇÃO FINANCEIRA NÃO REEMBOLSÁVEL FIRMADO ENTRE A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU E O BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 102/2014, Contrato nº. 142/2014, firmado 16 de setembro de 2014.

PREÇO Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 7.012,00 (sete mil e doze reais), constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA.

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição dos Produtos	Preço Unitário do Item (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
01	13313	01	Peça	Betoneira - capacidade do tambor: 150 litros; motor elétrico de 220V;	990,00	990,00
03	17363	04	Peça	Carrinho de mão com capacidade 80 litros / reforçado / com pneu e câmara 3.25 x 8" (caçamba metálica, com pneu e câmara);	164,00	656,00
05	7046	10	Peça	Enxada: largura 18cm e altura 16cm com cabo de madeira de 1,20m;	19,00	190,00
06	7051	10	Peça	Enxada: largura 105cm e altura 285cm com cabo de madeira de 1,25m;	20,50	205,00
08	18294	05	Peça	Foice roçadeira, para uso de pessoas destros. Cabo de madeira 120cm e lâmina de 18cm;	22,50	112,50
10	34418	02	Peça	Manta Geotextil não tecidas de poliéster, gramatura 120 micras – GF 14/250 (dimensões aproximadas 2m x 10m);	57,90	115,80
15	13721	03	Peça	Rastelo – ancinho com 12 dentes e cabo de 1,2m;	12,90	38,70
16	14018	04	Peça	Caixa d'água de fibra volume 5000l;	1.160,00	4.640,00
19	18523	05	Peça	Tinta em spray, cor branco, uso profissional;	12,80	64,00
PREÇO TOTAL (em R\$)						7.012,00

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado mensalmente, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços, desde que aprovado(s) pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e acompanhada(s) da respectiva Nota Fiscal.

PRazo DE VIGÊNCIA Este Contrato terá vigência entre a data de sua assinatura e a data do prazo final da garantia conferida as ferramentas e equipamentos, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor..

DATA: 22/10/2014.

EXTRATO Nº 290/2014 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 290/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

KRAUS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS PARA USO EM CAMPO PARA O PROJETO "RESTAURAÇÃO DE 500 (QUINHENTOS) HECTARES DE MATA ATLÂNTICA NO PARQUE NACIONAL DA SERRA DO ITAJAÍ", ADVINDO DO CONTRATO DE CONCESSÃO E COLABORAÇÃO FINANCEIRA NÃO REEMBOLSÁVEL FIRMADO ENTRE A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU E O BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 102/2014, Contrato nº. 143/2014, firmado 16 de setembro de 2014.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 583,50 (quinhentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos) constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA.

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição dos Produtos	Preço Unitário do Item (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
02	7070	05	Peça	Bainha para facão número 16 - em couro;	16,50	82,50
07	7043	05	Peça	Facão / número 16;	9,90	49,50
14	7041	05	Peça	Picareta Avião com dimensões aproximadas: cabo de madeira 100cm; comprimento 48cm; largura picareta: 9cm e 1,5cm;	41,00	205,00

17	13832	05	Peça	Trena de fibra de vidro comprimento 30 metros com graduação em milímetros e polegadas (FECHADA);	19,80	99,00
18	13833	05	Peça	Trena de fibra de vidro comprimento 50 metros com graduação em milímetros e polegadas (FECHADA);	29,50	147,50
PREÇO TOTAL (em R\$)						583,50

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado mensalmente, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços, desde que aprovado(s) pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e acompanhada(s) da respectiva Nota Fiscal.

PRAZO DE VIGÊNCIA Este Contrato terá vigência entre a data de sua assinatura e a data do prazo final da garantia conferida as ferramentas e equipamentos, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

DATA: 22/10/2014.

EXTRATO Nº 291/2014 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 291/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

ELEVADORES BLUMENAU INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA (MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA) DE ELEVADORES, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº. 114/2014 e Contrato nº. 144/2014, firmado em 16 de setembro de 2014.

PREÇO: a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a quantia de R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais) mensais.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação de serviços, através de crédito em conta bancária da CONTRATADA.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente instrumento contratual terá vigência por 12 (doze) meses, a contar de 01/10/2014, podendo ser prorrogado até o máximo de 60 (sessenta) meses, através de termo aditivo, podendo ser encerrado por ambas as partes, através de aviso emitido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias consecutivos.

DATA: 22/10/2014.

EXTRATO Nº 292/2014 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 292/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

AGREMIX COMÉRCIO DE AGREGADOS LTDA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA COMPRA DE AREIA, BRITA, PÓ DE BRITA, BARRO E MACADAME PARA MANUTENÇÕES NOS DIVERSOS CAMPI DA FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 111/2014 e Ata de Registro de Preços nº. 145/2014, firmado em 10 de setembro de 2014.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde. Estimada	Und.	Descrição dos Materiais	Preço Unitário	Preço Total do Item (Preço Unt. X Qtde.)
04	7250	120	m³	Areia fina. Material natural, de propriedades adequadas, de dimensão máxima inferior a 0,42 mm e de dimensão nominal mínima igual ou superior a 0,075 mm. A areia deve estar isenta de impurezas e outros materiais como argila, substâncias orgânicas ou terrosas e deve atender as normas técnicas da ABNT NBR 7225.	65,90	7.908,00

05	7248	150	m³	Areia média. Material natural, de propriedades adequadas, de dimensão máxima inferior a 1,20 mm e de dimensão nominal mínima igual ou superior a 0,42 mm. A areia deve estar isenta de impurezas e outros materiais como argila, substâncias orgânicas ou terrosas e deve atender as normas técnicas da ABNT NBR 7225.	55,70	8.355,00
----	------	-----	----	--	-------	----------

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias consecutivos após a efetiva entrega dos materiais, desde que aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e acompanhados da respectiva Nota Fiscal.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 22/10/2014.

EXTRATO Nº 293/2014 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 293/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

CELEIRO DA CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA COMPRA DE AREIA, BRITA, PÓ DE BRITA, BARRO E MACADAME PARA MANUTENÇÕES NOS DIVERSOS CAMPI DA FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 111/2014 e Ata de Registro de Preços nº. 145/2014, firmado em 25 de setembro de 2014.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde. Estimada	Und.	Descrição dos Materiais	Preço Unitário	Preço Total do Item (Preço Unt. X Qtde.)
01	7296	110	m³	Brita corrida (brita contaminada). Conjunto de pedra britada, pedrisco e pó-de-pedra, sem graduação definida, obtido diretamente do britador, sem separação por peneiração. A brita corrida deve estar isenta de impurezas e outros materiais como argila, substâncias orgânicas ou terrosas e deve atender as normas técnicas da ABNT NBR 7225.	54,89	6.037,90
09	21734	230	m³	Macadame. Material constituído por pedra britada e pedrisco graduados (macadame hidráulico) ou por solo (tipo macadame), destinado à colmatagem de pedra britada. A granulometria do material deverá ser uniforme, não ultrapassando a 2/3 da dimensão da camada do aterro. Material deverá estar em conformidade com o Manual de especificações do antigo DNER e Normas Brasileiras da ABNT.	37,79	8691,70

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias consecutivos após a efetiva entrega dos materiais, desde que aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e acompanhados da respectiva Nota Fiscal.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 22/10/2014.

EXTRATO Nº 294/2014 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 294/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

CONSTRUSOUZA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA COMPRA DE AREIA, BRITA, PÓ DE BRITA, BARRO E MACADAME PARA MANUTENÇÕES NOS DIVERSOS CAMPI DA FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 111/2014 e Ata de Registro de Preços nº. 147/2014, firmado em 25 de setembro de 2014.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva

classificação:

Item	Código FURB	Qtde. Estimada	Und.	Descrição dos Materiais	Preço Unitário	Preço Total do Item (Preço Unt. X Qtde.)
02	7262	80	m³	Pedra britada n.º 1 (Brita 1). Material proveniente do britamento de pedra, de dimensão nominal máxima inferior a 12,5 mm e de dimensão nominal mínima igual ou superior a 4,8 mm. A pedra britada deve estar isenta de impurezas e outros materiais como argila, substâncias orgânicas ou terrosas e deve atender as normas técnicas da ABNT NBR 7225.	53,85	4.308,00
03	7263	50	m³	Pedra britada n.º 2 (Brita 2). Material proveniente do britamento de pedra, de dimensão nominal máxima inferior a 25 mm e de dimensão nominal mínima igual ou superior a 12,5 mm. A pedra britada deve estar isenta de impurezas e outros materiais como argila, substâncias orgânicas ou terrosas e deve atender as normas técnicas da ABNT NBR 7225.	52,28	2.614,00
06	30343	50	m³	Pó de pedra (brita) 60% com pedrisco 40%, material proveniente de britamento de pedra, de dimensão nominal máxima inferior à 0,075 mm. O material deve estar isento de impurezas e outros materiais como argila, substância orgânicas ou terrosas e deve atender as normas técnicas da ABNT NBR 7225.	54,80	2.740,00
07	7272	50	m³	Barro vermelho para jardim (argila vermelha)	27,00	1.350,00
08	27839	50	m³	Barro adubado e peneirado para jardim, composto de barro vermelho com adubo orgânico e casca de arroz queimada (cinza)	91,70	4.585,00

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias consecutivos após a efetiva entrega dos materiais, desde que aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e acompanhados da respectiva Nota Fiscal.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 22/10/2014.

EXTRATO Nº 295/2014 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 295/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

BUSCHLE & LEPPER S.A.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS PARA USO EM CAMPO PARA O PROJETO "RESTAURAÇÃO DE 500 (QUINHENTOS) HECTARES DE MATA ATLÂNTICA NO PARQUE NACIONAL DA SERRA DO ITAJAÍ", ADVINDO DO CONTRATO DE CONCESSÃO E COLABORAÇÃO FINANCEIRA NÃO REEMBOLSÁVEL FIRMADO ENTRE A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU E O BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 102/2014, Contrato nº. 147/2014, firmado 26 de setembro de 2014.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 290,20 (duzentos e noventa reais e vinte centavos) constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA.

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição dos Produtos	Preço Unitário do Item (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
04	34397	04	Peça	Cavadeira articulada Dimensões mínimas: parte metálica largura 150mm x altura 250mm; diâmetro de abertura 125mm; Cabo de madeira de 120cm;	25,80	103,20
11	7039	05	Peça	Pá de Cavar (Dimensões aproximadas: largura 250mm x altura 280mm, cabo 110cm);	15,90	79,50
12	34422	05	Peça	Pá carregadeira (Dimensões aproximadas: largura 250mm x altura 280mm, cabo 110cm);	21,50	107,50
PREÇO TOTAL (em R\$)						290,20

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado mensalmente, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços, desde que aprovado(s) pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e acompanhada(s) da respectiva Nota Fiscal.

PRAZO DE VIGÊNCIA Este Contrato terá vigência entre a data de sua assinatura e a data do prazo final da garantia conferida as ferramentas e equipamentos, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

DATA: 22/10/2014.

EXTRATO Nº 296/2014 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 294/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

ALDO AZEVEDO ALVES ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA COMPRA DE VIDROS PLANOS, CORTADOS, PARA MANUTENÇÃO, NOS DIVERSOS CAMPI DA FURB,.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 110/2014 e Ata de Registro de Preços nº. 149/2014, firmado em 25 de setembro de 2014.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Quantidade Estimada	Uni-dade	Descrição dos Materiais	Preço Unitário do item em R\$
01	7217	400	M²	Vidro plano transparente (vidro liso cristal incolor), 4 mm, sem colocação, cortado em medidas solicitadas.	44,80
02	7221	50	M²	Vidro Martelado ou àrtico incolor 4 mm, sem colocação, cortado em medidas solicitadas.	52,00
03	7222	50	M²	Vidro Canelado Incolor 4 mm, sem colocação, cortado em medidas solicitadas.	51,50

PAGAMENTO: O pagamento será realizado até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega, desde que aprovada(s) pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e acompanhada(s) da respectiva Nota Fiscal.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 22/10/2014.

EXTRATO Nº 297/2014 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 297/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

JOCLAMAR LTDA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA COMPRA DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO NOS DIVERSOS CAMPI DA FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 109/2014 e Ata de Registro de Preços nº. 150/2014, firmado em 03 de outubro de 2014.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

LOTE 02 - CANALETAS DE ALUMÍNIO, CURVAS, PORTA EQUIPAMENTO E TAMPAS

Item	Código FURB	Quantidade	Unidade	Descrição dos Materiais	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total do Item (preço unitário X quantidade)
01	19294	5	Peça	Caixa de derivação, fabricada em alumínio, tipo "T" 1 x 1, com tampa, pintada na cor cinza texturizada do pelo processo eletrostático a pó	Dutotec	32,59	162,95
02	25841	1	Peça	Caixa de derivação, fabricada em alumínio, tipo "T" 2 x 2, com tampa, pintada na cor cinza texturizada do pelo processo eletrostático a pó	Dutotec	31,61	31,61
03	19641	15	Peça	Caixa de derivação, fabricada em alumínio, tipo "X" 1 x 1, com tampa, pintada na cor cinza texturizada pelo processo eletrostático a pó	Dutotec	32,59	488,85
04	25843	1	Peça	Caixa de derivação, fabricada em alumínio, tipo "X" 2 x 2, com tampa, pintada na cor cinza texturizada pelo processo eletrostático a pó	Dutotec	32,59	32,59
05	17217	210	metro	Canaleta fabricada em alumínio de perfil duplo deslocado, com dimensões de 45mm de altura e 73mm de largura. Encaixe interno da tampa sem parafusos, com divisão interna deslocada, pintada na cor cinza texturizada pelo processo eletrostático a pó.	Dutotec	38,14	8.009,40
06	17883	30	Peça	Curva horizontal fabricada em alumínio injetado 90º, para conexão de canaletas de alumínio perfil duplo deslocado, com dimensões de 45mm de altura e 73mm de largura, pintada na cor cinza texturizada pelo processo eletrostático a pó.	Dutotec	40,22	1.206,60
07	17220	30	Peça	Curva vertical fabricada em alumínio injetado 90º, para conexão de canaletas de alumínio perfil duplo deslocado, com dimensões de 45mm de altura e 73mm de largura	Dutotec	23,38	701,40
08	16817	50	Peça	Porta equipamento tipo suporte fabricado em PVC para encaixar em canaleta de alumínio de 73mm de largura	Dutotec	10,30	515,00
09	17499	10	Peça	Porta equipamento tipo suporte fabricado em PVC para encaixar em canaleta de alumínio de 73mm de largura,	Dutotec	11,36	113,60
10	22523	10	Peça	Porta equipamento tipo suporte fabricado em PVC para encaixar em canaleta de alumínio de 73mm de largura,	Dutotec	8,71	87,10

11	22525	500	Peça	Porta equipamento tipo suporte fabricado em PVC para encaixar em canaleta de alumínio de 73mm de largura,	Dutotec	8,71	4.355,00
12	16812	210	Metro	Tampa para canaleta fabricada em alumínio com 73mm de largura, de encaixe interno sem parafusos, pintada na cor cinza texturizado pelo processo eletrostático a pó.	Dutotec	12,79	2.685,90
13	17219	100	Peça	Tampa terminal fabricada em PVC para encaixar em canaleta de alumínio perfil duplo deslocado, com dimensões de 45mm de altura e 73mm de largura, com divisão central. Na cor cinza.	Dutotec	4,10	410,00

LOTE 03 - DUTOS EM POLIETILENO

Item	Código FURB	Quantidade	Unidade	Descrição dos Materiais	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total do Item (preço unitário X quantidade)
01	4809	300	Metro	Duto em Polietileno de Alta Densidade (PEAD), para proteção de cabos subterrâneos, com corrugação helicoidal externa e interna, flexível, Diâmetro nominal DN 2", com diâmetro interno de aproximadamente 50mm, fornecido com 2 tampões nas extremidades	Wetzel	3,94	1.182,00
02	4821	200	Metro	Duto em Polietileno de Alta Densidade (PEAD), para proteção de cabos subterrâneos, com corrugação helicoidal externa e interna, flexível	Wetzel	7,58	1.516,00
03	2692	200	Metro	Duto em Polietileno de Alta Densidade (PEAD), para proteção de cabos subterrâneos, com corrugação helicoidal externa e interna, flexível	Wetzel	13,01	2.602,00

LOTE 05 - ACESSÓRIOS/DIVERSOS

Item	Código FURB	Quantidade	Unidade	Especificações dos materiais	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total do Item (preço unitário X quantidade)
01	4298	20	Cento	Abraçadeira para amarração de cabos. Dimensões: 100mm x 2,45mm (C x L). Produzida em Nylon 6.6 UV, auto-extinguível conforme UL94V-2.	Hellermann	3,20	64,00
02	3939	25	Cento	Abraçadeira para amarração de cabos. Dimensões: 148mm x 3,6mm (C x L). Produzida em Nylon 6.6 UV, auto-extinguível conforme UL94V-2.	Hellermann	7,80	195,00
03	3938	50	Cento	Abraçadeira para amarração de cabos. Dimensões: 202mm x 4,6mm (C x L). Produzida em Nylon 6.6 UV, auto-extinguível conforme UL94V-2.	Hellermann	9,50	475,00
04	3915	30	Cento	Abraçadeira para amarração de cabos. Dimensões: 390mm x 4,7mm (C x L). Produzida em Nylon 6.6 UV, auto-extinguível conforme UL94V-2.	Hellermann	30,40	912,00
05	3805	20	Cento	Abraçadeira para amarração de cabos. Dimensões: 390mm x 7,6mm (C x L). Produzida em Nylon 6.6 UV, auto-extinguível conforme UL94V-2.	Hellermann	55,60	1.112,00
06	30543	200	Metro	Organizador de cabos. Dimensões: diâmetro máximo de 16mm, espessura da parede de 0,9mm.	Hellermann	4,66	932,00

07	27050	200	Metro	Organizador de cabos. Dimensões: diâmetro máximo de 25mm, espessura da parede de 0,9mm.	Hellermann	8,37	1.674,00
08	4226	10	Cento	Anilha numeradora para cabo ate 2,5mm2 tipo HG2	Hellermann	2,38	23,80
09	2483	5	Cento	Anilha numeradora para cabo ate 4,0mm2 tipo HG3	Hellermann	2,44	12,20

LOTE 06 - BARRAMENTOS

Item	Código FURB	Quantidade	Unidade	Especificações dos materiais	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total do Item (preço unitário X quantidade)
01	14550	10	kg	Barramento de cobre chato 1/2"x3/16" - 140 A	Eluma	44,04	440,40
02	18260	10	kg	Barramento de cobre chato 1/2x1/4" - 179 A	Eluma	44,05	440,50
03	30544	20	kg	Barramento de cobre chato 3/4"x3/16" - 211 A	Eluma	44,05	881,00
04	18759	20	kg	Barramento de cobre chato 1"x3/16" - 281 A	Eluma	44,05	881,00
05	18259	20	kg	Barramento de cobre chato 1x1/4" - 359 A	Eluma	44,05	881,00
06	18258	20	kg	Barramento de cobre chato 2x1/4" - 719 A	Eluma	44,05	881,00
07	23770	30	Peça	Barramento de neutro/terra para quadro de disjuntores comprimento 220mm – 12 terminais.	Cemar	10,77	323,10
08	19882	15	Peça	Barramento monofásico 80 A, com isolamento, para disjuntores tipo DIN, em barra com 1 metro.	Cemar	27,82	417,30
09	19292	30	Peça	Barramento Trifásico 80 A, com isolamento, para disjuntores tipo DIN, em barra com 1 metro.	Cemar	85,74	2.572,20
10	35526	2	Peça	Bloco de distribuição tetrapolar 100A. Fixação em trilho DIN. Proteção isolante para cada barra.	Cemar	142,46	284,92
11	35527	2	Peça	Bloco de distribuição tetrapolar 125A. Fixação em trilho DIN. Proteção isolante para cada barra.	Cemar	173,03	346,06
12	35528	2	Peça	Bloco de distribuição tetrapolar 160A. Fixação em trilho DIN. Proteção isolante para cada barra.	Cemar	901,19	1.802,38
13	35529	2	Peça	Bloco de distribuição tetrapolar 250A. Fixação em trilho DIN. Proteção isolante para cada barra.	Cemar	1.189,57	2.379,14

LOTE 07 - TAMPAS DE FERRO FUNDIDO

Item	Código FURB	Quantidade	Unidade	Especificações dos materiais	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total do Item (preço unitário X quantidade)
01	24534	8	Peça	Base e tampa em ferro padrão de 70x46cm para caixa de concreto. Produzida em ferro fundido com reforços diagonais e acabamento betumado.	Tormani	279,58	2.236,64
02	15593	5	Peça	Base e tampa em ferro padrão de 90x70cm para caixa de concreto.	Tormani	532,67	2.663,35

**LOTE 08 - QUADROS EM TERMOPLÁSTICOS, CAIXAS EM PVC E OS
E CANALETAS EM PVC**

Item	Código FURB	Quantidade	Unidade	Especificações dos materiais	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total do Item (preço unitário X quantidade)
01	15191	25	Peça	Quadro de Disjuntores de Sobrepor em Material Termoplástico auto-extinguível, para 12 disjuntores tipo DIN, com Grau de Proteção IP 40, Portas Reversíveis (Fumê),	Cemar	31,42	785,50
02	4356	20	Peça	Quadro de Disjuntores de Sobrepor em Material Termoplástico auto-extinguível, para 24 disjuntores tipo DIN,	Cemar	55,36	1.107,20
03	19705	10	Peça	Quadro de Disjuntores de Sobrepor em Material Termoplástico auto-extinguível, para 36 disjuntores tipo DIN,	Cemar	115,47	1.154,70
04	4383	4	Peça	Quadro de Disjuntores de Sobrepor em Material Termoplástico auto-extinguível, para 48 disjuntores tipo DIN,	Cemar	147,00	588,00
05	2452	200	Peça	Caixa de PVC (caixa p/ ar condicionado) com 1 tomada 2P+T 20A, ABNT NBR 14136, suportar tensão de até 250VAC	Pezzi	24,01	4.802,00
06	19404	50	Peça	Caixa plástica em PVC c/ tampa cega de 120x120x75mm (AxLxP), de sobrepor cinza.	Cemar	13,15	657,50
07	18284	300	Peça	Caixa plástica em PVC c/ tampa cega de 150x150x68mm (AxLxP) de sobrepor cinza	Cemar	14,87	4.461,00
08	18283	150	Peça	Caixa plástica em PS c/ tampa cega de 185x210x74mm (AxLxP) de sobrepor cinza.	Cemar	31,69	4.461,00
09	19406	50	Peça	Caixa plástica em PS c/ tampa cega de 250x323x74mm (AxLxP) de sobrepor cinza.	Cemar	44,76	2.238,00
10	22019	30	Peça	Canaleta em PVC com laterais vazada, para painéis com tampa,	Hellermann	34,08	1.022,40
11	2708	30	Peça	Canaleta em PVC com laterais vazada, para painéis com tampa,	Hellermann	41,06	1.231,80
12	23412	20	Peça	Canaleta em PVC com laterais vazada, para painéis com tampa	Hellermann	47,98	959,60
13	2694	20	Peça	Canaleta em PVC com laterais vazada, para painéis com tampa,	Hellermann	29,44	588,80
14	17498	1500	Peça	Colar Para RJ45/RJ11 - Compatível com o colar da CEMAR tipo BEZEL	Cemar		

LOTE 09 - TUBOS E CONECTORES SEALTUBO

Item	Código FURB	Quantidade	Unidade	Especificações dos materiais	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total do Item (preço unitário X quantidade)
01	27581	20	Peça	Conector para tubo metálico flexível tipo SEALTUBO de 1" em alumínio, reusável.	Sociedade Paulista	12,55	251,00
02	27582	20	Peça	Conector para tubo metálico flexível tipo SEALTUBO de 3/4" em alumínio, reusável.	Sociedade Paulista	10,25	205,00
03	27580	50	Metro	Tubo metálico flexível tipo SEALTUBO de 1", fabricado com fita de aço zincado e revestido externamente com polivinil clorídrico (PVC) extrudado.	Sociedade Paulista	6,07	303,50

04	2769	50	Metro	Tubo metálico flexível tipo SEALTUBO de 3/4", fabricado com fita de aço zincado e revestido externamente com polivinil clorídrico (PVC) extrudado.	Sociedade Paulista	4,81	240,50
----	------	----	-------	--	--------------------	------	--------

LOTE 11 - TERMINAIS A COMPRESSÃO E PRÉ-ISOLADOS

Item	Código FURB	Quantidade	Unidade	Especificações dos materiais	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total do Item (preço unitário X quantidade)
01	4149	100	Peça	Terminal a compressão (2 compressões) para cabo de 16mm².	Magnet	1,47	147,00
02	4150	100	Peça	Terminal a compressão (2 compressões) para cabo de 25mm².	Magnet	1,71	171,00
03	4134	60	Peça	Terminal a compressão (2 compressões) para cabo de 35mm².	Magnet	1,84	110,40
04	19657	60	Peça	Terminal a compressão (2 compressões) para cabo de 50mm².	Magnet	3,18	190,80
05	27392	30	Peça	Terminal a compressão (2 compressões) para cabo de 70mm².	Magnet	5,13	153,90
06	29715	30	Peça	Terminal a compressão (2 compressões) para cabo de 95mm².	Magnet	6,36	190,80
07	18743	30	Peça	Terminal a compressão (2 compressões) para cabo de 120mm².	Magnet	6,36	190,80
08	29713	12	Peça	Terminal a compressão (2 compressões) para cabo de 150mm².	Magnet	9,52	114,24
09	18744	12	Peça	Terminal a compressão (2 compressões) para cabo de 185mm².	Magnet	11,75	141,00
10	29714	12	Peça	Terminal a compressão (2 compressões) para cabo de 240mm	Magnet	18,50	222,00
11	25263	1	Cento	Terminal pré-isolado amarelo p/ cabo até 25,0mm mm. Tipo anel com diâmetro interno de 6,0mm.	Penzel	1,97	197,00
12	25264	1	Cento	Terminal pré-isolado amarelo p/ cabo até 25,0mm mm. Tipo anel com diâmetro interno de 8mm.	Penzel	2,00	200,00
13	25265	1	Cento	Terminal pré-isolado amarelo p/ cabo até 25,0mm tipo pino.	Penzel	1,86	186,00
14	4144	6	Cento	Terminal pré-isolado amarelo p/ cabo até 6,0 mm. Tipo anel com diâmetro interno de 6mm.	Penzel	0,35	210,00
15	25258	4	Cento	Terminal pré-isolado amarelo p/ cabo até 6,0 mm. Tipo anel com diâmetro interno de 8mm.	Penzel	0,41	164,00
16	4145	10	Cento	Terminal pré-isolado amarelo p/ cabo até 6,0mm tipo pino.	Penzel	0,31	310,00
17	19659	3	Cento	Terminal pré-isolado amarelo p/ cabo até 6,0mm. Tipo forquilha com abertura interna de 5mm.	Penzel	0,34	102,00
18	25260	1	Cento	Terminal pré-isolado azul p/ cabo até 16,0mm mm. Tipo anel com diâmetro interno de 6mm.	Penzel	1,28	128,00
19	25261	1	Cento	Terminal pré-isolado azul p/ cabo até 16,0mm mm. Tipo anel com diâmetro interno de 8mm.	Penzel	1,28	128,00
20	25262	1	Cento	Terminal pré-isolado azul p/ cabo até 16,0mm tipo pino.	Penzel	1,04	104,00
21	19660	15	Cento	Terminal pré-isolado azul p/ cabo até 2,5mm Tipo anel com diâmetro interno de 6mm. –	Penzel	0,23	345,00
22	4148	30	Cento	Terminal pré-isolado azul p/ cabo até 2,5mm tipo pino.	Penzel	0,16	480,00
23	4146	3	Cento	Terminal pré-isolado azul p/ cabo até 2,5mm. Tipo anel com diâmetro interno de 5mm. –	Penzel	0,16	48,00

24	4147	2	Cento	Terminal pré-isolado azul p/ cabo até 2,5mm. Tipo forquilha com abertura interna de 4mm .	Penzel	0,16	32,00
25	19662	20	Cento	Terminal pré-isolado vermelho p/ cabo até 1,5mm tipo pino.	Penzel	0,12	240,00
26	14821	5	Cento	Terminal pré-isolado vermelho p/ cabo até 1,5mm. Tipo anel com diâmetro interno de 5mm,	Penzel	0,13	65,00
27	19658	2	Cento	Terminal pré-isolado vermelho p/ cabo até 1,5mm. Tipo forquilha com abertura interna de 4mm. .	Penzel	0,13	26,00
28	19661	2	Cento	Terminal pré-isolado vermelho p/ cabo até 10,0mm mm. Tipo anel com diâmetro interno de 6mm. .	Penzel	0,63	126,00
29	25259	1	Cento	Terminal pré-isolado vermelho p/ cabo até 10,0mm mm. Tipo anel com diâmetro interno de 8mm.	Penzel	0,79	79,00
30	4274	2	Cento	Terminal pré-isolado vermelho p/ cabo até 10,0mm tipo pino.	Penzel	0,99	198,00

LOTE 13 - DISJUNTORES TRIFÁSICOS EM CAIXAS MOLDADAS

Item	Código FURB	Quantidade	Unidade	Especificações dos materiais	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total do Item (preço unitário X quantidade)
01	2461	3	Peça	Disjuntor de potência trifásico 125A em caixa moldada . Capacidade de interrupção mínima de 12kA (380 V~) dimensões: 165mm x 105mm x 68mm (A x L x P) (10KA)	Soprano	215,88	647,64
02	2464	3	Peça	Disjuntor de potência trifásico 150A em caixa moldada .	Soprano	215,88	647,64
03	2463	3	Peça	Disjuntor de potência trifásico 175A em caixa moldada .	Soprano	215,88	647,64
04	2454	3	Peça	Disjuntor de potência trifásico 225A em caixa moldada .	Soprano	215,88	647,64
05	32274	10	Peça	Disjuntor de potência trifásico 63A em caixa moldada .	ABB	225,77	2.257,70
06	19715	10	Peça	Disjuntor de potência trifásico 100A em caixa moldada .	ABB	225,77	2.257,70
07	26188	5	Peça	Disjuntor de potência trifásico 160A em caixa moldada .	ABB	426,49	2.132,45
08	2471	5	Peça	Disjuntor de potência trifásico 200A em caixa moldada .	ABB	1.113,62	5.568,10
09	26189	5	Peça	Disjuntor de potência trifásico 250A em caixa moldada .	ABB	1.113,62	5.568,10
10	26520	5	Peça	Disjuntor de potência trifásico 400A em caixa moldada .	ABB	1.541,07	7.705,35

LOTE 14 - DISJUNTORES E DISPOSITIVOS DR

Item	Código FURB	Quantidade	Unidade	Especificações dos materiais	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total do Item (preço unitário X quantidade)
01	2434	20	Peça	Disjuntor tripolar 16 A, linha branca, certificado pelo INMETRO conforme norma NBR 60898.	ABB	36,46	729,20
02	2440	60	Peça	Disjuntor tripolar 20 A, linha branca, certificado pelo INMETRO conforme norma NBR 60898.	ABB	36,46	2.187,60
03	2447	20	Peça	Disjuntor tripolar 25 A, linha branca, certificado pelo INMETRO conforme norma NBR 60898.	ABB	36,47	729,40

04	19686	30	Peça	Disjuntor tripolar 32 A, linha branca, certificado pelo INMETRO conforme norma NBR 60898.	ABB	36,47	1.094,10
05	19685	50	Peça	Disjuntor tripolar 40 A, linha branca, certificado pelo INMETRO conforme norma NBR 60898.	ABB	41,14	2.057,00
06	21458	20	Peça	Disjuntor tripolar 50A, linha branca, certificado pelo INMETRO conforme norma NBR 60898.	ABB	44,69	893,80
07	19689	30	Peça	Disjuntor tripolar 63A, linha branca, certificado pelo INMETRO conforme norma NBR 60898.	ABB	47,91	1.437,30
08	19692	24	Peça	Disjuntor unipolar, 10A, linha branca, certificado pelo INMETRO conforme norma NBR 60898..	ABB	5,02	120,48
09	19693	120	Peça	Disjuntor unipolar, 16A, linha branca, certificado pelo INMETRO conforme norma NBR 60898.	ABB	5,02	602,40
10	19694	240	Peça	Disjuntor unipolar, 20A, linha branca, certificado pelo INMETRO conforme norma NBR 60898.	ABB	5,02	1.204,80
11	19695	240	Peça	Disjuntor unipolar, 25A, linha branca, certificado pelo INMETRO conforme norma NBR 60898.	ABB	5,02	1.204,80
12	19696	96	Peça	Disjuntor unipolar, 32A, linha branca, certificado pelo INMETRO conforme norma NBR 60898.	ABB	5,02	481,92
13	19697	48	Peça	Disjuntor unipolar, 40A, linha branca, certificado pelo INMETRO conforme norma NBR 60898.	ABB	8,26	396,48
14	19698	24	Peça	Disjuntor unipolar, 50A, linha branca, certificado pelo INMETRO conforme norma NBR 60898.	ABB	8,97	215,28
15	25493	24	Peça	Disjuntor unipolar, 63A, linha branca, certificado pelo INMETRO conforme norma NBR 60898.	ABB	9,69	232,56
16	30493	5	Peça	Dispositivo DR (Diferencial Residual), 4 polos, sensibilidade 30mA, corrente nominal 25A, classe AC, em conformidade com a norma ABNT NBR NM 61008-2-1. Fixação em trilho DIN.	ABB	136,08	680,40
17	30494	5	Peça	Dispositivo DR (Diferencial Residual), 4 polos, sensibilidade 30mA, corrente nominal 40A, classe AC, em conformidade com a norma ABNT NBR NM 61008-2-1. Fixação em trilho DIN.	ABB	137,82	689,10
18	30495	8	Peça	Dispositivo DR (Diferencial Residual), 4 polos, sensibilidade 30mA, corrente nominal 63A, classe AC, em conformidade com a norma ABNT NBR NM 61008-2-1. Fixação em trilho DIN.	ABB	160,59	1.284,72
19	30491	8	Peça	Dispositivo DR (Diferencial Residual), 4 polos, sensibilidade 300mA, corrente nominal 80A, classe AC, em conformidade com a norma ABNT NBR NM 61008-2-1. Fixação em trilho DIN.	ABB	203,89	1.631,12
20	30492	8	Peça	Dispositivo DR (Diferencial Residual), 4 polos, sensibilidade 300mA, corrente nominal 100A, classe AC, em conformidade com a norma ABNT NBR NM 61008-2-1. Fixação em trilho DIN.	ABB	230,51	1.844,08

21	26194	8	Peça	Dispositivo DR (Diferencial Residual), 2 polos, sensibilidade 30mA, corrente nominal 25A, classe AC, em conformidade com a norma ABNT NBR NM 61008-2-1. Fixação em trilho DIN.	ABB	103,44	827,52
22	30488	8	Peça	Dispositivo DR (Diferencial Residual), 2 polos, sensibilidade 30mA, corrente nominal 40A, classe AC, em conformidade com a norma ABNT NBR NM 61008-2-1. Fixação em trilho DIN.	ABB	105,16	841,28
23	30489	8	Peça	Dispositivo DR (Diferencial Residual), 2 polos, sensibilidade 30mA, corrente nominal 63A, classe AC, em conformidade com a norma ABNT NBR NM 61008-2-1. Fixação em trilho DIN.	ABB	130,72	1.045,76
24	30490	100	Peça	Dispositivo de proteção contra surtos (DPS) monopolar, classe I e II, Tensão de operação contínua 220V. Corrente de descarga $\geq 45\text{kA}$, Fixação em trilho DIN.	Clamper	43,11	4.311,00
25	30507	5	Peça	Rele de tempo eletrônico,(pulso na energização) padrão DIN - bobina em 220V - 0-30 segundos, 1 contato reversível.	Tron	50,65	253,25
26	19325	5	Peça	Rele de tempo eletrônico,(pulso na energização) padrão DIN - bobina em 220V - 0-60 minutos, 1 contato reversível.	Tron	50,65	253,25
27	34889	20	Peça	O Interruptor Horário (timer digital) / com saída a relé para comandar equipamentos conectado / configuração para até 20 programas (10 liga e 10 desliga) / com intervalo mínimo entre programas de 1 minuto	Coel	137,57	2.751,40

LOTE 16 - LUMINÁRIAS DE SOBREPOR

Item	Código FURB	Quantidade	Unidade	Especificações dos materiais	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total do Item (preço unitário X quantidade)
01	33087	500	Peça	Luminária comercial, de sobrepor, sem aletas, de alto rendimento, para 2 lâmpadas fluorescentes tubulares TL5 de 28 W	Imperial	77,26	38.630,00
02	15579	100	Peça	Luminária comercial, de sobrepor de alto rendimento, para 2 lâmpadas fluorescentes tubulares de 32, 36 ou 40W.	Imperial	97,59	9.759,00
03	15580	20	Peça	Luminária comercial, de sobrepor de alto rendimento, para 2 lâmpadas fluorescentes tubulares de 16, 18 ou 20W 250 mm de comprimento. Este alojamento deverá comportar com folga um reator de dimensões 232mm de comprimento, 55mm de largura e 40mm de altura.	Imperial	79,59	1.591,80
04	33090	50	Peça	Luminária fechada de sobrepor auto rendimento, para lâmpadas fluorescentes tubulares, 2x28W, IP-65. Difusor prismático em acrílico na cor cristal ou em policarbonato.	Philips	88,51	4.425,50

05	26196	5	Peça	Luminária para iluminação industrial e comercial para lâmpada vapor metálico ovóide 400W.	Philips	481,70	2.408,50
06	26197	10	Peça	Projeto para lâmpada de vapor metálico 400W tubular rosca E40..	Philips	231,92	2.319,20
07	4485	40	Peça	PROJETOR RETANGULAR DE LONGO ALCANCE, para uso externo, fechado para lâmpada ovóide ou tubular de ate 400W	Alcance Lumitec	34,15	1.366,00

LOTE 18 - PLUGUES, PROLONGADORES E TOMADAS INDUSTRIAIS

Item	Código FURB	Quantidade	Unidade	Especificações dos materiais	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total do Item (preço unitário X quantidade)
01	2496	5	Peça	Plugue industrial de 4 pólos (3P+T) 380V 16A Partes plásticas produzidas em Poliamida 6.6 auto-extinguível (C.S.A. C22.2 nº 6 e U.L94HB - Mil spec 22096)	ABB	15,95	79,75
02	14439	5	Peça	Plugue industrial de 4 pólos (3P+T) 380V 32A Partes plásticas produzidas em Poliamida 6.6 auto-extinguível (C.S.A. C22.2 nº 6 e U.L94HB - Mil spec 22096),	ABB	22,24	111,20
03	25735	5	Peça	Plugue industrial 5 pinos (3F+N+T) 380V 16A. Partes plásticas produzidas em Poliamida 6.6 auto-extinguível (C.S.A. C22.2 nº 6 e U.L94HB - Mil spec 22096),	ABB	20,74	103,70
04	24744	5	Peça	Plugue industrial 5 pinos (3F+N+T) 380V 32A. Partes plásticas produzidas em Poliamida 6.6 auto-extinguível (C.S.A. C22.2 nº 6 e U.L94HB - Mil spec 22096),	ABB	24,32	121,60
05	22836	5	Peça	Prolongador fêmea industrial 4 pinos (3F+T) 380V 16A. Partes plásticas produzidas em Poliamida 6.6 auto-extinguível (C.S.A. C22.2 nº 6 e U.L94HB - Mil spec 22096),	ABB	21,49	107,45
06	30498	5	Peça	Prolongador fêmea industrial 4 pinos (3F+T) 380V 32A. Partes plásticas produzidas em Poliamida 6.6 auto-extinguível (C.S.A. C22.2 nº 6 e U.L94HB - Mil spec 22096),	ABB	25,62	128,10
07	21276	5	Peça	Prolongador fêmea industrial 5 pinos (3F+N+T) 380V 16A. Partes plásticas produzidas em Poliamida 6.6 auto-extinguível (C.S.A. C22.2 nº 6 e U.L94HB - Mil spec 22096),	ABB	21,61	108,05
08	25846	5	Peça	Prolongador fêmea industrial 5 pinos (3F+N+T) 380V 32A. Partes plásticas produzidas em Poliamida 6.6 auto-extinguível (C.S.A. C22.2 nº 6 e U.L94HB - Mil spec 22096),	ABB	38,63	193,15
09	14141	10	Peça	Tomada industrial de sobrepor 4 pinos (3F +T) 380V 16A. Partes plásticas produzidas em Poliamida 6.6 auto-extinguível (C.S.A. C22.2 nº 6 e U.L94HB - Mil spec 22096),	ABB	23,66	236,60

10	30555	10	Peça	Tomada industrial de sobrepor 4 pinos (3F+T) 380V 32A. Partes plásticas produzidas em Poliamida 6.6 auto-extinguível (C.S.A. C22.2 nº 6 e U.L94HB - Mil spec 22096) 49463 - CEE 17 - BS 4343 - VDE 0623. Suportar tensão máxima de 690V (rms)	ABB	23,95	239,50
11	25734	2	Peça	Tomada industrial de sobrepor 5 pinos (3F+N+T) 380V 16A. Partes plásticas produzidas em Poliamida 6.6 auto-extinguível	ABB	28,60	57,20
12	24743	2	Peça	Tomada industrial de sobrepor 5 pinos (3F+N+T) 380V 32A. Partes plásticas produzidas em Poliamida 6.6 auto-extinguível (C.S.A. C22.2 nº 6 e U.L94HB - Mil spec 22096),	ABB	37,45	74,90
13	30546	5	Peça	Tomada industrial de sobrepor 5 pinos (3F+N+T) 380V 32A. A prova de água, IP 67. Partes plásticas produzidas em Poliamida 6.6 auto-extinguível (C.S.A. C22.2 nº 6 e U.L94HB - Mil spec 22096),	ABB	125,65	628,25
14	24744	5	Peça	Plugue industrial 5 pinos (3F+N+T) 380V 32A. A prova de água, IP 67. Partes plásticas produzidas em Poliamida 6.6 auto-extinguível (C.S.A. C22.2 nº 6 e U.L94HB - Mil spec 22096),	ABB	78,53	392,65
15	30547	10	Peça	Tomada industrial de sobrepor 4 pinos (3F +T) 380V 16A. A prova de água, IP 67. Partes plásticas produzidas em Poliamida 6.6 auto-extinguível (C.S.A. C22.2 nº 6 e U.L94HB - Mil spec 22096),	ABB	116,79	1.167,90

LOTE 19 - ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Item	Código FURB	Quantidade	Unidade	Especificações dos materiais	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total do Item (preço unitário X quantidade)
01	21094	10	Peça	Bloco autônomo de iluminação de emergência, com faróis de 2 x 55w,	Intelbras	654,16	6.541,60
02	12593	120	Peça	Bloco autônomo de iluminação de emergência, tipo tartaruga	Intelbras	145,16	17.419,20
03	24336	20	Peça	Luminária de iluminação de emergência tipo PL 9W, alimentada em 24VCC.	Intelbras	168,82	3.376,40
04	19726	5	Peça	Placa de saída alimentada em 24VCC de face dupla com seta.	Intelbras	164,09	820,45
05	4336	5	Peça	Placa de saída alimentada em 24VCC de face única com seta para a esquerda.	Intelbras	164,09	820,45
06	3962	5	Peça	Placa de saída alimentada em 24VCC de face única com seta para a direita.	Intelbras	164,09	820,45
07	4337	5	Peça	Placa de saída alimentada em 24VCC de face única sem seta,	Intelbras	164,09	820,45
08	21098	10	Peça	Placa de saída autônoma de face dupla com seta	Intelbras	167,65	1.676,50
09	21096	10	Peça	Placa de saída autônoma de face única com seta para a direita	Intelbras	167,65	1.676,50
10	21097	10	Peça	Placa de saída autônoma de face única com seta para a esquerda	Intelbras	167,65	1.676,50

11	21095	10	Peça	Placa de saída autônoma de face única sem -	Intelbras	167,65	1.675,50
12	35010	50	Peça	Bloco autônomo de iluminação de emergência, com faróis de LED 4 x 3w	Lux Pryme	309,50	15.475,00

LOTE 20 - QUADROS DE COMANDOS E TELEFONES

Item	Código FURB	Quantidade	Unidade	Especificações dos materiais	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total do Item (preço unitário X quantidade)
01	14543	10	Peça	Quadro comando em aço SAE 1010/1020 com tratamento anti-corrosivo e pintura eletrostática a pó, de sobrepor, instalação abrigada,	Opção	522,74	5.227,40
02	30499	10	Peça	Quadro comando em aço SAE 1010/1020 com tratamento anti-corrosivo e pintura eletrostática a pó, de sobrepor, instalação abrigada, com chapa de montagem,	Opção	210,13	2.101,30
03	21250	10	Peça	Quadro comando em aço SAE 1010/1020 com tratamento anti-corrosivo e pintura eletrostática a pó,	Opção	348,21	3.482,10
04	20540	10	Peça	Quadro comando em aço SAE 1010/1020 com tratamento anti-corrosivo e pintura eletrostática a pó,	Opção	166,85	1.668,50
05	14725	4	Peça	Quadro comando em aço SAE 1010/1020 com tratamento anti-corrosivo e pintura eletrostática a pó,	Opção	106,35	425,40
06	19777	5	Peça	Quadro de telefone de sobrepor padrão TELEBRÁS,	Alubethol	148,18	740,90
07	19778	5	Peça	Quadro de telefone de sobrepor padrão TELEBRÁS,	Alubethol	70,88	354,40

LOTE 21 - CHAVES DE PARTIDA E CONTADORES

Item	Código FURB	Quantidade	Unidade	Especificações dos materiais	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total do Item (preço unitário X quantidade)
01	26545	20	Peça	Chave de partida trifásica para motor de 3 CV em 380V, bobina 220V	Altronic	107,81	2.156,20
02	21987	3	Peça	Chave de partida trifásica para motor de 5 CV em 380V, bobina 220V	Altronic	107,80	323,40
03	27010	3	Peça	Chave de partida trifásica para motor de 15 CV em 380V, bobina 220V	Altronic	141,65	424,95
04	3686	5	Peça	Contator tripolar de força, para manobra de motor de 15CV em 380V,	ABB	175,59	878,45
05	18695	5	Peça	Contator tripolar de força, para manobra de motor de 5CV em 380V,	ABB	76,76	383,80
06	26187	5	Peça	Contator tripolar de força, para manobra de motor de 2CV em 380V,	ABB	71,43	357,15
07	26186	5	Peça	Contator tripolar de força, para manobra de motor de 1CV em 380V,	ABB	65,54	327,70
08	26191	5	Peça	Disjuntor termomagnético tripolar para manobra e proteção de motores (disjuntor-motor),	ABB	144,79	723,95
09	30504	5	Peça	Disjuntor termomagnético tripolar para manobra e proteção de motores (disjuntor-motor),	ABB	144,79	723,95
10	26193	5	Peça	Disjuntor termomagnético tripolar para manobra e proteção de motores (disjuntor-motor),	ABB	144,79	723,95

11	30505	5	Peça	Disjuntor termomagnético tripolar para manobra e proteção de motores (disjuntor-motor)	ABB	144,79	723,95
12	26190	5	Peça	Disjuntor termomagnético tripolar para manobra e proteção de motores (disjuntor-motor)	ABB	150,51	752,55

LOTE 22 - PARARAIO E ACESSÓRIOS

Item	Código FURB	Quantidade	Unidade	Especificações dos materiais	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total do Item (preço unitário X quantidade)
01	4087	100	peça	Terminal Aéreo, em aço galvanizado com fixação horizontal.	Wipe	7,61	761,00
02	33567	300	Peça	Terminal tipo cruz/prensa em latão (sapatilha), para cabo de 16mm ² - 25mm ² .	Magnet	13,81	4.143,00
03	4101	60	Peça	Conector reforçado cabo/haste com grampo em "U", especial tipo GTDU para haste de aterramento	Incesa	11,26	675,60
04	3600	60	Peça	Haste de terra diâmetro 5/8" x 240cm em aço revestida de cobre,	Incesa	35,76	2.145,60
05	19765	40	Peça	conector split bolt para cabo 50mm ² .	Intely	5,43	217,20
06	33568	200	Peça	conector split bolt, com rabicho rosca soberba, para cabo 16-35mm ² .	Intely	4,13	826,00
07	18165	40	Peça	Caixa de alvenaria quadrada, com tampa de concreto,	BSM	12,69	507,60
08	33082	200	barra	Barra de alumínio retangular 1/8"x7/8" (Barra de 600cm)	CBA	24,62	4.924,00

PAGAMENTO: O pagamento será realizado 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega dos materiais, desde que aprovado pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 22/10/2014.

EXTRATO Nº 298/2014 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 298/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e
CONTESINI COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA COMPRA DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO NOS DIVERSOS CAMPI DA FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 109/2014 e Ata de Registro de Preços nº. 151/2014, firmado em 01 de outubro de 2014.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

LOTE 01 - ELETROCALHAS E CONEXÕES

Item	Código FURB	Quantidade	Uni-dade	Descrição dos Materiais	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total do Item (preço unitário X quantidade)
01	3981	50	Peça	Caixa para tomada com furo retangular de 36mm x 48mm para uso em perfilado Construído em chapa de aço carbono, Espessura mínima da chapa de 1,20mm (chapa 18),	Latinasul	3,55	177,50
02	2767	20	Peça	Curva horizontal 90° curta para eletrocalha perfurada 50X50mm. Construída em chapa de aço carbono, Espessura mínima da chapa de 1,20mm (chapa 18)	Latinasul	6,45	129,00

03	2735	100	Peça	Curva horizontal 90° curta para eletrocalha perfurada 100X50mm. Construída em chapa de aço carbono, Espessura mínima da chapa de 1,20mm (chapa 18)	Latinasul	10,89	1.089,00
04	24572	50	Peça	Curva horizontal 90° curta para eletrocalha perfurada 100X100mm. Construída em chapa de aço carbono, Espessura mínima da chapa de 1,20mm (chapa 18),	Latinasul	18,08	904,00
05	13908	36	Peça	Curva horizontal 90° curta para eletrocalha perfurada 200X100mm. Construída em chapa de aço carbono, Espessura mínima da chapa de 1,20mm (chapa 18),	Latinasul	31,12	1.120,32
06	19680	10	Peça	Curva vertical externa 90° curta para eletrocalha perfurada 50X50mm. Construída em chapa de aço carbono, Espessura mínima da chapa de 1,20mm (chapa 18),	Latinasul	6,43	64,30
07	2737	30	Peça	Curva vertical externa 90° curta para eletrocalha perfurada 100X50mm. Construída em chapa de aço carbono, Espessura mínima da chapa de 1,20mm (chapa 18),	Latinasul	8,64	259,20
08	24573	30	Peça	Curva vertical externa 90° curta para eletrocalha perfurada 100X100mm. Construída em chapa de aço carbono, Espessura mínima da chapa de 1,20mm (chapa 18),	Latinasul	16,82	504,60
09	19648	20	Peça	Curva vertical externa 90° curta para eletrocalha perfurada 200X100mm. Construída em chapa de aço carbono, Espessura mínima da chapa de 1,20mm (chapa 18)	Latinasul	27,63	552,60
10	24574	20	Peça	Curva vertical interna 90° curta para eletrocalha perfurada 100X100mm. Construída em chapa de aço carbono, Espessura mínima da chapa de 1,20mm (chapa 18),	Latinasul	12,94	258,80
11	2738	30	Peça	Curva vertical interna 90° curta para eletrocalha perfurada 100X50mm. Construída em chapa de aço carbono, Espessura mínima da chapa de 1,20mm (chapa 18),	Latinasul	7,29	218,7
12	19649	15	Peça	Curva vertical interna 90° curta para eletrocalha perfurada 200X100mm. Construída em chapa de aço carbono, Espessura mínima da chapa de 1,20mm (chapa 18),	Latinasul	20,73	310,95
13	19682	10	Peça	Curva vertical interna 90° curta para eletrocalha perfurada 50X50mm. Construída em chapa de aço carbono, Espessura mínima da chapa de 1,20mm (chapa 18),	Latinasul	5,81	58,10
14	14186	500	Peça	Eletrocalha perfurada 100X50mm. barra com 3 metros. Construída em chapa de aço carbono, Espessura mínima da chapa de 1,20mm (chapa 18),	Latinasul	34,46	17.230,00
15	17403	200	Peça	Eletrocalha perfurada 100X100mm .barra com 3 metros. Construída em chapa de aço carbono, Espessura mínima da chapa de 1,20mm (chapa 18),	Latinasul	51,67	10.334,00

16	13907	100	Peça	Eletrocalha perfurada 200X100mm .barra com 3 metros. Construída em chapa de aço carbono, Espessura mínima da chapa de 1,20mm (chapa 18),	Latinasul	68,89	6.889,00
17	2743	50	Peça	Eletrocalha perfurada 50X50mm .barra com 3 metros. Construída em chapa de aço carbono, Espessura mínima da chapa de 1,20mm (chapa 18),	Latinasul	25,85	1.292,50
18	2777	50	Peça	Emenda interna tipo Junção telescópica para eletrocalha perfurada 50X50mm. Construída em chapa de aço carbono, Espessura mínima da chapa de 1,20mm (chapa 18),	Latinasul	1,90	95,00
19	2807	700	Peça	Emenda interna tipo Junção telescópica para eletrocalha perfurada 100X50mm. Construída em chapa de aço carbono, Espessura mínima da chapa de 1,20mm (chapa 18),	Latinasul	2,29	1.603,00
20	17404	100	Peça	Emenda interna tipo Junção telescópica para eletrocalha perfurada 100X100mm. Construída em chapa de aço carbono, Espessura mínima da chapa de 1,20mm (chapa 18),	Latinasul	3,77	377,00
21	16300	100	Peça	Emenda interna tipo Junção telescópica para eletrocalha perfurada 200X100mm. Construída em chapa de aço carbono, Espessura mínima da chapa de 1,20mm (chapa 18),	Latinasul	5,02	502,00
22	18710	100	Peça	Gancho curto para perfilado de 38mm, com 100 mm de comprimento. Construído em chapa de aço carbono, Espessura mínima da chapa de 2,00mm (chapa 14),	Latinasul	1,34	134,00
23	4721	100	Peça	Junção Interna I para perfilado. Construído em chapa de aço carbono, Espessura mínima da chapa de 1,50mm (chapa 16),	Latinasul	1,58	158,00
24	16166	100	Peça	Junção Interna L para perfilado. Construído em chapa de aço carbono, Espessura mínima da chapa de 1,50mm (chapa 16),	Latinasul	2,33	233,00
25	2820	20	Peça	Junção Interna T para perfilado. Construído em chapa de aço carbono, Espessura mínima da chapa de 1,50mm (chapa 16),	Latinasul	2,84	56,80
26	2741	150	Peça	Mão francesa simples altura 114 mm, largura. 200mm. Espessura mínima da chapa de 1,50mm (chapa 16), Conforme norma: SAE 1008-1010.	Latinasul	5,12	768,00
27	2803	500	Peça	Mão francesa simples altura 114 mm, largura. 300mm. Espessura mínima da chapa de 1,50mm (chapa 16), Conforme norma: SAE 1008-1010.	Latinasul	6,05	3.025,00
28	19663	300	Peça	Mão francesa simples altura 114 mm, largura. 400mm. Espessura mínima da chapa de 1,50mm (chapa 16), Conforme norma: SAE 1008-1010.	Latinasul	7,47	2.241,00
29	2548	90	Barra	Perfilado com fundo perfurado 38x38mm, em barra de 6 metros. Construído em chapa de aço carbono, Espessura mínima da chapa de 1,50mm (chapa 16),	Latinasul	53,93	4.853,70

30	16162	20	Peça	Sapata interna para perfilado. Construído em chapa de aço carbono, Espessura mínima da chapa de 1,50mm (chapa 16),	Latinasul	3,96	79,20
31	4103	25	Peça	Suporte horizontal fechado para eletrocalha perfurada 100X50mm ou 100X100mm suspensão do suporte por tirante..	Latinasul	2,10	52,50
32	22755	25	Peça	Suporte horizontal fechado para eletrocalha perfurada 200X100mm. suspensão do suporte por tirante	Latinasul	4,79	119,75
33	4318	25	Peça	Suporte horizontal fechado para eletrocalha perfurada 50X50mm. suspensão do suporte por tirante	Latinasul	1,55	38,75
34	22756	200	Peça	Suspensão para tirante tipo cantoneira ZZ , com encaixe de 38mm. Construída em chapa de aço carbono, Espessura mínima da chapa de 2,00mm (chapa 14),	Latinasul	1,32	264,00
35	2729	30	Barra	Tampa lisa para eletrocalha de 100mm. barra com 3 metros. Construída em chapa de aço carbono, Espessura mínima da chapa de 0,90mm (chapa 20),	Latinasul	21,12	633,60
36	17392	20	Barra	Tampa lisa para eletrocalha de 200mm. barra com 3 metros. Construída em chapa de aço carbono, Espessura mínima da chapa de 0,90mm (chapa 20),	Latinasul	37,50	750,00
37	2778	10	Barra	Tampa lisa para eletrocalha de 50mm. barra com 3 metros.	Latinasul	12,94	129,40
38	2776	10	Peça	Tee horizontal p/ eletrocalha perfurada 50x50mm. Construído em chapa de aço carbono, Espessura mínima da chapa de 1,20mm (chapa 18)	Latinasul	8,83	88,30
39	14171	50	Peça	Tee horizontal p/ eletrocalha perfurada 100x50mm. Construído em chapa de aço carbono, Espessura mínima da chapa de 1,20mm (chapa 18),	Latinasul	12,05	602,50
40	24339	25	Peça	Tee horizontal p/ eletrocalha perfurada 100x100mm. Construído em chapa de aço carbono, Espessura mínima da chapa de 1,20mm (chapa 18),	Latinasul	17,67	441,75
41	13909	20	Peça	Tee horizontal p/ eletrocalha perfurada 200x100mm. Construído em chapa de aço carbono, Espessura mínima da chapa de 1,20mm (chapa 18),	Latinasul	38,61	772,20
42	24579	5	Peça	Tee vertical de descida lateral (invertido) 90° para eletrocalha perfurada 200X100mm.	Latinasul	46,05	230,25
43	19713	15	Peça	Tee vertical de descida lateral (invertido), 90° para eletrocalha perfurada 100X50mm.	Latinasul	14,63	219,45
44	19708	5	Peça	Tee vertical de descida lateral, 90° para eletrocalha perfurada 50X50mm.	Latinasul	10,74	53,70
45	24580	15	Peça	Tee vertical de descida lateral, 90° para eletrocalha perfurada 100X100mm. Construído em chapa de aço carbono, Espessura mínima da chapa de 1,20mm (chapa 18),	Latinasul	24,37	365,55

46	33066	500	Peça	Saída horizontal de eletrocalha para eletroduto, diâmetro de 3/4", Construído em chapa de aço carbono, espessura mínima da chapa de 1,20mm (chapa 18).	Latinasul	1,26	630,00
47	4004	500	Peça	Conector reto com arruela em alumínio, com box para eletroduto 3/4" e parafuso de aperto, uso em eletrocalha.	Wetzel	2,98	1.490,00

LOTE 04 - ELETRODUTOS, DERIVAÇÕES E CONEXÕES

Item	Código FURB	Quantidade	Unidade	Descrição dos Materiais	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total do Item (preço unitário X quantidade)
01	23162	1000	Peça	Abraçadeira de PVC 1". Não propagante de chama. Resistentes a intempéries e choques térmicos. Atender a norma ABNT NBR 15465 nas especificações dimensionais e na resistência a ruptura.	Wetzel	1,61	1.610,00
02	2749	9000	Peça	Abraçadeira de PVC 3/4". Não propagante de chama. Resistentes a intempéries e choques térmicos. Atender a norma ABNT NBR 15465 nas especificações dimensionais e na resistência a ruptura.	Wetzel	1,28	11.520,00
03	24792	5000	Peça	Adaptador para montagem de condutores de PVC por meio de conexão nas caixas de derivação. bitola 3/4".	Wetzel	0,69	3.450,00
04	24793	400	Peça	Adaptador para montagem de condutores de PVC por meio de conexão nas caixas de derivação. bitola 1".	Wetzel	0,91	364,00
05	18073	3000	Peça	Caixa de derivação para montagem de condutores de PVC por meio de conexão de adaptadores sem rosca de bitolas 1/2" e 3/4".	Wetzel	4,80	14.400,00
06	24795	100	Peça	Caixa de derivação para montagem de condutores de PVC por meio de conexão de adaptadores sem rosca de bitola 1".	Wetzel	7,11	711,00
07	23164	600	Peça	Cotovelo de PVC sem rosca de 3/4" na cor cinza, atendendo a norma ABNT NBR 15465.	Wetzel	3,82	2.292,00
08	23165	50	Peça	Cotovelo de PVC sem rosca de 1" na cor cinza, atendendo a norma ABNT NBR 15465.	Wetzel	5,00	250,00
09	2805	500	Peça	Curva PVC com bolsas 90° de 3/4". Não propagante de chama. Resistentes a intempéries e choques térmicos..	Wetzel	4,00	2.000,00
10	18785	50	Peça	Curva PVC com bolsas 90° de 1". Não propagante de chama. Resistentes a intempéries e choques térmicos.	Wetzel	5,36	268,00
11	2691	2500	Barra	Eletroduto PVC sem rosca de 3/4". Barra de 3 metros, espessura da parede de 2,1mm com tolerância de +0,2mm. Não propagante de chama. Resistentes a intempéries e choques térmicos.	Maxidutos	6,54	16.350,00

12	17576	300	Barra	Eletroduto PVC sem rosca de 1". Barra de 3 metros, espessura da parede de 2,7mm com tolerância de +0,2mm. Não propagante de chama. Resistentes a intempéries e choques térmicos..	Maxidutos	8,81	2.643,00
13	2668	1000	Peça	Luva PVC sem rosca de ¾", atendendo a norma ABNT NBR 15465.	Wetzel	1,76	1.760,00
14	2711	50	Peça	Luva PVC sem rosca de 1", atendendo a norma ABNT NBR 15465.	Wetzel	2,23	111,50
15	24803	1500	Peça	Tampa Cega para condutele de PVC de ½" ou ¾". Dimensões (A x L): 92,5mm x 50,5mm. Fixação por encaixe sem parafusos. Não propagante de chama. Resistentes a intempéries e choques térmicos.	Wetzel	1,96	2.940,00
16	24805	50	Peça	Tampa Cega para condutele de PVC de 1". Dimensões (A x L): 115mm x 60mm. Fixação por encaixe sem parafusos. Não propagante de chama. Resistentes a intempéries e choques térmicos.	Wetzel	2,98	149,00
17	24798	50	Peça	Tampa de PVC para condutele de ½" ou ¾". Dimensões (A x L): 92,5mm x 50,5mm. Furação para interruptor de 2 teclas. Fixação por encaixe sem parafusos. Não propagante de chama. Resistentes a intempéries e choques térmicos.	Wetzel	2,79	139,50
18	24799	3000	Peça	Tampa de PVC para condutele de ½" ou ¾". Dimensões (A x L): 92,5mm x 50,5mm. Furação para interruptor de 3 teclas. Fixação por encaixe sem parafusos. Não propagante de chama. Resistentes a intempéries e choques térmicos.	Wetzel	2,51	7.530,00
19	24801	100	Peça	Tampa de PVC para condutele de ½" ou ¾". Dimensões (A x L): 92,5mm x 50,5mm. Furação para 1 conector RJ45 (tipo AMP) com suporte. Fixação por encaixe sem parafusos. Não propagante de chama. Resistentes a intempéries e choques térmicos.	Wetzel	2,79	279,00
20	24802	200	Peça	Tampa de PVC para condutele de ½" ou ¾". Dimensões (A x L): 92,5mm x 50,5mm. Furação para 2 conectores RJ45 (tipo AMP) com suporte. Fixação por encaixe sem parafusos. Não propagante de chama. Resistentes a intempéries e choques térmicos.	Wetzel	2,79	558,00
21	24797	100	Peça	Tampa de PVC para condutele de ½" ou ¾". Dimensões (A x L): 92,5mm x 50,5mm. Furação para interruptor de 1 tecla. Fixação por encaixe sem parafusos. Não propagante de chama. Resistentes a intempéries e choques térmicos.	Wetzel	2,80	280,00
22	27409	1000	Peça	Tampa de PVC para condutele de 1". Dimensões (A x L): 115mm x 60mm. Furação para interruptor de 3 teclas. Fixação por encaixe sem parafusos. Não propagante de chama. Resistentes a intempéries e choques térmicos.	Wetzel	2,88	2.880,00

23	21312	500	Metro	Eletroduto Flexível Corrugado reforçado de ¾" (25mm), não propagante de chama (antichama), fabricado em PVC para uso embutido em lajes e pisos de concreto, com massa mínima de 84 g/m.	Plasbohn	1,75	875,00
24	21313	500	Metro	Eletroduto Flexível Corrugado reforçado de 1" (32mm), não propagante de chama (antichama), fabricado em PVC para uso embutido em lajes e pisos de concreto, com massa mínima de 120 g/m.	Plasbohn	2,28	1.140,00

LOTE 12 - CABOS DIVERSOS

Item	Código FURB	Quantidade	Unidade	Descrição dos Materiais	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total do Item (preço unitário X quantidade)
01	2317	2000	Metro	Cabo unipolar de alta flexibilidade 1,5 mm2, 750V, 70 °C, amarelo .	Prysmian	0,65	1.300,00
02	2235	5000	Metro	Cabo unipolar de alta flexibilidade 1,5 mm2, 750V, 70 °C, azul .	Prysmian	0,65	3.250,00
03	2238	2000	Metro	Cabo unipolar de alta flexibilidade 1,5 mm2, 750V, 70 °C, branco .	Prysmian	0,65	1.300,00
04	2239	2000	Metro	Cabo unipolar de alta flexibilidade 1,5 mm2, 750V, 70 °C, cinza .	Prysmian	0,65	1.300,00
05	2234	5000	Metro	Cabo unipolar de alta flexibilidade 1,5 mm2, 750V, 70 °C, preto .	Prysmian	0,65	3.250,00
06	2236	500	Metro	Cabo unipolar de alta flexibilidade 1,5 mm2, 750V, 70 °C, vermelho	Prysmian	0,65	325,00
07	2237	5000	Metro	Cabo unipolar de alta flexibilidade 1,5 mm2, 750V, 70 °C, verde .	Prysmian	0,65	3.250,00
08	2243	10000	Metro	Cabo unipolar de alta flexibilidade 2,5 mm2, 750V, 70 °C, azul .	Prysmian	0,96	9.600,00
09	2246	1000	Metro	Cabo unipolar de alta flexibilidade 2,5 mm2, 750V, 70 °C, branco .	Prysmian	0,96	960,00
10	2242	15000	Metro	Cabo unipolar de alta flexibilidade 2,5 mm2, 750V, 70 °C, preto .	Prysmian	0,96	14.400,00
11	2244	2000	Metro	Cabo unipolar de alta flexibilidade 2,5 mm2, 750V, 70 °C, vermelho	Prysmian	0,96	1.920,00
12	2245	10000	Metro	Cabo unipolar de alta flexibilidade 2,5 mm2, 750V, 70 °C, verde	Prysmian	0,96	9.600,00
13	23957	400	Metro	Cabo unipolar de alta flexibilidade 2,5 mm2, 1KV, 90 °C, - azul.	Prysmian	1,70	680,00
14	23958	600	Metro	Cabo unipolar de alta flexibilidade 2,5 mm2, 1KV, 90 °C, - preto	Prysmian	1,70	1.020,00
15	2350	1000	Metro	Cabo unipolar de alta flexibilidade 4,0 mm2, 750V, 70 °C, vermelho .	Prysmian	1,53	1.530,00
16	2348	10000	Metro	Cabo unipolar de alta flexibilidade 4,0 mm2, 750V, 70 °C, azul .	Prysmian	1,53	15.300,00
17	2258	15000	Metro	Cabo unipolar de alta flexibilidade 4,0 mm2, 750V, 70 °C, preto .	Prysmian	1,53	22.950,00
18	2365	10000	Metro	Cabo unipolar de alta flexibilidade 4,0 mm2, 750V, 70 °C, verde .	Prysmian	1,53	15.300,00
19	24360	300	Metro	Cabo unipolar de alta flexibilidade 4,0 mm2, 1KV, 90 °C, - azul.	Prysmian	2,35	705,00
20	24361	900	Metro	Cabo unipolar de alta flexibilidade 4,0 mm2, 1KV, 90 °C, - preto.	Prysmian	2,35	2.115,00
21	2331	400	Metro	Cabo unipolar de alta flexibilidade 6,0 mm2, 750V, 70 °C, vermelho .	Prysmian	2,26	904,00
22	2332	1000	Metro	Cabo unipolar de alta flexibilidade 6,0 mm2, 750V, 70 °C, azul .	Prysmian	2,26	2.260,00
23	2329	2000	Metro	Cabo unipolar de alta flexibilidade 6,0 mm2, 750V, 70 °C, preto .	Prysmian	2,26	4.520,00
24	2333	1500	Metro	Cabo unipolar de alta flexibilidade 6,0 mm2, 750V, 70 °C, verde .	Prysmian	2,26	3.390,00

25	24544	200	Metro	Cabo unipolar de alta flexibilidade 6,0 mm2, 1KV, 90 °C, - azul.	Prysmian	3,17	634,00
26	24545	600	Metro	Cabo unipolar de alta flexibilidade 6,0 mm2, 1KV, 90 °C, - preto.	Prysmian	3,17	1.902,00
27	2408	400	Metro	Cabo unipolar de alta flexibilidade 10,0 mm2, 750V, 70 °C, azul.	Prysmian	4,78	1.912,00
28	2260	1000	Metro	Cabo unipolar de alta flexibilidade 10,0 mm2, 750V, 70 °C, preto.	Prysmian	4,78	4.780,00
29	2388	500	Metro	Cabo unipolar de alta flexibilidade 10,0 mm2, 750V, 70 °C, verde.	Prysmian	4,78	2.390,00
30	20787	200	Metro	Cabo unipolar de alta flexibilidade 10,0 mm2, 750V, 70 °C, vermelho.	Prysmian	4,78	956,00
31	2383	500	Metro	Cabo unipolar de alta flexibilidade 10,0 mm2, 1KV, 90 °C, azul.	Prysmian	4,89	2.445,00
32	2382	600	Metro	Cabo unipolar de alta flexibilidade 10,0 mm2, 1KV, 90 °C, preto.	Prysmian	4,89	2.934,00
33	2368	500	Metro	Cabo unipolar de alta flexibilidade 16,0 mm2, 750V, 70 °C, azul.	Prysmian	7,45	3.725,00
34	2366	600	Metro	Cabo unipolar de alta flexibilidade 16,0 mm2, 750V, 70 °C, preto.	Prysmian	7,44	4.464,00
35	2367	300	Metro	Cabo unipolar de alta flexibilidade 16,0 mm2, 750V, 70 °C, verde.	Prysmian	7,44	2.232,00
36	2390	200	Metro	Cabo unipolar de alta flexibilidade 16,0 mm2, 1KV, 90 °C, azul.	Prysmian	7,60	1.520,00
37	2389	600	Metro	Cabo unipolar de alta flexibilidade 16,0 mm2, 1KV, 90 °C, preto.	Prysmian	7,60	4.560,00
38	2403	1200	Metro	Cabo unipolar de alta flexibilidade 25 mm2, 1KV, 90 °C, preto.	Prysmian	10,74	12.888,00
39	2404	400	Metro	Cabo unipolar de alta flexibilidade 25 mm2, 1KV, 90 °C, azul.	Prysmian	10,74	4.296,00
40	25844	400	Metro	Cabo unipolar de alta flexibilidade 25 mm2, 750V, 70 °C, verde.	Prysmian	10,93	4.372,00
41	2395	300	Metro	Cabo unipolar de alta flexibilidade 35 mm2, 1KV, 90 °C, azul.	Prysmian	14,67	4.401,00
42	2370	900	Metro	Cabo unipolar de alta flexibilidade 35 mm2, 1KV, 90 °C, preto.	Prysmian	14,67	13.203,00
43	25845	300	Metro	Cabo unipolar de alta flexibilidade 35 mm2, 750V, 70 °C, verde.	Prysmian	15,12	4.536,00
44	2424	600	Metro	Cabo unipolar de alta flexibilidade 50 mm2, 1KV, 90 °C, preto.	Prysmian	20,59	12.354,00
45	2425	200	Metro	Cabo unipolar de alta flexibilidade 50 mm2, 1KV, 90 °C, azul.	Prysmian	20,59	4.118,00
46	2286	500	Metro	Cabo multipolar flexível PP 2 x 1,5mm, cor externa preto. Condutor formado por fios sólidos de cobre nú de tempera mole, seção circular.	Prysmian	2,55	1.275,00
47	2287	1000	Metro	Cabo multipolar flexível PP 2 x 2,5mm, cor externa preto. Condutor formado por fios sólidos de cobre nú de tempera mole, seção circular.	Prysmian	3,52	3.520,00
48	21553	200	Metro	Cabo multipolar flexível PP 2 x 4,0mm, cor externa preto. Condutor formado por fios sólidos de cobre nú de tempera mole, seção circular.	Prysmian	4,94	988,00
49	2262	500	Metro	Cabo multipolar flexível PP 3 x 1,5mm, cor externa preto. Condutor formado por fios sólidos de cobre nú de tempera mole, seção circular.	Prysmian	3,23	1.615,00
50	2313	500	Metro	Cabo multipolar flexível PP 3 x 2,5mm, cor externa preto. Condutor formado por fios sólidos de cobre nú de tempera mole, seção circular.	Prysmian	4,60	2.300,00
51	17352	200	Metro	Cabo multipolar flexível PP 3 x 4,0mm, cor externa preto. Condutor formado por fios sólidos de cobre nú de tempera mole, seção circular.	Prysmian	6,69	1.338,00

52	27387	200	Metro	Cabo multipolar flexível PP 3 x 6,0mm, cor externa preto. Condutor formado por fios sólidos de cobre nú de tempera mole, seção circular.	Prysmian	9,59	1.918,00
53	20789	200	Metro	Cabo multipolar flexível PP 4 x 1,5mm, cor externa preto. Condutor formado por fios sólidos de cobre nú de tempera mole, seção circular.	Prysmian	4,22	844,00
54	17353	300	Metro	Cabo multipolar flexível PP 4 x 2,5mm, cor externa preto. Condutor formado por fios sólidos de cobre nú de tempera mole, seção circular.	Prysmian	6,00	1.800,00
55	20791	200	Metro	Cabo multipolar flexível PP 4 x 4,0mm, cor externa preto. Condutor formado por fios sólidos de cobre nú de tempera mole, seção circular.	Prysmian	8,84	1.768,00
56	21277	200	Metro	Cabo multipolar flexível PP 5 x 2,5mm, cor externa preto. Condutor formado por fios sólidos de cobre nú de tempera mole, seção circular.	Prysmian	7,81	1.562,00
57	25835	200	Metro	Cabo multipolar flexível PP 5 x 4,0mm, cor externa preto. Condutor formado por fios sólidos de cobre nú de tempera mole, seção circular.	Prysmian	11,50	2.300,00
58	24754	100	Metro	Cabo multipolar flexível PP 5 x 6,0mm, cor externa preto. Condutor formado por fios sólidos de cobre nú de tempera mole, seção circular.	Prysmian	16,25	1.625,00
59	2302	300	Metro	Cabo de cobre nú 50mm ² , normatizado NBR 6524	Prysmian	16,30	4.890,00
60	13920	200	Metro	Cabo de cobre nú 35mm ² , normatizado NBR 6524	Prysmian	11,90	2.380,00
61	33542	200	Metro	Cabo de cobre nú 16mm ² , normatizado NBR 6524	Prysmian	5,63	1.126,00

LOTE 23 - PARAFUSOS E BUCHAS

Item	Código FURB	Quantidade	Unidade	Descrição dos Materiais	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total do Item (preço unitário X quantidade)
01	6340	150	Cento	Arruela lisa de 1/4", em aço zincado.	Ciser	7,13	1.069,50
02	6258	20	Cento	Arruela lisa de 5/16", em aço zincado.	Ciser	9,03	180,00
03	24576	100	Cento	Parafuso cabeça lentilha auto travante de 1/4" x 1/2" de comprimento, em aço zincado.	Jomarca	13,37	1.337,00
04	14029	50	Cento	Parafuso cabeça lentilha com fenda simples de 1/4" x 5/8" de comprimento, em aço zincado.	Ciser	15,09	754,50
05	24577	10	Cento	Parafuso cabeça lentilha auto travante de 5/16" x 1/2" de comprimento, em aço zincado.	Jomarca	21,57	215,70
06	17003	50	Barra	Vergalhão roscado, de 1/4" x 3000mm, em aço zincado.	Ciser	1,97	98,50
07	6161	100	Cento	Porca sextavada de 1/4" NC, em aço zincado.	Ciser	4,22	422,00
08	6166	20	Cento	Porca sextavada de 5/16" NC, em aço zincado.	Ciser	5,82	116,40
09	7511	20	Cento	Bucha para concreto S10 x 50 mm; fabricada em poliamida de alta qualidade (nylon), não halogenada. Referência Fischer.	Sforplast	16,61	332,20
10	26369	50	Cento	Bucha para concreto S8 x 40 mm; fabricada em poliamida de alta qualidade (nylon), não halogenada. Referência Fischer.	Sforplast	8,31	415,50

11	7506	50	Cento	Bucha para concreto S6 x 30 mm; fabricada em poliamida de alta qualidade (nylon), não halogenada. Referência Fischer.	Sforplast	4,25	212,50
12	33026	40	Cento	Bucha universal FU10 x 60 mm com flange; fabricada em poliamida de alta qualidade (nylon), não halogenada. Referência Fischer.	Sforplast	45,10	1.804,00
13	22099	40	Cento	Bucha universal FU8 x 50 mm com flange; fabricada em poliamida de alta qualidade (nylon), não halogenada. Referência Fischer.	Sforplast	27,22	1.088,80
14	32200	50	Cento	Bucha universal FU6 x 35 mm com flange; fabricada em poliamida de alta qualidade (nylon), não halogenada. Referência Fischer.	Sforplast	14,97	748,50
15	27252	20	Cento	Bucha para Drywall HDF, para gesso acartonado simples de 12,5mm; fabricada em poliamida de alta qualidade (nylon), não halogenada. Referência Fischer.	Sforplast	30,49	609,80
16	33569	20	Cento	Parafuso auto-atarraxante cabeça panela, fenda tipo Philips de 3,8 x 45 mm, em aço zincado.	Ciser	12,92	258,40
17	32201	50	Cento	Parafuso auto-atarraxante cabeça panela, fenda tipo Philips de 3,5 x 40 mm, em aço zincado.	Ciser	12,92	646,00
18	32202	40	Cento	Parafuso auto-atarraxante cabeça panela, fenda tipo Philips de 4,5 x 60 mm, em aço zincado.	Ciser	12,60	504,00
19	33027	20	Cento	Parafuso cabeça sextavada rosca soberba de 1/4" x 3" (6,3 x 76mm), em aço zincado.	Ciser	27,23	544,60
20	6303	10	Cento	Parafuso auto-atarraxante cabeça panela, fenda tipo philips de 6,3 x 50 mm, em aço zincado.	Ciser	30,20	302,00
21	29271	50	Cento	Parafuso auto-atarraxante cabeça panela, fenda tipo philips de 4,2 x 32 mm, em aço zincado.	Ciser	9,62	481,00
22	29270	50	Cento	Parafuso auto-atarraxante cabeça panela, fenda tipo philips de 5,5 x 32 mm, em aço zincado.	Ciser	17,17	858,50

LOTE 25 - TOMADAS, INTERRUPTORES E AFINS

Item	Código FURB	Quantidade	Uni-dade	Descrição dos Materiais	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total do Item (preço unitário X quantidade)
01	2537	200	Peça	Placa cega (tampa) 4" x 2" com dois (02) furos para fixação, cor cinza, para alvenaria, fabricada em PVC.	Radial	0,77	154,00
02	18149	150	Peça	Caixa plástica em PVC antichama de embutir para alvenaria 4" x 2", (dimensões: 108,5 x 70 x 47,5mm), fator de proteção IP40.	Krona	0,80	120,00
03	18150	60	Peça	Caixa plástica em PVC antichama de embutir para alvenaria 4" x 4", (dimensões: 112 x 112 x 47,5mm), fator de proteção IP40.	Krona	1,39	83,40
04	33077	200	Peça	Caixa plástica em PVC rígido antichama de embutir para gesso acartonado 4" x 2", (dimensões: 105 x 63 x 47mm), com flange e olhais integrados para fixação da caixa, com dois (02) fixadores para eletrodutos e com protetor montante. Ref. Tigre	Astra	3,44	688,00

05	2474	500	Peça	Tomada 2P + T sem placa 10A/250Vac. Corpo em termoplástico de alta resistência na cor preta. Certificada pelo INMETRO conforme NBR NM 60884-1: 2004 e NBR 14136: 2002.	Schneider	4,28	2.140,00
06	2520	200	Peça	Tomada 2P + T sem placa 20A/250Vac. Corpo em termoplástico de alta resistência na cor preta. Certificada pelo INMETRO conforme norma ABNT NBR NM 60884-1 e NBR 14136.	Schneider	4,69	938,00
07	6396	2500	Peça	Duas (02) tomadas 2P + T sem placa 10A/250Vac. Corpo em termoplástico de alta resistência na cor preta. Certificada pelo INMETRO conforme norma ABNT NBR NM 60884-1 e NBR 14136.	Schneider	10,30	25.750,00
08	19426	30	Peça	Interruptor de embutir uma (01) tecla, paralelo, padrão linha silentoque. 10A-250V. Corpo em termoplástico de alta resistência na cor preta. Certificado pelo INMETRO conforme norma ABNT NBR NM 60669-1 e portaria nº. 82 - UC OCP-0004.	Radial	2,29	68,70
09	31344	20	Peça	Interruptor de embutir duas (02) teclas juntas, paralelo, padrão linha silentoque. 10A-250V. Corpo em termoplástico de alta resistência na cor preta. Certificado pelo INMETRO conforme norma ABNT NBR NM 60669-1 e portaria nº. 82 - UC OCP-0004.	Radial	4,38	87,60
10	31345	30	Peça	Interruptor de embutir três (03) teclas, paralelo, padrão linha silentoque. 10A-250V. Corpo em termoplástico de alta resistência na cor preta. Certificado pelo INMETRO conforme norma ABNT NBR NM 60669-1 e portaria nº. 82 - UC OCP-0004.	Radial	6,23	186,90
11	19427	100	Peça	Interruptor de embutir uma (01) tecla, simples, sem placa, padrão linha silentoque. 10A-250V. Corpo em termoplástico de alta resistência na cor preta. Certificado pelo INMETRO conforme norma ABNT NBR 6527 e portaria nº. 82 - UC OCP-0004.	Radial	1,66	166,00
12	28339	100	Peça	Interruptor de embutir duas (02) teclas juntas, simples, sem placa, padrão linha silentoque. 10A-250V. Corpo em termoplástico de alta resistência na cor preta. Certificado pelo INMETRO conforme norma ABNT NBR 6527 e portaria nº. 82 - UC OCP-0004.	Radial	3,13	313,00
13	28340	60	Peça	Interruptor de embutir três (03) teclas juntas, simples, sem placa, padrão linha silentoque. 10A-250V. Corpo em termoplástico de alta resistência na cor preta. Certificado pelo INMETRO conforme norma ABNT NBR 6527 e portaria nº. 82 - UC OCP-0004.	Radial	4,39	263,40

14	31531	200	Peça	Plugue fêmea (2P+T) de 10A/250V, cor cinza, com saída lateral. Prensa cabo com fixação através de dois parafusos. Certificada pelo INMETRO conforme normas ABNT NBR 6147 e NBR 14136.	Pezzi	4,23	846,00
15	33570	50	Peça	Plugue fêmea (2P+T) de 20A/250V, cor cinza, com saída lateral. Prensa cabo com fixação através de dois parafusos. Certificada pelo INMETRO conforme normas ABNT NBR 6147 e NBR 14136.	Pezzi	4,22	211,00
16	2588	1000	Peça	Plugue de saída lateral padrão brasileiro 2P + T, pinos maciços, diâmetro do pino de 4mm, com as extremidades esféricas, 10A/250Vac, com prensa-cabo ajustável por dois parafusos, para cabos com diâmetro externo até 13mm, cor cinza, certificada pelo INMETRO conforme normas ABNT NBR 6147 e NBR	Schneider	4,59	4.590,00
17	18028	200	Peça	Plugue de saída lateral padrão brasileiro 2P + T, pinos maciços, diâmetro do pino de 4,8mm.	Schneider	5,47	1.094,00

PAGAMENTO: O pagamento será realizado 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega dos materiais, desde que aprovado pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.
DATA: 23/10/2014.

EXTRATO Nº 299/2014 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 299/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e
VALECOM COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA COMPRA DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO NOS DIVERSOS CAMPI DA FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 109/2014 e Ata de Registro de Preços nº. 152/2014, firmado em 06 de outubro de 2014.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

LOTE 26 - CABOS UTP (REDE)

Item	Código FURB	Quantidade	Unidade	Descrição dos Materiais	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total do Item (preço unitário X quantidade)
01	2335	15250	Metro	Cabo UTP 4 pares x 24 AWG categoria 5E. Cabo de pares trançados compostos de condutores sólidos de cobre nu, 24 AWG, isolados em polietileno especial. Capa externa em PVC não propagante à chama, na cor azul.	Nexans	1,42	21.655,00
02	19631	915	Metro	Cabo UTP 4 pares x 24 AWG categoria 5E. Cabo de pares trançados compostos de condutores sólidos de cobre nu, 24 AWG, isolados em polietileno especial. Capa externa em PVC não propagante à chama, na cor verde.	Nexans	2,37	2.168,55

03	30162	6100	Metro	Cabo UTP 4 pares x 24 AWG categoria 6. Cabo de pares trançados compostos de condutores sólidos de cobre nu, 24 AWG, isolados em polietileno especial, com separador dielétrico interno de modo a manter os pares equidistantes. Capa externa em PVC não propagante à chama, na cor cinza.	Nexans	2,40	14.640,00
04	22739	300	Peça	Adapter cable flexível categoria 5E, com 2 m, cor AZUL com capa cover. Certificado e Identificado em ambas as pontas por etiqueta especial para cabo com proteção plástica tipo Brady WML 311-292.	Nexans	16,58	4.974,00
05	2399	400	Peça	Patch cable flexível categoria 5E, com 1,5 m, cor AZUL, sem capa cover. Certificado e Identificado em ambas as pontas por etiqueta especial para cabo com proteção plástica tipo Brady WML 311-292.	Nexans	14,30	5.720,00
06	28330	50	Peça	Patch cable flexível categoria 5E, com 1,5 m, cor VERDE, sem capa cover. Certificado e Identificado em ambas as pontas por etiqueta especial para cabo com proteção plástica tipo Brady WML 311-292.	Nexans	14,30	715,00
07	19634	500	Peça	Patch cable flexível categoria 5E, com 2 m, cor AZUL, sem capa cover. Certificado e Identificado em ambas as pontas por etiqueta especial para cabo com proteção plástica tipo Brady WML 311-292.	Nexans	16,58	8.290,00
08	19635	100	Peça	Patch cable flexível categoria 5E, com 2 m, cor VERDE, sem capa cover. Certificado e Identificado em ambas as pontas por etiqueta especial para cabo com proteção plástica tipo Brady WML 311-292.	Nexans	16,58	1.658,00
09	31974	100	Peça	Adapter cable flexível categoria 6, com 5 m, cor CINZA, com capa cover. Certificado e Identificado em ambas as pontas por etiqueta especial para cabo com proteção plástica tipo Brady WML 311-292.	Nexans	48,75	4.875,00
10	3990	2000	Peça	Conector macho RJ 45 transparente, categoria 5E . Corpo em termoplástico de alto impacto (UL 94 V-0). Vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de no mínimo 2,50µm de níquel e 1,25µm de ouro. Atender a FCC 68.5 (EMI – Interferência Eletromagnética).	Nexans	1,56	3.120,00
11	31976	1000	Peça	Conector macho RJ 45 Conector transparente, exceder as características elétricas da norma ANSI/TIA/EIA-568-B.2-1 Categoria 6. Corpo em termoplástico de alto impacto (UL 94 V-0). Vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de no mínimo 2,50µm de níquel e 1,25µm de ouro. Atender a FCC 68.5 (EMI – Interferência Eletromagnética).	Nexans	2,76	2.760,00
12	16810	1000	Peça	Tomadas fêmea RJ 45 categoria 5E. Conexão de cabos UTP por meio de inserção.	Nexans	12,57	12.570,00

13	31375	500	Peça	Tomadas fêmea RJ 45 categoria 6. Conexão de cabos UTP por meio de inserção. Identificadas com indicação de cores para norma EIA/TIA 568A e 568B.	Nexans	20,31	10.155,00
14	2833	20	Peça	PATCH PANEL 24 portas padrão 19" para montagem em RACK. Corpo fabricado em termoplástico de alto impacto não propagante à chama (UL 94 V-0).	Nexans	410,65	8.213,00
15	31977	10	Unid.	PATCH PANEL 24 portas padrão 19" para montagem em RACK. Corpo fabricado em termoplástico de alto impacto não propagante à chama (UL 94 V-0).	Nexans	711,56	7.115,60
16	17774	400	Peça	Kit de fixação (porca gaiola, parafuso e arruela) para fixar os equipamentos com por exemplo HUB, Roteador, Switch etc.	Armani	0,62	248,00
17	18729	40	Peça	Organizador (guia) de cabos de 19" / 1U, para fixação em rack. Capacidade com ocupação de 40%: CAT 5e = 40, CAT 6 = 24 e CAT 6a = 12 cabos.	Armani	34,87	1.394,80
18	25653	20	Peça	Régua com oito (08) tomadas 2P+T de 10A/220V, padrão 19", com cabo de 3x1,0mm ² com 2 metros de comprimento, em conformidade com a norma ABNT NBR 14136.	Armani	102,40	2.048,00
19	19634	400	Peça	Patch cable flexível categoria 5E, com 3 m, cor AZUL, sem capa cover. Certificado e Identificado em ambas as pontas por etiqueta especial para cabo com proteção plástica tipo Brady WML 311-292.	Nexans	19,20	7.680,00

PAGAMENTO: O pagamento será realizado 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega dos materiais, desde que aprovado pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. DATA: 23/10/2014.

EXTRATO Nº 300/2014 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 300/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e
ANILDO ANTUNES - ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BONÉS, BOTAS DE SEGURANÇA, CALÇAS E MOLETONS PARA A FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 120/2014 e Ata de Registro de Preços nº. 153/2014, firmado em 02 de outubro de 2014.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde. Estimada	Und.	Descrição dos Materiais	Marca	Preço Unitário	Preço Total do Item (Preço Unt. X Qtde.)
01	1833	200	Peça	Boné adulto com 6 (seis) gomos, tamanho único, regulagem com velcro, em brim sol a sol, 100% (cem por cento) em algodão. Lote mínimo de 100 (cem) peças.	S.L.C.	R\$ 15,00	R\$ 3.000,00

03	6017	250	Peça	Blusa de moletom, manga longa, 50% (cinquenta por cento) algodão e 50% (cinquenta por cento) poliéster, com 4 (quatro) cabos, com ribanas nas mangas e na cintura. Lote mínimo de 50 (cinquenta) peças.	GG Uniformes	R\$ 48,90	R\$ 12.225,00
Preço Total Registrado (em R\$)							15.225,00

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega dos materiais, desde que os mesmos estejam em perfeitas condições de uso e sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.
DATA: 23/10/2014.

EXTRATO Nº 301/2014 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 301/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

Backes Confecções LTDA. - ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BONÉS, BOTAS DE SEGURANÇA, CALÇAS E MOLETONS PARA A FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 120/2014 e Ata de Registro de Preços nº. 154/2014, firmado em 02 de outubro de 2014.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde. Estimada	Und.	Descrição dos Materiais	Marca	Preço Unitário	Preço Total do Item (Preço Unt. X Qtde.)
02	29701	300	Peça	Calça tipo cargo, com zíper, em brim sol a sol, 100% (cem por cento) em algodão, com 6 (seis) bolsos. Lote mínimo de 50 (cinquenta) peças.	Backes	R\$ 49,00	R\$ 14.700,00
Preço Total Registrado (em R\$)							14.700,00

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega dos materiais, desde que os mesmos estejam em perfeitas condições de uso e sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.
DATA: 23/10/2014.

EXTRATO Nº 302/2014 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 302/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

TECNO PONTO LTDA EPP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA COMPRA DE MATERIAIS DE REFRIGERAÇÃO PARA MANUTENÇÃO NOS DIVERSOS CAMPI DA FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 113/2014 e Ata de Registro de Preços nº. 155/2014, firmado em 03 de outubro de 2014.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

LOTE 01 - COMPRESSORES

Item	Código FURB	Quantidade	Uni-dade	Descrição dos Materiais	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total do Item (preço unitário X quantidade)
01	32682	20	pç	COMPRESSOR (NOVO) para ar-condicionado, rotativo do tipo scroll, 9000 BTUS – monofásico, 220V - 60Hz, deve operar com gás R22, possuir rele térmico de proteção incorporado e com apoios antivibração (calço de borracha). Ref. Copeland.	Rechi	270,00	5.400,00
02	32683	20	pç	COMPRESSOR (NOVO) para ar-condicionado, rotativo do tipo scroll, 12000 BTUS – monofásico, 220V - 60Hz, deve operar com gás R22, possuir rele térmico de proteção incorporado e com apoios antivibração (calço de borracha)	Rechi	290,00	5.800,00
03	32684	40	pç	COMPRESSOR (NOVO) para ar-condicionado, rotativo do tipo scroll, 18000 BTUS – monofásico, 220V - 60Hz, deve operar com gás R22, possuir rele térmico de proteção incorporado e com apoios antivibração (calço de borracha).	Hitachi	355,00	14.200,00
04	32685	50	pç	COMPRESSOR (NOVO) para ar-condicionado, rotativo do tipo scroll, 21000 BTUS – monofásico, 220V - 60Hz, deve operar com gás R22, possuir rele térmico de proteção incorporado e com apoios antivibração (calço de borracha).	Hitachi	415,00	20.750,00
05	32686	20	pç	COMPRESSOR (NOVO) para ar-condicionado, rotativo do tipo scroll, 24000 BTUS – monofásico, 220V - 60Hz, deve operar com gás R22, possuir rele térmico de proteção incorporado e com apoios antivibração (calço de borracha).	Hitachi	465,00	9.300,00
06	32687	20	pç	COMPRESSOR (NOVO) para ar-condicionado, rotativo do tipo scroll, 30000 BTUS – monofásico, 220V - 60Hz, deve operar com gás R22, possuir rele térmico de proteção incorporado e com apoios antivibração (calço de borracha).	Hitachi	530,00	10.600,00
07	35530	10	pç	COMPRESSOR (NOVO) para ar-condicionado, rotativo do tipo scroll, 48000 BTUS, trifásico 380V - 60Hz, deve operar com gás R22, possuir rele térmico de proteção incorporado e com apoios antivibração	Sanyo	915,00	9.150,00

08	33941	10	pç	COMPRESSOR (NOVO) para ar-condicionado, rotativo do tipo scroll, 60000 BTUS, trifásico 380V - 60Hz, deve operar com gás R22, possuir rele térmico de proteção incorporado e com apoios antivibração	Sanyo	980,00	9.800,00
----	-------	----	----	---	-------	--------	----------

LOTE 02 - TUBOS DE COBRE

Item	Código FURB	Quantidade	Uni-dade	Descrição dos Materiais	Marca e Modelo	Preço Unitário do item, em R\$	Preço Total do Item 01 (quantidade X preço), em reais:
01	32688	36,90	kg	TUBO DE COBRE 1/4", sem costura, tempera branda, do tipo L, peso por metro de tubo 0,123 kg/m, diâmetro externo 6,35mm, espessura da parede 0,79mm.	Eluma	39,00	1.439,10
02	32689	57,90	kg	TUBO DE COBRE 3/8", sem costura, tempera branda, do tipo L, peso por metro de tubo 0,193 kg/m, diâmetro externo 9,52mm, espessura da parede 0,79mm.	Eluma	39,00	2.258,10
03	32690	78,90	kg	TUBO DE COBRE 1/2", sem costura, tempera branda, do tipo L, peso por metro de tubo 0,263 kg/m, diâmetro externo 12,70mm, espessura da parede 0,79mm.	Eluma	39,40	3.108,66
04	32691	49,95	kg	TUBO DE COBRE 5/8", sem costura, tempera branda, do tipo L, peso por metro de tubo 0,333 kg/m, diâmetro externo 15,87mm, espessura da parede 0,79mm.	Eluma	39,00	1.948,05
05	32692	120,90	kg	TUBO DE COBRE 3/4", sem costura, tempera branda, do tipo L, peso por metro de tubo 0,403 kg/m, diâmetro externo 19,05mm, espessura da parede 0,79mm.	Eluma	40,90	4.944,81

PAGAMENTO: O pagamento será realizado 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega dos materiais, desde que aprovado pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.
DATA: 23/10/2014.

EXTRATO Nº 303/2014 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 303/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

COMERCIAL DE ELETRODOMÉSTICOS LAGES LTDA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA COMPRA DE MATERIAIS DE REFRIGERAÇÃO PARA MANUTENÇÃO NOS DIVERSOS CAMPUS DA FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 113/2014 e Ata de Registro de Preços nº. 156/2014, firmado em 03 de outubro de 2014.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

LOTE 03 - TUBOS PARA ISOLAMENTO E FITAS

Item	Código FURB	Quantidade	Uni-dade	Descrição dos Materiais	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total do Item (preço unitário X quantidade)
01	32693	150	barra	TUBO para isolamento Térmico em espuma de Polietileno expandido Blindado 1/4",	Polipex	0,99	148,50
02	32694	150	barra	TUBO para isolamento Térmico em espuma de Polietileno expandido Blindado 3/8",	Polipex	1,25	187,50
03	32695	150	barra	TUBO para isolamento Térmico em espuma de Polietileno expandido Blindado 1/2",	Polipex	1,42	213,00
04	32696	75	barra	TUBO para isolamento Térmico em espuma de Polietileno expandido Blindado 5/8	Polipex	1,58	118,50
05	32697	150	barra	TUBO para isolamento Térmico em espuma de Polietileno expandido Blindado 3/4",	Polipex	1,87	280,50
06	32755	200	rolo	Fita de PVC para isolamento térmico em refrigeração, Cor Branca, Rolo de 100mm x 10m	EOS	2,04	408,00
07	34263	200	rolo	Fita de alumínio adesiva para isolamento térmico / tamanho 45mm x 45m / para uso em ar condicionado.	Tectap	5,24	1.048,00
08	33730	50	rolo	Fita para isolamento térmico auto-adesiva / em espuma elastomérica / com 15m de comprimento, 3mm de espessura e 50mm de largura.	Polipex	17,92	896,00

LOTE 05 - CAPACITORES

Item	Código FURB	Quantidade	Uni-dade	Descrição dos Materiais	Marca e Modelo	Preço Unitário do item, em R\$	Preço Total do Item 01 (quantidade X preço), em reais:
01	32676	20	pç	CAPACITOR de Polipropileno 4 uF - 380V com terminal de encaixe duplo, em conformidade com a norma IEC60252.	EOS	7,40	148,00
02	32677	20	pç	CAPACITOR de Polipropileno 5 uF - 380V com terminal de encaixe duplo, em conformidade com a norma IEC60252.	EOS	7,71	154,20
03	32678	50	pç	CAPACITOR de Polipropileno 25 uF - 380V com terminal de encaixe duplo, em conformidade com a norma IEC60252.	EOS	11,79	589,50
04	32679	50	pç	CAPACITOR de Polipropileno 35 uF - 380V com terminal de encaixe duplo, em conformidade com a norma IEC60252.	EOS	12,90	645,00
05	32680	30	pç	CAPACITOR de Polipropileno 40 uF - 380V com terminal de encaixe duplo, em conformidade com a norma IEC60252.	EOS	15,40	462,00
06	32681	100	pç	CAPACITOR de Polipropileno 50 uF - 380V com terminal de encaixe duplo, em conformidade com a norma IEC60252.	EOS	19,49	1.949,00

LOTE 06 - GÁS REFRIGERANTE E FLUÍDO

Item	Código FURB	Quantidade	Uni-dade	Descrição dos Materiais	Marca e Modelo	Preço Unitário do item, em R\$	Preço Total do Item 01 (quantidade X preço), em reais:
01	32675	30	Cilindro	Gás refrigerante R-22, HCFC para utilização em sistemas de refrigeração. Garrafa 13,6kg.	EOS	441,42	13.242,60
02	35571	5	Cilindro	Gás refrigerante R-438A, HFC para utilização em sistemas de refrigeração. Garrafa 11,35kg.	EOS	1.108,35	5.541,75

03	33152	4	Cilindro	Gás refrigerante R-134A, HFC para utilização em sistemas de refrigeração. Garrafa 13,6kg. Marca de referência DUPONT.	EOS	326,35	1.305,40
04	34681	10	Cilindro	Gás refrigerante R-410A, HFC para utilização em sistemas de refrigeração. Garrafa 11,35kg.	EOS	238,16	2.381,60
05	35337	5	Cilindro	Fluido para limpeza R-141B, HCFC para utilização em limpeza de sistemas de refrigeração. Garrafa 13,6kg.	EOS	305,73	1.528,65

LOTE 07 - BOMBAS DE REMOÇÃO

Item	Código FURB	Quantidade	Uni-dade	Descrição dos Materiais	Marca e Modelo	Preço Unitário do item, em R\$	Preço Total do Item 01 (quantidade X preço), em reais:
01	35225	10	pç	Bomba de remoção de água para equipamento SPLIT até 24000 BTUs.	Elgin	403,30	4.033,00
02	35224	10	pç	Bomba de remoção de água para equipamento SPLIT até 60000 BTUs.	Elgin	466,70	4.667,00

LOTE 08 - CORREIAS

Item	Código FURB	Quantidade	Uni-dade	Descrição dos Materiais	Marca e Modelo	Preço Unitário do item, em R\$	Preço Total do Item 01 (quantidade X preço), em reais:
01	32942	30	pç	Correia lisa em "V", perfil B - 26, confeccionada com borracha natural, fios de poliéster e construção tipo envelope ,	Balflex	2,36	70,80
02	35532	30	pç	Correia lisa em "V", perfil B - 44, confeccionada com borracha natural, fios de poliéster e construção tipo envelope ,	Balflex	9,18	275,40
03	35533	30	pç	Correia lisa em "V", perfil B - 48, confeccionada com borracha natural, fios de poliéster e construção tipo envelope ,	Balflex	9,88	296,40
04	34340	30	pç	Correia lisa em "V", perfil B - 53, confeccionada com borracha natural, fios de poliéster e construção tipo envelope ,	Balflex	10,70	321,00
05	35534	30	pç	Correia lisa em "V", perfil B - 57, confeccionada com borracha natural, fios de poliéster e construção tipo envelope ,	Balflex	11,52	345,60
06	35535	30	pç	Correia lisa em "V", perfil B - 80, confeccionada com borracha natural, fios de poliéster e construção tipo envelope ,	Balflex	17,34	520,20
07	35536	30	pç	Correia lisa em "V", perfil A - 28, confeccionada com borracha natural, fios de poliéster e construção tipo envelope , corresponde a largura 13mm e altura 8mm.	Balflex	3,54	106,20
08	35537	30	pç	Correia lisa em "V", perfil A - 31, confeccionada com borracha natural, fios de poliéster e construção tipo envelope ,	Balflex	3,22	96,60
09	35538	30	pç	Correia lisa em "V", perfil A - 32, confeccionada com borracha natural, fios de poliéster e construção tipo envelope ,	Balflex	3,66	109,80
10	35539	30	pç	Correia lisa em "V", perfil A - 34, confeccionada com borracha natural, fios de poliéster e construção tipo envelope ,	Balflex	4,34	130,20
11	35540	30	pç	Correia lisa em "V", perfil A - 45, confeccionada com borracha natural, fios de poliéster e construção tipo envelope ,	Balflex	6,04	181,20

PAGAMENTO: O pagamento será realizado 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega dos materiais, desde que aprovado pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.
DATA: 23/10/2014.

EXTRATO Nº 304/2014 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 304/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

CHARIS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

OBJETO: SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, TREINAMENTO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DURANTE O PRAZO DE GARANTIA DO EQUIPAMENTO DENOMINADO "SISTEMA PDI PARA MEDIDAS BIDIMENSIONAIS "PHASE DOPPLER INTERFEROMETRY".

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº. 125/2014 e Contrato nº. 157/2014, firmado em 30 de setembro de 2014.

PREÇO: conforme Processo de Dispensa nº 125/2014, que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, cuja descrição segue abaixo:

Quantidade	Descrição
01	<p>Proforma invoice SQ0902816-2</p> <p>Sistema PDA 2D</p> <ul style="list-style-type: none">- 9066X0511 laser flow explorer de estado sólido de duas componentes e 150mw de potência- comprimentos de onda de 532nm e 561 nm- 9065X0151 Lente frontal de 300mm para Flow Explorer- 9062N0451 Processador para partículas e fluxo BSA P60- 9062N0421 Canal adicional de velocidade para fotomultiplicador externo BSA F/P60- 9057X0501 Probe de recepção de fibra para PDA Hidense, com ajuste de espessura de fenda,- diâmetro de 112mm- 9057X0571 Lente frontal de diâmetro de 112mm e distancia focal de 310mm- 9058N0751 Unidade de detecção de fibra para PDA 1D comprimento de onda 532mm, incluindo 3- fotomultiplicadores e filtros- 9058N0761 Kit de extensão de velocidade para sistema Fibra PDA de 1D para 2D- 9050X0241 perfil de alumínio em formato de I 1200 x 800mm- 9060X0451 Suporte de montagem de probe, incluindo ajuste de rotação e translação, exclui- montagem de probe- 9060X0431 Suporte de probe para 112mm, com ajuste de rotação- 9066X0701 Suporte de probe para sistema de laser flow explorer com ajuste de rotação- 9062S0101 Pacote básico de Software BSA Flow para processadores 62Nxx- 9062S0111 Add on de software de gráficos avançados para software BSA Flow 62S10- 9080S0591 Add-on de software de medição de tamanho de partículas para software BSA Flow

PAGAMENTO: Não será feito qualquer tipo de pagamento à CONTRATADA, pela CONTRATANTE, exceto no caso de substituição de partes ou peças dos equipamentos, cuja intervenção de assistência técnica tenha detectado que o mau uso ou desgaste natural motivado pelo uso tenha sido o responsável pelo evento de conserto do mesmo.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo deste Contrato ficará vinculado ao prazo de garantia do equipamento, ou seja, de 12 (doze) meses a partir do embarque do mesmo.

DATA: 23/10/2014.

EXTRATO Nº 305/2014 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 305/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

OLIMED MATERIAIS HOSPITALARES LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA O HOSPITAL ESCOLA VETERINÁRIO (HEV) DA FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 112/2014, Contrato nº. 158/2014, firmado 26 de setembro de 2014.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 328,58 (trezentos e vinte e oito reais e cinquenta e oito centavos), constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA.

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição dos Produtos	Marca/Modelo	Preço Unit. do Item (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
01	24692	1	Kit	Kit aparelho medidor de glicose / composição do kit: monitor, tiras de glicose, lanceta, lancetador.	G-TECH	48,63	48,63
05	34041	1	Peça	Maleta para atendimento veterinário domiciliar / fabricada em polipropileno / com duas bandejas internas articuláveis / cor branca.	EMIFRAN	51,00	51,00
12	34299	5	Peça	Tesoura Lister para curativos / uso veterinário.	ABC	21,99	109,95
42	31649	1	Pacote	Afastador Wolkman Pequeno (PAR)	ABC	46,00	46,00
43	31631	1	Pacote	Afastador Wolkman Grande (PAR)	ABC	50,00	50,00
55	31655	1	Pacote	Cabo para Serra de Gigue (PAR)	ABC	23,00	23,00
Preço Total (em R\$)							328,58

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias após a efetiva entrega do(s) material(is), aprovada pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

PRAZO DE VIGÊNCIA A vigência deste Contrato se iniciará na data de sua assinatura e seu encerramento está vinculado ao término do respectivo exercício financeiro.

DATA: 23/10/2014.

EXTRATO Nº 306/2014 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 306/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

AGROVETERINÁRIA E PET SHOP DA ROSA LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA O HOSPITAL ESCOLA VETERINÁRIO (HEV) DA FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 112/2014, Contrato nº. 159/2014, firmado 26 de setembro de 2014.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 8.258,00 (oito mil duzentos e cinquenta e oito reais), constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA.

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição dos Produtos	Marca/Modelo	Preço Unitário do Item (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
02	34083	1	Peça	Reanimador (ressuscitador)	Protec	130,00	130,00
03	34084	1	Peça	Reanimador (ressuscitador)	Protec	129,00	129,00
04	34085	1	Peça	Reanimador (ressuscitador)	Protec	129,00	129,00
06	34293	1	Peça	Elevador de periosteó 8mm / para uso veterinário.	Brasmed	75,00	75,00
08	34296	1	Peça	Lima de patela 3 em 1 / para uso veterinário.	Brasmed	110,00	110,00
09	34297	4	Peça	Estojo em aço inox para instrumental cirúrgico / liso	ABC	205,00	820,00
10	23692	4	Peça	Estojo em aço inox para instrumental cirúrgico / liso	ABC	73,00	292,00
11	34298	1	Peça	Afastador Finochietto 16cm / uso veterinário.	ABC	415,00	415,00
13	34300	4	Peça	Porta agulha Mathieu 17cm.	ABC	30,80	123,20
14	34301	4	Peça	Porta agulha Mathieu 14cm.	ABC	25,00	100,00
15	34302	1	Conjunto	Caixa de instrumentais para odontologia com 20 peças / uso veterinário	ABC	340,00	340,00
16	27241	2	Conjunto	Conjunto de alavanca Apical para raízes / jogo com 3 peças.	Brasmed	37,90	75,80
17	34303	2	Peça	Alavanca de Seldin reta / uso veterinário.	ABC	16,00	32,00

18	34304	2	Peça	Botão adulto / uso veterinário.	ABC	36,00	72,00
19	34305	2	Kit	Kit extrator de tártaro com 5 peças / uso veterinário /	Brasmed	72,00	144,00
20	34326	1	Kit	Kit de oftalmologia / uso veterinário	Brasmed	650,00	650,00
22	34307	1	Peça	Pinça Snellen direita / uso veterinário.	ABC	78,00	78,00
23	34308	1	Peça	Pinça Snellen esquerda / uso veterinário.	ABC	78,00	78,00
24	34309	2	Peça	Pinça Mixer 17cm / uso veterinário.	ABC	32,50	65,00
25	34310	2	Peça	Pinça Mixer 22cm / uso veterinário.	ABC	45,00	90,00
26	34311	2	Peça	Blefarótomos / uso veterinário.	ABC	68,00	136,00
29	34314	4	Peça	Tesoura Iris 10,5cm reta, com ponta fina / uso veterinário.	Brasmed	10,00	40,00
30	34315	4	Peça	Tesoura Iris 10,5cm curva, com ponta fina / uso veterinário.	Brasmed	10,00	40,00
33	34318	2	Peça	Sonda lacrimal / uso veterinário.	Brasmed	100,00	200,00
34	34319	1	Peça	Afastador Desmarres Nº 2 / uso veterinário.	ABC	37,00	37,00
37	31623	1	Peça	Alicate Universal em Inox	ABC	45,00	45,00
38	31625	1	Peça	Pinça Lowmann média	ABC	215,00	215,00
39	31626	1	Peça	Serra Mathieu com 03 lâminas 20cm	ABC	180,00	180,00
40	8689	1	Peça	Osteótomo 10mm	Brasmed	80,00	80,00
41	31630	1	Peça	Pinça Redução Autocentrante 180mm	ABC	212,00	212,00
44	31633	2	Peça	Fio para Cerclagem 0,6mm (Fio maleável)	ABC	19,00	38,00
46	31639	2	Peça	Alicate para Corte de Cabeça Femoral	Brasmed	165,00	330,00
47	31641	1	Peça	Serra de Gigle	ABC	27,00	27,00
48	31642	2	Peça	Fio para Cerclagem 0,4mm (Fio maleável)	Brasmed	25,00	50,00
49	31643	1	Peça	Pinça Lowmann Pequena	Brasmed	182,00	182,00
50	31645	1	Peça	Cortador de Pino G	Brasmed	400,00	400,00
51	31646	1	Peça	Pinça Redução Autocentrante 140mm	Brasmed	200,00	200,00
52	31648	1	Pacote	Afastador Hohmann Grande (PAR)	ABC	40,00	40,00
53	31634	1	Pacote	Afastador Hohmann Pequeno (PAR)	ABC	40,00	40,00
54	31658	1	Peça	Lima de Patela Pequena	Brasmed	100,00	100,00
56	31652	6	Peça	Pino Intramedular com Rosca nas Pontas 5.5mm	ORTOVET	15,00	90,00
57	31662	6	Peça	Pino Intramedular com Rosca nas Pontas 4,0mm	ORTOVET	15,00	90,00
58	31664	6	Peça	Pino Intramedular com Rosca nas Pontas 3,5mm	ORTOVET	15,00	90,00
59	31669	6	Peça	Pino Intramedular com Rosca nas Pontas 3,0mm	ORTOVET	15,00	90,00
60	31671	6	Peça	Pino Intramedular com Rosca nas Pontas 2,5mm	ORTOVET	15,00	90,00
61	31674	6	Peça	Pino Intramedular com Rosca nas Pontas 1,5mm	ORTOVET	15,00	90,00
62	31627	6	Peça	Pino Intramedular com rosca nas pontas 1.0	ORTOVET	15,00	90,00
63	31657	6	Peça	Pino de Shanz Diâmetro 3,5mm	Brasmed	15,50	93,00
64	31632	6	Peça	Pino de Shanz diâmetro 5,0mm	Brasmed	15,50	93,00
65	31663	6	Peça	Pino de Shanz Diâmetro 2,5mm	Brasmed	15,50	93,00
66	31653	6	Peça	Pino de Shanz Diâmetro 4.0mm	Brasmed	15,50	93,00
67	31660	6	Peça	Pino de Shanz Diâmetro 3,0mm	Brasmed	15,50	93,00
68	31668	6	Peça	Pino de Shanz Diâmetro 2,0mm	Brasmed	15,50	93,00
69	31644	6	Peça	Pino de Shanz Diâmetro 4,5mm	Brasmed	15,50	93,00
70	31670	6	Peça	Pino de Shanz Diâmetro 1,5mm	Brasmed	15,50	93,00

71	31672	6	Peça	Pino de Shanz Diâmetro 1,0mm	Brasmed	15,50	93,00
72	31563	10	Peça	Pinça Mosquito, reta, 10cm	ABC	12,00	120,00
73	31562	10	Peça	Pinça Mosquito, curva, 10cm	ABC	12,00	120,00
Preço Total (em R\$)							8.258,00

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias após a efetiva entrega do(s) material(is), aprovada pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

PRAZO DE VIGÊNCIA A vigência deste Contrato se iniciará na data de sua assinatura e seu encerramento está vinculado ao término do respectivo exercício financeiro.

DATA: 23/10/2014.

PORTARIA RH Nº 103/14 - PROEB

PORTARIA RH N. 103

Delega Competência ao Diretor Administrativo Financeiro da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB no período de 31 de outubro a 03 de novembro de 2014.

RICARDO STODIECK, Presidente da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 9.º, inciso III, da Lei Complementar n.º 10 de 21 de dezembro de 1998, alterado pela Lei Complementar n.º 706 de 29 de janeiro de 2009, e a solicitação de afastamento do exercício do cargo feita pelo presidente, resolve :

DELEGAR

GUILHERME BENNO GUENTHER, Diretor Administrativo Financeiro da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB, nomeada pela Portaria n.º 16.508 de 02 de janeiro de 2013, competência para ordenar e autorizar despesas, bem como assinar atos administrativos desta Fundação no período de 31 de outubro a 03 de novembro de 2014.

FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB, em 30 de outubro de 2014.

RICARDO STODIECK

PRESIDENTE

PORTARIA Nº 36/2014 - SETERB

PORTARIA N. 36/2014

NOMEIA GISLAINE MEIRA DA SILVA PARA EXERCER O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE GERENTE DE APOIO OPERACIONAL.

SÉRGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, inciso VI, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

NOMEAR,

de acordo com o art. 9º, II, da Lei Complementar Municipal n. 660, de 27 de novembro de 2007, e art. 5º, inciso VI, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009.

Gislaine Meira da Silva, para exercer o cargo de provimento em comissão de Gerente de Apoio Operacional, símbolo CC-3, a contar desta data, delegando-lhe as competências previstas no art.7º, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a data de 14 de fevereiro de 2014.

Blumenau, 12 de fevereiro de 2014.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS

Diretor Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 24/2014 - SETERB

PORTARIA N. 24/2014

NOMEIA FABIO CAMPOS DA SILVA PARA EXERCER O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE TRÂNSITO.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, inciso VI, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

NOMEAR,

de acordo com o art. 9º, II, da Lei Complementar Municipal n. 660, de 27 de novembro de 2007, e art. 5º, inciso VI, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009.

Fabio Campos da Silva, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Trânsito, símbolo CC-2, a contar desta data, delegando-lhe as competências previstas no art.8, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Blumenau, 17 de janeiro de 2014.
SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS
Diretor Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 99/2014 - SETERB

PORTARIA N. 99/2014

NOMEIA SANDRA BALTOR BARBOSA PARA EXERCER O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE GERENTE ADMINISTRATIVO FINANCEIRO.

SÉRGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, inciso VI, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

NOMEAR,

de acordo com o art. 9º, II, da Lei Complementar Municipal n. 660, de 27 de novembro de 2007, e art. 5º, inciso VI, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009.

Sandra Baltor Barbosa, para exercer o cargo de provimento em comissão de Gerente Administrativo Financeiro, símbolo CC-3, a contar desta data, delegando-lhe as competências previstas no art. 9º, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Blumenau, 23 de abril de 2014.
SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS
Diretor Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 182/2014 - SETERB

PORTARIA N. 182/2014

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA PARA APURAR SUPOSTA RESPONSABILIDADE PELOS DANOS CAUSADOS NO VEÍCULO FIAT/UNO SPORTING, DE PLACAS MIL - 4323, O QUAL ESTAVA RETIDO NO PÁTIO DO SETERB

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 5º, da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

DETERMINAR

a instauração de Processo de Sindicância, a ser conduzido pela Comissão de Sindicância e Processo Administrativo - CSPA desta Autarquia, a fim de apurar suposta responsabilidade pelos danos causados no veículo Fiat/Uno Sporting, de placas MIL-4323, o qual estava retido no pátio desta Autarquia, conforme requerimento formulado pela Sra. Janete Halla Fernandes.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 05 de setembro de 2014.
SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS
Diretor Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 183/2014 - SETERB

PORTARIA Nº 183/2014

CONCEDE CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA PARCIAL AO SERVIDOR AUTARQUICO MUNICIPAL.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA PARCIAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

De acordo com o artigo 146 e 151, §1º e §2º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, concedida aos seguintes servidores públicos municipais:

Nome	Decênio	Nº Processo
Monica Alice Gonçalves Kistner	2004/2014	87/2014

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a data de 15 de setembro de 2014.

Blumenau, 09 de setembro de 2014.
SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS
Diretor-Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 184/2014 - SETERB

PORTARIA Nº 184/2014

CONCEDE CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA PARCIAL AO SERVIDOR AUTARQUICO MUNICIPAL.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA PARCIAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

De acordo com o artigo 146 e 151, §1º e §2º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, concedida aos seguintes servidores públicos municipais:

Nome	Decênio	Nº Processo
Ederson Roberto Neumann	2004/2014	161/2014

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 03 de setembro de 2014.

Blumenau, 09 de setembro de 2014.
SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS
Diretor-Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 185/2014 - SETERB

PORTARIA Nº 185/2014

CONCEDE CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA PARCIAL AO SERVIDOR AUTARQUICO MUNICIPAL.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA PARCIAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

De acordo com o artigo 146 e 151, §1º e §2º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, concedida aos seguintes servidores públicos municipais:

Nome	Decênio	Nº Processo
Fabiano Correia	2004/2014	153/2014

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 08 de setembro de 2014.

Blumenau, 09 de setembro de 2014.
SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS
Diretor-Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 186/2014 - SETERB

PORTARIA Nº 186/2014

CONCEDE CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA PARCIAL AO SERVIDOR AUTARQUICO MUNICIPAL.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA PARCIAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

De acordo com o artigo 146 e 151, §1º e §2º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, concedida aos seguintes servidores públicos municipais:

Nome	Decênio	Nº Processo
Nivaldo Cestari	2004/2014	143/2014

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 22 de agosto de 2014.

Blumenau, 09 de setembro de 2014.
SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS
Diretor-Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 187/2014 - SETERB

PORTARIA Nº 187/2014

CONCEDE PRÊMIO ESPECIAL POR COMPLETAR 25 ANOS DE SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL AO SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009,

resolve:

CONCEDER PRÊMIO ESPECIAL POR TEMPO DE SERVIÇO - 25 ANOS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

de acordo com o artigo 130, parágrafo único, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, ao servidor público municipal:

Nome	Nº Processo	Data Processo
Juarez de Souza	29/2014	10/02/2014

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 15 de agosto.

Blumenau, 09 de setembro de 2014.
SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS
Diretor Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 188/2014 - SETERB

PORTARIA N. 188/2014

DESIGNA, EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBRO PARA COMPOR A COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS LOTADOS NESTA AUTARQUIA.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

NOMEAR

a pessoa abaixo indicada, para, substituir Fabiano Correia nomeado pela Portaria 64/2011, na composição da Comissão para Avaliação do Estágio Probatório dos Servidores Públicos lotados nesta autarquia:

Volnei do Nascimento ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente Administrativo.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 05 de setembro de 2014.

Blumenau, 09 de setembro de 2014.
SERGIO RICARDO Chisté Santos
Diretor Presidente - Seterb

PORTARIA Nº 189/2014 - SETERB

PORTARIA N. 189/2014

DETERMINA O ARQUIVAMENTO DO PROCESSO DE SINDICÂNCIA Nº 06/2014, QUE APUROU SUPOSTA RESPONSABILIDADE PELOS DANOS CAUSADOS NA VTR DE PLACAS MJD 6176 OCORRIDOS NO DIA 23/02/2014.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 5º, da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

DETERMINAR

O Arquivamento do Processo de Sindicância nº 06/2014, que apurou suposta responsabilidade pelos danos causados na VTR de placas MJD 6176, conforme decisão de fl. 23 do referido processo.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 10 de setembro de 2014.
Sérgio Ricardo Chisté Santos
Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 190/2014 - SETERB

PORTARIA N. 190/2014
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA AO SERVIDOR
JOÃO ALBERTO KUSZKOWSKI.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições, que lhe confere o artigo 5º, da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER

Função Gratificada de Confiança ao servidor João Alberto Kuskowski, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Trânsito, Gratificação de Função de Confiança de Coordenador de Equipes de Ostensivo Noturno, correspondente a 70% (setenta por cento) do valor do padrão "A" de vencimento da faixa I, jornada de 40h semanais da categoria "7", do quadro permanente de pessoal previsto na LC N. 880/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 22 de setembro de 2014.

Blumenau (SC), 23 de setembro de 2014.
SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS
Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 191/2014 - SETERB

PORTARIA N. 191/2014
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA AO SERVIDOR
JULIO CESAR PEREIRA.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições, que lhe confere o artigo 5º, da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER

Função Gratificada de Confiança ao servidor Julio Cesar Pereira, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Trânsito, Gratificação de Função de Confiança de Chefe de Trânsito, correspondente a 100% (cem por cento) do valor do padrão "A" de vencimento da faixa I, jornada de 40h semanais da categoria "7", do quadro permanente de pessoal previsto na LC N. 880/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 8 de setembro de 2014.

Blumenau (SC), 17 de setembro de 2014.
SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS

PORTARIA Nº 192/2014 - SETERB

PORTARIA N. 192/2014
DETERMINA O ARQUIVAMENTO DO PROCESSO DE SINDICÂNCIA Nº 14/2014, QUE APUROU SUPOSTA RESPONSABILIDADE PELOS DANOS CAUSADOS NO VEÍCULO GM VECTRA, DE PLACAS LNF 5295

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 5º, da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

DETERMINAR

O Arquivamento do Processo de Sindicância nº 14/2014, que apurou suposta responsabilidade pelos danos causados no veículo GM Vectra, placas LNF 5295, de propriedade de Jean Lorenzo, conforme decisão de fls. 18/19 do referido processo.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 18 de setembro de 2014.
Sérgio Ricardo Chisté Santos
Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 193/2014 - SETERB

PORTARIA N. 193/2014
DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA PARA APURAR SUPOSTA RESPONSABILIDADE PELO FURTO E DANOS OCASIONADOS NO VEÍCULO VW GOL SPECIAL, DE PLACAS AKP 7385, O QUAL ESTAVA RETIDO NO PÁTIO DO SETERB

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 5º, da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

DETERMINAR

a instauração de Processo de Sindicância, a ser conduzido pela Comissão de Sindicância e Processo Administrativo - CSPA desta Autarquia, instituída pela Portaria nº 173/2014, a fim de apurar suposta responsabilidade pelo furto e danos ocasionados no veículo VW Gol Special, de placas AKP 7385, o qual estava retido no pátio desta Autarquia, conforme requerimento formulado pelo proprietário do veículo, Sr. Leonardo Vinci.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 23 de setembro de 2014.
SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS
Diretor Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 194/2014 - SETERB

PORTARIA N.194/2014
CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE CONDUÇÃO AO SERVIDOR QUE INDICA.

Sergio Ricardo Chiste Santos, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER

Gratificação de Condução, com fundamento no art. 102 da Lei

Complementar Municipal nº 660/2007, ao servidor abaixo elencado, a partir de 22 de setembro de 2014.

Ewandro Ribeiro Beltramini, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, matrícula nº 749, Gratificação de Condução correspondente a 10% (dez por cento), incidente sobre o padrão de vencimento "A", faixa de vencimento I, categoria 7, quarenta horas semanais, da Tabela de Ranqueamento das Classes de Cargos de Carreira do Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações, que constitui o Anexo X da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos à data de 22 de setembro de 2014.

Blumenau (SC), 24 de setembro de 2014.
SERGIO RICARDO CHISTE SANTOS
Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 195/2014 - SETERB

PORTARIA N. 195/2014

APLICA PENALIDADE DISCIPLINAR DE ADVERTÊNCIA AO SERVIDOR AUTARQUICO MUNICIPAL QUE INDICA

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei Complementar Municipal nº 703, de 29 de janeiro de 2009 c/c os artigos 187 e 201 da Lei Complementar Municipal n. 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

APLICAR

A penalidade disciplinar de ADVERTÊNCIA POR ESCRITO, prevista no artigo 187 da Lei Complementar Municipal nº 660/07, ao servidor F.L, matrícula nº 672, em virtude de inobservância do dever funcional, previsto no art. 176, inciso VI, da Lei Complementar Municipal nº 660/2007, conforme decisão exarada no Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2014, instaurado pela Portaria nº 21/2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 24 de setembro de 2014.
SERGIO RICARDO CHISTE SANTOS
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 196/2014 - SETERB

PORTARIA N. 196/2014

APLICA PENALIDADE DISCIPLINAR DE ADVERTÊNCIA AO SERVIDOR AUTARQUICO MUNICIPAL QUE INDICA

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei Complementar Municipal nº 703, de 29 de janeiro de 2009 c/c os artigos 187 e 201 da Lei Complementar Municipal n. 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

APLICAR

A penalidade disciplinar de ADVERTÊNCIA POR ESCRITO, prevista no artigo 187 da Lei Complementar Municipal nº 660/07, ao servidor L.R.B, matrícula nº 633, em virtude de inobservância do dever funcional, previsto no art. 176, inciso VI, da Lei Complementar Municipal nº 660/2007, conforme decisão exarada no Processo

Administrativo Disciplinar nº 12/2013, instaurado pela Portaria nº 211/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 24 de setembro de 2014.
SERGIO RICARDO CHISTE SANTOS
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 197/2014 - SETERB

PORTARIA Nº 197/2014

CONCEDE AUXÍLIO ESCOLAR AO SERVIDOR PÚBLICO AUTARQUICO MUNICIPAL

SÉRGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o artigo pelo art. 5º da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER:

Auxílio Escolar ao servidor público efetivo desta Autarquia, não detentor de curso superior, relativo ao 2º semestre do ano de 2014:

Nome	Cargo	Curso	Instituição	%
Renato Soares Ribeiro	Guarda de Trânsito	Tecnologia em Gestão Ambiental	UNIASSELVI	40

As despesas decorrentes da presente portaria correrão por conta da classificação 33.02.04.122.0002.2213 Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, elemento 3.3.90.18.99.01 - Outros auxílios financeiros a estudantes do orçamento da Autarquia.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de agosto de 2014.

Blumenau, 24 de setembro de 2014.
SERGIO RICARDO CHISTE SANTOS
Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 198/2014 - SETERB

PORTARIA Nº 198/2014

CONCEDE PRÊMIO ESPECIAL POR COMPLETAR 25 ANOS DE SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL A SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER PRÊMIO ESPECIAL POR TEMPO DE SERVIÇO - 25 ANOS, de acordo com o artigo 130 da Lei Complementar Municipal nº 660, de 28 de novembro de 2007, à servidora pública municipal abaixo designada:

Nome	Nº Processo	Data Processo
Eliana Rose Carl	169/2014	19/09/2014

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 19 de setembro de 2014.

Blumenau, 29 de setembro de 2014.
SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS
Diretor Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 199/2014 - SETERB

PORTARIA Nº 199/2014

CONCEDE AUXÍLIO NATALIDADE AO SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL FERNANDO DE OLIVEIRA

SERGIO RICARDO CHISTE SANTOS, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER AUXÍLIO NATALIDADE

De acordo com o artigo 266, da Lei Complementar Municipal nº 660, de 28 de novembro de 2007, ao servidor:

Nome	Nº Processo	Data Processo
Fernando de Oliveira	170/2014	19/09/2014

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 19 de setembro de 2014.

Blumenau, 29 de setembro de 2014.
SERGIO RICARDO CHISTE SANTOS
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 200/2014 - SETERB

PORTARIA N. 200/2014

CONCEDE ABONO PERMANÊNCIA AO SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL DAURO DE ALMEIDA

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o artigo pelo art. 5º, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER ABONO PERMANÊNCIA,

de acordo com o artigo 30-B da Lei Complementar nº 479, de 29 de setembro de 2004, ao servidor público Dauro de Almeida, do cargo de provimento efetivo de Guarda de Trânsito desta Autarquia.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 05 de setembro de 2014.

Blumenau (SC), 29 de setembro de 2014.
SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS
Diretor Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 201/2014 - SETERB

PORTARIA Nº 201/2014

CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL A SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 5º, da Lei Complementar nº 703, de 29 de fevereiro de 2009 e, com base nos artigos 24, 25 e 26, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER PROMOÇÃO HORIZONTAL

à servidora pública municipal estável, integrante do Grupo Funcional:

Mat. nº	Nome do servidor	Cargo	Novo Padrão de Vencimento	GO	A partir de
50	Katia Regina Custodio Schmidt	Agente Administrativo	G	GF	03/09/2014

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 03 de setembro de 2014.

Blumenau, 29 de setembro de 2014.
SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS
Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 202/2014 - SETERB

PORTARIA N. 202/2014

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA PARA APURAR SUPOSTA RESPONSABILIDADE PELO DESAPARECIMENTO DO BARCO DE ALUMÍNIO, DE PROPRIEDADE DESTA AUTARQUIA

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 5º, da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

DETERMINAR

a instauração de Processo de Sindicância, a ser conduzido pela Comissão de Sindicância e Processo Administrativo - CSPA desta Autarquia, a fim de apurar suposta responsabilidade pelo desaparecimento do barco de alumínio, o qual dava suporte à balsa que liga a Rua Bahia a Rua Arnold Hemmer, conforme noticiado no

Boletim de Ocorrência nº 55/2014.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 30 de setembro de 2014.
SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS
Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 203/2014 - SETERB

PORTARIA Nº 203/2014

AUTORIZA O EMBARQUE E DESEMBARQUE DOS PASSAGEIROS DE TRANSPORTES TURÍSTICOS NO TERMINAL RODOVIÁRIO, MEDIANTE O ATENDIMENTO DAS REGRAS ABAIXO ESPECIFICADAS.

SÉRGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

AUTORIZAR as Empresas de Transportes Turísticos a efetuar o embarque e desembarque dos passageiros de transportes turísticos no Terminal Rodoviário Hercílio Deeke desde que atendidos os seguintes requisitos:

- Com antecedência de 72 (setenta e duas) horas deverá informar ao SETERB o embarque e desembarque de passageiros no Terminal Rodoviário, especificando o horário e a quantidade de passageiros;
- Efetuar o pagamento da taxa de embarque de acordo com o número de passageiros.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura.

Blumenau (SC), 30 de setembro de 2014.
SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS
Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 204/2014 - SETERB

PORTARIA N. 204/2014

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE CONDUÇÃO AOS SERVIDORES QUE INDICA.

SERGIO RICARDO CHISTE SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER

com fundamento no art. 102 da Lei Complementar Municipal nº 660/2007, GRATIFICAÇÃO DE CONDUÇÃO correspondente a 10% (dez por cento) incidente sobre o padrão de vencimento "A", faixa de vencimento I, categoria 7, quarenta horas semanais, da Tabela de Ranqueamento das Classes de Cargos de Carreira do Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações, que constitui o Anexo X da Lei Complementar nº 661, de 28/11/2007, aos servidores abaixo elencados, ocupantes do cargo de Provimento Efetivo de Guarda de Trânsito:

Matrícula	Nome
613	ADRIANO LUIZ SOARES
84	AIRTON RIBEIRO CONRADO
615	ALTAIR PETRIS

543	ANA MARIA MELIM
674	ANDREI DIOGENES ALMEIDA CURY
102	ANTONIO BRANDINO CORREA
101	ANTONIO CIRO BUTCI
360	ANTONIO JOSE GUMS
666	ARI DE ARAUJO MARQUES
448	BERNARDO ARAO EGER
351	CELINO CARDOSO
109	CELIO PREBIANCA
617	CICERO JONATAS ANDREAZZA
618	CLAUDIO KREUSCH
330	CLEBER FERNANDO PAZUCH
620	DALMO LUIZ QUARANTANI
621	DARLEI SCOTTINI
46	DAURO DE ALMEIDA
451	DEIVES SPIGOSSO
710	DIOGO ALVES DOS SANTOS
85	DIONEI CARDOSO
704	DONIZETE OLIVEIRA DE CARVALHO
55	DOUGLAS CARDOSO
395	EDEMILSON DAROS
352	EDENIR ROGERIO TELES
443	EDERSON ROBERTO NEUMANN
708	EDILSON DOS SANTOS
20	EDSON FARIA
705	EDUARDO ALVES
358	EMERSON GIL REUTER
65	ERICO BUENO DAMACENA
647	ERIVAN CHIARELLI
94	EVERALDO VICENTE
664	FERNANDO DE OLIVEIRA
343	FRANCISCO SANSÃO
672	FRED LUDWIG
665	GERSON MELO
703	GILBERTO ANTONIO MARIA
667	GILBERTO DA SILVEIRA
110	GILBERTO NEVES
676	GILMAR BATISTA LIMA
66	GILMAR FARIAS
361	GILMAR PEDRO CORREA
67	GILMAR RAMOS
356	HILARIO TEIXEIRA
393	JAILSON ROGERIO CANDIDO
668	JAISON ANDRE DE SOUZA
626	JAMES REIMUNDO KIRSTEN
325	JEAN CARLOS KISTNER
506	JEAN PAUL RHENIUS
702	JEAN PAULO TIEDT
477	JEFERSON DE AVILA GOMES
648	JEFFERSON CAMARGO
480	JERONIMO CIDRAL
495	JOAO ALBERTO KUSZKOWSKI
344	JOAO INOCENCIO CARNEIRO

628	JOAO JOSE BARBIERI NETO
319	JONAS CZAPLINSKY
403	JONATHAN DA SILVA
69	JOSE CARLOS DE AGUIAR
487	JOSE CARLOS PAULO
349	JOSE GIOVANI DE SOUZA
333	JOSE LUIZ PINEIRO
497	JOSE MOACIR CARVALHO
25	JOSE NELSON DE SOUZA
86	JUAREZ DE SOUZA
630	JULIO CESAR NARDES
631	JULIO CESAR PEREIRA
397	LENOIR CESAR DO NASCIMENTO
632	LEONARDO LOURENCINI
633	LUCIO RAPHAEL BECKHAUSER
669	LUIS HENRIQUE ZIMMER
254	LUIZ AGOSTINHO BLASIU
70	LUIZ CARLOS DA SILVA
635	LUIZ CARLOS TILLMANN
323	MAICON ALEXANDRE BUSS
350	MARCELO ALUISIO FELISBINO
636	MARCIO FERREIRA
649	MARCOS AURELIO PIKART
399	MATILDE RIBEIRO RAMOS DE AGUIAR
282	ODETE CRISTINA CARDOSO CARRARO
58	OSMIR KURTZ
700	PAULO FERNANDO MACHADO FERRAZ
638	PAULO ROBERTO DA SILVA
359	RENATO AGUIAR
255	RENATO CESAR MENDES
670	RENATO SOARES RIBEIRO
641	ROBSON RUARO
332	RONALDO RIBEIRO
709	RUDINEI JOAO SCHETZ
642	SANDRO FAVERO
107	SEBASTIAO FREDERICO BARON
661	SERGIO LUIZ BAGATTOLI
643	SERGIO ANTONIO MARTINEZ JUNIOR
327	SILVANDRO JOSE SOUZA
644	TARCISIO DOS SANTOS
646	THIAGO ANDERSON DOS SANTOS
256	VALDIR GUILHERME BETTA
365	VALENTIM CARLOS ANTUNES
675	VALMOR ALVES RIBEIRO
390	VILACI VANIO DE ANDRADE
108	VILSON DEUCHER
89	WILMAR MELLO
353	WILSON JOEL PERSUHN
707	WILSON MACHADO BONFIM
346	ZAIR DE SOUZA

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos à data de 01 de setembro de 2014.

Blumenau (SC), 30 de setembro de 2014.
SERGIO RICARDO CHISTE SANTOS
Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 205/2014 - SETERB

PORTARIA N. 205/2014

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR SUPOSTA RESPONSABILIDADE POR PARTE DO SERVIDOR J.C.N

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 5.º, da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

DETERMINAR

A instauração de Processo Administrativo Disciplinar, a ser conduzido pela Comissão de Sindicância e Processo Administrativo - CSPA desta Autarquia, designada pela Portaria nº 173/2014, de 25 de agosto de 2014, a fim de apurar a responsabilidade do servidor J.C.N, matrícula nº 630, ocupante do cargo de provimento efetivo de Guarda de Trânsito, em virtude da denúncia constante nos documentos acostados ao Memorando nº 459/2014, de lavra do Diretor de Trânsito desta Autarquia, na qual o Sr. Edson Luis Soares relata que ele e seu filho de 04 (quatro) meses foram atingidos por spray de pimenta lançado pelo servidor acima especificado, incidindo este, em tese, no art. 176, inciso V, art. 177, inciso V e art. 190, inciso VII, todos da Lei Complementar Municipal nº 660/2007.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 03 de outubro de 2014.
Sérgio RICARDO CHISTÉ SANTOS
Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 206/2014 - SETERB

PORTARIA Nº206/2014

CONCEDE RETORNO DO AFASTAMENTO DO EXERCÍCIO DO CARGO DE CARREIRA CONCEDIDO A SERVIDORES MUNICIPAIS

SERGIO RICARDO CHISTE SANTOS, Diretor Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar 438 de 22 de dezembro de 2003, resolve:

CONCEDER RETORNO DO AFASTAMENTO DO EXERCÍCIO DO CARGO DE CARREIRA

de acordo com o artigo 22, inciso III, da Lei Complementar nº 660, de 28 de Novembro de 2007, do servidor público municipal:

NOME	PROCESSO	DATA PROCESSO
Célio Dias	30.09.2014	172/2014

Blumenau, 03 de Outubro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO RICARDO CHISTE SANTOS
Diretor Presidente - Seterb

PORTARIA Nº 207/2014 - SETERB

PORTARIA N. 207/2014

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL RELATIVO AO SERVIDOR A.R

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 5.º, da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

DETERMINAR

Com fundamento no art. 238 da Lei Complementar Municipal nº 660/2007, a instauração de Incidente de Insanidade Mental, a ser conduzido pela Comissão de Sindicância e Processo Administrativo - CSPA desta Autarquia, designada pela Portaria nº 173, de 25 de agosto de 2014, a fim de submeter o servidor A. R., ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, matrícula nº 265, à avaliação médica do SESOSP, em virtude dos fatos investigados no PAD nº 06/2014.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 09 de outubro de 2014.

Sérgio Ricardo Chisté Santos

Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 208/2014 - SETERB

PORTARIA Nº 208/2014

DECLARA ESTABILIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO AUTARQUICO MUNICIPAL QUE INDICA.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, e memorando interno nº 66/2013 proveniente da Comissão de Avaliação de Servidores e de Estágio Probatório - CASEP resolve:

DECLARAR

Estável no serviço público autárquico municipal o servidor efetivo dos quadros permanentes de pessoal da autarquia:

NOME	MATRICULA	CARGO	LOTAÇÃO	AQUISIÇÃO DA ESTABILIDADE
Giovana Nazaret da Silva	694	Servente de Serviços Gerais	Diretoria Administrativa	08/07/2014

Blumenau, 09 de outubro de 2014.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS

Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 209/2014 - SETERB

PORTARIA Nº 209/2014

CONCEDE AUXÍLIO NATALIDADE AO SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL GIOVANI VENSKE.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER AUXÍLIO NATALIDADE

De acordo com o artigo 266, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, ao servidor:

Nome	Nº Processo	Data Processo
Giovani Venske	157/2014	19/08/2014

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 19 de agosto de 2014.

Blumenau, 09 de outubro de 2014

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 210/2014 - SETERB

PORTARIA Nº 210/2014

CONCEDE AUXÍLIO FUNERAL A ESPOSA DO FUNCIONARIO PÚBLICO AUTARQUICO MUNICIPAL SAMUEL DIAS FRANCISCO.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei Complementar nº 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER AUXÍLIO FUNERAL

De acordo com o artigo 284 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007 a:

Tânia Maria da Silva, esposa do servidor autárquico municipal Samuel Dias Francisco, devido ao falecimento do mesmo, conforme processo nº 165/2014

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Blumenau (SC), 21 de outubro de 2014.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS

Diretor Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 211/2014 - SETERB

PORTARIA Nº 211/2014

CONCEDE AUXÍLIO FUNERAL A FILHA DO FUNCIONARIO PÚBLICO AUTARQUICO MUNICIPAL THEOBALDO SCHAEFER JUNIOR.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei Complementar nº 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER AUXÍLIO FUNERAL

De acordo com o artigo 284 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007 a:

Taiana Schaefer, filha do servidor autárquico municipal Theobaldo Schaefer Junior, devido ao falecimento do mesmo, conforme processo nº 173/2014.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Blumenau (SC), 21 de outubro de 2014.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS

Diretor Presidente-SETERB

EDITAL NOTIFICAÇÃO N.34 1982/2014 - SETERB

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 9

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 034 1982/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAF9185	55054979E	6599/2	10/09/2014	230 * V
AAH3438	55224754E	6726/1	29/08/2014	230 * XVIII
AAL1155	55054108E	6637/2	29/08/2014	230 * IX
ABF4295	55188836E	5010/0	29/09/2014	162 * I
ABF4295	55188837E	5118/0	29/09/2014	164 c/c 162 * I
ADA2658	55054800E	6726/1	01/10/2014	230 * XVIII
ADA2658	55055851E	6637/2	01/10/2014	230 * IX
ADK2745	55052522E	6599/2	15/09/2014	230 * V
AEI0737	55226409E	6912/0	29/09/2014	232
AFW6637	55226506E	5029/2	30/09/2014	162 * II
AFW6637	55226507E	6912/0	30/09/2014	232
AGG0307	55054092E	6637/1	29/08/2014	230 * IX
AGI5117	55054186E	5169/1	10/09/2014	165
AHJ4496	55052608E	5169/2	18/09/2014	165
AHJ4496	55052609E	6637/2	18/09/2014	230 * IX
AIQ3041	55055036E	6599/2	17/09/2014	230 * V
AIY7653	55225976E	6769/2	29/09/2014	230 * XXII
AJS9115	55047324E	5045/0	22/09/2014	162 * V
AJS9115	55047325E	5142/0	22/09/2014	164 c/c 162 * V
AKG8516	55055153E	6599/2	15/09/2014	230 * V
ALS0786	55054583E	6599/2	03/09/2014	230 * V
ALY1796	55224658E	6637/2	29/08/2014	230 * IX
AMU9286	55055821E	6599/2	26/09/2014	230 * V
ANA8041	55054797E	6912/0	30/09/2014	232
AOS1979	55226126E	6700/0	01/10/2014	230 * XVI
AQK9798	55050625E	6912/0	26/08/2014	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ARG9988	55049837E	6700/0	18/09/2014	230 * XVI
ASA0207	55225957E	6637/2	25/09/2014	230 * IX
ATE8633	55226195E	6912/0	27/09/2014	232
AVJ1956	55054039E	6637/2	29/08/2014	230 * IX
BBL0730	55054090E	6599/2	29/08/2014	230 * V
BOK3976	55054585E	6599/2	03/09/2014	230 * V
CAL9735	55225195E	6637/1	26/09/2014	230 * IX
CBB5374	55055809E	6599/2	25/09/2014	230 * V
CDN3530	55055732E	7340/0	29/09/2014	252 * IV
CDN3530	55055733E	6912/0	29/09/2014	232
CPD0670	55226173E	6637/2	26/09/2014	230 * IX
CRD8244	55225966E	5045/0	26/09/2014	162 * V
CRD8244	55225967E	5142/0	26/09/2014	164 c/c 162 * V
CRD8244	55225968E	6726/1	26/09/2014	230 * XVIII
CRK1242	55054148E	5169/1	13/09/2014	165
CVG8442	55051497E	6408/0	23/08/2014	221
CVX8300	55188949E	5010/0	23/09/2014	162 * I
CVX8300	55188950E	5118/0	23/09/2014	164 c/c 162 * I
CYL3842	55224952E	6637/1	03/09/2014	230 * IX
DBP7464	55188824E	6599/2	20/09/2014	230 * V
DBP7464	55188825E	6912/0	20/09/2014	232
DCE3986	55054668E	6599/2	15/09/2014	230 * V
DFZ6334	55054910E	6912/0	09/09/2014	232
DHZ7915	55054553E	6599/2	28/08/2014	230 * V
EHY5251	55055832E	6602/0	30/09/2014	230 * VI
HRF3609	55225672E	6700/0	29/09/2014	230 * XVI
HSE7576	55225539E	6637/2	23/09/2014	230 * IX
HVV5146	55055114E	6599/2	26/09/2014	230 * V
HZQ7970	55050288E	6670/0	25/08/2014	230 * XIII
ICK6210	55055826E	6912/0	29/09/2014	232
IEL3486	55055348E	6599/2	12/09/2014	230 * V
IEQ2025	55036448E	6599/2	28/09/2014	230 * V
IGA7548	55055159E	6599/2	15/09/2014	230 * V
IGA7548	55055160E	6602/0	15/09/2014	230 * VI
IGF5135	55226453E	6637/2	30/09/2014	230 * IX
IJL0276	55052739E	6599/2	19/09/2014	230 * V
JFG0834	55050910E	6599/2	26/09/2014	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
JUE7876	55054046E	6599/2	29/08/2014	230 * V
JUE7876	55054047E	5010/0	29/08/2014	162 * I
JUE7876	55054048E	5118/0	29/08/2014	164 c/c 162 * I
KNI2126	55226559E	6599/2	01/10/2014	230 * V
LOQ5625	55224869E	6637/2	05/09/2014	230 * IX
LOQ5625	55224870E	6700/0	05/09/2014	230 * XVI
LWS9821	55054106E	6637/2	29/08/2014	230 * IX
LWU1850	55223550E	6653/1	27/08/2014	230 * XI
LWX3625	55047336E	6599/2	26/09/2014	230 * V
LWY6795	55187913E	6726/1	31/08/2014	230 * XVIII
LXH6704	55226065E	6637/2	26/09/2014	230 * IX
LXH6704	55833850C	6726/1	26/09/2014	230 * XVIII
LXI6397	55226356E	6726/1	29/09/2014	230 * XVIII
LXI9333	55224391E	6637/2	03/09/2014	230 * IX
LXM7142	55188831E	5010/0	25/09/2014	162 * I
LXM7142	55188832E	5118/0	25/09/2014	164 c/c 162 * I
LXN1366	55925560D	6599/2	30/08/2014	230 * V
LXN1366	55925561D	6726/1	30/08/2014	230 * XVIII
LXP9374	55054089E	6599/2	29/08/2014	230 * V
LXQ5743	55226458E	6700/0	01/10/2014	230 * XVI
LXS2143	55224725E	6599/2	01/10/2014	230 * V
LXW8526	55224930E	6700/0	23/09/2014	230 * XVI
LYA1665	55190235E	6637/2	03/09/2014	230 * IX
LYB4151	55051931E	5169/1	20/09/2014	165
LYB9751	55226110E	6599/2	25/09/2014	230 * V
LYB9751	55226111E	5010/0	25/09/2014	162 * I
LYB9751	55226112E	5118/0	25/09/2014	164 c/c 162 * I
LYC1038	55224545E	6637/2	03/09/2014	230 * IX
LYG7826	55047338E	6912/0	26/09/2014	232
LYI3354	55224146E	6726/1	03/09/2014	230 * XVIII
LYN3839	55190944E	6726/1	28/08/2014	230 * XVIII
LYN3998	55055111E	6599/2	25/09/2014	230 * V
LYN3998	55055112E	6653/1	25/09/2014	230 * XI
LYO4528	55226128E	6610/2	01/10/2014	230 * VII
LYO4528	55226129E	6700/0	01/10/2014	230 * XVI
LYO4528	55226130E	6726/1	01/10/2014	230 * XVIII
LYO4528	55226131E	6637/2	01/10/2014	230 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYR2734	55225154E	6599/2	05/09/2014	230 * V
LYS1904	55226080E	6599/2	30/09/2014	230 * V
LYS1904	55226081E	6556/1	30/09/2014	230 * I
LYT1782	55225891E	6637/2	29/09/2014	230 * IX
LYT1782	55225892E	6726/1	29/09/2014	230 * XVIII
LYV8202	55226352E	7340/0	29/09/2014	252 * IV
LYY9379	55054922E	6599/2	12/09/2014	230 * V
LYY9379	55054924E	5010/0	12/09/2014	162 * I
LYY9379	55054925E	5118/0	12/09/2014	164 c/c 162 * I
LZB4626	55224524E	6726/1	29/08/2014	230 * XVIII
LZD8806	55225254E	7340/0	09/09/2014	252 * IV
LZD8806	55225255E	6610/2	09/09/2014	230 * VII
LZD8806	55225256E	6637/1	09/09/2014	230 * IX
LZD8806	55225355E	5118/0	08/09/2014	164 c/c 162 * I
LZD8806	55225357E	5010/0	08/09/2014	162 * I
LZE5855	55226416E	6556/1	01/10/2014	230 * I
LZL2150	55833841C	7340/0	25/09/2014	252 * IV
LZM7324	55055198E	6726/1	22/09/2014	230 * XVIII
LZN7761	55226183E	5010/0	27/09/2014	162 * I
LZN7761	55226184E	5118/0	27/09/2014	164 c/c 162 * I
LZP8101	55226355E	6637/2	29/09/2014	230 * IX
LZQ7382	55224088E	6726/1	01/09/2014	230 * XVIII
LZQ7382	55224089E	6556/1	01/09/2014	230 * I
LZQ7382	55224090E	6769/1	01/09/2014	230 * XXII
LZV3912	55225899E	6726/1	30/09/2014	230 * XVIII
LZZ2618	55055037E	6599/2	17/09/2014	230 * V
LZZ2618	55055039E	5045/0	17/09/2014	162 * V
MAC1196	55055340E	6599/2	12/09/2014	230 * V
MAE6140	55225485E	6637/1	22/09/2014	230 * IX
MAE7665	55224387E	6408/0	01/09/2014	221
MAH9214	55055829E	5010/0	30/09/2014	162 * I
MAH9214	55055830E	5118/0	30/09/2014	164 c/c 162 * I
MAM7263	55226402E	6556/1	29/09/2014	230 * I
MAQ0557	55054950E	6556/1	18/09/2014	230 * I
MAQ0557	55055701E	6670/0	18/09/2014	230 * XIII
MAR9813	55226407E	6637/2	29/09/2014	230 * IX
MAS3321	55188827E	6556/1	24/09/2014	230 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAU5341	55055085E	6726/1	22/09/2014	230 * XVIII
MAU5341	55055086E	6670/0	22/09/2014	230 * XIII
MAV9365	55225852E	6726/1	22/09/2014	230 * XVIII
MAV9365	55225853E	6610/2	22/09/2014	230 * VII
MAV9365	55225855E	6700/0	22/09/2014	230 * XVI
MAX1552	55226090E	6599/2	01/10/2014	230 * V
MAX1552	55226091E	5010/0	01/10/2014	162 * I
MAX1552	55226092E	5118/0	01/10/2014	164 c/c 162 * I
MAY2040	55223678E	6726/1	24/09/2014	230 * XVIII
MAY2040	55223679E	6769/1	24/09/2014	230 * XXII
MBC5999	55188829E	6556/1	24/09/2014	230 * I
MBE8192	55052233E	6599/2	21/08/2014	230 * V
MBF5006	55225870E	6700/0	25/09/2014	230 * XVI
MBG2786	55053701E	6602/0	12/09/2014	230 * VI
MBH5265	55052525E	6726/1	15/09/2014	230 * XVIII
MBI4328	55226412E	6637/2	29/09/2014	230 * IX
MBM8528	55050471E	5010/0	02/09/2014	162 * I
MBM8528	55050472E	5118/0	02/09/2014	164 c/c 162 * I
MBM9937	55226189E	6912/0	27/09/2014	232
MBM9937	55226191E	6408/0	27/09/2014	221
MBM9937	55226192E	6726/1	27/09/2014	230 * XVIII
MBN9910	55054775E	6637/2	18/09/2014	230 * IX
MBR8237	55055179E	6599/2	17/09/2014	230 * V
MBR8237	55055180E	5010/0	17/09/2014	162 * I
MBR8237	55055181E	5118/0	17/09/2014	164 c/c 162 * I
MBS0146	55055011E	5010/0	09/09/2014	162 * I
MBS0146	55055012E	6599/2	09/09/2014	230 * V
MBX8717	55226219E	6637/2	01/10/2014	230 * IX
MCB4546	55226061E	6700/0	26/09/2014	230 * XVI
MCB9438	55052532E	6610/2	16/09/2014	230 * VII
MCB9438	55052533E	6700/0	16/09/2014	230 * XVI
MCB9438	55052534E	6637/2	16/09/2014	230 * IX
MCB9438	55052535E	6726/1	16/09/2014	230 * XVIII
MCB9438	55052536E	6556/5	16/09/2014	230 * I
MCJ4554	55225908E	6637/2	26/09/2014	230 * IX
MCM3668	55053737E	6602/0	18/09/2014	230 * VI
MCO6014	55036788E	6599/2	08/09/2014	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCQ6414	55187218E	5010/0	25/09/2014	162 * I
MCQ6414	55187219E	6912/0	25/09/2014	232
MCQ6414	55187220E	5118/0	25/09/2014	164 c/c 162 * I
MCS8263	55223676E	6408/0	23/09/2014	221
MCS8263	55223677E	6912/0	23/09/2014	232
MCV3108	55360648D	6726/1	28/09/2014	230 * XVIII
MCV3108	55360649D	6610/2	28/09/2014	230 * VII
MDC0964	55055457E	6653/1	12/09/2014	230 * XI
MDC1956	55225535E	6726/1	22/09/2014	230 * XVIII
MDC7489	55224957E	6637/2	04/09/2014	230 * IX
MDC8535	55055806E	6599/2	25/09/2014	230 * V
MDD0490	55054726E	6599/2	24/09/2014	230 * V
MDE9956	55226257E	6700/0	29/09/2014	230 * XVI
MDH0145	55054321E	6599/2	28/08/2014	230 * V
MDH0145	55054322E	6602/0	28/08/2014	230 * VI
MDJ4728	55055084E	6726/1	22/09/2014	230 * XVIII
MDJ7549	55190169E	6599/2	25/09/2014	230 * V
MDN5476	55191291E	6637/2	21/08/2014	230 * IX
MDR3131	55224813E	6599/2	03/09/2014	230 * V
MDS3929	55224329E	6610/2	28/08/2014	230 * VII
MDS9011	55052634E	6637/2	30/09/2014	230 * IX
MDT9148	55055716E	6653/1	23/09/2014	230 * XI
MDW7961	55055603E	6912/0	18/09/2014	232
MDZ0451	55225542E	6700/0	25/09/2014	230 * XVI
MEE6672	55226410E	6637/2	29/09/2014	230 * IX
MEE6672	55226411E	6602/0	29/09/2014	230 * VI
MEE9692	55226509E	6726/1	30/09/2014	230 * XVIII
MEM5026	55224347E	5045/0	01/09/2014	162 * V
MEM8497	55226510E	6912/0	01/10/2014	232
MEO7766	55226186E	6556/1	27/09/2014	230 * I
MEO7766	55226187E	6700/0	27/09/2014	230 * XVI
MER1084	55054176E	6599/2	09/09/2014	230 * V
MES4752	55224690E	6726/1	22/09/2014	230 * XVIII
MES4752	55225248E	6556/1	22/09/2014	230 * I
MEV0867	55224546E	6637/2	03/09/2014	230 * IX
MEV1976	55226067E	6912/0	26/09/2014	232
MEV1976	55226068E	6726/1	26/09/2014	230 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEY3130	55225893E	6726/1	29/09/2014	230 * XVIII
MEY3130	55225894E	6637/2	29/09/2014	230 * IX
MEZ2929	55055196E	6408/0	22/09/2014	221
MEZ7619	55186821E	5010/0	22/09/2014	162 * I
MEZ7619	55186822E	6599/2	22/09/2014	230 * V
MEZ7619	55186823E	6912/0	22/09/2014	232
MFA7697	55052614E	5169/1	19/09/2014	165
MFA7697	55052615E	6726/1	19/09/2014	230 * XVIII
MFA7697	55052616E	6637/2	19/09/2014	230 * IX
MFD4030	55055171E	7340/0	16/09/2014	252 * IV
MFE9953	55054325E	6599/2	28/08/2014	230 * V
MFF0214	55224343E	6599/2	29/08/2014	230 * V
MFG9161	55223948E	6912/0	27/08/2014	232
MFH2106	55055329E	6599/2	11/09/2014	230 * V
MFH2106	55055330E	5037/1	11/09/2014	162 * III
MFH2106	55055331E	5134/1	11/09/2014	164 c/c 162 * III
MFJ3679	55226076E	7358/0	30/09/2014	252 * V
MFK4039	55226202E	5045/0	26/09/2014	162 * V
MFK4039	55226203E	5142/0	26/09/2014	164 c/c 162 * V
MFK5059	55224480E	6700/0	03/09/2014	230 * XVI
MFP2236	55226261E	6637/2	29/09/2014	230 * IX
MFP5741	55226157E	6637/2	25/09/2014	230 * IX
MFQ4023	55048622E	5045/0	24/09/2014	162 * V
MFR7276	55223669E	5010/0	21/09/2014	162 * I
MFR7276	55223670E	5118/0	21/09/2014	164 c/c 162 * I
MFR7276	55223671E	6599/2	21/09/2014	230 * V
MFR7276	55223672E	6912/0	21/09/2014	232
MFR7276	55223673E	6726/1	21/09/2014	230 * XVIII
MFY2174	55055083E	6599/2	22/09/2014	230 * V
MGA8371	55055010E	6637/2	09/09/2014	230 * IX
MGB5236	55224484E	6912/0	03/09/2014	232
MGB5236	55224485E	6726/1	03/09/2014	230 * XVIII
MGE1309	55054401E	6653/1	28/08/2014	230 * XI
MGF8724	55048616E	6599/2	01/09/2014	230 * V
MGG6920	55047319E	6599/2	12/09/2014	230 * V
MGI9541	55224156E	6726/1	01/09/2014	230 * XVIII
MGJ1212	55055042E	6599/2	18/09/2014	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGL8434	55224150E	6637/2	03/09/2014	230 * IX
MGO9681	55049672E	5010/0	27/08/2014	162 * I
MGO9681	55049673E	5118/0	27/08/2014	164 c/c 162 * I
MGP8574	55055734E	6637/2	29/09/2014	230 * IX
MGS3216	55225916E	6637/2	29/09/2014	230 * IX
MGS4513	55226054E	6637/2	25/09/2014	230 * IX
MGS8491	55055122E	6912/0	26/09/2014	232
MGU7645	55225737E	6637/2	25/09/2014	230 * IX
MHA4025	55047328E	5096/0	05/09/2014	163 c/c 162 * V
MHB8832	55226016E	6556/1	30/09/2014	230 * I
MHK7167	55055020E	6653/1	11/09/2014	230 * XI
MHL5670	55039085E	6599/2	11/09/2014	230 * V
MHU7750	55189849E	6726/1	24/09/2014	230 * XVIII
MHU8695	55055072E	6408/0	17/09/2014	221
MIB7680	55225860E	6637/2	23/09/2014	230 * IX
MIB8163	55188830E	5045/0	24/09/2014	162 * V
MID6546	55224442E	6599/2	01/09/2014	230 * V
MIE4315	55052618E	5169/1	21/09/2014	165
MII6507	55054074E	6912/0	27/08/2014	232
MIS0709	55225890E	6912/0	29/09/2014	232
MIW1854	55054198E	6599/2	12/09/2014	230 * V
MJA0204	55225884E	6700/0	26/09/2014	230 * XVI
MJB0533	55055810E	6726/1	25/09/2014	230 * XVIII
MJC3368	55055040E	6599/2	18/09/2014	230 * V
MJF3378	55225111E	6726/1	08/09/2014	230 * XVIII
MJH7304	55191409E	5010/0	06/09/2014	162 * I
MJH8655	55054932E	5010/0	16/09/2014	162 * I
MJH8655	55054933E	5118/0	16/09/2014	164 c/c 162 * I
MJH8655	55054934E	6599/2	16/09/2014	230 * V
MJI6366	55224663E	6599/2	01/09/2014	230 * V
MJR7852	55224396E	6599/2	03/09/2014	230 * V
MJY3666	55055088E	6599/2	04/09/2014	230 * V
MJY5123	55189165E	7358/0	22/09/2014	252 * V
MKB4979	55054788E	6769/1	20/09/2014	230 * XXII
MKD3616	55054447E	6599/2	09/09/2014	230 * V
MKD3616	55054448E	5010/0	09/09/2014	162 * I
MKD3616	55054449E	6653/1	09/09/2014	230 * XI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKD3616	55054450E	6637/2	09/09/2014	230 * IX
MKR3691	55188833E	5010/0	29/09/2014	162 * I
MKR3691	55188834E	5118/0	29/09/2014	164 c/c 162 * I
MKR5946	55224296E	6599/2	03/09/2014	230 * V
MKR9548	55187592E	6653/1	27/09/2014	230 * XI
MKV7406	55055707E	6726/1	19/09/2014	230 * XVIII
MLF1754	55224085E	6599/2	01/09/2014	230 * V
MLI2286	55052768E	6599/2	25/09/2014	230 * V
MLK2256	55055458E	5010/0	12/09/2014	162 * I
MLK2256	55055459E	5118/0	12/09/2014	164 c/c 162 * I
MLN2032	55190866E	5010/0	01/09/2014	162 * I
MLN2032	55190867E	5118/0	01/09/2014	164 c/c 162 * I
MLQ8184	55225732E	5010/0	23/09/2014	162 * I
MLQ8184	55225733E	5118/0	23/09/2014	164 c/c 162 * I
MLU0901	55054245E	5029/2	03/09/2014	162 * II
MLU0901	55054246E	5126/2	03/09/2014	164 c/c 162 * II
MLU5736	55224395E	6599/2	03/09/2014	230 * V
MMA9435	55055726E	6670/0	26/09/2014	230 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 14 DE OUTUBRO DE 2014

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI

DELEGADO REGIONAL - 3A DRP

EDITAL NOTIFICAÇÃO N.34 1983/2014 - SETERB

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 16

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 034 1983/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAF9185	55054980E	5185/1	10/09/2014	167
AAU7621	55055563E	5835/0	26/09/2014	195
ABE5007	55658130E	5541/2	10/09/2014	181 * XVII
ABE5007	55658174E	5541/2	10/09/2014	181 * XVII
ADD0367	55656166E	5541/2	15/08/2014	181 * XVII
ADK2745	55052431E	5835/0	01/10/2014	195
AES7223	55226168E	5185/2	26/09/2014	167
AFA5832	55055157E	5185/2	15/09/2014	167
AFK5739	55054693E	7366/2	23/09/2014	252 * VI
AFY2342	55055515E	5207/0	18/09/2014	169
AIQ3041	55052427E	5835/0	30/09/2014	195
AIQ3041	55658468E	5541/2	13/09/2014	181 * XVII
AJD8896	55657901E	5541/2	08/09/2014	181 * XVII
AJU1289	55056127E	7366/2	25/09/2014	252 * VI
AJX9919	55056130E	7366/2	25/09/2014	252 * VI
AKL4652	55055158E	5185/2	15/09/2014	167
AKP2510	55658377E	5541/2	12/09/2014	181 * XVII
ALC7677	55658213E	5541/2	10/09/2014	181 * XVII
ALS7934	55658487E	5541/2	13/09/2014	181 * XVII
ALV1590	55658147E	5541/2	10/09/2014	181 * XVII
AML8735	55657759E	5541/2	04/09/2014	181 * XVII
ANH8046	55054671E	7366/2	15/09/2014	252 * VI
ANH8046	55055513E	7366/2	17/09/2014	252 * VI
ANT9592	55053729E	7366/2	18/09/2014	252 * VI
AOM4249	55655706E	5541/2	08/08/2014	181 * XVII
AOS0342	55658287E	5541/2	11/09/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AOX9158	55657805E	5541/2	04/09/2014	181 * XVII
AOX9158	55658327E	5541/2	11/09/2014	181 * XVII
AQQ1709	55658429E	5541/2	12/09/2014	181 * XVII
AQQ6072	55658335E	5541/2	12/09/2014	181 * XVII
ART7763	55655897E	5541/2	12/08/2014	181 * XVII
ART8878	55052574E	7366/2	15/09/2014	252 * VI
ARY4371	55658452E	5541/2	13/09/2014	181 * XVII
ASL9220	55656270E	5541/2	18/08/2014	181 * XVII
ATA7156	55656192E	5541/2	15/08/2014	181 * XVII
ATA7156	55656534E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
ATA7156	55656535E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
ATL7217	55658326E	5541/2	11/09/2014	181 * XVII
AUD9849	55053686E	5452/1	18/09/2014	181 * VIII
AUV3230	55055388E	5541/6	15/09/2014	181 * XVII
AUX9009	55053692E	5541/6	19/09/2014	181 * XVII
AVU9741	55655837E	5541/2	12/08/2014	181 * XVII
AVX1506	55053677E	5541/5	17/09/2014	181 * XVII
AWD2311	55658096E	5541/2	09/09/2014	181 * XVII
AXD2781	55052725E	7366/2	18/09/2014	252 * VI
AXK6996	55657367E	5541/2	11/09/2014	181 * XVII
AYC2506	55055397E	5541/6	16/09/2014	181 * XVII
BFA5887	55658064E	5541/2	09/09/2014	181 * XVII
BOA2680	55190409E	5550/0	25/09/2014	181 * XVIII
BOK3976	55054586E	5193/0	03/09/2014	168
BPA7181	55051548E	5541/5	27/08/2014	181 * XVII
CCB4805	55658528E	5541/2	15/09/2014	181 * XVII
CDE7290	55658093E	5541/2	09/09/2014	181 * XVII
CDL4470	55656879E	5541/2	22/08/2014	181 * XVII
CGC0423	55052713E	7366/2	17/09/2014	252 * VI
CJB2288	55052562E	5185/1	15/09/2014	167
CNB5241	55226414E	5185/1	01/10/2014	167
CNP4014	55658323E	5541/2	11/09/2014	181 * XVII
CQO4743	55055435E	7366/2	10/09/2014	252 * VI
CRU6667	55658545E	5541/2	15/09/2014	181 * XVII
CSP3131	55657732E	5541/2	04/09/2014	181 * XVII
CTZ8005	55658355E	5541/2	12/09/2014	181 * XVII
CVM5035	55657771E	5541/2	04/09/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CYM2306	55055414E	7366/2	10/09/2014	252 * VI
CYX1290	55658307E	5541/2	11/09/2014	181 * XVII
CZQ2575	55054360E	7366/2	09/09/2014	252 * VI
DAK8365	55054991E	6050/1	10/09/2014	208
DAM7317	55657938E	5541/2	08/09/2014	181 * XVII
DBV0804	55055501E	7366/2	17/09/2014	252 * VI
DCE2384	55658328E	5541/2	11/09/2014	181 * XVII
DEH7575	55658511E	5541/2	15/09/2014	181 * XVII
DEN0251	55656491E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
DEZ4846	55658536E	5541/2	15/09/2014	181 * XVII
DEZ7108	55055396E	5541/6	16/09/2014	181 * XVII
DGJ6490	55658295E	5541/2	11/09/2014	181 * XVII
DIN4188	55657792E	5541/2	04/09/2014	181 * XVII
DJC9623	55055421E	7366/2	10/09/2014	252 * VI
DJC9623	55657881E	5541/2	06/09/2014	181 * XVII
DLL6000	55655911E	5541/2	12/08/2014	181 * XVII
DNB9808	55655769E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
DNY2189	55052569E	7366/2	15/09/2014	252 * VI
DNY2189	55052570E	5185/1	15/09/2014	167
DRB3921	55055562E	5835/0	25/09/2014	195
DRI3805	55658175E	5541/2	10/09/2014	181 * XVII
DSK6138	55052566E	7366/2	15/09/2014	252 * VI
DST7641	55657821E	5541/2	05/09/2014	181 * XVII
EAE5881	55658143E	5541/2	10/09/2014	181 * XVII
EAQ9522	55053678E	5541/1	17/09/2014	181 * XVII
ECH5166	55657080E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
EKW6384	55054417E	5550/0	08/09/2014	181 * XVIII
EPF9374	55658236E	5541/2	26/09/2014	181 * XVII
EWZ3488	55657808E	5541/2	04/09/2014	181 * XVII
FLX8373	55657868E	5541/2	05/09/2014	181 * XVII
FUS0177	55658085E	5541/2	09/09/2014	181 * XVII
GWL6047	55658272E	5541/2	11/09/2014	181 * XVII
HCU3442	55055366E	7366/2	11/09/2014	252 * VI
HEF9017	55655757E	5541/2	09/08/2014	181 * XVII
HLP4750	55656389E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
HRN1252	55187595E	5525/0	30/09/2014	181 * XV
HRR4204	55054724E	5550/0	22/09/2014	181 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IEH5216	55658059E	5541/2	09/09/2014	181 * XVII
IEL3486	55055346E	5231/1	12/09/2014	172
IEL3486	55055347E	5185/2	12/09/2014	167
IIA3924	55657764E	5541/2	04/09/2014	181 * XVII
IIQ5348	55657975E	5541/2	08/09/2014	181 * XVII
IJS7862	55225913E	6050/1	26/09/2014	208
IKP9409	55658214E	5541/2	10/09/2014	181 * XVII
IKU0869	55053651E	5541/7	11/09/2014	181 * XVII
IMO2393	55656406E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
IMO2393	55656408E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
IMU8028	55055429E	7366/2	10/09/2014	252 * VI
IQC8729	55655829E	5541/2	11/08/2014	181 * XVII
IQR2561	55658002E	5541/2	08/09/2014	181 * XVII
ISF6754	55049831E	5550/0	29/08/2014	181 * XVIII
IVQ0956	55655933E	5541/2	12/08/2014	181 * XVII
JNT3601	55051895E	5835/0	10/09/2014	195
JNX0220	55055462E	5541/1	15/09/2014	181 * XVII
JNX0220	55657799E	5541/2	04/09/2014	181 * XVII
JNX0220	55657803E	5541/2	04/09/2014	181 * XVII
JSM4833	55224244E	5185/1	27/08/2014	167
JZO0647	55658157E	5541/2	10/09/2014	181 * XVII
KEW0304	55224469E	5541/5	28/08/2014	181 * XVII
KMC4491	55655609E	5541/2	07/08/2014	181 * XVII
KML4557	55657886E	5541/2	06/09/2014	181 * XVII
KML4557	55658333E	5541/2	12/09/2014	181 * XVII
KML4557	55658458E	5541/2	13/09/2014	181 * XVII
KOO2504	55658382E	5541/2	12/09/2014	181 * XVII
KWG5441	55657984E	5541/2	08/09/2014	181 * XVII
KWP2100	55658347E	5541/2	12/09/2014	181 * XVII
KZP3191	55055567E	5835/0	30/09/2014	195
LCW4461	55052778E	5541/1	30/09/2014	181 * XVII
LNK3386	55655855E	5541/2	12/08/2014	181 * XVII
LOH7839	55658294E	5541/2	11/09/2014	181 * XVII
LRH6674	55658324E	5541/2	11/09/2014	181 * XVII
LWR5358	55055602E	7366/2	17/09/2014	252 * VI
LWT5691	55052577E	7366/2	16/09/2014	252 * VI
LWV5754	55056216E	5541/7	29/09/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LWY6577	55658395E	5541/2	12/09/2014	181 * XVII
LWZ6091	55658169E	5541/2	10/09/2014	181 * XVII
LXA3997	55658446E	5541/2	13/09/2014	181 * XVII
LXC2193	55055541E	7366/2	19/09/2014	252 * VI
LXC8295	55056139E	5541/6	26/09/2014	181 * XVII
LXF1719	55053716E	7307/0	15/09/2014	251 * II
LXM8618	55658381E	5541/2	12/09/2014	181 * XVII
LXO1643	55657735E	5541/2	04/09/2014	181 * XVII
LXP2239	55657813E	5541/2	05/09/2014	181 * XVII
LXQ7464	55656483E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
LXS9134	55655785E	5541/2	11/08/2014	181 * XVII
LXU6313	55056123E	6050/1	25/09/2014	208
LXV5377	55656362E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
LXV9839	55655518E	5541/2	06/08/2014	181 * XVII
LXX5734	55052658E	5185/2	16/09/2014	167
LXZ1868	55657934E	5541/2	08/09/2014	181 * XVII
LXZ1991	55052409E	5835/0	27/08/2014	195
LYE1168	55038483E	7056/1	30/09/2014	244 * III
LYI0301	55050998E	6041/2	30/08/2014	207
LYO4184	55657942E	5541/2	08/09/2014	181 * XVII
LYO6362	55657748E	5541/2	04/09/2014	181 * XVII
LYQ4744	55224819E	5185/2	03/09/2014	167
LYR0088	55190105E	5460/0	25/09/2014	181 * IX
LYT2304	55055255E	5550/0	25/09/2014	181 * XVIII
LYW3116	55656256E	5541/2	18/08/2014	181 * XVII
LYX8449	55052413E	5835/0	11/09/2014	195
LYY6673	55226121E	5185/2	29/09/2014	167
LZB4760	55052425E	5835/0	26/09/2014	195
LZD8806	55225356E	5185/2	08/09/2014	167
LZF6642	55657826E	5541/2	05/09/2014	181 * XVII
LZG9602	55657950E	5541/2	08/09/2014	181 * XVII
LZI0060	55656068E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
LZN7761	55226185E	5185/2	27/09/2014	167
LZN9529	55657988E	5541/2	08/09/2014	181 * XVII
LZO3822	55656482E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
LZQ6119	55190934E	5185/1	23/08/2014	167
LZQ7382	55224086E	5819/2	01/09/2014	193

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZQ7382	55224087E	6033/0	01/09/2014	206 * V
LZQ7382	55224389E	5185/1	01/09/2014	167
LZR0192	55657960E	5541/2	08/09/2014	181 * XVII
LZT5364	55658461E	5541/2	13/09/2014	181 * XVII
LZZ0902	55656061E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
MAB7025	55658251E	5541/2	11/09/2014	181 * XVII
MAC1196	55052418E	5835/0	19/09/2014	195
MAG3587	55055315E	5207/0	11/09/2014	169
MAH1941	55656149E	5541/2	15/08/2014	181 * XVII
MAM0431	55056211E	5541/1	29/09/2014	181 * XVII
MAN1403	55052561E	7366/2	15/09/2014	252 * VI
MAO4508	55055004E	5193/0	08/09/2014	168
MAR9609	55055566E	6050/1	30/09/2014	208
MAS6549	55656032E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
MAV3304	55658145E	5541/2	10/09/2014	181 * XVII
MAW0962	55188533E	6076/0	01/09/2014	210
MAW0962	55188534E	5185/1	01/09/2014	167
MAX7305	55656028E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
MAX7621	55657846E	5541/2	05/09/2014	181 * XVII
MAX8055	55051885E	6041/2	03/09/2014	207
MAY4816	55658428E	5541/2	12/09/2014	181 * XVII
MAZ6262	55656514E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
MBC2986	55658270E	5541/2	11/09/2014	181 * XVII
MBE3400	55224072E	5185/1	26/08/2014	167
MBF3635	55190950E	5185/1	28/08/2014	167
MBF8694	55657913E	5541/2	08/09/2014	181 * XVII
MBG2085	55657832E	5541/2	05/09/2014	181 * XVII
MBG6485	55655914E	5541/2	12/08/2014	181 * XVII
MBH1270	55658211E	5541/2	10/09/2014	181 * XVII
MBK0517	55188826E	5410/0	20/09/2014	181 * IV
MBM5568	55657837E	5541/2	05/09/2014	181 * XVII
MBM5568	55657841E	5541/2	05/09/2014	181 * XVII
MBM9937	55226190E	5185/2	27/09/2014	167
MBN6893	55658551E	5541/2	15/09/2014	181 * XVII
MBO1720	55226413E	5185/2	29/09/2014	167
MBO2727	55054681E	5541/1	19/09/2014	181 * XVII
MBR5833	55658149E	5541/2	10/09/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBS3000	55656214E	5541/2	15/08/2014	181 * XVII
MBS7154	55655917E	5541/2	12/08/2014	181 * XVII
MBT5620	55054225E	7366/2	28/08/2014	252 * VI
MBU2764	55052652E	5185/2	15/09/2014	167
MBU2764	55226154E	5185/2	25/09/2014	167
MBW8472	55657990E	5541/2	08/09/2014	181 * XVII
MBX8597	55052668E	5185/1	23/09/2014	167
MBX8597	55052669E	5185/2	23/09/2014	167
MBY6442	55055514E	7366/2	17/09/2014	252 * VI
MBY6466	55052776E	5541/7	30/09/2014	181 * XVII
MCA9479	55656007E	5541/2	13/08/2014	181 * XVII
MCC8861	55657801E	5541/2	04/09/2014	181 * XVII
MCC8861	55657982E	5541/2	08/09/2014	181 * XVII
MCF0478	55054503E	5541/1	28/08/2014	181 * XVII
MCF8191	55657909E	5541/2	08/09/2014	181 * XVII
MCJ1830	55225493E	5185/2	25/09/2014	167
MCJ6078	55224477E	5185/1	01/09/2014	167
MCK9081	55055505E	5207/0	17/09/2014	169
MCL0923	55658027E	5541/2	09/09/2014	181 * XVII
MCM3668	55053736E	5738/0	18/09/2014	186 * II
MCM8472	55053721E	6033/0	17/09/2014	206 * V
MCM8472	55053725E	5835/0	17/09/2014	195
MCM9064	55658131E	5541/2	10/09/2014	181 * XVII
MCN8907	55658298E	5541/2	11/09/2014	181 * XVII
MCO5358	55054403E	5550/0	28/08/2014	181 * XVIII
MCO6014	55036785E	7048/1	08/09/2014	244 * II
MCO6014	55036787E	5835/0	08/09/2014	195
MCO6718	55042669E	5681/0	26/09/2014	184 * I
MCQ6414	55187221E	5835/0	25/09/2014	195
MCR6161	55657987E	5541/2	08/09/2014	181 * XVII
MCR6161	55658084E	5541/2	09/09/2014	181 * XVII
MCR6161	55658090E	5541/2	09/09/2014	181 * XVII
MCT0500	55055406E	7366/2	09/09/2014	252 * VI
MCV3108	55360647D	5525/0	28/09/2014	181 * XV
MCW2381	55656125E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
MCW3225	55191406E	7056/1	04/09/2014	244 * III
MCW5371	55657772E	5541/2	04/09/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCW9128	55053682E	5541/1	18/09/2014	181 * XVII
MDA5294	55656262E	5541/2	18/08/2014	181 * XVII
MDB4212	55056122E	6050/1	25/09/2014	208
MDC0964	55657825E	5541/2	05/09/2014	181 * XVII
MDD0490	55054725E	5550/0	24/09/2014	181 * XVIII
MDD0733	55658024E	5541/2	09/09/2014	181 * XVII
MDG0413	55656100E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
MDG5486	55225543E	5185/1	25/09/2014	167
MDI0903	55657958E	5541/2	08/09/2014	181 * XVII
MDJ5414	55655959E	5541/2	13/08/2014	181 * XVII
MDL2008	55658244E	5541/2	11/09/2014	181 * XVII
MDN0624	55054727E	7366/2	25/09/2014	252 * VI
MDN2188	55658269E	5541/2	11/09/2014	181 * XVII
MDN9695	55055172E	6858/0	16/09/2014	231 * VII
MDP8577	55658034E	5541/2	09/09/2014	181 * XVII
MDQ3198	55656184E	5541/2	15/08/2014	181 * XVII
MDQ3981	55036393E	6050/1	28/09/2014	208
MDR5484	55658044E	5541/2	09/09/2014	181 * XVII
MDS3579	55658370E	5541/2	12/09/2014	181 * XVII
MDV9647	55658254E	5541/2	11/09/2014	181 * XVII
MDX1905	55658125E	5541/2	10/09/2014	181 * XVII
MDY3641	55224247E	5185/1	27/08/2014	167
MDZ3531	55224426E	5185/1	28/08/2014	167
MEA4979	55055548E	7366/2	22/09/2014	252 * VI
MEA9774	55657936E	5541/2	08/09/2014	181 * XVII
MEB5706	55657993E	5541/2	08/09/2014	181 * XVII
MEC8498	55036446E	5550/0	27/09/2014	181 * XVIII
MEE9692	55226508E	5185/1	30/09/2014	167
MEF5850	55052763E	5541/7	24/09/2014	181 * XVII
MEK9789	55658421E	5541/2	12/09/2014	181 * XVII
MEL1445	55056120E	7366/2	24/09/2014	252 * VI
MEL5796	55658436E	5541/2	13/09/2014	181 * XVII
MEM3203	55224553E	6050/1	03/09/2014	208
MEM7309	55053674E	5738/0	16/09/2014	186 * II
MEM7309	55053675E	5819/2	16/09/2014	193
MEN0683	55658302E	5541/2	11/09/2014	181 * XVII
MEN0828	55055117E	5185/2	26/09/2014	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEP7093	55655755E	5541/2	09/08/2014	181 * XVII
MEP9064	55656352E	5541/2	18/08/2014	181 * XVII
MEQ3853	55658138E	5541/2	10/09/2014	181 * XVII
MEW0076	55656066E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
MEW0076	55656097E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
MEW8456	55657983E	5541/2	08/09/2014	181 * XVII
MEY3130	55225895E	5193/0	29/09/2014	168
MEY6899	55657996E	5541/2	08/09/2014	181 * XVII
MEZ6881	55657067E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
MEZ7619	55186824E	7030/1	22/09/2014	244 * I
MFA1506	55656102E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
MFA1506	55656532E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
MFB4376	55056151E	7366/2	23/09/2014	252 * VI
MFC1289	55657820E	5541/2	05/09/2014	181 * XVII
MFC2727	55055508E	5207/0	17/09/2014	169
MFF7055	55656369E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
MFF7055	55656419E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
MFF9988	55658374E	5541/2	12/09/2014	181 * XVII
MFH4478	55658274E	5541/2	11/09/2014	181 * XVII
MFH6493	55658547E	5541/2	15/09/2014	181 * XVII
MF11494	55054260E	7056/1	16/09/2014	244 * III
MF11712	55656289E	5541/2	18/08/2014	181 * XVII
MF12149	55658199E	5541/2	10/09/2014	181 * XVII
MFJ0904	55656246E	5541/2	18/08/2014	181 * XVII
MFK0059	55655624E	5541/2	07/08/2014	181 * XVII
MFK3720	55658283E	5541/2	11/09/2014	181 * XVII
MFL4861	55656359E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
MFO4016	55658226E	5541/2	26/09/2014	181 * XVII
MFP2054	55036695E	5541/1	10/09/2014	181 * XVII
MFP6886	55657809E	5541/2	05/09/2014	181 * XVII
MFP6886	55657847E	5541/2	05/09/2014	181 * XVII
MFQ0293	55657738E	5541/2	04/09/2014	181 * XVII
MFQ2788	55658237E	5541/2	11/09/2014	181 * XVII
MFQ3627	55657879E	5541/2	22/09/2014	181 * XVII
MFR8838	55656133E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
MFS3982	55655867E	5541/2	12/08/2014	181 * XVII
MFV1737	55655883E	5541/2	12/08/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFV7643	55656242E	5541/2	15/08/2014	181 * XVII
MFZ2230	55656403E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
MFZ3543	55658391E	5541/2	12/09/2014	181 * XVII
MFZ5847	55190231E	5185/1	29/08/2014	167
MGA6903	55054722E	7366/2	19/09/2014	252 * VI
MGB5373	55054037E	7307/0	29/08/2014	251 * II
MGB5690	55657951E	5541/2	08/09/2014	181 * XVII
MGB5879	55051883E	5835/0	29/08/2014	195
MGC0784	55657766E	5541/2	04/09/2014	181 * XVII
MGC0784	55658280E	5541/2	11/09/2014	181 * XVII
MGC1687	55056210E	7366/2	29/09/2014	252 * VI
MGC7803	55655847E	5541/2	12/08/2014	181 * XVII
MGC7803	55655875E	5541/2	12/08/2014	181 * XVII
MGD3587	55656518E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
MGD6055	55655742E	5541/2	09/08/2014	181 * XVII
MGE4159	55224810E	7366/2	01/09/2014	252 * VI
MGF5192	55656274E	5541/2	18/08/2014	181 * XVII
MGH1502	55052764E	5452/1	24/09/2014	181 * VIII
MGI2411	55657791E	5541/2	04/09/2014	181 * XVII
MGI4682	55656264E	5541/2	18/08/2014	181 * XVII
MGI6630	55658455E	5541/2	13/09/2014	181 * XVII
MGJ4701	55658182E	5541/2	10/09/2014	181 * XVII
MGM4443	55656484E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
MGN2556	55190946E	5185/1	28/08/2014	167
MGN2556	55655842E	5541/2	12/08/2014	181 * XVII
MGN3910	55656486E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
MGO8071	55055560E	5967/0	23/09/2014	203 * V
MGO9681	55049671E	5738/0	27/08/2014	186 * II
MGP2859	55050547E	5185/1	17/09/2014	167
MGQ1759	55655777E	5541/2	11/08/2014	181 * XVII
MGQ2450	55656445E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
MGQ9311	55056201E	7366/2	29/09/2014	252 * VI
MGR2470	55656502E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
MGS4513	55658219E	5541/2	25/09/2014	181 * XVII
MGS8445	55657845E	5541/2	05/09/2014	181 * XVII
MGS8491	55055121E	5185/1	26/09/2014	167
MGT0475	55055125E	7366/2	26/09/2014	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGT7860	55658311E	5541/2	11/09/2014	181 * XVII
MGU8265	55052771E	5541/6	26/09/2014	181 * XVII
MGW1117	55658196E	5541/2	10/09/2014	181 * XVII
MGX4514	55656397E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
MGX7765	55224151E	7056/1	01/09/2014	244 * III
MGX8994	55656284E	5541/2	18/08/2014	181 * XVII
MGZ4234	55658364E	5541/2	12/09/2014	181 * XVII
MGZ4424	55055532E	7366/2	18/09/2014	252 * VI
MHB1446	55658095E	5541/2	09/09/2014	181 * XVII
MHD0243	55037517E	5550/0	11/09/2014	181 * XVIII
MHE6300	55658025E	5541/2	09/09/2014	181 * XVII
MHE6544	55056117E	7366/2	24/09/2014	252 * VI
MHE8077	55053724E	6041/2	17/09/2014	207
MHF3285	55656088E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
MHG7258	55055057E	5967/0	15/09/2014	203 * V
MHI0538	55655747E	5541/2	09/08/2014	181 * XVII
MHI4354	55657878E	5541/2	22/09/2014	181 * XVII
MHJ2426	55052747E	6050/1	22/09/2014	208
MHJ2426	55056062E	7366/2	29/09/2014	252 * VI
MHK0493	55190771E	7056/1	26/09/2014	244 * III
MHK7948	55224551E	5541/6	03/09/2014	181 * XVII
MHL0503	55656538E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
MHL1801	55656150E	5541/2	15/08/2014	181 * XVII
MHL3189	55055544E	5819/6	22/09/2014	193
MHM6586	55224450E	7366/2	01/09/2014	252 * VI
MHN5111	55052560E	7099/1	15/09/2014	244 * V II
MHO5097	55054687E	5967/0	19/09/2014	203 * V
MHP1160	55656398E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
MHP8093	55655285E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
MHP8371	55656020E	5541/2	28/08/2014	181 * XVII
MHS1106	55658253E	5541/2	11/09/2014	181 * XVII
MHS2973	55656363E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
MHS3648	55055319E	5541/1	11/09/2014	181 * XVII
MHS8236	55050698E	5541/6	17/09/2014	181 * XVII
MHT8052	55051670E	5541/1	12/09/2014	181 * XVII
MHT8417	55055522E	5207/0	18/09/2014	169
MHT9028	55656103E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHU7750	55189848E	5525/0	24/09/2014	181 * XV
MHW9366	55655919E	5541/2	12/08/2014	181 * XVII
MHW9593	55932730D	5550/0	27/09/2014	181 * XVIII
MHX2977	55036389E	5568/0	23/09/2014	181 * XIX
MHX3231	55658338E	5541/2	12/09/2014	181 * XVII
MHY8273	55187594E	5525/0	28/09/2014	181 * XV
MIA1996	55657904E	5541/2	08/09/2014	181 * XVII
MIA1996	55658496E	5541/2	15/09/2014	181 * XVII
MIA1996	55658504E	5541/2	15/09/2014	181 * XVII
MIA1996	55658524E	5541/2	15/09/2014	181 * XVII
MIA5493	55656197E	5541/2	15/08/2014	181 * XVII
MIA7314	55655832E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII
MIC1442	55052544E	5347/0	27/09/2014	178
MIC3425	55054327E	7099/1	29/08/2014	244 * V II
MIC5208	55052662E	5185/1	17/09/2014	167
MIC9141	55656187E	5541/2	15/08/2014	181 * XVII
MID2341	55190770E	5967/0	26/09/2014	203 * V
MIE6677	55188333E	5509/0	23/08/2014	181 * XIII
MIF0613	55655968E	5541/2	13/08/2014	181 * XVII
MIF3922	55657888E	5541/2	06/09/2014	181 * XVII
MIF4764	55052410E	5835/0	28/08/2014	195
MIF9598	55050021E	7366/2	28/08/2014	252 * VI
MIG1461	55189250E	5185/1	01/09/2014	167
MIG1746	55656281E	5541/2	18/08/2014	181 * XVII
MIG2251	55052717E	7366/2	17/09/2014	252 * VI
MIG2287	55656227E	5541/2	15/08/2014	181 * XVII
MIG3400	55658351E	5541/2	12/09/2014	181 * XVII
MIG4264	55056218E	5452/6	29/09/2014	181 * VIII
MIG6475	55658306E	5541/2	11/09/2014	181 * XVII
MIG9100	55656495E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
MIH7102	55052855E	7366/2	01/10/2014	252 * VI
MIH7102	55055503E	7366/2	17/09/2014	252 * VI
MII4188	55055411E	5185/1	09/09/2014	167
MII8451	55658332E	5541/2	12/09/2014	181 * XVII
MIK0730	55040398E	5550/0	16/09/2014	181 * XVIII
MIL1920	55052758E	5541/1	23/09/2014	181 * XVII
MIL9980	55657921E	5541/2	08/09/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIM2589	55656562E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
MIM8668	55656075E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
MIO2797	55189734E	7048/1	23/08/2014	244 * II
MIO6852	55656260E	5541/2	18/08/2014	181 * XVII
MIP2878	55656148E	5541/2	15/08/2014	181 * XVII
MIP3971	55658310E	5541/2	11/09/2014	181 * XVII
MIQ9188	55656390E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
MIQ9188	55656410E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
MIR3441	55225199E	5185/1	26/09/2014	167
MIS1763	54668502E	6050/1	11/09/2014	208
MIS1763	54668503E	5185/1	11/09/2014	167
MIS1933	55656438E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
MIT5557	55055025E	7366/2	10/09/2014	252 * VI
MIU5799	55055089E	5185/1	22/09/2014	167
MIV1400	55656584E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
MIV2237	55657907E	5541/2	08/09/2014	181 * XVII
MIV2264	55191507E	7366/2	28/08/2014	252 * VI
MIV3395	55052777E	5550/0	30/09/2014	181 * XVIII
MIV7050	55657931E	5541/2	08/09/2014	181 * XVII
MIW4337	55052709E	7366/2	16/09/2014	252 * VI
MIX1928	55052752E	5568/0	23/09/2014	181 * XIX
MIX2764	55052565E	7366/2	15/09/2014	252 * VI
MIY1467	55656405E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
MIZ3689	55656085E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
MIZ5311	55658447E	5541/2	13/09/2014	181 * XVII
MIZ6212	55050541E	5185/2	09/09/2014	167
MJA2428	55224143E	5185/1	01/09/2014	167
MJA8399	55658432E	5541/2	13/09/2014	181 * XVII
MJB1401	55658517E	5541/2	15/09/2014	181 * XVII
MJD6418	55656243E	5541/2	15/08/2014	181 * XVII
MJF3378	55225112E	5207/0	08/09/2014	169
MJG8098	55052741E	6050/1	19/09/2014	208
MJH7304	55655800E	5541/2	11/08/2014	181 * XVII
MJH9753	55036447E	5550/0	27/09/2014	181 * XVIII
MJI1376	55655879E	5541/2	12/08/2014	181 * XVII
MJI4543	55655996E	5541/2	13/08/2014	181 * XVII
MJI6043	55655849E	5541/2	12/08/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJJ2734	55055332E	5550/0	11/09/2014	181 * XVIII
MJK5052	55656126E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
MJL8696	55656399E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
MJM2875	55055142E	7366/2	22/09/2014	252 * VI
MJN4608	55039862E	6050/1	22/09/2014	208
MJP8660	55056165E	7366/2	17/09/2014	252 * VI
MJQ4736	55224811E	7366/2	01/09/2014	252 * VI
MJQ6402	55224521E	5185/1	28/08/2014	167
MJR7278	55657862E	5541/2	05/09/2014	181 * XVII
MJT9073	55930121D	7056/1	19/09/2014	244 * III
MJU1014	55658486E	5541/2	13/09/2014	181 * XVII
MJU5871	55054993E	7307/0	11/09/2014	251 * II
MJU5871	55657970E	5541/2	08/09/2014	181 * XVII
MJV0937	55056105E	5541/5	22/09/2014	181 * XVII
MJW7857	55658334E	5541/2	12/09/2014	181 * XVII
MJW8459	55657751E	5541/2	04/09/2014	181 * XVII
MJW8459	55657954E	5541/2	08/09/2014	181 * XVII
MJW8459	55658255E	5541/2	11/09/2014	181 * XVII
MJX7368	55655944E	5541/2	27/08/2014	181 * XVII
MJZ1381	55655512E	5541/2	06/08/2014	181 * XVII
MJZ4048	55656200E	5541/2	15/08/2014	181 * XVII
MKA7761	55655899E	5541/2	12/08/2014	181 * XVII
MKD2761	55658201E	5541/2	10/09/2014	181 * XVII
MKF7174	55658366E	5541/2	12/09/2014	181 * XVII
MKF7204	55657773E	5541/2	04/09/2014	181 * XVII
MKF8943	55225863E	7366/2	24/09/2014	252 * VI
MKF8943	55225864E	6122/0	24/09/2014	214 * I
MKF9277	55656388E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
MKH2111	55656134E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
MKI0266	55657919E	5541/2	08/09/2014	181 * XVII
MKI0887	55225803E	5185/1	26/09/2014	167
MKI3908	55656127E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
MKJ4035	55657726E	5541/2	04/09/2014	181 * XVII
MKJ4838	55658426E	5541/2	12/09/2014	181 * XVII
MKK9473	55658413E	5541/2	12/09/2014	181 * XVII
MKL5703	55655865E	5541/2	12/08/2014	181 * XVII
MKL6665	55054328E	5991/0	29/08/2014	206 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKN0622	55658339E	5541/2	12/09/2014	181 * XVII
MKN2321	55657926E	5541/2	08/09/2014	181 * XVII
MKN4353	55656129E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
MKO7443	55656808E	5541/2	22/08/2014	181 * XVII
MKP4305	55055604E	6041/2	25/09/2014	207
MKP5277	55658386E	5541/2	12/09/2014	181 * XVII
MKP6217	55656096E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
MKP9047	55054719E	6050/1	11/09/2014	208
MKQ1025	55225725E	5185/1	22/09/2014	167
MKQ3293	55055390E	7366/2	15/09/2014	252 * VI
MKQ6092	55655898E	5541/2	12/08/2014	181 * XVII
MKR9548	55187591E	5207/0	27/09/2014	169
MKS7477	55054253E	5819/1	28/08/2014	193
MKS9669	55656151E	5541/2	15/08/2014	181 * XVII
MKT1352	55655530E	5541/2	06/08/2014	181 * XVII
MKV1890	55657782E	5541/2	04/09/2014	181 * XVII
MKW0060	55656392E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
MKW0730	55656238E	5541/2	15/08/2014	181 * XVII
MKW1253	55224354E	5975/0	26/08/2014	204
MKW2673	55658052E	5541/2	09/09/2014	181 * XVII
MKX7111	55190163E	5541/1	06/09/2014	181 * XVII
MKY7308	55224373E	5185/1	28/08/2014	167
MKZ8643	55055252E	5541/6	09/09/2014	181 * XVII
MLB5698	55050048E	7366/2	29/08/2014	252 * VI
MLD7193	55658094E	5541/2	09/09/2014	181 * XVII
MLF7711	55658419E	5541/2	12/09/2014	181 * XVII
MLG7324	55657964E	5541/2	08/09/2014	181 * XVII
MLH2940	55050687E	5550/0	28/08/2014	181 * XVIII
MLI2286	55052767E	5193/0	25/09/2014	168
MLK2256	55055461E	6041/2	12/09/2014	207
MLK3333	55050275E	5720/0	20/08/2014	186 * I
MLL3706	55052551E	7366/2	15/09/2014	252 * VI
MLM3418	55052716E	7366/2	17/09/2014	252 * VI
MLN0799	55054689E	5959/4	19/09/2014	203 * IV
MLN3779	55223853E	7366/2	24/09/2014	252 * VI
MLN3779	55658232E	5541/2	26/09/2014	181 * XVII
MLN6661	55191622E	5185/1	30/08/2014	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MLP2835	55658337E	5541/2	12/09/2014	181 * XVII
MLP5551	55657730E	5541/2	04/09/2014	181 * XVII
MLS2507	55657929E	5541/2	08/09/2014	181 * XVII
MLS9183	55655974E	5541/2	13/08/2014	181 * XVII
MLT7193	55655949E	5541/2	13/08/2014	181 * XVII
MLV3800	55054135E	5452/1	09/09/2014	181 * VIII
MLV6946	55223743E	5975/0	26/08/2014	204
MLX3495	55658538E	5541/2	15/09/2014	181 * XVII
MLX4902	55050535E	5185/1	27/08/2014	167
MLY1318	55055427E	7366/2	10/09/2014	252 * VI
MLY2167	55051672E	7366/2	16/09/2014	252 * VI
MLY7172	55656561E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
MLY8133	55054945E	5207/0	17/09/2014	169
MLZ5900	55658299E	5541/2	11/09/2014	181 * XVII
MMA8300	55658552E	5541/2	15/09/2014	181 * XVII
MMD1126	55055375E	7366/2	12/09/2014	252 * VI
MMF3803	55052580E	7366/2	16/09/2014	252 * VI
MMJ6454	55054545E	5541/5	10/09/2014	181 * XVII
MMK2092	55656458E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
MML7213	55655956E	5541/2	13/08/2014	181 * XVII
MMM5796	55037521E	5452/1	01/10/2014	181 * VIII
MOS2627	55657930E	5541/2	08/09/2014	181 * XVII
NHQ4047	55655558E	5541/2	07/08/2014	181 * XVII
OKG8725	55658176E	5541/2	10/09/2014	181 * XVII
QIZ1990	55656593E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 14 DE OUTUBRO DE 2014

FABIO CAMPOS DA SILVA

DIRETOR DE TRANSITO SETERB

EDITAL NOTIFICAÇÃO N.34 1984/2014 - SETERB

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 034 1984/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABG3441	55187751E	5010/0	08/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
ABG3441	55187752E	6599/2	08/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
ABG3441	55187753E	5118/0	08/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
ACC2520	55938288D	5037/2	09/05/2014	R\$ 574,61	162 * III
AFS1333	55187360E	5045/0	12/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
AFS1333	55187361E	5142/0	12/06/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
AMO0670	55191554E	6912/0	12/08/2014	R\$ 53,20	232
CDH1836	55037383E	5169/1	17/08/2014	R\$ 1.915,38	165
DEJ6327	55190303E	5010/0	21/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
DEJ6327	55190304E	5118/0	21/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
DRT9441	55049632E	6912/0	23/07/2014	R\$ 53,20	232
IBS7495	55936643D	5010/0	14/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
IMX8983	55042202E	6599/2	25/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
IMX8983	55042203E	6556/1	25/02/2014	R\$ 191,53	230 * I
IMX8983	55042205E	6653/1	25/02/2014	R\$ 127,69	230 * XI
IMX8983	55042206E	6610/2	25/02/2014	R\$ 127,69	230 * VII
IMX8983	55042208E	5118/0	25/02/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
JPL8148	55049773E	6912/0	15/08/2014	R\$ 53,20	232
KZD3802	55188205E	6408/0	24/07/2014	R\$ 85,12	221
LXK7543	55047258E	6912/0	06/06/2014	R\$ 53,20	232
LXU5122	55190252E	6599/2	22/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYN4129	55187332E	5010/0	10/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
LYN4129	55187333E	5118/0	10/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LYT1782	55187690E	6556/1	08/08/2014	R\$ 191,53	230 * I
LYV9252	55188480E	6599/2	23/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZO1990	55049462E	5010/0	28/07/2014	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZO1990	55049463E	5118/0	28/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZT5136	55052119E	7340/0	12/08/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MAA1079	55190687E	6726/1	09/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MAF8938	55043734E	6920/0	14/04/2014	R\$ 127,69	233
MAG3998	55937831D	6599/2	10/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAG3998	55937832D	5010/0	10/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MAG3998	55937833D	5118/0	10/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MAM7073	55049143E	5010/0	03/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MAM7073	55049144E	5118/0	03/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MAM9592	55188094E	6726/1	28/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MAY4103	55188112E	6556/1	19/07/2014	R\$ 191,53	230 * I
MBX3598	55932304D	6599/2	18/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBX3598	55932305D	5118/0	18/04/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBX3598	55932306D	6556/1	18/04/2014	R\$ 191,53	230 * I
MBX3598	55932307D	5010/0	18/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBX4077	55046997E	5010/0	21/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBX4077	55046998E	5118/0	21/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBX4077	55046999E	6599/2	21/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCA0208	54625852C	5045/0	24/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
MCA0208	54625853C	6912/0	24/07/2014	R\$ 53,20	232
MCB9023	55045911E	6912/0	04/06/2014	R\$ 53,20	232
MDC9498	55050724E	6599/2	21/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDQ0551	55050138E	5010/0	09/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDW8256	55050720E	5169/1	19/07/2014	R\$ 1.915,38	165
MDY1180	55188108E	6637/1	19/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MDY1180	55188109E	6637/2	19/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MDY1180	55188110E	5010/0	19/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDY1180	55188111E	5118/0	19/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEJ7074	55045771E	6408/0	22/05/2014	R\$ 85,12	221
MES6484	55049033E	6912/0	23/07/2014	R\$ 53,20	232
MFM7316	55037624E	5169/1	03/05/2014	R\$ 1.915,38	165
MFO8811	55933588D	6726/1	20/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MFO8811	55933589D	6556/4	20/07/2014	R\$ 191,53	230 * I
MGC7449	55187763E	6912/0	18/08/2014	R\$ 53,20	232
MGC7449	55187764E	5045/0	18/08/2014	R\$ 191,53	162 * V
MGD6375	55187148E	6726/1	18/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MGK2525	55052252E	6599/2	11/08/2014	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGO3967	55045761E	6726/1	14/05/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MHA7320	55188952E	6726/1	02/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MHA7320	55188953E	6610/2	02/07/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MHG4033	55052132E	6599/2	13/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHH0508	55937017D	6556/1	17/04/2014	R\$ 191,53	230 * I
MHH0508	55937018D	6599/2	17/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHR3185	55191378E	5045/0	14/08/2014	R\$ 191,53	162 * V
MHR3185	55191379E	5142/0	14/08/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MHY8834	55223715E	6912/0	19/08/2014	R\$ 53,20	232
MIH5817	55052265E	6726/1	13/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MIL1657	55191005E	6556/1	11/08/2014	R\$ 191,53	230 * I
MIR3260	55046009E	6599/2	07/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIW4126	55049029E	5045/0	23/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
MIW4126	55049030E	6599/2	23/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MJH5803	55050658E	6599/2	23/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MKB1747	55190228E	6726/1	19/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MKG3325	55187395E	6637/2	22/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MKH0915	55932624D	6912/0	18/08/2014	R\$ 53,20	232
MKO7673	55052259E	6599/2	11/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MKQ9035	55932520D	5142/0	13/04/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MKT3377	55047125E	5142/0	28/05/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MKU9960	55046409E	6912/0	16/05/2014	R\$ 53,20	232
MKV7406	55052285E	6637/2	19/08/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MKV7406	55052286E	6726/1	19/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MLA8691	55044353E	6726/1	15/04/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MXC7600	55047525E	6920/0	26/05/2014	R\$ 127,69	233
NEK6556	55191552E	6726/1	12/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 14 DE OUTUBRO DE 2014

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI

DELEGADO REGIONAL - 3A DRP

EDITAL NOTIFICAÇÃO N.34 1985/2014 - SETERB

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 034 1985/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABE5007	55052138E	7366/2	14/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
ABR0524	55650035E	5541/2	22/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ACH2945	55649776E	5541/2	20/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AFW7493	55650822E	5541/2	30/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AGN8147	55649430E	5541/2	16/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AHF7652	55651592E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AJW4325	55051334E	5991/0	30/07/2014	R\$ 191,53	206 * I
AKA2265	55654493E	5541/2	23/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AKF6883	55648933E	5541/2	12/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AKF6883	55649028E	5541/2	13/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ANL9132	55649422E	5541/2	16/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ANL9132	55650361E	5541/2	27/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AWO1462	55651347E	5541/2	05/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AWQ5728	55652977E	5541/2	02/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AWX5360	55188074E	5568/0	19/06/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
BMW4013	55652369E	5541/2	24/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
CJP2022	55654972E	5541/2	31/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
CKO2101	55190715E	5185/1	05/08/2014	R\$ 127,69	167
CLB7530	55981092D	5541/2	24/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
CVL6296	55981196D	5541/2	25/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
CWL7557	55655040E	5541/2	01/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DAD2311	55654794E	5541/2	30/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DBI6661	55936585D	7366/2	19/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
DEX5860	55046807E	5550/0	20/05/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
DGX8459	55054252E	5550/0	22/08/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
DNB9808	55651610E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DPN2045	55979094D	5541/2	28/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
EBA9500	55653374E	5541/2	09/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
EDN1020	55981870D	5541/2	07/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ESM6877	55650860E	5541/2	31/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ETS2487	55190281E	5185/1	06/08/2014	R\$ 127,69	167
FFB2020	55649552E	5541/2	19/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
GYQ7878	55654661E	5541/2	26/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
HAE6641	55652770E	5541/2	30/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
HMC3848	55979606D	5541/2	04/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ICF3796	55654867E	5541/2	30/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IKF3165	55653172E	5541/2	04/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IKG8823	55981974D	5541/2	07/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IMX8983	55039749E	6076/0	25/02/2014	R\$ 191,53	210
IMX8983	55039750E	5215/1	25/02/2014	R\$ 191,53	170
IMX8983	55042201E	5215/2	25/02/2014	R\$ 191,53	170
IQS9471	55981497D	5541/2	29/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ISX0470	55048326E	5746/3	16/06/2014	R\$ 85,12	187 * I
IVA2364	55650393E	5541/2	27/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IVA2364	55650651E	5541/2	29/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
KAR4533	55650618E	5541/2	29/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
KMH8400	55653305E	5541/2	08/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
KUS4162	55047383E	5550/0	20/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
KZD3802	55188206E	5819/7	24/07/2014	R\$ 574,61	193
LUV3272	55049051E	5550/0	10/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
LXB7315	55043676E	5568/0	24/07/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
LXQ9000	55653276E	5541/2	22/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXV6357	55654569E	5541/2	25/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYA3227	55187200E	5185/1	20/07/2014	R\$ 127,69	167
LYF5264	55652957E	5541/2	02/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYP4931	55189326E	5185/1	16/07/2014	R\$ 127,69	167
LYT9016	55049386E	5568/0	15/07/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
LYY3215	55046444E	5568/0	10/06/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
LZH6124	55653353E	5541/2	09/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZM1712	55652777E	5541/2	30/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZM7799	55189540E	5185/1	24/07/2014	R\$ 127,69	167
LZT5136	55052118E	6041/2	12/08/2014	R\$ 127,69	207
MAH5674	55037307E	5738/0	17/04/2014	R\$ 191,53	186 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAO6653	55050963E	5568/0	23/07/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MAW9976	55652647E	5541/2	28/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBN3894	55653009E	5541/2	03/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBT2387	55654763E	5541/2	28/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCF0128	55933214D	5185/1	23/07/2014	R\$ 127,69	167
MCH8109	55048770E	5541/1	18/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCP0391	55653112E	5541/2	04/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCR5526	55651315E	5541/2	05/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCU4056	55052206E	5819/5	14/08/2014	R\$ 574,61	193
MCY7184	55649784E	5541/2	20/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCZ6251	55047945E	5835/0	22/07/2014	R\$ 127,69	195
MCZ7099	55650482E	5541/2	28/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDC6964	55981836D	5541/2	06/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDG7711	55653324E	5541/2	23/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDQ6397	55654673E	5541/2	28/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDT2162	55652916E	5541/2	02/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEE0841	55650505E	5541/2	28/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEF9009	55654796E	5541/2	30/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEG2745	55046315E	5207/0	09/06/2014	R\$ 53,20	169
MEI2786	55981676D	5541/2	05/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEO5385	55187822E	5452/1	20/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MEQ9995	55190403E	7048/1	08/08/2014	R\$ 191,53	244 * II
MEZ4184	55188263E	5207/0	16/07/2014	R\$ 53,20	169
MEZ4184	55188265E	5819/1	16/07/2014	R\$ 574,61	193
MEZ4184	55188266E	5835/0	16/07/2014	R\$ 127,69	195
MEZ4184	55360998D	7056/1	16/07/2014	R\$ 191,53	244 * III
MEZ4184	55360999D	5738/0	16/07/2014	R\$ 191,53	186 * II
MEZ4184	55361000D	5819/2	16/07/2014	R\$ 574,61	193
MEZ4184	55933587D	5835/0	14/07/2014	R\$ 127,69	195
MFA7175	55651115E	5541/2	03/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFK4881	55652729E	5541/2	30/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFL8773	55043943E	6050/1	16/04/2014	R\$ 191,53	208
MFM3469	55654732E	5541/2	28/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFM5534	55052105E	5185/1	11/08/2014	R\$ 127,69	167
MFO1220	55046837E	5592/0	22/05/2014	R\$ 85,12	1m 182 * III
MFT4535	55052191E	7366/2	14/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MFX8845	55043586E	5185/1	14/04/2014	R\$ 127,69	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFY7778	55052047E	5541/1	15/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGC0299	55653277E	5541/2	22/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGD6375	55187149E	5185/2	18/08/2014	R\$ 127,69	167
MGH2522	55938955D	5568/0	02/06/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MGI9571	55652787E	5541/2	15/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGO5612	55653220E	5541/2	07/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGP4881	55654934E	5541/2	31/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGQ6025	55050595E	5541/5	21/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHA7320	55188951E	5185/1	02/07/2014	R\$ 127,69	167
MHB2778	55981700D	5541/2	19/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHG4033	55052131E	5185/1	13/08/2014	R\$ 127,69	167
MHH0886	55937278D	7056/1	12/04/2014	R\$ 191,53	244 * III
MHI5268	55051251E	5541/6	25/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHI9317	55652795E	5541/2	15/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHM2369	55649599E	5541/2	19/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHN8512	55050979E	5207/0	29/07/2014	R\$ 53,20	169
MHP8093	55648728E	5541/2	09/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHY1997	55652842E	5541/2	01/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIF9491	55979224D	5541/2	31/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIK4375	55652965E	5541/2	02/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIM5002	55653262E	5541/2	07/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIQ8559	55189659E	5185/1	17/07/2014	R\$ 127,69	167
MIR9724	55039136E	5452/1	26/08/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MIT2137	55652710E	5541/2	30/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIV0354	55981099D	5541/2	25/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJH8482	55979421D	5541/2	02/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJJ7616	55650164E	5541/2	26/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJP8761	55049579E	5550/0	16/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MJS7941	55189665E	6050/1	21/07/2014	R\$ 191,53	208
MJV7116	55050751E	5550/0	16/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MKA2671	55045824E	5509/0	31/05/2014	R\$ 85,12	181 * XIII
MKB1747	55190224E	5207/0	19/08/2014	R\$ 53,20	169
MKB3684	55050714E	5851/1	17/07/2014	R\$ 85,12	197
MKE9099	55189867E	7366/2	24/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MKF5055	55050785E	5541/1	23/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKF5875	55048196E	5819/5	17/07/2014	R\$ 574,61	193
MKF5875	55048197E	5835/0	17/07/2014	R\$ 127,69	195

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKF5875	55048198E	5819/4	17/07/2014	R\$ 574,61	193
MKF5875	55048199E	5819/1	17/07/2014	R\$ 574,61	193
MKF6100	55653188E	5541/2	05/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKI3845	55050387E	5550/0	16/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MKJ5644	55981768D	5541/2	06/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKL6430	55652934E	5541/2	02/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKO4037	55051138E	5991/0	24/07/2014	R\$ 191,53	206 * I
MKQ3686	55050760E	5550/0	18/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MKT4401	55653032E	5541/2	03/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKV0029	55653049E	5541/2	03/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKV4419	55652292E	5541/2	23/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKV9592	55223602E	5185/1	14/08/2014	R\$ 127,69	167
MKZ0315	55189832E	5738/0	19/08/2014	R\$ 191,53	186 * II
MKZ0315	55189836E	5185/1	19/08/2014	R\$ 127,69	167
MKZ0315	55189837E	5215/2	19/08/2014	R\$ 191,53	170
MKZ6294	55653184E	5541/2	05/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLA3040	55652829E	5541/2	01/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLN1630	55051909E	5452/1	13/08/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MLN5399	55655108E	5541/2	01/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLN5416	55653095E	5541/2	18/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLQ3396	55655157E	5541/2	02/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLY0894	55650797E	5541/2	30/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MMJ3495	55653005E	5541/2	03/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MMJ6893	55050789E	5541/1	24/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MMM9002	55046952E	6041/1	15/05/2014	R\$ 127,69	207
MYE3803	55655005E	5541/2	31/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 14 DE OUTUBRO DE 2014

FABIO CAMPOS DA SILVA

DIRETOR DE TRANSITO SETERB

PORTARIA Nº 212/2014 - SETERB

PORTARIA Nº 212/2014

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA AO SERVIDOR AUTARQUICO MUNICIPAL QUE INDICA.

SERGIO RICARDO CHISTE SANTOS, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

De acordo com o artigo 137, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, ao servidor:

Nome	Nº Processo	Data Processo
Emerson Gil Reuter	5713/2014 SESOSP	02/10/2014

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura.

Blumenau, 21 de outubro de 2014
SERGIO RICARDO CHISTE SANTOS
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 213/2014 - SETERB

PORTARIA N. 213/2014

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA CONSTITUIREM COMISSÃO ESPECIAL DE EXONERAÇÃO DESTA AUTARQUIA.

Sergio Ricardo Chiste Santos, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, da Lei Complementar n. 703, de 29 de fevereiro de 2009, resolve:

Vem por meio desta designar os servidores abaixo indicados para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Exoneração em Estágio Probatório, desta Autarquia:

Daniele Cristine Schaefer Lindner, ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente Administrativo

Joaquim Campestrini, ocupante do cargo em provimento efetivo de Administrador.

Matilde Ramos de Aguiar, ocupante do cargo em provimento efetivo de Guarda de Trânsito.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 20 de outubro de 2014.

Blumenau, 21 de outubro de 2014.
SERGIO RICARDO Chisté Santos
Diretor Presidente - Seterb

Brusque**PREFEITURA****PORTARIA Nº 2062/2014**

PORTARIA Nº 2062/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, o servidor Sr. OSMAR PEREIRA, matrícula nº 94689.3, exercendo as funções de Agente de Obras, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em decorrência dos atestados do dia 21/09/2014 de 10 (dez) dias e do dia 01/10/2014 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 06/10/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de setembro de 2014.
Arnaldo Francisco da Silva
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2080/2014

PORTARIA Nº 2080/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a servidora Sra. GLORIA MIRJAM ELVIRA ZEN SCHLINDWEIN, matrícula nº 89171.1, exercendo as funções de Agente Serviços Especiais, lotada na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em decorrência dos atestados do dia 22/09/2014 de 02 (dois) dias, do dia 14/10/2014 de 02 (dois) dias e do dia 15/10/2014 de 13 (treze) dias, sendo seu afastamento no dia 27/10/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de setembro de 2014.
Arnaldo Francisco da Silva
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2145/2014

PORTARIA Nº 2145/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender do Estágio Probatório a servidora Sra. CARMELU REGINA DE CORDOVA LOPES, matrícula nº 10000000157, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para tratamento de saúde na modalidade de Acidente de Trabalho, em decorrência do atestado do dia 03/07/2014 de 15 (quinze) dias, ficando suspenso a contar de 01/10/2014.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26, § 5º, alínea c, item 2, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de outubro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2162/2014

PORTARIA Nº 2162/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar às funções do cargo de Diretor de Escola a Sra. JERUSA OLINGER, matrícula nº 67838.4, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 03/10/2014.

Parágrafo Único - O retorno às funções do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social conforme benefício nº 6077641522.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 03 de outubro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2184/2014

PORTARIA Nº 2184/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, o servidor Sr. JOSE CARLOS ECCEL, matrícula nº 42961.9, exercendo as funções de Motorista, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em decorrência do atestado do dia 07/10/2014 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 22/10/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de outubro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2226/2014

PORTARIA Nº 2226/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo o servidor Sr. FABULO DIEGO MAIDANA FERREIRA, matrícula nº 72441.6, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 13/10/2014.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de outubro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2227/2014

PORTARIA Nº 2227/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar às funções do cargo de Agente Serviços Especiais o Sr. ANGELO VIDAL, matrícula nº 67713.2, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a contar de 13/10/2014.

Parágrafo Único - O retorno às funções do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social conforme benefício nº 6079074854.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de outubro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2252/2014

PORTARIA Nº 2252/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora Sra. CARMELO REGINA DE CORDOVA LOPES, matrícula nº 10000000157, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, retornando às atividades laborais a partir de 16/10/2014.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de outubro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2253/2014

PORTARIA Nº 2253/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora Sra. THAIS MATHIAS PIVA, matrícula nº 77005.1, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 16/10/2014.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de outubro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2279/2014

PORTARIA Nº 2279/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a servidora Sra. GESICA RAMOS ULLMANN, matrícula nº 48645.0, exercendo as funções de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 20/10/2014 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 04/11/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de outubro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2352/2014

PORTARIA Nº 2352/2014, de 31 de outubro de 2014.

Altera ementa e Artigo 1º (primeiro) da Portaria nº 2272/2014 - referente a servidora Patrícia Meurer, onde passa a vigorar como Processo de Exoneração.

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13

RESOLVE

Art. 1º - Instaurar Processo de Exoneração, em desfavor da servidora PATRÍCIA MEURER, Servidora ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Trânsito, lotada na Secretaria Municipal de Trânsito e Mobilidade, Matrícula nº 81338.9, estando em estágio probatório, portadora do CPF nº 061.155.959-59, para apurar os fatos narrados na Denúncia/ despacho datado de 01 de setembro de 2014, encaminhado pelo Departamento de Recursos Humanos, por julgada incapaz, conforme Decreto 6.287/2010 e seu art.11 Parag. 5º e art.13 letra B, bem como alteração no Decreto 6.617/2011.

Art. 2º. Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão Processante, destinada a conduzir o referido processo administrativo, sendo: Silvia Maria Ferreira (Mat. 4170), Edenilson José dos Santos (mat. 467170-03) e Ana Regina Sgrott Dalsochio (mat.370.0 - Representante Sindical).

Art. 3º. A Comissão, ora constituída, terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes.

Parágrafo Primeiro: A indiciada poderá ser representado por procurador constituído e ao apresentar a defesa prévia e deverá indicar o endereço para receber intimações/notificações.

Parágrafo Segundo: Considerar-se-á revel a indiciada que, regularmente citado/intimado, não apresentar defesa no prazo legal .

Art. 4º. A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do Relatório Final, podendo ser prorrogado a pedido da Comissão, quanto as circunstâncias exigirem, possibilitando o contraditório e a ampla defesa (inciso LV, art. 5.º, CF/88).

Art. 6º. Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Prefeitura Municipal de Brusque, 31 de outubro de 2013.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Caçador

PREFEITURA**PORTARIA Nº 24.568**

PORTARIA nº 24.568, de 23 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestado no período de 15/08/2014 a 14/09/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
2512	Altino Inácio Carneiro	30h
10832	Ana Paula Castilha Souza	10h
11151	Andrea Romão Martins	10h
9691	Carlos Antonio Arruda Wagner	10h
11185	Cristiane Baldicera Granemann	10h
13204	Doraci Maia Ruppel	52h
13191	Edmar Sampaio	44h
8612	Elizeni Batista do Amaral	24h
7665	Eloá Fatima de Paula	60h
11139	Eunice Misayo Ueda	10h
4081	Fatima Rozana Gomes Damaceno	60h
13201	Gerson José Teles de Souza	40h
12769	Gleci do Carmo Nurilles Píala	11h
5791	Ivone Tibes de Lima	24h
13207	João Berthier Brasil Neto	60h
10470	Liane Capelin	10h
11060	Lucas Filipini Chaves	10h
2529	Lucia Ribeiro Cavaletti	24h
4999	Marisa Aparecida Goes	02h e 30min.
9043	Marcelo Silvio Alves	35h
1446	Otacílio de Jesus do Amaral	10h
7746	Santina Piacentini	24h
13318	Simone Casagrande	56h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de Setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

Beatriz Ribeiro dos Santos

SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PORTARIA Nº 24.577

PORTARIA nº 24.577, de 24 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, o pagamento do ADICIONAL NOTURNO, prestado no período de 15/08/2014 a 14/09/2014, especificando: código, nome dos servidores e número de horas prestadas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
12857	Doraci Maia Ruppel	49h
7665	Eloá Fátima de Paula	84h
4081	Fatima Rozana Gomes Damaceno	63h
13201	Gerson José Teles de Souza	63h
13207	João Berthier Brasil Neto	76h
3384	Lucimeri Aparecida Vieira da Silva	240h
7746	Santina Piacentini	42h
13318	Simone Casagrande	56h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de Setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Beatriz Ribeiro dos Santos
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PORTARIA Nº 24.611

PORTARIA Nº 24.611, de 30 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, o pagamento de ADICIONAL NOTURNO prestados no período de 15/08/2014 a 14/09/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
576	Daniel Pires de Camargo	144h
1347	João Maria Hornburg	144h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de Setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Denise Chiarello Hartmann
SECRETÁRIA DE INFRAESTRUTURA

PORTARIA Nº 24.612

PORTARIA Nº 24.612, de 30 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Infraestrutura, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestados no período de 15/08/2014 a 14/09/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
13361	Acir dos Santos	40h
2507	Adão Ribeiro de Camargo	40h
1003	Antonio Medeiro de Oliveira	40h
2634	Argemiro Zotto	40h
13304	Clausnir Ribeiro Dias	40h
08	Darci Alves	40h
1301	Edson Iaroch	40h
13295	Eloir José Veber	40h
13377	Ercilio Correia de Almeida	35h
1278	Eurico Antonio de Oliveira	40h
1899	Itamar Abreu do Nascimento	40h
13305	Izaías Izac Zarur	40h
1833	Jair Ramos	40h
478	Joacir Antunes de Oliveira	40h
79	João Basilio Cordeiro	40h
888	José Osni Batista	40h
13284	José Ricardo Kuhn	40h
198	José Valdir Peretti	40h
1157	Julio Cezar Assis	40h
13357	Luiz Carlos de Queiroz	40h
13308	Marcelo Alves da Silva	40h
2522	Marcos Cordeiro	40h
3517	Mario da Silva Medeiros	40h
13283	Milton Tibes de Lima	40h
310	Moacir Pascoal de Lima	20h
13299	Nelson Borges Tibes	40h
1141	Nelson Hornburg	40h
13360	Nilton Goes Junior	40h
884	Paulo Norberto Combin	40h
10099	Paulo Voleinik	40h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de Setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Denise Chiarello Hartmann
SECRETÁRIA DE INFRAESTRUTURA.

PORTARIA Nº 24.616

PORTARIA Nº 24.616, de 30 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal da Fazenda, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestados no período de 15/08/2014 a 14/09/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
10496	Gerusa Belo	40h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de Setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Gilberto Nicolao Haudsch
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA

PORTARIA Nº 24.618

PORTARIA Nº 24.618, de 30 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Infraestrutura, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestados no período de 15/08/2014 a 14/09/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
836	Adelmir Pontes Fernandes	35h
10947	Altamiro Figueiroa	56h
13296	Anderson Roberto Goes	40h
314	Antonio Valmiro Alves Weber	30h
13282	Claudinei Alves Pereira	58h
576	Daniel Pires de Camargo	40h
775	Daniel Rodrigo de Freitas	30h
563	Euclides Alves de Mello	40h
13306	Fabio José Cordeiro	40h
8552	Fernando Luiz da Silva Oliveira	40h
8318	Giovani Lipka	55h
2492	Ilto Adão Ferreira	40h
1121	João Gonçalves	35h
1347	João Maria Hornburg	60h
881	José Volni Arruda Palhano	40h

869	Lucio Ademar Pereira	30h
13302	Luiz Ademar Kraeiwski	35h
13301	Milton Gomes Ribeiro	40h
13303	Nayara Priscila Camargo	40h
13294	Nelson Batista	40h
902	Pedro Cesar Locatelli	40h
13297	Rubens Jofre Goes	40h
13307	Rudinei Gregório	40h
1963	Silvio dos Santos Varela	40h
1448	Valdeci Salete Ribeiro	20h
1328	Valmir do Prado Geraldo	57h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de Setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Denise Chiarello Hartmann
SECRETÁRIA DE INFRAESTRUTURA.

PORTARIA Nº 24.621

PORTARIA Nº 24.621, de 30 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e do Abastecimento, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestado no período de 15/08/2014 a 14/09/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
2651	Adão Juarez Rosa de Oliveira	40h
11784	Aline Mendes Luciano	24h
10501	Antonio Carlos Buller	28h
10948	Claudinei Rosa de Oliveira	28h
854	Claudio Antonio Machado	40h
1089	Francisco de Assis Machado	50h
10449	Michele Adriana Baseggio	28h
7686	Neiva Teixeira da Rosa	28h
855	Osvaldir Costa Schaphauser	36h
13371	Thiago Vidal Oliveira Branco	28h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de Setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Eduardo Scapinelli
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

PORTARIA Nº 24.622

PORTARIA Nº 24.622, de 30 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos servidores abaixo relacionados, lotados junto a Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador - DITTESC, em razão de faltas injustificadas no período de 15/08/2014 a 14/09/2014, especificando: código, nome dos servidores e número de faltas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
8339	Luciara Garcez Coelho	24 horas

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de Setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Alex Atolini Silva
DIRETOR GERAL DITTESC.

PORTARIA Nº 24.623

PORTARIA nº 24.623, de 30 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador - DITTESC, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, realizado no período de 15/08/2014 a 14/09/2014, especificando: código, nome dos servidores e número de horas prestadas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
8337	Antônio Carlos Moraes da Conceição	28h
10300	Carlos Venâncio dos Santos	19h
10297	Claudio Sonogo	29h
10302	Cristiano Reinaldo Rodrigues Fernandes	35h
10292	Edgar Aimi	22h
7991	Eduardo Bittencourt	06h
7984	Ezequiel Márcio Colaço	12h
8334	Eveline Semke de Moraes	19h
9200	Fabio de Lima Garcia	16h
8336	Fernando Antonio Sinhorin	28h
9195	Gustavo Pedrotti Boscari	39h
1439	Isaac Alves de Mello	40h
1145	José Luiz Carvalho	18h
1457	José Vilmar Miranda	08h
9255	Lilian Aparecida de Oliveira	20h
8339	Luciara Garcez Coelho	0,5h
12602	Mauricio Bolduan	21h
780	Oscar Ribeiro Gonçalves	20h
12603	Sandro Claudinei Kieski	17h
10296	Viviane Domingos Muller Vosgrau	20h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de Setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Allex Atolini Silva
DIRETOR GERAL DITTESC.

PORTARIA Nº 24.578

PORTARIA Nº 24.578, de 24 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados junto a Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador - DITTESC, o pagamento do ADICIONAL NOTURNO, realizado no período de 15/08/2014 a 14/09/2014, especificando: código, nome dos servidores e número de horas prestadas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
8337	Antonio Carlos Moraes da Conceição	144h
10297	Claudio Sonogo	144h
10300	Carlos Venâncio dos Santos	144h
10292	Edgar Aimi	75h
9200	Fabio de Lima Garcia	144h
8336	Fernando Antonio Sinhorin	144h
9195	Gustavo Pedrotti Boscari	67h
1444	José Scheffemacher Ribeiro	144h
1145	José Luiz Carvalho	144h
12602	Maurício Bolduan	144h
780	Oscar Ribeiro Gonçalves	144h
12603	Sandro Claudinei Kieski	27h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de Setembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Allex Atolini Silva
DIRETOR GERAL DITTESC.

PORTARIA Nº 24.480

PORTARIA Nº 24.480, de 02 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, licença prêmio a que faz jus, especificando: código, nome do servidor, cargo, secretaria de lotação, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec./ Fund.	Período de Aquisição	Período de Gozo
8512	Neiva Teresinha Boscari Maffessoni	Professora	005	02/02/2004 a 02/02/2009	01/09/2014 a 30/09/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 02 de Setembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 24.554

PORTARIA Nº 24.554, de 19 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, licença prêmio a que faz jus, especificando: código, nome do servidor, cargo, secretaria de lotação, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec./ Fund.	Período de Aquisição	Período de Gozo
1800	Glaucir das Graças Fernandes Ribas	Auxiliar de Biblioteca	005	01/05/2009 a 01/05/2014	22/09/2014 a 20/12/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de Setembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 24.555

PORTARIA Nº 24.555, de 19 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, licença prêmio a que faz jus, especificando: código, nome do servidor, cargo, secretaria de lotação, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec./ Fund.	Período de Aquisição	Período de Gozo
4263	Francielle Marin Menzel	Professora	005	02/02/2004 a 02/02/2009	29/09/2014 a 27/11/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de Setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 24.556

PORTARIA Nº 24.556, de 19 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, licença prêmio a que faz jus, especificando: código, nome do servidor, cargo, secretaria de lotação, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec./ Fund.	Período de Aquisição	Período de Gozo
829	Jeane Aparecida Coldebella Cordeiro	Professora	005	01/07/2001 a 01/07/2006	22/09/2014 a 20/12/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de Setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 24.557

PORTARIA Nº 24.557, de 22 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, licença prêmio a que faz jus, especificando: código, nome do servidor, cargo, secretaria de lotação, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec./ Fund.	Período de Aquisição	Período de Gozo
3125	Suzana Beatriz Sari dos Reis	Supervisora Escolar	005	02/02/1998 a 02/02/2003	22/09/2014 a 21/10/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de Setembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 24.558

PORTARIA Nº 24.558, de 22 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, conversão em dinheiro da licença prêmio, a que faz jus, por motivos pessoais, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação, conversão e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Secretaria	Conv.	Período Aquisitivo
731	Odete Crivilatti	Atendente de Enfermagem	006	1/3	01/01/2007 a 01/01/2012

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
22 de Setembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 24.559

PORTARIA Nº 24.559, de 22 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal, a seguir relacionado, conversão em dinheiro da licença prêmio, a que faz jus, por motivos pessoais, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação, conversão e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Secretaria	Conv.	Período Aquisitivo
846	Antônio Carlos Bittencourt	Topógrafo	002	1/3	01/11/2004 a 01/11/2009

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
22 de Setembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 24.560

PORTARIA Nº 24.560, de 22 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, conversão em dinheiro da licença prêmio, a que faz jus, por motivos pessoais, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação, conversão e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Secretaria	Conv.	Período Aquisitivo
830	Eloir do Carmo Correia Antunes	Auxiliar de Enfermagem	006	1/3	17/06/1992 a 17/06/1997

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
22 de Setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 24.561

PORTARIA Nº 24.561, de 22 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, conversão em dinheiro da licença prêmio, a que faz jus, por motivos pessoais, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação, conversão e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Secretaria	Conv.	Período Aquisitivo
1039	Juçara Schneider Muller João	Assistente Social	006	1/3	22/06/2009 a 22/06/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
22 de Setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 24.562

PORTARIA Nº 24.562, de 22 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, conversão em dinheiro da licença prêmio, a que faz jus, por motivos pessoais, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação, conversão e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Secretaria	Conv.	Período Aquisitivo
8331	Mônica Michele Witiuk	Técnico em Higiene Dental	006	1/3	03/03/2008 a 03/03/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
22 de Setembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 24.550

PORTARIA nº 24.550, de 18 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 93, §2º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER conversão em dinheiro de 1/3 (um terço) que corresponde a 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal a seguir relacionada, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação e período aquisitivo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec.	Período Aquisitivo
11810	Ana Paula Simioni	Enfermeira - ESF	006	14/05/2013 a 13/05/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de Setembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

DECRETO Nº 6.188/2014

DECRETO Nº 6.188, de 31 de outubro de 2014.

Suplementa dotação orçamentária, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo Municipal de Saúde, por conta do excesso de arrecadação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$ 92.093,05 (noventa e dois mil, noventa e três reais e cinco centavos):

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.1.025 - Bloco de Investimentos
4.4.90.00.00.00.00.0088 - Aplicações Diretas R\$ 92.093,05

Art. 2º Para atender o disposto no artigo anterior, serão utilizados recursos financeiros provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recurso 088 - Alienação de bens destinados a Programas de Saúde, no valor de R\$ 92.093,05 (noventa e dois mil, noventa e três reais e cinco centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 31 de outubro 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Fazenda.

PORTARIA Nº 24.551

PORTARIA nº 24.551, de 18 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 93, §2º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER conversão em dinheiro de 1/3 (um terço) que corresponde a 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal a seguir relacionado, especificando: código, nome do servidor, cargo, secretaria de lotação e período aquisitivo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec.	Período Aquisitivo
7824	Maicon Sgarbossa	Enfermeiro	006	03/09/2010 a 02/09/2011

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de Setembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 24.567

PORTARIA Nº 24.567, de 22 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 6º, da Lei nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde a Família (ESF), Agentes Comunitários de Saúde (EACS), Programa Equipe de Saúde Bucal, e das outras providências,

RESOLVE:

CONCEDER as Servidoras Públicas Municipais, abaixo relacionadas, o pagamento de gratificação de produtividade a que fazem jus, especificando: código, nome, cargo, período e valor da gratificação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período da Gratificação	Valor da Gratificação
11883	Gislaine Martins Bueno	Agente Comunitária de Saúde	01/08/2014 a 31/08/2014	100,00
11950	Luci Hinkeldei	Agente Comunitária de Saúde	01/08/2014 a 31/08/2014	100,00

11954	Maria Bernadete Peacentini	Agente Comunitária de Saúde	01/08/2014 a 31/08/2014	100,00
11945	Maria Salete Rech Menezes	Agente Comunitária de Saúde	01/08/2014 a 31/08/2014	100,00
12032	Miriam Germano de Goes	Agente Comunitária de Saúde	01/08/2014 a 31/08/2014	100,00
11960	Roseli Aparecida Ferreira Cordeiro	Agente Comunitária de Saúde	01/08/2014 a 31/08/2014	100,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de Setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 24.613

PORTARIA nº 24.613, de 30 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, em razão de faltas injustificadas no período de 01/09/2014 a 30/09/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Dias
12773	Everton Zeni	3,5
12764	Thiago Muniz de Lima	2,0
12765	Wylar Marinho Robert	9,5

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de Setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 24.626

PORTARIA Nº 24.626, de 30 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Administração, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestados no período de 15/08/2014 a 14/09/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
12875	Adriele Belli Carlim Danese	20h e 42 min.
764	Darci Pires de Camargo	5h
10799	Divanilda de Fátima Maciel Santos	40h
10942	Josiane Burger da Silva Criminácio	39:30h
10774	Karin Hazelelponi dos Santos	38h
12009	Luana Lourenço Longhi	28h
6647	Monica Senn	09 h
1293	Rosani de Fátima Sabini	40h
600	Sandro Dallazem	23h
2497	Vilmar Goes	60h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de Setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO.

AVISO DE LICITAÇÃO PR 35-2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2014

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 14/11/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 14/11/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, ou no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 31 de outubro de 2014.
ROSELAINE DE ALMEIDA PERICO
Secretaria de Saúde

Camboriú

PREFEITURA

PR 88/14 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 088/2014-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE NOBREAKS, MICROCOMPUTADORES E TABLETES DESTINADOS AO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - PMAT/BNDES QUE SERÃO UTILIZADOS NA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:30 horas do dia 12 (Doze) de Novembro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 30 de Outubro de 2014.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

CHAMAMENTO PÚBLICO 003/14 - FME

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 003/2014 - FME

OBJETO: CHAMADA PÚBLICA PARA PROCESSO DE SELEÇÃO DE GRUPOS FORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES E EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS OU SUAS ORGANIZAÇÕES PARA MERENDA ESCOLAR, EMBASADA NO ART. 14 DA LEI 11.947/09, QUE DETERMINA SEJA UTILIZADO O MÍNIMO DE 30% DA VERBA DO FNDE DESTINADA AO PNAE, PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (HORTI - FRUTI) PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei nº. 8.666/1993, Lei 11.947/2009, Resolução 38/2009 do FNDE e as respectivas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 24 (Vinte e Quatro) de Novembro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 30 de Outubro de 2014.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO N.º 1.951/2014

DECRETO N.º 1.951/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizada pelo artigo 19 da Lei n.º 2.615 de 18/11/2013-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.601 de 18/10/2013-LDO.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) no orçamento vigente do Fundo de Melhoria da Polícia Militar de Camboriú.

Órgão: 11 - Fundo de Melhoria da Polícia Militar de Camboriú

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo de Melhoria da Polícia Militar de Camboriú

Função: 06 - Segurança Pública

Sub-função: 181 - Policiamento

Programa: 0013 - Gestão de Segurança

Atividade: 2.053 - Manutenção dos Recursos do Convênio Polícia Militar

Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0054 - Convênio Trânsito - Militar

Código Reduzido: 05

VALOR: R\$ 20.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação dos recursos provenientes do convênio de trânsito, do Fundo de Melhoria da Polícia Militar de Camboriú, do exercício corrente, conforme preceitua o artigo 19 da Lei Municipal n.º 2.615, de 18 de novembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual -LOA) e de acordo com inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 21 de outubro de 2014.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 1.952/2014

DECRETO N.º 1.952/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizada pelo artigo 19 da Lei n.º 2.615 de 18/11/2013-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.601 de 18/10/2013-LDO.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú.

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú

Unidade Orçamentária: 07 - Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

Função: 15 - Urbanismo

Sub-função: 451 - Infra-Estrutura Urbana

Programa: 0008 - Gestão da Infra Estrutura e Mobilidade Urbana

Atividade: 1.003 - Investimentos em Pavimentação e Recuperação de Ruas

Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 75

VALOR: R\$ 300.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação da Prefeitura Municipal de Camboriú do exercício corrente, conforme preceitua o artigo 19 da Lei Municipal n.º 2.615, de 18 de novembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 21 de outubro de 2014.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 1.953/2014

DECRETO N.º 1.953/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 19 da Lei n.º 2.615 de 18/11/2013-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.601 de 18/10/2013-LDO.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

Órgão: 06 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 08 - Assistência Social

Sub-função: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 0011 - Gestão da Inclusão de Desenvolvimento e Assis. Social

Atividade: 2.042 - Man. das Atividades do Fundo de Desenv. e Assis. Social

Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0053 - Transferências de Convênios - Assis. Social

Código Reduzido: 10

VALOR: R\$ 40.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação do exercício corrente de recursos de alta e médio complexidade - Estado, conforme preceitua o artigo 19 da Lei Municipal n.º 2.615, de 18 de novembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 23 de outubro de 2014.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

PR 22/14 - FMAS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 022/2014-FMAS

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL AUTOMOTIVO A VAREJO ATRAVÉS DO POSTO REVENDEDOR, DESTINADO AO ABASTECIMENTO DA FROTA MUNICIPAL DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:00 horas do dia 14 (Catorze) de Novembro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 31 de Outubro de 2014.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

Campo Alegre

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.646 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.646 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com a Srª. ADRIANA ROSELI MEY, do cargo público de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, Registro no Sistema sob o nº 955292, a partir de 24 de outubro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de outubro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.647 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº 8.647 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.194 de 16 de outubro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.490,00 (dois mil quatrocentos e noventa reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
15.452.0044.2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Planejamento de Transportes e Obras	
400000.00.896 -	Despesas de Capital	
440000.00.896 -	Investimentos	
449000.00.896 -	Aplicações Diretas	

449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 290,00
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
06.181.0050.2.040 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Polícia Civil, Militar e Radiopatrulha	
400000.00.152 -	Despesas de Capital	
440000.00.152 -	Investimentos	
449000.00.152 -	Aplicações Diretas	
449052.00.152 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 2.200,00
	TOTAL	R\$ 2.490,00

Art.2º) O créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
15.452.0044.2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Planejamento de Transportes e Obras	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 290,00
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
300000.00.152 -	Despesas Correntes	
330000.00.152 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.152 -	Aplicações Diretas	
339036.00.152 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 2.200,00
	TOTAL	R\$ 2.490,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 29 de Outubro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 29/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.262 DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.262 DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Agente Operacional IV, PEDRO IVONEI GORNIACK, Matrícula Funcional nº 000702, Registro no Sistema sob nº 955146, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 13 de Outubro de 2014 à 22 de Outubro de 2014.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13 de Outubro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
20 de Outubro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 20/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.263 DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.263 DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Agente Comunitário de Saúde, FLÁVIA RIBEIRO DE LIMA TELMA, Matrícula funcional nº 000667, Registro no Sistema sob nº 955099, referente aos períodos aquisitivos: 02 de julho de 2012 a 31 de dezembro de 2012 = 05 (zero cinco) dias; 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 = 05 (zero cinco) dias, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 20 de janeiro de 2014 à 29 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de Janeiro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
20 de outubro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 20/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.264 DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.264 DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Motorista, exercendo a função de Motorista da Saúde, DANIEL MARINO MUNHOZ, Matrícula Funcional nº 000528, Registro no Sistema sob nº 954631, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2013, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo: 26 de outubro de 2013 à 25 de outubro de 2014.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 06 de outubro de 2014 à 15 de Outubro de 2014.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de outubro de 2014.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 11.248 de 06 de outubro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
20 de Outubro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 20/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.265 DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.265 DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, ao servidor ocupante do cargo público de Professor II, exercendo a função de Professor de Educação Física, RENATO CAMPOS QUERINO FILHO, Matrícula Funcional nº 000467, Registro no Sistema sob nº 954473, lotado na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 02 de outubro de 2011 à 02 de outubro de 2014.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 21 de Outubro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKY
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 21/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.266 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.266 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Auxiliar de Enfermagem, MARILENA PISKE, Matrícula Funcional nº 000051, Registro no Sistema sob nº 293270, referente ao período aquisitivo 01 de Fevereiro de 2013 a 31 de Janeiro de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 29 de Outubro de 2014 à 07 de Novembro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de Outubro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.267 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.267 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO COORDENADOR DE CULTURA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Coordenador de Cultura, GABRIEL ENGLER, Registro no Sistema sob nº 955175, referente ao período aquisitivo 07 de Janeiro de 2013 a 06 de Janeiro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Coordenador gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 14 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de Dezembro de 2013.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 10.606 de 17 de Dezembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de Outubro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.268 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.268 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 03 (zero três) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional III, exercendo a função de Operador de Máquinas, Equipamentos e Veículos Peados, CLODOALDO DA ROSA, Matrícula Funcional nº 000104, Registro no Sistema sob nº 183000, referente ao período aquisitivo 12 de março de 2013 a 11 de março de 2014.

Art.2º) O Servido gozará as férias no período de 19 de maio de 2014 á 21 de maio de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de maio de 2014.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 10.955 de 16 de maio de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de Outubro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.269 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.269 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal ocupante do cargo público e exercendo a função de Auxiliar de Odontólogo, MARIA OLÍVIA PADILHA PEYERL, Matrícula Funcional nº 000552, Registro no Sistema sob nº 954660, por motivo de doença, pelo período 30 de Setembro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres públicos do Tesouro Municipal - Poder Executivo a partir de 30 de Setembro de 2014 á 14 de Outubro de 2014, já o período de 15 de Outubro de 2014 á 31 de Dezembro de 2014, será custeado pelo IPRECAL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 30 de Setembro de 2014.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de Outubro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.270 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.214 DE 12 DE SETEMBRO DE 2014
DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MATERNIDADE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 9º e seus respectivos Parágrafos, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Prorrogar a Licença Maternidade a Servidora Srª. CRISTIANE PEREIRA DE SOUZA TREML, ocupante do cargo público e exercendo a função de Enfermeira, Matrícula Funcional nº 000729, Registro no Sistema sob nº 955243, por um período de 60 (sessenta) dias, a partir de 29 de Agosto de 2014 a 26 de Outubro de 2014.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 29 de Agosto de 2014.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC, 12 de setembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 23/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.271 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.271 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Enfermeira, CRISTIANE PEREIRA DE SOUZA TREML, Matrícula Funcional nº 000729, Registro no Sistema sob nº 955243, referente ao período aquisitivo 16 de Abril de 2013 a 31 de Dezembro de 2013.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 27 de Outubro de 2014 á 05 de Novembro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
23 de Outubro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 23/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.272 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.272 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Agente Administrativo II, ZURITA MARIA PACHECO RÜCKL, Matrícula Funcional nº 282, Registro no Sistema sob nº 109790, referente aos períodos aquisitivos: 15 de Abril de 2012 a 16 de Abril de 2013 = 10 (dez) dias e 15 de Abril de 2013 a 16 de Abril de 2014 = 05 (zero cinco) dias..

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 27 de Outubro de 2014 á 10 de Novembro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
23 de Outubro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 23/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.273 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.273 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Médico I, MARIANO CEFERINO LLANO SANCHEZ, Matrícula Funcional nº 000489, Registro no Sistema Sob nº 954501, referente ao período aquisitivo: 01 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2013.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Outubro de 2014 á 26 de Outubro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
23 de Outubro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 23/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.274 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.274 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública, ocupante do cargo público de Agente Operacional I, na função de Auxiliar de Serviços Gerais, EDELA FUECKNER, Matrícula Funcional nº 0221, Registro no Sistema sob nº 587801, por motivo de doença, pelo período 01 de Outubro de 2014 a 01 de Dezembro de 2014.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres públicos do Tesouro Municipal - Poder Executivo a partir de 01 de Outubro de 2014 á 15 de Outubro de 2014, já o período de 16 de Outubro de 2014 á 01 de Dezembro de 2014, será custeado pelo IPRECAL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de Outubro de 2014.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
23 de Outubro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 23/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.275 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.275 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESP REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAESP em data de 16 de Outubro de 2014, considerando-se aprovado o Estágio Probatório da Servidora Pública Municipal, ROSANGELA ODIA FICKNER, Matrícula Funcional nº 000497, Registro no Sistema Sob nº 954544, ocupante do cargo público de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de Agosto de 2010.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
23 de Outubro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 23/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.276 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.276 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESP REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAESP em data de 16 de Outubro de 2014, considerando-se aprovado o Estágio Probatório da Servidora Pública Municipal, SOLANGE DE FÁTIMA TELMA DE SOUZA, Matrícula Funcional nº 000536, Registro no Sistema Sob nº 954639, ocupante do cargo público de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de Março de 2011.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
23 de Outubro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 23/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.277 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.277 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESP REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAESP em data de 16 de Outubro de 2014, considerando-se aprovado o Estágio Probatório da Servidora Pública Municipal, AURIONIZE COSENTINO, Matrícula Funcional nº 000574, Registro no Sistema Sob nº 954749, ocupante do cargo público e exercendo a função de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de Abril de 2012.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
23 de Outubro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 23/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.278 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.278 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESP REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAESP em data de 16 de Outubro de 2014, considerando-se aprovado o Estágio Probatório da Servidora Pública Municipal, RITA ZEOTKO SCHOLZE, Matrícula Funcional nº 000579, Registro no Sistema Sob nº 954768, ocupante do cargo público e exercendo a função de Agente Administrativo III, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de Julho de 2012.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
23 de Outubro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 23/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.279 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.279 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional a Servidora Pública ocupante do cargo público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, SOLANGE DE FÁTIMA TELMA DE SOUZA, Matrícula Funcional nº 000536, Registro no Sistema Sob nº 954639, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 1 Sub-Nível 11, Referência A para Nível 1 Sub-Nível 11 Referência B no valor de R\$ 732,26 (setecentos e trinta e dois reais, vinte e seis centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 10 de Abril de 2013.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de Outubro de 2014, será pago o valor de R\$ 139,68 (cento e trinta e nove reais, sessenta e oito centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de abril de 2013, já descontado o valor de R\$ 17,26 (dezessete reais, vinte e seis centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 34,53 (trinta e quatro reais, cinquenta e três centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de Abril de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de Outubro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.280 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.280 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014
CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL ADQUIRIDA NO CARGO ATUAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 341, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal - ocupante do cargo público de Técnico em Nível Médio, exercendo a função de Técnico de Enfermagem, SIRLONE DE SOUZA CARNEIRO, matrícula funcional nº 000438, registro no sistema sob o nº 954286, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual, passando do Nível 5 Sub-Nível 51, Referência F para o Nível 5 Sub-Nível 52 Referência A no valor de R\$ 1.751,34 (um mil, setecentos e cinquenta e um reais, trinta e quatro centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, à partir de 01 de Agosto de 2013.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de Outubro de 2014, será pago o valor de R\$ 770,21 (setecentos e setenta reais, vinte e um centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de Agosto de 2013, já descontado o valor de R\$ 95,19 (noventa e cinco reais, dezenove centavos), referente a contribuição do Servidor ao IPRECAL. O valor de R\$ 190,39 (cento e noventa reais trinta e quatro centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Agosto de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de Outubro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.281 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.281 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional a Servidora Pública ocupante do cargo público de Técnico

em Nível Médio, exercendo a função de Técnico de Enfermagem, SIRLONE DE SOUZA CARNEIRO, matrícula funcional nº 000438, registro no sistema sob o nº 954286, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 5 Sub-Nível 52, Referência A para Nível 5 Sub-Nível 52 Referência B no valor de R\$ 1.803,89 (um mil, oitocentos e três reais, oitenta e nove centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de Setembro de 2014.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de Outubro de 2014, será pago o valor de R\$ 46,77 (quarenta e seis reais, setenta e sete centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de abril de 2014, já descontado o valor de R\$ 5,78 (cinco reais, setenta e oito centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 11,56 (onze reais, cinquenta e seis centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Setembro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de Outubro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.282 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.282 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional a Servidora Pública ocupante do cargo público e exercendo a função de Auxiliar de Enfermagem, ANA MARIA DOS SANTOS HERBST, matrícula funcional nº 330, registro no sistema sob o nº 129040, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 4 Sub-Nível 41, Referência C para Nível 4 Sub-Nível 41 Referência D no valor de R\$ 1.232,84 (um mil, duzentos e trinta e dois reais, oitenta e quatro centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 11 de Dezembro de 2013.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de Outubro de 2014, será pago o valor de R\$ 319,51 (trezentos e dezenove reais, cinquenta e um centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida

a partir do mês de Dezembro de 2013, já descontado o valor de R\$ 39,49 (trinta e nove reais, quarenta e nove centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 78,98 (setenta e oito reais, noventa e oito centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de Dezembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de Outubro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.283 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.283 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014
CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL ADQUIRIDA NO CARGO ATUAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 341, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal - ocupante do cargo público de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, EDELA FUEKNER, matrícula funcional nº 0221, registro no sistema sob o nº 587801, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual, passando do Nível 1 Sub-Nível 12, Referência F para o Nível 1 Sub-Nível 13 Referência A no valor de R\$ 1.013,60 (um mil, treze reais, sessenta centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, à partir de 03 de Fevereiro de 2014.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de Fevereiro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de Outubro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.284 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.284 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional a Servidora Pública ocupante do cargo público de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, EDELA FUECKNER, matrícula funcional nº 0221, registro no sistema sob o nº 587801, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 1 Sub-Nível 13, Referência A para Nível 1 Sub-Nível 13 Referência B no valor de R\$ 1.043,99 (um mil, quarenta e três reais, noventa e nove centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 03 de Março de 2014.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de Outubro de 2014, será pago o valor de R\$ 426,63 (quatrocentos e vinte e seis reais, sessenta e três centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de Março de 2014, já descontado o valor de R\$ 52,73 (cincoenta e dois reais, setenta e três centavos), referente a contribuição do Servidor ao IPRECAL. O valor de R\$ 105,46 (cento e cinco reais, quarenta e seis centavos) refere-se Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de Março de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de Outubro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.285 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.285 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional a Servidora Pública ocupante do cargo público e exercendo a função de Instrutor de Música, PATRÍCIA SCHWENDNER, matrícula funcional nº 000238, registro no sistema sob o nº 622001,

lotada na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 4 Sub-Nível 42, Referência E para Nível 4 Sub-Nível 42 Referência F no valor de R\$ 780,86 (setecentos e oitenta reais, oitenta e seis centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de Abril de 2014.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de Outubro de 2014, será pago o valor de R\$ 426,63 (quatrocentos e vinte e seis reais, sessenta e três centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de Março de 2014, já descontado o valor de R\$ 52,73 (cincoenta e dois reais, setenta e três centavos), referente a contribuição do Servidor ao IPRECAL. O valor de R\$ 105,46 (cento e cinco reais, quarenta e seis centavos) refere-se Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de Março de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de Outubro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.286 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.286 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional ao Servidor Público ocupante do cargo público de Agente Operacional II, exercendo a Função de Vigia, ALTEVIR FRANCISCO COTHOVISKI, Matrícula Funcional nº 000375, Registro no Sistema Sob nº 831270, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 2 Sub-Nível 22, Referência C para Nível 2 Sub-Nível 22 Referência D no valor de R\$ 1.113,11 (um mil, cento e treze reais, onze centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 03 de Abril de 2014.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de Outubro de 2014, será pago o valor de R\$ 173,28 (cento e setenta e três reais, vinte e oito centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de abril de 2014, já descontado o valor de R\$ 21,42 (vinte e um reais, quarenta e dois centavos), referente a

contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 42,83 (quarenta e dois reais, oitenta e três centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de Abril de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de Outubro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.287 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.287 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional a Servidora Pública ocupante do cargo público e exercendo a função de Agente Administrativo II, MARLI AUGUSTIN, matrícula funcional nº 000379, registro no sistema sob o nº 832910, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 4 Sub-Nível 41, Referência E para Nível 4 Sub-Nível 41 Referência F no valor de R\$ 1.307,93 (um mil, trezentos e sete reais, noventa e três centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 13 de Abril de 2014.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de Outubro de 2014, será pago o valor de R\$ 203,61 (duzentos e três reais, sessenta e um centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de Abril de 2014, já descontado o valor de R\$ 25,17 (vinte e cinco reais, dezessete centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 50,33 (cincoenta e três reais, trinta e três centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13 de Abril de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de Outubro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e

3.386 em: 24/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.288 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.288 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional a Servidora Pública ocupante do cargo público e exercendo a função de Enfermeira, AURIONIZE COSENTINO, matrícula funcional nº 000574, registro no sistema sob o nº 954749, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 6 Sub-Nível 61, Referência A para Nível 6 Sub-Nível 61 Referência B no valor de R\$ 3.021,43 (Três mil, vinte e um reais, quarenta e três centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 22 de Abril de 2014.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de Abril de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de Outubro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.289 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.289 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014
CONCEDE PROGRESSÃO POR CAPACITAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 193 § 1º e 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão por Capacitação, à Servidora Pública Municipal, ocupando o cargo público e exercendo a Função de Enfermeira, AURIONIZE COSENTINO, matrícula funcional nº 000574, registro no sistema sob o nº 954749, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) A Progressão que trata o caput do Artigo 1º desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida por Desempenho Profissional de Capacitação, mediante a comprovação de 150 (cento e cinquenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível 6 Sub-Nível 61, Referência B para Nível 6 Sub-Nível 61 Referência C, no valor de R\$ 3.112,06 (três mil, cento e doze reais e seis centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 22 de Abril de 2014.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de Outubro de 2014, será pago o valor de R\$ 794,95 (setecentos e noventa e quatro reais, noventa e cinco centavos), correspondente aos valores das Progressões concedidas a partir do mês de Abril de 2014, já descontado o valor de R\$ 98,25 (noventa e oito reais, vinte e cinco centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 196,50 (cento e noventa e seis reais, cinquenta centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de Abril de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de Outubro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.290 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.290 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional a Servidora Pública ocupante do cargo público de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, IVONETE HRUSCHKA SCHWARZ, matrícula funcional nº 000179, registro no sistema sob o nº 300310, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 1 Sub-Nível 13, Referência A para Nível 1 Sub-Nível 13 Referência B no valor de R\$ 1.043,99 (um mil, quarenta e três reais, noventa e nove centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de Maio de 2014.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de Outubro de 2014, será pago o valor de R\$ 135,24 (cento e trinta e cinco reais, vinte e quatro centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de Maio de 2014, já descontado o valor de R\$ 16,71 (dezesesseis reais, setenta e um centavos), referente a

contribuição do Servidor ao IPRECAL. O valor de R\$ 33,43 (trinta e três reais, quarenta e três centavos) refere-se Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Maio de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de Outubro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.291 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.291 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional a Servidora Pública ocupante do cargo público e exercendo a função de Fisioterapeuta, DANIELA CARLA BRESOLA, matrícula funcional nº 000411, registro no sistema sob o nº 954262 lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 6 Sub-Nível 63, Referência A para Nível 6 Sub-Nível 63 Referência B no valor de R\$ 4.307,84 (quatro mil, trezentos e sete reais, oitenta e quatro centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 16 de Maio de 2014.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de Maio de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de Outubro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.292 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.292 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

CONCEDE PROGRESSÃO POR CAPACITAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 193 § 1º e 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão por Capacitação, à Servidora Pública Municipal, ocupando o cargo público e exercendo a Função de Fisioterapeuta, DANIELA CARLA BRESOLA, matrícula funcional nº 000411, registro no sistema sob o nº 954262, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) A Progressão que trata o caput do Artigo 1º desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida por Desempenho Profissional de Capacitação, mediante a comprovação de 150 (cento e cinquenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível 6 Sub-Nível 63, Referência B para Nível 6 Sub-Nível 63 Referência C, no valor de R\$ 4.437,08 (quatro mil, quatrocentos e sete reais e oito centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 16 de Maio de 2014.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de Outubro de 2014, será pago o valor de R\$ 1.133,33 (um mil, cento e trinta e três reais, trinta e três centavos), correspondente aos valores das Progressões concedidas a partir do mês de Maio de 2014, já descontado o valor de R\$ 140,07 (cento e quarenta reais, sete centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 280,15 (duzentos e oitenta reais, quinze centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de Maio de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de Outubro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.293 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.293 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional a Servidora Pública ocupante do cargo público e exercendo

a função de Auxiliar de Odontologia, CILENE APARECIDA GOMES DOS SANTOS KNOEPKE, matrícula funcional nº 000422, registro no sistema sob o nº 954276 lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 2 Sub-Nível 22, Referência A para Nível 2 Sub-Nível 22 Referência B no valor de R\$ 1.049,24 (um mil, quarenta e nove reais, vinte e quatro centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 22 de Junho de 2014.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de Outubro de 2014, será pago o valor de R\$ 108,94 (cento e oito reais, noventa e quatro centavos), correspondente aos valores das Progressões concedidas a partir do mês de Junho de 2014, já descontado o valor de R\$ 13,46 (treze reais, quarenta e seis centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 26,93 (vinte e seis reais, noventa e três centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de Junho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de Outubro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

RESOLUÇÃO Nº 05 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

RESOLUÇÃO Nº 05 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CMDCA - DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas por Lei, faz saber que os Conselheiros aprovaram o Regimento Interno deste Conselho, e ela Promulga a seguinte Resolução; Resolve:

Art.1º. Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente CMDCA - do Município de Campo Alegre/SC. na forma do anexo, que é parte integrante desta Resolução.

Art.2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Revogam-se as demais disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 24 de Outubro de 2014.
EDITHE MARICLER VIRMOND
Presidente do CMDCA Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e quatro dias do mês de outubro de 2014.

TÚLIO CESAR JANSEN
Secretário do CMDCA Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente

REGIMENTO INTERNO
DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE
CMDCA - MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

TÍTULO I
DO CONSELHO MUNICIPAL

CAPÍTULO I
Das Disposições Preliminares

Art. 1º O presente Regimento Interno disciplina o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, conforme dispõe o artigo 10, da Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008.

Art. 2º O Conselho Municipal funcionará em prédio ou instalações cedidas pelo Poder Executivo Público Municipal.

Art. 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizará sessões ordinárias, mensalmente e extraordinárias, quando convocado pela Presidência ou reunir-se-á extraordinariamente em qualquer dia, mediante requerimento firmado pela maioria absoluta de seus membros.

Parágrafo Único. O conselheiro que faltar a 03 (zero três) sessões ordinárias consecutivas ou a 06 (zero seis) alternadas, sem justa causa, será substituído pelo seu respectivo suplente.

CAPÍTULO II
Da Natureza e Composição

Art. 4º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é, por sua natureza, órgão normativo, consultivo, deliberativo, conscientizador e fiscalizador das ações políticas de promoção, atendimento e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, sem fins político-partidários e/ou ecumênicos.

§ 1º Como órgão normativo, o Conselho deverá expedir resoluções definindo e disciplinando as ações políticas de promoção, atendimento e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º Como órgão consultivo, o Conselho emitirá parecer, através de comissões especiais, sobre todas as consultas que lhe forem dirigidas, após discussão e aprovação do plenário, incluindo-se a gestão junto ao Poder Executivo e Legislativo quanto à dotação orçamentária a ser destinada aos projetos em defesa dos direitos da criança e do adolescente.

§ 3º Como órgão deliberativo, reunir-se-á em sessões plenárias, decidindo, após ampla discussão, e por maioria simples de votos, todas as matérias que lhe forem pertinentes.

§ 4º Como órgão conscientizador, emitirá boletins, organizará palestras, criará grupos de estudo dos Direitos da Criança e do Adolescente, disporá dos meios de comunicação que estiverem ao seu alcance, prestará assessoria que lhe for solicitada dentro de seu campo específico e convidará todas as entidades e segmentos sociais afins a se reunirem anualmente, em forma de fórum.

§ 5º Como órgão fiscalizador, os membros do Conselho poderão visitar delegacias, casas noturnas, presídios e escolas observadas as disposições legais, receber comunicações oficiais, representações ou reclamações de qualquer cidadão sobre a violação de Direitos

da Criança e do Adolescente, deliberando em plenário dentro do âmbito de sua competência.

Art. 5º O Conselho Municipal é composto de 14 (quatorze) membros efetivos e mais 14 (quatorze) suplentes, de forma paritária, sendo 07 (zero sete) de Órgãos Públicos Municipais e 07 (zero sete) de Organizações não Governamentais, representativas da sociedade civil organizada, com mandato de 02 (zero dois) anos, podendo haver uma reeleição de seus membros, observadas as determinações contidas na Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008 e suas respectivas alterações.

Art. 6º Os Conselheiros de órgãos não governamentais serão representados por seus respectivos segmentos.

§ 1º Os Conselheiros Suplentes assumirão, automaticamente, nas ausências e impedimentos dos titulares, como suplentes, a sua presença é recomendada em todas as reuniões plenárias podendo participar dos assuntos e matérias discutivas, vedada, porém, a sua inclusão no quadro eleitoral.

§ 2º Nos casos de substituição de membros titulares ou suplentes, as entidades não governamentais representadas deliberarão sobre as novas indicações.

3º Nos casos de substituição dos membros titulares ou suplentes do Governo Municipal, caberá às entidades governamentais indicarem seus representantes.

CAPÍTULO III
Dos Órgãos do Conselho Municipal

Art. 7º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é constituído pelos seguintes órgãos:

- Plenário
- Comissões Especiais
- Diretoria

SEÇÃO I
Do Plenário e das Sessões

Art. 8º O Plenário, órgão soberano de deliberação do Conselho, compõe-se de todos os Conselheiros no exercício pleno de seu mandato.

Art. 9º O Plenário só poderá funcionar em primeira convocação com maioria absoluta, sendo as deliberações tomadas por maioria dos votos presentes e 15 (quinze) minutos após, com 40% (quarenta por cento) dos membros.

Art. 10 As sessões plenárias realizar-se-ão:

I - ordinariamente, a cada 2ª terça feira do mês;

II - extraordinariamente, quando especialmente convocadas pela Presidência ou por requerimento subscrito pela maioria absoluta dos Conselheiros.

Art. 11 As sessões plenárias obedecerão a seguinte ordem:

- a) instalação dos trabalhos pelo Presidente do Conselho;
- b) leitura da ata da reunião anterior;
- c) discussão, aprovação e assinatura da ata da sessão anterior;
- d) leitura de avisos, comunicações, registros de fatos, apresentação de proposições, correspondência e documentos de interesse

do Plenário;

e) leitura, discussão e aprovação da ordem do dia;

f) encaminhamento, sobre a forma de votação, dos assuntos discutidos;

g) encerramento da reunião pelo Presidente do Conselho.

Art. 12 Representantes de segmentos sociais afins poderão participar das sessões plenárias ordinárias, desde que autorizados pelo Conselho.

Art. 13 Os assuntos a serem incluídos na pauta deverão ser entregues à Diretoria até 2 (dois) dias antes da reunião.

Art. 14 Todas as deliberações tomadas nas sessões plenárias do Conselho serão lavradas em ata, assinada pelos Conselheiros presentes, podendo uma resenha ser publicada na mídia local: Rádio Cidade FM 87,9 MHZ; Rádio Hortênsia Ltda - BAND FM-91.5 MHZ e Jornal Notícias da Serra.

Art. 15 As deliberações do Conselho Municipal serão proclamadas pelo Presidente, com base nos votos da maioria vencedora.

SEÇÃO II

Dos Membros do Conselho

Art. 16 São atribuições dos membros do Conselho:

I - comparecer às sessões plenárias, justificando as faltas;

II - integrar as Comissões para as quais forem designados;

III - votar os assuntos debatidos no Plenário;

IV - assinar a presença em livro próprio;

V - pedir vistas de processos pelo prazo máximo de 05 (zero cinco) dias, devolvendo-os com parecer;

VI - votar e ser votado para cargos do Conselho;

VII - exercer outras funções no âmbito de sua competência.

SEÇÃO III

Da Diretoria

Art. 17 A Diretoria é composta de um Presidente, de um vice-presidente e de dois Secretários, eleitos entre os Conselheiros. A eleição será feita bianualmente, permitida uma reeleição consecutiva.

§ 1º A presidência das sessões será exercida pelo Presidente do Conselho Municipal e em sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente.

§ 2º Ocorrendo a ausência, também, do Vice-Presidente, a presidência será exercida pelo Secretário.

§ 3º Nos casos de vacância do cargo de Presidente, o Vice-Presidente completará o mandato.

Art. 18 São atribuições do Presidente:

I - presidir as sessões plenárias;

II - decidir, soberanamente, as questões de ordem, reclamações ou solicitações em plenário;

III - convocar sessões ordinárias, extraordinárias e solenes, observados os procedimentos legais;

IV - proferir voto de desempate nas votações plenárias;

V - participar dos trabalhos das Comissões;

VI - nomear os membros das Comissões;

VII - assinar a correspondência oficial do Conselho Municipal;

VIII - representar o Conselho Municipal nas solenidades;

IX - ordenar sindicâncias e processos administrativos e disciplinares para apurar eventuais irregularidades, sujeitando as conclusões à deliberação do plenário;

X - encaminhar e publicar edital de convocação de candidatos para os Conselhos Tutelares;

XI - compor a mesa de exame de admissão dos candidatos e suplentes aos Conselhos Tutelares, juntamente com o Vice-Presidente e o Secretário, até que se estabeleça o processo eleitoral referido no artigo 10, parágrafo único da Lei Municipal nº 3.425 DE 25 de novembro de 2008.

XII - solicitar ao Poder Público Municipal a designação de funcionários, alocação de bens e liberação dos recursos necessários ao funcionamento dos Conselhos Tutelares, conforme disposto no artigo 134 parágrafo único, da Lei Federal nº 8.069;

XIII - convocar suplente de Conselheiro quando ocorrerem demissões, vacância de cargo, férias ou licenças prolongadas;

Art. 19 A Secretaria manterá:

a) pasta de correspondência recebida e emitida, com os nomes dos remetentes ou destinatários e respectivas datas;

b) pasta de registro da posse dos membros do Conselho Tutelar;

c) fichas atualizadas de registro das entidades governamentais e não governamentais que prestam assistência e atendimento à criança e ao adolescente, contendo a denominação, localização, regime de atendimento, atividades desenvolvidas, número de menores atendidos e dos membros da Diretoria;

d) fichas de assentamento funcional dos membros dos Conselhos Tutelares, com a anotação da data da posse, férias, licenças, afastamento, vacância e demais circunstâncias pertinentes, com arquivo em pasta individual e cópia dos documentos apresentados;

e) a guarda de livros, fichas, boletins, documentos, papéis do Conselho e controle do almoxarifado.

Art. 20 Ao Secretário compete:

a) secretariar as sessões do Conselho;

b) despachar com o Presidente;

c) compor, juntamente com o Presidente e o Vice-Presidente, a mesa para o exame, admissão e desligamento dos membros dos Conselhos Tutelares.

d) prestar as informações que lhe forem requisitadas e expedir certidões.

e) propor, ao Presidente, a requisição de funcionários dos órgãos

governamentais, que prestem ou pretendam prestar atendimento à criança e adolescente;

f) remeter à aprovação do plenário os pedidos de registros das entidades governamentais e não governamentais, que não sejam membros do Conselho Municipal.

g) orientar, coordenar e fiscalizar os serviços de Secretaria;

h) receber e encaminhar, para exame e aprovação da mesa, os candidatos à composição dos Conselhos Tutelares;

i) lavrar as atas das sessões plenárias;

j) elaborar e submeter a pauta das sessões à aprovação da Diretoria.

SEÇÃO IV

Das Comissões

Art. 21 As Comissões serão permanentes ou transitórias e instituídas por Resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, referendando moção subscrita por um mínimo de 1/3 (um terço) de seus Conselheiros Titulares.

Parágrafo Único. As Reuniões Ordinárias das Comissões Permanentes serão realizadas de acordo com cronograma estabelecido em cada Comissão.

Art. 22 Compete às Comissões:

a) sistematizar dados sobre as condições de vida da criança e do adolescente no Município de Campo Alegre/SC;

b) elencar os recursos públicos e privados disponíveis e acompanhar as atividades que favoreçam à conscientização da comunidade;

c) apresentar proposta para a elaboração do Plano Anual de Atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos Programas e Projetos na área específica de atuação;

d) apresentar relatórios de atividades nas sessões do plenário, especialmente convocadas;

e) subsidiar as Entidades Governamentais e Não Governamentais com vista ao aprimoramento das ações que desenvolvem junto à criança e ao adolescente;

f) elaborar pareceres sobre assuntos pertinentes à sua Comissão;

g) participar na elaboração e definição da Política Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente;

h) fiscalizar a administração do FIA - Fundo da Infância e Adolescência.

Art. 23 As Comissões serão integradas por Conselheiros Titulares do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, aprovados em Plenário:

a) cada Comissão terá um membro Coordenador, um Sub-Coordenador e um Secretário que serão escolhidos por votação entre os seus integrantes;

b) nova eleição para complementação do período no caso de ocorrer a vacância de um dos cargos referidos;

c) as Comissões deverão ser compostas de, no mínimo, 02 (zero

dois) Conselheiros Titulares;

Parágrafo único. Poderão participar dos trabalhos dos Conselhos pessoas ligadas à área da proteção da Criança e do Adolescente, convidadas pela Coordenação ou pelos membros de cada Comissão.

Art. 24 As comissões serão formadas, por 05 (zero cinco) membros, número que poderá ser aumentado a critério do Coordenador:

§ 1º Na eventualidade de faltarem membros da Comissão, o Coordenador ou na sua falta, o Sub-Coordenador, somente terá voto especial para desempate das questões.

§ 2º Na eventualidade de falta injustificada por 03 (três) reuniões consecutivas ou seis alternadas, os demais membros decidirão pela permanência ou não do membro na Comissão, comunicando a decisão à Plenário.

§ 3º O comparecimento dos membros às reuniões da Comissão será registrado em ata.

Art. 25 O Coordenador da Comissão, ou na ausência, o Sub-Coordenador, desempenhará o papel de relator, assinando os atos propostos pela Comissão, antes de serem submetidos à deliberação do Colegiado do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescência.

§ 1º A competência do relator poderá ser delegada quando se tratar de matéria técnica.

§ 2º As comissões poderão ser objeto de incorporação, fusão ou extinção, conforme o desenvolvimento de suas atividade e de acordo com as necessidades de desenvolvimento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 3º Poderão ser constituídas Comissões Transitórias, necessárias para o estudo de assuntos específicos, que observarão as disposições do presente Regimento, e que se dissolverão, automaticamente, após a conclusão dos trabalhos.

Art. 26 Cada Comissão escolherá, anualmente, o seu Coordenador, Sub-Coordenador e Secretário, que poderão ser reconduzidos uma única vez.

Art. 27 São atribuições do Coordenador, coadjuvado pelo Sub Coordenador:

I - coordenar as atividades da Comissão para a qual foi designado;

II - convocar e coordenar as reuniões da Comissão;

III - participar de reuniões de Coordenadores de Comissões;

IV - representar a Comissão em reuniões, seminários e demais eventos;

V - manter contatos e entendimentos com Entidades e Órgãos que atuem na área de proteção à Criança e ao Adolescente, considerando os objetivos de sua Comissão, mediante comunicação prévia à Diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VI - encaminhar parecer sobre os assuntos submetidos a sua apreciação, dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis do recebimento do expediente, salvo se outro for fixado pela Comissão.

Art. 28 O Coordenador da Comissão declarará aberta a reunião no

horário fixado, observando a seguinte ordem:

I - leitura, pelo Secretário, da ata da reunião anterior e dos expedientes recebidos;

II - leitura da pauta da reunião;

III - leitura, discussão e/ou votação dos assuntos em pauta.

Art. 29 As Comissões poderão realizar diligências e requerer especificação de provas, sempre que julgarem necessário.

Parágrafo único. O relatório da matéria deverá conter o histórico, a análise e o parecer da Comissão.

Art. 30 Sempre que necessário, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, poderá promover a reunião de 2 (duas) ou mais Comissões, cuja organização interna será por consenso.

Parágrafo único. Qualquer Conselheiro poderá participar dos trabalhos em outra Comissão, sendo-lhe, contudo, vetado o direito à voto.

CAPÍTULO IV

Das disposições Gerais e Transitórias

Art. 31 O presente Regimento Interno poderá ser alterado por proposta de 1/3 (um terço) dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ou por solicitação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros do Plenário.

Art. 32 As omissões deste Regimento Interno serão dirimidas ou resolvidas por maioria absoluta dos Membros do Conselho.

Art. 33 Em caso de extinção do Conselho, o seu patrimônio será destinado a seu substituto legal, ou na falta, ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 34 O documento competente para divulgação das decisões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Campo Alegre/SC, para todos os efeitos legais e Jurídicos será a Resolução, assinada pelo Presidente e Secretário do Conselho.

Art. 35 Este Regimento foi aprovado em Plenário pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Campo Alegre/SC, 24 de Outubro de 2014.

EDITHE MARCLER VIRMOND

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Campo Alegre/SC.

EDITAL Nº 001/2014/CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
LEI MUNICIPAL Nº 3.425/08.

EDITAL Nº 001/2014/CMDCA

ABRE INSCRIÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DE PROJETOS QUE PODERÃO SER FINANCIADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA, À ENTIDADES NÃO

GOVERNAMENTAIS E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, representado pela sua Presidente, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal nº 3.425/08, com base na deliberação da Plenária Ordinária do CMDCA, ocorrida aos 14 de outubro de 2014, resolve tornar público o presente Edital, declarando que estão abertas as inscrições para o processo seletivo de projetos de Entidades não Governamentais e Programas Governamentais, de atendimento a crianças e adolescentes visando captar recursos junto ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, de acordo com as regras e normas previstas neste Edital.

CAPÍTULO I - DOS OBJETIVOS

Art. 1º. Objetivo Geral - Tornar público os procedimentos e critérios necessários, para a apresentação de projetos que poderão ser financiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, a entidades registradas e com atestado de funcionamento vigente junto ao CMDCA, buscando qualificar e potencializar os serviços para a promoção da rede de atendimento à criança e adolescente de Campo Alegre, e cancelar projetos com recursos dedutíveis do Imposto de Renda ou doações de pessoas físicas e jurídicas.

CAPÍTULO II - DOS CRITÉRIOS E CONDIÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS

Art. 2º. Para inscreverem projetos a serem financiados com recursos do FIA, as entidades não governamentais e programas governamentais deverão estar com o atestado de funcionamento vigente junto ao CMDCA.

Art. 3º. Os projetos inscritos, deverão atender crianças e ou adolescentes e estarem em conformidade com a legislação vigente, em especial a Lei Federal nº 8.096/10 (ECA), Lei Municipal nº 3.425/08 e Resolução nº 137/10/CONANDA, prevendo aplicação dos recursos do FIA, de acordo com os seguintes requisitos:

I. desenvolvimento de programas e serviços complementares ou inovadores, por tempo determinado, voltados à política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

II. acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente, órfão ou abandonado, na norma do disposto no art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal e do art. 260, § 2º da Lei nº 8.069, de 1990, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;

III. programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

IV. programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V. desenvolvimento de programas e projetos de campanhas educativas, publicações, divulgação as ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente; e

VI. ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Parágrafo único: os projetos aprovados poderão ser co-financiados por no máximo 03 (zero três) anos consecutivos.

CAPÍTULO III - DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO

Art.4º. A inscrição dos projetos, será efetuada mediante apresentação dos seguintes documentos:

I. Programas governamentais

- a) Requerimento (Anexo I);
- b) Plano de Aplicação (Anexo II);
- c) Declaração (Anexo III);
- d) Manifestação do Concedente (Anexo IV);
- e) Declaração de Compromisso (Anexo V);
- f) Habilitação (Anexo VI).

II. Entidades não governamentais

- a) Requerimento (anexo I);
- b) Plano de Aplicação (anexo II);
- c) Declaração (anexo III);
- d) Manifestação do Concedente (anexo IV);
- e) Declaração de Compromisso (Anexo V);
- f) Habilitação (Anexo VI);
- g) CNPJ/MF atualizado para as entidades;
- h) Certidão Negativa de Tributos Municipal (Original);
- i) Certidão Negativa do INSS (Original); site: Receita Federal;
- j) Certidão Negativa do FGTS (Original); site: Caixa Econômica Federal;
- k) Certidão Negativa de Tributos Federais (Original); site Receita Federal;
- l) Certidão Negativa de Tributos Estaduais - Fisco (Original) site: sef.sc.gov.br;
- m) Certidão Negativa de Tributos Estaduais - Convênios (Original); site: sef.sc.gov.br;
- n) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Original); site: tst.jus.br;
- o) Declaração emitida pela entidade de que não mantém convênio com os governos Municipal, Estadual e Federal, quando for o caso.

§1º. Os projetos que não apresentarem rigorosamente os documentos válidos, elencados neste artigo serão inabilitados.

§2. Para celebração do convênio as documentações exigidas deverão estar em período de vigência.

§3º. Os projetos apresentados e seus anexos não serão devolvidos, independentemente qual seja o resultado.

§4º. A descrição do projeto (alíneas c) deverá ser entregue em cópia FÍSICA DIGITADA devidamente identificada e assinada pelo responsável legal pelo programa governamental ou entidade não governamental.

§5º. Os documentos deverão ser protocolados em envelope fechado identificado conforme modelo abaixo:

EDITAL 001/2014/CMDCA

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PARA ANÁLISE DE PROJETOS

PROPONENTE: " _____ "

Nome do Projeto: " _____ "

Art.5º. Caso o projeto apresentado pelo proponente exigir a elaboração e execução de projetos técnicos, este(s) deverá(ão) ser assinado(s) pelo respectivo responsável (Engenheiro, Arquiteto, Nutricionista, Fonoaudiólogo, entre outros).

Art.6º. Os projetos que prevêm aquisição de bens materiais, mão de obra, transportes (equipamentos de informática, eletrônicos, eletrodomésticos, eletro portáteis, instrumentos musicais, móveis, veículos, entre outros), deverão ser apresentados, no mínimo 3 (três) orçamentos com as mesmas especificações, exceto no caso em que houver apenas um fornecedor ou fabricante. Neste caso a entidade deverá apresentar justificativa.

CAPÍTULO IV - CALENDÁRIO OFICIAL

Art.7º. O calendário oficial obedecerá as seguintes etapas:

I. Publicação Oficial do Edital até 03/11/2014;

II. Local da inscrição dos Projetos: No Serviço de Protocolo do Poder Executivo do Município de Campo Alegre "Prefeitura", sito na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro - Anexo ao Prédio Sede;

III. Prazo de entrega dos Projetos a serem submetidos pela plenária do CMDCA será até 28 de novembro de 2014;

IV. Publicação dos resultados: ocorrerá até o 5º dia útil, após a deliberação pela plenária do CMDCA, através de Resolução que: DISPORÁ SOBRE O DEFERIMENTO OU INDEFERIMENTO DO PROJETO;

V. Prazo para às Entidades não governamentais e programas governamentais retirarem o resultado no setor de Serviço de Protocolo do Poder Executivo do Município de Campo Alegre "Prefeitura", sito na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292 - Anexo: até 10 (dez) dias após a publicação do resultado;

VI. Prazo para recurso às entidades não governamentais e programas governamentais: protocolar o recurso em até 10 (dez) dias no Serviço de Protocolo da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292 - Centro, Anexo do Prédio Sede, após a retirada do resultado.

CAPÍTULO V - DOS CRITÉRIOS MÍNIMOS DE ANÁLISE

Art.8º. Os projetos apresentados serão analisados com base nos seguintes critérios:

I. Consonância do projeto com a legislação e normativas vigentes relacionadas à criança e ao adolescente;

II. Mérito (intencionalidade do projeto);

III. Relevância do projeto em relação a ações que promovam a garantia do acesso aos direitos Fundamentais;

IV. Impacto social (transformações a que se propõe realizar);

V. Demonstrar capacidade técnica e administrativa para executar o projeto de acordo com o Anexo

VI. Comprovação de que a Entidade ou programa disponha de condições técnicas, administrativas;

legais e físicas para consecução do objeto do Plano de Trabalho e que atendam aos requisitos legais inerentes à celebração de todo e qualquer Convênio com a Administração Pública;

VII. Não apresentar vício de origem (Projetos apresentados por Conselhos Tutelares ou por órgãos governamentais em nome de entidades não governamentais).

Parágrafo único - A (o) proponente, cujo projeto visa a aquisição de bens materiais (equipamentos de informática, eletrônicos, eletrodomésticos, eletro portáteis, instrumentos musicais, móveis, veículos, entre outros), que não garanta e mantenha a continuidade do projeto, esses materiais/equipamentos em perfeitas condições de uso, poderão ser alocados em programas/projetos/serviços não governamentais ou governamentais que prevejam

a utilização desses, sendo informada a transferência ao CMDCA.

CAPÍTULO VI - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art.9º. Os recursos para o financiamento dos projetos selecionados são oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA.

Art.10. O repasse de recursos será condicionado à apresentação de documentos referidos no Art. 4º, 5º e 6º deste Edital.

Art.11. Os recursos poderão ser liberados, na ordem de até 100% (cem por cento) do solicitado, considerando a disponibilidade financeira no Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA e as mesmas normas gerais que regem a execução orçamentária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art.12. Para este edital, poderá ser financiado até 03 (zero três) Projetos por Entidade não Governamental ou Programa Governamental.

CAPÍTULO VII - DAS DESPESAS VEDADAS

Art.13. É vedado aos projetos apresentados a utilização de recursos para:

- a) custos referentes à administração (taxa de administração, aluguel de imóvel, gerência, coordenação, contabilidade, luz, água, telefone e IPTU);
- b) gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração a integrantes da diretoria da instituição e técnicos já vinculados a esta, anteriormente ao início do projeto, ou a servidores públicos federal, estadual ou municipal integrantes da administração direta ou indireta (ativos, inativos ou licenciados);
- c) pagamento de taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive aquelas decorrentes de pagamento ou recolhimento fora do prazo;
- d) utilização dos recursos em finalidade diversa aquela estabelecida no projeto;
- e) realização de despesas com publicidades, informativos das quais constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de dirigentes e técnicos da entidade, de autoridades e/ou servidores públicos;
- f) pagamento de salário, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;
- g) financiamento de ações relacionadas as políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de recurso específico, nos termos definidos pela legislação pertinente;
- h) investimentos em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos ou privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei.

CAPÍTULO VIII - DA COMISSÃO DE ANÁLISE

Art.14. A avaliação dos projetos inscritos será realizada pela Comissão de Análise de Projetos, constituída pelo CMDCA - do Município de Campo Alegre/SC., a qual, submeterá seu parecer à apreciação e deliberação da Plenária do Conselho, que referendará os projetos a serem atendidos e os publicizará através do sítio eletrônico (<http://campoalegre.sc.gov.br>) e no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Parágrafo único. O resultado do processo também será disponibilizado no Serviço de Protocolo do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC "Prefeitura".

Art.15. O Conselheiro Titular ou Suplente, representante de Entidade e/ou programa que inscrever projeto, não poderá participar da análise e votação do mesmo.

Art.16. A Comissão terá 30 (trinta) dias, após o recebimento do projeto, para emitir parecer à apreciação da Plenária do Conselho do CMDCA.

CAPÍTULO IX - DA METODOLOGIA DE ANÁLISE DOS PROJETOS

Art.17. As propostas serão avaliadas pela Comissão de Análise de Projetos, em quatro fases distintas:

I. HABILITAÇÃO: consiste no estrito cumprimento, em especial aos artigos. 4º, 5º e 6º do presente Edital.

II. AVALIAÇÃO: os projetos serão avaliados pela Comissão que, se necessário, convocará representante do proponente do projeto para prestar esclarecimentos, realizará visitas in loco para avaliação/constatação, assim como, poderá recorrer a quaisquer instâncias externas que julgar necessário, solicitando esclarecimentos e/ou pareceres técnicos para subsidiar a decisão.

III. SELEÇÃO: A seleção das propostas aptas a receber financiamento do FIA.

IV. CLASSIFICAÇÃO: encaminhamento dos pareceres para apreciação da plenária do CMDCA e posterior publicização, através de Resolução.

§1º. Se necessário a comissão poderá solicitar alteração/adequação do Plano de Trabalho.

§2º. A avaliação da execução dos projetos anteriormente aprovados pelo CMDCA (quando for o caso), será considerada na apreciação dos projetos apresentados pelos proponentes.

CAPÍTULO X - DO PERÍODO PARA REPASSE DOS RECURSOS DISPONIBILIZADOS

Art.18. O prazo para que a Entidade não-governamental proponente, possui para providenciar a documentação necessária para celebração do Convênio junto a Assessoria Jurídica do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC. "Prefeitura", será de 30 (trinta) dias úteis, a contar da divulgação oficial do resultado.

Art.19. O prazo para que os responsáveis pelos programas governamentais, procedam a solicitação da suplementação dos itens de despesa, determinados na Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA para que efetivem os investimentos propostos no projeto será de 20 (vinte) dias, a contar da divulgação oficial do resultado.

CAPÍTULO XI - DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art.20. A prestação de contas relativa aos Recursos recebidos através do FIA - Fundo da Infância e Adolescência oriundos deste Edital para com as Entidades Governamentais e Não Governamentais, deverão obedecer a Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, nº TC-14/2012 de 13 de junho de 2012, a qual poderá ser obtida através do site: <http://www.tce.sc.gov.br/web/legislacao/instrucoes/2012>, também as normas estabelecidas pelo Serviço de Contabilidade e Controle Interno do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC. "Prefeitura", deste Edital e demais legislações pertinentes, no âmbito do Governo do Município de Campo Alegre/SC.

Art.21. A data inicial para aplicação dos recursos recebidos deverá ser posterior a data da liberação do recurso.

Art.22. Os documentos a serem preenchidos para a prestação de contas ao CMDCA, serão os ANEXOS, aqueles requisitados para o Recebimento de Contribuição, estabelecidos pelo Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC. "Prefeitura", em consonância a legislação vigente.

Parágrafo único: Para pagamento de funcionário, deverá anexar o recolhimento de FGTS, INSS e IR, com a prestação de contas a que se refere o artigo, deverá ser encaminhada ao CMDCA ao término do repasse da última parcela, que será submetida a apreciação da Comissão de Análise de Projetos que emitirá parecer a ser deliberado pela plenária do CMDCA, atestando conformidade ou não, através de Resolução.

Art.23. A entidade não governamental e/ou programa governamental que não apresentar prestação de contas e/ou investir o recurso em desconformidade com o projeto apresentado e aprovado pelo CMDCA, estará sujeita a devolução da totalidade do recurso recebido.

Art.24. Os proponentes dos projetos contemplados com recursos do FIA, deverão participar de ações de socialização dos resultados dos projetos financiados no ano corrente, em conformidade com deliberação do CMDCA (audiências públicas, plenárias extraordinárias, plenárias ampliadas entre outros eventos).

CAPÍTULO XII - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art.25. A Entidade não governamental e/ou programa governamental que não iniciar seu projeto no cronograma previsto, sem justificativa aprovada pelo CMDCA, perderá o financiamento.

Art.26. As Entidades não governamentais e/ou programas governamentais que obtiveram projetos aprovados pelo CMDCA, estão obrigados a divulgar de forma clara e objetiva, através da imprensa falada e escrita, placas, impressos, folders, reuniões, em eventos, apresentações entre outros, que o financiamento do projeto é feito através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, divulgando a logomarca do Fundo e do CMDCA como parceiro e co-financiador.

Art.27. Ao inscrever projetos a Entidade não governamental e/ou programa governamental, automaticamente concorda com a utilização gratuita, pelo CMDCA, de seu nome, voz, imagem e trabalho escrito para divulgação em qualquer meio de comunicação, independente de qual seja sua forma.

Art.28. O ato de inscrição implica na plena concordância dos termos deste Edital.

Art.29. Será anulado e/ou interrompido o repasse do recurso referente ao projeto aprovado, caso o (a) proponente tiver indeferida a renovação, cassado ou suspenso o seu registro ou o atestado de funcionamento junto ao CMDCA.

Art.30. À plenária do CMDCA caberá a ordem de classificação dos projetos e a liberação dos recursos, em conformidade com a disponibilidade financeira do FIA, sendo considerada especialmente, a relevância do projeto para a comunidade local, bem como, para os beneficiários deste e dos demais itens de avaliação técnica constantes no presente Edital.

Art.31. Toda a legislação vigente pertinente a este Edital e demais informações poderão ser obtidas no portal oficial do Município de Campo Alegre/SC., no seguinte sítio eletrônico: www.campoalegre.sc.gov.br e ou e-mail no endereço: cmdca@campoalegre.sc.gov.br

Art.32. Integram o presente Edital os Anexos I, II, III, IV, V e VI.

Art.33. Este Edital entra em vigor na data da sua publicação, podendo ser revogado em partes ou em sua totalidade, a qualquer tempo.

Campo Alegre/SC, 29 de outubro de 2014.

EDITHE MARICLER VIRMOND
Presidente do CMDCA Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente
Do Município de Campo Alegre/SC.

ANEXO I

REQUERIMENTO

REQUERENTE

Entidade:		Nº Registro no Conselho Assistência Social
Endereço:		
Município:	Bairro:	
E-mail		Telefone:
Estado:	CEP:	Celular:
CNPJ/CPF		Inscrição Municipal

ESPECIFICAÇÃO DE PEDIDO

JUSTIFICATIVA DO PEDIDO

NOME:		CARGO JUNTO A ENTIDADE:	
CPF/MF:	MUNICIPIO:	DATA:	
Observação: Se Procurador, anexar Procuração emitida em Cartório:		ASSINATURA	

ANEXO II

PLANO DE APLICAÇÃO

Entidade Receptora:		
Nome do Responsável:		
Título do Projeto:		
Finalidade:		
Item	Especificação (unidade, quantidade, etc.)	Valor R\$
Soma R\$		
TOTAL R\$		

Obs. 1ª via - Processo de solicitação - 2ª via - arquivo da Entidade para controle do Projeto.

Campo Alegre/SC, ____/____/2014.

Assinatura do Presidente

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Na qualidade de representantes legais da _____

estabelecida a Rua _____,

____ nº _____, Bairro: _____, Cidade: _____

_____, CEP: _____/

SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____

Declaro para os devidos fins que nos comprometemos em receber, aplicar e prestar contas dos recursos que nos forem concedidos pelo FIA - Fundo da Infância e Adolescência, do Município de Campo Alegre/SC, na forma de Contribuição no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados do recebimento, mas nunca excedendo o último dia do exercício.

Para maior clareza, firmamos o presente,
Campo Alegre/SC, ____ de _____ de 2014.

Presidente: _____

Assinatura com firma reconhecida

RG nº: _____ CPF/MF nº: _____

Tesoureiro: _____

Assinatura com firma reconhecida

RG nº: _____ CPF/MF nº: _____

ANEXO IV

MANIFESTAÇÃO DO CONCEDENTE

PARECER DA PLENÁRIA DO CMDCA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE:

DEFERIDO () INDEFERIDO ()

Campo Alegre/SC, ____/____/2014.

Presidente - CMDCA

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

Eu, _____, portador do RG: _____ e CPF/MF: _____, residente na Rua/Av. _____ nº _____, Município de _____, Estado de _____,

Representante legal da Entidade _____ venho por meio deste declarar, que estou de acordo com o Edital nº 001/2014 do CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme os: "Art.26. As entidades não governamentais e/ou programas governamentais que obtiveram projetos aprovados pelo CMDCA, estão obrigados a divulgar de forma clara e objetiva, através da imprensa falada e escrita, placas, impressos, folders, reuniões, em eventos, apresentações entre outros, que o financiamento do projeto é feito através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

- FIA, divulgando a logomarca do Fundo e do CMDCA como parceiro e co-financiador., e Art.27. Ao inscrever projetos a entidade não governamental e/ou programa governamental, automaticamente concorda com a utilização gratuita, pelo CMDCA, de seu nome, voz, imagem e trabalho escrito para divulgação em qualquer meio de comunicação, independente de qual seja sua forma." Ratifico serem verdadeiras as informações acima prestadas.

Campo Alegre/SC, ____ de _____ de 2014.

Assinatura

ANEXO VI

HABILITAÇÃO

I	Solicitação ao Presidente do CMDCA – Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente;
II	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas; Receita Federal do Brasil – www.receita.fazenda.gov.br (entrar em pessoa jurídica e situação cadastral).
III	Comprovante de endereço da entidade e do seu representante legal;
IV	Cópia autenticada do RG e do CPF/MF do presidente da entidade ou do ocupante de cargo equivalente;
V	Cópia do Estatuto e de suas alterações, devidamente registrados no Cartório competente;
VI	Cópia autenticada da ata da última assembleia que elegeu o corpo dirigente da Entidade, registrada no Cartório competente;
VII	Cópia do alvará de funcionamento fornecido junto a Prefeitura Municipal;
VIII	Atestado de funcionamento fornecido por autoridade competente = Prefeito Municipal; Presidente da Câmara Municipal; Delegado da Polícia Civil ou Comandante da Polícia Militar;
IX	Comprovante de abertura de conta corrente vinculada ao projeto em Banco Oficial;
X	Cópia da Lei Municipal de Declaração de Utilidade Pública;
XI	Certidão Negativa de Débitos – CND ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa – CPD-EN emitido pela Previdência Social http://www.dataprev.gov.br/servicos/cnd1.htm ;
XII	Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRF; - https://www.sifge.caixa.gov.br/Cidadao/Crf/FgcCfscriteriosPesquisa.asp ;
XIII	Certidão Negativa de Débitos Estaduais, obtida no sítio eletrônico: http://www.sef.sc.gov.br ;
XIV	Certidão Negativa de débitos municipais a qual poderá ser obtida no Serviço de Tributação junto a Prefeitura Municipal;
XV	Relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses;
XVI	Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do art. 29, inciso V, da Lei 8.666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com os recursos pretendidos.

Campo Alegre/SC, ____/____/2014.

1ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO 104/2014

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE -SC

1ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO
Nº 104/2014, PREGÃO (presencial)

Necessário se faz a alteração do edital do processo licitatório em epígrafe, ALTERA-SE do edital epigrafado, o item:

8.3. Da Qualificação Técnica

a) Certidão de Registro e Regularidade de Pessoa Jurídica emitido pelo CRA-SC, dentro do prazo de validade, que comprova que a empresa licitante está devidamente registrada no Conselho e se encontra habilitada para o exercício das suas atividades profissionais.

Passando a vigorar conforme segue:

8.3. Da Qualificação Técnica

a) Certidão de Registro e Regularidade de Pessoa Jurídica CRA do respectivo estado, sede da licitante, dentro do prazo de validade, que comprova que a empresa licitante está devidamente registrada no Conselho e se encontra habilitada para o exercício das suas atividades profissionais.

INCLUI-SE o item XXII na Cláusula Sexta - das obrigações da contratada da minuta contratual:

XXII - A Contratada deverá apresentar a Regularidade com o CRA-SC, se exigível por este.

As demais informações contidas no Edital do processo licitatório em epígrafe permanecem inalteradas e em vigor, inclusive a data de abertura.

Publique-se esta alteração na imprensa oficial deste Município (DOM) e no site www.campoalegre.sc.gov.br.

Publique-se ainda o Edital consolidado com a 1ª alteração no site do Município www.campoalegre.sc.gov.br.

Campo Alegre, 31 de outubro de 2014.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 11.294 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.294 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional ao Servidor Público ocupante do cargo público e exercendo a Função de Motorista, IVONEI FRIEDRICH, Matrícula Funcional nº 338, Registro no Sistema Sob nº 351650, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 3 Sub-Nível 32, Referência B para Nível 3 Sub-Nível 32 Referência C no valor de R\$ 1.242,76 (um mil duzentos e quarenta e dois reais, setenta e seis centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de Julho de 2014.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de Outubro de 2014, será pago o valor de R\$ 96,60 (noventa e seis reais, sessenta centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de Julho de 2014, já descontado o valor de R\$ 11,94 (onze reais e noventa e quatro centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 23,88 (vinte e três reais, oitenta e oito centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Julho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de Outubro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.295 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.295 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL A SERVIDORA PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional a Servidora Pública ocupante do cargo público e exercendo a Função de Odontóloga, JÉSSICA FISCHER, Matrícula Funcional nº 000443, Registro no Sistema Sob nº 954381, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 6 Sub-Nível 61, Referência C para Nível 6 Sub-Nível 61 Referência D no valor de R\$ 3.205,45 (três mil, duzentos e cinco reais, quarenta e cinco centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 06 de Julho de 2014.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de Outubro de 2014, será pago o valor de R\$ 249,35 (duzentos e quarenta e nove reais, trinta e cinco centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de Julho de 2014, já descontado o valor de R\$ 30,82 (trinta reais, oitenta e dois centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 61,64 (sessenta e um reais, sessenta e quatro centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de Julho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de Outubro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PREGÃO 108/2014

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 108/2014

A licitação tem como objeto o Registro de Preços, para eventual contratação de empresa especializada na execução de serviços de limpeza e conservação, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, no regime de empreitada por preço unitário, conforme tabela abaixo:

Local	Função	Carga Horária	Quantidade de profissionais	Preço Unitário Estimado R\$ (por serviço/mês)	Preço Total Estimado Mensal (R\$)
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE E PRÉDIO ANEXO	Limpeza e conservação	40 horas semanais	02	3.000,00	6.000,00

Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.

Data, horário e local para início da realização da sessão pública do prego: dia 13/11/2014, às 10 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC.

Data, horário e local para a entrega dos envelopes com a documentação e propostas: até as 09 horas e 45 minutos, do dia 13/11/2014, no protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC.

As despesas oriundas da contratação correrão por conta da dotação orçamentária do exercício 2014 e 2015, na seguinte classificação:

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo. Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 108/2014". A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 03 de novembro de 2014.
Lucilaine Mokfa Schwarz
Secretária de Administração

DECRETO Nº 8.648 DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº 8.648 DE 30 DE OUTUBRO DE 2014
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.045 de 10 de dezembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
04.122.0003.2.101 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Gabinete do Prefeito, Casa da Cidadania e PROCON.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339014.00.896 -	Diárias - Civil	R\$ 1.000,00
03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339014.00.896 -	Diárias - Civil	R\$ 1.000,00
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
13.392.0082.2.017 -	Comemoração a datas alusivas e eventos locais	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 12.000,00
	TOTAL	R\$ 14.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito
02.01 -	Chefia de Gabinete
04.122.0003.2.101 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Gabinete do Prefeito, Casa da Cidadania e PROCON.

300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração	
400000.00.896 -	Despesas de Capital	
440000.00.896 -	Investimentos	
449000.00.896 -	Aplicações Diretas	
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 1.000,00
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
13.392.0082.2.017 -	Comemoração a datas alusivas e eventos locais	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 12.000,00
	TOTAL	R\$ 14.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
30 de Outubro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 30/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.649 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.649 DE 30 DE OUTUBRO DE 2014
HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE.

O Prefeito em exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar a Resolução do CMDCA - Conselho Municipal

dos Direitos da Criança e do Adolescente de nº 05 anexa, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
14 de maio de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal
LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 14/05/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

RESOLUÇÃO Nº 05 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CMDCA - DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas por Lei, faz saber que os Conselheiros aprovaram o Regimento Interno deste Conselho, e ela Promulga a seguinte Resolução; Resolve:

Art.1º. Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente CMDCA - do Município de Campo Alegre/SC. na forma do anexo, que é parte integrante desta Resolução.

Art.2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Revogam-se as demais disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 24 de Outubro de 2014.
EDITHE MARICLER VIRMOND
Presidente do CMDCA Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e quatro dias do mês de outubro de 2014.

TÚLIO CESAR JANSEN
Secretário do CMDCA Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

REGIMENTO INTERNO
DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
CMDCA - MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

TÍTULO I
DO CONSELHO MUNICIPAL

CAPÍTULO I
Das Disposições Preliminares

Art. 1º O presente Regimento Interno disciplina o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, conforme dispõe o artigo 10, da Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008.

Art. 2º O Conselho Municipal funcionará em prédio ou instalações

cedidas pelo Poder Executivo Público Municipal.

Art. 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizará sessões ordinárias, mensalmente e extraordinárias, quando convocado pela Presidência ou reunir-se-á extraordinariamente em qualquer dia, mediante requerimento firmado pela maioria absoluta de seus membros.

Parágrafo Único. O conselheiro que faltar a 03 (zero três) sessões ordinárias consecutivas ou a 06 (zero seis) alternadas, sem justa causa, será substituído pelo seu respectivo suplente.

CAPÍTULO II

Da Natureza e Composição

Art. 4º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é, por sua natureza, órgão normativo, consultivo, deliberativo, conscientizador e fiscalizador das ações políticas de promoção, atendimento e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, sem fins político-partidários e/ou ecumênicos.

§ 1º Como órgão normativo, o Conselho deverá expedir resoluções definindo e disciplinando as ações políticas de promoção, atendimento e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º Como órgão consultivo, o Conselho emitirá parecer, através de comissões especiais, sobre todas as consultas que lhe forem dirigidas, após discussão e aprovação do plenário, incluindo-se a gestão junto ao Poder Executivo e Legislativo quanto à dotação orçamentária a ser destinada aos projetos em defesa dos direitos da criança e do adolescente.

§ 3º Como órgão deliberativo, reunir-se-á em sessões plenárias, decidindo, após ampla discussão, e por maioria simples de votos, todas as matérias que lhe forem pertinentes.

§ 4º Como órgão conscientizador, emitirá boletins, organizará palestras, criará grupos de estudo dos Direitos da Criança e do Adolescente, disporá dos meios de comunicação que estiverem ao seu alcance, prestará assessoria que lhe for solicitada dentro de seu campo específico e convidará todas as entidades e segmentos sociais afins a se reunirem anualmente, em forma de fórum.

§ 5º Como órgão fiscalizador, os membros do Conselho poderão visitar delegacias, casas noturnas, presídios e escolas observadas as disposições legais, receber comunicações oficiais, representações ou reclamações de qualquer cidadão sobre a violação de Direitos da Criança e do Adolescente, deliberando em plenário dentro do âmbito de sua competência.

Art. 5º O Conselho Municipal é composto de 14 (quatorze) membros efetivos e mais 14 (quatorze) suplentes, de forma paritária, sendo 07 (zero sete) de Órgãos Públicos Municipais e 07 (zero sete) de Organizações não Governamentais, representativas da sociedade civil organizada, com mandato de 02 (zero dois) anos, podendo haver uma reeleição de seus membros, observadas as determinações contidas na Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008 e suas respectivas alterações.

Art. 6º Os Conselheiros de órgãos não governamentais serão representados por seus respectivos segmentos.

§ 1º Os Conselheiros Suplentes assumirão, automaticamente, nas ausências e impedimentos dos titulares, como suplentes, a sua presença é recomendada em todas as reuniões plenárias podendo participar dos assuntos e matérias discutidas, vedada, porém, a sua inclusão no quadro eleitoral.

§ 2º Nos casos de substituição de membros titulares ou suplentes,

as entidades não governamentais representadas deliberarão sobre as novas indicações.

3º Nos casos de substituição dos membros titulares ou suplentes do Governo Municipal, caberá às entidades governamentais indicarem seus representantes.

CAPÍTULO III

Dos Órgãos do Conselho Municipal

Art. 7º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é constituído pelos seguintes órgãos:

- Plenário
- Comissões Especiais
- Diretoria

SEÇÃO I

Do Plenário e das Sessões

Art. 8º O Plenário, órgão soberano de deliberação do Conselho, compõe-se de todos os Conselheiros no exercício pleno de seu mandato.

Art. 9º O Plenário só poderá funcionar em primeira convocação com maioria absoluta, sendo as deliberações tomadas por maioria dos votos presentes e 15 (quinze) minutos após, com 40% (quarenta por cento) dos membros.

Art. 10 As sessões plenárias realizar-se-ão:

I - ordinariamente, a cada 2ª terça feira do mês;

II - extraordinariamente, quando especialmente convocadas pela Presidência ou por requerimento subscrito pela maioria absoluta dos Conselheiros.

Art. 11 As sessões plenárias obedecerão a seguinte ordem:

- a) instalação dos trabalhos pelo Presidente do Conselho;
- b) leitura da ata da reunião anterior;
- c) discussão, aprovação e assinatura da ata da sessão anterior;
- d) leitura de avisos, comunicações, registros de fatos, apresentação de proposições, correspondência e documentos de interesse do Plenário;
- e) leitura, discussão e aprovação da ordem do dia;
- f) encaminhamento, sobre a forma de votação, dos assuntos discutidos;
- g) encerramento da reunião pelo Presidente do Conselho.

Art. 12 Representantes de segmentos sociais afins poderão participar das sessões plenárias ordinárias, desde que autorizados pelo Conselho.

Art. 13 Os assuntos a serem incluídos na pauta deverão ser entregues à Diretoria até 2 (dois) dias antes da reunião.

Art. 14 Todas as deliberações tomadas nas sessões plenárias do Conselho serão lavradas em ata, assinada pelos Conselheiros presentes, podendo uma resenha ser publicada na mídia local: Rádio Cidade FM 87,9 MHZ; Rádio Hortênsia Ltda - BAND FM-91.5 MHZ e Jornal Notícias da Serra.

Art. 15 As deliberações do Conselho Municipal serão proclamadas pelo Presidente, com base nos votos da maioria vencedora.

SEÇÃO II

Dos Membros do Conselho

Art. 16 São atribuições dos membros do Conselho:

I - comparecer às sessões plenárias, justificando as faltas;

II - integrar as Comissões para as quais forem designados;

III - votar os assuntos debatidos no Plenário;

IV - assinar a presença em livro próprio;

V - pedir vistas de processos pelo prazo máximo de 05 (zero cinco) dias, devolvendo-os com parecer;

VI - votar e ser votado para cargos do Conselho;

VII - exercer outras funções no âmbito de sua competência.

SEÇÃO III

Da Diretoria

Art. 17 A Diretoria é composta de um Presidente, de um vice-presidente e de dois Secretários, eleitos entre os Conselheiros. A eleição será feita bianualmente, permitida uma reeleição consecutiva.

§ 1º A presidência das sessões será exercida pelo Presidente do Conselho Municipal e em sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente.

§ 2º Ocorrendo a ausência, também, do Vice-Presidente, a presidência será exercida pelo Secretário.

§ 3º Nos casos de vacância do cargo de Presidente, o Vice-Presidente completará o mandato.

Art. 18 São atribuições do Presidente:

I - presidir as sessões plenárias;

II - decidir, soberanamente, as questões de ordem, reclamações ou solicitações em plenário;

III - convocar sessões ordinárias, extraordinárias e solenes, observados os procedimentos legais;

IV - proferir voto de desempate nas votações plenárias;

V - participar dos trabalhos das Comissões;

VI - nomear os membros das Comissões;

VII - assinar a correspondência oficial do Conselho Municipal;

VIII - representar o Conselho Municipal nas solenidades;

IX - ordenar sindicâncias e processos administrativos e disciplinares para apurar eventuais irregularidades, sujeitando as conclusões à deliberação do plenário;

X - encaminhar e publicar edital de convocação de candidatos para os Conselhos Tutelares;

XI - compor a mesa de exame de admissão dos candidatos e suplentes aos Conselhos Tutelares, juntamente com o Vice-Presidente

e o Secretário, até que se estabeleça o processo eleitoral referido no artigo 10, parágrafo único da Lei Municipal nº 3.425 DE 25 de novembro de 2008.

XII - solicitar ao Poder Público Municipal a designação de funcionários, alocação de bens e liberação dos recursos necessários ao funcionamento dos Conselhos Tutelares, conforme disposto no artigo 134 parágrafo único, da Lei Federal nº 8.069;

XIII - convocar suplente de Conselheiro quando ocorrerem demissões, vacância de cargo, férias ou licenças prolongadas;

Art. 19 A Secretaria manterá:

a) pasta de correspondência recebida e emitida, com os nomes dos remetentes ou destinatários e respectivas datas;

b) pasta de registro da posse dos membros do Conselho Tutelar;

c) fichas atualizadas de registro das entidades governamentais e não governamentais que prestam assistência e atendimento à criança e ao adolescente, contendo a denominação, localização, regime de atendimento, atividades desenvolvidas, número de menores atendidos e dos membros da Diretoria;

d) fichas de assentamento funcional dos membros dos Conselhos Tutelares, com a anotação da data da posse, férias, licenças, afastamento, vacância e demais circunstâncias pertinentes, com arquivo em pasta individual e cópia dos documentos apresentados;

e) a guarda de livros, fichas, boletins, documentos, papéis do Conselho e controle do almoxarifado.

Art. 20 Ao Secretário compete:

a) secretariar as sessões do Conselho;

b) despachar com o Presidente;

c) compor, juntamente com o Presidente e o Vice-Presidente, a mesa para o exame, admissão e desligamento dos membros dos Conselhos Tutelares.

d) prestar as informações que lhe forem requisitadas e expedir certidões.

e) propor, ao Presidente, a requisição de funcionários dos órgãos governamentais, que prestem ou pretendam prestar atendimento à criança e adolescente;

f) remeter à aprovação do plenário os pedidos de registros das entidades governamentais e não governamentais, que não sejam membros do Conselho Municipal.

g) orientar, coordenar e fiscalizar os serviços de Secretaria;

h) receber e encaminhar, para exame e aprovação da mesa, os candidatos à composição dos Conselhos Tutelares;

i) lavrar as atas das sessões plenárias;

j) elaborar e submeter a pauta das sessões à aprovação da Diretoria.

SEÇÃO IV

Das Comissões

Art. 21 As Comissões serão permanentes ou transitórias e instituídas por Resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança

e do Adolescente, referendando moção subscrita por um mínimo de 1/3 (um terço) de seus Conselheiros Titulares.

Parágrafo Único. As Reuniões Ordinárias das Comissões Permanentes serão realizadas de acordo com cronograma estabelecido em cada Comissão.

Art. 22 Compete às Comissões:

- a) sistematizar dados sobre as condições de vida da criança e do adolescente no Município de Campo Alegre/SC;
- b) elencar os recursos públicos e privados disponíveis e acompanhar as atividades que favoreçam à conscientização da comunidade;
- c) apresentar proposta para a elaboração do Plano Anual de Atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos Programas e Projetos na área específica de atuação;
- d) apresentar relatórios de atividades nas sessões do plenário, especialmente convocadas;
- e) subsidiar as Entidades Governamentais e Não Governamentais com vista ao aprimoramento das ações que desenvolvem junto à criança e ao adolescente;
- f) elaborar pareceres sobre assuntos pertinentes à sua Comissão;
- g) participar na elaboração e definição da Política Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente;
- h) fiscalizar a administração do FIA - Fundo da Infância e Adolescência.

Art. 23 As Comissões serão integradas por Conselheiros Titulares do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, aprovados em Plenário:

- a) cada Comissão terá um membro Coordenador, um Sub-Coordenador e um Secretário que serão escolhidos por votação entre os seus integrantes;
- b) nova eleição para complementação do período no caso de ocorrer a vacância de um dos cargos referidos;
- c) as Comissões deverão ser compostas de, no mínimo, 02 (zero dois) Conselheiros Titulares;

Parágrafo único. Poderão participar dos trabalhos dos Conselhos pessoas ligadas à área da proteção da Criança e do Adolescente, convidadas pela Coordenação ou pelos membros de cada Comissão.

Art. 24 As comissões serão formadas, por 05 (zero cinco) membros, número que poderá ser aumentado a critério do Coordenador:

§ 1º Na eventualidade de faltarem membros da Comissão, o Coordenador ou na sua falta, o Sub-Coordenador, somente terá voto especial para desempate das questões.

§ 2º Na eventualidade de falta injustificada por 03 (três) reuniões consecutivas ou seis alternadas, os demais membros decidirão pela permanência ou não do membro na Comissão, comunicando a decisão à Plenário.

§ 3º O comparecimento dos membros às reuniões da Comissão será registrado em ata.

Art. 25 O Coordenador da Comissão, ou na ausência, o Sub-Coordenador, desempenhará o papel de relator, assinando os atos propostos pela Comissão, antes de serem submetidos à deliberação do Colegiado do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescência.

§ 1º A competência do relator poderá ser delegada quando se tratar de matéria técnica.

§ 2º As comissões poderão ser objeto de incorporação, fusão ou extinção, conforme o desenvolvimento de suas atividade e de acordo com as necessidades de desenvolvimento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 3º Poderão ser constituídas Comissões Transitórias, necessárias para o estudo de assuntos específicos, que observarão as disposições do presente Regimento, e que se dissolverão, automaticamente, após a conclusão dos trabalhos.

Art. 26 Cada Comissão escolherá, anualmente, o seu Coordenador, Sub-Coordenador e Secretário, que poderão ser reconduzidos uma única vez.

Art. 27 São atribuições do Coordenador, coadjuvado pelo Sub Coordenador:

- I - coordenar as atividades da Comissão para a qual foi designado;
- II - convocar e coordenar as reuniões da Comissão;
- III - participar de reuniões de Coordenadores de Comissões;
- IV - representar a Comissão em reuniões, seminários e demais eventos;
- V - manter contatos e entendimentos com Entidades e Órgãos que atuem na área de proteção à Criança e ao Adolescente, considerando os objetivos de sua Comissão, mediante comunicação prévia à Diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- VI - encaminhar parecer sobre os assuntos submetidos a sua apreciação, dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis do recebimento do expediente, salvo se outro for fixado pela Comissão.

Art. 28 O Coordenador da Comissão declarará aberta a reunião no horário fixado, observando a seguinte ordem:

- I - leitura, pelo Secretário, da ata da reunião anterior e dos expedientes recebidos;
- II - leitura da pauta da reunião;
- III - leitura, discussão e/ou votação dos assuntos em pauta.

Art. 29 As Comissões poderão realizar diligências e requerer especificação de provas, sempre que julgarem necessário.

Parágrafo único. O relatório da matéria deverá conter o histórico, a análise e o parecer da Comissão.

Art. 30 Sempre que necessário, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, poderá promover a reunião de 2 (duas) ou mais Comissões, cuja organização interna será por consenso.

Parágrafo único. Qualquer Conselheiro poderá participar dos trabalhos em outra Comissão, sendo-lhe, contudo, vetado o direito à voto.

CAPÍTULO IV**Das disposições Gerais e Transitórias**

Art. 31 O presente Regimento Interno poderá ser alterado por proposta de 1/3 (um terço) dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ou por solicitação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros do Plenário.

Art. 32 As omissões deste Regimento Interno serão dirimidas ou resolvidas por maioria absoluta dos Membros do Conselho.

Art. 33 Em caso de extinção do Conselho, o seu patrimônio será destinado a seu substituto legal, ou na falta, ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 34 O documento competente para divulgação das decisões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Campo Alegre/SC, para todos os efeitos legais e Jurídicos será a Resolução, assinada pelo Presidente e Secretário do Conselho.

Art. 35 Este Regimento foi aprovado em Plenário pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Campo Alegre/SC, 24 de Outubro de 2014.

EDITHE MARCLER VIRMOND

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos

da Criança e do Adolescente do Município de Campo Alegre/SC.

DECRETO Nº 8.650 DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº 8.650 DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

INSTITUI A COMISSÃO ORGANIZADORA DA 17ª FESTA ESTADUAL DA OVELHA, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em conformidade com o disposto no Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art.1º) Fica instituída a Comissão Organizadora da 17ª FESTA ESTADUAL DA OVELHA, que acontecerá nos dias 13; 14 e 15 de março do ano de 2015, com competência para deliberar sobre a programação, organização e administração do Evento.

Art.2º) Ficam nomeadas para integrar a Comissão, referida no Artigo 1º deste Decreto, as pessoas e Entidades abaixo relacionadas:

Associação dos Criadores de Ovinos de Campo Alegre;

Camila Braun Machado;

Cleiciane Cubas;

Deisi Estela Amorim;

Ernesto Larsen;

Gabriel Engler;

Gilson Omar Brunnquell;

Jefferson Jean Duvoisin;

Jefferson Tadeu Amorim Cunha;

Jeison Maikel Kwitschal;

João Nilson Venera;

João Samuel Cubas;

Leda Carina Munhoz Odia;

Lucilaine Mókfa Schwarz;

Maria Eliane Friedrich;

Peterson Aluisio Kohler;

Sérgio da Costa.

Art.3º) O mandato dos membros da Comissão será exercido sem ônus para os cofres públicos, sendo considerado de relevantes serviços prestados ao Município.

Art.4º) A Comissão deverá reunir as Entidades sem fins lucrativos e Declaradas de Utilidade Pública, com sede no Município de Campo Alegre, para que sejam parceiras do Evento.

Art.5º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 30 de outubro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 30/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 997 DE 02 DE MAIO DE 1991

DECRETO Nº 0997

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE MÉDICO DO REGIME ESTATUTÁRIO: ERWIN FRANZ GATTRINGER FILHO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de maio de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 996 DE 02 DE MAIO DE 1991

DECRETO Nº 996 DE 02 DE MAIO DE 1991

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

ELIZABET SCHINDLER, para exercer a função de Professora - A, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 02 de maio de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 995 DE 02 DE MAIO DE 1991

DECRETO Nº 0995

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE ESTAGIÁRIA: ELISABET SCHINDLER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de maio de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 994 DE 02 DE MAIO DE 1991

DECRETO Nº 994 DE 02 DE MAIO DE 1991

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

MARLI TEREZINHA DE SOUZA, para exercer a função de Professora - A, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 02 de maio de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 993 DE 02 DE MAIO DE 1991

DECRETO Nº 0993

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIA: CIRILA TELMA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de maio de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 992 DE 02 DE MAIO DE 1991

DECRETO Nº 0992

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO NA FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO LETRA A: MARIA EMÍDIA TELMA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de maio de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 991 DE 30 DE ABRIL DE 1991

DECRETO Nº 0991

ABRE CRÉDITO ESPECIAL POR CONTA DE ANULAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 30 de abril de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de abril de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 990 DE 30 DE ABRIL DE 1991

DECRETO Nº 0990

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 30 de abril de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de abril de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 989 DE 29 DE ABRIL DE 1991

DECRETO Nº 0989

NOMEIA MEMBROS PARA A COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de abril de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de abril de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 988 DE 29 DE ABRIL DE 1991

DECRETO Nº 0988
ABRE CRÉDITO ESPECIAL POR CONTA DE ANULAÇÃO DA SE-
GUINTE DOTAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 24 de abril de 1991.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos
vinte e quatro dias do mês de abril de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

PORTARIA Nº 11.296 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.296 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PRO-
FISSIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de
Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por
Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº
006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profis-
sional a Servidora Pública ocupante do cargo público e exercendo
a Função de Agente Administrativo III, RITA ZEOTKO SCHOL-
ZE, Matrícula Funcional nº 000579, Registro no Sistema Sob nº
954768, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-
se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho
Profissional, passando do Nível 5A Sub-Nível 51, Referência A para
Nível 5A Sub-Nível 51 Referência B no valor de R\$ 1.963,90 (um
mil, novecentos e sessenta e três reais, noventa centavos) men-
sais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal
nº 006, a partir de 13 de Agosto de 2014.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,
com efeitos retroativos a 13 de Agosto de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de Outubro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e
3.386 em: 24/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.297 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.297 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014
CONCEDE PROGRESSÃO POR CAPACITAÇÃO A SERVIDORA PÚ-
BLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catari-
na, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em es-
pecial aos Artigos 193 § 1º e 333, da Lei Complementar Municipal
nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão por Capacitação, à Servidora Públi-
ca Municipal, ocupando o cargo público e exercendo a Função
de Agente Administrativo III, RITA ZEOTKO SCHOLZE, Matrícula
Funcional nº 000579, Registro no Sistema Sob nº 954768, lotada
na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o caput do Artigo 1º desta Porta-
ria dá-se em razão de Progressão obtida por Desempenho Profis-
sional de Capacitação, mediante a comprovação de 150 (cento e
cincoenta) horas de curso na área de atuação ou formação profis-
sional, passando do Nível 5A Sub-Nível 51, Referência B para Nível
5A Sub-Nível 51 Referência C, no valor de R\$ 2.022,81 (dois mil,
vinte e dois reais e oitenta e um centavos) mensais, do Anexo V -
Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de
13 de Agosto de 2014.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de Outubro de 2014, será
pago o valor de R\$ 206,68 (duzentos e seis reais, sessenta e oito
centavos), correspondente aos valores das Progressões concedi-
das a partir do mês de Agosto de 2014, já descontado o valor de
R\$ 25,54 (vinte e cinco reais, cinquenta e quatro centavos), refe-
rente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 51,09
(cincoenta e um reais, nove centavos) refere-se a Contribuição
Patronal ao IPRECAL.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,
com efeitos retroativos a 13 de Agosto de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de Outubro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e
3.386 em: 24/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.298 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.298 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional a Servidora Pública ocupante do cargo público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, ZINIL ALVES FERREIRA BISCAIA, Matrícula Funcional nº 340, Registro no Sistema Sob nº 318790, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 1 Sub-Nível 12, Referência D para Nível 1 Sub-Nível 12 Referência E no valor de R\$ 955,42 (Novecentos e cinquenta e cinco reais, quarenta e dois centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 13 de Julho de 2014.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de Outubro de 2014, será pago o valor de R\$ 74,28 (setenta e quatro reais, vinte e oito centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de Julho de 2014, já descontado o valor de R\$ 9,18 (nove reais, oito centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 18,36 (dezoito reais, trinta e seis centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13 de Julho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de Outubro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.299 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.299 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional a Servidora Pública ocupante do cargo público de Técnico em Nível Médio, exercendo a Função de Técnica de Enfermagem, ROSECLÉIA BRÜSKE JUNG, Matrícula Funcional nº 000424,

Registro no Sistema Sob nº 954282, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 5 Sub-Nível 52, Referência B para Nível 5 Sub-Nível 52 Referência C no valor de R\$ 1.803,89 (um mil, oitocentos e três reais, oitenta e nove centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de Agosto de 2014.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Agosto de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de Outubro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.300 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.300 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

CONCEDE PROGRESSÃO POR CAPACITAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 193 § 1º e 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão por Capacitação, à Servidora Pública Municipal, ocupando o cargo público de Técnico em Nível Médio, exercendo a Função de Técnica de Enfermagem, ROSECLÉIA BRÜSKE JUNG, Matrícula Funcional nº 000424, Registro no Sistema Sob nº 954282, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) A Progressão que trata o caput do Artigo 1º desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida por Desempenho Profissional de Capacitação, mediante a comprovação de 150 (cento e cinquenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível 5 Sub-Nível 52, Referência B para Nível 5 Sub-Nível 52 Referência C, no valor de R\$ 1.857,99 (um mil, oitocentos e cinquenta e sete reais, noventa e nove centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de Agosto de 2014.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de Outubro de 2014, será pago o valor de R\$ 189,84 (cento e oitenta e nove reais, oitenta e quatro centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de Agosto de 2014, já descontado o valor de R\$ 23,46 (vinte e três reais, quarenta e seis centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 46,93 (quarenta e seis reais, noventa e três centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Agosto de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de Outubro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.301 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.301 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional ao Servidor Público ocupante do cargo público de Fiscal, exercendo a Função de Fiscal de Vigilância Sanitária, SANDRO BUENO FRANCO, Matrícula Funcional nº 274, Registro no Sistema Sob nº 125720, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 5 Sub-Nível 52, Referência E para Nível 5 Sub-Nível 52 Referência F no valor de R\$ 2.030,28 (dois mil e trinta reais, vinte e oito centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de Setembro de 2014.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de Outubro de 2014, será pago o valor de R\$ 52,65 (cincoenta e dois reais, sessenta e cinco centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de Setembro de 2014, já descontado o valor de R\$ 6,51 (seis reais, cinquenta e um centavos), referente a contribuição do Servidor ao IPRECAL. O valor de R\$ 13,02 (treze reais, dois centavos) refere-se à Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Setembro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de Outubro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.302 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.302 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional a Servidora Pública ocupante do cargo público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, MARIA FRANCISCA GOMES DA SILVA, Matrícula Funcional nº 0190, Registro no Sistema Sob nº 443000, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 1 Sub-Nível 13, Referência B para Nível 1 Sub-Nível 13 Referência C no valor de R\$ 1.075,33 (um mil, setenta e cinco reais, trinta e três centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de Outubro de 2014.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Outubro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de Outubro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.303 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.303 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional a Servidora Pública ocupante do cargo público e exercendo a Função de Auxiliar de Odontologia, DAISI ISABEL BUCHMANN SCHROEDER, Matrícula Funcional nº 000448, Registro no Sistema Sob nº 954393, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 2 Sub-Nível 21, Referência B para Nível 2 Sub-Nível 21 Referência C no valor de R\$ 905,03 (novecentos e cinco reais, três centavos) mensais, do Anexo V - Tabela

Salário da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 14 de Outubro de 2014.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de Outubro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de Outubro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.304 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.304 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a partir de 01 de Janeiro de 2014, à Servidora Pública Municipal - CÉLIA REGINA DRANCKA COELHO QUEIROZ, ocupante do Cargo Público de Professor I, no desempenho da função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Infantil), Matrícula Funcional nº 0000103, Registro no Sistema sob nº 367000, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência C, para o Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência D, no valor de R\$ 2.613,79 (dois mil, seiscentos e treze reais, setenta e nove centavos) mensais, do Anexo II - Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, a partir de 01 de Janeiro de 2014.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de Outubro de 2014, será pago o valor de R\$ 609,74 (cento e cinquenta reais, setenta e cinco centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do dia 01 de Janeiro de 2014, já descontado o valor de R\$ 75,37 (setenta e cinco reais, trinta e sete centavos). O valor de R\$ 150,74 (cento e cinquenta e quatro centavos) refere-se à Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Janeiro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de Outubro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.305 DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.305 DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a partir de 01 de Junho de 2014, à Servidora Pública Municipal - ELISABET SCHINDLER, ocupante do Cargo Público de Professor I, no desempenho da função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Infantil), Matrícula Funcional nº 000129, Registro no Sistema sob nº 297420, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência B, para o Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência C, no valor de R\$ 2.537,66 (dois mil, quinhentos e trinta e sete reais, sessenta e seis centavos) mensais, do Anexo II - Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, a partir de 01 de Junho de 2014.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de Outubro de 2014, será pago o valor de R\$ 263,16 (duzentos e sessenta e três reais, dezesseis centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do dia 01 de Junho de 2014, já descontado o valor de R\$ 32,52 (trinta e dois reais, cinquenta e dois centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 65,05 (sessenta e cinco reais, cinco centavos) refere-se à Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Junho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
27 de Outubro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 27/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.306 DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.306 DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a partir de 01 de Setembro de 2014, à Servidora Pública Municipal - ALINE CRISTIANE FRIEDRICH, ocupante do Cargo Público de Professor I, no desempenho da função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), Matrícula Funcional nº 000445, Registro no Sistema sob nº 11305, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência B, para o Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência C, no valor de R\$ 2.537,66 (dois mil, quinhentos e trinta e sete reais, sessenta e seis centavos) mensais, do Anexo II - Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, a partir de 01 de Junho de 2014.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de Outubro de 2014, será pago o valor de R\$ 263,16 (duzentos e sessenta e três reais, dezesseis centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do dia 01 de Junho de 2014, já descontado o valor de R\$ 32,52 (trinta e dois reais, cinquenta e dois centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 65,05 (sessenta e cinco reais, cinco centavos) refere-se à Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Junho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
27 de Outubro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 27/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.307 DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.306 DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a partir de 01 de Setembro de 2014, à Servidora Pública Municipal - ALINE CRISTIANE FRIEDRICH, ocupante do Cargo Público de Professor I, no desempenho da função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), Matrícula Funcional nº 000445, Registro no Sistema sob nº 954386, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência C, para o Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência D, no valor de R\$ 2.613,79 (dois mil, seiscentos e treze reais, setenta e nove centavos) mensais, do Anexo II - Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, a partir de 01 de Setembro de 2014.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de Outubro de 2014, será pago o valor de R\$ 67,76 (sessenta e sete reais, setenta e seis centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do dia 01 de Setembro de 2014, já descontado o valor de R\$ 8,37 (oito reais, trinta e sete centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$16,75 (dezesseis reais, setenta e cinco centavos) refere-se à Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Setembro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
27 de Outubro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 27/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.308 DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.308 DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a partir de 01 de Outubro de 2014, à Servidora Pública Municipal - SANDRA ADRIANE PRESTES DE SOUZA INGLÊZ, ocupante do Cargo Público de Professor I, no desempenho da função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Infantil), Matrícula Funcional nº 000143, Registro no Sistema sob nº 104210, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência C, para o Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência D, no valor de R\$ 2.613,79 (dois mil, seiscentos e treze reais, setenta e nove centavos) mensais, do Anexo II - Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, a partir de 01 de Outubro de 2014.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Outubro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
27 de Outubro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 27/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.309 DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.309 DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a partir de 01 de Outubro de 2014, à Servidora Pública Municipal - LINDAMIR DA LUZ DOS SANTOS DREFHAL, ocupante do Cargo Público de Professor I, no desempenho da função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), Matrícula Funcional nº 000188, Registro no Sistema sob nº 302010, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência D, para o Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência E, no valor de R\$ 2.692,20 (dois mil, seiscentos e vinte reais, vinte centavos) mensais, do Anexo II - Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, a partir de 01 de Outubro de 2014.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Outubro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
27 de Outubro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 27/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.310 DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.310 DE 28 DE OUTUBRO DE 2014

REVOGA TODAS AS DISPOSIÇÕES DA PORTARIA Nº 11.256 DE 17 DE OUTUBRO DE 2014.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 18, Inciso II e Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Revogar todas as disposições da Portaria nº 11.256 de 17 de Outubro de 2014, a partir desta data.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/ SC,
28 de Outubro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 28/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 987 DE 24 DE ABRIL DE 1991

DECRETO Nº 0987

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA EXERCER A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - A: LINDAMIR ADRIANO TEIXEIRA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 24 de abril de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de abril de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 986 DE 22 DE ABRIL DE 1991

DECRETO Nº 0986

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA EXERCER A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - A: IVO ANTONIO TOMAZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de abril de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de abril de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 985 DE 17 DE ABRIL DE 1991

DECRETO Nº 0985

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COORDENADORA DA CRECHE ALEGRE INFÂNCIA - MAURENE TEREZA CUBAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 17 de abril de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezessete dias do mês de abril de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 984 DE 17 DE ABRIL DE 1991

DECRETO Nº 0984

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - VERÔNICA WOJCIECHOSKI.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 17 de abril de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezessete dias do mês de abril de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 983 DE 17 DE ABRIL DE 1991

DECRETO Nº 0983

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - ROSANGELA FERREIRA DE SOUZA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 17 de abril de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezessete dias do mês de abril de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 982 DE 17 DE ABRIL DE 1991

DECRETO Nº 0982

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - ALESSANDRA CARVALHO DE ALMEIDA COELHO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 17 de abril de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezessete dias do mês de abril de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 981 DE 17 DE ABRIL DE 1991

DECRETO Nº 0981

RETIFICA AS DISPOSIÇÕES DO DECRETO MUNICIPAL Nº 883 DE 05 DE DEZEMBRO DE 1990.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 17 de abril de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezessete dias do mês de abril de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 980 DE 17 DE ABRIL DE 1991

DECRETO Nº 0980
ABRE CRÉDITO ESPECIAL POR CONTA DE ANULAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 17 de abril de 1991.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezessete dias do mês de abril de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 979 DE 17 DE ABRIL DE 1991

DECRETO Nº 0979
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 17 de abril de 1991.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezessete dias do mês de abril de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 978 DE 17 DE ABRIL DE 1991

DECRETO Nº 0978
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE
DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 17 de abril de 1991.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezessete dias do mês de abril de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 977 DE 17 DE ABRIL DE 1991

DECRETO Nº 0977
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 17 de abril de 1991.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezessete dias do mês de abril de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 976 DE 17 DE ABRIL DE 1991

DECRETO Nº 0976
DISPÕE SOBRE PARA EXERCER A FUNÇÃO DE AUXILIAR ADM-
NISTRATIVO I - A: LENIR DOS SANTOS ANDRADE BARBOSA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 17 de abril de 1991.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezessete dias do mês de abril de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 975 DE 15 DE ABRIL DE 1991

DECRETO Nº 975 DE 15 DE ABRIL DE 1991
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:
ANGELA CATARINA BIBOW ANDRADE, para exercer a função de Auxiliar Administrativo I - A, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 15 de abril de 1991.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria aos quinze dias do mês de abril de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 974 DE 15 DE ABRIL DE 1991

DECRETO Nº 974 DE 15 DE ABRIL DE 1991

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

ANTONIO CARLOS LONGO, para exercer a função de Fiscal de Tributos, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 15 de abril de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria aos quinze dias do mês de abril de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 973 DE 15 DE ABRIL DE 1991

DECRETO Nº 973 DE 15 DE ABRIL DE 1991

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

AUGUSTINHO JOSÉ DE JESUS MACHADO CUBAS, para exercer a função de Motorista A, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 15 de abril de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria aos quinze dias do mês de abril de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 971 DE 03 DE ABRIL DE 1991

DECRETO Nº 0971

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - TACIANA AMORIM CUNHA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de abril de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de abril de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 971 DE 03 DE ABRIL DE 1991

DECRETO Nº 0971

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - TACIANA AMORIM CUNHA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de abril de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de abril de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 969 DE 03 DE ABRIL DE 1991

DECRETO Nº 0969

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIO - EDUARDO GRASEL SOBRINHO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de abril de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de abril de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 968 DE 03 DE ABRIL DE 1991

DECRETO Nº 968 DE 03 DE ABRIL DE 1991

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

LOURDES GALLAS MARCZAK, para exercer a função de Auxiliar de Berçário, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 03 de abril de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de abril de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 967 DE 02 DE ABRIL DE 1991

DECRETO Nº 0967

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de abril de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de abril de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 966 DE 02 DE ABRIL DE 1991

DECRETO Nº 966 DE 02 DE ABRIL DE 1991

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

MARIA DE LOURDES PISKE, para exercer a função de Professor - B, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 02 de abril de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de abril de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 965 DE 02 DE ABRIL DE 1991

DECRETO Nº 0965

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA EXERCER A FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO I - A: MARIA CECÍLIA LOPES FRANCISCO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de abril de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de abril de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 964 DE 01 DE ABRIL DE 1991

DECRETO Nº 0964

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA EXERCER A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - A: AVANIR DE JESUS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de abril de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de abril de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 963 DE 01 DE ABRIL DE 1991

DECRETO Nº 0963

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA EXERCER A FUNÇÃO DE ODONTOLOGA A - MARIA DE LOURDES DUARTE SANTOS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de abril de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de abril de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 962 DE 01 DE ABRIL DE 1991

DECRETO Nº 962 DE 01 DE ABRIL DE 1991

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

MARCIA FRANTZ, para exercer a função de Professor - B, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 01 de abril de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de abril de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 961 DE 01 DE ABRIL DE 1991

DECRETO Nº 0961

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO CARGO DE PROFESSOR B - IRENE BATISTA FRAGOSO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de abril de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de abril de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 960 DE 01 DE ABRIL DE 1991

DECRETO Nº 0960

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO I A - JANEITE ZUMBACH.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de abril de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de abril de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 959 DE 01 DE ABRIL DE 1991

DECRETO Nº 0959

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO CARGO DE TRATORISTA C - ALTAMIRO BORGES.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de abril de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de abril de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 958 DE 30 DE MARÇO DE 1991

DECRETO Nº 0958

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE ESTAGIÁRIA - VERÔNICA WOJCIECHOSKI.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 30 de março de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta dias do mês de março de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 957 DE 27 DE MARÇO DE 1991

DECRETO Nº 0957

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA VINTE E OITO DE MARÇO PRÓXIMO VINDOURO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 27 de março de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de março de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 956 DE 26 DE MARÇO DE 1991

DECRETO Nº 0956

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 26 de março de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de março de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 955 DE 26 DE MARÇO DE 1991

DECRETO Nº 0955

ABRE CRÉDITO ESPECIAL POR CONTA DE ANULAÇÃO DA SEGUINTE DOTAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 26 de março de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de março de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA 03/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Concorrência Nº 03/2014

O Município de Campos Novos, através do Prefeito Municipal Nelson Cruz torna público que fará realizar no dia 02 de Novembro de 2014 às 16:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÃO DE USO DE SALA COMERCIAL NO PRÉDIO DO TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL PEDRO IVO CAMPOS, LOCALIZADO NA RUA AGENOR TRUCOLLO, BAIRRO SÃO SEBASTIÃO, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO ANEXO 1. O Edital que está amparado na Lei de Licitações 8666/93 e suas alterações posteriores encontram-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede da Prefeitura, localizada à Rua Expedicionário J. B. de Almeida, 323, Centro, Campos Novos S.C. no horário das 13:30 horas as 18:30 horas diariamente.

Campos Novos, 30 de outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.527/14 DE 30/10/2014 NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAR IMÓVEIS BENEFICIADOS POR OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA Nº 1.527/14 DE 30/10/2014

NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAR IMÓVEIS BENEFICIADOS POR OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art.100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art 1º. Nomear pessoas a seguir indicadas para comporem Comissão de avaliação dos imóveis beneficiados pelas obras de pavimentação nas vias públicas no município, identificados e relacionados no anexo II da Lei Municipal nº 4.075/2014, para fins de lançamento da Contribuição de Melhoria instituída pela referida Lei.

I - Marita Forgiarini - Responsável pelo Cadastro Imobiliário Municipal;

II - Geraldo Mafioletti - Representante da Secretaria de Obras e Urbanismo;

III - Luiz Antônio Granzotto - Representante do Mercado Imobiliário;

IV - Marcos Bellincanta - Representante do Mercado Imobiliário.

Art 2º. Os membros de que trata o artigo anterior farão a avaliação apenas dos imóveis beneficiados pelas obras de pavimentação, conforme indicado no anexo II da Lei 4.075/2014, podendo requisitar para os levantamentos, se necessário, auxílio do Departamento de Engenharia do Município.

Art 3º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, comunique-se, publique-se.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
30 de outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7.165/14 DE 30/10/2014 PRORROGA PRAZO DE VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº. 007/13 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

DECRETO Nº 7.165/14 DE 30/10/14

PRORROGA PRAZO DE VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 007/2013 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica;

Considerando a previsão de prorrogação prevista no Edital nº 007/2013 e no art. 5º, §5º da lei 1.967/93;

Considerando os princípios constitucionais de transparência, legalidade e impessoalidade;

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado para o ano letivo de 2015, o prazo de validade do Processo Seletivo para Contratação de Profissionais da Educação em Caráter Temporário - ACT, correspondente ao Edital nº 007/2013 da Secretaria Municipal de Educação, homologado pelo Decreto nº 6.941/14 de 31/01/2014.

Art.2º. Os candidatos aprovados retornam a classificação obedecendo à homologação final.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 30 de outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.169/14 DE 30/10/2014 HOMOLOGA INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO- EDITAL Nº. 001/2014

DECRETO Nº 7.169/14 DE 30/10/2014

HOMOLOGA INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 001/2014

Nelson Cruz, Prefeito Municipal De Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo artigo 100, VIII, da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando que o Anexo I do Decreto nº 7.164/2014, que homologou as inscrições do Processo Seletivo - Edital nº 001/2014 foi publicado sem a observância de todos os dispositivos estabelecidos no instrumento convocatório;

Considerando que a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, conforme orientação da Sumula 473 do STF;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições do concurso público, objeto do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014, conforme descrição constante no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto 7.164/2014.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, SC, 30 de outubro de 2014.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

ANEXO I
Prefeitura Municipal de Campos Novos
Processo Seletivo Edital 001/2014
LISTA DE CANDIDATOS COM INSCRIÇÕES DEFERIDAS

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS - ESF - CAIC - FUNDAMENTAL

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
12314	ADRIANA APARECIDA ALVES DA SILVA
10420	ADRIANA DE ALMEIDA
15784	ALINE FRANCIELE GIACOMELI CEREGATTI
11648	ANA LUCIA PADILHA MOREIRA
11347	ANA PAULA AZEVEDO BETIN
15907	ANDRÉA ANTUNES RODRIGUES
14908	ANDREA APARECIDA MOREIRA DA SILVA RECALCATTI
9676	ANIELI MECABO
14377	ÉDINA CRISTINA DA SILVA
11652	BRUNA GABRIELA MARTINS
11287	BRUNA NAYARA DE MORAES
9410	BRUNO KUHNEN
9792	CAMILA BERWIG
16169	CAREN ELIS BARTZSCH
10987	CARLA RIBEIRO CORREA
11624	CAROLINE ESTEFANI RIBAS
15935	CINTHIA REGINA BITTENCOURT
15383	CLAUDIA CRISTINA SANGUANINI DELFES
12584	DANIELA DO NASCIMENTO
11350	DANIELLA FERREIRA DA SILVA
16131	ELIANE BORTOLI FREITAS
9361	EMA MARGARETE DA SILVA
15051	GABRIELA CASSIANO DA SILVA
10874	INES TELES VALTER
10973	IOLETE RIBEIRO DOS CORREA
14662	JÉSSICA TATIANE EGER
12545	JULIA CRISTINA BUZZACARO
13220	JULIANA APARECIDA DE ALMEIDA COTESCKI
13076	JULIANA DIAS
10690	JULIANA VALTER
10596	JUSSEMARA SEVERO SILVEIRA
15950	LOIDES MARIA CARVALHO
15953	LUCINEIA DE FATIMA DOS SANTOS
15909	MAIARA ERLI APARECIDA DOS SANTOS
11254	MARGARETE DE FATIMA DELF
13438	MARIA AUXILIADORA NASCIMENTO DE SOUZA
15797	MARIA MARGARETE BITTENCOURT
10796	MARIA MARGARETE GONÇALVES
10407	MARILENE ANTUNES DE CARVALHO
11229	MARIZETE FATIMA CHISTE BRAGHIROLI
13440	MARIZIANE MAXIMILIANO CARDOZO
10815	MARLENE PEDROSO
15694	MARTA SANTOS CAMARGO

12909	PAULA CAROLINA OLIVEIRA ARAUJO
10376	ROSA CRISTINA DA CRUZ
10529	SCHEILA DE CÁSSIA AMARAL
16315	SILVANA TEREZINHA PRIGOL DE SOUZA
13531	TAILA APARECIDA RECALCATTI
10724	TAINÁ EDIÉLE SUTIL MOREIRA
10929	TANIA REGINA FOGAÇA DE CARVALHO
15890	TATIANE PAES PADILHA
13079	TATIANI RECALCATTI
12260	VIVIANI BASTOS TONIN

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS - ESF - COHAB - FUNDAMENTAL

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
9480	ALINE GOMES DE OLIVEIRA
11038	ANA CAROLINA VIEIRA
15342	ANGÉLICA RIBEIRO
13717	ANGELITA APARECIDA GUIZONE GOMES
14868	CRISTIANE FORTES
11586	DANIELE ORTIZ DE CASTRO LORENTZ
12109	DEISE CAROLINE MACHADO
15921	DINAH PAULA AGUIAR GASPERIN
14429	EVANETE DE MELO SLHESSARENKO
11234	GABRIELE RODRIGUES LEMOS
16180	GESIANE PADILHA DOS SANTOS
13888	IOLEDI FABIENSKI
13215	IVANETE FATIMA DE ALMEIDA BRISOLA
10833	IVONETE ALVES DE SOUZA CARNEIRO
9577	JESSICA MISLAINE PEREIRA DA SILVA
12386	JULIANA CRISTINA ROSA MENEGAZZO
12753	LUCIANA DE OLIVEIRA MOREIRA
12751	LURDES MARIA DE OLIVEIRA SILVA
12575	MARIA ELIANE GONÇALVES
16181	MARILU RODRIGUES
10902	MARIZETE FATIMA COELHO
12611	QUELI PRISCILA HEINZEN SCHIMITE
12565	ROBERTA APARECIDA DA SILVA
15254	SILMARA FERREIRA DA SILVA
16302	SILVANA MARTINS FERREIRA PINTO
13224	SIMONE FERREIRA DA SILVA
13218	SUZANETE APARECIDA MARTINELLI
13792	TIAGO FELIPE MAI

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS - ESF - INTEGRAÇÃO - FUNDAMENTAL

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
11609	ADRIANE CARVALHO
10453	ALESXANDRA DE FÁTIMA SILVA DE OLIVEIRA
10581	ANA APARECIDA DOS SANTOS
13694	ANA FABIULA CORREA GAUER
16285	ANGELA MARA DUTRA PINHEIRO
9938	ARLETE IZABEL DE OLIVEIRA SCHELEDER
10533	ÉDINA BASILIO LESSA

13465	CARLA FERNANDA VELASQUES
15895	DANIELA GLAUCIA DIAS MIRANDA DE MELLO
12678	DILVANE CONCEIÇÃO DA SILVA
10149	EDIANE CAVAGNOLLI
12214	ELIZETE SAURIN PEREIRA
10993	EZEANE FAGUNDES OLEINICK
13845	GIANE DA SILVA
14434	JANAINA DOS SANTOS
11598	JANETE APARECIDA DE CASTRO
9941	JÓICE MARIA DOS SANTOS
13540	JEFERSON EDINEI DE CAMPOS
15469	JESSICA MOREIRA DE BARROS
14025	JESSICA TAISE FABIANO
16259	JOSEANE APARECIDA MAGAGNIEN
9801	JOSIANE LUIZA MOREIRA DOS SANTOS
11242	JULIANA APARECIDA MACIEL NEVES
10910	JULIANA DE LIMA ALVES
10414	JULIANA ROSSI
14561	KELLY PALOMA DOS SANTOS PINTO
12224	LAURA REGIANE DA ROSA RIBEIRO
15264	LEIDIANE CAROLINE RIETA DE MELO
11600	LEILA MORESCO FERNANDES
13412	LETICIA SURDI
12150	LILIAMARA APARECIDA MORESCO
15352	LUANA GABRIELI GOIS DOS SANTOS
12297	LUCIMAR RODRIGUES DOS REIS
10716	LUSIMONE APARECIDA VICENTE
10507	LUZIA BORTOLI
12170	MARCIA FRANCISCA DE ASSIS
9498	MARCIA RODRIGUES
15022	MARIA DANIELA DO SANTOS CESA
10876	MARIA DIRLENE OLIVEIRA DA SILVA
15087	MARIELLEN CORREA DE LIMA
15347	MARILIA NERES DA SILVA
15803	MARIZANGELA FATIMA FERNANDES BUZZACARO
15379	MARLY APARECIDA MARTINS BUGANÇA
11873	PATRICIA MUTERLE DA LUZ
15839	RAQUEL MACHADO CANANI
10889	ROSEMERI ANTUNES
12571	ROSEMERI ANTUNES
14368	RUBIA TATIANE PELISSARI
14731	SIMONE LUZIA MOREIRA DOS SANTOS
10536	SUZANA DOS SANTOS
10312	SUZANA PADILHA
13316	TATIANE DOS SANTOS
11257	TATIANE ZANAO DA SILVA
11840	THAINÃ DA COSTA
10057	VANESSA RODRIGUES DOS SANTOS
10866	VANUSSA BASILIO LESSA
13938	VERÔNICA FRANÇA MAR
12677	WILZA APARECIDA LESSE CARVALHO
12321	ZELIA ALEXANDRE DOS SANTOS

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS - ESF - NOSSA SRA. APARECIDA - FUNDAMENTAL

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
11276	ALAERCIA LUIZA TELLES
15343	ALINE APARECIDA DE MORAIS
14886	ANA JÚLIA SANDRI DA SILVA
14802	ANA PAULA CAMARGO
10826	ANDREIA VESSARO DA SILVA
10575	ÉDINA DO AMARAL
11553	CAMILA ALEXANDRE DE OLIVEIRA
12642	CAMILA CAROLINA MOCELIN
10473	CARINE APARECIDA DOS SANTOS
15341	CARLISE PEREIRA DE OLIVEIRA
14360	CAROLINA APARECIDA MARTINELLI
10132	CELITA KONECHEFF
15349	CIBELE TEREZINHA PINTO NOWOTNY
13219	DAYANE APARECIDA SAURIN
10878	DENISE MADALENA DOS SANTOS
11763	DENIZ BORNAGUI
9524	DIANA CARNEIRO SOUZA
15929	DILMA OLIVEIRA DA SILVA
13590	DIRCE BEATRIZ CORREIA CORDEIRO MARGOTI
10365	EDINÉIA ANTONIAZZI
10832	ELISANGELA GONÇALVES MARTINS TELLES
16212	FERNANDA DA SILVA RONSONI
15301	FLAVIA CRISTIANE FRANÇA
9935	FLAVIA CRISTINA DE SOUZA DOS SANTOS
11335	GRACIELA BRITO DA SILVA
12602	GRACIELE APARECIDA DE MELLOCARLESSO
13068	JOSIANE GARIPUNA
10394	JOVANA FARIAS RIBEIRO
10491	JUCELEI FERREIRA RIBEIRO
15332	JUCIANI GOMES RAMOS
13772	LEDIANE DELFES
15736	LEILA APARECIDA DE ANDRADE
13776	LEILA SUSANA TOLOMEOTTI
15339	LENICE SOARES DOS SANTOS
13229	LETICIA DEON CRISTOFOLI
13537	LIANA SABEI DE ALMEIDA
10462	LORENI ALVES PINTO
15730	LORENI APARECIDA DE ANDRADE
14873	LUCIMARA ANTUNES DA FONSECA
9473	LURDES DAS GRAÇAS ROSA MARTINS
10482	MAIARA GONÇALVES GOMES
12427	MARIA CAROLINE HENKEL
15753	MARIELI AMARAL DE MELO
10080	MARILENE GARCIA
10884	MARINA PRATTO
11811	MIRIAM JAQUELINE DE OLIVEIRA
13902	NAIR MANOELA GOMES
14497	PATRICIA DEMARCHI
13971	PATRICIA PAZ SEIFERT
16032	RAFAEL JOAQUIM DALABRIDA

14898	ROSA APARECIDA ZANON DE OLIVEIRA
13475	ROSANE PATRICIA INACIO
11838	ROSANGELA APARECIDA LINS MANTOVANI
12574	ROSECLÉIA STANCK NAVA
10834	SIMONE FAUSTINO FRANCISCO DE ASSIS
13149	SOLANGE MOREIRA DE BARROS
11864	SONIA IOLANDA MRTINS
15844	TAIZE VARELA
10516	TATIANE CRISTINA DA SILVA
10512	VITORIA APARECIDA LOPES
10456	ZENEIDE LUVISON DALCORTIVO ARAUJO

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS - ESF - SANTO ANTONIO
- FUNDAMENTAL

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
9890	ADRIANA VEDDOY PINHEIRO
14115	ALINE GRAZIELE SANTOS
12140	ANA LUCIA ANTUNES PALAVRO
13176	ANA PAULA MATOS DE JESUS
12650	ANDREIA DIAS CASSANIGA
13624	ANGÉLICA APARECIDA DA SILVA
10577	ARIANI IZABEL GERHARDT BET
16312	BRUNA FELICETTI BOEIRA
16171	CARINE MOCELIM
13702	CARLA ROSSI
16200	CHEILA DOARTE
12307	CREMIR DIAS DE OLIVEIRA
10769	CRISTIANI ALESSANDRA SAMPAIO MAFFIOLETTI
13038	DANIELI CRESCÊNCIO
16263	DÉBORA MENDES DA SILVA
12166	DELMA APARECIDA DA SILVA MERGAREFO
10742	DEVAIR ANTUNES DE SOUZA
15600	DOMINGAS FERREIRA DA SILVA CHAGAS
15507	EDENILCE TONIELO
11667	EDNEIA ANA DIEHL
15099	ELISIANE RODRIGUES DA SILVA
13346	ELIZANE DA SILVEIRA MECABÔ
15802	FRANCIELI DA SILVA CORREA
16028	GEOVANA MARIA BECKER NHOATO
16215	GILVANE TEREZINHA BECKER DOS SANTOS
10579	GISELY BESEN PEREIRA
13825	ILCEMARA MOCELIN GIRARDI
14857	JOICE DALPIVA
11647	JOSLAYNE TAINA POLEZA
10598	JUSSEANA SEVERO SILVEIRA
16006	KAREN ALINE SANTOS ORTIZ
15920	KARINE LOPES THIBES NUNES
13074	KARISE RIBAS DAMBROZ
10909	KELI SAMANTA DA SILVA MOREIRA
10906	KENIA KANANDA DA SILVA MOREIRA
11370	LEANDRO DE MELO DA SILVA
10450	LEONILDA DE FATIMA MORAES
12651	LORI TEREZINHA MACIEL

9645	LUCI ANTUNES VIEIRA
15884	LUCINEIA VOLL
13018	MARCIA APARECIDA PADILHA
16165	MARIA ELIZABETH POLEZA
12924	MARIA SALETE RODRIGUES MACIEL
14880	MARILISA GANZALA
9950	MIRIAM SANTINA FERREIRA SPIASSI
14877	MONIQUE NEIS MAURICIO
10649	MONIZE SANTOS ALMEIDA
15613	MURILO GABRIEL DE SOUZA
13226	PAULA BRUNA VARELA
15187	RAQUEL CAMARGO
15159	RENATA TORMEN
10819	SABRINA ANTUNES CARVALHO RENOSTO
9397	SAMIRA RIBEIRO
16268	SHEILA NICOLE FERNANDES DE ALMEIDA
13490	SIRLENE HERMES ANTUNES
9906	SONIA MARA MIGUEL DE OLIVEIRA
15505	TALESKA KARINE RODRIGUES
11279	THAIS ELIZA NERIS
14819	VERA LUCIA GONÇALVES WALTER

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS - ESF - SÃO JOSÉ - FUN-
DAMENTAL

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
13491	ALBERTO LISBOA DE CAMPOS JUNIOR
13012	ALESSANDRA APARECIDA DOS SANTOS
10567	ANA CLÁUDIA LOPES CORDEIRO
16244	BRUNA EDUARDA BECKER
11714	CAMILA ESTER RIBEIRO
12600	CAMILA HENKEL
10183	CHAYENE LINS DE SOUZA
15501	CLAUDIA FRANCIELI DE SOUZA
9807	CLEUSENI VIECELI
13141	DAIANE DA SILVA RIBEIRO
10758	DAIANE ESCAINI
10671	DAIANE PEREIRA
11565	DELCEY SALETE NERES DA SILVA VARELA
14154	EMANUELLE DE MATTOS
13767	FABIANE DE FATIMA FOGAÇA LOPES
14928	GABRIELA FOGAÇA DA SILVA
10426	GERUSA LEMOS DOS SANTOS
11612	GRAZIELLE CANAL CAMPAGNONI
12617	JANDIRA APARECIDA CORDEIRO
10844	JANICE ALVES DE GOES
16184	JAQUELINE APARECIDA MACHADO
9727	JÉSSICA EMANUELE DE SOUZA
13740	JHANE PAGANINI DE MATTOS
10477	JOICE FABIANO LOPES
13510	JOSEANE APARECIDA MAGAGNIEN
9440	JUCELIA SPADER DE MATTOS
15338	KATIUSSI FAE PAGANINI
9430	LAIS APARECIDA DE PROENÇA

13000	LOCENI DE FATIMAMACIEL DOS SANTOS CRUZ
9650	LUCI TURELLA DOMINGUES
13053	LUCILEIA DA SILVA
11160	LUCIMARA FERREIRA DA SILVA
15567	MARGARETE AUXILIADORA DA SILVA CORRÊA
12797	MARIA JULIA FLORES
11482	MARIANA ANTUNES DE OLIVEIRA
15484	MARIANA PEREIRA DA CRUZ DA SILVA
13094	MARILEIDE CRISTINA MUNIZ PEREIRA MORAES
13010	MARIVONE LUZ DOS SANTOS
11266	MICHELE MARIANO AGUIDA
13544	RAQUEL FERNANDES
14432	ROSELI DE FATIMA PALHANO
11583	ROSEMERI TEREZINHA INACIO
14446	SILMARA REGINA PALHANO
11269	SIMONE DIAS GOMES
15898	SOLANGE FÁTIMA DE SOUZA
11894	VALÉRIA DE LIMA FERREIRA
15158	VALKIRIA DUTRA
10505	VERONICA APARECIDA FLORES
13098	VIVIANE APARECIDA RAYZEL

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS - ESF - SÃO SEBASTIÃO - FUNDAMENTAL

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
16037	ADRIANA FRANCISCA THIBES
10244	ANDRESSA FÁTIMA BAGNARA
14929	ANGELICA SABRINA BASTOS PADILHA
9529	ANNA MARIA DE PAULA GAVA
15205	CINARA FRANCELI CAREZIA
11592	CLAUDIANA PADILHA DE CAMARGO
13415	DANIELE TESSER
16303	DANIELI SOARES BORGES DA SILVA
9615	DENISE SANTINA FRIGERI
15012	DIEINI ALESSANDRA BARDINI
13418	ELISA APARECIDA DE MORAIS CAVICHON
12226	ELISANGELA GREEF
16190	EMANUELI MARIA GONÇALVES
9618	ERICA DOS SANTOS MATOS
11567	GABRIELLA MACHADO
13779	JANAINE PAGANINI DE MATTOS
13441	JOÉLMA APARECIDA LINS MARTINS
11334	JUCIANE DALL 'OGLIO RIBEIRO
13433	LORECI MACIEL DOS SANTOS
13706	MARIA CRISTINA SAMPAIO
13908	MARINES TERESINHA CERVÍ RIBEIRO
10932	MONALISA MOREIRA PIRES
12577	PATRICIA APARECIDA VELASQUISQUES SCHIZZI
14987	PATRICIA LUCAS DE MELLO
15305	REJANE DE CASSIA SALMORIA PAULI
14422	ROSANE APARECIDA CARPES
10408	ROSIMERI LEITE BASTOS
15328	ROZE APARECIDA TEIXEIRA

13511	SIMONE CORRÊA COELHO
10437	SIMONE SAURIN DE SOUZA
15036	TANIA APARECIDA DE SOUZA BARBOSA
16205	VANESSA ILDA DA SILVEIRA
16210	VANESSA RIBEIRO DE ASSUNÇÃO
11274	VANETE TAVARES

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS - ESF - SR. BOM JESUS - FUNDAMENTAL

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
15805	ADRIANA DE FÁTIMA ANDRADE GONÇALVES
16213	ADRIANA MARIA BUZZACARO
13039	ALICE DEBASTIANI
12585	ALINE FERREIRA LOPES MACEDO
9444	ANA CARLA DA SILVA
13158	ANA FLÁVIA GRESKI
10042	ANDREIA DIAS RIBEIRO
10580	ANGELA SANTINA RIBEIRO LOPES
14947	ARIELLI RIBEIRO ESTEVES
13741	BEATRIZ DOS SANTOS
12181	BRUNA PELOZATTO
11982	CASSIA NAYARA ZANCHETT DA SILVA
12184	CLAUDIZITA APARECIDA GRASSI
16188	DIANA DE OLIVEIRA
15832	ELIZANDRA RODRIGUES DA SILVA
15384	ELIZANGELA ANDREIA SCOLARO
13520	FABIELI MAIARA PEREIRA VARELA
15345	FATIMA MARIA STOLFO
9352	FRANCISCA ILIAMAR DA SILVA SOUZA
14951	JESSICA LUANA SALMORIA
16175	JHENNIFER CAROLINA ALVES DE SOUZA
12201	JULIA MARQUES
15801	KARINA DE LIMA
12709	LEDIANE APARECIDA CARVALHO DE ALMEIDA
10509	LILIAN DE FATIMA LOPES DE LARA
13064	LUANA DE CARVALHO NUNES
16045	LUCIANE APARECIDA JAKUES
16209	MARILEIDE APARECIDA BUZZACARO
13785	MARINEZ ANTUNES TELLES
10869	MARINEZ TELES DE SOUZA
15340	NAIARA TEIXEIRA SCHEIS
15366	NEUZA TEREZINHA FIALHO RIGHES
11496	PATRÍCIA TAINÃ RODRIGUES
11575	PATRICIA FERNANDA ZANCHETT
15533	SIRLEI DE FATIMA ALVES MACIEL
15924	SIRLEY APARECIDA DA SILVA DEBASTIANI
14397	SOLANGE DO NASCIMENTO CARVALHO
13424	SONIA APARECIDA DIAS SERAFIN
16196	SONIA GORETI MARTINS
12264	SUZANA RODRIGUES DA SILVA
16043	TATIANI APARECIDA PEREIRA DE CAMARGO
15391	THAISE PEREIRA

ASSISTENTE SOCIAL NASF - SUPERIOR

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
13067	ADRIANA FATIMA RECALCATTI
15597	ANA PAULA QUADROS
10976	CAROLINA FLESCH
12418	DANIELA SILVESTRIN
9694	JAIANE RAYZEL
16178	JOANA VIEIRA FRANÇA MENEGATTI
15062	LIDIANE DELFESSCHOENARDIE
9811	LIZETE DE CASTRO OTERBACH
14744	MAGDOLNA CARLESSO DE LIMA
15665	MARISTELA LORENZONI
10811	NATHALIA FERREIRA
13264	RITA IZABEL ALVES
10890	SUSANA MARIA PEREIRA
14865	SUSANA VIEIRA SARMENTO
9815	SUZIANE VIEIRA SARMENTO
14881	TAIANE APARECIDA ALMEIDA
13207	VANIA FERNANDES DA SILVA BOCHI

AUXILIAR DE ENFERMAGEM COMUNITÁRIO- ESF - MÉDIO

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
14607	ALINE APARECIDA CARNEIRO DE SOUZA
10544	CAMILA SIDELY CORREA GAUER
10200	CLAUDIA DA SILVA MOREIRA INFELD
16018	CLEMILDE A BARBOZA
11807	CLEONICE DA SILVA PASSOS FAGUNDES
13482	FABIULA DE OLIVEIRA COUTO
16204	IVETE DE OLIVEIRA PASSOS
14904	IVONE CAMARGO FONSECA
12018	JAINE DE OLIVEIRA
12159	JAQUELINE VICENTE
11650	JESIANE DE OLIVEIRA PINTO
13587	JOSIANE CORDEIRO
14976	JULIANE LARA CAVICHON
11556	KARINE ANDRÉIA VARELA
10568	LARISSA APARECIDA VARGAS
10014	LENICE COMIM KELER
12637	LUCIANA DIAS
10881	PALOMA DA SILVA
10829	PATRICIA ALVES DOS SANTOS
13442	PRISCILA FERNANDES DA SILVA
14664	ROSELI ALVES DA SILVA BIZOTTO
9470	SIMARA COLTTS
9347	SUZEMARY DOARTE
15433	THAYS APARECIDA DE BAROS
16214	VANIA TONIELO NOHATTTO
10086	VERA LUCIA ANTUNES

AUXILIAR DE ODONTOLOGIA COMUNITÁRIO (AUXILIAR EM SAÚ-DEBUCAL) ESF - FUNDAMENTAL

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
13509	ANA PAULA ANTUNES DORNELES
16208	IDETE DAS GRAÇAS DE BARROS FRACARO
9963	LILIANE MARIA LOPES
10636	SIBELI ANGELA BET
12218	SONIA APARECIDA VARGAS

EDUCADOR FÍSICO NASF - SUPERIOR

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
10601	MURILO CAMPAGNONI

FISIOTERAPEUTA NASF - SUPERIOR

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
16095	BÁRBARA DE BORTOLI GAIO
11735	CHEILA CIBELI CAREZIA FORNARA
14243	FELIPE GAMBA COSTA
12697	FERNANDA BAGATINI STEFANES
15822	GISIANE BARETA DE MATHIA
16216	LEONARDO FARIAS SANTOS
9437	LUIZA CRISTINA LEANDRO
10173	MARÍLIA NUNES GODINHO
14418	MICHELLE GEANE MATOS
10818	MONALIZA DOS SANTOS
15901	PATRÍCIA ANTUNES KUNEN
14126	ROBSON SANTOS FERREIRA JUNIOR
9630	THAÍS GOMES DE ALMEIDA

FONOAUDIÓLOGO NASF - SUPERIOR

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
12996	TATIANE TRINDADE SANTOS

MÉDICO COMUNITÁRIO - CLÍNICA GERAL (ESF) - SUPERIOR

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
15085	CLEUSA MARGARETI FRANCHINI BERMUDEZ
10978	FRANCISMAR DE MIRANDA SCHMIDT
16357	GRACIELE BIANCHI MARCON
11909	GUSTAVO BUTZGE RUBENICH
12644	GUSTAVO HENRIQUE BOCALON CAGLIARI
13461	JÉSSICA MANFROI
16041	KAREN FRANCINE PIVETTA
11806	LUIZA SALVADOR SCHMID
12549	MAYARA THAYS BECKHAUSER
9907	MÁRCIA DA SILVA FORTUNATO

NUTRICIONISTA NASF - SUPERIOR

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
9488	ANA CHRISTINA MARTINS RECALCATTI
12239	ANGÉLICA CRISTINA TRAMONTIN
14683	ANGELA FORESTI
12249	BRUNA GLEMBOSKI SPADER

12185	CARINE LUFT
16155	CHAIANA BORSOI
16311	CRISTIANE TRES
9985	DIANE FAVRETTO
15592	ELIZANGELA APARECIDA DELAVY MARQUES
15581	JOANA DA ROCHA SCHREINER
12596	KARINE SILVESTRI
12802	KELY DA SILVA SCUSSEL
10937	THAINAN BERNARDI MENDES

TÉCNICO EM ENFERMAGEM SAMU - MÉDIO

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
14967	ADRIANA TAVARIOL
12096	ALCIMAR LUFT
16270	AMIR RODRIGO EVERLING
16098	CAROLINA LIMA BELMIRO SEVERO
16021	DANIELI CRISTINA VASCO
11480	EDILSA CARDOSO DOAS PASSOS
12004	EDUARDO JANIR DE SOUZA
10401	ELISABETE MARTINELLI
10490	FÁTIMA RECALCATTI
12217	ISABELA BUZZACARO BORTOLI
10309	PATRÍCIA MENEGAZZO RIBEIRO
10158	ROSANGELA FATIMA ALVES DE SA
9490	SAIONARA REJANE PALHANO SANTOS LEMOS
16262	SANDRA MARIA BECKER DA SILVA
15241	SIRLENE DE FATIMA LANGARO
14423	THAIS MAIARA MENDES
15893	VANIA TONIELO NOHATTTO

AVISO PP 41-2014 AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL -SAUDE**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2014**

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 13/11/2014 às 14:30 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL (GASOLINA) VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEICULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPOS NOVOS. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 03 de Novembro de 2014.

Nelson Luiz de Paula

Secretario Municipal de Saúde

DECRETO Nº. 7.166/14 DE 30/10/2014 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DECRETO Nº 7.166/14 DE 30/10/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02 -MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN. DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.066 - Manutenção do Programa Saúde da Família

Elementos de despesa: 07-3.3..90.00.00.00.00.00.01.0071- Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos do projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02 -MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN. DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.066 - Manutenção do Programa Saúde da Família

Elementos de despesa: 06-3.1..90.00.00.00.00.00.01.0071- Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos,
em 30 de outubro de 2014.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.167/14 DE 30/10/2014 DE ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DECRETO Nº 7.167/14 DE 30/10/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02 -MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN. DE SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE: 2.068 - Manutenção do Programa SAMÚ
Elementos de despesa: 12-3.1.90.00.00.00.00.00.01.0057-
Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 02 -MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN. DE SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE: 2.068 - Manutenção do Programa SAMÚ
Elementos de despesa: 13-3.3.90.00.00.00.00.00.01.0057-
Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação do Programa SAMÚ.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 30 de outubro de 2014.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.168/14 DE 30/10/2014 DE ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DECRETO Nº 7.168/14 DE 30/10/2014
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 02 -MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN. DE SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE: 2.077 - Manutenção do Programa Atenção Básica - Saúde Bucal
Elementos de despesa: 22-3.1.90.00.00.00.00.00.01.0071-
Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 02 -MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN. DE SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE: 2.077 - Manutenção do Programa Atenção Básica - Saúde Bucal
Elementos de despesa: 23-3.3.90.00.00.00.00.00.01.0071-
Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos,
em 30 de outubro de 2014.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 31/2014

Portaria Nº 31/2014

EXONERA SERVIDORA MARIA GORETE LOPES CORDEIRO DO CARGO EM COMISSÃO DE RECEPCIONISTA

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a Sra. MARIA GORETE LOPES CORDEIRO, brasileira, solteira, portadora do RG nº 2.817.452 - SSP/SC, CPF nº 014.455.469-06, do cargo em comissão de Recepcionista da Câmara Municipal de Vereadores, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 31 de Outubro de 2014.

Maurílio Castro Campagnoni (Cássio)

Presidente da Mesa

Canoinhas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGAO PRESENCIAL Nº FMAS 09/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/14

HOMOLOGAÇÃO: 31/10/14

CONTRATADO: ALVO CONFECÇÕES LTDA CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 300 CAMISETAS EM MALHA, NA COR BRANCA, DESTINADAS AO CREAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.530,00 (quatro mil quinhentos e trinta reais)

DATA: 31/10/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº FMAS 14/2014

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMAS 17/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FMAS 14/2014

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.455.005/0001-25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 18/11/2014, às 10h05min, licitação para AQUISIÇÃO DE 76 (SETENTA E SEIS) CAIXAS PLÁSTICAS VAZADAS, 19 (DEZENOVE) ESTRADOS DE PLÁSTICO E 11.000 (ONZE MIL) SACOLAS PLÁSTICAS RECICLADAS DESTINADOS AO CRAS, CASA DE PASSAGEM SANTA CLARA E PETI. Recebimento de propostas até as 10h00min do dia 18/11/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

REPUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 13/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 98/2014

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 13/2014

REPUBLICAÇÃO

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 08/12/2014, às 10h05min, a abertura das propostas para REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE MASSA ASFÁTICA CBUQ - FAIXA C COM APLICAÇÃO (RECORTE, VARREDURA, LIMPEZA E PINTURA DE LIGAÇÃO), DESTINADA AO RECAPEAMENTO DE PAVIMENTOS FLEXÍVEIS, PAVIMENTAÇÃO DE NOVAS VIAS PÚBLICAS E SEM APLICAÇÃO PARA OPERAÇÃO TAPA BURACOS E CONFECÇÃO DE LOMBADAS NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Informações (47) 3621-7705. Protocolo dos envelopes até às 10h00min do dia 08/12/2014. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br, no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

LEI Nº 5.404/2014

LEI Nº. 5.404 DE 17/10/2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, WILSON PEREIRA, Prefeito Municipal em Exercício, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo

Atividade 2.038 - Ações atinentes ao Convênio Rádio Patrulha

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 10.000,00

Recurso 130 - Recursos ordinários

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo

Atividade 2.038 - Ações atinentes ao Convênio Rádio Patrulha

3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 10.000,00

Recurso 130 - Recursos ordinários

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 17 de outubro de 2014.

WILSON PEREIRA

Prefeito em Exercício

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 17/10/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.405/2014

LEI Nº. 5.405 DE 17/10/2014

"AUTORIZA A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PLANALTO NORTE CATARINENSE - AMPLANORTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, WILSON PEREIRA, Prefeito Municipal em Exercício, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar convênio com a Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense - AMPLANORTE, inscrita no CNPJ sob nº. 83.244.954/0001-77, visando fomentar o Sistema Corporativo On-Line do projeto "Trem do Contestado".

Art. 2º - Fica autorizado o município de Canoinhas, a repassar o valor de até R\$ 4.925,00 (quatro mil, novecentos e vinte e cinco reais) objetivando subvencionar o convênio a ser firmado, juntamente com a Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense - AMPLANORTE.

Parágrafo Único: As condições de pagamento serão detalhadas através do convênio a ser firmado.

Art. 3º - A vigência do termo de convênio, findará em 31 de dezembro de 2014, quando o objeto da contratação estará concluída.

Parágrafo Único: Poderá ser prorrogada a vigência do convênio, em até 12 (doze) meses, caso haja qualquer tipo de intempérie para o fiel cumprimento do projeto "Trem do Contestado".

Art. 4º - Poderá ser rescindido o convênio, caso haja interesse de uma das partes, devendo, no entanto, o interessado avisar formalmente com a antecedência de 15 (quinze) dias.

Art. 5º - A despesa constante na presente Lei será custeada através de recursos ordinários da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Turismo - Dotação 128 3.3.50.00.00.00.00.0130.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de outubro de 2014.

WILSON PEREIRA
Prefeito em Exercício

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 17/10/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento**LEI Nº 5.406/2014**

LEI Nº. 5.406 DE 22/10/2014

INSTITUI O DIA DO FUMICULTOR

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica instituído como Dia do Fumicultor no Município de Canoinhas a data de 28 de outubro, visando homenagear os produtores e suas famílias.

Art. 2º - Ficam o Poder Legislativo e Executivo autorizados a realizar eventos comemorativos, bem como cursos, palestras e treinamentos destinados aos produtores de fumo e suas famílias.
Parágrafo único. Fica reservado nas Fesmates e outros eventos realizados pelo Município, espaço gratuito destinado para os produtores de fumo divulgarem seus produtos e até comercializarem produção artesanal.

Art. 3º - A atividade agropecuária, inclusive o cultivo do tabaco (Nicotiana tabacum) são considerados, no âmbito do Município de Canoinhas, atividade de relevante cunho econômico e social, ficando garantido o direito de livre plantio da cultura do tabaco em qualquer de suas espécies, no âmbito do território do Município de Canoinhas.

Parágrafo único. As políticas públicas municipais serão voltadas ao incentivo da diversificação agropecuária, ao desenvolvimento agropecuário sustentável com políticas de incentivos fiscais, auxílios e subvenções, estimulando formas alternativas para a manutenção da população campestre do Município em seus locais de origem, em especial visando complementar a renda dos produtores de fumo.

Art. 4º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações específicas do orçamento.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 22 de outubro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/10/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento**LEI Nº 5.407/2014**

LEI Nº. 5.407 DE 23/10/2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DE CONVÊNIO COM A UNIÃO"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:
LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 58.300,00 (cinquenta e oito mil e trezentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 361: Ensino Fundamental

Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação

Atividade: 2.007 - Manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental

4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 58.300,00
Recurso 201 - Recursos outras transf. FNDE

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos provenientes de convênios com a União, no valor de R\$ 58.300,00 (cinquenta e oito mil e trezentos reais).

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de outubro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/10/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.408/2014

LEI Nº. 5.408 DE 23/10/2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO E AINDA PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 29.500,00 (vinte e nove mil e quinhentos reais), com a seguinte classificação institucional: I)

Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social

Função 08: Assistência Social

Subfunção 244: Assistência Comunitária

Programa 10: Assistência social responsável

Atividade 2.041 - Manutenção e Ações do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 29.500,00

Recursos 615 - Recursos remuneração outras transf. da União

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do excesso de arrecadação no valor de R\$ 29.500,00 (vinte e nove mil e quinhentos reais), observando a arrecadação do exercício de 2013 e a tendência de arrecadação do exercício de 2014, conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2014 (A) + Excessos abertos em 2014	Estimativa de Arrecadação para 2014, conforme a tendência do exercício (B)	Excesso de Arrecadação (C=B-A)
615	500,00	30.000,00	29.500,00
TOTAL			29.500,00

Fonte: SMAFO/2014.

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 1.235,46 (um mil, duzentos e trinta e cinco reais e quarenta e seis centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social

Função 08: Assistência Social

Subfunção 244: Assistência Comunitária

Programa 10: Assistência social responsável

Atividade 2.041 - Manutenção e Ações do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 1.235,46

Recursos 558 - Recursos Benefício de Prestação Continuada - Superávit

Art. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar o valor de R\$ R\$ 1.235,46 (um mil, duzentos e trinta e cinco reais e quarenta e seis centavos), por conta do superávit financeiro apurado no exercício de 2013, por fonte de recurso, conforme anexo a tabela a seguir:

Tabela 1 - Quadro demonstrativo por fonte de recurso

Cód. Contábil	Descrição dos Recursos	Valor (R\$1,00)
558	Recursos Ordinários – Superávit	1.235,46
TOTAL		1.235,46

Fonte: SMAFO-2014.

Art. 5º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 23 de outubro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/10/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.410/2014

LEI Nº. 5.410 DE 23/10/2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 301: Atenção Básica

Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses

Atividade 2.057 - Ações de Atenção Básica

3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 300.000,00

Recursos 479 - Recursos Outras Transf. Estado

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), observando a arrecadação do exercício de 2013 e a tendência de arrecadação do exercício de 2014, conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2014 (A) + Excessos abertos em 2014	Estimativa de Arrecadação para 2014, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
479	1.900.000,00	2.200.000,00	300.000,00
TOTAL			300.000,00

Fonte: SMAFO/2014.

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 23 de outubro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/10/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.411/2014

LEI Nº. 5.411 DE 23/10/2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 37.593,05 (trinta e sete mil, quinhentos e noventa e três reais e cinco centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 15: FUMREBOMPM DE CANOINHAS

Unidade 15.01: FUMREBOMPM DE CANOINHAS

Função 6: Segurança Pública

Subfunção 181: Policiamento

Programa 15: Segurança pública eficiente

Atividade 2.030 - Ações do FUNREBOM

3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 32.093,05

Recurso 182 - Recursos ordinários - CB - FUNREBOM

3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 5.500,00

Recurso 183 - Recursos financeiros ordinários - FUNREBOM - CB

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 37.593,05 (trinta e sete mil, quinhentos e noventa e três reais e cinco centavos), conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2014 (A) + Excessos abertos em 2014	Estimativa de Arrecadação para 2014, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
182	210.000,00	242.093,05	32.093,05
183	7.000,00	12.500,00	5.500,00
TOTAL			37.593,05

Fonte: SMAFO/2014.

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 23 de outubro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/10/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.412/2014

LEI Nº. 5.412 DE 23/10/2014

"PERMISSÃO E AUTORIZAÇÃO DE USO"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Município de Canoinhas, através de ato do Poder Executivo, a permitir a utilização do "PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES AGROPECOINDUSTRIAL OURO VERDE" a "ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CANOINHAS", mediante pagamento de contrapartida, para a realização do "Baile alusivo aos 30 anos da ASEMCA" que acontecerá no dia 05 de dezembro de 2014.

Parágrafo Único. A área contemplada pelo caput deste artigo refere-se aos banheiros, e toda a área livre interna do Parque, Ginásio de Esportes, além do espaço reservado ao estacionamento de automóveis localizado em frente às dependências do parque, excluído as demais edificações.

Art. 2º - A autorização prevista na presente lei, terá início a partir do dia 05/12/2014 no horário das 8 horas, com o recebimento das dependências do Parque de Exposições, mediante uma vistoria, a qual deverá ser feita por um servidor público municipal indicado pela Secretaria Municipal Planejamento e acompanhada por uma pessoa indicada pela Entidade Permissionária, tendo como término o dia 06/12/2014 no horário das 10 horas, quando também, deverá ocorrer uma vistoria com o intuito de averiguar o estado em que se encontram as dependências do Parque, especialmente as áreas abrangidas pela permissão, as quais deverão ser recebidas no estado em que foram entregues, conforme averiguações constatadas na vistoria inicial.

Art. 3º - Ficará a encargo da "ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CANOINHAS":

- I - Pagamento de contrapartida na importância de R\$ 100,00 (cem) reais, conforme o dia do evento, mencionado no artigo 2º;
- II - Eventual limpeza de fossas sépticas e outras que se fizerem necessárias;
- III - Permitir a entrada livre de servidores do Município para solucionar eventuais problemas ocorridos;
- IV - Cuidados com a segurança dos equipamentos permanentes do Parque;
- V - Solicitação de vistoria dos Bombeiros;
- VI - Quitação das guias relacionadas às autorizações que se fizerem necessárias à realização do evento, devendo tal pagamento ser comprovado perante a Municipalidade até a data prevista para realização do evento, devendo o Permissionário assumir total e qualquer responsabilidade, junto aos respectivos órgãos;
- VII - Implantar as suas expensas todos os sistemas de segurança solicitados pelo Corpo de Bombeiros, conforme atestado de vistoria para funcionamento, fornecido pelo Corpo de Bombeiros;
- VIII - Responsabilizar-se por qualquer dano causado ao patrimônio público, devendo entregá-lo nas mesmas condições em que recebeu;
- IX - Responsabilizar-se pelas despesas relativas à limpeza dos espaços cedidos.

Parágrafo Único. Havendo algum dano ao bem público, durante a realização do evento, deverá a permissionária promover o ressarcimento ao Município.

Art. 4º - Será de inteira responsabilidade da "ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CANOINHAS", a

segurança das pessoas que circularem nas dependências do parque durante o período da Permissão, ficando responsável único e exclusivamente a responder a qualquer ação judicial decorrente da realização do evento, inclusive com relação aos automóveis estacionados na área localizada em frente às dependências do parque.

Art. 5º - Fica vedada, nas dependências do Parque, a pichação, inscrição a tinta e a veiculação de propaganda que possa ferir a moralidade e os bons costumes.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de outubro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/10/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 22/2014

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO N.º 178/2014, TOMADA DE PREÇOS N.º 22/2014, QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS A AMPLIAÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MENINO JESUS NA LOCALIDADE DA FARTURA, NESTA CIDADE DE CANOINHAS.

Aos 31 (trinta e um) dias do mês de outubro, do ano de 2014, às 09h00min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Paulo Cesar Safanelli, Cleison Tarcisio Fuck e Sr. Cibele Neudorf Batista, nomeados pela Portaria nº 308/2014, sob a Presidência do primeiro, a fim de decidir quanto a habilitação das empresas J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA e IMPLANTEST CONSTRUTORA LTDA sem representantes presentes, conforme previsto na ata do dia 24/10/2014. A Comissão de Licitação após entrar em contato com Sr. Elói do Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, obteve a informação de que a obra constante no Atestado referente construção de 01 galpão pré fabricado - depósito de frutas e verduras no bairro volta grande, foi executada pela empresa Implantest, no prazo de 60 dias, sob a responsabilidade técnica do Arquiteto Sr. Tcharles Purim. Tendo sido esclarecidos os fatos apontados na ata do dia 24/10/2014 e por entender que a documentação apresentada (dirimidas as dúvidas) atende as exigências do Edital, declarou as empresas J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA e IMPLANTEST CONSTRUTORA LTDA habilitadas no certame. A comissão de licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação desta, para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento dos documentos de habilitação. Caso não haja interposição de recursos, a Comissão de Licitação procederá, às 08h00min do dia 12/11/2014, a abertura dos envelopes contendo as propostas das empresas habilitadas. E, nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente ata, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão de Licitação.

Paulo Cesar Safanelli
Presidente

Cleison Tarcisio Fuck
Secretário

Cibele Neudorf Batista
Membro

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 19/2014

TOMADA DE PREÇO Nº 19/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 166/14

HOMOLOGAÇÃO: 31/10/14

CONTRATADO: KATARINE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE ALAMBRADO DO CAMPO DE FUTEBOL E.B.M ACHILES PAZDA NA LOCALIDADE DE RIO DO PINHO, CANOINHAS SC, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 66.333,85 (sessenta e seis mil trezentos e trinta e três reais e oitenta e cinco centavos)

DATA: 31/10/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PORTARIA 779/2014

PORTARIA Nº. 779/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, da Lei Municipal Nº 4.163/2007; resolve:

NOMEAR PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Art. 1º - Fica nomeada ROSEMARE STEILEIN CONTE, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenador, para atuar no Programa Sentinela, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 03/11/2014, conforme comunicação interna Nº 270/SMAS/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de outubro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/10/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA 782/2014

PORTARIA Nº. 782/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a Constituição federal de 1988 que determina em seu artigo 40, parágrafo 1, inciso II, que todos os funcionários públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal devem obrigatoriamente se aposentar ao atingir a idade de 70 anos, aplica-se às três esferas do poder, Executivo, Legislativo e Judiciário; Resolve:

EXONERAR

Art. 1º - Fica exonerado por idade JOÃO HISSA, efetivo no cargo de Médico Oftalmologista, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 31/10/2014, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de outubro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 30/10/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA 784/2014

PORTARIA Nº. 784/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Municipal nº 4.279/2007; resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeado para exercer o cargo de Motorista, para atuar no Setor de Transportes junto à Secretaria Municipal de Saúde, o profissional SAMUEL PINHEIRO DOS SANTOS, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2013, inscrito sob nº. 0330, e convocado conforme Edital nº 058 de 20 de outubro de 2014, iniciando as suas atividades a partir de 03/11/2014.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de outubro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 30/10/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA 783/2014

PORTARIA Nº. 783/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Municipal nº 5.139/2013; resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Enfermeiro, para atuar no Pronto Atendimento Municipal, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a profissional RENATA CARLON, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2013, inscrita sob nº. 0642, e convocada conforme Edital nº 049 de 15 de setembro de 2014, iniciando as suas atividades a partir de 01/11/2014.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de outubro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 30/10/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA ANULAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 14/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 28/2014
PREGÃO PRESENCIAL N.º 14/2014
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna público a anulação do Pregão Presencial n.º 28/2014, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REPAROS MECÂNICOS, NO VEÍCULO AMBULÂNCIA DUCATO PLACA MAP 5204. Motivo: Rescisão contratual. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 130/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 193/2014
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 130/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 17/11/2014, às 10h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE 7.000 KITS DE UNIFORME ESCOLAR COMPOSTO DE 1 JAQUETA, 2 CALÇAS, 2 CAMISETAS MANGA CURTA, 1 CAMISETA MANGA LONGA, 1 BERMUDA, 1 JAPONA DE INVERNO, 2 PARES DE MEIA E 1 PAR DE TÊNIS, DESTINADOS AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 10h00min do dia 17/11/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 115/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/2

Processo / Ano: 171/2014		Processo Administrativo: 5 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA		Total dos Itens Vencedores: 5.300,00				
Licitação.....: 115/2014 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA PARA ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA DO C.E.I CECILIA MEIRELES, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 311042192 - CÂMERA DIGITAL 480 LINHAS 15 MTS IR LENTE 2.8 MM SAFE POINT - Unidade: UN								
13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA		6,000	0,0000	294,4969	1.766,98	Venceu	1 *****
Item.....: 2 - 48743 - FONTE DE ALIMENTAÇÃO 12WTS 10AMP. - Unidade: UN								
13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA		1,000	0,0000	222,7605	222,76	Venceu	1 *****
Item.....: 3 - 311042193 - DVR 08 CANAIS DE VIDEO 04 CANAIS DE ÁUDIO NET DIGITAL - Unidade: UN								
13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA		1,000	0,0000	1.468,7088	1.468,71	Venceu	1 *****
Item.....: 4 - 11486 - CABO COAXIAL 80% MALHA COM ALIMENTAÇÃO INTERNA OU EXTERNA - Unidade: M								
13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA		300,000	0,0000	2,1332	639,96	Venceu	1 *****
Item.....: 5 - 6714 - HD 1TB - Unidade: UN								
13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA		1,000	0,0000	532,3598	532,36	Venceu	1 *****
Item.....: 6 - 14926 - CONECTOR BNC - Unidade: UN								
13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA		12,000	0,0000	8,4951	101,94	Venceu	1 *****
Item.....: 7 - 47463 - TOMADA RÉGUA - Unidade: UN								
13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA		1,000	0,0000	42,4755	42,48	Venceu	1 *****

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/2

Processo / Ano:		171/2014		Processo Administrativo:		5.300,00	
Licitação.....:		115/2014 - PR		5 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA			
Modalidade.....:		PREGÃO PRESENCIAL					
Objeto.....:		CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA PARA ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA DO C.E.I CECILIA MEIRELES, NO MUNICIPIO DE CANOINHAS.					

Canoinhas, Em	
PAULO CESAR SAFANELLI -	Pregoeiro(a)
MARCIANO FERNANDES CORREA -	SUPLENTE
PAULO CESAR SAFANELLI -	PREGOEIRO
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC
VANESSA LANGER -	CRC/SC 028524/O-0

Capinzal

PREFEITURA

PMC CONTRATO 0231/2014

Contrato Nº.: 0231/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: QUARK ENGENHARIA LTDA EPP

Valor : 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)

Vigência : Início: 17/10/2014 Término: 16/10/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 90/2014

Processo : 0145/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa especializada para instalação de novos pontos de iluminação Pública em todo o município de Capinzal/SC, luminárias a serem afixadas em postes já existentes e regulamentação junto a Concessionária (Celesc) das luminárias instaladas. Com Recursos da COSIP.

FMS CONTRATO 0109/2014

Contrato Nº.: 0109/2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

Contratada...: FABIANO FRANK - ME

Valor : 60.000,00 (sessenta mil reais)

Vigência : Início: 15/10/2014 Término: 31/12/2014

Processo : 0046/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 28/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de Anestesista para atendimento no Hospital Nossa Senhora das Dores, para realização de cirurgias eletivas de pacientes do município de Capinzal/SC.

Lei 3.150/2014

LEI Nº 3.150, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

Institui os componentes municipais do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, define os parâmetros para elaboração e implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e dá outras providências.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído os componentes municipais do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, bem como define parâmetros para elaboração e implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, em consonância com os princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, com o Decreto nº 6.272, de 2007, o Decreto nº 6.273, de 2007, e o Decreto nº 7.272, de 2010, com o propósito de garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada.

Art. 2º A alimentação adequada é direito básico do ser humano, indispensável à realização dos seus direitos consagrados na Constituição Federal e Estadual, cabendo ao poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para respeitar, proteger, promover e prover o Direito Humano à Alimentação Adequada

e Segurança Alimentar e Nutricional de toda a população.

§ 1º A adoção dessas políticas e ações, deverá levar em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais do Município, com prioridade para as regiões e populações mais vulneráveis.

§ 2º É dever do poder público, além das previstas no caput do artigo, avaliar, fiscalizar e monitorar a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada, bem como criar e fortalecer os mecanismos para sua exigibilidade.

Art. 3º A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Parágrafo único. A Segurança Alimentar e Nutricional inclui a realização do direito de todas as pessoas terem acesso à orientação que contribua para o enfrentamento ao sobrepeso, a obesidade, desnutrição, contaminação de alimentos e mais doenças conseqüentes da alimentação inadequada.

Art. 4º A Segurança Alimentar e Nutricional abrange:

I - a ampliação das condições de oferta acessível de alimentos, por meio do incremento de produção, em especial na agricultura tradicional e familiar, no processamento, na industrialização, na comercialização, no abastecimento e na distribuição, nos recursos de água, alcançando também a geração de emprego e a redistribuição da renda, como fatores de ascensão social;

II - a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais;

III - a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social;

IV - a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos consumidos pela população, bem como seu aproveitamento, promovendo a sintonia entre instituições com responsabilidades afins para que estimulem práticas e ações alimentares e estilos de vida saudáveis;

V - a produção de conhecimentos e informações úteis à saúde alimentar, promovendo seu amplo acesso e eficaz disseminação para toda a população;

VI - a implementação de políticas públicas, de estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características territoriais e etno-culturais do Estado;

VII - a adoção de urgentes correções quanto aos controles públicos sobre qualidade nutricional dos alimentos, quanto a tolerância com maus hábitos alimentares, quanto a desinformação sobre saúde alimentar vigente na sociedade em geral e nos ambientes sob gestão direta e indireta do Estado, quanto a falta de sintonia entre as ações das diversas áreas com responsabilidades afins, como educação, saúde, publicidade, pesquisa estimulada e ou apoiada por entes públicos, produção estimulada de alimentos mediante critérios fundamentados, dentre outros.

Art. 5º A consecução do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Segurança Alimentar e Nutricional, requer o respeito à soberania do Estado sobre a produção e o consumo de alimentos.

Art. 6º O Município de Capinzal, deve empenhar-se na promoção de cooperação técnica com o Governo Estadual e com os demais municípios do estado, contribuindo para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada.

CAPÍTULO II

DOS COMPONENTES MUNICIPAIS DO SISTEMA NACIONAL DE

**SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

Art. 7º A consecução do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Segurança Alimentar e Nutricional da população far-se-á por meio do SISAN, integrado, no Município de Capinzal, por um conjunto de órgãos e entidades afetas à Segurança Alimentar e Nutricional.

Parágrafo único. A Câmara Intersectorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN Municipal e o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA - Municipal, serão regulamentados por Decreto do Poder Executivo, respeitada a legislação aplicável.

Art. 8º O SISAN rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes dispostos na Lei 11.346 de setembro de 2006.

Art. 9º São componentes municipais do SISAN:

I - a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, instância responsável pela indicação ao CONSEA Municipal das diretrizes e prioridades da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como pela avaliação do SISAN no âmbito do município;

II - o CONSEA Municipal, órgão vinculado ao Gabinete do Prefeito;

III - a Câmara Intersectorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN Municipal - integrada por servidores efetivos do Quadro Geral do Poder Executivo vinculados às pastas afetas à consecução da Segurança Alimentar e Nutricional, com as seguintes atribuições, dentre outras:

a) elaborar, considerando as especificidades locais, o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, observando os requisitos, as dimensões, as diretrizes e os conteúdos expostos no Decreto nº 7.272/2010, bem como os demais dispositivos do marco legal vigente, as diretrizes emanadas da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e do CONSEA Municipal, indicando diretrizes, metas, fontes de recursos e os instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação;

b) monitorar e avaliar a execução da Política e do Plano.

Parágrafo único. A Câmara Intersectorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, CAISAN Municipal, será presidida por um Servidor Efetivo, eleito entre seus pares, e seus procedimentos operacionais serão coordenados no âmbito da Secretaria-Executiva da CAISAN Municipal.

IV - os órgãos e entidades de Segurança Alimentar e Nutricional, instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse na adesão e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do SISAN, nos termos regulamentados pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 10. O Prefeito Municipal editará norma regulamentando a presente Lei no prazo de 90(noventa) dias.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 30 de outubro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Lei 3.149/2014

LEI Nº 3.149, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

Altera e acrescenta dispositivos da Lei Municipal nº 2.178, de 1999, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, no Poder Executivo de Capinzal.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alteradas as disposições do art. 2º, VII, da Lei Municipal nº 2.178, de 1999, que passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 2º [...]

VII - assegurar, na falta de pessoal permanente, a continuidade da prestação dos serviços de atendimento médico, odontológico, psicológico, ambulatorial e assistência social à população;”

[...]

(NR)

Art. 2º Fica alterado o art. 3º da Lei Municipal no 2.178, de 1999, que passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 3º As contratações de que trata o artigo anterior obedecerão aos seguintes prazos:

I - nas hipóteses dos incisos I, IV e V, do art. 2º, o prazo que durar o afastamento do titular, a execução da obra ou a execução dos serviços objeto do convênio ou programa, respectivamente;

II - nas hipóteses dos incisos II e III, até 6 (seis) meses;

III - nas hipóteses dos incisos VI e VII, até 12 (doze) meses prorrogáveis por igual período;

IV - na hipótese do inciso VIII, tratando-se de professor contratado para execução de convênio, inclusive de municipalização, ou para substituição de ocupantes de cargos efetivos afastados temporariamente das funções observar-se-á o disposto no inciso I deste artigo e nos demais casos o prazo será de até 12 (doze) meses prorrogáveis por igual período;

V - na hipótese do inciso IX, o prazo de duração do curso ou de 12 (doze) meses.

Parágrafo único. O período de prorrogação eventual do contrato não poderá ultrapassar o término do exercício do mandato do Prefeito em exercício, com a respectiva rescisão contratual.”

(NR)

Art. 3º Fica alterado os § 1º e acrescentado o § 3º ao art. 6º da Lei Municipal nº 2.178, de 1999, que passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 6º [...]

§ 1º Os contratados temporariamente terão assegurados o recebimento de décimo terceiro salário, integral ou proporcional ao tempo do exercício da função.

§ 2º [...]

§ 3º As contratações a que se referem os incisos VI, VII e VIII do art. 2º quando prorrogadas, terão direito a percepção de férias anuais remuneradas após o primeiro ano de contrato.”

(NR)

Art. 4º Fica alterado o art. 7º e acrescentado o art. 7º-A na Lei Municipal nº 2.178, de 1999, que passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 7º É de natureza administrativa especial, e não contratual trabalhista ou funcional estatutária, a contratação a que se refere esta Lei.

§ 1º A contratação a que se refere o art. 1º é caracterizada pela função pública e não origina nem constitui qualquer vínculo

trabalhista entre a Administração e o servidor contratado, mas exclusivamente de natureza administrativa especial, na forma estrita desta Lei.

§ 2º As contratações a que se refere o art. 1º serão filiadas ao regime geral de previdência social, devendo incidir sobre sua remuneração os encargos obrigatórios previstos em Lei.”

(NR)

Art. 7º-A O contrato administrativo firmado com base nesta Lei extingue-se, sem gerar ao contratado qualquer direito a indenização, nas seguintes hipóteses:

I - cumprimento integral do ajustado, ou

II - término do prazo contratual, ou

III - por iniciativa de qualquer das partes, se comunicada antes de 30 (trinta) dias previamente ao termo final do contrato, ou

IV - por iniciativa do contratante através de rescisão unilateral sempre que se configurar desnecessária a continuação dos serviços, ou por cometimento de faltas disciplinares.”

(NR)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 2 de janeiro de 2015.

Capinzal, SC, 30 de outubro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Decreto 154/2014

DECRETO Nº 154, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.

Revoga o Processo Licitatório nº 039/2014, Modalidade Pregão Eletrônico nº 04/2014.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, em seu artigo 49, poder - dever da Administração de anular ou revogar seus próprios atos, inclusive ex officio.

CONSIDERANDO a vinculação ao princípio da legalidade e à defesa do interesse público;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 317/2014, anexo;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo Licitatório nº 039/2014, Modalidade Pregão Eletrônico nº 04/2014, com objeto de aquisição de equipamentos de fonodialogia.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 24 de outubro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Decreto 155/2014

DECRETO Nº 155, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

Dispõe sobre a doação de bem móvel ao Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental do Meio Oeste - CISAM-MO.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o Contrato Administrativo CISAM nº 06/2013 - Contrato Administrativo Capinzal nº 01/2013 (Contrato de Programa), cópia anexa;

CONSIDERANDO a implantação e continuidade dos serviços públicos de saneamento prestados pelo Consórcio CISAM-MO, oriundo da execução do Termo de Compromisso do Programa de Aceleração do Crescimento nº 0327/2010;

DECRETA:

Art. 1º Fica doado bem móvel do Município de Capinzal para o Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental do Meio Oeste CISAM-MO, Consórcio Público de direito Público, inscrito no CNPJ sob o nº 08.484.353/0001-16, com sede na Rua Domingos Omizollo, nº 447, no Município e Capinzal.

§ 1º O bem móvel, objeto da doação de que trata o caput deste artigo, é um veículo tipo Furgão Fiat/Ducato Maxicargo, ano/modelo 2012/2013, cor branca, chassi 93W245G34D2103455, adaptado para funcionar como laboratório móvel de controle de qualidade de água.

§ 2º O valor total do bem móvel de que trata o presente Decreto, para fins de incorporação ao Patrimônio do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental do Meio Oeste - CISAM-MO e baixa do Patrimônio Público Municipal é de R\$ 297.990,00 (duzentos e noventa e sete mil, novecentos e noventa reais).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Capinzal, SC, 24 de outubro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Decreto 156/2014

DECRETO Nº 156, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.

Declara de utilidade pública entidade, na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, incisos V da Lei Orgânica Municipal e com fundamento na Lei Municipal nº 2.777, de 04 de outubro de 2007 e demais legislações pertinentes e;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 316/2014;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Amigos do CAPS Capinzal, entidade civil de direito privado, de caráter beneficente, educativo e de promoção social, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 18.282.497/0001-43, sediada à Rua Aparício Ribeiro, nº 220, Centro, Capinzal - SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 24 de outubro de 2014.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

Decreto 157/2014

DECRETO Nº 157, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal nº 3.100, de 13 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificadas:

1301.04.122.0165.2091	MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DOS SISTEMAS DE ÁGUA E ESGOTO	FTE	DR		0,00
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	000			30.000,00
1301.17.512.0165.2092	MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO	FTE	DR		0,00
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	000			50.000,00
1301.17.512.0165.1095	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	FTE	DR		0,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e material permanente	000		R\$	95.000,00
	Total				175.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, o excesso de arrecadação apurado até o mês de setembro de 2014, do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, conforme demonstrativo anexo e quadro a seguir:

Demonstrativo do Excesso de arrecadação

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Excesso de Arrecadação	000	00	R\$	175.000,00
Total	000	00	R\$	175.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 28 de outubro de 2014.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL
Secretário de Administração e Finanças

PMC ATA/CONTRATO 0232/2014

Ata/Contrato Nº.: 0232/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada.: MULTI ELETRO LTDA EPP

Valor : 3.920,00 (três mil novecentos e vinte reais)

Vigência : Início: 17/10/2014 Término: 16/10/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0091/2014

Processo : Nº.: 0232/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de material para a instalação de novos pontos de iluminação Pública em todo o município, luminárias a serem afixadas em postes já existentes, e regulamentação junto a concessionária (Celesc) das luminárias instaladas. Recurso do COSIP.

PMC ATA/CONTRATO 0233/2014

Aa/Contrato Nº.: 0233/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada.: OUROLUZ PRODUTOS E SOLUCOES ELETRICAS

LTDA - EPP

Valor : 2.165,50 (dois mil cento e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 17/10/2014 Término: 16/10/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0091/2014

Processo : Nº.: 0345/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de material para a instalação de novos pontos de iluminação Pública em todo o município, luminárias a serem afixadas em postes já existentes, e regulamentação junto a concessionária (Celesc) das luminárias instaladas. Recurso do COSIP.

PMC ATA/CONTRATO 0234/2014

Ata/Contrato Nº.: 0234/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada.: QUARK ENGENHARIA LTDA EPP

Valor : 11.808,00 (onze mil oitocentos e oito reais)

Vigência : Início: 17/10/2014 Término: 16/10/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0091/2014

Processo : Nº.: 0234/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de material para a instalação de novos pontos de iluminação Pública em todo o município, luminárias a serem afixadas em postes já existentes, e regulamentação junto a concessionária (Celesc) das luminárias instaladas. Recurso do COSIP.

PMC CONTRATO 0235/2014

Contrato Nº.: 0235/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada.: CARNEIRO TENDAS LTDA - ME

Valor : 8.443,50 (oito mil quatrocentos e quarenta e três reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 17/10/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0092/2014

Processo : 0235/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Locação de tendas para utilização no evento "JORNADA LITERÁRIA", que acontecerá nos dias 28, 29, 30 e 31/10/2014 e 01/11/2014, que será realizado no Centro Educacional Prefeito Celso Farina.

Catanduvás

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.021, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº 2.021/14 DE 13 DE OUTUBRO DE 2014.

“AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE CONVÊNIO NO DECORRER DO EXERCÍCIO, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL”.

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás-SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 2.432/13 de 20 de Dezembro de 2013 e a Lei Municipal nº 2.461/14 de 30 de julho de 2014, em seu Artigo 4º Inciso I e Lei Federal nº 4.320/64, (Art. 7º, I e 43, § 1º, II e § 3º).

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), na seguinte Dotação Orçamentária.

ÓRGÃO	30	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CATANDUVAS		
UNID. ORÇ.	3001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
	244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		
		Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social		
	152	OUT. DESPESAS CORRENTES- Convênio Programas Sociais	R\$	40.000,00
	150	OUT. DESPESAS CORRENTES – Convênio Programas Sociais	R\$	10.000,00

§ 1º - Os recursos mencionados no Artigo Primeiro, são oriundos de Transferências de Convênios de Programas Sociais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvás SC, 13 de outubro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Prefeita Municipal Sec. Municipal de Administração

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 13/10/2014.

DECRETO Nº 2.022, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº 2022/2014, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014.

Estabelece limitação de empenho e movimentação financeira às dotações orçamentárias do orçamento vigente do município de Catanduvás, SC, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Catanduvás, SC, Exma. Srª. Gisa Aparecida Giacomini, no uso de suas atribuições, com fundamento no que dispõe o art. 103, VIII da Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no art. 14 da Lei Municipal nº 2.425, de 2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2014), objetivando

assegurar o equilíbrio das contas públicas, nos termos do art. 9º, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF);

CONSIDERANDO que a meta bimestral de arrecadação prevista até o 4º bimestre de 2014 não foi alcançada, pois foi previsto arrecadar R\$ 16.600.000,00 e no entanto foi arrecadado R\$ 16.580.687,92, o que representou 99,88% da meta prevista.

DECRETA

Art. 1º Fica limitado empenho nas rubricas orçamentárias especificadas nas Notas de Bloqueio orçamentário anexas, parte integrante do presente decreto, no valor total de R\$ 19.312,08.

Parágrafo único. No caso do restabelecimento da receita, prevista no anexo de Metas Fiscais de Arrecadação, de forma que, quando da verificação do comportamento das metas bimestrais, estas passem a apresentar valor excedente à defasagem em relação às dotações objeto de limitação, poderão, mediante autorização do Chefe do Poder Executivo, serem recompostas de forma proporcional às deduções ora efetivadas neste ato.

Art. 2º A implementação do disposto neste Decreto, inclusive quanto aos controles necessários, caberá a Secretarias Municipais de Administração e Finanças.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Catanduvás, SC, em 13 de outubro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Claudinei Antonio Sella

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado na data supra pela Secretaria de Administração e Finanças.

Caxambu do Sul

PREFEITURA

PORTARIA 175/2014

PORTARIA Nº 175/2014

"INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA AFERIR CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DECORRENTE DE CLÁUSULA CONTRATUAL NA REALIZAÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 71, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município e,

Considerando que no mês de fevereiro de 2014, os pais dos alunos da rede municipal de educação que utilizam o transporte escolar da linha 03, realizado pela Microempresa ARLINDO DAMO ME, encaminharam abaixo-assinado e relato de alunos à Secretaria Municipal de Educação, solicitando providências urgentes em razão do descaso quanto ao cumprimento do horário, e das irregularidades mecânicas do veículo, que colocam em risco os alunos que fazem uso do referido transporte;

Considerando que o proprietário foi advertido, através do Termo de Advertência de 24/02/2014, para que regularizasse imediatamente os problemas relatados no abaixo-assinado, sob pena de se operar a rescisão do contrato de prestação de serviços conforme estabelecido na cláusula sexta do referido instrumento;

Considerando que em razão da advertência o senhor Arlindo Damo solucionou apenas parcialmente o problema e as falhas continuaram ocorrendo, vez que os alunos do turno matutino da EEF ADELE FACCIN ZANUZZO, enviaram novo abaixo assinado em maio de 2014, relatando que alguns dias o ônibus NÃO FECHAVA A PORTA, e que nos dias 21 e 22 daquele mês o transporte foi feito com uma camioneta, e os do turno vespertino relataram que várias vezes o ônibus estragou e eles vieram para a escola de camionete que a PORTA DO ÔNIBUS NÃO FECHAVA E ELES TINHAM QUE SEGURAR, e ainda, que no dia 22/05/2014, as alunas Luana Pavão e Cristiane Fagundes, fizeram uma declaração, de próprio punho, com o seguinte teor: "Nós alunos do ônibus do VITI, estamos com várias reclamações, pois várias vezes o ônibus estragou, falta freio, a porta não abria, um dia da semana passada ele deixou nós a pé lá no Catani, hoje mesmo o ônibus atolou e ficamos a pé, sem condições vir pra escola".

Considerando o ofício nº 105/2014 SMECE, do Secretário Municipal de Educação, enviado ao Prefeito Municipal no dia 05/08/2014, informando que Arlindo Damo deixou de realizar o transporte dos alunos da Linha São Cristóvão até a escola Adele Faccin Zanuzzo da Comunidade de Dom José, no período vespertino do dia 04/08/2014, sem informar o motivo;

Considerando o relato de uma mãe de aluno, feito em nosso gabinete, que ademais de corroborar tudo o que fora relatado anteriormente, informou que a Microempresa ARLINDO DAMO ME troca de motorista constantemente;

Considerando que a referida Microempresa foi notificada extrajudicialmente para: a) substituir o ônibus atual (Mercedes Benz/LPO 1113, Placa-CLH 1980), por outro ônibus ou micro-ônibus em perfeitas condições, que permita que o serviço seja prestado com qualidade, de forma contínua e sem interrupções; b) comprovar que o motorista que conduzirá o novo veículo, esteja habilitado e com registro em sua Carteira de Trabalho, com a advertência de que "O NÃO ATENDIMENTO NO PRAZO FIXADO, IMPLICARIA

NA SUSPENSÃO DEFINITIVA DO CONTRATO E INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, ALÉM DA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES PREVISTAS NA LEI DE LICITAÇÕES - LEI FEDERAL Nº 8.666/93";

Considerando, que ao invés de atender ao solicitado, enviou CONTRANOTIFICAÇÃO, alegando, em síntese, que no ano de 2014 não ocorreu nenhum problema mecânico de natureza grave no ônibus em questão; que o ônibus passa por revisões periódicas; que conforme certificado de inspeção de segurança veicular em anexo, realizada em 28/07/2014, o ônibus em questão foi aprovado tendo apresentado todos os itens de segurança exigidos pela legislação; que o ônibus está em plenas condições de realizar o transporte escolar, sendo incabível e sem respaldo legal o pedido de substituição; que em relação ao motorista, aduz que o próprio empresário é quem dirige o ônibus; ao final requer o restabelecimento dos efeitos do contrato suspenso;

Considerando o desencontro de informações, bem como as disposições expressas na cláusula sexta, inciso III, alíneas "a" e "b", do Contrato Administrativo nº 06/2011,

RESOLVE

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo para apurar se houve efetivamente descumprimento de obrigações contratuais por parte da microempresa ARLINDO DAMO ME, responsável pelo Transporte Escolar na Linha 03/2011, assegurando-se à mesma, através de seu proprietário, o direito constitucional ao contraditório e à ampla defesa.

Art. 2º Para apuração dos fatos noticiados, nomeio uma Comissão Especial composta pelos membros abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro:

I - Anacleto Listoni, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na cidade de Xanxerê/SC;

II - Elio Vedovatto, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado na Linha Dom José, Município de Caxambu do Sul;

III - Evandro Bartolomei, brasileiro, casado, mecânico, residente e domiciliado na Rua Duque de Caxias, Município de Caxambu do Sul.

Art. 3º A Comissão Processante ora nomeada terá o prazo de 30 (trinta) dias para realizar todas as diligências necessárias para apuração dos fatos e produzir o relatório conclusivo, cujo prazo poderá ser prorrogado por igual período, mediante justificativa;

Art. 4º A Comissão Processante disporá do tempo e dos recursos materiais que forem necessários para seu regular funcionamento.

Art. 5º Em razão da gravidade dos fatos noticiados e visando preservar a integridade dos alunos transportados, determino a suspensão temporária da prestação de serviços de que trata o Contrato Administrativo nº 06/2011, firmado com a Microempresa ARLINDO DAMO ME, e determino também que o referido serviço público seja provisoriamente realizado com veículo do Município ou de terceiro.

Art. 6º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 31 de outubro de 2014.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

DECRETO 150/2014

Município de Caxambu do Sul
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL

DECRETO Nº 000150/14 de 31 de Outubro de 2014
Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de CAXAMBU DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 001296/13 de 8 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º -

Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 11.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

05.01 - Departamento de Saúde

05.01.10.301.0005.2.006-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 11.000,00

Art. 2º -

Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

05.01 - Departamento de Saúde

05.01.10.301.0005.2.006-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 11.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 31 de Outubro de 2014
VILMAR FOPPA
PREFEITO

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

PORTARIA Nº 425 DE 31.10.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 425/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, caput, da Lei Complementar nº 008/99;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 2013/2014, a CLÉIA FREITAS, matriculada sob o nº 263601, ocupante do cargo em Comissão de Secretária Municipal da Assistencial Social.

Art. 2º Autorizar a servidora a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 03.11.2014 a 02.12.2014, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
31 de outubro de 2014.
ORLANDO PAUL
Prefeito Municipal exercício

PORTARIA Nº 426 DE 31.10.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 426/2014

"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 70, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, conforme dispõe o art. 3º, da Lei Municipal nº 0056 de 08.04.98 e ata nº 76 de 30.10.2014,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Educação do Município de Chapadão do Lageado - SC, com a finalidade precípua de colaborar na Política Municipal de Educação, exercer atuação normativa, consultiva e deliberativa, quanto à organização, funcionamento, expansão e aperfeiçoamento da Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º Os membros de que trata o art. anterior, são os seguintes:

I - Representantes da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes:

Titular: Eva Aparecida Kempner Abreu

Suplente: Clobson Scheidt

Titular: Maicon de Souza

Suplente: Gerusa Anacleto

II - Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Titular: Marlise Neuhaus
Suplente: Adriana Martins

III - Representante da Secretaria Municipal dos Transportes Obras e Serviços Urbanos:

Titular: Maicon Schneider
Suplente: Marcio Guckert

IV - Representante dos Professores Municipais

Titular: Cleber Meurer
Suplente: Juliana Maria Longen

V - Representante dos Pais de Alunos

Titular: Rudinéia Heinzen
Suplente: Josiani Machado de Pinho

VI- Representante dos Professores e Diretores da Escola Estadual:

Titular: Julie Mara de Oliveira
Suplente: Laudir Arnold

VII- Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Titular: Edinéia Bilk Passig
Suplente: Glória Grah Bilk

Art. 3º O Conselho Municipal de Educação terá como Presidente, a Senhora Marlise Neuhaus, Vice-Presidente o Senhor Maicon de Souza e Secretária a Senhora Eva Aparecida Kempner Abreu.

Art. 4º A nomeação dos membros Titulares e dos suplentes terá a duração de 02 (dois) anos, podendo ser renovado por igual período.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO,
31 de outubro de 2014.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em exercício

Concórdia

PREFEITURA

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 42/2014 -FMS

Contrato Nº : 42/2014

Aditivo Nº : 2 TA/2014

Tipo Aditivo : Prazo/Valor

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : ITACON ENGENHARIA E OBRAS LTDA

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 1/2013

Objeto : Contratação de serviços de empresa do ramo da construção civil, em regime de empreitada global (material e mão-de-obra), para construção de edificação destinada a abrigar a Unidade de Pronto Atendimento ? UPA 24h, localizada na Rua Alexandre Lorenzet, Loteamento Jardim Europa, Bairro Parque de Exposições, neste município, a serem executados com recursos oriundos do convênio com Governo Federal ? PAC 2 e contrapartida municipal, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo ?D? do Edital.

Vigência : Início: 16/02/2015 Término: 18/04/2015

Assinatura : 07/10/2014

Valor R\$: \$ 63.102,56 (sessenta e três mil, cento e dois reais e cinquenta e seis centavos)

Dotação : 219 - 13.001.2103.344905198000000.01650000

Dotação : 218 - 13.001.2103.344905198000000.01020000

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 136/2014 -PMC

Contrato Nº : 136/2014

Aditivo Nº : 1 TA/2014

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : HODIERNAL TRANSPORTES LTDA - EPP

Licitação : Inexigibilidade 35/2014

Objeto : Aquisição de vale transporte para os servidores municipais, para durante o restante do exercício de 2014, conforme lei Municipal nº 2.428 de 24 de maio de 1990 e Decreto nº 4.686 de 24 de setembro de 2003.

Vigência : Início: 24/10/2014 Término: 31/12/2014

Assinatura : 24/10/2014

Valor R\$: 20.640,00 (Vinte Mil e Seiscentos e Quarenta Reais)

Dotação : 57 - 06.002.2015.333903972000000.01190000

Dotação : 72 - 06.004.2018.333903972000000.01010000

EXTRATO DO CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 12/2014 -PMC

Contrato Nº : 12 concessão/2014
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : SAMOEL JOSE DA SILVA
Licitação : Concorrência para Concessão 4/2014

Objeto : A presente licitação tem por objeto a seleção de empresa para a outorga de permissão de uso das instalações da sala nº 2 do Quiosque Largo Rio Branco. Trata-se de imóvel localizado no Calçadão do Largo Rio Branco, situado no trevo das Ruas Anita Garibaldi, do Comércio e Dr. Maruri, no Centro do Município de Concórdia/SC, com área de 25m² (vinte e cinco metros quadrados) além de área externa, onde caberá a PERMISSÃO o Comércio de café, doces refrigerados, lanches, sucos, sorvetes, salgados (preparados e somente aquecidos no local).
Vigência : Início: 01/11/2014 Término: 30/10/2018
Assinatura : 30/10/2014
Valor R\$: 550,00 (Quinhentos e Cinquenta Reais)

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 181/2014 -PMC

Contrato Nº : 181/2014
Aditivo Nº : 3 TA/2014
Tipo Aditivo : Prazo
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : CONSTRUTORA FOSCARINI LTDA EPP
Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 4/2014

Objeto : Contratação de serviços de empresa do ramo de construção civil, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para execução de passeio público na Rua São Sebastião, Bairro Fragosos, contrapartida do Município e repasse de convênio do Governo Federal, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo D do Edital.
Vigência : Início: 30/10/2014 Término: 02/01/2015
Assinatura : 30/10/2014
Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 103 - 08.001.1009.344905198000000.01000001

Dotação : 106 - 08.001.1009.344905198000000.01240000

Dotação : 108 - 08.001.1009.344905198000000.01450000

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 183/2014 -PMC

Contrato Nº : 183/2014
Aditivo Nº : 1 TA/2014
Tipo Aditivo : Prazo
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : I.SILVEIRA E CIA LTDA
Licitação : Pregão Presencial 43/2014
Objeto : Aquisição e instalação de brinquedos e equipamentos de ginástica para diversas Praças deste município, conforme especificações constantes nos anexos A? e B? deste edital.
Vigência : Início: 29/10/2014 Término: 13/06/2015
Assinatura : 29/10/2014
Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 108 - 08.001.1009.344905210000000.01450000

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 188/2014 -PMC

Contrato Nº : 188/2014
Aditivo Nº : 2 TA/2014
Tipo Aditivo : Prazo
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP
Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 2/2014

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) de pavimentação asfáltica de diversas ruas, localizadas neste Município, com recursos oriundos de Financiamento com a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina SA -BADESC, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto Básico, constantes no Anexo D do Edital.
Vigência : Início: 20/10/2014 Término: 20/03/2015
Assinatura : 20/10/2014
Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 110 - 08.001.1009.344905198000000.01830000

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 323/2014 -PMC

Contrato Nº : 323/2013
Aditivo Nº : 1 TA/2014
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : SALETE KAPP E CIA LTDA EPP
Licitação : Pregão Presencial 112/2013

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza, higienização e organização, com fornecimento de materiais e equipamentos, nas dependências do Centro Administrativo conforme especificações constantes nos anexos A? e B? deste edital.

Vigência : Início: 29/10/2014 Término: 31/10/2015

Assinatura : 29/10/2014

Valor R\$: 86.709,24 (Oitenta e Seis Mil, Setecentos e Nove Reais e Vinte e Quatro Centavos)

Dotação : 23 - 04.001.2007.333903401000000.01000001

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 225/2014 -PMC

Contrato Nº : 225/2014
Aditivo Nº : 2 TA/2014
Tipo Aditivo : Prazo
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP
Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 3/2014
Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), pavimentação asfáltica de diversas ruas deste município.
Vigência : Início: 24/10/2014 Término: 05/02/2015
Assinatura : 24/10/2014
Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 103 - 08.001.1009.344905198000000.01000001

Dotação : 108 - 08.001.1009.344905198000000.01450000

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 230/2014 -PMC

Contrato Nº : 230/2014

Aditivo Nº : 2 TA/2014

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 1/2014

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) de pavimentação asfáltica da via que liga o loteamento Sintrial ao Distrito de Presidente Kennedy, localizada neste Município, com recursos oriundos do Fundo de Apoio aos Municípios - FUNDAM, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto Básico, constantes no Anexo D do Edital.

Vigência : Início: 27/10/2014 Término: 10/06/2016

Assinatura : 27/10/2014

Valor R\$: 103.636,13 (Cento e Três Mil, Seiscentos e Trinta e Seis Reais e Treze Centavos)

Dotação : 106 - 08.001.1009.344905198000000.01240000

Dotação : 108 - 08.001.1009.344905198000000.01450000

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 231/2014 -PMC

Contrato Nº : 231/2014

Aditivo Nº : 3 TA/2014

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ENGASTE PROJETOS, CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA

Licitação : Dispensa para Obras e Serviços de Engenharia 4/2014

Objeto : Contratação de empresa, do ramo da construção civil, em regime de empreitada global (material e mão de obra), para adequação e complementação da obra no Bairro Imigrantes, do novo Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI, neste Município, de acordo com o Projeto Básico e Memorial Descritivo.

Vigência : Início: 24/10/2014 Término: 08/12/2014

Assinatura : 24/10/2014

Valor R\$: 2.739,14 (Dois Mil, Setecentos e Trinta e Nove Reais e Quatorze Centavos)

Dotação : 359 - 06.004.1007.344905192000000.03010000

Dotação : 359 - 06.004.1007.344905198000000.03010000

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 237/2014 -PMC

Contrato Nº : 237/2014

Aditivo Nº : 1 TA/2014

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : I.SILVEIRA E CIA LTDA

Licitação : Pregão Presencial 62/2014

Objeto : Aquisição e instalação de brinquedos e equipamentos de ginástica para diversas praças deste município, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 29/10/2014 Término: 12/12/2015

Assinatura : 29/10/2014

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 108 - 08.001.1009.344905210000000.01450000

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 286/2014 -PMC

Contrato Nº : 286/2014

Aditivo Nº : 1 TA/2014

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : OLIVEIRA TERRAPLANAGENS LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 25/2014

Objeto : Contratação de empresa do ramo de da construção civil, em regime de empreitada por preço unitário para execução de muros de contenção em pedras argamassadas no novo CMEI Imigrantes conforme especificações constantes nos anexos ?A? e ?B? do edital.

Vigência : Início: 24/10/2014 Término: 13/12/2014

Assinatura : 24/10/2014

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 359 - 06.004.1007.344905192000000.03010000

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 311/2014 -PMC

Contrato Nº : 311/2014

Aditivo Nº : 1 TA/2014

Tipo Aditivo : Prazo/Valor

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELLI EPP

Licitação : Pregão Presencial 26/2014

Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para a execução de obra por preço máximo unitário (material e mão de obra) de construção de cabeceiras em concreto armado sobre o Rio Lajeado dos Pintos, localizado em Linha Saracura, conforme especificações constantes nos anexos ?A? e ?B? deste edital.

Vigência : Início: 24/10/2014 Término: 20/11/2014

Assinatura : 24/10/2014

Valor R\$: 6.163,92 (Seis Mil, Cento e Sessenta e Três Reais e Noventa e Dois Centavos)

Dotação : 168 - 11.001.1013.344905107000000.01000001

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 312/2014 -PMC

Contrato Nº : 312/2014

Aditivo Nº : 1 TA/2014

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : LUCAS PEREIRA CONSTRUTORA - ME

Licitação : Pregão Presencial 27/2014

Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil em regime de empreitada por preço máximo unitário (Material e mão de obra) pra execução de cerca e depósito de lixo no cemitério da Vila Jacob Biezu, neste município, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 29/10/2014 Término: 15/01/2015

Assinatura : 29/10/2014

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 103 - 08.001.1009.344905198000000.01000001

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 314/2014 -PMC

Contrato Nº : 314/2014

Aditivo Nº : 1 TA/2014

Tipo Aditivo : Prazo/Valor

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SOLO ENGENHARIA LTDA

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 9/2014

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de estruturas metálicas, para execução de obra em regime de empreitada global (material e mão de obra) para cobertura, em estrutura metálica, da Rua Leonel Mosele, entre as Ruas Dr. Maruri e Marechal Deodoro, de acordo com os Memoriais Descritivos e Projetos Básicos, constantes no Anexo ?D? deste Edital

Vigência : Início: 24/10/2014 Término: 24/02/2015

Assinatura : 24/10/2014

Valor R\$: 22.375,89 (Vinte e Dois Mil, Trezentos e Setenta e Cinco Reais e Oitenta e Nove Centavos)

Dotação : 161 - 10.001.2039.344905198000000.01000001

Dotação : 365 - 10.001.2039.344905198000000.03000001

Dotação : 366 - 10.001.2039.344905198000000.03440000

Dotação : 367 - 10.001.2039.344905198000000.03450000

EXTRATO CONTRATO Nº 371/2014 -PMC

Contrato Nº : 371/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLECIANE MELANIA PASINATTO ME

Licitação : Pregão Presencial 112/2014

Objeto : Contratação de empresa para realizar transporte de idosos, para o Encontro Municipal de Integração dos Grupos de idosos, com base na Lei Municipal nº 2.752 de 13 de Dezembro de 1993, a ser realizado nos dias 11 e 13/11/2014, no Centro de Eventos deste Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 16/10/2014 Término: 14/01/2015

Assinatura : 16/10/2014

Valor R\$: 1.867,00 (Um Mil e Oitocentos e Sessenta e Sete Reais)

Dotação : 134 - 09.001.2033.333903999000000.01000001

EXTRATO CONTRATO Nº 376/2014 -PMC

Contrato Nº : 376/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : EDIFÍCIO COMERCIAL GOLDEN OFFICE

Licitação : Inexigibilidade 55/2014

Objeto : Contratação de empresa para administrar o condomínio Golden Office, onde funciona a Secretaria Municipal de Educação, salas 301 e 302, onde abriga o núcleo Tecnológico Municipal, Clínica do Aprendizado e os setores administrativos e pedagógicos da SEMED.

Vigência : Início: 21/10/2014 Término: 21/10/2015

Assinatura : 21/10/2014

Valor R\$: 17.569,08 (Dezessete Mil, Quinhentos e Sessenta e Nove Reais e Oito Centavos)

Dotação : 40 - 06.001.2012.333903902000000.01010000

EXTRATO CONTRATO Nº 377/2014 -PMC

Contrato Nº : 377/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELLI EPP

Licitação : Pregão Presencial 29/2014

Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preço unitário (material e Mão-de-obra), para reforma do Centro de Convivência Sementes do Amanhã, localizado no Bairro dos Estados, neste Município, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 24/10/2014 Término: 21/02/2015

Assinatura : 24/10/2014

Valor R\$: 140.000,00 (Cento e Quarenta Mil Reais)

Dotação : 128 - 09.001.1010.344905107000000.01000001

EXTRATO CONTRATO Nº 378/2014 -PMC

Contrato Nº : 378/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TRANSPORTES 29 DE JULHO LTDA ME

Licitação : Inexigibilidade 56/2014

Objeto : Fornecimento de passes para idosos do interior do município, conforme Termo de Concessão de Exploração 9/2014 e 10/2014.

Vigência : Início: 24/10/2014 Término: 24/10/2015

Assinatura : 24/10/2014

Valor R\$: 15.674,40 (Quinze Mil, Seiscentos e Setenta e Quatro Reais e Quarenta Centavos)

Dotação : 134 - 09.001.2033.333903999000000.01000001

EXTRATO CONTRATO Nº 379/2014 -PMC

Contrato Nº : 379/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TRANSPORTES MENEGAT LTDA ME

Licitação : Inexigibilidade 56/2014

Objeto : Fornecimento de passes para idosos do interior do município, conforme Termo de Concessão de Exploração 9/2014 e 10/2014.

Vigência : Início: 24/10/2014 Término: 24/10/2015

Assinatura : 24/10/2014

Valor R\$: 13.733,28 (Treze Mil, Setecentos e Trinta e Três Reais e Vinte e Oito Centavos)

Dotação : 134 - 09.001.2033.333903999000000.01000001

EXTRATO CONTRATO Nº 380/2014 -PMC

Contrato Nº : 380/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : DE MARCO LTDA

Licitação : Pregão Presencial 119/2014

Objeto : aquisição de um veículo, tipo furgão, 4x2 novo, na cor vermelha original de fábrica, para posterior conversão em viatura ambulância, para o Corpo de Bombeiros Voluntários de Concórdia, com recursos oriundos do Fundo Municipal de Direitos Difusos - FMDD, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 24/10/2014 Término: 23/12/2015

Assinatura : 24/10/2014
Valor R\$: 107.000,00 (Cento e Sete Mil Reais)

Dotação : 386 - 04.002.2045.344905252000000.03000002

EXTRATO CONTRATO Nº 381/2014 -PMC

Contrato Nº : 381/2014
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : CRI COLETA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE LIXO LTDA - EPP
Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 12/2014
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares e compactáveis gerados dentro dos limites do perímetro urbano do Município de Concórdia, e nas sedes de seus Distritos, até o Aterro Sanitário Municipal, de acordo com o projeto básico, constante no anexo "D" deste Edital.
Vigência : Início: 30/10/2014 Término: 29/10/2015
Assinatura : 27/10/2014
Valor R\$: 1.721.376,00 (Um Milhão, Setecentos e Vinte e Um Mil e Trezentos e Setenta e Seis Reais)

Dotação : 121 - 08.001.2030.333903928000000.01000001

EXTRATO CONTRATO Nº 382/2014 -PMC

Contrato Nº : 382/2014
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : AUTO PEÇAS 4R LTDA
Licitação : Pregão Presencial 121/2014
Objeto : Contratação de empresa para a aquisição de peças para conserto do diferencial, embreagem e tração do caminhão caçamba VW 24220, ano 2001, PMC 045, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.
Vigência : Início: 29/10/2014 Término: 28/03/2015
Assinatura : 29/10/2014
Valor R\$: 1.390,00 (Um Mil e Trezentos e Noventa Reais)

Dotação : 174 - 11.001.2041.333903039000000.01000001

EXTRATO CONTRATO Nº 383/2014 -PMC

Contrato Nº : 383/2014
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : GL - LISMOTOR RETIFICA DE MOTORES EIRELI EPP
Licitação : Pregão Presencial 121/2014
Objeto : Contratação de empresa para a aquisição de peças para conserto do diferencial, embreagem e tração do caminhão caçamba VW 24220, ano 2001, PMC 045, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.
Vigência : Início: 29/10/2014 Término: 28/03/2015
Assinatura : 29/10/2014
Valor R\$: 458,52 (Quatrocentos e Cinquenta e Oito Reais e Cinquenta e Dois Centavos)

Dotação : 174 - 11.001.2041.333903039000000.01000001

EXTRATO CONTRATO Nº 384/2014 -PMC

Contrato Nº : 384/2014
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : RETIFICA MOCELLIN LTDA
Licitação : Pregão Presencial 121/2014
Objeto : Contratação de empresa para a aquisição de peças para conserto do diferencial, embreagem e tração do caminhão caçamba VW 24220, ano 2001, PMC 045, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.
Vigência : Início: 29/10/2014 Término: 28/03/2015
Assinatura : 29/10/2014
Valor R\$: 2.405,47 (Dois Mil, Quatrocentos e Cinco Reais e Quarenta e Sete Centavos)

Dotação : 174 - 11.001.2041.333903039000000.01000001

DECRETO Nº 5.934

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 5.934, DE 9 DE OUTUBRO DE 2014.
Dá nova redação ao art. 2º do Decreto nº 3.980, de 3 de junho de 1998, que regulamenta a Lei nº 3.011, de 1º de outubro de 1997, que dispõe sobre o abate de animais e produtos de origem animal e produtos de origem vegetal, destinados ao consumo humano, no Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei 3.011, de 1º de outubro de 1997.

DECRETA:

Art. 1º O art. 2º do Decreto nº 3.980, de 3 de junho de 1998, que regulamenta a Lei nº 3.011, de 1º de outubro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Os casos não relatados nesta regulamentação, ficam sujeitos ao Decreto-Lei Estadual nº 3.748, de 12 de julho de 1993, que aprova o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal - RIISPOA e ao Decreto Estadual nº 31.455, de 20 de fevereiro de 1987, que regulamenta os artigos 30 e 31 da Lei nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983, que dispõem sobre Alimentos e Bebidas." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA
ROSA
Secretária Municipal de Administração

RUIMAR SCORTEGAGNA
Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 5.935

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.935, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014.

Abre crédito suplementar; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.698, de 13 de outubro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada, com recursos do excesso de arrecadação verificado até 31 de agosto de 2014, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 10.303.0062.2103 Ações de Média e Alta Complexidade - FMS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.020000 Receita de Impostos de Saúde R\$ 340.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 340.000,00.

Art. 2º Ficam suplementadas, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2013, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 10.301.0061.2102 Ações de Atenção Básica - FMS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.640000 Atenção Básica - Superávit do Exercício Anterior R\$ 200.000,00

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.640000 Atenção Básica - Superávit do Exercício Anterior R\$ 702.500,42

Projeto/Atividade 10.303.0062.2103 Ações de Média e Alta Complexidade - FMS

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.570000 Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Superávit

do Exercício Anterior R\$ 24.691,62

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.650000 Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e

Hospitalar - Superávit do

Exercício Anterior R\$ 364.294,14

Projeto/Atividade 10.304.0063.2104 Ações de Vigilância e Saúde - FMS

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.660000 Vigilância em Saúde - Superávit do Exercício Anterior R\$ 100.000,00

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.660000 Vigilância em Saúde - Superávit do Exercício Anterior R\$ 315.491,19

Fonte de Recursos 06.000000 Recursos Ordinários - Superávit do Exercício Anterior R\$ 149.674,01

Projeto/Atividade 10.303.0064.2105 Assistência Farmacêutica - FMS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.670000 Assistência Farmacêutica Básica - Superávit do

Exercício Anterior R\$ 108.780,13

Fonte de Recursos 03.690000 Medicamentos de Dispensação Excepcional -

Superávit do Exercício Anterior R\$ 7.879,97

Projeto/Atividade 10.122.0065.2106 Modernização e Organização Administrativa - FMS

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.880000 Alienação de Bens Destinados a Programas de Saúde - Superávit do Exercício Anterior R\$ 24.800,21

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 1.998.111,69.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 5.936

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.936, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014.

Estabelece Escala de Plantão das Farmácias do Município de Concórdia; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 280 da Lei Complementar nº 188, de 11 de maio de 2001 e alterações e na Lei nº 3.629, de 15 de abril de 2005 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida a Escala de Plantão das Farmácias do Município de Concórdia, para o período de 21 de outubro a 31 de dezembro de 2014, na forma do Anexo Único, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado, a partir de 21 de outubro de 2014, o Decreto nº 5.893, de 23 de maio de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	ALESSANDRO VERNIZE Secretário Municipal de Saúde
---	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

ANEXO ÚNICO

ESCALA DE PLANTÃO DAS FARMÁCIAS - Da 0h (zero hora) às 7h (sete horas)

Período: 21 de outubro a 31 de dezembro de 2014.

DIA	OUTUBRO/2014 Farmácia	NOVEMBRO/2014 Farmácia	DEZEMBRO/2014 Farmácia
1º		Vittal Farma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	Concórdia – Rua do Comércio, 357
2		RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969
3		Saint Germain/Brasil Popular – Rua 29 de Julho, 451	SESI – Rua do Comércio, 336
4		Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357
5		São João – Rua Marechal Deodoro, 952	São João – Rua Anita Garibaldi, 16
6		Moderna – Rua Marechal Deodoro, 769	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3
7		Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357
8		Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1
9		Concórdia – Rua do Comércio, 357	Vittal Farma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2
10		Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451
11		Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Saint Germain/Brasil Popular – Rua 29 de Julho, 451
12		Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357
13		SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	São João – Rua Marechal Deodoro, 952
14		SESI – Rua do Comércio, 336	Moderna – Rua Marechal Deodoro, 769
15		Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357
16		São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826
17		Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Concórdia – Rua do Comércio, 357
18		Concórdia – Rua do Comércio, 357	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244
19		Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000
20		Vittal Farma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	Concórdia – Rua do Comércio, 357
21	Concórdia – Rua do Comércio, 357	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969

DIA	OUTUBRO/2014 Farmácia	NOVEMBRO/2014 Farmácia	DEZEMBRO/2014 Farmácia
22	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Saint Germain/Brasil Popular – Rua 29 de Julho, 451	SESI – Rua do Comércio, 336
23	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357
24	Concórdia – Rua do Comércio, 357	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	São João – Rua Anita Garibaldi, 16
25	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Moderna – Rua Marechal Deodoro, 769	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3
26	SESI – Rua do Comércio, 336	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357
27	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1
28	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Vittal Farma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2
29	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451
30	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Saint Germain/Brasil Popular – Rua 29 de Julho, 451
31	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1		Concórdia – Rua do Comércio, 357

DECRETO Nº 5.937

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.937, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, áreas de terras.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, arts. 5º, VIII e 80, I, “e”, c/c o disposto no art. 5º, “h” e “m”, do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, áreas de terras abaixo descritas, para fins de implantação das futuras instalações da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS:

I - área de terras de 100.103,23m², do imóvel caracterizado como: parte dos lotes rurais nºs. 1.284, 1.283, 1.282, 1.281 e 1.280, da Colônia Rancho Grande, com área total levantada de 951.760,21m², situado em Linha Pinhal, neste Município, de propriedade da empresa AGROINDUSTRIAL SIMIONI LTDA., registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 6.296, Livro nº 2 - “AB”, tendo a área de 100.103,23m², as seguintes medidas e confrontações: ao nordeste, na extensão de 368,25m, com a área remanescente da mesma matrícula, lotes rurais nºs. 1.281 e 1.282 de propriedade de Agroindustrial Simioni Ltda; ao sudeste, em linhas descontínuas, na extensão de 156,90m, com o lote rural nº 1.280 de propriedade de Alcides Simioni e na extensão de 458,94m com o lote rural nº 1.651 de propriedade de Adir Dallagnol, Iracilda Maria Simioni Dallagnol, Olir Dallagnol e Iracema Maria Casagrande Dallagnol; ao sudoeste, em

linhas descontínuas, na extensão de 157,33m, com o lote Rural nº 1.651 de propriedade de Adir Dallagnol, Iracilda Maria Simioni Dallagnol, Olir Dallagnol e Iracema Maria Casagrande Dallagnol, na extensão de 138,86m com o lote rural nº 1.652 de propriedade de Aquelino Dallagnol, e na extensão de 80m, com os lotes rurais nºs. 1.650 e 1.651 de propriedade de José Alberto Olmi e Marília Clara Poy Olmi; ao noroeste, na extensão de 635,63m com a área remanescente da mesma matrícula, lote rural nº 1.282, de propriedade de Agroindustrial Simioni Ltda.;

II - área de terras de 46.400,00m2 caracterizada como: parte do lote rural nº 1.651, da Colônia Rancho Grande, situado em Canhada Funda, neste Município, de propriedade de JOSE ALBERTO OLMÍ e sua mulher, senhora MARILIA CLARA POY OLMÍ, registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 5.721, Livro nº 2 - "V";

III - área de terras de 37.630,60m2, do imóvel caracterizado como: parte do lote rural nº 1.651, da Colônia Rancho Grande, com área de 46.400,00m2, situado em Canhada Funda, neste Município, de propriedade de JOSE ALBERTO OLMÍ e sua mulher, senhora MARILIA CLARA POY OLMÍ, registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 14.217, Livro nº 2 - "BI", tendo a área de 37.630,60m2, as seguintes medidas e confrontações: ao nordeste, em linhas quebradas, na extensão de 80,00m com o lote rural nº 1.281, de propriedade de Agroindustrial Simioni Ltda., e na extensão de 34,40m com o lote rural nº 1.281, de propriedade de Adir Dallagnol, Iracilda Maria Simioni Dallagnol, Olir Dallagnol e Iracema Maria Casagrande Dallagnol; ao sudeste, na extensão de 323,40m, com o lote rural nº 1.651, de propriedade de José Alberto Olmi e sua mulher, Marília Clara Poy Olmi; ao sudoeste: na extensão de 51,10m, com o lote rural nº 1.651, de propriedade de Neldo Seidenstucker, e na extensão de 88,70m com o lote rural nº 1.651, de propriedade de Leonir Correia; ao noroeste, na extensão de 345,60m com a área remanescente da mesma matrícula, lote rural nº 1.651 de propriedade de José Alberto Olmi e sua mulher, Marília Clara Poy Olmi;

IV - área de terras de 65.379,32m2, do imóvel caracterizado como: parte dos lotes rurais nºs 1.639 e 1.652, da Colônia Rancho Grande, com área total levantada de 351.025,40m2, situado em Canhada Funda, neste Município, de propriedade de AMÉLIA BUSSOLARO, registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 2.141, Livro nº 2 - "H", tendo a área de 65.379,32m2, as seguintes medidas e confrontações: ao nordeste, na extensão de 91,5m, com a área a desmembrar 02 da mesma matrícula, parte do lote rural nº 1.652, de propriedade de Amélia Bussolaro; ao sudeste, na extensão de 486,2m, com área remanescente da mesma matrícula, parte do lote rural nº 1.652, de propriedade de Amélia Bussolaro; ao sudoeste, na extensão de 173,70m, com a área remanescente da mesma matrícula, parte do lote rural nº 1.652, de propriedade de Amélia Bussolaro; ao noroeste, na extensão de 161,10m, com o lote rural nº 1.651 de propriedade de Neldo Seidenstucker, e na extensão de 326,90m, com o lote rural nº 1.651, de propriedade de José Alberto Olmi e sua mulher, Marília Clara Poy Olmi;

V - área de terras de 40.675,21m2, do imóvel caracterizado como: parte dos lotes rurais nºs. 1.651 e 1.652, com área total levantada de 91.917,80m2, situado em Canhada Funda, neste Município, de propriedade de ADIR DALLAGNOL e sua mulher, senhora IRACILDA MARIA SIMIONI DALLAGNOL e OLIR DALLAGNOL e sua mulher, senhora IRACEMA MARIA CASAGRANDE DALLAGNOL, registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 4.969, Livro nº 2 - "S", tendo a área de 40.675,21m2, as seguintes medidas e confrontações: ao nordeste, na extensão de 157,3m com o lote rural nº 1.281, de propriedade de Agroindustrial Simioni Ltda.; ao sudeste, em linhas descontínuas, na extensão de 182,4m, com o lote rural nº 1.653, de propriedade de Aquelino

Dallagnol, e na extensão de 107,6m, com área remanescente da mesma matrícula, parte do lote rural nº 1.651; ao sudoeste, em linhas descontínuas, na extensão de 174,9m, com a área remanescente da mesma matrícula, parte dos lotes rurais nºs. 1.651 e 1.652, e na extensão de 59,00m, com a área a desmembrar 02 da mesma matrícula, parte do lote rural nº 1.651; ao noroeste, na extensão de 269,9m com o lote rural nº 1.282, de propriedade de Agroindustrial Simioni Ltda.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 22 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 744/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 744/2014, DE 7 DE OUTUBRO DE 2014.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora LÍCIA DE CASTRO PILONI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2014, à servidora LÍCIA DE CASTRO PILONI, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 12 de janeiro de 2005 a 11 de janeiro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 745/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 745/2014, DE 7 DE OUTUBRO DE 2014.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora ILOINE SANDERS HERBICH.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2014, à servidora ILOINE SANDERS HERBICH, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 6 de fevereiro de 2007 a 5 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 746/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 746/2014, DE 7 DE OUTUBRO DE 2014.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora JUSTINA INES BALBINOT LAZZARIN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, nos meses de novembro e dezembro de 2014, à servidora JUSTINA INES BALBINOT LAZZARIN, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, o gozo de 2 (dois) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 7 de junho de 2004 a 6 de junho de 2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 747/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 747/2014, DE 7 DE OUTUBRO DE 2014.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor JOCEMIR DA SILVA MORAES.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de outubro de 2014, ao servidor JOCEMIR DA SILVA MORAES, ocupante do cargo de Agente Operacional, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 11 de março de 2008 a 10 de março de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 748/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 748/2014, DE 8 DE OUTUBRO DE 2014.

Dá nova redação a alínea "c" do inciso II do art. 2º do Decreto nº 927/2013, de 7 de novembro de 2013, que constitui e designa comissão especial.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º A alínea "c" do inciso II do art. 2º do Decreto nº 927/2013, de 7 de novembro de 2013, que constitui e designa comissão especial, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º (...)

c) FLAVIA ROSANE CAMILLO TIBOLLA." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN Secretária Municipal de Educação
---	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 749/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 749/2014, DE 8 DE OUTUBRO DE 2014.
Dá nova redação ao art. 3º do Decreto nº 708/2014, de 24 de setembro de 2014, que constitui e designa membros para compor os Comitês Coordenador e Executivo do Plano de Mobilidade Urbana.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º O art. 3º do Decreto nº 708/2014, de 24 de setembro de 2014, que constitui e designa membros para compor os Comitês Coordenador e Executivo do Plano de Mobilidade Urbana, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Fica constituído Comitê Executivo com a incumbência de operacionalizar o processo de elaboração do Plano Municipal de Mobilidade Urbana, juntamente com a empresa VIA 11 - Engenharia de Segurança Viária Ltda." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 750/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 750/2014, DE 8 DE OUTUBRO DE 2014.
Concede abono de permanência à servidora SANDRA MARA CORDEIRO DOS SANTOS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 26, § 3º, da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, a partir de 8 de outubro de 2014, à servidora SANDRA MARA CORDEIRO DOS SANTOS, ocupante do cargo de Telefonista, abono de permanência, equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, até a data da concessão da aposentadoria.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 751/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 751/2014, DE 8 DE OUTUBRO DE 2014.
Concede gozo de licença-prêmio à servidora ANA CLAUDIA SARAIVA MANFRE.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2014, à servidora ANA CLAUDIA SARAIVA MANFRE, ocupante do cargo de Odontólogo, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 2 de fevereiro de 2003 a 1º de fevereiro de 2008.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 752/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 752/2014, DE 8 DE OUTUBRO DE 2014.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora GLADIS MARIA RADETSKI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, nos meses de novembro de 2014 a abril de 2015, à servidora GLADIS MARIA RADETSKI, ocupante do cargo de Agente Administrativo, o gozo de 6 (seis) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, na forma abaixo:

I - 3 (três) meses, pertinentes ao quinquênio - período aquisitivo de 8 de janeiro de 2000 a 7 de janeiro de 2005;

II - 3 (três) meses, pertinentes ao quinquênio - período aquisitivo de 8 de janeiro de 2005 a 7 de janeiro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 753/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 753/2014, DE 8 DE OUTUBRO DE 2014.

Revoga a gratificação, pelo exercício de função de direção, concedida à servidora JUCELIA BORSATI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogada, a partir de 1º de novembro de 2014, a gratificação pelo exercício de função de direção, concedida à servidora JUCELIA BORSATI, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 40886-00 e 40886-01, pelo Decreto nº 816/2013, de 3 de setembro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 754/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 754/2014, DE 9 DE OUTUBRO DE 2014.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora DELCI SANTIN ALBUQUERQUE.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2014, à servidora DELCI SANTIN ALBUQUERQUE, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 16 de abril de 2000 a 15 de abril de 2005.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 755/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 755/2014, DE 9 DE OUTUBRO DE 2014.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora JUCELIA BORSATI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2014, à servidora JUCELIA BORSATI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 40886-00, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 2 de fevereiro de 1998 a 1º de fevereiro de 2003.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 756/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 756/2014, DE 10 DE OUTUBRO DE 2014.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora MARILENE RIVA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2014, à servidora MARILENE RIVA, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de fevereiro de 1995 a 31 de janeiro de 2000.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 10 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 757/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 757/2014, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014.

Concede Promoção Horizontal à servidora INES JUREMA LAZARIN DA SILVA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 20 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações e no Decreto nº 5.705, de 14 de maio de 2012, e considerando a avaliação efetuada pela comissão especialmente designada.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora INES JUREMA LAZARIN DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, do Quadro de Cargos do Poder Executivo, Promoção Horizontal, para a Faixa de Vencimento B.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de outubro de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 758/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 758/2014, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora CELSA TERESINHA MARTELLO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de janeiro de 2015, à servidora CELSA TERESINHA MARTELLO, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de setembro de 2005 a 31 de agosto de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 14 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 759/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 759/2014, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

Dá nova redação ao item 1 da alínea "b" do inciso VI do art. 2º do Decreto nº 419/2013, de 11 de abril de 2013 e alterações, que constituem e designam comissões especiais.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações; na Lei Complementar nº 149, de 22 de outubro de 1998 e nos Decretos nºs. 4.068, de 26 de janeiro de 1999 e 5.705, de 14 de maio de 2012 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º O item 1 da alínea "b" do inciso VI do art. 2º do Decreto nº 419/2013, de 11 de abril de 2013 e alterações, que constituem e designam comissões especiais com a incumbência de proceder à avaliação de servidores municipais, para efeitos de estágio probatório e avaliação de desempenho para fins de Promoção Horizontal, passa a vigorar com a seguinte redação, a partir de 3 de novembro de 2014:

"Art. 2º (...)

1. FLAVIA ROSANE CAMILLO TIBOLLA;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 14 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 760/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 760/2014, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

Exonera, a pedido, a servidora RAFAELA COSTA MARTINS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora RAFAELA COSTA

MARTINS, do cargo de provimento em comissão de Responsável do Setor de Programas Habitacionais, a partir de 13 de outubro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 14 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 761/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 761/2014, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor MARCOS ANTONIO MOREIRA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2014, ao servidor MARCOS ANTONIO MOREIRA, ocupante do cargo de Servente Braçal, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 13 de outubro de 2009 a 12 de outubro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 14 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 762/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 762/2014, DE 16 DE OUTUBRO DE 2014.

Designa a servidora JENECIR LOURDES MANDUCA BERNARDI para responder, interinamente, pelo cargo de Chefe do Departamento de Administração do Terminal Rodoviário.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora JENECIR LOURDES MANDUCA BERNARDI, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para responder pelo cargo de Chefe do Departamento de Administração do Terminal Rodoviário, no período de 20 de outubro a 4 de novembro de 2014, em face do afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 3, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 763/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 763/2014, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

Decreta ponto facultativo nas repartições públicas municipais.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 327, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo nas repartições públicas municipais, no dia 28 de outubro de 2014, com exceção dos serviços considerados essenciais, prestados:

I - pelo Abrigo Provisório Anjo Gabriel;

II - pelos Agentes da Autoridade de Trânsito;

III - pelo Terminal Rodoviário Municipal Prefeito Neudy Primo Massolini;

IV - pela Vigilância Sanitária, conforme escala do setor.

Parágrafo único. O atendimento das Unidades Educacionais será de acordo com calendário próprio, aprovado pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Prefeito Municipal	Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 764/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 764/2014, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

Revoga o Decreto nº 757/2014, de 13 de outubro de 2014, que concede Promoção Horizontal à servidora INES JUREMA LAZARIN DA SILVA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX e considerando a CI DRH nº 587/2014, de 15 de outubro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado, o Decreto nº 757/2014, de 13 de outubro de 2014, que concede Promoção Horizontal à servidora INES JUREMA LAZARIN DA SILVA.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de outubro de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 765/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 765/2014, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014.

Acresce inciso IV ao art. 1º do Decreto nº 669/2012, de 20 de agosto de 2012, que designa servidores para integrar a Junta Médica Oficial do Município.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica acrescido inciso IV ao art. 1º do Decreto nº 669/2012, de 20 de agosto de 2012, que designa servidores para integrar a Junta Médica Oficial do Município, com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

IV - PATRICIA MARTINS BARBOSA, matrícula 46132-04.” (AC)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 766/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 766/2014, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor EUCLIDES HENRIQUE SIGNORATTI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2014, ao servidor EUCLIDES HENRIQUE SIGNORATTI, ocupante do cargo de Servente Braçal, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 2 de março de 2005 a 1º de março de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ANTONIO COLUSSI

Secretário Municipal de Transportes

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 767/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 767/2014, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora LENARA SECCO SIEPMANN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2014, à servidora LENARA SECCO SIEPMANN, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 57576-04, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 5 de maio de 2008 a 4 de maio de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 3/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 3/2014

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso de suas atribuições legais, torna público o Primeiro Adendo ao Edital de Processo Seletivo Público nº 2/2014, de 24 de setembro de 2014.

Ficam alteradas para 30 e 31 de outubro de 2014 as datas das inscrições de que trata o item 3.1 e para 3 de novembro de 2014, a avaliação dos candidatos com deficiência, conforme item 3.7.

O local e os horários das inscrições, previstos no item 3.1, permanecem inalterados.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia,
aos 10 dias do mês de outubro de 2014.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

LEI Nº 4.697

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.697, DE 7 DE OUTUBRO DE 2014.

Altera denominação da Travessa Guanabara do Bairro dos Estados.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica alterada a denominação da Travessa Guanabara, localizada no Bairro dos Estados, passando a denominar-se de Travessa Amazonas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

LEI Nº 4.698

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.698, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014.

Autoriza abertura de crédito suplementar; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos do excesso de arrecadação verificado até 31 de agosto de 2014, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 10.303.0062.2103 Ações de Média e Alta Complexidade - FMS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.020000 Receita de Impostos de Saúde R\$ 340.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 340.000,00.

Art. 2º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2013, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 10.301.0061.2102 Ações de Atenção Básica

- FMS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.640000 Atenção Básica - Superávit do Exercício Anterior R\$ 200.000,00

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.640000 Atenção Básica - Superávit do Exercício Anterior R\$ 702.500,42

Projeto/Atividade 10.303.0062.2103 Ações de Média e Alta Complexidade - FMS

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.570000 Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Superávit do Exercício Anterior R\$ 24.691,62

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.650000 Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e

Hospitalar - Superávit do

Exercício Anterior R\$ 364.294,14

Projeto/Atividade 10.304.0063.2104 Ações de Vigilância e Saúde - FMS

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.660000 Vigilância em Saúde - Superávit do Exercício Anterior R\$ 100.000,00

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.660000 Vigilância em Saúde - Superávit do Exercício Anterior R\$ 315.491,19

Fonte de Recursos 06.000000 Recursos Ordinários - Superávit do Exercício Anterior R\$ 149.674,01

Projeto/Atividade 10.303.0064.2105 Assistência Farmacêutica - FMS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.670000 Assistência Farmacêutica Básica - Superávit do

Exercício Anterior R\$ 108.780,13

Fonte de Recursos 03.690000 Medicamentos de Dispensação Excepcional -

Superávit do Exercício Anterior R\$ 7.879,97

Projeto/Atividade 10.122.0065.2106 Modernização e Organização Administrativa - FMS

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.880000 Alienação de Bens Destinados a Programas de Saúde - Superávit do Exercício Anterior R\$ 24.800,21

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 1.998.111,69.

Art. 3º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.573, de 20 de setembro de 2013; 4.590, de 29 de outubro de 2013 e 4.621, de 13 de dezembro de 2013, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

LEI Nº 4.699

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.699, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

Denomina vias públicas dos Loteamentos Lurdes Pastore e Jardim Sul, dos Bairros São Cristóvão e Nova Brasília.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º O trecho da Rua C localizado em frente aos lotes 04, 05 e 06, na quadra C, no Loteamento Lurdes Pastore, no Bairro São Cristóvão, passa a denominar-se de Rua Antonio Bosio.

Art. 2º A Rua B localizada no Loteamento Jardim Sul, no Bairro Nova Brasília, passa a denominar-se de Rua Antonio Pelin.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

LEI Nº 4.700

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.700, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

Autoriza o reconhecimento de Déficit Atuarial com o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer Déficit Atuarial com o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, no valor de R\$ 17.377.233,97 (dezesete milhões, trezentos e setenta e sete mil, duzentos e trinta e três reais e noventa e sete centavos), posicionado em 31 de dezembro de 2013.

Parágrafo único. O valor referido no caput deste artigo será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, mais juros

de 0,48675% ao mês, até o último dia do mês que anteceder o primeiro pagamento.

Art. 2º O déficit de que trata o art. 1º desta Lei, será amortizado pelo Sistema Francês de Amortização - método PRICE, em 420 (quatrocentos e vinte) meses, considerando juros de 0,48675% ao mês e atualizadas pelo INPC/IBGE.

§ 1º As parcelas terão vencimento no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da competência.

§ 2º Será considerado o prazo decorrido entre a data do vencimento da parcela e a do efetivo pagamento, para cálculo de juros e de atualização, em caso de atraso das parcelas.

§ 3º O saldo devedor será atualizado pelo mesmo índice (INPC/IBGE), considerando juros e amortização.

§ 4º Em caso de extinção ou inaplicabilidade do INPC/IBGE ou mudança da metodologia de cálculo dos juros, será adotado indicador substitutivo, compatível com as necessidades atuariais do IPRECON.

Art. 3º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento geral do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 21 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

PORTARIA Nº 189/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 189/2014, DE 9 DE OUTUBRO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 41 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações e considerando as avaliações efetuadas pela comissão especialmente designada.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder às servidoras abaixo relacionadas, Promoção por Aperfeiçoamento ou Capacitação, correspondente a 1% (um por cento) do respectivo vencimento-base:

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO
1	59048-04	Arlene Cristina Menegat	Professor, código 10.12

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO
2	98949-01	Clarice Fabonatto	Professor, código 10.12
3	36684-07	Fernanda Veronese Klein	Professor, código 10.12
4	61808-06	Franciele Fatima Stedille	Professor, código 10.12
5	40886-01	Jucelia Borsati	Professor, código 10.12
6	80357-03	Lisandra Zuanazzi	Professor, código 10.12
7	98973-04	Luciane Costa Garcia	Professor, código 10.12
8	91979-01	Mara Rosane Saatkamp	Professor, código 10.12
9	101818-00	Marcia Lucia Maldaner Frozza	Professor, código 10.12
10	92347-00	Maria Eva Climaco Varela Freitag	Professor, código 10.12
11	41092-01	Marines Fatima Colombo	Professor, código 10.12
12	21970-00	Nadia Dirlei Redecker	Professor, código 10.12
13	21970-01	Nadia Dirlei Redecker	Professor, código 10.12
14	89826-00	Naira Marcante Dalla Costa	Professor, código 10.12
15	89826-01	Naira Marcante Dalla Costa	Professor, código 10.12
16	41050-02	Raquel Cristina Coldebella Moretto	Professor, código 10.12
17	91758-03	Rose Antonietti Gomes de Almeida	Professor, código 10.12
18	91758-06	Rose Antonietti Gomes de Almeida	Professor, código 10.12
19	50644-00	Rosilene Salvador Polina	Professor, código 10.12

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de outubro de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 190/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 190/2014, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I - JAIME SAVOLDI, ocupante do cargo de Diretor Técnico, a partir de 21 de outubro de 2014;

II - JOSE VALDORI DA ROCHA CAMPOS, ocupante do cargo de Encarregado da Seção de Inspeção, a partir de 17 de outubro de 2014;

III - JULIANA SALETE ROSSETTO, ocupante do cargo de Controladora da Divisão de Logística Administrativa, pelo período de 15 dias, a partir de 10 de outubro de 2014;

IV - REGINA APARECIDA FORNARI ocupante do cargo de Engenheiro, a partir de 16 de outubro de 2014;

V - VERA LÚCIA MARIA UBERTI PELLIZZARO, ocupante do cargo de Diretora de Gabinete, a partir de 20 de outubro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 191/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 191/2014, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- o processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 14179/2014, em 31 de julho de 2014, do qual se extrai que o servidor SANDRO MARTINI, teria se envolvido em acidente de trânsito, conduzindo veículo da Municipalidade;
- que o servidor infringiu, em tese, o disposto no art. 151, I, da Lei Complementar nº 90/1994;
- o Parecer nº 932/2014, da Assessoria Jurídica da Municipalidade, de 15 de agosto de 2014, no sentido de instauração de Sindicância;
- que, se comprovada a culpabilidade do servidor, o mesmo poderá sujeitar-se à penalidade prevista no art. 163, I, da Lei Complementar nº 90/1994, sem prejuízo do ressarcimento ao Erário Público Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Sindicância a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo o servidor SANDRO MARTINI, ocupante do cargo em comissão de Encarregado da Seção de Orçamento, Programa e Estatística.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para proceder à tomada de depoimentos e demais providências que julgarem oportunas, em face da presente Sindicância:

I - presidente: ANA PAULA DE AGUIAR, ocupante do cargo de Agente Administrativo, Grupo Ocupacional Funcional - GF;

II - secretária: ROMARA RITA POZZA COLOMBO, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração;

III - vogais:

a) FERNANDO SVILLEN, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

b) LEÃO MARCOS AMPESSAN, ocupante do cargo de Fiscal de

Tributos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 192/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA Nº 192/2014, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a data do término da ampliação da carga horária da servidora ARIANE BONATTO MUNARETTO, constante na Portaria nº 9/2014, de 13 de janeiro de 2014, para: "12.12.2014".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 193/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA Nº 193/2014, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e 257, de 9 de dezembro de 2002, e considerando:

- o Adendo nº 07/2014 ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras;

- os Adendos nºs. 60, 61, 64 e 65/2014 ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT da Secretaria Municipal de Saúde;

- os Adendos nºs. 331, 337 e 338/2014, ao LTCAT da Secretaria Municipal de Educação;

- a CI DRH 590/2014, de 17 de outubro de 2014, emitida pela Diretoria de Recursos Humanos.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, Adicional de Insalubridade, grau médio, correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo:

I - ALINE NESS SILVEIRA, ocupante do cargo de Médico, matrícula 1128400-00, a partir de 16 de setembro de 2014;

II - DEBORA BORTOLI, ocupante do cargo de Médico, matrícula 1115642-00, a partir de 1º de outubro de 2014;

III - DEIZE RACHELLE BERNO, ocupante do cargo de Técnico em

Enfermagem do SAMU, a partir de 1º de outubro de 2014;

IV - ELIANE SOLANGE PORT, ocupante do cargo de Motorista, a partir de 6 de outubro de 2014;

V - GIOVANA PORTALUPPI, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir de 1º de outubro de 2014;

VI - GRACIELA INES MUNARETTO KLASSMANN, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem do SAMU, a partir de 1º de outubro de 2014;

VII - LIAMARA BONATTO MÜLLER, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir de 1º de outubro de 2014;

VIII - MARCELINO PEREIRA, no cargo de Servente Braçal, a partir de 1º de outubro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Coronel Martins**PREFEITURA****DECRETO Nº 242 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 242 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

EXONERA A PEDIDO SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

EXONERAR A PEDIDO:

Art. 1º A Servidora Pública Municipal, Sra. Geneci da Costa Pertussatti, ocupante do Cargo Comissionado de Secretária de Administração, Planejamento e Finanças, enquadrada na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 1º de Novembro de 2014, conforme requerimento protocolado sob nº 738 de 13/10/2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 23 de Outubro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO
Chefe de Gabinete

Correia Pinto**PREFEITURA****1ª. RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL 64/2014 PMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO 64/2014

1ª. RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL

O Município de Correia Pinto, de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, comunica aos interessados que RERRATIFICA o edital do processo licitatório 64/2014 cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, conforme segue: alteração no objeto do edital, que passa a ser lido: CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO. Alteração nos itens do anexo I do edital, e onde se lê: menor preço global, passa a ser lido: menor preço por lote. Feitas as devidas correções e entendendo que estas afetam a formulação das propostas pelas licitantes, em conformidade com o Art. 21, § 4º da Lei 8.666/93, retifica-se data anteriormente marcada para a abertura dos envelopes, passando a ser no dia 13.11.2014 às 14:00 horas, no mesmo local. O edital retificado encontra-se disponível no site www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 03 de novembro de 2014.

VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES
Pregoeiro Municipal

PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 03/2014 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DE CORREIA PINTO

PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 03/2014 - FMAS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CORREIA PINTO. Tipo: Menor preço por LOTE. Abertura dos envelopes: 13/11/2014 às 15:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 03 de novembro de 2014.

VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES
Presidente da Comissão de Licitação
Pregoeiro Municipal

PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 13/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORREIA PINTO

PREGÃO PRESENCIAL 13/2014 - FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CORREIA PINTO. Tipo: Menor preço por lote. Abertura dos envelopes: 13/11/2014 às 16:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente a matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 08:30 às 12:00hs e 13:30 às 18:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 03 de novembro de 2014.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES

Presidente da Comissão de Licitação

Pregoeiro Municipal

PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 04/2014 FHMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 04/2014/FHMCP

PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CORREIA PINTO. Tipo: Menor preço por lote. Abertura dos envelopes: 13.11.2014 às 17:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente a matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs. mediante apresentação do comprovante de depósito da taxa de R\$ 10,00 (dez reais) por edital, ou em www.correiapinto.sc.gov.br, sem custo.

Correia Pinto/SC, 03 de novembro de 2014.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES

Pregoeiro Municipal

PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 05/2014 FMEC

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DE CORREIA PINTO

PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 03/2014 - FMAS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA VEÍCULOS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E CULTURAAL DE CORREIA PINTO. Tipo: Menor preço por LOTE. Abertura dos envelopes: 13/11/2014 às 15:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 03 de novembro de 2014.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES

Presidente da Comissão de Licitação

Pregoeiro Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 70/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 70/2014

O Fundo Municipal de Educação, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES, PARA USO DOS ALUNOS DOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, CONFORME ANEXO I e II DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 14/11/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC.

A partir das 14:00 horas do dia 14/11/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC. O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 30 de Outubro de 2014.

Kleberson Luciano Lima
Presidente do Fundo

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 39/2014

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 39/2014

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Fundo Municipal de Assistência Social de Curitibanos e a empresa Globo Planalto Com. de Veículos Ltda., com o valor total de R\$ 124,00 (Cento e vinte e quatro reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REVISÃO MECÂNICA DO VEÍCULO FIAT UNO MILLE VIVACE 1.0, PLACAS MLN 8172, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO XVII DA LEI 8.666/93 CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 - É dispensável a licitação de:
- XVII - "Para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeiro, necessários á manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso XVII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 31 de outubro de 2014.

Diego Sebem Wordell
Presidente da Comissão

Cristina Melo Menegotto
Membro

Márcia Dominski Penteadó
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso XVII dou como aprovada.

Curitibanos, 31 de outubro de 2014.

Claudio Vieira França

Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra e venda mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 31 de outubro de 2014.

João Carlos Martins dos Santos
Presidente do Fundo

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 265/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 265/2014

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DA MOTONIVELADORA GD 555 KOMATSU DA FROTA DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 17/11/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC.

A partir das 16:00 horas do dia 17/11/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC. O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 31 de Outubro de 2014.

José Antonio Guidi Diego Sebem Wordell
Prefeito Municipal Pregoeiro

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

CONTRATO Nº 072/2014

Contrato Administrativo nº 072/2014.

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, com sede a Rua Brasília, 02, Centro, na cidade de Doutor Pedrinho - SC, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, HARTWIG PERSUHN, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e a Empresa FREEWIL IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA, com sede RUA TEREZA NIEHUES, 114 - BAIRRO: SCHREIBER, SALETE/SC CEP: 89.196-000, sob o CNPJ nº 03.558.220/0001-23 neste ato representada por seu(a) Representante Legal Senhor(a) SILVIO ALFREDO FREGULIA, CPF: 612.836.909-00, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo Licitatório nº 00040/2014, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 0040/2014, homologado em 02/10/2014, e disposições da Lei Federal nº 10.520/2002, do Decreto Municipal nº 15/2007 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto:

1.1 - Constitui objeto do presente contrato a Aquisição DE um tanque elíptico NOVO de 10.000lts para transporte de água, conforme segue:

ITEM	QUANT.	OBJETO/ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS / MARCA:	PREÇO R\$
01	01	<p>Aquisição de um Tanque para transporte de água, formato elíptico com capacidade para 10.000 litros, cor branco, que será instalado em um Caminhão AGRAL 14.000, com as seguintes características: MARCA: FREEWIL</p> <p>Parede de aço de no mínimo 3,00mm revestido com neutrol, pintura anticorrosiva, faixas refletivas, quebra ondas, suporte de fixação dos mangotes, para-lama injetado com parabarro, visor de nível, escada traseira com degrau antiderrapante, boca de inspeção de 480mm, garantia de no mínimo 3 meses.</p> <p>OBS:</p> <p>a) Este tanque deverá ser devidamente preparado para posterior adaptação de uma bomba Mepel e de uma barra com válvula de acionamento pneumático já adquiridas pelo Município de Doutor Pedrinho.</p> <p>b) AS DESPESAS DECORRENTES DA INSTALAÇÃO DO TANQUE NO CAMINHÃO JÁ DEVERÃO ESTAR EMBUTIDAS NO PREÇO OFERTADO, NÃO ACARRETANDO NENHUM ÔNUS ADICIONAL AO MUNICÍPIO.</p> <p>c) O LICITANTE VENCEDOR DEVERÁ RETIRAR O CAMINHÃO NA SEDE DA MUNICIPALIDADE PARA PROMOVER A INSTALAÇÃO DO TANQUE DEVOLVENDO-O NESTE MESMO LOCAL, NO PRAZO DE ENTREGA DO EQUIPAMENTO LICITADO, SEM ÔNUS ADICIONAL AO MUNICÍPIO.</p>	R\$ 20.600,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA Execução do Contrato e da Vigência:

2.1 - O contrato terá vigência da data de sua assinatura até 31/12/2014, podendo ser aditado na forma da Lei.

CLÁUSULA TERCEIRA - Do Preço:

3.1 - O valor total deste Contrato, para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, será de R\$ 20.600,00 (vinte mil e seiscentos reais), de conformidade com a proposta vencedora do Pregão Presencial nº 40/2014.

CLÁUSULA QUARTA - Da entrega e Pagamento:

4.1 - O fornecimento do bem se dará a partir da emissão da ordem de fornecimento, onde a CONTRATADA disporá do prazo de até 30 (trinta) dias para entrega do mesmo.

4.2 - O local de entrega será na Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho, Rua Brasília, 02, Centro.

4.3 - O pagamento se dará até o 30º dia após a efetiva entrega do bem, mediante nota fiscal.

CLÁUSULA QUINTA - Dos Recursos para Atender as Despesas:

5.1 - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do Orçamento-Programa Anual do MUNICÍPIO:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
04	SECRETARIA DE OBRAS ESTRADAS E SERV URBANOS
01	SECRETARIA DE OBRAS ESTRADAS E SERV URBANOS
1010	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E MAQUINAS
44905299	OUTROS EQUIPAMENTOS DE MATERIAL PERMANENTE
1890000	ALIENAÇÃO DE BENS

CLÁUSULA SEXTA - Das Obrigações:**6.1 - DO MUNICÍPIO:**

- a) Atestar nas notas fiscais/faturas a afetiva entrega do objeto deste contrato, após conferência da compatibilidade deste com o objeto licitado/contratado;
- b) Prestar à CONTRATADA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto contratual;
- c) Efetuar o pagamento no prazo e nas condições fixadas na licitação e neste contrato, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente e regular liquidação;
- d) Notificar, por escrito, à CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção, oportunizando o contraditório e a ampla defesa;
- e) Manter arquivados os documentos que decorrem do convênio, bem como os demais documentos relativos ao processo licitatório, ficando disponível para que, a qualquer momento que seja necessário, haja uma fiscalização dos Órgãos de Controle.

6.2 - DA CONTRATADA:

- a) Fornecer o objeto da licitação e deste contrato nas especificações contidas no edital e na proposta vencedora;
- b) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos, até sua tradição;
- c) Manter, durante a execução do objeto, as mesmas condições de habilitação;
- d) Observar rigorosamente as condições da proposta, do Edital e deste contrato;
- e) Fornecer o objeto com boa qualidade, dentro dos padrões exigidos, e assegurando as condições de garantia estabelecidas no edital e/ou na sua proposta;
- f) Manter arquivados os documentos que decorrem deste fornecimento, bem como os demais documentos próprios apresentados no processo licitatório, disponibilizando-os em caso de fiscalização dos Órgãos de Controle.

CLÁUSULA SÉTIMA - Das Penalidades:

7.1 - Ressalvados os motivos de força maior (devidamente comprovados), e aqueles que por ventura possam ser apresentados pelo MUNICÍPIO, a CONTRATADA incorrerá nas seguintes penalidades:

I - o pagamento de 5% (cinco por cento) do valor da proposta pela recusa injustificada de assinar o instrumento contratual, no prazo estabelecido;

II - o pagamento de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato por dia de atraso na entrega dos bens que lhe forem adquiridos pelo MUNICÍPIO;

III - o pagamento de 10% (dez por cento) do valor do contrato, pela rescisão sem justo motivo, por parte da CONTRATADA.

7.2 - A multa deverá ser paga junto à Tesouraria da Fazenda Pública Municipal (podendo ser cobrada judicialmente após a notificação), e caso a CONTRATADA não efetive o pagamento da multa até a data dos pagamentos que tenha direito, poderá ser retido o valor da multa, retenção esta que a CONTRATADA autoriza neste ato de maneira expressa e irrevogável.

CLÁUSULA OITAVA - Da Rescisão:

8.1 - A rescisão contratual poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito do MUNICÍPIO, nos casos enumerados nos Incisos I à XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93; ou
- b) amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no Processo Licitatório, desde que haja conveniência para a Administração.

8.2 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão pelo MUNICÍPIO, com as consequências previstas na cláusula sétima.

8.3 - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa ou dolo da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido.

8.4 - A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78, acarretará as consequências previstas no art. 80, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

8.5 - Constituem também motivos para rescisão do Contrato, aqueles previstos no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

8.6 - Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério do MUNICÍPIO, a rescisão por culpa da CONTRATADA importará em:

- a) aplicação da pena de suspensão de direito de licitar com o MUNICÍPIO, e seus órgãos descentralizados, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- b) declaração de inidoneidade, quando a CONTRATADA, sem justa causa, deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má fé (a juízo do MUNICÍPIO). A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, ponderando-se sua natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial, assegurando-se defesa ao infrator.

CLÁUSULA NONA - Do Foro:

9.1 - Para dirimir questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Timbó/SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente termo em 3 (três) vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo, para que surta os devidos fins e efeitos legais.

Município de Doutor Pedrinho, (SC), 02 de Outubro de 2014.

HARTWIG PERSUHN SILVIO ALFREDO FREGULIA
PREFEITO MUNICIPAL CONTRATADA

Testemunhas:

NOME: EDIR ANA FRAINER MAZZI
CPF: 472.463.759-53

NOME: JOÃO OSLIN ODORIZZI
CPF: 501.877.759.15

CONTRATO Nº 073/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 073/2014

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DOUTOR PEDRINHO, com sede na Rua Brasília, 02, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob nº 11.257.200/0001-40, neste ato representado por sua Secretária, KARIM DENISE VIVIANI STAINSACK, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e a Empresa GTA GESTÃO AMBIENTAL LTDA, com sede na(o) AV. MARTIN LUTHER, 111, SALA 312 - VICTOR KONDER / CEP: 89-012-010 / BLUMENAU-SC, sob o CNPJ nº04.813.163/0001-44, neste ato representada por seu representante legal, Senhora ROSANGELA MARIA MULLER, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo Licitatório nº 0041/2014, modalidade CONVITE nº 0041/2014, homologado em 17/10/2014, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e legislação pertinente ao Instrumento Convocatório antes citado, as propostas e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE PRODUTOS QUÍMICOS (MEDICAMENTOS) E SERVIÇOS DA SAÚDE (LIXO HOSPITALAR E ODONTOLÓGICO) PROVENIENTES DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, com as características e quantidades assim especificadas:

Quantidade estimada (mês)	Unidade	Descrição do Serviço	Preço R\$	
			Unitário	Total
30	kg	Coleta, transporte e destino final de resíduos de produtos químicos (coleta mensal)	R\$ 9,85	R\$ 295,50
01	mês	Coleta, transporte e destino final de resíduos de serviços da saúde (coleta mensal)	R\$ 1.985,00	R\$ 1.985,00
TOTAL GERAL R\$				R\$ 4.280,50

1.2 - O presente contrato, assim como a licitação da qual ocorreu, não abriga o CONTRATANTE à execução de todo quantitativo estimado para o período, sendo que o objeto será executado de acordo com as necessidades da municipalidade.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 - O presente contrato será pelo regime indireto de execução, com empreitada por preços unitários.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

3.1 - O valor unitário está expresso na Clausula Primeira, totalizando-se o valor global do presente contrato em R\$ 6.841,50 (seis mil, oitocentos e quarenta e um real e cinquenta centavos), para o período de vigência contratual inicial (até 31/12/2014)

3.2 - O pagamento será efetuado mensalmente através de depósito bancário na conta da CONTRATADA no prazo de até 15 (quinze) dias após a coleta e emissão da nota fiscal, juntamente com o relatório de pesagem dos resíduos (produtos químicos) com o devido atesto do responsável da Unidade de Saúde, que será conferida, datada e assinada por responsável da Secretaria ou do

Setor do CONTRATANTE.

3.3 - Os preços constantes neste contrato são irrevogáveis durante o prazo inicial de contrato, sem prejuízo do disposto no art. 65, § 1º, e art. 58, I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

3.4 - Em caso de prorrogação da vigência contratual, o valor inicial não poderá ser reajustado antes de transcorrido um ano da assinatura do contrato, observando-se que eventual reajuste posterior será pelo INPC (IBGE) acumulado nos doze meses anteriores.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DA DURAÇÃO DO CONTRATO

4.1 - A CONTRATADA deverá fazer a coleta mensal, objeto(s) deste Instrumento Contratual, na Unidade de Saúde Central do CONTRATANTE, no endereço da Rua Santa Catarina, nº 93, centro - Doutor Pedrinho/SC.

4.2 - Este contrato terá vigência até 31 de Dezembro de 2014, contados da data de sua assinatura, podendo ser expressamente prorrogado através de termo aditivo, no interesse do CONTRATANTE, até o limite legal de 60 (sessenta) meses, conforme artigo 57, Inciso II, e artigo 65 da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - Os recursos financeiros para pagamento das despesas decorrentes deste Contrato, correrão a conta de dotações consignadas no Orçamento-Programa 2014 do CONTRATANTE, como segue:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
2024 - MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
33903999 - OUTROS SERVIÇOS DE PESSOA JURÍDICA
1020000 - RECURSOS DE IMP. E DE TRANSF. DE IMP-SAÚDE

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE

6.1 - Sem prejuízo da observância de todas as condições estabelecidas no Instrumento Convocatório da licitação, constituem obrigações da CONTRATADA:

- I) manter as condições da habilitação e qualificação apresentadas na licitação, durante toda a execução do contrato;
- II) dar fiel execução ao objeto do contrato, bem como, providenciar as suas expensas e a contento do CONTRATANTE, todas as substituições e correções que se fizerem necessárias sem ônus para a mesma;
- III) executar o objeto diretamente, sendo vedada a subcontratação;
- IV) responsabilizar-se, direta e exclusivamente pela execução do objeto deste contrato e, consequentemente responder, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente a provocar ou causar para o CONTRATANTE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida;
- V) responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato nos termos do artigo 71 da Lei nº 8666/93.

6.2 - Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- I) realizar o pagamento na forma estipulada neste contrato;
- II) acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- III) notificar a CONTRATADA por escrito, sobre quaisquer irregularidades que venham a ocorrer em função da execução do objeto do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - A recusa do objeto dentro do prazo de validade da proposta e a prestação dos serviços fora das especificações pré-determinadas, implicam em sanções previstas em Lei e neste Contrato, além da CONTRATADA arcar com todas as despesas provenientes da recusa.

7.2 - Se o licitante vencedor não assinar o contrato no prazo estabelecido, o CONTRATANTE poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para assiná-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em Lei e/ou no Instrumento Convocatório da licitação.

7.3 - Decorridos 10 (dez) dias de atraso na execução do objeto deste Contrato, poderá o CONTRATANTE suspender a Ordem de Serviço, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento de multa, sem ônus da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

7.4 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantido o direito a ampla defesa e ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovado, aplicar as seguintes penalidades a CONTRATADA:

7.4.1 - Advertência.

7.4.2 - Multa de 0,6% (seis décimos por cento) por dia de atraso calculado sobre o valor total do contrato/item vencido com atraso, até o limite de 6% (seis por cento), recolhida no prazo de 15 dias úteis contados a partir da comunicação oficial.

7.4.2.1 - Em casos de inexecução parcial do contrato/item vencido, aplica-se a multa de 6% (seis por cento), recolhida no prazo de 15 dias úteis contados a partir da comunicação oficial.

7.4.2.3 - Em caso de tolerância, após os primeiros 10 (dez) dias de atraso for repetido, a CONTRATANTE poderá aplicar a multa em dobro.

7.4.3 - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato/item vencido, no caso de inexecução total do objeto, recolhida 15 dias úteis contados a partir da comunicação oficial.

7.4.4 - Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com órgãos do CONTRATANTE, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou pelo prazo máximo de 2 (dois) anos.

7.4.5 - Declaração de inidoneidade, para licitar ou contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade e mediante ressarcimento dos prejuízos derivados de sua conduta.

7.5 - As penalidades previstas nos itens 7.4.2 e 7.4.3, poderão ser aplicadas também em caso de:

- I - ensejar o retardamento da execução do objeto do contrato;
- II - não manter a proposta, injustificadamente;
- III - condenação transitada em julgado, por prática de fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo;
- IV - praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos do contrato;
- V - demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em razão de atos ilícitos praticados.

7.6 - Nenhum pagamento será processado à CONTRATADA penalizada, sem que antes, esta tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

8.1 - O CONTRATANTE reserva-se ao direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este contrato:

- I - modificá-lo unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do CONTRATADO;
- II - rescindi-lo unilateralmente, nos casos específicos no inciso I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78 da Lei nº 8666/93;
- III - fiscalizar e a execução;
- IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

CLÁUSULA NONA - DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO

9.1 - O presente contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 79 da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 - O acompanhamento e fiscalização deste Contrato por parte do CONTRATANTE será executado pela Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social ou por servidor designado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 - Elegem as partes o Foro da Comarca de Timbó/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito jurídico, perante as testemunhas abaixo assinadas.

Doutor Pedrinho, 17 de Outubro de 2014.

CONTRATANTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
KARIM DENISE VIVIANI

CONTRATADA
GTA GESTÃO AMBIENTAL LTDA
ROSANGELA MARIA MULLER

Testemunhas:

TESTEMUNHA 1
VALKIRIA FRAINER FRONZA

TESTEMUNHA 2
EDIR ANA FRAINER MAZZI

CONTRATO Nº 074/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 74/2014
FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL "FREI BRUNO LINDEN" E "CHAPEUZINHO VERMELHO"

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, SC, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, situado à Rua Brasília, 02, Doutor Pedrinho - SC, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal HARTWIG PERSUHN, brasileiro, casado, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a Empresa e COMERCIAL DE ALIMENTOS RUPRECHT LTDA EPP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.260.864/0001-42, situado à Rua Aparecida, 313, cidade de Doutor Pedrinho, SC, neste ato representado pelo Sr. Roni Dalabrida, CPF sob nº. 027.330.879-32 aqui denominada simplesmente CONTRATADA, com base no Edital Pregão Presencial nº 42/2014, Homologado em 16/10/2014, e disposições da Lei Federal nº 10.520/2002, da

Lei Federal nº 8.666/93, do Decreto Municipal nº 15/2007, da Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Contrato o fornecimento de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL "FREI BRUNO LINDEN" PRÉ ESCOLAR E "CHAPUZINHO VERMELHO", conforme relação abaixo:

Quant.	Unid.	DESCRIÇÃO DO ITEM	PREÇO		Marca
			Unitário	Total	
22	PCT	ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO (embalagem com 400 g).	R\$ 3,10	R\$ 68,20	MUKY
75	KG	AÇÚCAR REFINADO (embalagem com 1 kg e/ou 5 kg).	R\$ 1,65	R\$ 123,75	ALTO ALEGRE
1,6	KG	ALHO IN NATURA (kg).	R\$ 16,50	R\$ 26,40	KALUKE
3	KG	AMIDO DE MILHO (embalagem com 500 g e/ou 1 kg).	R\$ 4,60	R\$ 13,80	MOLINARI
85	KG	ARROZ TIPO I, CLASSE LONGO FINO, SUBGRUPO PARBOILIZADO (embalagem com 1 kg e/ou 5 kg).	R\$ 2,05	R\$ 174,25	BELCHIOR
2	PCT	AVEIA EM FLOCOS FINO (embalagem com 500 g e/ou 1 kg)	R\$ 5,90	R\$ 11,80	JASMINE
46,0	PCT	BISCOITO DOCE SABOR LEITE, isento de gordura trans (embalagem com 370 a 400 g).	R\$ 3,00	R\$ 138,00	ORQUIDEA
20	PCT	BISCOITO DOCE SORTIDO (embalagem com 1,5 kg).	R\$ 11,00	R\$ 220,00	BISLAU
30	PCT	CAFÉ, TORRADO E MOÍDO (embalagem com 500 g).	R\$ 6,35	R\$ 190,50	CABOCLO
12	CX	CALDO DE GALINHA (embalagem com 6 cubos).	R\$ 1,20	R\$ 14,40	MAGGI
115	KG	CARNE BOVINA MOÍDA, MÚSCULO, SEM SEBO (embalagem com 1 kg). Rotulagem de acordo com as normas da ANVISA, registrado em órgão competente e portando inspeção Municipal, Estadual ou Federal (SIM, SIE ou SIF).	R\$ 13,40	R\$ 1.541,00	CHULETÃO

130	KG	CARNE DE FRANGO, COXA E SOBRECOXA, CONGELADA, SEM TEMPERO (kg). Rotulagem de acordo com as normas da ANVISA, registrado em órgão competente e portando inspeção Municipal, Estadual ou Federal (SIM, SIE ou SIF).	R\$ 5,99	R\$ 778,70	AGROVE-NETO
18	CX	CHÁ DE ERVA DOCE E/OU CAMOMILA E/OU MAÇÃ COM CANELA E/OU LARANJA (embalagem com 10 sachês).	R\$ 2,50	R\$ 45,00	LEÃO
16	PT	DOCE DE FRUTAS, SABOR BANANA, MORANGO E/OU ABÓBORA COM COCO (embalagem com 400 g).	R\$ 2,60	R\$ 41,60	DOCAL
35	LT	EXTRATO DE TOMATE (embalagem com 340 g a 350 g).	R\$ 1,80	R\$ 63,00	BONARE
3	KG	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL FINA (embalagem com 1 kg)	R\$ 8,39	R\$ 25,17	JASMINE
90	KG	FARINHA DE TRIGO, TIPO I, ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO (embalagem com 1 kg e/ou 5 kg).	R\$ 2,50	R\$ 225,00	NORDESTE
14	PT	FARINHA LÁCTEA (embalagem com 400 g).	R\$ 11,00	R\$ 154,00	NESTLÉ
30	KG	FEIJÃO, CLASSE PRETO, TIPO I (embalagem com 1 kg).	R\$ 4,35	R\$ 130,50	URBANO
20	PCT	FERMENTO BIOLÓGICO SECO INSTANTÂNEO, PARA PÃES (embalagem com 100 g a 125 g).	R\$ 3,00	R\$ 60,00	ELITE
20	LT	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO, PARA BÓLOS (embalagem com 100 g).	R\$ 2,25	R\$ 45,00	ROYAL
68	PCT	FLOCOS DE MILHO PRÉ-COZIDOS, ENRIQUECIDOS COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO (embalagem com 500 g).	R\$ 1,10	R\$ 74,80	SINHA
225	PCT	IOGURTE PARCIALMENTE DESNATADO COM POLPA DE FRUTA, SABOR MORANGO E COCO (embalagem com 900 ml a 1 l). Rotulagem de acordo com as normas da ANVISA, registrado em órgão competente e portando inspeção Municipal, Estadual ou Federal (SIM, SIE ou SIF).	R\$ 2,70	R\$ 607,50	DANINHA

620	L	LEITE UHT INTEGRAL, 3% DE GORDURA (embalagem com 1 l).	R\$ 2,45	R\$ 1.519,00	TIROL
4	PCT	LENTILHA EM GRÃOS (embalagem com 500 g)	R\$ 4,10	R\$ 16,40	JUREIA
3	PCT	LOURO FOLHA SECA (embalagem com 5 g)	R\$ 1,25	R\$ 3,75	HORTA
12	KG	MACARRÃO COM OVOS, TIPO CABELO DE ANJO OU ALETRIA (embalagem com 500 g e/ou 1 kg).	R\$ 6,80	R\$ 81,60	ROSANE
40	KG	MACARRÃO INTEGRAL COM OVOS, TIPO PARAFUSO E/OU ESPAGUETE (embalagem com 500 g e/ou 1 kg).	R\$ 5,40	R\$ 216,00	ORQUIDEA
18	KG	MARGARINA 65% DE LIPÍDIOS (embalagem com 500 g e/ou 1 kg).	R\$ 7,90	R\$ 142,20	DORIANA
14	PCT	MINGAU DE ARROZ (embalagem com 250 g).	R\$ 4,10	R\$ 57,40	ALL NUTRY
34	UND	ÓLEO DE SOJA (embalagem com 900 ml).	R\$ 2,95	R\$ 100,30	SOYA
46	DZ	OVOS VERMELHOS (embalagem com 1 dúzia).	R\$ 4,25	R\$ 195,50	KASULKE
12	KG	PÓ PARA PREPADO DE GELATINA, SABORES MORANGO, UVA, FRAMBOESA E/OU LIMÃO (embalagem com 500 g e/ou 1 kg).	R\$ 9,25	R\$ 111,00	APTI
6	KG	PÓ PARA PREPARO DE PUDIM, SABORES CHOCOLATE, MORANGO E/OU BAUNILHA (embalagem com 500 g e/ou 1 kg).	R\$ 5,73	R\$ 34,38	APTI
20	KG	QUEIJO TIPO MUSSARELA (kg). Rotulagem de acordo com as normas da ANVISA, registrado em órgão competente e portando inspeção Municipal, Estadual ou Federal (SIM, SIE ou SIF).	R\$ 23,50	R\$ 470,00	TIROL
14	KG	SAL REFINADO, IODADO (embalagem com 1 kg).	R\$ 1,25	R\$ 17,50	CRUZEIRO
8	UND	SUCO CONCENTRADO DE FRUTAS, SABOR MARACUJÁ, com rendimento máximo de 4,5 litros por embalagem (embalagem com 500 ml).	R\$ 7,75	R\$ 62,00	SERIGY
14	UND	SUCO CONCENTRADO DE FRUTAS, SABOR UVA, com rendimento máximo de 1,5 litros por embalagem (embalagem com 500 ml).	R\$ 6,50	R\$ 91,00	CAMPO LARGO

8	UND	VINAGRE DE ÁLCOOL (embalagem com 900 ml).	R\$ 1,20	R\$ 9,60	HEINIG
---	-----	---	----------	----------	--------

1.2 - A Proposta de Preços vencedora da Licitação nº 42/2014 vincula-se ao presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - A despesa decorrente deste contrato correrá à conta do Orçamento-Programa anual, observado o seguinte Código Dotação / Descrição:

05 - SEC MUNICIPAL DE EDUCACAO E PROMOCÃO SOCIAL
0501- DIVISÃO DE EDUCAÇÃO
2031 - MERENDA PARA ALUNOS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
33903007 - GENEROS DE ALIMENTACAO
1000000 - Rec. Ordinários
1600100 - Transferências escolar - PNAE - creche
1600200 - Transferências escolar - PNAE - pré escola

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - O valor total deste contrato é de R\$ 7.900,00 (SETE MIL E NOVECENTOS).

§ 1º - Os preços propostos não serão reajustados durante o prazo contratual em obediência a Lei nº 9.069/95, porém o preço do objeto contratado poderá sofrer "revisão de preços" para mais ou para menos (conforme art. 37, XXI, da CF e art. 65, II, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, mediante termo aditivo ao contrato, sempre que for demonstrada a ocorrência de aumento dos insumos ou preços das distribuidoras que afetem o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. O pedido de revisão deverá ser instruído com comprovante dos fatos que dão ensejo a alteração pretendida, e esta somente poderá ser feita após análise dos elementos apresentados e da comparação do preço base de mercado com o preço final a ser praticado (o qual não poderá ultrapassar o preço praticado na praça pela concorrência).

§ 2º - Nos preços ofertados na proposta da Contratada já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de impostos, taxas de qualquer natureza e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

§ 3º - O pagamento será efetuado até o 15º dia do mês subsequente ao da entrega dos produtos licitados, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente aceita por esta Administração.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO

4.1 - O fornecimento se dará nos Centros de Educação Infantil "Chapeuzinho Vermelho" e Frei Bruno Linden" conforme necessidade da municipalidade, nos meses de OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2014..

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO

5.1 - O prazo do presente contrato é contado da data de sua assinatura estendendo-se até 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - A CONTRATADA obriga-se a:

a) Fornecer integralmente os gêneros alimentícios propostos,

inclusive substituindo aqueles que apresentarem problemas sanitários, de qualidade, integridade ou sem condições de consumo;

b) Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrente de paralisação ou interrupção do fornecimento dos gêneros alimentícios, exceto quando isso ocorrer por exigência do Município ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas devidamente comunicadas à contratante no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;

c) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;

d) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;

e) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

f) Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;

g) Fornecer o objeto com boa qualidade, dentro dos padrões exigidos.

h) Fornecer o objeto com prazo de validade regular, observando-se o mínimo fixado no Edital de licitação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 - Além das obrigações já previstas no presente contrato, como o pagamento dos gêneros alimentícios fornecidos no prazo e preço previsto neste instrumento, o Município obriga-se a publicar o resumo do Contrato e dos Aditamentos que houver, na imprensa local, conforme art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará o CONTRATADO às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

§ 1º - A inexecução parcial ou total do Contrato ensejará a suspensão ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o Município de Doutor Pedrinho e multa, de acordo com a gravidade da infração.

§ 2º - A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:

I - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso na entrega do objeto.

II - 0,7% (sete décimos por cento) ao dia de atraso na entrega do objeto, por cada dia subsequente ao trigésimo.

§ 3º - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

§ 4º - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá o CONTRATADO da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências estabelecidas neste instrumento e/ou na Lei nº 8.666/93.

§ 1º - O MUNICÍPIO poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

§ 2º - Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art.

78 da Lei 8.666/93, não cabe ao CONTRATADO direito a qualquer indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA COBRANÇA JUDICIAL

10.1 - As importâncias devidas pela CONTRATADA em razão de multas impostas pela inexecução deste instrumento serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato em título executivo extrajudicial, ressalvando-se a possibilidade de cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

11.1 - Fica designado o Secretário de Educação para efetuar o acompanhamento e fiscalização da correta execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Timbó - SC, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para os efeitos legais.

Doutor Pedrinho (SC), 17 de OUTUBRO de 2014.

CONTRATANTE

HARTWIG PERSUHN

Prefeito Municipal

CONTRATADO

COMERCIAL DE ALIMENTOS RUPRCHT LTDA

RONI DALABRIDA

Testemunhas:

JOÃO OSLIN ODORIZZI

CPF: 501.877.759-15

EDIR ANA FRAINER MAZZI

CPF: 472.463.759/53

CONTRATO Nº 075/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 75/2014

FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O NÚCLEO EDUCACIONAL "FRITZ DONNER".

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, SC, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, situado à Rua Brasília, 02, Doutor Pedrinho - SC, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal HARTWIG PERSUHN, brasileiro, casado, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a Empresa COMERCIAL DE ALIMENTOS RUPRCHT LTDA EPP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.260.864/0001-42, situado à Rua Aparecida, 313, cidade de Doutor Pedrinho, SC, neste ato representado pelo Sr. Roni Dalabrida, CPF sob nº. 027.330.879-32 aqui denominada simplesmente CONTRATADA, com base no Edital Pregão Presencial nº 43/2014, Homologado em 16/10/2014, e disposições da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Federal nº 8.666/93, do Decreto Municipal nº 15/2007, da Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Contrato o fornecimento de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O NÚCLEO EDUCACIONAL "FRITZ

DONNER", conforme relação abaixo:

QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO ITEM	Preço		Marca
			Unitário	Total	
18,0	PCT	ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO (embalagem com 400 g).	R\$ 3,10	R\$ 55,80	MUKY
50,0	KG	AÇÚCAR REFINADO (embalagem com 1 kg e/ou 5 kg).	R\$ 1,65	R\$ 82,50	ALTO ALEGRE
0,7	KG	ALHO IN NATURA (kg).	R\$ 16,80	R\$ 11,76	KALUKE
2,0	KG	AMIDO DE MILHO (embalagem com 500 g e/ou 1 kg).	R\$ 4,60	R\$ 9,20	MOLINARI
75,0	KG	ARROZ TIPO I, CLASSE LONGO FINO, SUBGRUPO PARBOILIZADO (embalagem com 1 kg e/ou 5 kg).	R\$ 5,90	R\$ 11,80	BELCHIOR
2	PCT	AVEIA EM FLOCOS FINOS (embalagem com 500gr)	R\$ 2,05	R\$ 153,75	JASMINE
12,0	PCT	BISCOITO DOCE SORTIDO (embalagem com 1,5 kg).	R\$ 10,50	R\$ 126,00	BISLAU
35,0	PCT	BISCOITO DOCE SABOR LEITE, isento de gordura trans (embalagem com 370 a 400 g).	R\$ 3,25	R\$ 113,75	ORQUÍDEA
16,0	PCT	CAFÉ EM PÓ, TORRADO E MOÍDO (embalagem com 500 g).	R\$ 6,35	R\$ 101,60	CABOCLO
9,0	CX	CALDO DE GALINHA (embalagem com 6 cubos).	R\$ 1,20	R\$ 10,80	MAGGI

105,0	KG	CARNE BOVINA MOÍDA, MÚSCULO, SEM SEBO (embalagem com 1 kg). Rotulagem de acordo com as normas da ANVISA, registrado em órgão competente e portando inspeção Municipal, Estadual ou Federal (SIM, SIE ou SIF).	R\$ 12,50	R\$ 1.312,50	CHUETAO
90,0	KG	CARNE DE FRANGO, COXA E SOBRECOXA, CONGELADA, SEM TEMPERO (kg). Rotulagem de acordo com as normas da ANVISA, registrado em órgão competente e portando inspeção Municipal, Estadual ou Federal (SIM, SIE ou SIF).	R\$ 5,99	R\$ 539,10	AGROVENETO
14,0	PT	DOCE DE FRUTAS, SABOR BANANA, MORANGO E/OU ABÓBORA COM COCO (embalagem com 400 g).	R\$ 2,60	R\$ 36,40	DOCAL
22,0	LT	EXTRATO DE TOMATE (embalagem com 340 g a 350 g).	R\$ 1,80	R\$ 39,60	BONARE
3,0	KG	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL FINA (embalagem com 1 kg)	R\$ 8,40	R\$ 25,20	JASMINE
85,0	KG	FARINHA DE TRIGO, TIPO I, ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO (embalagem com 1 kg e/ou 5 kg).	R\$ 2,30	R\$ 195,50	NORDESTE
32,0	KG	FELJÃO, CLASSE PRETO, TIPO I (embalagem com 1 kg).	R\$ 4,35	R\$ 139,20	URBANO

10,0	PCT	FERMENTO BIOLÓGICO SECO INSTANTÂNEO, PARA PÃES (embalagem com 100 g a 125 g).	R\$ 3,00	R\$ 30,00	ELITE
10,0	LT	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO, PARA BOLOS (embalagem com 100 g).	R\$ 2,25	R\$ 22,50	ROYAL
48,0	PCT	FLOCOS DE MILHO PRÉ-COZIDOS, ENRIQUECIDOS COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO (embalagem com 500 g).	R\$ 1,10	R\$ 52,80	SINHA
135,0	PCT	IOGURTE PARCIALMENTE DESNATADO COM POLPA DE FRUTA, SABOR MORANGO E COCO (embalagem com 900 ml a 1 l). Rotulagem de acordo com as normas da ANVISA, registrado em órgão competente e portando inspeção Municipal, Estadual ou Federal (SIM, SIE ou SIF).	R\$ 2,79	R\$ 376,65	DANINHA
220,0	L	LEITE UHT INTEGRAL, 3% DE GORDURA (embalagem com 1 l).	R\$ 2,55	R\$ 561,00	TIROL
3,0	PCT	LENTILHA EM GRÃOS (embalagem com 500 g)	R\$ 4,00	R\$ 12,00	JUREIA
18,0	KG	LINGÜIÇA TIPO CALABRESA COZIDA OU DEFUMADA (kg)	R\$ 1,25	R\$ 2,50	FRICASA
2,0	PCT	LOURO FOLHA SECA (embalagem com 5 g)	R\$ 14,00	R\$ 252,00	DONABELA
7,0	KG	MACARRÃO COM OVOS, TIPO CABELO DE ANJO OU ALETRIA (embalagem com 500 g e/ ou 1 kg).	R\$ 6,80	R\$ 47,60	ROSANE

30,0	KG	MACARRÃO INTEGRAL COM OVOS, TIPO PARAFUSO E/ OU ESPAGUETE (embalagem com 500 g e/ ou 1 kg).	R\$ 5,40	R\$ 162,00	ORQUIDEA
14,0	KG	MARGARINA 65% DE LIPÍDIOS (embalagem com 500 g e/ou 1 kg).	R\$ 7,90	R\$ 110,60	DORIANA
16,0	UND	MILHO EM CONSERVA (embalagem com 200 g)	R\$ 1,73	R\$ 27,68	GOIAS VERDE
24,0	UND	ÓLEO DE SOJA (embalagem com 900 ml).	R\$ 2,95	R\$ 70,80	SOYA
40,0	DZ	OVOS VERMELHOS (embalagem com 1 dúzia).	R\$ 4,00	R\$ 160,00	KASULKE
6,0	KG	PÓ PARA PREPADO DE GELATINA, SABORES MORANGO, UVA, FRAMBOESA E/OU LIMÃO (embalagem com 500 g e/ ou 1 kg).	R\$ 9,20	R\$ 55,20	APTI
14,0	KG	SAL REFINADO, IODADO (embalagem com 1 kg).	R\$ 1,19	R\$ 16,66	CRUZEIRO
9,0	UND	SUCO CONCENTRADO DE FRUTAS, SABOR MARACUJÁ, com rendimento máximo de 4,5 litros por embalagem (embalagem com 500 ml).	R\$ 7,50	R\$ 67,50	SERIGY
7,0	UND	VINAGRE DE ALCOOL (embalagem com 900ml)	R\$ 1,15	R\$ 8,05	HEINIG

1.2 - A Proposta de Preços vencedora da Licitação nº 43/2014 vincula-se ao presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - A despesa decorrente deste contrato correrá à conta do Orçamento-Programa anual, observado o seguinte Código Dotação / Descrição:

05 - SEC MUN DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL
0501- DIVISÃO DE EDUCAÇÃO
2010 - MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR
33903007 - GENEROS DE ALIMENTACAO
1000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS

1600300 - Alimentação escolar - PNAE - FUNDAMENTAL

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - O valor total deste contrato é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

§ 1º - Os preços propostos não serão reajustados durante o prazo contratual em obediência a Lei nº 9.069/95, porém o preço do objeto contratado poderá sofrer "revisão de preços" para mais ou para menos (conforme art. 37, XXI, da CF e art. 65, II, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, mediante termo aditivo ao contrato, sempre que for demonstrada a ocorrência de aumento dos insumos ou preços das distribuidoras que afetem o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. O pedido de revisão deverá ser instruído com comprovante dos fatos que dão ensejo a alteração pretendida, e esta somente poderá ser feita após análise dos elementos apresentados e da comparação do preço base de mercado com o preço final a ser praticado (o qual não poderá ultrapassar o preço praticado na praça pela concorrência).

§ 2º - Nos preços ofertados na proposta da Contratada já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de impostos, taxas de qualquer natureza e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

§ 3º - O pagamento será efetuado até o 15º dia do mês subsequente ao da entrega dos produtos licitados, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente aceita por esta Administração.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO

4.1 - O fornecimento se dará nos Centros de Educação Infantil "Chapeuzinho Vermelho" e Frei Bruno Linden" conforme necessidade da municipalidade, nos meses de OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2014..

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO

5.1 - O prazo do presente contrato é contado da data de sua assinatura estendendo-se até 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Fornecer integralmente os gêneros alimentícios propostos, inclusive substituindo aqueles que apresentarem problemas sanitários, de qualidade, integridade ou sem condições de consumo;
- b) Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrente de paralisação ou interrupção do fornecimento dos gêneros alimentícios, exceto quando isso ocorrer por exigência do Município ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas devidamente comunicadas à contratante no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- c) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- d) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- e) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- f) Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- g) Fornecer o objeto com boa qualidade, dentro dos padrões exigidos.
- h) Fornecer o objeto com prazo de validade regular, observando-se

o mínimo fixado no Edital de licitação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 - Além das obrigações já previstas no presente contrato, como o pagamento dos gêneros alimentícios fornecidos no prazo e preço previsto neste instrumento, o Município obriga-se a publicar o resumo do Contrato e dos Aditamentos que houver, na imprensa local, conforme art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará o CONTRATADO às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

§ 1º - A inexecução parcial ou total do Contrato ensejará a suspensão ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o Município de Doutor Pedrinho e multa, de acordo com a gravidade da infração.

§ 2º - A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:

I - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso na entrega do objeto.

II - 0,7% (sete décimos por cento) ao dia de atraso na entrega do objeto, por cada dia subsequente ao trigésimo.

§ 3º - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

§ 4º - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá o CONTRATADO da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências estabelecidas neste instrumento e/ou na Lei nº 8.666/93.

§ 1º - O MUNICÍPIO poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

§ 2º - Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei 8.666/93, não cabe ao CONTRATADO direito a qualquer indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA COBRANÇA JUDICIAL

10.1 - As importâncias devidas pela CONTRATADA em razão de multas impostas pela inexecução deste instrumento serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato em título executivo extrajudicial, ressalvando-se a possibilidade de cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

11.1 - Fica designado o Secretário de Educação para efetuar o acompanhamento e fiscalização da correta execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Timbó - SC, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para os efeitos legais.

Doutor Pedrinho (SC), 17 de Outubro de 2014.

CONTRATANTE
HARTWIG PERSUHN
Prefeito Municipal

CONTRATADO
COMERCIAL DE ALIMENTOS RUPRECHT LTDA
RONI DALABRIDA

Testemunhas:

JOÃO OSLIN ODORIZZI
CPF: 501.877.759-15

EDIR ANA FRAINER MAZZI
CPF: 472.463.759/53

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 01632014 - STAPELBROEK - PLAINA AGRICOLA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0163/2014

Contratante: O Município de Faxinal dos Guedes

Contratada: Stapelbroek e Cia Ltda

Objeto: Aquisição de um kit de plaina agrícola frontal paf 850 normal, com concha, lamina, enleiradeira e adaptador 2014.

Valor: R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0088/2014, na Modalidade Carta Convite nº 0020/2014

Faxinal dos Guedes, SC, em 30 de outubro de 2014

EDEGAR GIORDANI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO 01622014 - SINALTEC - SINALIZAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0162/2014

Contratante: O Município de Faxinal dos Guedes

Contratada: Sinaltec Tecnologia em sinalização Ltda Epp

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de pintura mecanizada e aquisição de tintas para sinalização viária no município de Faxinal dos Guedes e distrito da Barra Grande.

Valor: R\$ 50.236,53 (cinquenta mil duzentos e trinta e seis reais e cinquenta e três centavos)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0089/2014, na Modalidade Carta Convite nº 0021/2014

Faxinal dos Guedes, SC, em 30 de outubro de 2014

EDEGAR GIORDANI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO_1DIVERSOS - MERENDA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0164/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Adeval Bike Papelaria e Bazar Ltda Epp

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para utilização no programa de alimentação escolar da rede municipal de ensino, para alunos da educação infantil e ensino fundamental durante o ano letivo.

Valor: R\$ 7.771,20 (sete mil setecentos e setenta e um reais e vinte centavos)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0087/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0048/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 30 de outubro de 2014.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0165/2014
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: AP Oeste Distribuidora de Alimentos Ltda
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para utilização no programa de alimentação escolar da rede municipal de ensino, para alunos da educação infantil e ensino fundamental durante o ano letivo.
Valor: R\$ 6.490,75 (seis mil quatrocentos e noventa reais e setenta e cinco centavos)
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0087/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0048/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 30 de outubro de 2014.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0166/2014
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: Feo & Cia Ltda Me
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para utilização no programa de alimentação escolar da rede municipal de ensino, para alunos da educação infantil e ensino fundamental durante o ano letivo.
Valor: R\$ 43.264,50 (quarenta e três mil duzentos e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos)
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0087/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0048/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 30 de outubro de 2014.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0167/2014
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: Lange Alimentos Ltda
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para utilização no programa de alimentação escolar da rede municipal de ensino, para alunos da educação infantil e ensino fundamental durante o ano letivo.
Valor: R\$ 49.825,60 (quarenta e nove mil oitocentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos)
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0087/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0048/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 30 de outubro de 2014.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0168/2014
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: Marcelo Canello Me
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para utilização no programa de alimentação escolar da rede municipal de ensino, para alunos da educação infantil e ensino fundamental durante o ano letivo.
Valor: R\$ 4.346,50 (quatro mil trezentos e quarenta e seis reais e cinquenta centavos)
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0087/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0048/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 30 de outubro de 2014
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0169/2014
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: Nutri SC Com. de Alimentos Ltda Me
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para utilização no programa de alimentação escolar da rede municipal de ensino, para alunos da educação infantil e ensino fundamental durante o ano letivo.
Valor: R\$ 7.012,50 (sete mil doze reais e cinquenta centavos)
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0087/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0048/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 30 de outubro de 2014
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0170/2014
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: SCS Comércio e Rep. Ltda.
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para utilização no programa de alimentação escolar da rede municipal de ensino, para alunos da educação infantil e ensino fundamental durante o ano letivo.
Valor: R\$ 9.783,50 (nove mil setecentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos)
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0087/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0048/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 30 de outubro de 2014.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0008_2014-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0206/2014 - PMF
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0008/2014

Objeto: Serviços de revisão (com fornecimento de peças, óleos lubrificantes e mão de obra) das 250 H/T do trator agrícola Montana Solis frota nº 296, diretamente da concessionária autorizada MONTANA, conforme Declaração emitida da empresa. Contratada: AGRO NZ COMERCIAL AGRÍCOLA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 01.638.399/0001-01; Valor Total e pagamento: R\$ 1.194,37 (um mil, cento e noventa e quatro reais e trinta e sete centavos), que será pago no dia 14/11/2014 após a prestação dos serviços e emissão da nota fiscal. Vigência: 31/10/2014 a 30/11/2014; Fundamento legal: Art. 24, inciso XVII, da Lei nº 8.666/93;

Fraiburgo(SC), 31 de outubro de 2014.
Ivo Biazolo
Prefeito Municipal

AVISO DE LEILÃO Nº 0002_2014 PMF DOM

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO-SC
AVISO DE LICITAÇÃO
LEILÃO Nº 0002/2014 - PMF

Objeto: Alienação de bens móveis, inservíveis (sucatas) para a administração, separados em lotes discriminados e avaliados, nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Tipo: Maior Lance ou Oferta por LOTE. Data, horário e local de abertura: O Credenciamento será feito até as 09:30 horas do dia 20 de novembro de 2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 09:30 horas no Departamento de Compras e Licitações do Município. Informações complementares: Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 31 de outubro de 2014.
Ivo Biazolo
Prefeito Municipal

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0136_2014-PMF

Aviso de Pregão Presencial Nº 0136/2014 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática para uso na sala de vacinas da Secretaria Municipal de Saúde, para implantação do Programa Nacional de Imunização (SI-PNI). Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 13.11.2014. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 31 de outubro de 2014.
Ivo Biazolo
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 0282/2014

DECRETO Nº 0282, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei Nº 2210, de 05 de Dezembro de 2013;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2014 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 45.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), nas seguintes dotações:

10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.01 – Secretaria de infraestrutura		
15.451.0017.1.020 – Pavimentação e Urbanização de Ruas, Avenidas e Logradouros Públicos		
4.4.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0200 (127)	R\$	10.000,00
15.451.0017.2.040 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0200 (136)	R\$	15.000,00
26.782.0018.2.041 – Manutenção da Malha Rodoviária Municipal		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0200 (147)	R\$	20.000,00
Total	R\$	45.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

417220101 – Cota Parte do ICMS	R\$	45.000,00
TOTAL	R\$	45.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 31 DE OUTUBRO DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 0284/2014

DECRETO Nº 0284, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2257, de 24 de Setembro de 2014.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar, para o exercício de 2014 no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.01 – Secretaria de Infraestrutura Urbana		
06.181.0019.2.043 – Manutenção da Segurança Pública		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.3.0205 (252)	R\$	10.000,00
Total	R\$	10.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.01 – Secretaria de Infraestrutura Urbana		
06.181.0019.2.043 – Manutenção da Segurança Pública		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.3.0205 (250)	R\$	10.000,00
Total	R\$	10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 31 DE OUTUBRO DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1992/2014

PORTARIA Nº 1.992, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.
Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0398/2014, da Secretaria Municipal de Saúde;

Considerando que estará atuando por 10 (dez) horas semanais junto ao Pronto Atendimento 24 horas, como responsável técnica da assistência farmacêutica na unidade;

Considerando que estará atuando por 10 (dez) horas semanais junto a Farmácia Básica Municipal para realização de serviços administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora ALESSANDRA DEVENS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 007.693.309-16, nomeada no cargo de provimento efetivo de FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, no período de 03 de novembro de 2014 até 30 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1993/2014

PORTARIA N.º 1.993, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir a pedido, o contrato de JOSELAINE PEREIRA BORBA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 089.747.079-69, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 03 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1994/2014

PORTARIA Nº 1.994, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004, de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 080/2014 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário FRANCISCO DE ASSIS FERREIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 799.794.249-15, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de novembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1995/2014

PORTARIA Nº 1.995, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002, de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ROSANGELA APARECIDA SILVANO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 008.059.259-70, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de novembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1996/2014

PORTARIA Nº 1.996, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01261/2014, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação de carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora FABIANA TELLE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 072.954.499-06, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, pelo período de 02 de novembro de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1997/2014

PORTARIA N.º 1.997, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0009 de 17 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01262/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de TAMARA BALTEZAN FERREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 000.663.630-63, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - LÍNGUA PORTUGUESA, com carga horária de 27 horas semanais, no período de 11 de novembro de 2014 até 30 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 0283/2014

DECRETO Nº 0283, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

DIVULGA O RESULTADO DA PROVA PRÁTICA E A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0035, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014.

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgado o resultado da prova prática e a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0035, de 30 de setembro de 2014, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0035 DE 30 DE SETEMBRO DE 2014

Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato

Cargo: **Instrutor de Trabalhos** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Instrutor de Trabalhos Manuais**

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
2	ANA LUCIA GUGELMIN		Não comparecimento na prova prática
4	MARILDE MÁRCIA DOS SANTOS TONIAL		Não comparecimento na prova prática

sexta-feira, 31 de outubro de 2014

Página 1 de 1



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0035 DE 30 DE SETEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Instrutor de Trabalhos Quadro: I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código: 1 Área de Atuação: Geral

Disciplina: Instrutor de Trabalhos Manuais

Critérios de Desempate

	1º	2º	3º	4º	5º
	Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	10	0	1	NÃO	02/03/1989
2	0	0	3	NÃO	01/11/1976

Ordem Classific. Inscrição	Número	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	3	VANESSA APARECIDA DE FRANÇA GARCIA	23	3,73
2	1	SANTINA LOURENÇO	11	6,98

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Garopaba, através do da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o inciso V do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 173/2014; DL nº. 25/2014; Contratada: UNITÁ VEÍCULOS LTDA; CNPJ: 01.956.015/0001-90; Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de Veículo de passeio motor 1.4 flex 4 portas, com rádio e sinalizadores acústicos e visuais. Conforme especificações abaixo; Valor: 43.500,00. Data da Assinatura: 29/10/2014

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Garopaba, através do da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o Caput 14 do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 176/2014; DL nº. 26/2014; Contratada: MERCEDES MACHADO; CPF: 987.349.119-87; MARIA DA SILVEIRA PEREIRA; CPF: 058.272.069-97; MARIOMAR MANOEL PEREIRA; CPF: 029.481.359-40; Objeto: aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE; Valor: R\$ 15.252,90 (Quinze mil duzentos e cinquenta e dois reais e noventa centavos). Data da Assinatura: 31/10/2014

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 72/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

Credenciamento nº. 012/2014 Processo nº. 176/2014; Credenciante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Credenciada: Maria da Silveira Pereira; CPF: 058.272.069-97; Objeto: aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, de acordo com a chamada pública n.º 004/2014, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição; Data da Assinatura: 31/10/2014

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 13/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

Credenciamento nº. 013/2014 Processo nº. 176/2014; Credenciante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Credenciada: Mercedes Machado; CPF: 987.349.119-87; Objeto: aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, de acordo com a chamada pública n.º 004/2014, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição; Data da Assinatura: 31/10/2014

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 14/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

Credenciamento nº. 14/2014 Processo nº. 176/2014; Credenciante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Credenciada: Mariomar Manoel Pereira; CPF: 029.481.359-40; Objeto: aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, de acordo com a chamada pública n.º 004/2014, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição; Data da Assinatura: 31/10/2014

DECRETO Nº 157/2014

DECRETO N.º 157, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.
DISCIPLINA O EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 017/2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba, considerando o artigo 37, IX, da Constituição Federal, e

Considerando o déficit no quadro de pessoal, bem como ausência de Cadastro de Reserva para reposição de vagas;

Considerando a necessidade de suprir as demandas crescentes de conservação e manutenção de vias e espaços públicos;

Considerando a temporada de verão em que o município trabalha com seus serviços públicos em aproveitamento máximo para atender a demanda de visitantes e moradores sazonais;

Considerando a necessidade de contratação para substituir servidores em férias, em licença prêmio, licença para tratamento de saúde entre outros tipos de afastamentos;

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população;

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, torna público Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de cargos em caráter temporário nos quadros da Administração

Municipal, com fulcro no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, art. 13, inciso XLI, da Lei Orgânica do Município de Garopaba, e nos termos da Lei Municipal n. 1.000/2005 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto disciplina o EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 017/2014, que objetiva a contratação por tempo determinado de servidores, para atuarem na Administração Municipal.

Art. 2º. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, e coordenado por Comissão de Avaliação do Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal.

Art. 3º. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter temporário, em contrato temporário por tempo determinado, por prazo a ser estipulado conforme a legislação vigente e interesse público.

Art. 4º. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

Art. 5º. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 31 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 03/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 158/2014

DECRETO N.º 158, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

DISCIPLINA O EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 018/2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba, considerando o artigo 37, IX, da Constituição Federal, e

Considerando, que as atividades da Secretaria Municipal de Saúde são serviços públicos indispensáveis, que exigem pessoal qualificado para seu pleno funcionamento;

Considerando que existem serviços especializados e provenientes de programas que precisam ser providos para manter a qualidade dos serviços;

Considerando a temporada de verão em que o município trabalha com seus serviços públicos em aproveitamento máximo para atender a demanda de visitantes e moradores sazonais;

Considerando a importância da área de Urgência e Emergência enquanto componente da assistência à saúde;

Considerando, que conforme previsto na Lei Municipal n. 1000/2005 e alterações, "artigo 207. Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público: (...) IX - Executar serviços provenientes de convênios ou programas, firmados ou a que o Município

aderir, propostos pela União, Estados ou Municípios."

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população.

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, torna público Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de cargos em caráter temporário nos quadros da Administração Municipal, com fulcro no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, art. 13, inciso XLI, da Lei Orgânica do Município de Garopaba, e nos termos da Lei Municipal n. 1.000/2005 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto disciplina o EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 018/2014, que objetiva a contratação por tempo determinado de servidores, para atuarem na Administração Municipal.

Art. 2º. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, e coordenado por Comissão de Avaliação do Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal.

Art. 3º. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter temporário, em contrato temporário por tempo determinado, por prazo a ser estipulado conforme a legislação vigente e interesse público.

Art. 4º. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

Art. 5º. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 31 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 03/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO N.º 015/2014**HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADOS****PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 015/2014**

FICAM HOMOLOGADOS os Resultados do Processo Seletivo, Edital n.º 015/2014, para os seguintes cargos:

CARGO: Psicólogo

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	Cláudia Regina M. Nunes Pires
002	Joice Estácio Jordão
003	Valquiria Domingues de Faria Felix
004	Bruna da Silva

005	Hamilton Brignol Vaz Barreto (DES-CLASSIFICADO)
CARGO: Enfermeiro	
POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	Julio Cesar Souza Garcia
002	Joel da Silva David
003	Raquel Xavier
004	Vanessa Márcia R. Tabaczinsk
CARGO: Enfermeiro Caps	
POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	Joel da Silva David
002	Ana Cristina Soares
003	Julio Cesar Souza Garcia
004	Simoni Tomaz do Nascimento
CARGO: Agende Comunitário Área 01 Micro 07 (CENTRO)	
POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	Maria Aparecida Lopes
CARGO: Agende Comunitário Área 06 Micro 06 (ENCANTADA)	
POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	Mariani Mirelli Junkes
CARGO: Agende Comunitário Área 02 Micro 03 (Arais do Macacú)	
POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	Maria das Graças Bento
002	Geisilane Vieira
003	Janaina Policarpo
CARGO: Agende Comunitário Área 03 Micro 06 (AMBRÓSIO)	
POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	Claudenir da Silva
002	Gisele dos Santos
003	Grasiela de Amorim Crispim

Garopaba, 31 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Homologação no DOM/SC em 03/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

DECRETO Nº 159/2014

DECRETO N.º 159, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 13.780,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 e demais legislação

vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 13.780,00 (treze mil setecentos e oitenta reais) no Orçamento vigente:

17.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 13.780,00
10301252.075 – Manutenção da Atenção Básica 10.000,00
3.3.90.0.2.14.000071 – Aplicações Diretas 10.000,00
10301252.078 – Manutenção da Vigilância em Saúde 3.780,00
3.1.90.0.2.14.000069 – Aplicações Diretas 780,00
3.3.90.0.2.14.000069 – Aplicações Diretas 600,00
4.4.90.0.2.14.000069 – Aplicações Diretas 2.400,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 13.780,00 (treze mil setecentos e oitenta reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 31 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 03/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 160/2014

DECRETO N.º 160, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 24.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 24.000,00 (vinte quatro mil reais) no Orçamento vigente:

17.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
24.000,00

10301252.075 – Manutenção da Atenção Básica
24.000,00

4.4.90.0.2.14.000066 – Aplicações Diretas
24.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 24.000,00 (vinte quatro mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

17.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
24.000,00

10301252.075 – Manutenção da Atenção Básica
24.000,00

3.1.90.0.2.14.000066 - Aplicações Diretas
24.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 31 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 03/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

Garuva**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 080/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 080/2014

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo de julgamento: Menor Preço Unitário

Objeto: Contratação de empresa para execução de serviço de transporte de Argila Siltearenosa "Barro" através de caminhões tipo Truck Basculante, conforme memorial descritivo anexo, para cumprir com a solicitação da empresa LS Mtron Ltda, beneficiada pelo incentivo da Lei nº 554/89 e Decreto nº 120/2014.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 17/11/2014 as 08:30 horas.

a fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 30 de outubro de 2014.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 079/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 079/2014

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo de julgamento: Menor Preço por lote

Objeto: Registro de Preços para contratação de clínica/empresa médica especializada para a realização de exames médicos e complementares para emissão de Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) admissional, demissional e periódico de funcionários da Prefeitura Municipal, conforme Memorial Descritivo e Planilha anexo.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 14/11/2014 as 09:00 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 30 de outubro de 2014.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

LEI Nº 1843/2014

LEI Nº 1843, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

"Denomina o Prédio que abriga o Programa Musicart, e dá outras providências".

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominado o Prédio que abriga o Programa Musicart de Claudio da Silva (Xodó).

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

LEI Nº 1844/2014

LEI Nº 1844, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

"Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar".

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 54.349,43 (cinquenta e quatro mil, trezentos e quarenta e nove reais e quarenta e três centavos) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.10.303.1016.2045				
Medicamentos para consumo e distribuição SUS	3390	03.02.00	R\$	54.349,43

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

14.001.10.302.1022.1012				
Construção e reforma de unidades de saúde	4490	03.02.00	R\$	54.349,43

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.10.305.1017.2046				
Man. do Programa Vigilância Epidemiológica	4490	01.23.55	R\$	6.600,00

Art. 4º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3º serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação dos recursos do Piso Fixo de Vigilância em Saúde - SC, conforme deliberação da CIB nº 305 de 22 de maio de 2014.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 163/2014

DECRETO Nº 163 DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e especialmente a Lei nº 1844, de 30/10/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 54.349,43 (cinquenta e quatro mil, trezentos e quarenta e nove reais e quarenta e três centavos) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.10.303.1016.2045				
Medicamentos para consumo e distribuição SUS	3390	03.02.00	R\$	54.349,43

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

14.001.10.302.1022.1012				
Construção e reforma de unidades de saúde	4490	03.02.00	R\$	54.349,43

Art. 3º - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.10.305.1017.2046				
Man. do Programa Vigilância Epidemiológica	4490	01.23.55	R\$	6.600,00

Art. 4º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3º serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação dos recursos do Piso Fixo de Vigilância em Saúde - SC, conforme deliberação da CIB nº 305 de 22 de maio de 2014.

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

José Chaves
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 228/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPARG/SC
Aviso de Pregão Presencial Nº 228/2014

OBJETO: Registro de Preços de serviços de escavação, assentamento de tubos, recobrimento das tubulações, confecção de caixas coletoras pluviais com tampas, com fornecimento de mão de obra, máquinas, caminhões e ferramentas. ENVELOPES: até às 9h do dia 19/11/2014. ABERTURA: às 9h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras Rua Cel Aristiliano Ramos, 435, Centro, ou no site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar(SC), 30 de outubro de 2014.
LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI
Sec. Mun. de Transp. Obras

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº SAF-101/2013, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPARG/SC

Retificação do Extrato do Segundo Aditivo ao Contrato nº SAF-101/2013, da PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPARG/SC, publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM em 30/10/2014, na Edição nº 1604, página 109. Onde se lê: OBJETO: Prorrogação da vigência do contrato de aquisição de mobiliário e equipamentos para equipar a PEC (Praça dos Esportes e da Cultura), leia-se: OBJETO: Aditivo de prorrogação da vigência do contrato de aquisição de mobiliário e equipamentos para equipar a PEC (Praça dos Esportes e da Cultura) e alteração de valor do item 51 do Lote 49, passando referido item ao valor de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).

RESOLUÇÃO Nº 08/2014 - CMDCA

Resolução nº 008/2014

Dispõe sobre a composição da Comissão Organizadora para a realização da X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Gaspar.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 1432 de 24 de maio de 1993, e suas alterações, e com base no Regimento Interno, aprovado através de Decreto Municipal nº 212/98 e, no uso de suas atribuições.

CONSIDERANDO:

Resolução nº 166, de 05 de junho de 2014 - COMANDA que dispõe sobre a convocação da X Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

A deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA aprovada em reunião extraordinária do dia 18/09/2014.

Resolve:

Art. 1º - Nomear a Comissão Organizadora formada por Conselheiros Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, para a realização da X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, ficando assim constituída:

Nome do Conselheiro	Representatividade
Rosane Zuchi Adão	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Rosangela Santos Beloto	Secretaria Municipal de Educação
Jorge Luis Dellarosa	Associação do Corpo de Bombeiros Comunitários de Gaspar
Calisto Lopes Cerqueira	Associação do Corpo de Bombeiros Comunitários de Gaspar

Parágrafo Único: Além da Comissão Organizadora instituída pelo CMDCA farão parte da Comissão Organizadora, técnicos da secretaria Municipal de Desenvolvimento Social que organizarão a metodologia da X Conferência.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Gaspar, 22 de outubro de 2014
CAMILA SCHREIBER
Presidente do CMDCA

SAMAE - GASPARG

PORTARIA N. 70 DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

PORTARIA Nº 70 DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE EMPRESA LICITANTE.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 3.146, de 15 de outubro de 2009, com fundamento nas Leis nº8666/93, nº10.520/02, e considerando as informações constantes no Memorando Interno da Diretora de Compras, de 29 de outubro de 2014, na Notificação enviada ao sócio administrador da empresa Superlight Alimentos Ltda., de 13 de outubro de 2014 e no Parecer nº101/2014 da Assessoria Jurídica, que ficam fazendo parte integrante desta portaria,

RESOLVE:

Artigo 1º Fica instaurado processo administrativo destinado a apurar suposta responsabilidade da empresa fornecedora Superlight Alimentos Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 81.264.111/0001-07, com sede na Barão de Teffé, 295, Centro, Ponta Grossa (PR). A empresa foi classificada no certame licitatório na modalidade Pregão Presencial, nº 26/2014, pelo sistema registro de preços, e teve preços registrados para o fornecimento de açúcar refinado (item2); copos de plásticos descartáveis (item5); papel alumínio (item 31). A Ata da Sessão Pública do Registro de Preços foi assinada em 04/06/2014. Em 03/09/2014, foi solicitada à fornecedora a entrega de um segundo lote dos produtos, os quais supostamente não foram entregues, mesmo após o encaminhamento de notificação, apontando indícios de uma possível conduta administrativa contrária às normas legais e contratuais.

Art. 2º O processo Administrativo será conduzido pela Comissão Permanente, composta pelos servidores designados: Gisele de Souza Bonin, ocupante do cargo de provimento efetivo de Telefonista, Ivan Sandro Bruke, ocupante do cargo de provimento efetivo de Leiturista e Giovane Ribeiro, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de ETA, para sob a Presidência da primeira.

Art. 3º Caso, comprovados os fatos denunciados, em tese, de descumprimento de cláusulas contratuais estará a empresa

fornecedora, de acordo com a gravidade, sujeita às sanções administrativas previstas na cláusula 14 do Edital do Pregão Presencial nº 26/2014, e no Art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

Art. 4º O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 5º Os servidores designados para participar da Comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta de provas em geral, bem como para composição do relatório final.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, em 31 de outubro de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor Presidente do SAMAE

Grão Pará

PREFEITURA

DECRETO DF 76/2014 - ORÇAMENTO

DECRETO DF N. 076, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADADAÇÃO, NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito de Grão-Pará, no uso de atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica e a autorização contida na Lei Municipal n. 1937, de 11 de dezembro de 2013,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura de Grão-Pará nos valores abaixo relacionados:

10.00	SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS		
10.01	DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E OBRAS		
2.019	ABERTURA E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS		
3.3.90.00. 00. 00. 00.00044	Aplicações Diretas	R\$	7.400,00
3.3.90.00. 00. 00. 00.00045	Aplicações Diretas	R\$	1.663,20
11.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
11.01	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
0.002	CONTRIBUIÇÕES AO PASEP		
3.3.90.00. 00. 00. 00.00044	Aplicações Diretas	R\$	190,71

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no artigo primeiro deste Decreto, fica utilizado o Excesso de Arrecadação referente ao seguinte recurso:

CODIGO	DESCRIÇÃO	VALOR	
0044	Fundo Especial do Petróleo – FEP	R\$	7.590,71
0045	Outras Transferências Decorrentes de Comp. Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	R\$	1.663,20

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,
31 de Outubro de 2014.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 31 de Outubro de 2014.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO DF 75/2014 - ORÇAMENTO**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000075/14 de 31 de Outubro de 2014

Abre Crédito Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2014 do tipo alteração Suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 001937/13 de 11 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO**11.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO**

(168)3.3.90.00.00.00.00.0.004-0000 - Aplicacoes Diretas

9.000,00

Total Suplementação:**9.000,00**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO**11.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO**

(169)4.6.90.00.00.00.00.0.004-0000 - Aplicacoes Diretas

9.000,00

Total Anulação:**9.000,00**

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 31 de Outubro de 2014.**AMILTON ASCARI**

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 31 de Outubro de 2014.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Guaramirim

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO Nº. 01 AO EDITAL 001/2014

RETIFICAÇÃO Nº 01 AO EDITAL 001/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM, considerando o Agravado de Instrumento deferido pela Desembargadora Cláudia Lambert de Faria, torna público aos candidatos interessados neste Processo Seletivo que nesta data, foram retificados/acrescentadas as seguintes informações do Edital 001/2014:

No Edital 001/2014, Item 8.3, onde se lê:

8.3 O candidato que desejar interpor pedido de revisão quanto à formulação das questões e respectivos quesitos ou quanto à opção considerada como certa na prova objetiva (itens 8.1.a e 8.1.b) deverá fazê-lo, na forma do item 8.4, em até 2 (dois) dias úteis após a publicação dos gabaritos, devendo protocolá-los no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Guaramirim situada à Rua 28 de Agosto, nº 2.042, Centro no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 16h00min, com a menção expressa que se relacionam a este Edital;

Leia-se:

8.3 O candidato que desejar interpor pedido de revisão quanto à formulação das questões e respectivos quesitos ou quanto à opção considerada como certa na prova objetiva (itens 8.1.a e 8.1.b) deverá fazê-lo, na forma do item 8.4, em até 2 (dois) dias úteis após a publicação dos gabaritos, devendo entregá-lo por uma das vias a seguir:

No Edital 001/2014, Item 8.3, inclui-se as alíneas "a", "b" e "c" com o seguinte texto:

- a) Entregar pessoalmente ou se fazer representar por procurador legalmente constituído no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Guaramirim situada à Rua 28 de Agosto, nº 2.042, Centro no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 16h00min, com a menção expressa que se relacionam a este Edital;
- b) Enviar por correspondência pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, com aviso de recebimento (AR), endereçado à Prefeitura Municipal de Guaramirim, aos cuidados da Comissão do Concurso Público Município de Guaramirim - Edital 001/2014, à Rua 28 de Agosto, nº 2.042, Centro - Guaramirim;
- c) Enviar via e-mail para o endereço eletrônico requerimentos.concursos@sociesc.org.br, solicitando confirmação de recebimento (a mensagem deverá obrigatoriamente ser enviada por meio do e-mail cadastrado pelo candidato no ato da inscrição).

No Edital 001/2014, Item 8.11, onde se lê:

8.11 Os recursos relativos ao item 8.2 deverão ser protocolados junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Guaramirim situada à Rua 28 de Agosto, nº 2.042, Centro no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 16h00min, em até 2 (dois) dias úteis após a publicação e ciência do respectivo aviso ou ato, com a menção expressa que se relacionam a este Edital;

Leia-se:

8.11 Os recursos relativos ao item 8.2 deverão ser interpostos em até 2 (dois) dias úteis após a publicação e ciência do respectivo aviso ou ato, por uma das vias descritas a seguir:

No Edital 001/2014, Item 8.11, inclui-se as alíneas "a", "b" e "c" com o seguinte texto:

a) Entregar pessoalmente ou se fazer representar por procurador legalmente constituído no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Guaramirim situada à Rua 28 de Agosto, nº 2.042, Centro no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 16h00min, com a menção expressa que se relacionam a este Edital;

b) Enviar por correspondência pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, com aviso de recebimento (AR), endereçado à Prefeitura Municipal de Guaramirim, aos cuidados da Comissão do Concurso Público Município de Guaramirim - Edital 001/2014, à Rua 28 de Agosto, nº 2.042, Centro - Guaramirim;

c) Enviar via e-mail para o endereço eletrônico requerimentos.concursos@sociesc.org.br, solicitando confirmação de recebimento (a mensagem deverá obrigatoriamente ser enviada por meio do e-mail cadastrado pelo candidato no ato da inscrição).

Esta Retificação entra em vigor na data de sua publicação, sendo reabertos os prazos para interposição de pedidos de revisão e recursos objetos desta retificação.

Guaramirim, 29 de outubro de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito Municipal

LEI Nº. 4168/2014

LEI Nº. 4168/2014

Abre crédito suplementar no valor de até R\$ 500.101,66.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um crédito especial no valor de até R\$ 500.101,66 (quinhentos mil cento e um reais e sessenta e seis centavos), a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.001	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2024	Transporte Escolar - Ensino Fundamental
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00016100	Transferência referente ao PNATE
	Valor: (19.831,66)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0243	ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE
13.001.0008.0243.0009	Assistência social
13.001.0008.0243.0009.2068	Manutencao das acoes de protecao ao menor
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS

00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (55.100,00)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0304	VIGILANCIA SANITARIA
12.001.0010.0304.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0304.0006.2046	Vigilancia em saude - Vigilancia Sanitaria
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00016600	Vigilância Sanitária
	Valor: (49.990,00)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2044	Assistencia farmaceutica basica
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (19.990,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
12.001.0010.0302.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0302.0006.2038	Manutencao dos servicos especializados de saude
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (104.840,00)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.1009	Construcao, ampliacao, reforma e equip. para unida
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários

	Valor: (50.000,00)
--	----------------------

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0026	TRANSPORTE
08.001.0026.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO
08.001.0026.0782.0011	Infra-Estrutura
08.001.0026.0782.0011.2091	Manutencao e abertura de estradas, canais, corrego
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (200.000,00)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0028	ENCARGOS ESPECIAIS
04.001.0028.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS
04.001.0028.0846.0000	Encargos especiais
04.001.0028.0846.0000.0001	Contribuição ao Pasep
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00014400	Fundo Especial do Petróleo
	Valor: (350,00)

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito especial provém da anulação dos valores abaixo relacionados:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.003	ENSINO MÉDIO
06.003.0012	EDUCACAO
06.003.0012.0362	ENSINO MEDIO
06.003.0012.0362.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.003.0012.0362.0005.2026	Transporte Escolar - Ensino Médio
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00016100	Transferência referente ao PNATE
	Valor: (19.831,66)

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0242	ASSISTENCIA AO PORTADOR DE DEFICIENCIA
13.001.0008.0242.0009	Assistência social
13.001.0008.0242.0009.2066	Atencao ao portador de deficiencia
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS

00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (5.100,00)
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
13.001.0008.0244.0009	Assistência social
13.001.0008.0244.0009.2065	Manutencao da secretaria de Desenvolvimento Social
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (20.000,00)
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
13.001.0008.0244.0009	Assistência social
13.001.0008.0244.0009.2070	Manutencao de programas de desenvolvimento social
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (30.000,00)

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0304	VIGILANCIA SANITARIA
12.001.0010.0304.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0304.0006.2046	Vigilancia em saude - Vigilancia Sanitaria
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00016600	Vigilância Sanitária
	Valor: (49.990,00)

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.1029	Aquisicao de veiculos - Fundo Municipal de Saude
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (4.990,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM

12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2035	Manutencao do atendimento nas unidades basicas e a
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (990,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2039	Manutencao de programas especiais da saude - Conso
3447100000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (2.990,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2040	Piso da atencao basica variavel - saude da familia
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (990,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2041	Piso da atencao basica variavel - Saude bucal
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (19.990,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2042	Manutencao de atendimentos de fisioterapia

3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (19.990,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2043	Piso da atencao basica variavel - agentes comunita
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (990,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2044	Assistencia farmaceutica basica
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (19.990,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2045	Manutencao das unidades de saude
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (19.990,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2114	Manutencao das acoes do conselho municipal de saud
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (4.990,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE

12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2114	Manutencao das acoes do conselho municipal de saud
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (4.990,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2135	Cof. da Assist. Farmaceutica basica - farmacia bas
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (990,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
12.001.0010.0302.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0302.0006.2033	Atendimento de urgencia e emergencia
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (9.990,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
12.001.0010.0302.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0302.0006.2038	Manutencao dos servicos especializados de saude
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (9.990,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0304	VIGILANCIA SANITARIA
12.001.0010.0304.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0304.0006.2046	Vigilancia em saude - Vigilancia Sanitaria
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde

	Valor: (2.970,00)
--	---------------------

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
01	CAMÂMRA MUNICIPAL DE VEREADORES
01.001	CAMÂMRA MUNICIPAL DE VEREADORES
01.001.0001	LEGISLATIVA
01.001.0001.0031	ACAO LEGISLATIVA
01.001.0001.0031.0001	Processo Legislativo
01.001.0001.0031.0001.2001	Manutenção das Atividades da Câmara Municipal
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (50.000,00)

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
01	CAMÂMRA MUNICIPAL DE VEREADORES
01.001	CAMÂMRA MUNICIPAL DE VEREADORES
01.001.0001	LEGISLATIVA
01.001.0001.0031	ACAO LEGISLATIVA
01.001.0001.0031.0001	Processo Legislativo
01.001.0001.0031.0001.2001	Manutenção das Atividades da Câmara Municipal
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (200.000,00)

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0026	TRANSPORTE
08.001.0026.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO
08.001.0026.0782.0011	Infra-Estrutura
08.001.0026.0782.0011.2091	Manutencao e abertura de estradas, canais, correio
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00014400	Fundo Especial do Petróleo
	Valor: (350,00)

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 31 de outubro de 2014.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº. 4169/2014

LEI Nº. 4169/2014

Abre crédito suplementar no valor de até R\$ 732.472.65.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um crédito especial no valor de até R\$ 732.472.65 (setecentos e trinta e dois mil quatrocentos e setenta e dois reais e sessenta e cinco centavos), a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.002	EDUCAÇÃO INFANTIL
06.002.0012	EDUCACAO
06.002.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2023	Manutencao e Desenv das Atividades do Ensino Infan
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00011800	Transferências do FUNDEB-(aplic. profis)
	Valor: (495.170,65)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.001	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2018	Reforma e Manut. de Unidades Escolares do Ensino F
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00015800	Transferência do\$ Salário Educação
	Valor: (85.700,00)
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.001	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2024	Transporte Escolar - Ensino Fundamental
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00012200	Transferências de Convênios - Educação
	Valor: (126.602,00)
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.003	ENSINO MÉDIO
06.003.0012	EDUCACAO
06.003.0012.0362	ENSINO MEDIO
06.003.0012.0362.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.003.0012.0362.0005.2026	Transporte Escolar - Ensino Médio
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS

00012200	Transferências de Convênios - Educação
	Valor: (25.000,00)

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito especial provém do provável excesso de arrecadação das fontes 12200 no valor de R\$ 151.602,00 (Transporte escolar - recurso estadual) e 15800 no valor de R\$ 85.700,00 (Salário Educação); e da anulação dos valores abaixo relacionados:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.001	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2021	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Fund
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00011900	Transferências do FUNDEB-(aplic. outras)
	Valor: (366.392,91)
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.001	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2021	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Fund
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00011900	Transferências do FUNDEB-(aplic. outras)
	Valor: (94.550,80)
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.002	EDUCAÇÃO INFANTIL
06.002.0012	EDUCACAO
06.002.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2022	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Infa
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00011900	Transferências do FUNDEB-(aplic. outras)
	Valor: (34.226,94)

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 31 de outubro de 2014.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 387/2014

DECRETO Nº. 387/2014.

Abre crédito suplementar no valor de até R\$ 500.101,66.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito especial no valor de até R\$ 500.101,66 (quinhentos mil cento e um reais e sessenta e seis centavos), conforme Lei nº. 4168/2014, a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.001	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2024	Transporte Escolar - Ensino Fundamental
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00016100	Transferência referente ao PNATE
	Valor: (19.831,66)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0243	ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
13.001.0008.0243.0009	Assistência social
13.001.0008.0243.0009.2068	Manutencao das acoes de protecao ao menor
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (55.100,00)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0304	VIGILANCIA SANITARIA
12.001.0010.0304.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0304.0006.2046	Vigilancia em saude - Vigilancia Sanitaria
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00016600	Vigilância Sanitária
	Valor: (49.990,00)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM

12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2044	Assistencia farmaceutica basica
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (19.990,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
12.001.0010.0302.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0302.0006.2038	Manutencao dos servicos especializados de saude
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (104.840,00)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.1009	Construcao, ampliacao, reforma e equip. para unida
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (50.000,00)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0026	TRANSPORTE
08.001.0026.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO
08.001.0026.0782.0011	Infra-Estrutura
08.001.0026.0782.0011.2091	Manutencao e abertura de estradas, canais, correio
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (200.000,00)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0028	ENCARGOS ESPECIAIS
04.001.0028.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS
04.001.0028.0846.0000	Encargos especiais
04.001.0028.0846.0000.0001	Contribuição ao Pasep
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00014400	Fundo Especial do Petróleo
	Valor: (350,00)

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito especial provém da anulação dos valores abaixo relacionados:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.003	ENSINO MÉDIO
06.003.0012	EDUCACAO
06.003.0012.0362	ENSINO MEDIO
06.003.0012.0362.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.003.0012.0362.0005.2026	Transporte Escolar - Ensino Médio
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00016100	Transferência referente ao PNATE
	Valor: (19.831,66)

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0242	ASSISTENCIA AO PORTADOR DE DEFICIENCIA
13.001.0008.0242.0009	Assistência social
13.001.0008.0242.0009.2066	Atencao ao portador de deficiencia
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (5.100,00)
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
13.001.0008.0244.0009	Assistência social
13.001.0008.0244.0009.2065	Manutencao da secretaria de Desenvolvimento Social
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (20.000,00)
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA

13.001.0008.0244.0009	Assistência social
13.001.0008.0244.0009.2070	Manutencao de programas de desenvolvimento social
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (30.000,00)

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0304	VIGILANCIA SANITARIA
12.001.0010.0304.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0304.0006.2046	Vigilancia em saude - Vigilancia Sanitaria
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00016600	Vigilância Sanitária
	Valor: (49.990,00)

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.1029	Aquisicao de veiculos - Fundo Municipal de Saude
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (4.990,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2035	Manutencao do atendimento nas unidades basicas e a
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (990,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada

12.001.0010.0301.0006.2039	Manutencao de programas especiais da saude - Conso
3447100000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (2.990,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2040	Piso da atencao basica variavel - saude da familia
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (990,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2041	Piso da atencao basica variavel - Saude bucal
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (19.990,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2042	Manutencao de atendimentos de fisioterapia
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (19.990,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2043	Piso da atencao basica variavel - agentes comunita
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (990,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM

12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2044	Assistencia farmaceutica basica
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (19.990,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2045	Manutencao das unidades de saude
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (19.990,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2114	Manutencao das acoes do conselho municipal de saud
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (4.990,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2114	Manutencao das acoes do conselho municipal de saud
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (4.990,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2135	Cof. da Assist. Farmaceutica basica - farmacia bas
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS

00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (990,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
12.001.0010.0302.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0302.0006.2033	Atendimento de urgencia e emergencia
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (9.990,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
12.001.0010.0302.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0302.0006.2038	Manutencao dos servicos especializados de saude
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (9.990,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0304	VIGILANCIA SANITARIA
12.001.0010.0304.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0304.0006.2046	Vigilancia em saude - Vigilancia Sanitaria
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (2.970,00)

Dotações Anuladas

Código	Descrição
01	CAMÂMRA MUNICIPAL DE VEREA-DORES
01.001	CAMÂMRA MUNICIPAL DE VEREA-DORES
01.001.0001	LEGISLATIVA
01.001.0001.0031	ACAO LEGISLATIVA
01.001.0001.0031.0001	Processo Legislativo
01.001.0001.0031.0001.2001	Manutenção das Atividades da Câmara Municipal
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (50.000,00)

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
01	CAMÂRA MUNICIPAL DE VEREADORES
01.001	CAMÂRA MUNICIPAL DE VEREADORES
01.001.0001	LEGISLATIVA
01.001.0001.0031	ACAO LEGISLATIVA
01.001.0001.0031.0001	Processo Legislativo
01.001.0001.0031.0001.2001	Manutenção das Atividades da Câmara Municipal
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (200.000,00)

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0026	TRANSPORTE
08.001.0026.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO
08.001.0026.0782.0011	Infra-Estrutura
08.001.0026.0782.0011.2091	Manutencao e abertura de estradas, canais, correio
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00014400	Fundo Especial do Petróleo
	Valor: (350,00)

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 31 de outubro de 2014.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 388/2014

DECRETO Nº. 388/2014.

Abre crédito suplementar no valor de até R\$ 732.472.65.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito especial no valor de até R\$ 732.472.65 (setecentos e trinta e dois mil quatrocentos e setenta e dois reais e sessenta e cinco centavos), conforme Lei nº. 4169/2014, a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.002	EDUCAÇÃO INFANTIL
06.002.0012	EDUCACAO

06.002.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2023	Manutencao e Desenv das Atividades do Ensino Infan
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00011800	Transferências do FUNDEB-(aplic. profis)
	Valor: (495.170,65)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.001	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2018	Reforma e Manut. de Unidades Escolares do Ensino F
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00015800	Transferência do\$ Salário Educação
	Valor: (85.700,00)
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.001	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2024	Transporte Escolar - Ensino Fundamental
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00012200	Transferências de Convênios - Educação
	Valor: (126.602,00)
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.003	ENSINO MÉDIO
06.003.0012	EDUCACAO
06.003.0012.0362	ENSINO MEDIO
06.003.0012.0362.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.003.0012.0362.0005.2026	Transporte Escolar - Ensino Médio
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00012200	Transferências de Convênios - Educação
	Valor: (25.000,00)

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito especial provém do provável excesso de arrecadação das fontes 12200 no valor de R\$ 151.602,00 (Transporte escolar - recurso estadual) e 15800 no valor de R\$ 85.700,00 (Salário Educação); e da anulação dos valores abaixo relacionados:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.001	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL

06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2021	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Fund
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00011900	Transferências do FUNDEB-(aplic. outras)
	Valor: (366.392,91)
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.001	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2021	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Fund
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00011900	Transferências do FUNDEB-(aplic. outras)
	Valor: (94.550,80)
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.002	EDUCAÇÃO INFANTIL
06.002.0012	EDUCACAO
06.002.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2022	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Infa
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00011900	Transferências do FUNDEB-(aplic. outras)
	Valor: (34.226,94)

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 31 de outubro de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

LEI 2395/2014

LEI Nº 2.395/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Carlos Foiatto, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, Faço saber a Todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores votou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 32.000,00 (tinta e dois mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Guarujá do Sul, no exercício de 2014, destinado a suplementação do seguinte item orçamentário:

11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

01- Departamento Administrativo de Saúde:

Atividade: 1101.10.301.0010.2.042

(4)3.3.90.00-00.00.002- Aplicações Diretas R\$ 32.000,00

Soma R\$ 32.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:

02- Departamento de Ensino Fundamental e Infantil:

Atividade: 0502.12.361.0014.2.009

(68)3.1.90.00-00.00.142- Aplicações Diretas R\$ 32.000,00

Soma R\$ 32.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

JOSÉ CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

Certificamos que a presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Rosa Isabel Montagner
Secretária Administração e Fazenda

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1189/2014

PORTARIA Nº 1189/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 773/2013, a qual cede a Servidora CARLA REGINA DOS SANTOS GASPARETTO (Matr. 756), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "B", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, ao Cartório Eleitoral da 85ª Zona Eleitoral, até 31 de outubro de 2015, conforme Ofício ZE 085/satb n. 297/2014, e, de conformidade com o que preceitua o artigo 120 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 31 de Outubro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

DECRETO Nº 2702/2014

DECRETO Nº 2702, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0537/2013:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 18.005,00 (Dezoito mil e cinco reais), no orçamento de 2014 da Prefeitura Municipal de Ibiam, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0205 SEC. M. INFR.,TRANSPORTES E OBRAS

Função: 26 TRANSPORTE

Sub-Função: 782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Programa: 2601 ESTRADAS VICINAIS

Projeto/Atividade: 2023 MAN.SEC.INFR.,TRANSPORTES E OBRAS

Modalidade de Aplicação: 33900000 APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte: 0344- Exerc.Anterior- Recursos Fundo Especial

Valor: R\$ 18.005,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC,
14 DE OUTUBRO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DA ADM. E DA FAZENDA

DECRETO Nº 2703/2014

DECRETO Nº 2703, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0537/2013:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a

Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), no orçamento de 2014 da Prefeitura Municipal de Ibiam, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade: 0206 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Função: 12 EDUCAÇÃO
Sub-Função: 361 ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
Projeto/Atividade: 1008 AMPL. DA REDE FÍSICA FUNDAMENTAL
Modalidade de Aplicação: 44900000 APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte: 0301- Exerc.Anterior- Recursos de Impost.e Transf.
Valor: R\$ 5.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC,
14 DE OUTUBRO DE 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DA ADM. E DA FAZENDA

DECRETO Nº 2708/2014

DECRETO Nº 2708, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0537/2013:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 58.000,00 (Cinquenta e oito mil reais), no orçamento de 2014 da Prefeitura Municipal de Ibiam, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade: 0205 SEC. M. INFR.,TRANSPORTES E OBRAS
Função: 15 URBANISMO
Sub-Função: 452 SERVIÇOS URBANOS
Programa: 1501 SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA
Projeto/Atividade: 1004 OBRAS DE INFRAEST. URBANA
Modalidade de Aplicação: 44900000 APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte: 0300- Exerc.Anterior- Recursos Ordinários
Valor: R\$ 58.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC,
22 DE OUTUBRO DE 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DA ADM. E DA FAZENDA

Imarui**PREFEITURA****RESULTADO DE CREDENCIAMENTO - CHAMADA PÚBLICA FMS Nº 001/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUI

RESULTADO FINAL DO CREDENCIAMENTO
Chamada Pública FMS Nº 001/2014

O Fundo Municipal de Saúde torna público o resultado final do credenciamento de laboratório de análises clínicas, conforme abaixo:

Laboratórios Credenciados

> LABORATÓRIO OLIANA COMELI LTDA ME, CNPJ 02.290.479/0001-73
> LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS ADELSON E CRISTINE LTDA - ME, CNPJ 14.756.716/0001-28

Será celebrado Termo de Contrato de Credenciamento para a Prestação dos serviços à que se refere a presente Chamada Pública.

Imarui-SC, 31 de outubro de 2014.
ANDRÉ POLUCENO VIANA
Responsável pelo Fundo Municipal de Saúde

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO FMS Nº 007/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUI

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Eletrônico FMS Nº 007/2014

Objeto: Aquisição de Fraldas Geriátricas e infantis, para atender pacientes acamados e crianças portadoras de necessidades especiais para distribuição pela Secretaria Municipal de Saúde.

Fornecedores e itens declarados vencedores:

- Jacques Briao Moreira - ME: 2 itens. Total dos itens: R\$ 68.280,00
- Publiciti Distribuidora Ltda - EPP: 6 itens. Total dos itens: R\$ 30.485,70

Imarui-SC, 31 de outubro de 2014
ANDRÉ POLUCENO VIANA
Responsável pela Secretaria de Saúde

Imbituba**PREFEITURA****PORTARIA PMI/DGP Nº 486/2014**

PORTARIA PMI/DGP Nº 486, de 30 de outubro de 2014.
Dispõe sobre a Demissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, admitida em 23 de abril de 1999, através do Concurso Público Edital - 01/1997, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Rosilene Poluceno Inácio Antonetti	Servente Merendeira - 40h	750.669.209-00	31/10/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 30 de outubro de 2014.
Zeli Pires
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Gestão de Pessoas
(Interino)

PORTARIA PMI/DGP Nº 487/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 487, de 30 de outubro de 2014.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor ARLEI LIMA, Professor, inscrito no CPF sob o n.º 305.910.589-87, admitido em 17 de junho de 1994 no contrato nº 64, e em 02 de março de 1998 no contrato nº 65, referente aos quinquênios devidos, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição	Conversão
2009 a 2014 (Matr. nº 64) 2008 a 2013 (Matr. nº 65)	01.12.2014 a 29.01.2015	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 30 de outubro de 2014.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Indaial

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO Nº 01/2014

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 01/2014

Através do presente Edital de Notificação, com fundamento na Lei no. 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), e na Lei Complementar No. 79/2007, de 18 de dezembro de 2007, vem através do presente Edital, notificar os contribuintes abaixo relacionados, que estão em Débito com a Fazenda Municipal provenientes de Receitas Tributárias discriminados abaixo.

Os valores, que totalizam as dividas devem ser verificados junto ao Setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Indaial, sito à Rua Getúlio Vargas, 126, Centro - Indaial/SC, e estão acrescidos de:

- Atualização monetária prevista na Lei Complementar 79/2007;
- Juros previstos nos artigos 459, § 1º e §2º da Lei complementar 79/2007;
- Multas previstas nos artigos 459 e ou 460 da Lei Complementar 79/2007.

Igualmente, cientificamos o(s) contribuinte(s) que tem o prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente Edital, para:

- a) Pagamento integral da Dívida;
- b) Pedido de Parcelamento de débito;
- c) Apresentação de Defesa ou Recurso.

Findo o prazo Supra Citado sem que haja manifestação do contribuinte em qualquer uma das opções acima, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa, para encaminhamento de Protesto Extrajudicial de Débitos, conforme Lei Complementar 153/2014, e cobrança judicial, conforme Lei Complementar 79/2007 e suas alterações.

NOME DO CONTRIBUINTE	CNPJ	TRIBUTOS	EXERCÍCIO
A. BORGES COMERCIAL ME	07.621.841/0001-65	TPP, TSO, TVP	2011
ACASSIO DO NASCIMENTO ME	81.806.325/0001-68	TPP, TAS, TSO, TVP	2010-2011-2012
ADEMAR BITENCURT ME	11.934.036/0001-69	TPP, TSO, TVP e AINF	2010-2011-2012-2013
ADEMIR CARLOS APARECIDO DA SILVA	714.072.519-53	ISS	2014
ADRIANA STUPP ENTER ME	10.450.137/0001-00	TPP, TAS, TSO e TVP	2012 – 2013 – 2014
ADRIANO RODRIGUES DE FREITAS ME	09.606.582/0001-29	ISS SIMPLES NACIONAL	2009-2010
AGRO B. COM AGROP E MAT DE CONST. LTDA	00.848.056/0001-09	TPP, TAS, TSO e TVP	2010-2011-2012-2013
ALCIDES VALENTE	11.737.967/0001-77	TPP, TSO, TVP, AINF	2010-2011

ALCIONE MARCE-LINA FARIAS ME	10.485.330/0001-78	TPP, TAS, TSO e TVP	2009
ALEXANDRE FORMENTO ME	10.939.103/0001-75	ISS SIMPLES NACIONAL	2012
ALEXANDRE JOSE DA SILVA ME	10.760.212/0001-20	TPP, TSO, TVP e AINF	2010-2011-2012-2013
ALEXSSANDER REMUALDO ME	06.880.990/0003-48	TPP, TAS, TSO e TVP	2007-2008-2009
ALINE PATRICIA DE OLIVEIRA ROCHA ME	10.739.859/0002-51	TPP, TAS, TSO e TVP	2010-2011-2012-2013
ALTO VALE PISCINAS LTDA	03.300.826/0001-64	TPP, TAS, TSO e TVP	2012-2013-2014
ALVINO KUHNEN ME	15.522.888/0001-08	TPP, TSO e TVP	2013
AMARILDO MARIO DE ANDRADE ME	09.300.239/0001-51	TPP, TAS, TSO, TVP	2011-2012
ANA APARECIDA NUNES	694.251.839-53	CONTRIB. MELHORIA	2013
ANA PAULA PRONER ME	08.181.717/0001-99	TPP, TAS, TSO e TVP	2011-2012 – 2013
ANAVELLA INDUSTRIA TEXTIL LTDA ME	00.507.075/0001-63	TPP, TSO e TVP	2010-2011-2012-2013
ANDERSON ROBERTO ZAVAGLIO EI	15.244.661/0001-30	TPP, TSO E TVP	2014
ANDERSON SOUZA PUBLICIDADE	07.823.189/0001-61	ISS SIMPLES NACIONAL	2007-2008-2009
ANDRE BEHNEN ME	09.073.138/0001-95	ISS SIMPLES NACIONAL	2009-2010-2011
ANDREIA PINA DE OLIVEIRA	05.674.348/0001-88	TPP, TAS, TSO, TVP, ISS	2010-2011-2012
ANGELICA JOCHEN ME	11.613.433/0001-39	TPP, TSO e TVP	2010-2011-2012-2013
ANTONIO FUCK	05.367.090/0001-77	TPP, TSO e TVP	2008-2009
AR X RAY TECNICS PROF TEC EM RADIOLOGIA	04.702.587/0001-31	TPP, TAS, TSO, TVP	2010-2011-2012
ARCONCENTER MANUT AUTOMOTIVA LTDA ME	01.705.561/0001-59	ISS SIMPLES NACIONAL	2007-2009
ARCOS COM E REP DE MAR DE CONST LTDA	82.765.470/0001-00	TPP, TVO e TVP	2011-2012 – 2013
ARLEI BODEMULLER ME	07.604.106/0001-43	ISS	2012 – 2013
ARMELINDO BERTELLI ME	73.478.026/0001-13	TPP, TAS, TSO e TVP	2011-2012 – 2013
ARNALDO ULLER & CIA LTDA	03.725.699/0001-45	TPP, TSO E TVP	2013 – 2014

ARNITO HANG DISTRIBUIDORA ME	03.344.573/0001-20	TPP, TSO E TVP	2011-2012-2013-2014
ARTE D VESTIR LTDA ME	09.420.135/0005-04	TPP, TSO E TVP	2013 – 2014
ASSIS & MARTINS MAT. DE CONST. LTDA ME	05.993.668/0001-09	TPP, TSO e TVP	2007-2008-2009
ATLED IND E COM DE MALHAS LTDA	95.757.217/0002-38	TPP, TSO e TVP	2008-2009-2010
AUTO MEC. LATOARIA E PINTURA 470 LTDA ME	85.280.857/0001-65	TPP, TSO, TVP E ISS	2011 - 2012 – 2013
B & S BOEHRINGER COM E REPRESENT. LTDA ME	72.390.966/0001-83	TPP, TSO e TVP	2009
BAR DO FIDENCIO LTDA ME	09.180.622/0001-13	TPP, TSO, TAS e TVP	2009-2010
BAR E LANC PONTO ESTUDANTIL LTDA ME	00.814.389/0001-09	TPP, TAS, TSO, TVP	2010-2011-2012
BENICIO LEITE	051.239.310-90	TPP, ISS	2010-2011-2012
BENICIO LEITE	051.239.310-90	TPP e ISS	2007-2008-2009
BERRO D ´AGUA IND E COM DO VEST LTDA ME	01.372.941/0001-19	TPP, TSO e TVP	2011-2012 – 2013
BERTOLDI PINTURAS LTDA ME	13.693.297/0001-60	ISS SIMPLES NACIONAL	2011
BLAU MATERIAS ELETRICOS LTDA	05.105.725/0001-68	TPP, TSO e TVP	2008-2009-2010
BOMM BOZ INDUSTRIA DE CONFECÇOES LTDA	05.500.492/0001-06	TPP, TSO, TVP	2010-2011-2012
BONCATELLI IND E COM DE CONF LTDA	81.289.274/0004-97	TPP, TSO, TVP	2010-2011-2012
BOZINE COM E REPR LTDA ME	00.346.555/0001-90	TPP, TSO, TVP	2010-2011-2012
BRONCO BORDADOS E CONFECÇOES LTDA	74.183.716/0001-08	TPP, TAS, TSO, TVP	2010-2011-2012
C & C EMPREIT. DE M.O. LTDA ME	05.572.559/0001-00	TPP, TSO e TVP	2009-2010
C.J.D. COMERCIO VAR. DE DIVERSOS LTDA	0.957.234/0001-33	TPP, TAS, TSO, TVP, ISS	2011-2012
CAMEAN TREINAMENTOS LTDA ME	08.830.029/0001-02	TPP, TSO, TAS e TVP	2009-2010-2011
CAMEAN TREINAMENTOS LTDA ME	08.830.029/0001-02	ISS SIMPLES NACIONAL	2008-2009
CANTINA LA BELLA LTDA ME	02.961.330/0001-79	TPP, TSO, TVP	2011-2012
CARLA BEATRIZ DE CASTILHOS	947.715.709-06	TPP e ISS	2007-2008-2009
CATARINA TEREZINHA DE OLIVEIRA	04.372.178/0001-14	TPP, TSO e TVP	2007-2008-2009

CELSIUS IND. COM. DO VESTUÁRIO LTDA	85.140.580/0001-75	TPP, TSO E TVP	2010 – 2011 – 2012 – 2013 – 2014
CELSO BARBOSA ME	06.018.174/0001-68	TPP, TSO, TSA e TVP	2008-2009-2010
CERLENE SANTA OLIVEIRA VINCI ME	04.988.938/0001-12	TPP, TSO, TAS e TVP	2007-2008-2009
CESAR LUIZ VOGEL	032.495.789-08	TPP, ISS	2013 – 2014
CETELBRAS EDUCACIONAL LTDA	00.065.582/0002-75	TPP, TAS, TSO, TVP e AINF	2010-2011-2012-2013-2014
CEZAILDO DE SOUZA BARBORA	14.447.515/0001-49	ISS SIMPLES NACIONAL	2012
CHAPEACAO E PINTURA AUTOCAR LTDA	13.341.643/0001-40	ISS SIMPLES NACIONAL	2011
CHOPERIA DOIS AMIGOS LTDA ME	10.809.924/0001-97	ISS	2011
CHURRASCARIA FLORESTAL LTDA	04.108.321/0001-65	TPP, TAS, TSO, TVP	2010-2011-2012
CITTRON METAIS E SERVICOS LTDA ME	79.418.802/0001-76	TPP, TAS, TSO e TVP	2013
CLAUDINEI RODRIGUES CHAGAS	041.024.139-36	TPP e ISS	2010-2011-2012-2013
CLEBER DE OLIVEIRA MACHADO ME	00.519.266/0001-45	TPP, TAS, TSO e TVP	2007-2008-2009
CLEITON REITER ME	10.222.589/0001-26	TPP, TSO, TAS e TVP	2008-2009-2010
CLEO SCHIRMANN	16.604.547/0001-36	TPP, TSO e TVP	2013
CLODOIR ALBANO PEREIRA	899.270.879-34	CONTRIB. MELHORIA	2013
COM DE CALÇADOS SANTA EDWIGES LTDA ME	05.612.426/0001-10	TPP, TAS, TSO, TVP	2010-2011-2012
COM E REPRES ARAPONGAS LTDA ME	81.028.482/0001-90	AINF	2013
COMERCIAL DIPPO LTDA	00.313.573/0001-75	TPP, TAS, TSO, TVP	2010-2011-2012
COML ANDRIETTI LTDA ME	82.933.995/0001-08	TPP, TSO e TVP	2011-2012 – 2013
CONEXAO ELLE TEXTIL LTDA ME	04.425.217/0001-02	TPP, TSO e TVP	2010-2011-2012
CONFEC ESTRADA DAS AREIAS LTDA ME	03.506.820/0001-48	TPP, TSO, TVP	2010-2011-2012
CONFECACAO E FACCAO CLAUSANA LTDA	05.766.192/001-65	TPP, TSO e TVP	2008-2009

CONFECACOES CONVIZZE FLORIANO LTDA	08.776.432/0001-09	TPP, TSO e TVP	2007-2008-2009
CONFECACOES E LOJA HUAN LTDA ME	73.721.953/0001-12	TPP, TAS, TSO e TVP	2011-2012 – 2013
CONFECACOES FILIPPI LTDA ME	02.734.258/0001-47	AINF	2012
CONFECACOES GOTTARDI LTDA ME	01.091.023/0001-11	TPP, TSO e TVP	2012
CONFECACOES MOSSELM LTDA ME	09.499.952/0001-76	TPP, TSO e TVP	2008-2009-2010
CONFECACOES TAYANA LTDA ME	00.110.166/0004-03	TPP, TSO, TVP	2010-2011-2012
CONSERVAS GIOVANELLA LTDA ME	02.363.839/0001-10	TPP, TAS, TSO e TVP	2011-2012 – 2013
CONSTRUTORA BERTOLINA LTDA ME	10.575.634/0001-26	ISS SIMPLES NACIONAL	2011
CONSTRUTORA LOURENCO CORDEIRO LTDA ME	10.390.239/0001-79	TPP, TSO, TVP	2011
CONTRUTORA CRC LTDA ME	10.669.754/0001-92	TPP, TSO, TVP	2009-2010-2011
CRAVO E CANELA FABRICACAO E COM.LTDA ME	11.311.125/0001-59	TPP, TAS, TSO, TVP	2009-2011
CRESPO E MONERETTO INFORMATICA LTDA	03.753.455/0001-76	TPP, TSO, TVP	2011-2012
CRISTIANE MOREIRA JUNG E CIA LTDA ME	06.130.339/0001-99	TPP, TAS, TSO e TVP	2011-2012
CRISTIANE TEREZINHA PADILHA EI	18.170.391/0001-58	TPP, TSO E TVP	2014
D'SCHARMM COM. E REPRES. LTDA ME	00.128.453/0001-06	TPP, TSO e TVP	2008-2009-2010
D.F.C TEXTIL LTDA ME	04.369.871/0001-38	TPP, TAS, TSO, TVP e AINF	2013 – 2014
DAIANE VIVIANE DE SOUZA	12.765.158/0001-31	TVP	2012
DALU VIDEO LOCADORA LTDA ME	07.264.116/0001-87	ISS SIMPLES NACIONAL	2009-2010
DAMAGE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME	00.671.223/0001-80	TPP, TSO e TVP	2008-2009-2010
DARCI ROQUE BISSONI – ME	00.777.744/0001-17	TPP, TSO E TVP	2011 – 2012 – 2013 – 2014
DAYANE BERGMANN	048.112.269-02	TPP, TAS, TSO, TVP, ISS	2011-2012
DEBORA APARECIDA FEIBER ANACLETTO ME	03.617.733/0001-68	TPP, TAS, TSO, TVP e AINF	2012-2013-2014
DECHARME COM. DE CONFECACOES LTDA ME	01.672.290/0001-82	TPP, TSO E TVP	2013
DELICIU'S RESTAURANTE E PIZZARIA LTDA ME	11.087.976/0001-60	TPP, TAS, TSO, TVP	2011-2012

DELICIU'S RESTAURANTE E PIZZARIA LTDA ME	11.087.976/0001-60	ISS SIMPLES NACIONAL	2009-2010
DILNEI DO NASCIMENTO ME	08.581.177/0001-30	TPP, TSO e TVP	2010-2011-2012-2013
DIN' MOVEIS DOIS IRMAOS IND DE MOV LTDA	82.877.044/0001-69	TPP, TAS, TSO, TVP	2010-2011-2012
DINA FACCAO E CONFECCAO LTDA ME	07.392.360/0001-25	TPP, TSO, TVP	2011-2012
DIOGO LEANDRO GERALDO REIS - EI	14.149.882/0001-66	TPP, TSO, TVP	2012
DIOGO WALTER TIPCKE	11.595.066/0001-98	TPP, TAS, TSO e TVP	2011-2012
DJ MOVEIS LTDA ME	12.639.017/0001-72	TPP, TAS, TSO e TVP	2011-2012 - 2013
ECKELBERG COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA	95.855.870/0001-59	TPP, TSO e TVP	2007-2008-2009
EDEMILSON CORREIA ME	07.455.903/0001-06	ISS SIMPLES NACIONAL	2009
EDER HERBERT RISTOW & CIA LTDA	04.880.312/0001-98	TPP, TSO, TVP	2010-2011-2012
EDITORA RADAR LTDA ME	95.836.193/0001-21	ISS SIMPLES NACIONAL	2007-2008
EDITORA RADAS LTDA ME	95.836.193/0001-21	TPP, TSO e TVP	2008-2009-2010
EDLA LOPPNOW	895.963.829-34	CONTRIB. MELHORIA	2012
EDUARDO PEREIRA & SOUZA LTDA	03.198.974/0001-10	TPP, TSO, TVP	2010-2011-2012
EDUARDO ZIMMERME	04.183.583/0002-75	TPP, TSO e TVP	2008-2009-2010
ELANIA SARMENTO JASBICK TORRER	077.324.127-29	TPP, ISS, TSO	2013
ELEVEM COM. MAN. DE ELEVADORES LTDA	08.768.981/0001-23	TPP, TSO, ISS e TVP	2007-2008-2009
ELO TRANSPORTE LTDA ME	11.569.007/0001-45	TPP, TSO, TVP e AINF	2012-2013-2014
ELZA SALVINA DOS REIS	683.011.469-15	CONTRIB. MELHORIA	2014
EMERSON BOLSONARO	181.018.238-75	TPP, TSO, ISS, TAS e TVP	2008-2009-2010
EMPRESA DE M. O. ANECLES LTDA	04.214.494/0001-68	TPP, TSO e TVP	2007-2008-2009
EMPRESA DE M.O. DOROCZ LTDA ME	95.798.500/0001-27	TPP, TSO e TVP	2009
EMPRESA DE M.O. RNT LTDA	04.337.712/0001-51	TPP, TSO e TVP	2009-2010
EMPRESA DE MAO DE OBRA AMERICANA LTDA	07.771.557/0001-75	TPP, TSO, ISS e TVP	2007-2008-2009

EMPRESA DE M.O. RITA LTDA	01.500.997/0001-01	TPP, TSO, TVP, AINF	2011
EMPRESA DE M.O. ALSEMAR LTDA	07.297.683/0001-30	TPP, TSO, TVP	2011-2012
EMPRESA DE M.O. GRIPPA LTDA	05.963.280/0001-57	AINF, TPP, TSO	2012
EMPRESA DE M.O. J.COM LTDA	10.423.897/0001-10	TPP, TSO, TVP, AINF	2009-2010-2011-2012
EMPRESA DE MAO DE OBRA ANTONIO LTDA	10.214.171/0001-77	ISS SIMPLES NACIONAL	2008
EMPRESA DE MAO DE OBRA BRAIAN LTDA	09.016.136/0001-64	TPP, TSO, TVP	2011-2012
EMPRESA DE MAO DE OBRA JP II LTDA	09.343.602/0001-16	TPP, TSO, TVP, AINF	2011-2012
EMPRESA DE MAO DE OBRA LARA LTDA	08.441.310/0001-53	TPP, TSO e TVP	2008-2009-2010
EMPRESA DE MAO DE OBRA SIPE LTDA	08.768.999/0001-25	TPP, TSO e TVP	2012 - 2013
EMPRESA DE OBRAS CIVIS LUCHTENBERG LTDA	07.171.581/0001-20	TPP, TSO e TVP	2012 - 2013
ERNANI STOLF	066.964.349-17	TPP e ISS	2010-2011-2012-2013
ERVINO RODRIGUES ME	09.032.057/0001-47	TPP, TSO, TAS e TVP	2008-2009-2010
ESTAMPARIA E CONF. HORIZONTE LTDA ME	09.386.006/0001-13	TPP, TAS, TSO, TVP	2010-2011-2012
ESTAMPARIA MILLENIO LTDA ME	07.217.527/0001-11	AINF	2011
ESTAMPARIA MILLENIO LTDA ME	07.217.527/0001-11	AINF	2011
ESTAMPARIA VENEZA LTDA ME	07.483.879/0001-19	TPP, TAS, TSO, TVP	2010-2011-2012
EUGENIO THEISS	792.060.269-68	TLA	2011
EUNICE GENI CAETANO	947.509.719-87	CONTRIB. MELHORIA	2012
EVA MOREIRA - A ESTOFADORA	04.080.625/0001-61	TPP, TAS, TSO, TVP	2010-2011-2012
EVELITA REITER ME	10.667.355/0001-92	TPP, TAS, TSO, TVP	2009-2010-2011
EVERSON ODERDENG & CIA LTDA ME	12.083.516/0001-26	TPP, TSO e TVP	2010-2011-2012-2013
EVERU TRUFADOS LTDA ME	09.020.106/0001-21	TPP, TAS, TSO e TVP	2010-2011-2012-2013
FABIO L.B. DE MELO & CIA LTDA ME	03.675.852/0002-58	TPP, TSO, TVP	2010-2011-2012

FABIO MACHADO CEREAS ME	08.411.512/0001-32	TPP, TAS, TSO, TVP	2010-2011-2012
FABIO RAULINO SELHORST	037.613.859-94	TPP e ISS	2008-2009-2010
FACCAO DG LTDA	05.278.043/0001-57	TPP, TAS, TSO e TVP	2011-2012
FACCAO DOBRA-TEX LTDA ME	05.743.879/0001-85	TPP, TSO, TVP	2011-2012
FACCAO DOBRA-TEX LTDA ME	05.743.879/0001-85	ISS SIMPLES NACIONAL	2007
FACCAO SAMOR LTDA ME	12.367.152/0001-06	TPP, TAS, TSO, TVP	2012
FACCAO TAMIRES LTDA ME	02.150.236/0001-30	TPP, TSO, TVP	2010-2011-2012
FASHION BLUE FACCAO E CONFEC-CAO LTDA	07.604.117/0001-23	TPP, TSO e TVP	2008-2009
FELISBINO GONCALVES DE ARAUJO	347.515.309-25	TPP e ISS	2007-2008-2009
FERNANDO A. RODRIGUES PINTO ANTUNES	435.324.707.72	TPP, TSO, ISS e TVP	2008-2009
FERNANDO CENSI ME	08.796.899/0001-02	TPP, TSO, TAS e TVP	2008-2009-2010
FERNANDO RODRIGUES DA SILVA	078.271.589-35	TPP e ISS	2010-2011-2012-2013
FERNANDO SIMIA-NO ME	08.510.784/0001-00	TPP, TSO, TAS e TVP	2008-2009-2010
FERRITE SERVICOS LTDA	03.120.826/0001-82	TPP, TSO e TVP	2008-2009-2010
FLUXO COMERCIO E REPRESENTA-CAO LTDA ME	78.818.416/0001-09	TPP, TSO e TVP	2008-2009-2010
FRANCIS ARTUR KROENKE ME	09.529.023/0001-62	TPP, TSO e TVP	2010-2011-2012
FRANCISCO BACK	472.366.209-04	TPP e ISS	2008-2009-2010
FRANCISCO HECKERT ME	73.423.816/0001-00	TPP, TAS, TSO e TVP	2013 – 2014
FRATELLO MALHAS LTDA ME	02.760.877/0001-06	TPP, TSO e TVP	2011-2012 – 2013
FRED RONALD ABEL	565.898.249-91	TPP e ISS	2012-2013-2014
FRED RONALD ABEL ME	06.228.968/0001-56	TPP, TSO, TVP e AINF	2011-2012-2013-2014
FREITAS & RONGAGLIO MEC INST DE GAS NAT	07.013.397/0001-03	ISS SIMPLES NACIONAL	2007
FUNDICAO OSORIO LTDA	01.353.518/0001-71	TPP, TAS, TSO e TVP	2012-2013-2014

GALOS TEXTIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME	00.965.689/0001-99	TPP, TAS, TSO, TVP	2010-2011-2012
GBV MODAS E CONFEC- COES	73.959.991/0001-08	TPP, TSO, TVP	2010-2011-2012
GENESIO REITER	382.233.419-72	TPP, ISS	2011-2012 – 2013
GEOVANE FRANCISCO	981.863.459-49	TPP	2008-2009-2010
GILBERTO GOMES NARCISIO ME	10.287.322/0001-17	ISS SIMPLES NACIONAL	2008
GILDO JOSE PEREIRA DOS SANTOS	747.058.499-49	TPP e ISS	2007-2008-2009
GILVANO RIBEIRO	928.133.999-49	TPP e ISS	2008-2009-2010
GLEYDSON MARMORES E GRANITOS LTDA	82.160.524/0001-04	TPP, TAS, TSO e TVP	2010-2011-2012-2013
GLOBAL FERRAMENTAS LTDA ME	09.007.507/0001-41	TPP, TSO, TVP	2011-2012
GLOBO ESTAMPARIA LTDA ME	10.851.523/0001-03	TPP, TAS, TSO, TVP e AINF	2010-2011-2012-2013
GOTA CONFEC- COES LTDA ME	09.112.086/0001-19	TPP, TSO e TVP	2012
GOULART, GOULART & CIA LTDA ME	00.122.343/0001-29	TPP, TSO E TVP	2012 – 2013 – 2014
H CON CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	03.733.670/0001-05	TPP, TSO e TVP	2008-2009-2010
H.J.J.S. REPRESENTACOES LTDA ME	00.070.356/0001-00	TPP, TSO, TVP	2010-2011-2012
HABITARE CONSTRUTORA LTDA	82.975.699/0001-70	AINF	2012
HANS ENNS JUNIOR	564.234.209-63	TPP e ISS	2013 – 2014
HILARIO DEBACHER	294.102.239-20	TPP e ISS	2008-2009-2010
HILDEGART HEINZ	788.427.439-68	TPP, TSO, ISS e TVP	2008-2009-2010
HOMER JOGOS INT LOCA LTDA ME	07.192.003/0001-13	ISS SIMPLES NACIONAL	2007
ILUMINE IND. E COM DE SUCAT. E MAT ELETTRICO	08.334.565/0001-17	TPP, TSO, TAS e TVP	2008-2009-2010
IMAGEM INFINITUS COM E REPRES LTDA	81.600.462/0001-41	TPP, TSO e TVP	2009
IMANA TEXTIL LTDA EPP	05.647.852/0001-99	TPP, TSO, TVP	2010-2011-2012
IN FASCHION COM. E CONFEC- COES LTDA ME	82.146.796/0003-11	TPP, TSO, TVP	2010-2011-2012

IND DE ALIMEN- TOS MELLO LTDA ME	00.499.543/0001- 03	AINF	2012
IND E COM DE CONFEC SAN BLUE JEANS LTDA	00.741.125/0001-72	TPP, TAS, TSO e TVP	2011 - 2012 - 2013 -2014
IND E COM DE MALHAS D'JO LTDA ME	00.862.444/0001- 36	TPP, TSO E TVP	2012 - 2013 - 2014
IND TEXTIL GA- DOTTI LTDA	79.410.221/0002- 79	TPP, TSO E TVP	2012 - 2013 - 2014
IND. E COM. CONFECÇÕES ERN LTDA ME	08.244.677/0001- 87	AINF	2010
INDAGRAF GRAFI- CA E REPRESENTA- CAO LTDA	00.560.115/0001- 30	TPP, TSO, ISS, TAS e TVP	2006, 2007- 2008- 2009
INDAIAL INCOR- PORADORA DE BENS LTDA	04.106.453/0001- 58	TPP, TSO e TVP	2009- 2010
INDAIAL PNEUS COM E SERVICOS LTDA	95.761.334/0001-94	TPP, TAS, TSO, TVP e ISS	2013
INDAPOLO INDUS- TRIA E COM DE CONFEC LTDA	04.419.170/0001- 66	TPP, TSO e TVP	2007- 2008- 2009
INDATEL COMER- CÍCIO DE TELEFO- NIA LTDA ME	08.953.107/0001- 66	TPP, TSO e TVP	2008- 2009- 2010
INDATEL COMER- CÍCIO DE TELEFO- NIA LTDA ME	08.953.107/0002- 47	TPP, TSO e TVP	2008- 2009- 2010
INGO FRANKO- WIAK	78.987.978/0001-22	TPP, TSO e TVP	2008- 2009- 2010
INICIATIVA CON- FECCOES LTDA ME	03.344.129/0001- 05	TPP, TSO, TAS e TVP	2008- 2009- 2010
INSTALACOES FORMA LTDA ME	10.992.849/0001- 42	TPP, TSO, TVP	2009- 2010- 2011
INSTALACOES FORMA LTDA ME	10.992.849/0001- 42	ISS SIMPLES NA- CIONAL	2009
ISMAEL DE LIZ	920.645.669-53	TPP, TSO, TAS e TVP	2007- 2008- 2009
ISRAEL FRANCIS- CO DO NASCI- MENTO	720.074.949-49	TPP, TAS, ISS, TSO, TVP	2011 - 2012 - 2013 -2014
ISTELINA ALEGRI TESTONI ME	03.617.749/0001-70	TPP, TSO e TVP	2012- 2013- 2014
ITO ROQUE DE GODOY	08.296.752/001-53	TPP, TSO, ISS, TAS e TVP	2006, 2007- 2008- 2009
IVAN KUEHLEWEIN	641.281.139-72	TPP, TSO, ISS e TVP	2008- 2009
IVANILSON CAN- DIDO DE SOUZA LANC. ME	10.600.464/0001- 92	TPP, TAS, TSO e TVP	2010- 2011- 2012- 2013

IVETE SCHWANZ DE CORDOVA	14.597.935/0001-01	TPP, TSO e TVP	2012
IVONE BOLL FELI- CIANO	004.527.049-01	TX CER AVERB	2011
J.S.M. ADMIN. BENS E SERV. LTDA	00.790.215/0001-53	TPP, TSO E TVP	2011 - 2012 - 2013 -2014
J.Z. CONSTRUTO- RA LTDA ME	06.286.406/0001- 69	TPP, TSO, TVP, AINF	2009- 2010- 2011
J.Z. CONSTRUTO- RA LTDA ME	06.286.406/0001- 69	TPP, TSO, TVP, AINF	2009- 2010- 2011
JACILDO CORREA	988.357.269-72	TPP e ISS	2010- 2011- 2012- 2013
JACKSON LUIS DE MORAIS	032.228.309-40	AINF, TPP, TSO e TVP	2009
JACKSON MICHAEL PEDDINGHAUSEN ME	01.661.449/0001- 63	TPP, TSO, TVP e AINF	2011- 2012 - 2013
JADER DARNEY ESPINDOLA	004.912.589-33	TPP, ISS	2009- 2010- 2011
JADER DARNEY ESPINDOLA	004.912.589-33	TPP, ISS	2009- 2010- 2011
JAIR DA SILVA	765.102.479-68	TLA	2011
JANETE DE FATIMA VARGAS	636.780.399-87	TPP	2008- 2009- 2010
JAQUELINE RA- QUEL LOUZADA	964.286.789-34	CONTRIB. MELHO- RIA	2012
JARDINAGEM INDAIA LTDA	02.483.945/0001- 37	TPP, TSO, TVP	2011- 2012
JESSHIANE CON- FECCOES LTDA	04.432.807/0001- 54	TPP, TSO, TAS e TVP	2008- 2009- 2010
JETESC TRANS- PORTES E LOGIS- TICA LTDA	11.473.065/0001- 70	TPP, TSO e TVP	2010- 2011- 2012- 2013
JFC COM. DE VEIC. LTDA ME	06.237.097/0001-37	TPP, TSO, TVP, ISS	2009- 2010- 2011
JFC COM. DE VEIC. LTDA ME	06.237.097/0001-37	TPP, TSO, TVP, ISS	2009- 2010- 2011
JGV ORG. E LOC. DE MAO DE OBRA BA CONST	06.010.902/0001- 95	TPP, TSO, TVP, AINF	2010
JHON MOTO GAS LTDA ME	03.117.970/0001-55	AINF, TPP, TSO, TAS e TVP	2008- 2009
JJTRA MANUTEN- CAO E INSTALA- CAO INDUSTRIAL	10.985.578/0001- 06	ISS SIMPLES NA- CIONAL	2010
JJTRA MANU- TENCAO E INST. INDUSTRIAL LTDA	10.985.578/0001- 06	TPP, TSO, TVP, ISS, AINF	2009- 2010- 2011- 2012
JLC INSTALADORA ELETRICA E HIDR. LTDA	04.982.730/0001-96	ISS SIMPLES NA- CIONAL	2007- 2008

JOAO GORGES	521.929.899-20	CONTRIB. MELHORIA	2014
JOCIMAR THEIS	039.852.049-69	TPP e ISS	2007-2008-2009
JOCIMAR THEIS	039.852.049-69	TPP e ISS	2010-2011-2012
JOELMA APARECIDA THEIS ME	10.140.237/0001-21	TPP e TSO	2009
JOHANN CONFEC-COES LTDA ME	07.442.715/0001-43	TPP, TAS, TSO e TVP	2010-2011-2012-2013
JOICE DIAS ME	12.475.295/0001-31	TPP, TSO, TVP	2010-2011
JONAS JOSE ROEDEL ME	11.177.459/0001-81	ISS SIMPLES NACIONAL	2011
JOSE ANTONIO JUSTINO ME	06.313.877/0001-19	TPP, TAS, TSO, TVP, ISS	2010-2011-2012
JOSE CARDOSO NETO	459.587.349-20	TPP e ISS	2007-2008-2009
JOSE HUMBERTO BATISTA DA ROZA	410.330.009-49	CONTRIB. MELHORIA	2014
JOSE RONCAGLIO DEMARRU ME	00.000.000/0000-00	TPP, TSO, TAS e TVP	2006, 2007-2008-2009
JOSE VAGNER DOS SANTOS	11.009.277/0001-00	TPP, TSO, TVP	2011
JOSIANE REGINA VARGAS ME	11.023.664/0001-92	TPP, TSO, TVP	2009-2010-2011
JP PRODUCOES LTDA	09.426.155/0001-69	TPP, TSO, TVP e AINF	2010-2011-2012-2013
JS DISTR E CONV BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA	05.871.746/0001-94	TPP, TAS, TSO, TVP	2010-2011-2012
JS SCHOOL AGENCIA DE TURISMO LTDA ME	11.350.494/0001-50	ISS SIMPLES NACIONAL	2011
JUCELI RANGEL CAMARGO ME	10.616.085/0001-90	TPP, TAS, TSO, TVP, ISS	2009-2010-2011
JUCELI RANGEL CAMARGO ME	10.616.085/0001-90	TPP, TAS, TSO, TVP, ISS	2009-2010-2011
JUCIELI LINHARES MARTINS ME	09.226.805/0001-22	TPP, TSO e TVP	2010-2011
JUDISMAR PEDRO DOS SANTOS	149.534.631-53	TPP, TSO, TVP, ISS	2009-2010-2011
JUDISMAR PEDRO DOS SANTOS	149.534.631-53	TPP, TSO, TVP, ISS	2009-2010-2011
JULIANA DA ROCHA ME	08.925.170/0001-99	TPP e TSO	2007-2008-2009
JULIMAR JUKOSKI ME	07.805.215/0001-29	TPP, TSO, TVP	2011-2012
KALI CLUB DAN-CETERIA E BAR LTDA ME	09.166.853/0001-72	TPP, TSO, TAS e TVP	2007-2008-2009

KANSAS CONFEC-COES LTDA ME	05.221.214/0001-01	TPP, TSO e TVP	2008-2009-2010
KARECA AUTO LAVACAO LTDA ME	10.939.758/0001-43	TPP, TSO, TVP	2009-2010-2011
KARECA AUTO LAVACAO LTDA ME	10.939.758/0001-43	ISS SIMPLES NACIONAL	2009
KGI CONFEC-COES	07.208.590/0001-91	TPP, TSO, TVP	2010-2011-2012
KLEBBER COMERCIO DE AUTOMOVEIS LTDA	05.219.352/0001-56	TPP, TSO e TVP	2007-2008-2009
KRAPHOS CONFEC-COES LTDA ME	02.394.826/0001-08	TPP, TSO, TVP	2013
KRYARTE DECORACOES LTDA ME	07.511.351/0001-06	TPP, TSO, TVP	2010-2011-2012
LANCH DA VINCI LTDA ME	06.914.916/0001-33	TPP, TSO, TVP	2011-2012
LANCH. DORING & HOEPERS LTDA ME	08.149.682/0001-00	TPP, TSO e TAS	2008-2009
LANCHONETE E PASTELARIA VOSS LTDA ME	06.784.955/0001-63	TPP, TSO, TAS e TVP	2007-2008-2009
LANCHONETE SOMBREIRO LTDA ME	95.766.929/0001-32	ISS	2013
LANG ´LINE MALHAS LTDA ME	00.672.408/0001-00	TPP, TSO E TVP	2012 – 2013 – 2014
LATOARIA E PINTURA SILVEIRA LTDA ME	03.999.004/0001-13	TPP, TAS, TSO, TVP	2010-2011-2012
LATORIA E PINTURA SILVEIRA LTDA ME	03.999.004/0001-13	ISS SIMPLES NACIONAL	2008-2009-2010
LAURI AMANTINO DOS SANTOS	471.442.469-68	TPP, ISS	2010-2011-2012
LAURO MARCELO MILCZAREK DA LUZ	029.621.649-60	AINF	2012
LEIMARQ CONFEC-COES LTDA	82.881.525/0001-48	TPP, TSO, TVP	2010-2011-2012
LEIMARQ CONFEC-COES LTDA ME	82.881.525/001-48	AINF, TPP, TSO e TVP	2008-2009
LEOZEIS DA SILVA	657.179.709-78	TPP, ISS, TSO	2010-2011-2012-2013
LIBANO CONFEC-COES LTDA	02.807.784/0001-90	TPP, TSO e TVP	2011-2012 – 2013
LILIANE CLAUDIA KRAUSE	817.219.199-53	CONTRIB. MELHORIA	2013
LINDOMAR DE SOUZA	506.847.440-15	TPP, TSO, TVP, ISS, AINF	2012
LIVIANE SPIES	09.016.101/0001-25	TPP, TSO, TVP	2010-2011-2012
LIVRARIA GRACA E PAZ LTDA ME	06.021.418/0002-42	TPP, TSO, TVP	2010-2011-2012

LOCADORA DE MAO DE OBRA MVM LTDA	08.305.936/0001-32	TPP, TSO, TVP	2011-2012
LOJAS ZOMER DE MOVEIS LTDA	80.115.256/0040-90	TPP, TSO, TVP	2010-2011-2012
LORIVALD SCHWARTZ	419.377.919-04	ISS	2012
LOURIVAL LUCIANO LORENZ	035.954.869-51	TPP e ISS	2010-2011-2012-2013
LUCAD CONFORMACAO INDUSTRIAL LTDA ME	04.602.739/0001-24	TPP, TSO e TVP	2008-2009
LUCIA ZAPOTOCZNY	14.525.746/0001-87	TPP, TAS, TSO e TVP	2012
LUIZ ANTONIO BISSONI ME	11.940.009/0001-07	TPP, TSO e TVP	2010-2011-2012-2013
LUIZ ANTONIO FERNANDES	452.491.219-34	TPP, ISS	2009-2010-2011
LUIZ ANTONIO FERNANDES	452.491.219-34	TPP, ISS	2009-2010-2011
LUIZ DOS SANTOS JUNIOR ME	08.802.721/0001-27	TPP, TSO e TVP	2012-2013
LUIZ FERNANDO DA SILVA BATISTA ME	10.449.693/0001-58	TPP, TSO e TVP	2010-2011-2012-2013
M & G FUTEBOL SOCIETY LTDA ME	09.606.733/0001-49	ISS SIMPLES NACIONAL	2009-2010
MAIA MOVEIS LTDA ME	14.124.410/0001-59	TPP, TAS, TSO e TVP	2011-2012
MAICO BONATO	050.654.699-38	ISS	2011
MAICON LUIZ PRADA	16.794.159/0001-65	TPP, TSO e TVP	2013
MAIKE RENATE ABEL	04.734.132/0001-06	TPP, TSO e TVP	2008-2009
MALHARIA SOPRAMONTE LTDA	01.749.053/0001-72	TPP, TAS, TSO e TVP	2011-2012 - 2013
MALHAS WALUPE LTDA	86.993.250/0001-95	TPP, TSO E TVP	2013 - 2014
MARCELO RODRIGUES PAVARIN ULISSES	063.818.709-58	CONTRIB. MELHORIA	2013
MARCILIO MARTINS	489.468.699-68	TX CE, AINF	2011
MARCIO ALVES PEREIRA	007.742.109-40	TX L.ESGO	2011
MARCIO FIAMONCINI	027.917.979-04	TX VIST	2011
MARCO ANTONIO BELL	860.390.759-53	TX PROJ/CONS	2011
MARCOS ALEXANDRE OEXLER	16.878.047/0001-92	TPP, TAS, TSO e TVP	2013
MARCOS ANDRE DIAS	976.048.019-00	TPP, ISS	2009-2010-2011
MARCOS ANDRE DIAS	976.048.019-00	TPP, ISS	2009-2010-2011

MARCOS HENRIQUE REITER	293.270.249-15	TLA	2010
MARCOS ROBERTO ARNDT	658.102.799-53	TPP, TSO, ISS, TAS e TVP	2007-2008-2009
MARCOS ROBERTO DA SILVA	033.321.839-66	TPP e ISS	2010-2011-2012-2013
MARCOS VINICIUS TEIXEIRA	052.759.499-79	TPP e ISS	2010-2011-2012-2013
MARGARETE RONCAGLIO ME	81.865.776/0001-76	TPP, TSO, TVP	2010-2011-2012
MARIA APARECIDA DA SILVA RUSKOWSKI	692.715.699-20	TX INSEM	2011
MARIA DE OLIVEIRA WATERSTRADT	018.713.029-94	TLA	2010
MARIA DE OLIVEIRA WATERSTRADT	018.713.029-94	TLA	2010
MARIA GORETI DE MELO	551.049.089-68	TX CER AVERB	2010
MARIA ISONEIDE FERREIRA DE ABREU	00.055.829/4229-72	TAXAS	2009-2010-2011
MARIA LUCIA GONCALVES DA SILVA BARBOSA	085.985.158-33	TPP, TSO, ISS, TAS e TVP	2007-2008-2009
MARIA MADALENA SCHLOGEL	834.693.629-04	TX CER AVERB	2009
MARIA MARGARETE FRANCO LOESCH	345.277.889-49	TX VIST	2010
MARIA PEREIRA E OLAVIO PEREIRA	432.041.129-34	CONTRIB. MELHORIA	2012
MARIA REGINA DINIZ ME	12.522.859/0001-40	TPP, ISS, TSO e TVP	2011-2012
MARILENE JUSTUS BAR	07.426.420/0001-83	TPP, TAS, TSO, TVP	2010-2011-2012
MARILETE LICKFELD	046.032.359-84	TX VIST	2011
MARIO ANDERLE	076.557.039-49	TX CER AVERB	2011
MARIO BUTZKE	659.237.409-82	TX NFS AV	2010
MARIO FAGUNDES MACHADO	483.553.210-49	TPP, ISS	2009-2010-2011
MARIO FRANZ	657.783.329-04	TX SV/AGRO	2009
MARIO ZIMATH	381.764.329-20	*TAXAS/ISS	2009-2010-2011
MARISTELA SCHLUPP	546.983.409-34	TX CER AVERB	2010
MARITEL CONFECÇÕES DE PECAS VEST. LTDA ME	11.306.457/0001-45	TPP, TSO, TVP	2009-2010-2011
MARITEL CONFECÇÕES DE PECAS VEST. LTDA ME	11.306.457/0001-45	TPP, TSO, TVP	2009-2010-2011
MARLENE BARBOSA ZONIN	763.093.409-59	TX CEAINF	2009
MARLI DE JESUS PIRES	031.090.429-32	TLA	2011

MARLI WESTPHAL		TX SV/AGRO	2010
MATEUS SUCHARSKI		TX LIC DESM	2011
MATEUS SUCHARSKI		TX LIC DESM	2011
MAURICIO SCHULZ ME	85.281.160/0001-09	TPP, TSO, TVP	2010-2011-2012
MAURICIO WASHNOTON SILVA	264.195.788-41	TX VIST	2011
MAURINA DA CRUZ COMPUTADORES ME	10.781.331/0001-60	TX VIST	2010
MAURO ROCHA	037.476.789-04	CONTRIB. MELHORIA	2014
MAURO ROGERIO DE CORDOVA ME	06.341.203/0001-28	TPP, TSO e TVP	2007-2008-2009
MAXXI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	05890457/0003-02	TAXAS	2009-2010-2011
MAYCON FABRICAÇÃO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS	10.774.980/0001-33	ISS SIMPLES NACIONAL	2009-2010-2011
MECANICA INDL ARTEFER LTDA	76.287.341/0001-51	TAXAS	2010
MEGABITS TECVALE INFORMATICA LTDA ME	11.537.592/0001-00	TPP, TSO, TVP	2010-2011-2012
MEGABRINK IND. E COMERCIO DE PLASTICOS	81.390.460/0001-75	TX VIST	2011
MERCEARIA WOLFF LTDA ME	85.372.480/0001-74	TPP, TAS, TSO e TVP	2011-2012 – 2013
MERCEIS TEREZINHA ULLER ME	02.024.662/0001-27	TAXAS	2009-2010
MESIL IND COM ARTEF DE CIM E GES LTDA ME	00.506.604/0001-04	TPP, TAS, TSO e TVP	2013 – 2014
METAL FAUST MEGALURGICA LTDA	06.011.185/0001-16	TPP, TAS, TSO, TVP	2010-2011-2012
METALURGICA GENERAL LTDA ME	02.179.806/0001-14	TPP, TAS, TSO e TVP	2011-2012 – 2013
METALURGICA WMC LTDA ME	07.472.010/0001-79	TX VIST	2011
MI CASA CELULARES LTDA ME	07.553.557/0002-80	TPP, TSO, TVP	2010-2011-2012
MICHEL SALOMÃO BUENO	028.874.149-84	TX VIST	2011
MICROTELE DO BRASIL LTDA	80.481.955/0001-47	TPP, TSO e TVP	2012-2013
MIL FORMAS AVIAMENTOS LTDA ME	01.887.336/0001-80	TAXAS	2009-2010
MILTON MAXIMIANO ME	13.119.671/0001-18	TX VIST	2011
MILTON MAXIMIANO ME	13.119.671/0001-18	ISS SIMPLES NACIONAL	2011
MINIMERC. LOJA E BAZAR VANDERLEITE LTDA	02.017.833/0001-90	TPP, TSO, TAS e TVP	2008-2009-2010

MINIMERCADO MARCILIO LTDA	04.419.226/0001-82	TAXAS	2009-2010-2011
MOACIR JOSE DEBARBA	645.744.159-91	TPP, TSO, TVP	2011-2012
MOACIR WERTER	721.927.719-91	TPP, TAS, TSO, TVP, ISS	2010-2011-2012
MOACUR CARDOSO	482.414.909-68	TPP e ISS	2011-2012 – 2013
MOHR COMERCIO DE VEICULOS LTDA	08.943.114/0001-87	TPP, TSO, ISS e TVP	2007, 2008-2009-2010
MORATO CONFEC. E ART. DA EPOCA LTDA EPP	01.567.160/0004-22	TPP, TSO, TVP	2009-2010-2011
MORATO CONFEC. E ART. DA EPOCA LTDA EPP	01.567.160/0004-22	TPP, TSO, TVP	2009-2010-2011
MORENA LINDA COMERCIO E CONFECÇÕES LTDA	08.276.481/0001-74	TX VIST	2010
MSD MECANICA PARASOLUÇÕES DIESEL LTDA	12.140.796.0001-67	TX VIST	2011
N.T.A. PINTURAS LTDA ME	12.222.851/0001-68	ISS SIMPLES NACIONAL	2011
NAGELS MOTEL LTDA ME	03.987.275/0001-59	AINF, TPP, TSO, TAS e TVP	2009-2010
NC PUBLICIDADE LTDA ME	11.340.8650001-13	TPP, TSO, TVP, ISS, AINF	2011-2012
NEIS & ANA BOUTIQUE LTDA ME	08.470.068/0001-46	TPP, TSO e TVP	2008-2009
NELCI DE SOUZA SANTOS ME	09.911.495/0001-85	TPP, TSO, TAS e TVP	2008-2009
NELSON AGOSTINI	351.460.529-72	TX VIST	2011
NELSON DARCI DA CRUZ ME	12.654.731/0001-30	TPP, TAS, TSO e TVP	2010-2011-2012-2013
NEORI BENTO MACHADO	437.793.529-15	TX VIST	2010
NET CLUB LAN HOUSE LTDA ME	10.523.295/0001-34	TPP, TSO, TVP e AINF	2012 – 2013
NEUSA ISABEL DOS SANTOS ME	07.996.645/0001-75	ISS SIMPLES NACIONAL	2007-2008
NGF SERVICOS DE TORNIO LTDA	79.284.717/0001-62	AINF	2014
NILSO DA SILVA	497.077.449-87	TX CER AVERB	2011
NILSON CESAR KLUTSCHNIKOW ME	07.064.683/0001-90	TPP, TSO e TVP	2011-2012
NILSON DA SILVA PORTO	558.981.229-15	CONTRIBUIÇÃO MELHORIA	2012
NILTON SILVEIRA	723.690.439-20	TPP, ISS	2010-2011-2012
NILTON ZILZ	947.704.509-82	TX SV/AGRO	2010
NITA DE ALMEIDA	442.230.139-04	TPP e ISS	2008-2009-2010
NIU-CHAMPS IND. E COMERCIO DE MALHAS LTDA	80.478.686/0007-90	TPP, TSO, TVP	2012

NIU-CHAMPS IND. E COMERCIO DE MALHAS LTDA	80.478.686/0006-00	TPP, TSO, TVP	2012
NORBERTO KLITZKE	041.283.599-12	TX INSEM	2010
NORBERTO KLITZKE	041.283.599-12	TX INSEM	2011
NORBERTO KLITZKE	041.283.599-12	TX INSEM	2010
NUBIA COMERCIO DE CONFECCOES LTDA ME	09.204.147/0001-78	TPP, TSO e TVP	2010-2011-2012-2013
ODACHAM MALHAS IND E COM LTDA ME	01.341.509/0001-60	TPP, TAS, TSO, TVP	2010-2011-2012
ODAIR DO NASCIMENTO ME	08.144.459/0001-70	TPP, TSO, TVP e AINF	2011-2012 – 2013
ODIRLEI CESAR MOSER ME	09.124.341/0001-43	TPP, TSO, TAS e TVP	2007-2008-2009
ODIRLEI CESAR MOSER ME	09.124.341/0001-43	ISS SIMPLES NACIONAL	2007-2008
OLIVIO ANACLETO	381.259.519-20	TAXAS/ISS	2009-2010-2011
OLMERO JAIME COMBY	832.591.049-68	TX VIST	2011
ONIVALDO KAMMER	946.796.069-91	TAXAS	2011
ORGANIZAÇÕES FREITAS LTDA	04.002.867/0001-37	TAXAS	2010-2011
ORGANIZACOES KAJAG CONS. E PINTURAS LTDA	07.457.209/0001-28	TPP, TSO, TVP e AINF	2010-2011-2012-2013
ORIDES CARDOSO	603.987.369-87	TPP	2008-2009
OSNI ALOISIO SARTOR	737.322.229-34	ISS/CONST. CIVIL	2014
OURIVALDO PATRICIO BERNARDO	608.490.109-34	TPP e ISS	2007-2008-2009
PAD INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS SA	73.374.084/0001-05	TPP, TAS, TSO, TVP	2010-2011-2012
PADARIA E CONFEIT MARISTELA LTDA ME	83.488.312/0001-13	TPP, TAS, TSO, TVP	2010-2011-2012
PADARIA E CONV; MARIA BONITA LTDA ME	08.331.897/0001-48	TAS, TVP	2011
PAMELA BOEVING PEDRO	045.819.819-67	CONTRIB. MELHORIA	2014
PANIFICADORA E CONF. CRUZ & MELLO LTDA	10.849.296/0001-73	TPP, TAS, TSO, TVP	2009-2010-2011
PAPIROS INDUSTRIA TEXTIL LTDA ME	01.087.803/0001-98	TPP, TAS, ISS, TSO, TVP	2011 – 2012 – 2013 – 2014
PARTICIPACOES LITEC LTDA	83.542.266/0001-93	TPP, TSO e TVP	2011-2013
PASTELARIA SCHAFFER LTDA ME	04.094.616/0001-20	TPP, TSO, TAS e TVP	2007-2008-2009

PATICI LUIZ DE SOUZA JUNIOR TALHARIA ME	10.676.163/0001-42	TPP, TAS, TSO e TVP	2010-2011-2012-2013
PAULO CESAR BRAATZ	043.616.769-76	AINF	2010
PAULO GEOVANI DA ROCHA TALHARIA ME	12.660.709/0001-00	TPP, TAS, TSO e TVP	2010-2011-2012-2013
PAULO HENRIQUE CORREA REINHARDT ME	11.836.315/0001-90	TPP, TSO e TVP	2011-2012 – 2013
PAULO JUVENCIO CARDOSO	564.238.299-34	TPP e ISS	2009-2010-2011
PAULO SERGIO LOPES – FACCIONISTA ME	11.502.495/0001-73	TPP, TSO e TVP	2010-2011-2012-2013
PECUARIA LITEC LTDA	78.663.291/0001-95	TPP, TAS, TSO e TVP	2013
PEDRO NIVALDO SILVEIRA RODRIGUES ME	10.621.375/0001-22	TPP, TSO, TVP	2009-2010-2011
PEDRO NIVALDO SILVEIRA RODRIGUES ME	10.621.375/0001-22	TPP, TSO, TVP	2009-2010-2011
PEDRO REINERT LANCHONETE LTDA ME	03.037.162/0001-92	TPP, TAS, TSO e TVP	2011-2012 – 2013
PLANET INDUSTRIA METALMECANICA LTDA	07.435.867/0001-19	TPP, TAS, TSO e TVP	2010-2011-2012-2013
POLO DOS MOVEIS LTDA ME	03.604.101/0001-60	TPP, TAS, TSO e TVP	2011 – 2012 – 2013 – 2014
POSITIVA COM. DE EQUIPAMENTOS TEXTEIS LTDA	11.405.616/0001-69	TPP, TSO e TVP	2010-2011-2012-2013
PRIGUIXAN BRASIL IND TEXTIL LTDA	05.080.143/0001-74	TPP, TSO e TVP	2008-2009-2010
PRISCYTUR AGENCIA DE VIAG E CARG LTDA	02.255.173/0001-86	ISS SIMPLES NACIONAL	2008
RAFAEL ALFREDO DORING	004.283.579-89	TPP e ISS	2010-2011-2012-2013
RAFAEL LOTAR WRUCK	004.255.609-02	TPP e ISS	2010-2011-2012-2013
RAITEX IND E COM DE CONF LTDA	02.229.711/0001-68	TPP, TAS, TSO e TVP	2013
RAQUEL FRANZ	031.126.059-42	TPP, TAS, TSO, TVP, ISS	2009-2010-2011
RAQUEL FRANZ	031.126.059-42	TPP, TAS, TSO, TVP, ISS	2009-2010-2011

RAYSSA COMERCIO E CONFECÇÕES LTDA ME	07.092.161/0002-82	TPP, TSO, TVP	2009-2010-2011
RAYSSA COMERCIO E CONFECÇÕES LTDA ME	07.092.161/0002-82	TPP, TSO, TVP	2009-2010-2011
REFEICOES AO PONTO LTDA	94.456.415/0030-52	TAS e TVP	2012
REFEICOES GORDUCHINHAS ALIMENTOS LTDA ME	03.092.782/0001-24	TPP, TAS, TSO e TVP	2011 - 2012 - 2013 - 2014
REGIANE ULLER ME	11.413.001/0001-84	TPP, TAS, TSO e TVP	2011-2012
REJAILE DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA	00.209.895/0001-79	TLA	2010
REMILDO DE GOES ME	00.632.861/0001-92	TPP, TSO E TVP	2012 - 2013 - 2014
RENATEJANNRICH	624.275.399-53	TX SV/AGRO	2011
REST E LANCH CERUTTI LTDA ME	03.654.990/0001-70	TPP, TAS, TSO e TVP	2011 - 2012 - 2013 - 2014
RESTAURANTE TORETI GIRARDI LTDA ME	06.219.659/0001-10	ISS SIMPLES NACIONAL	2012
RESTAURENTE E PIZZARIA JOAO PEDRO LTDA	01.445.494/0001-80	TPP, TAS, TSO, TVP	2010-2011-2012
RGC RESGATE DE CREDITO E COBRANCAS LTDA	08.642.953/0001-65	TPP, TSO e TVP	2007-2008-2009
RITA DE CASSIA RODERMEL ME	02.895.295/0001-37	TPP, TSO, TVP	2013
RMD PAGLIOSA CONFECÇÕES LTDA ME	10.613.449/0001-89	TPP, TSO, TVP	2011
ROBERTO CARLOS WOLFF	548.195.639-04	TPP, ISS e TVP	2007-2008-2009
RODRIGO CAMPOS KUHN	027.294.269-30	TPP e ISS	2010-2011-2012-2013
ROGERIO GOLDACKER EI	15.124.531/0001-63	TPP, TSO E TVP	2014
ROGERIO KRUGER	041.435.939-98	ISS	2011
ROGERIO KRUGER	041.435.939-98	ISS	2011
ROMELITO ALFREDO COELHO	007.570.629-62	TPP e ISS	2010-2011-2012-2013
RONALDO DA SILVA	827.099.049-34	CONTRIB. MELHORIA	2012
ROSA GUIMARÃES DOS SANTOS BARBOSA	11.571.830/0001-95	ISS	2010
ROSALINA ZIELINSKI SALVADOR ME	08.194.175/0001-99	TPP, TSO e TVP	2010
ROSANA DA SILVA MARTINS ME	17.167.515/0002-64	TAS e TVP	2014
ROSANA MARIA DE OLIVEIRA	020.897.639-65	ISS	2011

ROSEMERI DA CUNHA ME	12.982.777/0001-88	TPP, TSO e TVP	2010-2011-2012-2013
ROSEMERI GEREMIAS	13.146.920/0001-64	ISS	2011
ROSIANE FARIAS	004.715.629-55	TPP, TSO, TVP	2011-2012
ROZENILDA CARNEIRO LOBO ME	10.748.106/0001-21	TPP, TAS, TSO, TVP	2009-2010-2011
ROZENILDA CARNEIRO LOBO ME	10.748.106/0001-21	TPP, TAS, TSO, TVP	2009-2010-2011
RUBENS PASOLD	915.934.099-15	TPP e ISS	2010-2011-2012-2013
S.L. EMPREITEIRA DE M.O. LTDA ME	10.541.437/0001-96	TPP, TAS, TSO, TVP	2009-2010-2011
S.O.S.D TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS	09.555.310/0001-47	ISS SIMPLES NACIONAL	2011
SANDRA AYUMI SATO AZEVEDO	246.500.868-41	TPP, TAS, ISS, TSO, TVP AINF	2010-2011-2012-2013
SAUL COELHO	24661179	TPP, TAS, TSO, TVP, ISS	2009-2010-2011
SAUL COELHO	24661179	TPP, TAS, TSO, TVP, ISS	2009-2010-2011
SCHAPPO LTDA ME	85.176.592/0002-30	TPP, TSO e TVP	2008-2009-2010
SCHARIANI SERVICOS E CONF. LTDA ME	00.094.008/0001-64	TPP, TSO, TVP	2011-2012 - 2013
SELF SERVICE PROCESSAMENTO DE DADOS	07.855.168/0001-28	TPP, TSO e TVP	2010
SETE ESTRADA LOGISTICA LTDA	01.599.101/0001-93	ISS	2010
SHEILA CRISTINA MACHADO FAVERO ME	10.866.347/0001-75	TPP, TSO e TVP	2009-2010-2011
SHEILA CRISTINA MACHADO FAVERO ME	10.866.347/0001-75	TPP, TSP, TVP	2009-2010-2011
SIDIMAR ANDRES	15.758.091/0001-04	TPP, TSO e TVP	2013
SIDNEI SEIDER ME	05.921.794/0001-40	TPP, TSO, TVP	2011-2012
SIMONE AP. XAVIER BARROS CONFECÇÕES ME	10.725.032/0001-08	TPP, TAS, TSO e TVP	2010-2011-2012-2013
SINGULAR ESTAMPARIA LTDA ME	10.366.977/0001-80	TPP, TAS, TSO, TVP	2009-2010-2011
SINGULAR ESTAMPARIA LTDA ME	10.366.977/0001-80	TPP, TAS, TSO, TVP	2009-2010-2011

SOARES INDUSTRIA DO VESTUARIO LTDA ME	81.534.190/0003-90	TPP, TSO, TVP	2010-2011-2012-2013-2014
SOL DO SUL CONFECÇÕES LTDA	02.765.355/0001-05	TPP, TSO, TVP	2009-2010-2011
SOL DO SUL CONFECÇÕES LTDA	02.765.355/0001-05	TPP, TSO, TVP	2009-2010-2011
SOLANGE APARECIDA VANDERLINDE	12.849.229/0001-84	TPP, TAS, ISS, TSO, TVP	2010-2011-2012-2013
STARQUEST IND E COM DE CONFEC LTDA	05.979.140/0002-58	TPP, TSO e TVP	2010-2011-2012
STYLUS BIJOUX PRESENTES LTDA ME	07.697.890/0001-81	TPP, TSO, TVP	2010-2011-2012
TAISE DE FATIMA SCHULZ	048.173.939-47	TPP, ISS, TSO e TVP	2010-2011-2012-2013
TAULINA CONFECÇÕES LTDA ME	13.577.746/0001-04	TPP, TSO e TVP	2011-2012 – 2013
THAIS CRISTIANE DOS SANTOS	062.612.759-98	TX ALV AMBULANTE	2009
TRANSPORTES BIGUE LTDA ME	03.658.729/0001-48	TPP, TAS, TSO, TVP	2012
TRANSPORTES BIGUE LTDA ME	03.658.729/0001-48	TPP, TAS, TSO, TVP, ISS AINF	2010-2011-2012
TRANSPORTES DIA A DIA LTDA ME	09.018.861/0001-71	TPP, TSO e TVP	2008-2009-2010
TRANSPORTES ODORIZZI	85.365.716/0001-45	TPP, TSO e TVP	2012 – 2013
TRJ PNEUS LTDA	02.011.315/0001-60	TPP, TSO, TVP	2011-2012
TUBO LINE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	02.917.288/0001-99	TPP, TSO e TVP	2007-2008-2009
ULRICH INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	04.472.060/0002-49	TPP, TSO e TVP	2007-2008-2009
UNIVERSAL FERREMENTAS LTDA	03.304.053/0001-94	TPP, TAS, TSO, TVP	2010-2011-2012
URBAINSKI REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	80.974.330/0001-17	ISS	2011
VALDECI ALVES CARVALHO	11.294.372/0001-94	ISS SIMPLES NACIONAL	2011
VALDEMAR FORMETIM	180.025.959-04	TPP e ISS	2013 – 2014
VALDINEI HASKELME	12.626.077/0001-50	ISS SIMPLES NACIONAL	2011
VALDIR PEREIRA	351.863.649-91	TPP, ISS	2010-211
VANESSA KARINA GERHKE LANDMANN ME	11.926.214/0001-00	TPP, TSO, TVP e AINF	2011-2012 – 2013

VARIAL CONFECÇÕES LTDA	04.016.696/0001-03	TPP, TSO, TVP	2010-2011-2012
VIDEO LOCADORA GARCIA LTDA ME	01.820.262./0001-65	TPP, TSO e TVP	2012-2013-2014
VIDEO LOCADORA SALVADOR LTDA ME	08.966.565/0001-30	TPP, TSO, TVP	2010-2011-2012
VILMAR GRALAKI VIDAL ME	11.319.331/0001-05	TPP, TSO e TVP	2010-2011-2012-2013
VILMAR SMUCZEK ME	00.966.464/0001-57	TPP, TAS, TSO, TVP, ISS	2011-2012
VITAL BRASIL INDUST. E CONFECÇÕES LTDA ME	08.626.762/0001-00	TPP, TSO e TAS	2008-2009
VOLNEI FRONZA	293.214.849-49	ISS	2013
W.J. PERSUHN COM. DE AUTOM. LTDA EPP	09.154.722/0001-75	TAS, TVP	2013
WELTON LUIS FURLANI ME	12.692.148/0001-13	TPP, TAS, TSO e TVP	2011-2012
WELTON LUIS FURLANI ME	12.692.148/0001-13	ISS SIMPLES NACIONAL	2011
WILSON DA SILVA	608.486.189-04	TPP, ISS	2010-2011-2012
WRS TEXTIL LTDA ME	07.543.939/0001-41	TPP, TAS, TSO e TVP	2010-2011-2012-2013
XAULIN DISK PIZZA LTDA ME	09.628.719/0001-46	TPP, TSO, TAS e TVP	2008-2009-2010
YEP COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME	05.545.696/0001-55	TPP, TSO e TVP	2007-2008-2009
YOANA MODAS LTDA ME	00.480.912/0001-08	TPP, TSO, TVP	2010-2011-2012
YOANA MODAS LTDA ME	00.480.912/0002-99	TPP, TSO, TVP	2010-2011-2012
YOLANDA APARECIDA REINICKE	003.598.739-10	TPP, TSO, ISS e TVP	2008-2009-2010

Legenda de Identificação das siglas acima descritas:

TPP: Taxa de Fiscalização de Localização, Instalação e Funcionamento;
TAS: Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal;
TSO: Taxa de Serviços Ostensivos;
TVP: Taxa de Vistoria Preventiva;
AINF: Auto de Infração das Obrigações Acessórias;
ISS: Imposto Sobre Serviço;
ISS SIMPLES NACIONAL: Termo de Exclusão do Simples Nacional.
CONTRIB. DE MELHORIA: Contribuição de Melhoria

Indaial, 03 DE NOVEMBRO de 2014.
ALTAIR SIMÃO
COORDENADOR TRIBUTÁRIO
AD/AGENTE DE DESENVOLVIMENTO
PORT. 86/14 E 45/12

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO Nº 02/2014

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO
NO. 02/2014 - TAXAS DIVERSAS

Através do presente Edital de Notificação, com fundamento na Lei no. 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), e na Lei Complementar No. 79/2007, de 18 de dezembro de 2007, vem através do presente Edital, notificar os contribuintes abaixo relacionados, que estão em Débito com a Fazenda Municipal provenientes de Receitas Tributárias ou não discriminados abaixo.

Os valores, que totalizam as dividas devem ser verificados junto ao Setor de Receitas Tributárias da Prefeitura Municipal de Indaial, sito à Rua Getúlio Vargas, 126, Centro - Indaial/SC, e estão acrescidos de:

- Atualização monetária prevista na Lei Complementar 79/2007;
- Juros previstos nos artigos 459, § 1º e §2º da Lei complementar 79/2007;
- Multas previstas nos artigos 459 e ou 460 da Lei Complementar 79/2007.

Igualmente, cientificamos o(s) contribuinte(s) que tem o prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente Edital, para:

- a) Pagamento integral da Dívida, ou;
- b) Pedido de Parcelamento de débitos, ou;
- c) Apresentação de Defesa ou Recurso.

Findo o prazo Supra Citado sem que haja manifestação do contribuinte em qualquer uma das opções acima, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa, para encaminhamento de Protesto Extrajudicial de Débitos, conforme Lei Complementar 153/2014, e cobrança judicial, conforme Lei Complementar 79/2007 e suas alterações.

SERVIÇO 01 - TAXAS DE SEPULTAMENTO CEMITÉRIO MUNICIPAL				
Cód. Contrib.	Nome ou Razão Social	Serviço	Descrição do Serviço	Processo/Ano
14485.1	ADELIR PINTO	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	22.590/2011
47930.6	ADEMAR VIEIRA	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	17.860/2012
65875.8	ADEMIR DA SILVA	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	22.451/2011
45665.9	ADRIANA DE OLIVEIRA	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	19.264/2013
70124.6	ALDORI ANTONIO PEREIRA DA COSTA	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	18.072/2012
51004.1	ALEX LUCHTENBERG	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	17.851/2012
21961.4	ALZEMIRO NUNES DOS SANTOS	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	13.814/2010
54415.9	AMARILDO MARIO DE ANDRADE	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	22.467/2011
8965.6	AMARILDO PINHO	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	17.857/2012
7559.0	ANDRE SILVIO MIGUEL	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	14.685/2010

67650.0	ANGELIN RODRIGUES DOS SANTOS	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	6.735/2012
15198.0	ANTONIO CARLOS SUCHARA	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	19.242/2013
47041.4	ANTONIO LEONARDO MOSSELM DE ABREU	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	23.417/2011
70047.9	ANTONIO VALTEMIRO GONÇALVES ALVES	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	17.848/2012
54800.6	ARLINDO DE GODOIS RODRIGUES LISBOA	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	22.440/2011
13489.9	CARLOS HENRIQUE FELDMANN	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	22.483/2011
74468.9	CELIO BERNARDO PEDROSO BATISTA	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	19.267/2013
21939.8	CELIO VALCENIR DOS SANTOS	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	9.380/2011
47234.4	CELSON RAMOS GONZAGA	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	1.539/2013
44407.3	CHARLES KOLM	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	22.496/2011
53545.1	CINARA CRISTINA DA VEIGA	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	78/2010
42935.0	CLESIO WAMSER	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	19.227/2013
18007.6	CONRADO ROZANSKI - ESPÓLIO	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	81/2010
27510.7	DORVALINO ANACLETO	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	22.588/2011
40689.9	EDSON JOSE DE SOUZA	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	19.206/2013
69678.1	EDY SORENSSEN	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	16.385/2012
14498.3	ELIAS BLUNK	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	17.853/2012
65029.3	ELTON RICARDO SARDAGNA	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	18.138/2011
28838.1	EMILIA DOS SANTOS SALGUEIROZA	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	19.260/2013
66654.8	ESTRO GOMES DAMACENO	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	3.491/2012
65885.5	EVALDIR PATRICIO	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	22.490/2011

65877.4	EVANILDE APARECIDA PRUSSEK	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	22.453/2011
28949.3	EVERTON LEITE	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	19.266/2013
37505.5	FABIANA ANACLETO	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	1.537/2013
1413.3	FABIO HAMMES	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	22.582/2011
70053.3	FABRICIO PELLEZ SCHLINDWEIN	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	17.863/2012
68703.0	FELIPE ZONTA DA SILVA	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	17.858/2012
8491.3	FELIX SCHEIDEMANTEL NETO	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	19.221/2013
21565.1	FLORACI TE-REZINHA G. DE VARGAS	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	17.843/2012
57216.0	FRANCIELI PAULINHO EVARISTO	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	22.488/2011
41176.0	GAMALIEU SCHNEIDER	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	22.445/2011
44462.6	GERALDO VENDRAMIN	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	19.240/2013
64327.0	GIAN OSVALDO MORASTONI	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	19.257/2013
65897.9	GILMAR SILVEIRA	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	22.569/2011
30029.2	GILSON EMERSOM ROSSETI	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	22.572/2011
10876.6	HARLEI ANDERSON ERDMANN	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	5.475/2013
10876.6	HARLEI ANDERSON ERDMANN	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	5.476/2013
13120.2	IDALICIO JOSE DA VEIGA	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	79/2010
74451.4	ISRAEL ALEXANDRE JEREMIAS	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	19.241/2013
52689.4	IVAN AUGUSTO LUCHTENBERG	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	13.604/2012
57239.0	IVONE DA PARECIDA GOIS	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	23.614/2010
73788.7	IZOLETE DE CASSIA LIDIO	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	15.756/2013
41615.0	JADSON JOSE DA MATTA	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	17.862/2012

14290.5	JAIR BENTO LOURENÇO	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	3.481/2012
44437.5	JAQUELINE GUBER	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	17.849/2012
3392.8	JEAN CARLOS FRITZ	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	19.254/2013
67674.8	JEFERSON DOROCZ	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	6.825/2012
72932.9	JOACIR SABINO	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	11.829/2013
26822.4	JOAO CARLOS MONTIBELLER	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	22.578/2011
24576.3	JOAO CARLOS MUNIZ DE MELLO	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	19.258/2013
58348.0	JOARLI PAULO MARCELLINO	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	22.579/2011
58348.0	JOARLI PAULO MARCELLINO	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	3.411/2012
35544.5	JORGE ELENO SIMAO	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	22.486/2011
21813.8	JOSE LUIZ DIAS DE SOUZA	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	17.854/2012
68540.2	JOZILMA DOS SANTOS MATHIS	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	10.973/2012
68655.7	LEILA VIVIAN AMORIN	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	11.368/2012
22891.5	LEONIRDES MARIA DA LUZ	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	12.782/2012
41478.6	LIDIO DOS SANTOS	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	23.401/2011
69783.4	LUCIA TERESINHA ANACLETO	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	16.667/2012
37375.3	LUCIANA ANDREIA BECKER	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	1.641/2013
75462.5	LUCIANA KLITZKE	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	19.261/2013
70622.1	LUCIANO ERNESTO DOS SANTOS	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	1.536/2013
22441.3	LUCIANO MARCOS DA ROCHA	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	18.065/2012
21778.6	LUCINEIDE DE ANDRADE	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	11.905/2010
31223.1	LUIS CARLOS SIMAS	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	1.141/2013

65899.5	MAICON LISANDRO DE FREITAS	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	22.570/2011
56776.0	MAICON ORELIO BORGES	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	20.329/2010
2696.4	MANOEL BELINO	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	1.615/2011
50441.6	MARCIA REGINA DA SILVA CUNHA	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	19.255/2013
72927.2	MARCIA RITA MACHADO	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	11.800/2013
33346.8	MARILENE KORB KOEPEL	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	22.497/2011
15855.0	MARIO UESLER	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	22.491/2011
37489.0	MARIZA APARECIDA DA COSTA	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	5.707/2013
33001.9	MARLENE BARBOSA ZONIN	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	12.628/2009
27134.9	MAURICIO ANTONIO FERREIRA	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	1.538/2013
56091.0	MAURO ROCHA	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	19.224/2013
19465.4	NADIR BARBOSA ROSA SANTOS	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	19.256/2013
48407.5	NILO NUNES	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	13.323/2013
65638.0	NILZA MARIA DE JESUS	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	14.490/2012
53839.6	ODIRLEI LUIZ BILHAN CENSI	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	19.229/2013
14956.0	OSAIR REGINALDO ANACLETO	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	22.575/2011
8433.6	OSMAR JANUARIO ANTUNES	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	16.323/2011
15319.2	OTMAR KORNELL	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	3.964/2013
52902.8	PAULO EDUARDO DOS SANTOS	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	17.866/2012
68593.3	PEDRO ROBERTO BARRETO	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	11.102/2012
49045.8	RAIMUNDO MARTINS DE LIMA	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	19.265/2013
37105.0	REGINA DAS GRACAS DRAEGER	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	17.846/2012

17055.0	ROLAND RUPERT LITTIG	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	22.580/2011
8303.8	SALVIO VOGEL	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	83/2010
19180.9	SANDRA MARA PETERS BUZZI	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	14.805/2012
6871.3	SELINA BONNEZZI	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	7.454/2010
20955.4	SERGIO LUIZ FINK	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	5.884/2010
48123.8	SERGIO LUIZ WINTRICH	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	6.916/2012
29586.8	SIDNEI FLORIANO	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	17.864/2012
12836.8	SIEGFRIED DORING	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	85/2010
20929.5	SIGOLD FEUSTEL	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	22.447/2011
31955.4	SUZETE DA SILVA FLORES AIROSO	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	15.618/2011
26063.0	TAIS REGINA GABRIEL	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	19.252/2013
27924.2	TEODORA MARIA LIBORIO	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	19.253/2013
57084.2	VALDECIR DE ATAIDE MACHADO	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	22.464/2011
19390.9	VALENTIM BLASIS	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	22.410/2011
70621.3	VANUSA APARECIDA M. DE MATOS	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	1.642/2013
3192.5	VERALBA MACHADO DE LIZ	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	3.750/2013
28285.5	VILSON HENKELS	1	TAXAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	22.495/2011
SERVIÇO 02 - TAXAS DE LIGAÇÃO DE ESGOTO				
Cód. Contrib.	Nome ou Razão Social	Serviço	Descrição do Serviço	Processo/Ano
27310.4	ADRIANA DA SILVA PORTO	2	Ligacao de Esgoto	9.768/2011
56383.8	AG35 INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA	2	Ligacao de Esgoto	17.796/2013
18081.5	ALCIONE LUIZ TOMIO E SOLANGE LAMIN TOMIO	2	Ligacao de Esgoto	10.808/2011

27548.4	ALDO KRAMER	2	Ligacao de Esgoto	8.047/2013
41262.7	DARCI BEUMLER	2	Ligacao de Esgoto	14.365/2012
11093.0	EDILSON JOSE CERUTI	2	Ligacao de Esgoto	8.251/2012
55340.9	ILTO JOSE DE OLIVEIRA	2	Ligacao de Esgoto	10.173/2012
17476.9	IVONE KNISS	2	Ligacao de Esgoto	22.527/2011
56824.4	JOICI MARCILIO KORZ	2	Ligacao de Esgoto	8.494/2011
31594.0	ROSANA DOMINGOS SCHULZ	2	Ligacao de Esgoto	9.647/2011
32210.5	SALETE CARDOSO TESTONI	2	Ligacao de Esgoto	10.692/2011
57570.4	VALDENIR CONRADO SAUTNER	2	Ligacao de Esgoto	9.218/2011
SERVIÇO 05 - TAXA CERTIDÃO DIVERSA				
Cód. Contrib.	Nome ou Razão Social	Serviço	Descrição do Serviço	Processo/Ano
51286.9	HEINZ MALKOWSKI	5	Taxa de Certidões Diversas	18.554/2013
SERVIÇO 06 - TAXA VISTORIA				
Cód. Contrib.	Nome ou Razão Social	Serviço	Descrição do Serviço	Processo/Ano
15341.9	ALOISIO MOSER	6	Taxa de Vistoria	13.105/2012
56675.6	ANDREY HONORATO POSSAMAI ME	6	Taxa de Vistoria	9.990/2011
24324.8	ANGELITO LIERMANN	6	Taxa de Vistoria	13.870/2012
21300.4	ANGELO D'AVILLA	6	Taxa de Vistoria	1.812/2013
36207.7	ANTONIO FAUSTINO	6	Taxa de Vistoria	15.871/2013
14690.0	ANTONIO ISAIAS PAVESI	6	Taxa de Vistoria	8.815/2012
30082.9	ANTONIO LAUER	6	Taxa de Vistoria	95/2013
12583.0	ARNOLDO CARDOSO	6	Taxa de Vistoria	7.365/2013
64673.3	AUTO MECÂNICA E OFICINA MODÊLO LTDA ME	6	Taxa de Vistoria	17.275/2012
44458.8	BENEX BENEFICIAMENTO TEXTIL LTDA - FILIAL	6	Taxa de Vistoria	1.041/2012
44458.8	BENEX BENEFICIAMENTO TEXTIL LTDA - FILIAL	6	Taxa de Vistoria	1.042/2012
44458.8	BENEX BENEFICIAMENTO TEXTIL LTDA - FILIAL	6	Taxa de Vistoria	1.043/2012

44458.8	BENEX BENEFICIAMENTO TEXTIL LTDA - FILIAL	6	Taxa de Vistoria	1.044/2012
347.6	CARLOS ALBERTO KNIPERS	6	Taxa de Vistoria	15.735/2009
51175.7	CHOPERIA DOIS AMIGOS LTDA ME	6	Taxa de Vistoria	13.253/2011
54659.3	CLAUDIA BECKHAUSER	6	Taxa de Vistoria	5.860/2010
47396.0	CLAUDIO VINICIUS DE OLIVEIRA	6	Taxa de Vistoria	6.780/2013
58922.5	CLEYTON LEANDRO SCHMITZ BEZERRA	6	Taxa de Vistoria	7.478/2011
42063.8	COMVEN COMERCIO DE VEICULOS LTDA	6	Taxa de Vistoria	2.182/2013
51867.0	CONSTRUTORA J H LTDA ME	6	Taxa de Vistoria	7.193/2012
50480.7	DINOSANI GONÇALVES	6	Taxa de Vistoria	4.856/2011
57708.1	DUDA MALUCA & CHICO LOCO CONFECÇÕES LTDA	6	Taxa de Vistoria	22.666/2011
66524.0	ECOTECHNOLOGY AMBIENTAL LTDA	6	Taxa de Vistoria	19.659/2013
66317.4	EDSON HEINZ	6	Taxa de Vistoria	17.011/2012
7248.6	ELISONIA ANA VOIGT	6	Taxa de Vistoria	22.646/2011
21721.2	ENTER CONFECÇÕES LTDA ME	6	Taxa de Vistoria	13.245/2013
29006.8	FLAVIO NUNES	6	Taxa de Vistoria	11.099/2013
3417.7	FRANCIELE PACKER JACOBSEN	6	Taxa de Vistoria	15.057/2011
14199.2	FRANCISCO AMBROSIO DA VEIGA	6	Taxa de Vistoria	13.042/2013
42658.0	HANNAH TINTURARIA LTDA	6	Taxa de Vistoria	8.503/2013
67706.0	HUBERTO NIEHUES NETO	6	Taxa de Vistoria	6.929/2012
34748.5	IRONE ALDO MAURISENZ	6	Taxa de Vistoria	14.624/2010
42524.9	JAIME SARTOR	6	Taxa de Vistoria	5.123/2013
23627.6	JOSE DE OLIVEIRA	6	Taxa de Vistoria	6.350/2013
1496.6	JOSE DE SOUZA	6	Taxa de Vistoria	11.200/2013

36491.6	JOSILEIDE GAIO/WENES PEREIRA REIS	6	Taxa de Vistoria	15.708/2013
52782.3	LOURIVAL DUVE	6	Taxa de Vistoria	16.343/2013
57278.0	M. C. TALHA- RIA LTDA	6	Taxa de Vistoria	15.002/2013
69267.0	MÃO FORTE CONSTRU- ÇÕES E COMERCIO EIRELI -	6	Taxa de Vistoria	18.357/2013
13222.5	MARIA LIDIA DA SILVA	6	Taxa de Vistoria	18.938/2013
50968.0	MAURINA DA CRUZ COM- PUTADORES ME	6	Taxa de Vistoria	4.294/2010
65321.7	N.T.M. CONS- TRUÇÕES E COMERCIO LTDA ME	6	Taxa de Vistoria	18.384/2013
48294.3	NEORI BEN- TO MACHA- DO	6	Taxa de Vistoria	9.154/2010
21058.7	ODILO KOLTZ	6	Taxa de Vistoria	9.232/2012
54101.0	PEDRO OCRICIANO JUNIOR ME	6	Taxa de Vistoria	18.892/2011
40654.6	RAFAEL ALDIR CATA- FESTA	6	Taxa de Vistoria	18.731/2013
56157.6	REALCE ESTAMPARIA LTDA	6	Taxa de Vistoria	13.639/2013
32133.8	REJANE RUFINO	6	Taxa de Vistoria	13.879/2013
11688.2	RUDIMAR NARDELLI	6	Taxa de Vistoria	16.747/2012
26212.9	SERGIO SCHMIDT	6	Taxa de Vistoria	15.086/2013
74507.3	SILVANA ELTERMANN	6	Taxa de Vistoria	19.437/2013
15906.9	TADEU DE OLIVEIRA MACHADO	6	Taxa de Vistoria	10.082/2013
31219.3	TECH HOUSE CYBER CAFÉ LTDA ME	6	Taxa de Vistoria	2.145/2012
10028.5	VALINGA REINHOLD	6	Taxa de Vistoria	21.534/2011
35741.3	VALTER AVANCINI	6	Taxa de Vistoria	19.034/2011
8818.8	VALTER SANDRI	6	Taxa de Vistoria	9.063/2011
26626.4	VANIA TANI- RA BIAVATTI	6	Taxa de Vistoria	19.086/2013
26626.4	VANIA TANI- RA BIAVATTI	6	Taxa de Vistoria	19.087/2013
18788.7	VERA LUCIA CHIODINI SOAR	6	Taxa de Vistoria	13.863/2013
59268.4	VERA LUCIA SCHREIBER	6	Taxa de Vistoria	19.440/2011

42327.0	VILMA CENSI MORAES	6	Taxa de Vistoria	7.093/2013
58076.7	VOLNEI FRONZA	6	Taxa de Vistoria	454/2013
SERVIÇO 07 - TAXA ALVARA DE HABITE-SE/DEMOLIÇÃO				
Cód. Contrib.	Nome ou Razão Social	Serviço	Descrição do Serviço	Processo/Ano
27548.4	ALDO KRA- MER	7	Alvara de Habite-se/ Demolicao	7.797/2013
13108.3	ANTONIO BARBOSA	7	Alvara de Habite-se/ Demolicao	6.199/2013
54800.6	ARLINDO DE GODOIS RODRIGUES LISBOA	7	Alvara de Habite-se/ Demolicao	4.467/2013
14729.0	CARL HEINZ SCHNEIDER	7	Alvara de Habite-se/ Demolicao	7.078/2012
42953.8	CARLOS AL- BERTO DOS SANTOS	7	Alvara de Habite-se/ Demolicao	386/2013
38695.2	CIRIA JENNRICH D'OLIVEIRA	7	Alvara de Habite-se/ Demolicao	4.937/2012
18835.2	CIRINEU NAZARIO CORREA	7	Alvara de Habite-se/ Demolicao	14.285/2010
58889.0	DIEGO DO AMARAL	7	Alvara de Habite-se/ Demolicao	3.316/2013
50480.7	DINOSANI GONÇALVES	7	Alvara de Habite-se/ Demolicao	3.368/2011
36429.0	JACKSON REINICKE	7	Alvara de Habite-se/ Demolicao	16.705/2011
47432.0	LORIVAN DE MELLO	7	Alvara de Habite-se/ Demolicao	23.729/2010
42601.6	LOURIVAL MORAIS	7	Alvara de Habite-se/ Demolicao	7.687/2013
15102.5	LUCAS ALEXANDRE HUBES	7	Alvara de Habite-se/ Demolicao	7.701/2013
40482.9	LUCAS HENKE	7	Alvara de Habite-se/ Demolicao	15.644/2011
52997.4	MARIA DE LOURDES ANDRADE DE AVIZ	7	Alvara de Habite-se/ Demolicao	11.327/2013
18262.1	MAURINA FIRMO GABRIEL DA VEIGA	7	Alvara de Habite-se/ Demolicao	9.330/2013
23039.1	OSCAR NEIST E MARLISE BELTRAMINI	7	Alvara de Habite-se/ Demolicao	12.073/2011
6118.2	PANIFICA- DORA E CONFEIT J C H LTDA	7	Alvara de Habite-se/ Demolicao	21.863/2011

30146.9	PAULO CELSON SILVESTRE DA SILVA	7	Alvara de Habite-se/ Demolicao	20.531/2011
71628.6	REINALDO RICHTER	7	Alvara de Habite-se/ Demolicao	18.741/2013
14561.0	ROLF PAUPITZ	7	Alvara de Habite-se/ Demolicao	3.155/2013
27318.0	SALETE DA ROCHA IABONSKI	7	Alvara de Habite-se/ Demolicao	21.654/2011
54401.9	THIAGO MARCOS HAAG	7	Alvara de Habite-se/ Demolicao	10.943/2010
66084.1	VILSON PIO-VESAN	7	Alvara de Habite-se/ Demolicao	6.072/2013

SERVIÇO 10 - TAXA ALINHAMENTO DE MURO

Cód. Contrib.	Nome ou Razão Social	Serviço	Descrição do Serviço	Processo/Ano
46979.3	ADILSON GUTZ	10	Alinhamento de Muro	2.475/2012
21498.1	ANTONIO DEMETRIO KIENEN	10	Alinhamento de Muro	9.481/2012
18670.8	ERNA WINTER BOHMANN	10	Alinhamento de Muro	3.442/2012
23627.6	JOSE DE OLIVEIRA	10	Alinhamento de Muro	2.714/2012
56932.1	LEOPOLDO NAUMANN NETO	10	Alinhamento de Muro	19.988/2011
25485.1	NATALIA HENKELS	10	Alinhamento de Muro	13.087/2012
30146.9	PAULO CELSON SILVESTRE DA SILVA	10	Alinhamento de Muro	10.663/2013
14573.4	WILFREDO BLUNK	10	Alinhamento de Muro	21.357/2011

SERVIÇO 11 - TAXA NUMERAÇÃO

Cód. Contrib.	Nome ou Razão Social	Serviço	Descrição do Serviço	Processo/Ano
47473.8	ADEMIR POFFO AUTOMOVEIS ME	11	Numeracao	2.153/2013
66237.2	AIRTO DE JESUS BORGES DO PRADO	11	Numeracao	539/2012
69803.2	ALEX JUNIOR PIRES DE ALMEIDA	11	Numeracao	8.027/2013
34149.5	ALEXANDRE TRISTAO PADILHA	11	Numeracao	17.248/2011
2984.0	ARLETE APARECIDA PEREIRA CLASEN	11	Numeracao	19.363/2013
31865.5	ARMANDO ADRIANO	11	Numeracao	20.021/2011

66771.4	ARNALDO DA COSTA FREITAS	11	Numeracao	3.448/2012
12.4	BSI ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA	11	Numeracao	2.594/2012
30000.4	CELIA FIAMONCINI	11	Numeracao	12.183/2013
64894.9	CLAITON DE FREITAS	11	Numeracao	17.239/2011
55052.3	CRISTINA ASCARI	11	Numeracao	4.075/2012
66782.0	DARCI DA COSTA	11	Numeracao	3.471/2012
51581.7	EDER CRISTIANO KRUEGER	11	Numeracao	7.517/2013
44375.1	ELISANGELA RIBEIRO DA SILVA	11	Numeracao	17.712/2012
8723.8	FLAVIO SCHNEIDER	11	Numeracao	19.861/2011
7251.6	HELENA DERINGER	11	Numeracao	12.016/2013
36439.8	ILDENEIS BATISTA	11	Numeracao	9.716/2012
31356.4	JL COMBUSTIVEIS LTDA	11	Numeracao	9.411/2012
33196.1	JOSE LEONIR DOS SANTOS	11	Numeracao	2.452/2012
47965.9	KAUER GONÇALVES	11	Numeracao	4.301/2013
22628.9	LUIZ RICARDO PASSULD	11	Numeracao	5.105/2013
70311.7	MARCELO KLING	11	Numeracao	372/2013
43241.5	MARISTELA COELHO	11	Numeracao	5.477/2012
58946.2	NATHANE TAINA DA CUNHA	11	Numeracao	18.326/2012
51048.3	PATRICIA GRZYBOVSKI	11	Numeracao	4.140/2012
36053.8	PEDRO FRANCISCO DE OLIVEIRA	11	Numeracao	16.132/2011
70258.7	REGIANE APARECIDA RIBEIRO	11	Numeracao	207/2013
45744.2	ROSALINA DE FAVERI	11	Numeracao	7.880/2013
33111.2	ROSELENE TORETTI	11	Numeracao	10.304/2011
43674.7	SALETE ELI MOREIRA PAZ	11	Numeracao	15.610/2011
69855.5	SUZIMARA KLEIN	11	Numeracao	17.065/2012
25327.8	TATIANA DENIZE BUBLITZ	11	Numeracao	8.329/2013
64804.3	VILMAR DA SILVA	11	Numeracao	16.402/2011
17694.0	VILSON JOSE DOS SANTOS	11	Numeracao	8.976/2012

70304.4	ZICO TAVENNY KLAUS MATIAS	11	Numeracao	318/2013
SERVIÇO 14 - TAXA ALVARA DE CONSTRUÇÃO				
Cód. Contrib.	Nome ou Razão Social	Serviço	Descrição do Serviço	Processo/Ano
24207.1	AIRTON BLOEMER	14	Alvara de Construção	10.447/2010
12686.1	JULIANO ZANELLA	14	Alvara de Construção	5.626/2010
SERVIÇO 20 - TAXA ANALISE LOTEAMENTOS/OUTROS				
Cód. Contrib.	Nome ou Razão Social	Serviço	Descrição do Serviço	Processo/Ano
15983.2	EDMUNDO TIMM	20	Taxa Analise Loteamentos/Outros	15.757/2013
SERVIÇO 21 - TAXA DE LICENÇA DE DESMEMBRAMENTO				
Cód. Contrib.	Nome ou Razão Social	Serviço	Descrição do Serviço	Processo/Ano
8717.3	ANTONIO RICARDO ALVES	21	Taxa de Licença para Desmembramento	3.931/2009
30334.8	INGRID LEHN KOPSCH	21	Taxa de Licença para Desmembramento	5.957/2009
18707.0	MATEUS SUCHARSKI	21	Taxa de Licença para Desmembramento	13.511/2011
18707.0	MATEUS SUCHARSKI	21	Taxa de Licença para Desmembramento	13.512/2011
20504.4	VALDEVINO KLEIN	21	Taxa de Licença para Desmembramento	12.724/2013
SERVIÇO 22 - TAXA DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS				
Cód. Contrib.	Nome ou Razão Social	Serviço	Descrição do Serviço	Processo/Ano
63434.4	AUTO VIA-CAO GADOTTI LTDA EPP	22	Taxas para Serviços Rodoviaros	19.703/2013
SERVIÇO 23 - Tx Alvara Amb./Eventual Alimentos Preparados				
Cód. Contrib.	Nome ou Razão Social	Serviço	Descrição do Serviço	Processo/Ano
53101.4	THAIS CRISTIANE DOS SANTOS	23	Tx Alvara Amb./Eventual Alimentos Preparados	14.234/2009
SERVIÇO 31 - PUBLICIDADE EM GERAL				
Cód. Contrib.	Nome ou Razão Social	Serviço	Descrição do Serviço	Processo/Ano
52604.5	ALEXANDRE ANDRADE HORST	31	Publicidade em Geral	18.435/2011
52604.5	ALEXANDRE ANDRADE HORST	31	Publicidade em Geral	18.526/2011
52604.5	ALEXANDRE ANDRADE HORST	31	Publicidade em Geral	19.513/2011

52604.5	ALEXANDRE ANDRADE HORST	31	Publicidade em Geral	3.532/2012
58602.1	PRODUCAO E EVENTOS BARBOSA LTDA.	31	Publicidade em Geral	5.801/2011
68125.3	SONORA SERVICOS DE SONORIZACAO LTDA ME	31	Publicidade em Geral	16.858/2012
68125.3	SONORA SERVICOS DE SONORIZACAO LTDA ME	31	Publicidade em Geral	16.859/2012
SERVIÇO 33 - NOTA DE SERVIÇO AVULSA				
Cód. Contrib.	Nome ou Razão Social	Serviço	Descrição do Serviço	Processo/Ano
55832.0	ADELAR KNISS	33	Taxa Nota Serviço Avulsa	18.225/2013
55832.0	ADELAR KNISS	33	Taxa Nota Serviço Avulsa	18.226/2013
55832.0	ADELAR KNISS	33	Taxa Nota Serviço Avulsa	18.227/2013
27298.1	ADMILSON EDSON ROSETI	33	Taxa Nota Serviço Avulsa	7.518/2010
27298.1	ADMILSON EDSON ROSETI	33	Taxa Nota Serviço Avulsa	6.333/2010
67090.1	AGENOR MICHELS KUNTZ	33	Taxa Nota Serviço Avulsa	9.162/2012
65185.0	ALEXANDRE OGENIO DA VEIGA	33	Taxa Nota Serviço Avulsa	14.947/2012
65185.0	ALEXANDRE OGENIO DA VEIGA	33	Taxa Nota Serviço Avulsa	14.949/2012
41312.7	ANDERSON HILARIO	33	Taxa Nota Serviço Avulsa	4.896/2012
67590.3	FELIPE CARULACK	33	Taxa Nota Serviço Avulsa	8.837/2012
40902.2	LOSANGELA CIPRIANI	33	Taxa Nota Serviço Avulsa	457/2012
48134.3	MARCOS BENDOTTI	33	Taxa Nota Serviço Avulsa	16.351/2013
56085.5	MARIO BUTZKE	33	Taxa Nota Serviço Avulsa	14.983/2010
1399.4	MARIO DO-EGE	33	Taxa Nota Serviço Avulsa	13.445/2013
26546.2	MARIO LUIZ PACKER	33	Taxa Nota Serviço Avulsa	18.011/2012
2728.6	MOACIR HOFFMANN	33	Taxa Nota Serviço Avulsa	17.677/2013

55465.0	SANDRO LUIZ CAMARGO	33	Taxa Nota Serviço Avulsa	16.299/2010
64697.0	SERGIO KNISS	33	Taxa Nota Serviço Avulsa	5.728/2012
63602.9	SIDNEI ADRIANO	33	Taxa Nota Serviço Avulsa	7.985/2012
3370.7	SIDNEY SIMAO	33	Taxa Nota Serviço Avulsa	9.381/2013
25375.8	TATIANE FERRARI	33	Taxa Nota Serviço Avulsa	16.403/2011

SERVIÇO 34 - ALVARA SANITARIO AMBULANTE

Cód. Contrib.	Nome ou Razão Social	Serviço	Descrição do Serviço	Processo/Ano
56997.6	ANDERSON ENGELHARDT	34	Alvará Sanitário Ambulante	5.238/2012
69423.1	ANDRE MACHADO	34	Alvará Sanitário Ambulante	14.710/2012
26263.3	MARCELO FIEDLER	34	Alvará Sanitário Ambulante	13.467/2011
55077.9	JOAO DANIEL DA VEIGA	34	Alvará Sanitário Ambulante	21.312/2011
68896.7	THOMAS DE AGUIDA 03123796922	34	Alvará Sanitário Ambulante	10.501/2013

SERVIÇO 37 -TAXA AIDF

Cód. Contrib.	Nome ou Razão Social	Serviço	Descrição do Serviço	Processo/Ano
64633.4	AÍLOR VALTER ELISIO	37	Taxa de AIDF	4.345/2013
65137.0	ALEXANDRE ZUCHI - EI	37	Taxa de AIDF	4.357/2013
64127.8	ANDERSON CLEITON GIOVANELLA BRUNO - EI	37	Taxa de AIDF	14.726/2011
66472.3	ARGEMIRO DA VEIGA JUNIOR 00770145965	37	Taxa de AIDF	4.359/2013
64019.0	BENTO MARCOS BORGES 56827695972	37	Taxa de AIDF	4.343/2013
58709.5	ELIAS MENGARDA 02254389920	37	Taxa de AIDF	4.341/2013
65601.1	ELPIDES ALVES DE OMENA	37	Taxa de AIDF	4.335/2013
40494.2	FABIO DA SILVA LEAL - ME	37	Taxa de AIDF	4.361/2013
67316.1	FABIO SOARES MARTINS 95989560087	37	Taxa de AIDF	4.328/2013
58444.4	IRINEU GAISLER	37	Taxa de AIDF	4.337/2013
65085.4	JAIR BENTO LOURENCO	37	Taxa de AIDF	4.353/2013

64050.6	JOE LUIZ BOEING MEDEIROS	37	Taxa de AIDF	4.352/2013
69784.2	MARELY HARDT PREILIPPER 00400164981	37	Taxa de AIDF	4.334/2013
58765.6	MAURICIO BRAUN	37	Taxa de AIDF	4.348/2013
65138.9	MICHEL JUNIOR FLORIANO - EI	37	Taxa de AIDF	4.356/2013
57882.7	RAFAEL WOLFF	37	Taxa de AIDF	4.330/2013
57911.4	VALTER TORRES DELPINO 92210104068	37	Taxa de AIDF	4.342/2013
57963.7	VIVIANE DA SILVA BORGES	37	Taxa de AIDF	4.338/2013

SERVIÇO 38 -TAXA RETIRADA DE EDITAL

Cód. Contrib.	Nome ou Razão Social	Serviço	Descrição do Serviço	Processo/Ano
9035.2	ALEXANDRO VINICIUS MERINI	38	Taxa retirada de Edital	3.855/2012

SERVIÇO 40 -TAXA SERV. AGROPECUARIOS

Cód. Contrib.	Nome ou Razão Social	Serviço	Descrição do Serviço	Processo/Ano
31435.8	ABEL ROZKOWSKI	40	Taxa Serv. Agropecuários	16.602/2011
31435.8	ABEL ROZKOWSKI	40	Taxa Serv. Agropecuários	11.535/2012
14200.0	ACACIO ROZANSKI	40	Taxa Serv. Agropecuários	15.432/2013
27259.0	ADELINO MAASS	40	Taxa Serv. Agropecuários	14.847/2013
13790.1	ALZIRO DA SILVA	40	Taxa Serv. Agropecuários	20.210/2010
13790.1	ALZIRO DA SILVA	40	Taxa Serv. Agropecuários	20.211/2010
13790.1	ALZIRO DA SILVA	40	Taxa Serv. Agropecuários	6.720/2012
31058.1	AURELIO POSSAMAI	40	Taxa Serv. Agropecuários	12.207/2010
31058.1	AURELIO POSSAMAI	40	Taxa Serv. Agropecuários	21.444/2010
16563.8	CESAR LUIZ VOGEL	40	Taxa Serv. Agropecuários	1.793/2013
56028.6	DANIEL AUGUSTO DALAGO	40	Taxa Serv. Agropecuários	13.399/2012
56028.6	DANIEL AUGUSTO DALAGO	40	Taxa Serv. Agropecuários	8.490/2013

24264.0	ERMELINO EGGERT	40	Taxa Serv. Agropecuários	4.438/2010
42277.0	GENESIO HEINTZ / MARLETE PEIXOTO	40	Taxa Serv. Agropecuários	12.982/2012
27122.5	HELGA MARROWSKI	40	Taxa Serv. Agropecuários	17.148/2012
1416.8	HENRI VOIGT	40	Taxa Serv. Agropecuários	13.697/2012
23978.0	HEREBERTO KLITZKE	40	Taxa Serv. Agropecuários	1.079/2013
37583.7	JADES ZWANG	40	Taxa Serv. Agropecuários	14.436/2012
19341.0	JOAO GUTKNECHT	40	Taxa Serv. Agropecuários	17.521/2013
38595.6	JOAO MARIA CONSTANTE	40	Taxa Serv. Agropecuários	6.534/2011
32337.3	LAURO ROZANSKI	40	Taxa Serv. Agropecuários	11.003/2013
51913.8	LUIZ CARLOS BALDO	40	Taxa Serv. Agropecuários	19.940/2010
30007.1	LUZIA KRZYZANOWSKI	40	Taxa Serv. Agropecuários	14.892/2012
15088.6	MARCOS RUEDIGER	40	Taxa Serv. Agropecuários	8.110/2013
45979.8	MIRLES TEREZINHA ANDREATTA	40	Taxa Serv. Agropecuários	8.661/2013
48068.1	NILSA BORNHOFEN SCHROEDER	40	Taxa Serv. Agropecuários	19.895/2011
22773.0	NILTON ZILZ	40	Taxa Serv. Agropecuários	25.585/2010
40616.3	NORBERT KLITZKE	40	Taxa Serv. Agropecuários	4.761/2010
53132.4	OSMAR LAMIN	40	Taxa Serv. Agropecuários	12.890/2013
9978.3	PAULO DE OLIVEIRA	40	Taxa Serv. Agropecuários	13.360/2011
9978.3	PAULO DE OLIVEIRA	40	Taxa Serv. Agropecuários	13.634/2013
9978.3	PAULO DE OLIVEIRA	40	Taxa Serv. Agropecuários	13.635/2013
19678.9	RAUL REGUSE	40	Taxa Serv. Agropecuários	14.654/2013
26385.0	RENATO SCHWANZ	40	Taxa Serv. Agropecuários	5.316/2012

12136.3	ROSANE BERNARDO	40	Taxa Serv. Agropecuários	2.236/2012
12136.3	ROSANE BERNARDO	40	Taxa Serv. Agropecuários	12.194/2012
65573.2	SÉRGIO KUSTER	40	Taxa Serv. Agropecuários	22.353/2011
73862.0	VALDIR CURT CARL	40	Taxa Serv. Agropecuários	16.072/2013
41391.7	VALDIR OECKSLER	40	Taxa Serv. Agropecuários	14.020/2012
19390.9	VALENTIM BLASIU	40	Taxa Serv. Agropecuários	7.975/2012
22702.1	VALMOR VOIGT	40	Taxa Serv. Agropecuários	20.396/2011
22702.1	VALMOR VOIGT	40	Taxa Serv. Agropecuários	11.477/2012
22702.1	VALMOR VOIGT	40	Taxa Serv. Agropecuários	11.478/2012
49888.2	VILMAR SCHULZ	40	Taxa Serv. Agropecuários	13.239/2010
49888.2	VILMAR SCHULZ	40	Taxa Serv. Agropecuários	27.134/2010
SERVIÇO 48 -ISS TERCEIROS				
Cód. Contrib.	Nome ou Razão Social	Serviço	Descrição do Serviço	Processo/Ano
23638.1	VIAPAV CONSTRUTORA LTDA	48	ISS Terceiros	5.270/2012
SERVIÇO 62 -TX. BENS MÓVEIS AOS DEPOSITOS MUNICIPAIS				
Cód. Contrib.	Nome ou Razão Social	Serviço	Descrição do Serviço	Processo/Ano
27304.0	ADRIANA BUNDE	62	TAXA DE BENS MÓVEIS AOS DEPOSITO MUNIC.	5.529/2012
15161.0	ALEXANDRE LUIZ KRAEMER	62	TAXA DE BENS MÓVEIS AOS DEPOSITO MUNIC.	5.525/2013
69350.2	ANTONIO ROBERTO PADILHA DE ALMEIDA	62	TAXA DE BENS MÓVEIS AOS DEPOSITO MUNIC.	14.373/2012
4059.2	ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR LTDA	62	TAXA DE BENS MÓVEIS AOS DEPOSITO MUNIC.	6.274/2012

53861.2	CLAUDNEI REICHERT	62	TAXA DE BENS MÓ-VEIS AOS DEPOSITO MUNIC.	2.316/2010
73421.7	CLEMEUS GILBERTO HACK	62	TAXA DE BENS MÓ-VEIS AOS DEPOSITO MUNIC.	14.093/2013
70202.1	DEIVID ULRICH	62	TAXA DE BENS MÓ-VEIS AOS DEPOSITO MUNIC.	18.329/2012
8139.6	EDEMAR METZNER	62	TAXA DE BENS MÓ-VEIS AOS DEPOSITO MUNIC.	21.933/2011
21920.7	EDUARDO DOS SANTOS	62	TAXA DE BENS MÓ-VEIS AOS DEPOSITO MUNIC.	15.161/2009
47672.2	FELIX MALKUT	62	TAXA DE BENS MÓ-VEIS AOS DEPOSITO MUNIC.	2.621/2012
54090.0	GENARIO FERREIRA DA SILVA	62	TAXA DE BENS MÓ-VEIS AOS DEPOSITO MUNIC.	3.149/2010
53335.1	GENTIL TOBIAS	62	TAXA DE BENS MÓ-VEIS AOS DEPOSITO MUNIC.	14.985/2009
69179.8	GISELE FERNANDES	62	TAXA DE BENS MÓ-VEIS AOS DEPOSITO MUNIC.	13.844/2012
71397.0	ISOLENE PESSOA DE OLLIVEIRA	62	TAXA DE BENS MÓ-VEIS AOS DEPOSITO MUNIC.	17.414/2013
65695.0	JAIRO DA CONCEICAO SANTOS	62	TAXA DE BENS MÓ-VEIS AOS DEPOSITO MUNIC.	21.509/2011
64986.4	LEOPOLDO NEUMANN	62	TAXA DE BENS MÓ-VEIS AOS DEPOSITO MUNIC.	17.887/2011
39941.8	LINDOMAR DE OLIVEIRA	62	TAXA DE BENS MÓ-VEIS AOS DEPOSITO MUNIC.	2.989/2010

53458.7	LUIS CARLOS ANTUNES	62	TAXA DE BENS MÓ-VEIS AOS DEPOSITO MUNIC.	15.799/2009
15177.7	LUIZ CARLOS RODRIGUES	62	TAXA DE BENS MÓ-VEIS AOS DEPOSITO MUNIC.	1.952/2010
50861.6	NILO NATALICIO	62	TAXA DE BENS MÓ-VEIS AOS DEPOSITO MUNIC.	11.261/2013
73461.6	NILSON PINTO RIBEIRO	62	TAXA DE BENS MÓ-VEIS AOS DEPOSITO MUNIC.	14.205/2013

SERVIÇO 64 -TVP: PROJETOS NOVOS

Cód. Contrib.	Nome ou Razão Social	Serviço	Descrição do Serviço	Processo/Ano
6561.7	CERAMICA INDAIAL LTDA EPP	64	TVP: Projetos Novos	18.688/2013
71841.6	DG CONSTRUTORA E INCORPORADORA	64	TVP: Projetos Novos	17.333/2013
26546.2	MARIO LUIZ PACKER	64	TVP: Projetos Novos	20.830/2011

SERVIÇO 67 -TVP: Vist. de Risco para Lib. de Habite-se

Cód. Contrib.	Nome ou Razão Social	Serviço	Descrição do Serviço	Processo/Ano
26387.7	ALLAN JONES KOPSCH	67	TVP: Vist. de Risco para Lib. de Habite-se	11.332/2012
12681.0	LOJAS NM COML E INDL LTDA	67	TVP: Vist. de Risco para Lib. de Habite-se	15.326/2013

SERVIÇO 98 -Boletim Ocorrência Acidente Transito FUNREPOM

Cód. Contrib.	Nome ou Razão Social	Serviço	Descrição do Serviço	Processo/Ano
69151.8	AMAURO DE FARIAS	98	Boletim Ocorrência Acidente Transito	13.747/2012
55558.4	ANTONIO ROZANSKI	98	Boletim Ocorrência Acidente Transito	11.821/2010
21939.8	CELIO VALCENIR DOS SANTOS	98	Boletim Ocorrência Acidente Transito	14.783/2010
21939.8	CELIO VALCENIR DOS SANTOS	98	Boletim Ocorrência Acidente Transito	18.248/2010

55741.2	EDSON TA- DEU FOGAÇA	98	Boletim Ocorrência Acidente Transito	12.616/2010
56445.1	FLAVIO THIA- GO ANACLE- TO	98	Boletim Ocorrência Acidente Transito	17.303/2010
47062.7	FRANCISCO RODRIGUES DE ALMEIDA	98	Boletim Ocorrência Acidente Transito	9.153/2010
57453.8	ITAMAR DE LIMA	98	Boletim Ocorrência Acidente Transito	25.319/2010
67515.6	JARDEL FE- LIX LEITE	98	Boletim Ocorrência Acidente Transito	6.227/2012
45938.0	JONATHAN ROGER DA SILVA	98	Boletim Ocorrência Acidente Transito	12.023/2011
54855.3	JOSE EDMIL- SON ALVES GOMES	98	Boletim Ocorrência Acidente Transito	7.330/2010
56638.1	JOSE FER- NANDO DE OLIVEIRA	98	Boletim Ocorrência Acidente Transito	19.462/2010
11569.0	JOSE SERGIO PEREIRA	98	Boletim Ocorrência Acidente Transito	9.387/2011
54784.0	JOSIMAR PEDROSO DE OLIVEIRA	98	Boletim Ocorrência Acidente Transito	19.299/2010
57481.3	LUCIO ANTONIO SEVERINO	98	Boletim Ocorrência Acidente Transito	3.269/2011
52276.7	MAICON MOISES CIPRIANI	98	Boletim Ocorrência Acidente Transito	21.609/2010
31635.0	NORBERTO PESCHKE	98	Boletim Ocorrência Acidente Transito	9.408/2010
53148.0	PAULO SERGIO DOS SANTOS	98	Boletim Ocorrência Acidente Transito	12.217/2010
67697.7	RAY GONÇAL- VES DA LUZ	98	Boletim Ocorrência Acidente Transito	6.904/2012
54416.7	RODRIGO HECKMANN	98	Boletim Ocorrência Acidente Transito	4.862/2010

42697.0	THAYSE KA- ROLINE DOS SANTOS	98	Boletim Ocorrência Acidente Transito	2.275/2013
64322.0	VALMOR JOSE BALDO	98	Boletim Ocorrência Acidente Transito	14.119/2011
21251.2	WILSON SILVEIRA	98	Boletim Ocorrência Acidente Transito	10.168/2011
SERVIÇO 105 -HABITAÇÃO				
Cód. Contrib.	Nome ou Razão Social	Serviço	Descrição do Serviço	Processo/Ano
73757.7	CASSIA CILE- NE LADEWIG	105	HABITAÇÃO	18.912/2013
41533.2	CLEIDE KAT- TY SIMAS	105	HABITAÇÃO	18.906/2013
28716.4	ELIANE CRISTINA DA SILVA	105	HABITAÇÃO	18.909/2013
74392.5	JOSELINA LAMIN MAR- TINS	105	HABITAÇÃO	18.917/2013
48760.0	LUCIANA DA SILVA	105	HABITAÇÃO	18.910/2013
45944.5	MARINES RODRIGUES BATISTA	105	HABITAÇÃO	18.924/2013
74385.2	MINERVINA POLICARPO	105	HABITAÇÃO	18.887/2013
35992.0	ROMILDA MATIAS FOGUES	105	HABITAÇÃO	18.894/2013
SERVIÇO 106 -Auto Infração Vigilância Sanitária				
Cód. Contrib.	Nome ou Razão Social	Serviço	Descrição do Serviço	Processo/Ano
53375.0	APP DO COLEGIO ESTADUAL FREDERICO HARDT	106	Auto Infração Vigilância Sanitária	12.154/2013
70658.2	BENNO LUIZ LOES	106	Auto Infração Vigilância Sanitária	1.663/2013
41886.2	CICLO BENE- FICIAMENTO TEXTIL LTDA ME	106	Auto Infração Vigilância Sanitária	12.152/2013
38492.5	COMPANHIA CATARINEN- SE DE AGUAS E SANEAMEN	106	Auto Infração Vigilância Sanitária	15.452/2012
69077.5	HERME- NEGILDO BATISTA 05042274910	106	Auto Infração Vigilância Sanitária	8.716/2013
49232.9	JEAN CARLO SEIDE	106	Auto Infração Vigilância Sanitária	8.176/2012
40440.3	MARLI FATIMA DA COSTA ME	106	Auto Infração Vigilância Sanitária	1.665/2013

18614.7	PAULO BRAMBILI	106	Auto Infração Vigilância Sanitária	18.183/2011
69326.0	SC FOODS S/A	106	Auto Infração Vigilância Sanitária	8.719/2013
67086.3	SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS	106	Auto Infração Vigilância Sanitária	2.079/2013
46508.9	SUELY KROGER SCHEIDEMANTEL ME	106	Auto Infração Vigilância Sanitária	7.751/2013
72800.4	VANILDA ENGEL DA SILVA	106	Auto Infração Vigilância Sanitária	11.131/2013
SERVIÇO 110 -ISS Construção Civil				
Cód. Contrib.	Nome ou Razão Social	Serviço	Descrição do Serviço	Processo/Ano
58142.9	ADEMIR CARLOS APARECIDO DA SILVA	110	ISS Construção Civil	14.660/2013
69170.4	ALECSANDRO FRITSCH	110	ISS Construção Civil	17.476/2013
46915.7	FELIPE STEDILE NORT	110	ISS Construção Civil	7.035/2013
22462.6	JAISON JOSE TRIDAPALLI	110	ISS Construção Civil	1.938/2013
15381.8	JOSE JANIO ZONTA	110	ISS Construção Civil	19.191/2013
16868.8	OSNI ALOISIO SARTOR	110	ISS Construção Civil	12.018/2013
69009.0	RAQUEL RUBIA SARDAGNA SANTOS	110	ISS Construção Civil	14.237/2013
SERVIÇO 113 -Taxa de Vistoria (Empresas)				
Cód. Contrib.	Nome ou Razão Social	Serviço	Descrição do Serviço	Processo/Ano
35488.0	A.R.T. CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA ME	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	22.824/2011
69680.3	ABELLA CONFECÇÕES LTDA ME	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	16.536/2012
69680.3	ABELLA CONFECÇÕES LTDA ME	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	16.539/2012
69680.3	ABELLA CONFECÇÕES LTDA ME	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	16.668/2012
58632.3	ACREL DISTRIBUIDORA DE MANGUEIRAS LTDA	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	14.483/2012
55475.8	ADEMAR BITENCURT ME	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	16.855/2010
47473.8	ADEMIR POFFO AUTOMOVEIS ME	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	2.149/2013

26115.7	AJG CONTABILIDADE E ASSESSORIA LTDA	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	13.908/2012
26115.7	AJG CONTABILIDADE E ASSESSORIA LTDA	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	13.912/2012
7605.8	ALCIDES MACHADO FONTANA ME	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	841/2011
52337.2	ALEXANDRE CORREA EIRELI ME	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	15.806/2013
64504.4	ALEXANDRE PEREIRA COMERCIAL ME	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	15.284/2011
25226.3	ALFREDO LINGNER JUNIOR	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	7.570/2013
25226.3	ALFREDO LINGNER JUNIOR	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	12.727/2013
31040.9	ALZIRA SENS EPP	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	3.094/2013
1629.2	ARLINDO SCHROEDER	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	12.579/2013
65371.3	ARTE EM DORMIR CONFECÇÕES LTDA EPP	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	20.352/2011
53223.1	ASSOCIAÇÃO ALIANÇA DO VALE	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	12.691/2012
64165.0	AUDITAR ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	5.591/2012
44453.7	BETTER ASSESSORIA EMPRESARIAL E CONTABIL	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	5.495/2013
63638.0	BEU MULTIMARCAS CONFECÇÕES LTDA ME	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	10.697/2011
73871.9	BRUNA SAMARA BERKA	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	16.145/2013
73450.0	CATIA CRISTIANE LARA - ME	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	14.161/2013
49127.6	CATIA REGINA DA SILVA FLORIANO ME.	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	5.407/2010
64073.5	CLEUSA DE PAULO ME	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	12.371/2011
59165.3	CODIGO CONFECÇÕES E ACESSÓRIOS LTDA	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	8.985/2011

23489.3	COMERCIAL DE MOLAS INDAIAL LTDA	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	11.889/2013
50438.6	CONSTRUTORA E URBANIZADORA VEB LTDA ME	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	1.956/2010
6916.7	CONTAR CONTAB ASSES E REPRESENTES LTDA	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	10.400/2013
58572.6	DANIELE DE FATIMA DANTAS ME	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	5.385/2012
38598.0	DP LOCAÇÃO E AGENCIAMENTO DE MAO-DE-OBRA	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	1.652/2010
54456.6	DUDU REPRESENTAÇÕES LTDA ME	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	14.307/2011
51837.9	EDIFIQUE NEGOCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA ME	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	17.142/2013
58548.3	EDSON ROSA DA SILVA	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	13.597/2011
37184.0	EMPREIT DE M.O. SC LTDA	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	990/2011
31460.9	EMPREITEIRA DE M.O. D. FLASH LTDA	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	20.099/2011
34992.5	ERIMAR DE SOUZA	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	1.476/2013
34992.5	ERIMAR DE SOUZA	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	1.478/2013
44483.9	ESCRITORIO CONTABIL HIPOLITO BASSANI	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	17.469/2013
31253.3	ESG SERVIÇOS LTDA ME	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	25.232/2010
57801.0	EVERALDO DE NOVAIS ME	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	72/2011
16068.7	F C F MANUTENCOES TECNICAS LTDA-ME	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	23.308/2010
66326.3	FACTOS ASSESSORIA CONTABIL S/S LTDA	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	3.104/2012
64180.4	FF EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA EPP	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	13.473/2011

69363.4	FUSO COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	14.432/2012
42746.2	I.P.M. INDUSTRIA DE PRÉ-MOLDADOS LTDA ME	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	8.474/2012
69310.3	INDAIAL - BELEM TRANSPORTES EIRELI - ME	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	14.241/2012
46334.5	INDASCO CONTABILIDADE LTDA ME	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	13.036/2012
57508.9	ISADORA FINARDI DE SOUZA E SILVA ME	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	25.606/2010
53748.9	JETESC TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	1.844/2010
31356.4	JL COMBUSTÍVEIS LTDA	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	9.401/2012
31356.4	JL COMBUSTÍVEIS LTDA	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	9.405/2012
31356.4	JL COMBUSTÍVEIS LTDA	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	9.406/2012
31356.4	JL COMBUSTÍVEIS LTDA	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	9.407/2012
58313.8	JOAO LUIS MARTINELLI ME	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	4.043/2011
55019.1	JOSE ROVILIO MENEGUZZO	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	8.027/2010
47016.3	L.B. CORDEIRO & CIA LTDA	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	7.871/2012
47614.5	LABORAL MEDICINA DO TRABALHO LTDA	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	2.322/2012
25522.0	LANSER CONFECÇÕES LTDA.	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	809/2011
59248.0	LUCIANE KOBBERSTEIN ME	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	9.150/2011
57852.5	MAICON FABRICIO BENTO OLIVEIRA CHAVES ME	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	550/2011
66181.3	MARIA CARDOZO	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	6.948/2012
23500.8	MARLENE BUSARELLO ME	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	4.859/2013

50968.0	MAURINA DA CRUZ COMPUTADORES ME	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	7.087/2010
58640.4	MEGABRINK INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTIC	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	5.901/2011
57896.7	MILTON MAXIMIANO ME	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	873/2011
42604.0	MORENA LINDA COMERCIO E CONFECÇOES LTDA M	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	16.565/2010
6302.9	MOSER AUTOSOM LTDA - ME	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	804/2012
73696.1	NCA CONFECÇÕES EIRELI - ME	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	15.253/2013
68800.2	P&M INDUSTRIA E COMERCIO E TRANSPORTE DE	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	11.877/2012
53845.0	PAULO SERGIO LOPES - FACCIONISTA - ME	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	2.267/2010
54101.0	PEDRO OCRICIANO JUNIOR ME	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	27.558/2010
53351.3	RAFAEL WAGNER SCHUCK ME	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	16.156/2011
56744.2	RICHARD SCHNEIDER REPRESENTAÇÕES	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	20.000/2010
49836.0	ROSA CATARINA SILVA DICO	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	609/2013
46118.0	ROSEMERI SANDRI MALKOWSKI	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	8.786/2010
69471.1	S.P.B. EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E CON	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	14.878/2012
73349.0	S.V. CONFECÇÕES LTDA ME	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	13.513/2013
63922.2	SERGIO JOSE DOS SANTOS	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	11.854/2011
10538.4	SUELI REITER BORNHOFEN	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	14.502/2010
68490.2	TDA AUTOMOTIVA LTDA ME	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	10.817/2012
26250.1	TECELAGEM TOMIO LTDA	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	21.985/2010

56674.8	THOT SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	11.280/2013
52006.3	TI SOLUÇÕES EMPRESARIAIS LTDA. - EPP	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	11.281/2013
52006.3	TI SOLUÇÕES EMPRESARIAIS LTDA. - EPP	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	11.282/2013
44754.4	TRANSPORTES E OFICINA DE BICICLETAS REAL	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	14.250/2010
54149.4	VALDIRENE ROSILDA MAURICENZ 05544421919	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	9.222/2012
55241.0	VANESSA KARINA GERHKE LANDMANN ME	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	9.763/2010
28914.0	VICE LANCHES LTDA ME	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	16.115/2012
28914.0	VICE LANCHES LTDA ME	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	16.598/2012
28914.0	VICE LANCHES LTDA ME	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	17.492/2012
38627.8	VIDRACARIA TEOREMA LTDA ME	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	1.284/2013
17694.0	VILSON JOSE DOS SANTOS	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	5.595/2012
17694.0	VILSON JOSE DOS SANTOS	113	Taxa de Vistoria (Empresas)	5.596/2012
SERVIÇO 114 -Inseminação Artificial				
Cód. Contrib.	Nome ou Razão Social	Serviço	Descrição do Serviço	Processo/Ano
47041.4	ANTONIO LEONARDO MOSSELM DE ABREU	114	Inseminação Artificial	1.728/2013
13095.8	DANIEL VIEIRA	114	Inseminação Artificial	5.014/2010
43664.0	FREDOLINO WOLTER	114	Inseminação Artificial	2.063/2012
23978.0	HEREBERTO KLITZKE	114	Inseminação Artificial	17.587/2012
23978.0	HEREBERTO KLITZKE	114	Inseminação Artificial	3.112/2013
23978.0	HEREBERTO KLITZKE	114	Inseminação Artificial	11.345/2013
22439.1	JAIRO CUNHAGO	114	Inseminação Artificial	19.428/2010
43120.6	LEOCIR RODRIGUES DA SILVA	114	Inseminação Artificial	17.352/2012

52658.4	LORI KLIT-ZHE	114	Inseminação Artificial	3.109/2013
38813.0	MARIA APARECIDA DA SILVA RUSKOWSKI	114	Inseminação Artificial	7.569/2011
40616.3	NORBERT KLITZKE	114	Inseminação Artificial	4.762/2010
43587.2	NORMA BORNHOFEN BARTHEL	114	Inseminação Artificial	22.904/2011
57530.5	VANDERLEI GUTZ	114	Inseminação Artificial	4.845/2011
39622.2	WAGNER GUSTAVO WILMES	114	Inseminação Artificial	9.850/2010

SERVIÇO 120 -TLA: Autorização Ambiental

Cód. Contrib.	Nome ou Razão Social	Serviço	Descrição do Serviço	Processo/Ano
69403.7	JOÃO ROGERIO RADAVELLI 09000553911	120	TLA: Autorização Ambiental	5.954/2013
50073.9	VLADEMIR DE ALMEIDA	120	TLA: Autorização Ambiental	9.130/2013
12976.3	VARDILEI ROQUE DOS SANTOS	120	TLA: Autorização Ambiental	9.471/2013

SERVIÇO 122 -TLA: Autorização de Corte de Vegetação

Cód. Contrib.	Nome ou Razão Social	Serviço	Descrição do Serviço	Processo/Ano
13799.5	ADEMIR VOIGT	122	TLA: Autorização de Corte de Vegetação	7.324/2012
37398.2	ALTAIR NOGUEIRA	122	TLA: Autorização de Corte de Vegetação	3.342/2013
14872.5	ANTONIO ANDRE	122	TLA: Autorização de Corte de Vegetação	3.473/2011
16536.0	CARLOS DE CZEKUS	122	TLA: Autorização de Corte de Vegetação	18.192/2011
43749.2	CELCIO LUIZ HANSEN	122	TLA: Autorização de Corte de Vegetação	3.675/2012
38551.4	CLASIR MARCON	122	TLA: Autorização de Corte de Vegetação	9.247/2011
57093.1	CONSTRUPEX CONSTRUTORA E INCORPORADORA LT	122	TLA: Autorização de Corte de Vegetação	25.935/2010
17261.8	GERLINDE VON GILSA	122	TLA: Autorização de Corte de Vegetação	1.984/2012

29041.6	GETILDE DOS SANTOS	122	TLA: Autorização de Corte de Vegetação	14.396/2012
19833.1	LAVINO DE LIZ	122	TLA: Autorização de Corte de Vegetação	14.014/2012
9980.5	PEDRO TRI-DAPALLI	122	TLA: Autorização de Corte de Vegetação	11.524/2013
40505.1	RUFINO MANDEL	122	TLA: Autorização de Corte de Vegetação	21.615/2010
9649.0	SILO KRO-ENKE	122	TLA: Autorização de Corte de Vegetação	12.038/2011

SERVIÇO 123 -TLA: Terraplanagem

Cód. Contrib.	Nome ou Razão Social	Serviço	Descrição do Serviço	Processo/Ano
45672.1	ADELIA RIVAIL DE SOUZA	123	TLA: Terraplanagem	2.720/2012
47397.9	ADENILDO VICENZI	123	TLA: Terraplanagem	20.398/2011
12036.7	AQUILES MOSER	123	TLA: Terraplanagem	15.466/2011
12345.5	AGOLINO KLEIN	123	TLA: Terraplanagem	15.712/2010
10828.6	CANDELITA CARDOZO	123	TLA: Terraplanagem	2.909/2011
50727.0	CLEBERSON QUEOSQUE	123	TLA: Terraplanagem	13.225/2011
58978.0	DALVAN GILZ	123	TLA: Terraplanagem	9.007/2011
70999.9	DANIEL ALVES DE LIMA	123	TLA: Terraplanagem	15.340/2013
53686.5	ELENITA KO-EPP MAAS	123	TLA: Terraplanagem	7.068/2012
44439.1	EMG MAR-MORES E GRANITOS LTDA ME	123	TLA: Terraplanagem	16.433/2011
18109.9	GUENTER KONELL	123	TLA: Terraplanagem	18.127/2013
12713.2	IVO KNOCH	123	TLA: Terraplanagem	23.946/2010
56313.7	JOANA MARIA JUNGES	123	TLA: Terraplanagem	17.504/2012
18840.9	MARIO KORZ	123	TLA: Terraplanagem	7.583/2011
3123.2	PEDRO RIBEIRO DA ROSA	123	TLA: Terraplanagem	21.809/2010
3123.2	PEDRO RIBEIRO DA ROSA	123	TLA: Terraplanagem	9.001/2011
8609.6	SAUL FELI-ZETTI	123	TLA: Terraplanagem	632/2013
36171.2	URSULA BARTHEL GEBHARDT	123	TLA: Terraplanagem	3.280/2011

28107.7	VALMOR ANGELO	123	TLA: Terra-planagem	21.976/2011
SERVIÇO 124 - TLA: Multa Ambiental				
Cód. Contrib.	Nome ou Razão Social	Serviço	Descrição do Serviço	Processo/Ano
31683.0	ADELSON MONTEIRO	124	TLA: Multa Ambiental	13.249/2013
31683.0	ADELSON MONTEIRO	124	TLA: Multa Ambiental	13.251/2013
20627.0	ADEMAR CYPRIANO	124	TLA: Multa Ambiental	1.104/2011
21939.8	CELIO VAL-CENIR DOS SANTOS	124	TLA: Multa Ambiental	14.624/2013
6528.5	CERAMICA JENNRICH LTDA ME	124	TLA: Multa Ambiental	14.986/2013
57993.9	CIRO ODEBRECHT	124	TLA: Multa Ambiental	1.550/2011
31314.9	CLAUS PETER BLOCK	124	TLA: Multa Ambiental	7.199/2010
28356.8	CLEUZA MARIA DA SILVA	124	TLA: Multa Ambiental	3.065/2011
54154.0	DAIANE ELUIZA CORREA	124	TLA: Multa Ambiental	3.749/2010
13990.4	DAVI BECKER	124	TLA: Multa Ambiental	6.130/2010
13124.5	EGIDIO MENIN	124	TLA: Multa Ambiental	16.334/2010
34379.0	ERIBERTH PROCHNOW	124	TLA: Multa Ambiental	23.552/2010
22243.7	FABIO LORETO GIRARDI	124	TLA: Multa Ambiental	12.112/2013
49707.0	GUILHERME TAMBOSI NUNES DE MELLO	124	TLA: Multa Ambiental	10.634/2011
73544.2	JET LUX INDUSTRIA E COMERCIO DE INJETADOS	124	TLA: Multa Ambiental	14.622/2013
56662.4	JOVERSI DOMINGOS ME	124	TLA: Multa Ambiental	11.064/2013
57203.9	JUSSARA APARECIDA DE OLIVEIRA FREITAS	124	TLA: Multa Ambiental	27.023/2010
31251.7	LARIO ZULIAN	124	TLA: Multa Ambiental	8.542/2011
6696.6	MARCOS HENRIQUE REITER	124	TLA: Multa Ambiental	5.165/2010
37822.4	MARIA DE OLIVEIRA WATERSTRADT	124	TLA: Multa Ambiental	15.321/2010
37822.4	MARIA DE OLIVEIRA WATERSTRADT	124	TLA: Multa Ambiental	15.595/2010
50579.0	MARLI DE JESUS PIRES	124	TLA: Multa Ambiental	729/2011

54527.9	REJAILE DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA	124	TLA: Multa Ambiental	5.166/2010
6588.9	RUDIBERTO KRUEGER ME	124	TLA: Multa Ambiental	7.150/2011
18699.6	RUFINO SIMAO	124	TLA: Multa Ambiental	13.247/2013
44019.1	VIVA COR ESTAMPAS LTDA ME	124	TLA: Multa Ambiental	7.197/2010
54398.5	WAGNER LUIZ ROEPCKE	124	TLA: Multa Ambiental	27.179/2010
41338.0	WCT - WEBER CONSTRUCOES E TERRAPLANAGEM L	124	TLA: Multa Ambiental	7.200/2010
13459.7	WILSON HOCHSPRUNG	124	TLA: Multa Ambiental	12.114/2013
33675.0	WILSON LUIZ ZANELLA	124	TLA: Multa Ambiental	23.553/2010
SERVIÇO 129 - PAGAMENTOS A MENOR (DIFERENÇAS)				
Cód. Contrib.	Nome ou Razão Social	Serviço	Descrição do Serviço	Processo/Ano
7217.6	ARTEFITAS IND. E COM. LTDA	129	PAGAMENTOS A MENOR (DIFERENÇAS)	14.662/2010
7217.6	ARTEFITAS IND. E COM. LTDA	129	PAGAMENTOS A MENOR (DIFERENÇAS)	14.663/2010
7217.6	ARTEFITAS IND. E COM. LTDA	129	PAGAMENTOS A MENOR (DIFERENÇAS)	14.664/2010
7217.6	ARTEFITAS IND. E COM. LTDA	129	PAGAMENTOS A MENOR (DIFERENÇAS)	14.665/2010
7217.6	ARTEFITAS IND. E COM. LTDA	129	PAGAMENTOS A MENOR (DIFERENÇAS)	14.666/2010
7217.6	ARTEFITAS IND. E COM. LTDA	129	PAGAMENTOS A MENOR (DIFERENÇAS)	14.667/2010
7217.6	ARTEFITAS IND. E COM. LTDA	129	PAGAMENTOS A MENOR (DIFERENÇAS)	14.668/2010
7217.6	ARTEFITAS IND. E COM. LTDA	129	PAGAMENTOS A MENOR (DIFERENÇAS)	14.669/2010
7217.6	ARTEFITAS IND. E COM. LTDA	129	PAGAMENTOS A MENOR (DIFERENÇAS)	14.670/2010
7217.6	ARTEFITAS IND. E COM. LTDA	129	PAGAMENTOS A MENOR (DIFERENÇAS)	14.671/2010

7217.6	ARTEFITAS IND. E COM. LTDA	129	PAGAMENTOS A MENOR (DIFERENÇAS)	14.672/2010
7217.6	ARTEFITAS IND. E COM. LTDA	129	PAGAMENTOS A MENOR (DIFERENÇAS)	14.673/2010
7217.6	ARTEFITAS IND. E COM. LTDA	129	PAGAMENTOS A MENOR (DIFERENÇAS)	14.674/2010
7217.6	ARTEFITAS IND. E COM. LTDA	129	PAGAMENTOS A MENOR (DIFERENÇAS)	14.675/2010
7217.6	ARTEFITAS IND. E COM. LTDA	129	PAGAMENTOS A MENOR (DIFERENÇAS)	14.676/2010
7217.6	ARTEFITAS IND. E COM. LTDA	129	PAGAMENTOS A MENOR (DIFERENÇAS)	14.677/2010
7217.6	ARTEFITAS IND. E COM. LTDA	129	PAGAMENTOS A MENOR (DIFERENÇAS)	14.678/2010
45462.1	GISELA FRANZ	129	PAGAMENTOS A MENOR (DIFERENÇAS)	17.437/2011
40881.6	KELI FRANCIELI CATTONI	129	PAGAMENTOS A MENOR (DIFERENÇAS)	1.945/2012
8211.2	LAURETE ANTUNES WOLFF	129	PAGAMENTOS A MENOR (DIFERENÇAS)	1.016/2012
65158.3	LUCIANA DA SILVA	129	PAGAMENTOS A MENOR (DIFERENÇAS)	5.544/2013
15360.5	LUIZ CARLOS RODRIGUES ALVES	129	PAGAMENTOS A MENOR (DIFERENÇAS)	1.785/2011
9012.3	LUIZ DIAS DE OLIVEIRA	129	PAGAMENTOS A MENOR (DIFERENÇAS)	22.959/2011
9012.3	LUIZ DIAS DE OLIVEIRA	129	PAGAMENTOS A MENOR (DIFERENÇAS)	22.960/2011
9012.3	LUIZ DIAS DE OLIVEIRA	129	PAGAMENTOS A MENOR (DIFERENÇAS)	22.961/2011
6767.9	MERCEARIA 470 LTDA	129	PAGAMENTOS A MENOR (DIFERENÇAS)	271/2009

45025.1	REPRESENTACAO DE MATERIAIS ELETRICOS ANDR	129	PAGAMENTOS A MENOR (DIFERENÇAS)	6.569/2013
45025.1	REPRESENTACAO DE MATERIAIS ELETRICOS ANDR	129	PAGAMENTOS A MENOR (DIFERENÇAS)	6.570/2013
45025.1	REPRESENTACAO DE MATERIAIS ELETRICOS ANDR	129	PAGAMENTOS A MENOR (DIFERENÇAS)	6.573/2013
35649.2	ROSANGELA APARECIDA GODRI	129	PAGAMENTOS A MENOR (DIFERENÇAS)	2.463/2012
18996.0	TERESA FLORIANO	129	PAGAMENTOS A MENOR (DIFERENÇAS)	6.756/2012
49745.2	TERRA-PLENAGEM RONCAGLIO LTDA EPP	129	PAGAMENTOS A MENOR (DIFERENÇAS)	3.029/2012

SERVIÇO 136 - TLA: Averbação de Reserva Legal

Cód. Contrib.	Nome ou Razão Social	Serviço	Descrição do Serviço	Processo/Ano
8007.1	CARMELO AGOSTINI FILHO	136	TLA: Averbação de Reserva Legal	5.746/2012
34255.6	MARCELINO MAASS	136	TLA: Averbação de Reserva Legal	13.552/2013
34255.6	MARCELINO MAASS	136	TLA: Averbação de Reserva Legal	2.828/2012
17316.9	OSMARIO PUFF	136	TLA: Averbação de Reserva Legal	12.140/2013

SERVIÇO 138 - TLA: Vistorias

Cód. Contrib.	Nome ou Razão Social	Serviço	Descrição do Serviço	Processo/Ano
2350.7	ADELICIO ODORIZZI	138	TLA: Vistorias	779/2013
15886.0	ADENIR GILVANI DA VEIGA	138	TLA: Vistorias	14.462/2013
23662.4	ANTONIO ALCIONE BIANCHINI COELHO	138	TLA: Vistorias	26.926/2010
49988.9	AUTO MECANICA BREITENBACH RAMOS LTDA	138	TLA: Vistorias	4.072/2012
7195.1	BAR E LANCHONETE I. J. CANDIDO LTDA-ME	138	TLA: Vistorias	7.215/2012
21939.8	CELIO VALCENIR DOS SANTOS	138	TLA: Vistorias	13.390/2012

65789.1	CESAR FABIANO BITTEN-COURT ME	138	TLA: Vistorias	23.078/2011
65789.1	CESAR FABIANO BITTEN-COURT ME	138	TLA: Vistorias	1.989/2012
67655.1	DAVI INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI ME	138	TLA: Vistorias	10.124/2012
25082.1	DIRCE METZNER	138	TLA: Vistorias	13.565/2012
54377.2	DJULYTEX CONFECÇÕES LTDA ME	138	TLA: Vistorias	5.546/2013
54377.2	DJULYTEX CONFECÇÕES LTDA ME	138	TLA: Vistorias	18.923/2013
54223.7	EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA VICTOR LTDA	138	TLA: Vistorias	10.132/2012
51845.0	ESTELA CRISTIANE BAULER ME	138	TLA: Vistorias	18.081/2011
69398.7	FACE.COM EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA	138	TLA: Vistorias	14.763/2012
67751.5	G2 ASSESSORIA EM COMPRAS PARA CONTRUCAO C	138	TLA: Vistorias	10.127/2012
18109.9	GUENTER KONELL	138	TLA: Vistorias	16.173/2013
6277.4	GUINCHO CRISPIM LTDA EPP	138	TLA: Vistorias	18.027/2011
69688.9	INDÚSTRIA E COMÉRCIO FATEX LTDA. ME	138	TLA: Vistorias	16.692/2012
69227.1	JONAS DANIEL DA VEIGA	138	TLA: Vistorias	19.364/2013
21750.6	JOSE SILVESTRE DA SILVA	138	TLA: Vistorias	14.301/2012
63672.0	LUCAS GUERRA ME	138	TLA: Vistorias	17.956/2011
35536.4	LUIZ FRANCISCO LAUER	138	TLA: Vistorias	16.573/2013
8248.1	MARIA SEBASTIANA QUET REITER	138	TLA: Vistorias	9.277/2012
35103.2	MARIZA APARECIDA DE JESUS ME	138	TLA: Vistorias	17.947/2011
56584.9	MARIZETE ARTZ	138	TLA: Vistorias	15.690/2012
49249.3	ODAIR MENEGHELLI ME	138	TLA: Vistorias	12.729/2012

49604.9	OSCAR SARDANHA	138	TLA: Vistorias	855/2013
51699.6	PETIT POA PIJAMAS LTDA ME	138	TLA: Vistorias	6.609/2011
56075.8	R C A IMPRESSÕES GRAFICAS LTDA.ME.	138	TLA: Vistorias	652/2013
1759.0	SALVADOR DA CUNHA	138	TLA: Vistorias	1.670/2013
19199.0	VALDECIR VANELLI	138	TLA: Vistorias	7.328/2012
26626.4	VANIA TANIRA BIAVATTI	138	TLA: Vistorias	19.088/2013
26626.4	VANIA TANIRA BIAVATTI	138	TLA: Vistorias	19.089/2013
65556.2	VR INSTALCAO E MANUTENCAO LTDA ME	138	TLA: Vistorias	23.075/2011
SERVIÇO 140 - TLA: Florestamento e Reflorestamento				
Cód. Contrib.	Nome ou Razão Social	Serviço	Descrição do Serviço	Processo/Ano
74457.3	ANDRE LUIS BERNARDES	140	TLA: Florestamento e Reflor.	19.196/2013
SERVIÇO 143 - Honorários				
Cód. Contrib.	Nome ou Razão Social	Serviço	Descrição do Serviço	Processo/Ano
34342.0	ADEMIR SANTOS QUINTINO	143	Honorários	6.114/2013
21876.6	ADOIR BRASIANI	143	Honorários	4.230/2013
13073.7	ANTONIO DOS SANTOS	143	Honorários	18.542/2011
12637.3	ARIDINA GUTKNECHT WITTHOEFT	143	Honorários	17.974/2013
38586.7	BONFIM GUEDES DE OLIVEIRA	143	Honorários	18.943/2011
1448.6	CELINE POLTRONIERI	143	Honorários	17.405/2013
8917.6	CELINO TOMAZELI	143	Honorários	8.306/2013
40693.7	CELSO DE OLIVEIRA / ELIZANDRA PORTO	143	Honorários	10.987/2013
11319.0	CINARA ELIZABETH SILVEIRA	143	Honorários	18.724/2013
15833.0	CLAUDIR CUNHA	143	Honorários	16.206/2011
25848.2	COMÉRCIO DE GÁS ARLINDO LTDA	143	Honorários	23.065/2011
19305.4	DANIEL DE OLIVEIRA	143	Honorários	16.567/2011
22124.4	EDENILTON DUWE	143	Honorários	6.207/2013
7659.7	EDILSON REINHOLD	143	Honorários	6.161/2013

15241.2	EGIDIO METZGER - ESPOLIO	143	Honorários	10.928/2013
35302.7	ELIZ FACCAO LTDA ME	143	Honorários	3.944/2013
13842.8	EMA SCHON E FILHOS	143	Honorários	17.735/2011
40648.1	EMPREIT DE M.O. HENKELS LTDA	143	Honorários	12.757/2013
17229.4	EVANDRO MAURY NARDELLI	143	Honorários	20.179/2011
16068.7	F C F MA-NUTENCOES TECNICAS LTDA-ME	143	Honorários	6.295/2013
25291.3	F J A PINTURAS LTDA	143	Honorários	17.987/2013
21060.9	FABIO AMARO GUERREIRO	143	Honorários	16.502/2011
44462.6	GERALDO VENDRAMIN	143	Honorários	18.015/2013
29095.5	GILSON BECK - ESPOLIO	143	Honorários	19.430/2011
24320.5	HERMES BRAATZ	143	Honorários	7.911/2013
43932.0	HESIO ALAOR GRABINGER/ KITTY ALINE GRABING	143	Honorários	13.578/2013
34633.0	HP MAQ EQTOS HI-DRAULICOS PNEUM LTDA ME	143	Honorários	5.912/2013
31070.0	IRACEMA SEIBT	143	Honorários	19.857/2011
11358.1	ISAIAS MASSON	143	Honorários	22.494/2010
22903.2	JANIR DA SILVA	143	Honorários	22.672/2011
32343.8	JMC COMERCIO DE COLCHÕES LTDA ME	143	Honorários	17.999/2013
8187.6	JOAO MARTINHO QUISINSKI	143	Honorários	6.168/2013
19077.2	JOSE PEDRO RODRIGUES	143	Honorários	16.350/2011
19414.0	LADISLAU BERK	143	Honorários	21.785/2011
8211.2	LAURETE ANTUNES WOLFF	143	Honorários	20.801/2011
37756.2	LEILA ANDREIA DE OLIVEIRA	143	Honorários	20.022/2011
15739.2	LILLI EBERT - HERDEIROS	143	Honorários	16.163/2011
11672.6	LOURIVAL CATAFESTA	143	Honorários	5.885/2013
13100.8	LUIS OCKNER	143	Honorários	22.998/2011

9012.3	LUIZ DIAS DE OLIVEIRA	143	Honorários	19.415/2011
38248.5	MARCEL SANTINO MORETTI	143	Honorários	16.370/2011
15634.5	MARIA DA GRACA DOS SANTOS SALAI-ESPOLIO	143	Honorários	18.078/2011
18106.4	MARIA DE LURDES ALVES E FILHAS	143	Honorários	11.812/2010
21366.7	MARIA TERE-SA SIMAO	143	Honorários	8.320/2013
27288.4	MARILIA DOS SANTOS FERREIRA	143	Honorários	6.226/2013
26151.3	MARIO FERIGOTTI	143	Honorários	16.708/2013
7399.7	MARLENE MARIA REINHOLD ME	143	Honorários	6.160/2013
8593.6	MAURICIO TOMELIN	143	Honorários	56.193/2013
13045.1	MILTON BIEGING	143	Honorários	6.031/2013
28957.4	MOACIR GONCALVES RODRIGUES	143	Honorários	18.826/2011
24669.7	MOACIR WERTER	143	Honorários	6.157/2013
13252.7	NADIR ALVES DE CANDIDO	143	Honorários	11.574/2010
23396.0	NEI ROCIO ALVES DE SOUZA	143	Honorários	15.852/2013
13468.6	NELSON RADTKE	143	Honorários	11.866/2010
45044.8	NEOLI SOARES	143	Honorários	4.680/2013
36266.2	OFICINA JAIR LTDA ME	143	Honorários	17.631/2013
37095.9	OSMAR SCHAFFRATH	143	Honorários	6.073/2013
14783.4	OTAVIO DE OLIVEIRA	143	Honorários	10.952/2013
35088.5	PAMELA VANESSA DE MORAES DA SILVA	143	Honorários	22.957/2011
24786.3	SALVIO J. MALKOWSKI E ROSANGELA FERREIRA	143	Honorários	17.526/2011
8303.8	SALVIO VOGEL	143	Honorários	11.230/2013
15976.0	SANDRO SEBASTIAO GOMES E IVONETE ROSA	143	Honorários	4.738/2013
3144.5	SERGIO LUIS SIEVERS	143	Honorários	3.844/2013
18514.0	SILVIA BOHMANN	143	Honorários	8.263/2013

31855.8	SILVIO HASCKEL	143	Honorários	19.364/2011
36635.8	TRANSPORTADORA GREGO LTDA ME	143	Honorários	6.190/2013
8964.8	VALDIR RICARDO	143	Honorários	5.750/2013
26333.8	VERA LUCIA VOGEL FAUSTINO DOS SANTOS	143	Honorários	6.143/2013
25472.0	VIA GERMANIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	143	Honorários	19.145/2013
SERVIÇO 144 - Análise Projeto				
Cód. Contrib.	Nome ou Razão Social	Serviço	Descrição do Serviço	Processo/Ano
31725.0	ADELINO LINK	144	Análise Projeto	21.440/2011
43670.4	ALDOÍLO DE LIMA	144	Análise Projeto	10.751/2012
72514.5	ALEXANDRE WILLRICH	144	Análise Projeto	12.327/2013
27471.2	ALZIRA SENS	144	Análise Projeto	7.539/2011
56675.6	ANDREY HONORATO POSSAMAI ME	144	Análise Projeto	11.170/2011
8743.2	ANILSON KURTH	144	Análise Projeto	5.886/2012
35395.7	ANTONIO NORONHA DE AZEVEDO/LENIR DOS SANT	144	Análise Projeto	25.911/2010
65031.5	CLAUDIO ALBERTO KLOTH	144	Análise Projeto	18.157/2011
51074.2	CLAUS BUTZKE	144	Análise Projeto	17.158/2013
33776.5	CLEBER MANTOANELLI	144	Análise Projeto	13.986/2011
39544.7	CLOVIS STROPOLI	144	Análise Projeto	13.180/2013
5116.0	DARI MARIO BUSSARELO	144	Análise Projeto	17.719/2012
13990.4	DAVI BECKER	144	Análise Projeto	19.793/2010
22022.1	ESTER REGINA POTTMAIER E CARLOS	144	Análise Projeto	11.878/2012
25552.1	JAIR ALECIO MARTINS	144	Análise Projeto	10.574/2013
55002.7	JOCIMAR NORONHA DE FREITAS	144	Análise Projeto	17.013/2012
29263.0	JOHNNI ELOI HUEBES	144	Análise Projeto	14.553/2011
45989.5	JOSE FERNANDES	144	Análise Projeto	6.683/2012

21440.0	JOSE FRANCISCO DECKER	144	Análise Projeto	17.609/2012
9902.3	LUIS POFFO NETO	144	Análise Projeto	8.368/2012
47215.8	MAIKON ADRIANO MASSON	144	Análise Projeto	3.286/2013
13047.8	MARCIO PEREIRA	144	Análise Projeto	10.600/2012
6699.0	MARILI GUBER	144	Análise Projeto	12.328/2013
29406.3	MARIZETE BRUSCATO DE FARIAS	144	Análise Projeto	11.165/2012
47565.3	MIRA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	144	Análise Projeto	23.120/2011
32579.1	ODETE BARCELOS	144	Análise Projeto	4.814/2013
25002.3	OSMARILDO CLAUDIANO	144	Análise Projeto	21.829/2011
54440.0	PAULINA PADUAN DE MATOS	144	Análise Projeto	17.364/2013
50768.7	RANGEL MELO	144	Análise Projeto	13.852/2012
65081.1	RODRIGO CORREA DE LIMA	144	Análise Projeto	14.923/2013
16446.1	VALDEMAR MALKOWSKI	144	Análise Projeto	8.264/2012
19129.9	VANILDO REICHERT	144	Análise Projeto	11.420/2013
SERVIÇO 147 - Projeto/Construção				
Cód. Contrib.	Nome ou Razão Social	Serviço	Descrição do Serviço	Processo/Ano
27471.2	ALZIRA SENS	147	Projeto/Construção	7.540/2011
35395.7	ANTONIO NORONHA DE AZEVEDO/LENIR DOS SANT	147	Projeto/Construção	25.912/2010
21435.3	DORLI DE SOUZA	147	Projeto/Construção	17.043/2012
65632.1	JOHNATAN TOMELIN	147	Projeto/Construção	21.986/2011
29263.0	JOHNNI ELOI HUEBES	147	Projeto/Construção	21.847/2011
59314.1	MAICO BONATO	147	Projeto/Construção	22.915/2011
6223.5	MARCO ANTONIO BELL	147	Projeto/Construção	6.240/2011
39993.0	MARISTELA ISABEL CRISTOFOLINI DE NOVAES	147	Projeto/Construção	2.996/2013
55587.8	MELCHIORETTO SANDRI ENGENHARIA LTDA	147	Projeto/Construção	1.338/2013

47565.3	MIRA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	147	Projeto/Construção	3.447/2012
45871.6	PHILIPPE PFUETZENREITER MIYAZAKI	147	Projeto/Construção	21.745/2011
19176.0	ROGERIO SEBOLD	147	Projeto/Construção	15.392/2012
18963.4	RUDI GUIDO OTTO	147	Projeto/Construção	10.865/2013
27487.9	TEREZINHA DE FATIMA RODRIGUES DE LIMA	147	Projeto/Construção	9.192/2012
55940.7	TW EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA M	147	Projeto/Construção	14.331/2010
55995.4	VALDONIR MADALENA	147	Projeto/Construção	16.646/2012
67359.5	VALMIR BORGES	147	Projeto/Construção	13.702/2013
SERVIÇO 153 - Calçada Segura				
Cód. Contrib.	Nome ou Razão Social	Serviço	Descrição do Serviço	Processo/Ano
45522.9	KRISTINE HENNINGS STOCO HUNZICKER	153	Calçada Segura	11.674/2013
9974.0	OSWIN JOSE AROLD STRUVE	153	Calçada Segura	11.791/2013
16318.0	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO	153	Calçada Segura	11.672/2013
SERVIÇO 155 -Taxa de Aprovação de Loteamento				
Cód. Contrib.	Nome ou Razão Social	Serviço	Descrição do Serviço	Processo/Ano
64284.3	GERALDO KRAMER	155	Taxa de Aprovação de Loteamento	16.150/2012

Indaial, 03 DE NOVEMBRO de 2014.

ALTAIR SIMÃO
COORDENADOR TRIBUTÁRIO

AD/AGENTE DE DESENVOLVIMENTO
PORT. 86/14 E 45/12

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO Nº 03/2014

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO Nº. 03/2014

Fundação Municipal de Esporte

Através do presente Edital de Notificação, com fundamento na Lei no. 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), e na Lei Complementar No. 79/2007, de 18 de dezembro de 2007, vem através do presente Edital, notificar os contribuintes abaixo relacionados, que estão em Débito com a Fundação Municipal de Esporte proveniente de Receitas de Inscrições de Torneios e Mensalidades pelo uso

da piscina Municipal.

Os valores, que totalizam as dividas devem ser verificados junto à Fundação Municipal de Esportes de Indaial, e estão acrescidos de:

- Atualização monetária prevista na Lei Complementar 79/2007;
- Juros previstos nos artigos 459, § 1º e §2º da Lei complementar 79/2007;
- Multas previstas nos artigos 459 e ou 460 da Lei Complementar 79/2007.

Igualmente, cientificamos o(s) contribuinte(s) que tem o prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente Edital, para:

- a) Pagamento integral da Dívida, ou;
- b) Apresentação de Defesa ou Recurso.

Findo o prazo Supra Citado sem que haja manifestação do contribuinte em qualquer uma das opções acima, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa, para encaminhamento de Protesto Extrajudicial de Débitos, conforme Lei Complementar 153/2014, e cobrança judicial, conforme Lei Complementar 79/2007 e suas alterações.

Cód. Cont.	Nome ou Razão Social	Serviço	Descrição do Serviço	Processo/Ano
27221.3	ADELAIDE KRYANOWSKI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.282/2013
27236.1	ADELINA KUEHN RUCKOWSKI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	1.680/2012
18878.6	ADEMIR JOSE TESTONI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.137/2013
18273.7	ADEMIR VICENTE DALPRA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.882/2011
52923.0	ADRIANA ALVES PACHECO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.295/2013
27311.2	ADRIANA DE LURDES DA ROSA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.979/2011
27311.2	ADRIANA DE LURDES DA ROSA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.533/2013
27317.1	ADRIANA RAQUEL MARTINS REZINI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.313/2011
32200.8	ADRIANE DOS SANTOS DA SILVEIRA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	9.814/2013
63700.9	AGUIDA-CRISTIAN KRENCZINSKI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.810/2012
38834.3	ALAIR SERAFIM RODRIGUES DA LUZ	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.011/2012
30562.6	ALBERTINA MARLETE JUSTEN VOIGT	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.253/2013
20514.1	ALCIANITA MONDINI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	9.688/2013
20514.1	ALCIANITA MONDINI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.211/2013

27409.7	ALEXANDRA CONZATTI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	21.491/2011
27409.7	ALEXANDRA CONZATTI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	21.492/2011
37177.7	ALEXANDRA GUSE MUELLER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	3.154/2013
58638.2	ALEXANDRA JANUARIO DA SILVA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	8.449/2011
58638.2	ALEXANDRA JANUARIO DA SILVA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	8.450/2011
37235.8	ALEXANDRA PINTO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	3.777/2013
20964.3	ALFONS PITTSCH	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	10.195/2012
33582.7	ALMIR SILVEIRA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.835/2013
24501.1	ALVACIR CORREA FREITAS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.572/2012
21777.8	ALZIRA LAMIM	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.861/2012
21777.8	ALZIRA LAMIM	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	9.991/2012
21777.8	ALZIRA LAMIM	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	12.213/2012
45267.0	AMADEU DONIZETE DE BRITO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.840/2011
45267.0	AMADEU DONIZETE DE BRITO	148	FME - COBRANÇA DE BILHETERIA	795/2011
26306.0	ANA MARIA DE MELLO GUTERRES	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	9.524/2012
29733.0	ANA PAULA AGOSTINHO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	18.563/2011
29733.0	ANA PAULA AGOSTINHO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	10.226/2012
58541.6	ANA PAULA DE MELO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.816/2011
46957.2	ANA PAULA DOS PASSOS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.453/2013
58166.6	ANA PAULA ESSER JORGE	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.071/2011
68724.3	ANA PAULA GEBHARDT	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.705/2012
64231.2	ANA RITA ROSA FIGUEIREDO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.029/2011

58659.5	ANAI R PE-REIRA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.135/2011
39731.8	ANALIA MARIA DE SOUSA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.012/2012
13715.4	ANAMARIA DA SILVA MORELL	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.235/2012
13715.4	ANAMARIA DA SILVA MORELL	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.097/2012
39908.6	ANASTACIA KRAMER KLOCK	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.241/2013
21544.9	ANDRE BARAO E MARCIA APARECIDA MILIOLI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.938/2013
54690.9	ANDRE PEREIRA GATNER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.486/2011
54690.9	ANDRE PEREIRA GATNER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.001/2011
42461.7	ANDREIA GARBARI TESSMANN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	21.074/2011
27632.4	ANDREIA LANA CUNHAGO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	5.712/2011
31820.5	ANDREIA RUF DA ROSA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	5.242/2011
48478.4	ANDRESSA SUELEN GEISLER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.544/2013
16101.2	ANELISE FEUZER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	12.075/2012
16101.2	ANELISE FEUZER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	12.322/2012
16101.2	ANELISE FEUZER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.014/2012
46769.3	ANELISE KUEHN BRIGNOLI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.959/2011
46769.3	ANELISE KUEHN BRIGNOLI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	21.004/2011
57917.3	ANGELA DE OLIVEIRA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.988/2011
57917.3	ANGELA DE OLIVEIRA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.998/2011
57917.3	ANGELA DE OLIVEIRA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.999/2011
39703.2	ANGELA MARIA KLEMMANN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	21.658/2011

44248.8	ANGELA MARIA WANTOWSKI MOSER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.843/2013
1078.2	ANGELICA LUIZA SCHWANTES	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.052/2013
1078.2	ANGELICA LUIZA SCHWANTES	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.057/2013
27681.2	ANGELITA KNOTH DICKMANN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	9.935/2012
27681.2	ANGELITA KNOTH DICKMANN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.209/2012
161.9	ANICIA MARIA STOLF	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	20.589/2011
55174.0	ANISIO JUNIOR BORNHOFEN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.408/2012
55174.0	ANISIO JUNIOR BORNHOFEN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.200/2012
17443.2	ANITA WIPPEL	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.991/2012
68557.7	ANNEMARI BOENER ALVES DO AMARAL	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	11.017/2012
68557.7	ANNEMARI BOENER ALVES DO AMARAL	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	11.913/2012
54808.1	ANSELMO DIAS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.767/2012
54808.1	ANSELMO DIAS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.210/2012
55037.0	ANTONIO ANTENOR CARDOSO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.722/2013
56928.3	ANTONIO ARCELINO ALBINO DE ABREU	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	9.738/2013
27735.5	ANTONIO EDNILSON MARTINS DA SILVA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.110/2011
27735.5	ANTONIO EDNILSON MARTINS DA SILVA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.111/2011
27735.5	ANTONIO EDNILSON MARTINS DA SILVA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.759/2011
27735.5	ANTONIO EDNILSON MARTINS DA SILVA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.760/2011

39965.5	APAMA-AS-SOC.DE PAISE AMIG.DOS MENORES AT	149	FME - INSCRIÇÕES DE TORNEIOS	18.953/2013
55414.6	APYRAYMA AMPARO OLIVEIRA MATIELLO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	8.268/2011
67679.9	ASTROGILDO BONONOMI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.709/2012
35670.0	AUDIERI KOHNS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.345/2012
13364.7	AURILENE SASSE	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	20.466/2011
25033.3	AVANILTON ANTONIO ROCHA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.432/2011
44092.2	BERNADETE ELI BLOEMER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	8.686/2012
27838.6	BERNADETE ELI BLOEMER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.019/2012
43025.0	BRUNA ROSA DE AMURIM	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	2.833/2013
43025.0	BRUNA ROSA DE AMURIM	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	3.114/2013
59136.0	BRUNA SAMARA BERKA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.354/2012
27856.4	CACILDA GONCALVES DE ALMEIDA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.903/2011
58072.4	CARINA KISNER PEREIRA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	5.250/2011
58072.4	CARINA KISNER PEREIRA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	12.782/2011
57558.5	CARLA DA CUNHA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.683/2011
69064.3	CARLA DALLABONA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.424/2012
69064.3	CARLA DALLABONA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.082/2012
69064.3	CARLA DALLABONA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	19.672/2013
22370.0	CARLA ROSA-NE TESSMER PORTO CALSON	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.188/2013
64981.3	CARLOS ALBERTO VOIGT	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.863/2011
64981.3	CARLOS ALBERTO VOIGT	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	21.566/2011

73673.2	CARME DENI- ZE MACHADO FERREIRA	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	15.109/2013
19722.0	CARMEM MARIA SCHWARZ PRUST	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	13.075/2011
70755.4	CAROLINA PATRICIO	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	2.966/2013
68069.9	CATARINA MAFRA PE- REIRA	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	6.536/2013
14739.7	CECILIA SPEZIA	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	12.930/2011
69080.5	CECILIA TESSAROLO SARDAGNA	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	13.484/2012
69080.5	CECILIA TESSAROLO SARDAGNA	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	16.325/2012
26776.7	CELESTINA KISSNER	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	9.907/2012
58165.8	CELIA ESSER TELLES	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	20.928/2011
68114.8	CESAR VOL- TOLINI	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	16.798/2012
69265.4	CHARLES SIDNEY ADAM	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	15.009/2012
69265.4	CHARLES SIDNEY ADAM	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	16.352/2012
57209.8	CICERO MAR- TIN WAGNER	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	2.661/2011
57209.8	CICERO MAR- TIN WAGNER	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	5.912/2011
1057.0	CINIRA SIMONE ALTHOFF FRANCA	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	12.990/2011
1057.0	CINIRA SIMONE ALTHOFF FRANCA	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	17.203/2011
26920.4	CINTIA HIE- BERT VIEIRA	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	2.863/2013
52762.9	CIRLENE ROSA ANTU- NES	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	6.956/2013
28237.5	CLAUDIA APARECI- DA COSTA FERREIRA DE LIMA	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	10.041/2012
27202.7	CLAUDIA BERNADETE NASCIMENTO TOBALDINI	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	7.933/2011

27202.7	CLAUDIA BERNADETE NASCIMENTO TOBALDINI	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	8.340/2011
67965.8	CLAUDINEIA GERMANO RODRIGUES	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	13.726/2013
15390.7	CLAUDIO ANTONIO WRASSE	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	10.042/2012
15390.7	CLAUDIO ANTONIO WRASSE	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	10.214/2012
21483.3	CLAUDIO MARCIO WIENHAGE	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	16.978/2013
73812.3	CLECI POLI- CENO GOMES	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	16.221/2013
65596.1	CLEIDE REGI- NA EWALD	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	16.085/2012
58050.3	CLEITON CLOVIS DOS SANTOS	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	20.970/2011
54179.6	CLEUSA DE OLIVEIRA BRUNER	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	5.573/2011
65562.7	CONCEIÇÃO CUNHAGO	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	20.684/2011
70831.3	CONRADO DE SOUZA NETO	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	6.983/2013
71827.0	Contribuinte não Cadas- trado	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	7.664/2013
68998.0	CRISTIANE HEINING LOES	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	15.718/2012
58579.3	CRISTIANE RAUEN HAN- NEMANN	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	12.081/2012
58579.3	CRISTIANE RAUEN HAN- NEMANN	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	16.022/2012
50691.5	CRISTIANE SCHON	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	16.362/2012
34435.4	DAGMAR MUCKENBER- GER	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	16.868/2013
53562.1	DAIANE CAROLINE NEUBERGER RIO BRANCO	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	9.932/2013
58232.8	DANIEL ARCANGELO DA SILVA	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	17.269/2011
64329.7	DANIELA CHARLENE ANDERLE	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	13.782/2013
65230.0	DANIELA PEREIRA FERNANDES GOULART	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	10.230/2012

52672.0	DANIELLE DE LIMA HOHMANN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.189/2012
52672.0	DANIELLE DE LIMA HOHMANN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.024/2012
17461.0	DARCI CLEMENTINA DA SILVA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.905/2011
53118.9	DARCI LEITZKE RIFFEL	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	1.386/2012
37402.4	DARIO MANZKE	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.712/2012
57989.0	DAYANA ANDRADE	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	18.565/2011
25982.9	DEISE PEYERL	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.966/2011
25982.9	DEISE PEYERL	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	21.010/2011
48423.7	DEJANE BARBOZA SALDANHA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	6.987/2013
69682.0	DENIS MIKE-TIO VALENGA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.486/2012
68623.9	DIEGO JULIO DUVE	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.627/2012
68623.9	DIEGO JULIO DUVE	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.857/2012
39319.3	DIEGO TARNOWSKI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.849/2013
65229.6	DILMA LUCIA MASO SILVA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.328/2012
28518.8	DJULLVE CHRISTHIE BORDIN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.066/2013
44140.6	DOLORES TARNOVSKI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.173/2011
28534.0	DORACI CIRINO DE ALMEIDA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.137/2013
2882.7	DORIS REGINA BRANCHER DA VEIGA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	12.705/2011
56466.4	DRAUZIO OLIVEIRA DE MENEZES JUNIOR	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	10.231/2012
69840.7	DULCE LEIA VOLPI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.007/2012
5982.0	DYONNE AMANDA SCHMITT	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	12.084/2012

5982.0	DYONNE AMANDA SCHMITT	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.719/2012
67901.1	EDELTRAU R. GEBHARDT	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.724/2012
23029.4	EDGAR SCHROEDER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	5.082/2011
28590.0	EDICLEIA HELMANN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	12.267/2012
45374.9	EDINA FRANZ TESSAROLO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	12.712/2011
28602.8	EDINEIA HELLMANN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	10.889/2012
28602.8	EDINEIA HELLMANN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	12.268/2012
23647.0	EDIVALDO KOTH	149	FME - INSCRIÇÕES DE TORNEIOS	18.952/2013
39077.1	EDNA FATIMA GIACOMELLI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	12.085/2012
26792.9	EDNEI EVANDRO CUNHA E PATRICIA S. ROTTA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.003/2011
26792.9	EDNEI EVANDRO CUNHA E PATRICIA S. ROTTA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.528/2013
69152.6	EDSON LUIZ MIRANDA SOUZA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.262/2012
57628.0	EDUARDO VOIGT	149	FME - INSCRIÇÕES DE TORNEIOS	17.925/2012
57628.0	EDUARDO VOIGT	149	FME - INSCRIÇÕES DE TORNEIOS	18.951/2013
68204.7	EDVALTER FELICIANO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	12.931/2012
14511.4	ELEMAR GEBIEN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	5.599/2011
28646.0	ELENI MARIA LUNELLI TRAEBERT	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.669/2012
55013.2	ELEUNITA KLUG	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.145/2011
71005.9	ELIANE DA SILVA MELO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.379/2013
54816.2	ELIANE FRAINER DE OLIVEIRA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.558/2011
57828.2	ELIANE TE-REZINHA DA ROSA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	5.602/2011

57270.5	ELISABETE WILDENER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	20.931/2011
46868.1	ELISETTE MARIA JORGE LEPINSKI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	8.592/2011
46868.1	ELISETTE MARIA JORGE LEPINSKI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.005/2011
40385.7	ELIZETE MARIA ALEXANDRE	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.551/2013
70554.3	ELKE SCHWANZ GESSNER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	10.041/2013
48188.2	ELOIR GIA-COMELLI DE NOVAIS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.032/2012
48188.2	ELOIR GIA-COMELLI DE NOVAIS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.035/2012
21613.5	ELOISA PEIXER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	5.179/2011
68254.3	ELUISA TESKE	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.345/2012
53600.8	ELVIRA FRAINER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	20.599/2011
57901.7	ELVIS LAURI SCHWANTES	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.944/2011
69102.0	ELZIRA IMME	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.798/2012
56025.1	EMERSON DA SILVA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.779/2013
56729.9	EMILIANO BORBA TAVARES	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	3.159/2011
56729.9	EMILIANO BORBA TAVARES	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	6.916/2011
56729.9	EMILIANO BORBA TAVARES	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	8.018/2011
57074.5	EMIR JOSE VASSELAI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.747/2013
50413.0	EOZEMAR DE SOUZA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	10.207/2012
37775.9	ERACI SCHIESSL	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	6.959/2013
34335.8	ERICA SENEM	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	20.890/2011
28900.0	ERONDINA ROSA DE MORAIS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.263/2013
6800.4	EUNICE APARECIDA QUINTINO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.261/2012

15816.0	EVALDO CEZAR KLOCK	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.250/2013
68076.1	EVALDO RODRIGUES	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	12.628/2012
58826.1	EVANDRO CORBARI	149	FME - INSCRIÇÕES DE TORNEIOS	23.255/2011
63184.1	EVANILDE KNAUL BOSENBECKER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.037/2012
14342.1	EZEQUIEL DE MORAIS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	9.749/2013
14342.1	EZEQUIEL DE MORAIS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.264/2013
70806.2	FABIANA JENNERICH	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	2.933/2013
74306.2	FABIANA MARIA ZERMIANI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	18.347/2013
68451.1	FABIANA MOREIRA PAES	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.038/2012
44256.9	FABIELE APARECIDA ANTUNES RODRIGUES	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.912/2012
36786.9	FABIO MAROWSKI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.454/2013
39751.2	FABIO SCHULZ	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.640/2013
34167.3	FABRICIO MUND	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	1.894/2012
70598.5	FABRICIO PETRIS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	3.120/2013
65120.6	FELLIPE CAVIGLIA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	20.427/2011
65120.6	FELLIPE CAVIGLIA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	22.251/2011
65120.6	FELLIPE CAVIGLIA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	10.233/2012
73203.6	FERNANDA GEBIEN CUNHAGO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	19.552/2013
859.1	FERNANDINA DOS SANTOS FERNANDES	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	20.650/2011
70861.5	FERNANDO DOS SANTOS CORREA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	11.819/2013
70861.5	FERNANDO DOS SANTOS CORREA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.313/2013
73289.3	FLAVIA APARECIDA DE OLIVEIRA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.295/2013

71065.2	FRANCIELLE APARECIDA OLIVEIRA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.938/2013
47984.5	FRANCIELLI FRANCA PACHECO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.704/2013
65852.9	GABRIELA BOEMER AMARAL	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	10.544/2012
65852.9	GABRIELA BOEMER AMARAL	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	11.929/2012
66264.0	GABRIELA DE OLIVEIRA CRUZ	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	10.047/2012
58636.6	GABRIELA FAGUNDEZ MACHADO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	6.688/2013
47404.5	GENESIO DE SOUZA FILHO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.568/2012
66209.7	GENI GOMES CAPPELLETTO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	9.637/2012
63695.9	GILBERTO PEIYERL	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	20.652/2011
1507.5	GILSON REINHOLD	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	66/2011
58138.0	GILVANA MARCELINO DA CRUZ	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	20.605/2011
58138.0	GILVANA MARCELINO DA CRUZ	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.957/2013
35466.0	GIOVANI BOGO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	2.531/2013
35466.0	GIOVANI BOGO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	2.544/2013
48129.7	GISELE CLERICE PAVAN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.692/2012
48129.7	GISELE CLERICE PAVAN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.626/2012
29111.0	GISLANE MACHADO CUNHA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	22.194/2011
29113.7	GLACI RODRIGUES DE LIMA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	20.424/2011
29113.7	GLACI RODRIGUES DE LIMA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.090/2012
70688.4	GLAUCYE FERNANDA MOYSESCYR	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.471/2013
25164.0	GRAFICA E EDITORA 3 DE MAIO LTDA	149	FME - INSCRIÇÕES DE TORNEIOS	958/2013
18950.2	GUIDO FRARE	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.328/2011

13576.3	HARRY GUTHNER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.329/2011
40181.1	HELENA MARIA COSTA FERREIRA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	8.002/2012
40181.1	HELENA MARIA COSTA FERREIRA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.432/2012
20630.0	HENRIQUE DUWE FILHO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	12.333/2012
18305.9	HENRIQUE KRENKEL	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.556/2013
17793.8	HERMELINA M. GERLAISTER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.660/2013
43932.0	HESIO ALAOR GRABINGER/ KITTY ALINE GRABING	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	2.348/2013
21249.0	HILARIO LAMIM	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.557/2013
56897.0	HILDA JOANA HEINZEN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	9.544/2012
68624.7	HONORINA BORGES AMARO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.074/2012
68624.7	HONORINA BORGES AMARO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.135/2012
35588.7	HUGO ALEXANDRE DOS SANTOS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.960/2011
65126.5	HUGO LEONARDO AMARAL	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	22.853/2011
70134.3	IAGO DA CUNHA DE ALMEIDA	149	FME - INSCRIÇÕES DE TORNEIOS	18.122/2012
47763.0	IDENY DA ROCHA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	8.863/2012
47763.0	IDENY DA ROCHA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	10.235/2012
64997.0	ILDA FOGASSA FONTANA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	20.479/2011
64997.0	ILDA FOGASSA FONTANA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	6.707/2013
38841.6	ILIANE VIEIRA BASSANI BATISTA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.246/2012
57559.3	ILKA ELIZETE HORNCHU VENDRAMI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.590/2011
57559.3	ILKA ELIZETE HORNCHU VENDRAMI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	2.723/2013
57559.3	ILKA ELIZETE HORNCHU VENDRAMI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	6.803/2013

67044.8	INEZ PAU-LHAK	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	3.717/2013
53182.0	INGRID SCHROEDER KLUG	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	20.754/2011
66249.6	INGRID WETZEL CORREA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	9.789/2012
1395.1	IRACEMA RADLOFF	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	2.728/2013
59214.5	IRACEMA SALVADOR PETRIS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.483/2012
57127.0	IRENE BECKER CARDOSO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.723/2013
52622.3	IRENE CAMPOS DA SILVA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	2.436/2013
52622.3	IRENE CAMPOS DA SILVA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	6.446/2013
52622.3	IRENE CAMPOS DA SILVA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.224/2013
73300.8	IRIA DE LURDES MANRICH	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.732/2013
1014.6	IRIA MARIA BERTOLI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	3.536/2013
1014.6	IRIA MARIA BERTOLI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	6.847/2013
36592.0	IRINA THEIS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.569/2012
36592.0	IRINA THEIS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.570/2012
36592.0	IRINA THEIS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.571/2012
53035.2	ISABEL BUNDE	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	2.886/2013
37112.2	ISABEL CRISTINA ALVES	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	21.093/2011
45022.7	ISABEL LAMIM DA SILVA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.496/2012
45022.7	ISABEL LAMIM DA SILVA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.250/2012
72306.1	ISABEL ROCHA DA SILVA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	10.086/2013
43238.5	ISMAEL CAMARGO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.013/2011
70491.1	ISMAEL JOSE BUDKE	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	2.848/2013

37589.6	ISOLETE BALDOINO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.499/2011
37589.6	ISOLETE BALDOINO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.149/2011
41794.7	IVETE TEREZINHA VANZUITA HANSEN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.887/2011
41794.7	IVETE TEREZINHA VANZUITA HANSEN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.750/2011
5373.2	IVO DALLMANN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	12.275/2012
5373.2	IVO DALLMANN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.433/2012
69553.0	IVO KRUGER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	9.707/2013
69553.0	IVO KRUGER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.225/2013
68205.5	IVONE MEWES KLEIN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	12.231/2012
68205.5	IVONE MEWES KLEIN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.248/2012
41791.2	IVONE SCHMEIDER MONERETTO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.178/2012
18080.7	IVONETE TEREZINHA TOMIO E HELIO DA SILVA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	10.234/2012
38165.9	IVONICA GRAMKOW DANKER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	12.139/2012
64950.3	IZABEL MACHADO NUNES	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	2.185/2012
66303.4	JACKSON ZANIZ	149	FME - INSCRIÇÕES DE TORNEIOS	789/2012
42352.1	JAICIARA BALDOINO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.990/2012
42352.1	JAICIARA BALDOINO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.888/2013
42352.1	JAICIARA BALDOINO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.436/2013
12687.0	JAIMIR ANTONIO CLERICE	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	12.208/2013
22439.1	JAIRO CUNHAGO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.847/2011
55386.7	JAISON TOTENE	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	3.145/2011

44929.6	JANE ELISABETH KAMMER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.015/2011
1493.1	JANETE ANACLETO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	12.066/2012
1493.1	JANETE ANACLETO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.723/2012
53023.9	JANETE DOS PASSOS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	20.935/2011
24976.9	JAQUELINE APARECIDA TRAPASOLLI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	11.138/2012
24976.9	JAQUELINE APARECIDA TRAPASOLLI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.854/2012
70713.9	JAQUELINE DANIELA BIQUE MALKOWSKI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.529/2013
71170.5	JAQUELINE SANTANA CORREA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	6.849/2013
3222.0	JEANE MENESTRINA VIEIRA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.409/2013
69031.7	JEFFERSON DINIZ DE ALVARENGA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.353/2012
67898.8	JENIFER KATLEN BORNHOFEN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.734/2012
57269.1	JERSELI TERESINHA DOMINGOS ADRIANO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.265/2011
57269.1	JERSELI TERESINHA DOMINGOS ADRIANO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.278/2011
66725.0	JESSICA BASTOS DE MORAIS DOLINSKI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	3.048/2013
25613.7	JOACIR BRANGER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.888/2011
44040.0	JOANA KREUSCH KAMMER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	20.870/2011
31563.0	JOAO DE DEUS DA SILVA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.912/2011
31563.0	JOAO DE DEUS DA SILVA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.947/2012
67620.9	JOÃO NECI DA CONCEIÇÃO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.255/2012
58377.4	JOAO PAULO AGOSTINHO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.267/2013
72878.0	JOAO PEDRO DA SILVA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.698/2013

64347.5	JOCENI ADRIANA DOLBERTH	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	6.945/2013
40388.1	JOICE ALEXANDRE	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.098/2013
40388.1	JOICE ALEXANDRE	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.099/2013
54191.5	JOICE DANIELA PEREIRA NUNES	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	9.926/2013
58699.4	JOICE GUTHNER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	20.426/2011
49565.4	JOICE MARGO LACH ANGELO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	10.083/2012
49565.4	JOICE MARGO LACH ANGELO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.119/2012
49565.4	JOICE MARGO LACH ANGELO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	4.235/2013
49565.4	JOICE MARGO LACH ANGELO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	9.939/2013
11163.5	JONAS BUSCH	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	12.617/2012
56364.1	JONATHAN IGNACZUK	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	4.005/2013
58066.0	JONATHAN PEREIRA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	2.726/2011
57938.6	JORGE AUGUSTO KRIGER	149	FME - INSCRIÇÕES DE TORNEIOS	23.346/2011
45850.3	JOSE ANTONIO STEFFENS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.764/2011
17533.1	JOSE CUNHA-GO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	10.055/2012
21813.8	JOSE LUIZ DIAS DE SOUZA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.107/2011
17438.6	JOSE LUIZ JAQUES	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	20.939/2011
47317.0	JOSE MAFRA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.669/2012
65864.2	JOSE MANOEL BATISTA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	8.122/2012
65864.2	JOSE MANOEL BATISTA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	8.859/2012
65864.2	JOSE MANOEL BATISTA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	8.860/2012
65864.2	JOSE MANOEL BATISTA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	10.203/2012

65864.2	JOSE MANO- EL BATISTA	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	12.647/2012
6822.5	JOSE OSVAL- DINO DOS SANTOS	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	7.561/2013
6822.5	JOSE OSVAL- DINO DOS SANTOS	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	7.571/2013
65651.8	JOSE ROBER- TO GOMES	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	16.254/2012
70597.7	JOSEFA PEREIRA DE ASSIS	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	10.089/2013
57378.7	JOSELIA HENKELS	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	6.850/2013
57378.7	JOSELIA HENKELS	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	14.384/2013
55132.5	JOSIANA AN- DREA LEMKE	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	2.537/2013
55132.5	JOSIANA AN- DREA LEMKE	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	3.171/2013
65239.3	JOZIEL RU- DELL	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	21.714/2011
28627.3	JUCELIA APARECIDA V. RIBEIRO	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	15.738/2012
50949.3	JULIANA BERNARDO SCHMITT	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	12.091/2012
70986.7	JULIANA DE FATIMA ALMEIDA	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	7.075/2013
68679.4	JULIANA ROZANSKI	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	16.501/2012
58835.0	JULIANE CRISTINE MACHADO	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	7.052/2011
58835.0	JULIANE CRISTINE MACHADO	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	7.849/2011
68051.6	JULIETA REGINA CARDINAL	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	10.069/2012
21022.6	JURACI ROCHA DA SILVA	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	15.948/2012
56836.8	JUSARA ALEGRI	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	14.859/2011
52486.7	JUSSARA FATIMA PACHECO	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	14.609/2012
54182.6	KARINA KRAFT REI- CHERT	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	2.402/2013
54182.6	KARINA KRAFT REI- CHERT	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	3.927/2013

70463.6	KATIA FRANCISCA PEREIRA WILLINSKY	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	7.348/2013
58044.9	KATIA KRIS- TINA ZIM- MERMANN	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	7.936/2011
63839.0	KATIA REGI- NA DA SILVA	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	13.700/2012
63839.0	KATIA REGI- NA DA SILVA	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	16.256/2012
65317.9	KATIA SILE- NE POSTAI OCHER	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	8.090/2012
66551.7	KELLY CRISTINE BINELLO	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	12.311/2012
66551.7	KELLY CRISTINE BINELLO	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	16.441/2012
37723.6	KRISCIA MO- NIKE TESKE	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	2.689/2013
43039.0	KRISTINA KRAFT	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	14.107/2013
2707.3	LADARIO NOVAES	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	14.404/2013
42465.0	LAERCIO METZNER	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	15.545/2013
36092.9	LARISSA MICHELA SCHMITT TESSAROLO	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	10.198/2012
18121.8	LAUREO CESAR TAR- NOWSKI	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	17.848/2013
14445.2	LAURO DE AMORIM	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	2.894/2013
69933.0	LEDIR MARIA HOEPPERG	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	3.720/2013
69933.0	LEDIR MARIA HOEPPERG	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	6.851/2013
37529.2	LEIDE BARBARA SCHRODER GONZAGA	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	16.045/2012
41060.8	LEISE CRISTINA PEREIRA	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	8.361/2011
52924.9	LEONIDA BORNHOFEN	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	20.912/2011
65139.7	LEONIDA THEILACKER	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	7.726/2012
65139.7	LEONIDA THEILACKER	131	FME - PISCI- NA MUNICI- PAL	9.851/2012

44324.7	LEONIR APARECIDA TOMIO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	10.212/2012
68823.1	LEONITA DOS SANTOS DE PAULA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.886/2012
56485.0	LETICIA DA SILVA VENERA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	8.362/2011
47991.8	LEVI CATER DE LIMA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	3.262/2013
49879.3	LIA BERNADETE FREDERICO KARNOPP	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	6.725/2013
59392.3	LILI SCHULTZ REBLIN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	9.946/2012
64049.2	LILIAN DIAS TARGINO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	21.695/2011
42654.7	LIRACI CONSOLATA MIGLIOLI ELISIO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	12.891/2011
51266.4	LISOLETTE VETTER CARVALHO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.500/2013
54066.8	LIZETE CAMPREGHER ZOTTI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	20.492/2011
73783.6	LORENA TULIANO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.711/2013
37008.8	LOURDES HELLMANN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	20.432/2011
11672.6	LOURIVAL CATAFESTA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.936/2013
8222.8	LOURIVAL KLEIN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	12.239/2012
8222.8	LOURIVAL KLEIN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.260/2012
70980.8	LUCIA CASAS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	19.675/2013
67542.3	LUCIA KORZ DECKER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.530/2012
67542.3	LUCIA KORZ DECKER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.531/2012
67542.3	LUCIA KORZ DECKER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.451/2012
67542.3	LUCIA KORZ DECKER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.478/2012
33469.3	LUCIA PETRIS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.181/2012

33469.3	LUCIA PETRIS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.096/2012
57964.5	LUCIANE MARIZA NUNES	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.342/2011
56388.9	LUCIMARA ELIAS DE SOUZA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	5.960/2011
69205.0	LUIZ CARLOS LUCHT	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.713/2013
68999.8	LUIZ CARLOS MARTINS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.144/2012
10439.6	LUIZ EISSMANN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.248/2013
3307.3	LUIZA MARIA SCHERNER DA SILVA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	8.300/2011
67817.1	LUZIA KORC WRECZINSKI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.312/2013
15062.2	LUZIA SCHORROEDER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	8.008/2012
15062.2	LUZIA SCHORROEDER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	2.806/2013
15062.2	LUZIA SCHORROEDER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	6.891/2013
67769.8	MACARIO CRISPIM DE ANDRADE	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.664/2012
59134.3	MAFALDA VASSELAI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.753/2013
15617.5	MARA LUCIA DOS SANTOS E OU	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.703/2013
25034.1	MARA RUBIA CAGLIONI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.452/2011
33768.4	MARCELINO ZIBELL	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.265/2013
33768.4	MARCELINO ZIBELL	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.313/2013
54831.6	MARCELO RENKEN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	766/2011
54831.6	MARCELO RENKEN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	2.729/2011
51743.7	MARCELO TESTONI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.897/2011
27102.0	MARCIA APARECIDA MILIOLI BRANDAO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.132/2013

27102.0	MARCIA APARECIDA MILIOLI BRANDAO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.133/2013
67694.2	MARCIA LANA DA SILVA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.382/2013
25948.9	MARCIA MARIA CUNHA-GO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.840/2012
32567.8	MARCIA NEGHERBON PAUL	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.454/2011
55773.0	MARCIA PITTSCH	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.946/2011
50319.3	MARCOS APOLO DOS SANTOS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.244/2013
50319.3	MARCOS APOLO DOS SANTOS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	10.507/2013
50319.3	MARCOS APOLO DOS SANTOS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.502/2013
69048.1	MARCOS AURELIO REGUSE	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	2.695/2013
20560.5	MARCOS LARSEN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.314/2013
49166.7	MARCOS SCHAFFER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.050/2012
74110.8	MARELISE MIRANDA METZNER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.524/2013
70849.6	MARIA APARECIDA DOMINGUES	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.779/2013
70849.6	MARIA APARECIDA DOMINGUES	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.801/2013
70849.6	MARIA APARECIDA DOMINGUES	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.796/2013
70849.6	MARIA APARECIDA DOMINGUES	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.797/2013
13381.7	MARIA APARECIDA RAMOS BORNHOFEN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.409/2012
55573.8	MARIA BEATRIZ HERMES	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	20.274/2011
41633.9	MARIA BERNADETE DE SOUZA FELIPONI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	20.439/2011
69019.8	MARIA BERNADETE ELISIO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.220/2012
65652.6	MARIA CRISTINA CUSTODIO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	8.013/2012

65652.6	MARIA CRISTINA CUSTODIO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	12.288/2012
39628.1	MARIA CRISTINA M. FERREIRA BOAVENTURA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.727/2012
39628.1	MARIA CRISTINA M. FERREIRA BOAVENTURA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	9.853/2012
69021.0	MARIA DE FATIMA CARDOSO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.226/2012
69021.0	MARIA DE FATIMA CARDOSO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.048/2012
66247.0	MARIA DE LOURDES CARDOSO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.460/2012
56490.7	MARIA DE LOURDES CEGATTA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	8.369/2011
52998.2	MARIA DE LOURDES GONCALVES BABITONGA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.201/2013
46189.0	MARIA DE LOURDES OLIVEIRA SOARES	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	12.096/2012
46189.0	MARIA DE LOURDES OLIVEIRA SOARES	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.049/2012
56506.7	MARIA DE LURDES EGER RONCALIO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	10.048/2013
45477.0	MARIA DE LURDES HELMANN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	10.891/2012
45477.0	MARIA DE LURDES HELMANN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	12.290/2012
46673.5	MARIA DE LURDES TASCHNER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.700/2011
40016.5	MARIA DE SOUZA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	10.061/2012
47962.4	MARIA EDILMA SILVA GOMES	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.825/2012
34418.4	MARIA EUGENIA DO NASC DOS SANTOS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	12.479/2011
34418.4	MARIA EUGENIA DO NASC DOS SANTOS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.112/2011
34418.4	MARIA EUGENIA DO NASC DOS SANTOS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.229/2011
34418.4	MARIA EUGENIA DO NASC DOS SANTOS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	20.621/2011

34418.4	MARIA EUGENIA DO NASC DOS SANTOS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.223/2012
58624.2	MARIA FRANCISCA DOS SANTOS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.729/2012
58624.2	MARIA FRANCISCA DOS SANTOS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	9.855/2012
39322.3	MARIA GABRIELA DE MORAIS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.804/2011
49899.8	MARIA GLORIA MACHADO NETA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	3.266/2013
54589.9	MARIA HELENA MONERETTO CANDIDO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	12.097/2012
54379.9	MARIA INES DA VEIGA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	12.813/2011
54379.9	MARIA INES DA VEIGA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.413/2011
14811.3	MARIA IRACEMA BORNHOFEN ZEFERINO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	6.520/2013
52468.9	MARIA IVONE NIENKOTTER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	8.012/2012
70767.8	MARIA JUÇARA MOREIRA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	10.050/2013
70767.8	MARIA JUÇARA MOREIRA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.385/2013
74541.3	MARIA LUCINDA FERNANDES GOUVEA DE FREITAS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	19.633/2013
58104.6	MARIA LURDES FERREIRA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.937/2011
7145.5	MARIA LUZIA ZALASIK	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.952/2012
52999.0	MARIA MADALENA TRAEBERT	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	20.879/2011
41539.1	MARIA MOSER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.827/2012
4212.9	MARIA POSSAMAI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	9.587/2012
57520.8	MARIA SIRLEI DE MEIRA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.270/2012
58542.4	MARIA TERESINHA DE MELO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.863/2011
58542.4	MARIA TERESINHA DE MELO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.110/2011

70445.8	MARIA ZELITE MACHADO RIBEIRO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	2.765/2013
28275.8	MARIA ZILDA TRAEBERT	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	20.880/2011
29250.8	MARILENE GONCALVES	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.560/2012
29250.8	MARILENE GONCALVES	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.047/2012
3201.8	MARILENE MARQUES DA SILVA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	10.022/2012
3201.8	MARILENE MARQUES DA SILVA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.271/2012
47367.7	MARILENE DE SOUZA RUDELL	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	20.461/2011
47367.7	MARILENE DE SOUZA RUDELL	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	20.496/2011
22666.1	MARILI DE ALMEIDA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.291/2013
69372.3	MARILIA ELIAS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.674/2012
58739.7	MARILIZE APARECIDA NOVAK	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	3.270/2013
73680.5	MARINA PREIS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.135/2013
71122.5	MARINEI CARNEIRO BATISTA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	4.062/2013
71122.5	MARINEI CARNEIRO BATISTA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	6.954/2013
68723.5	MARISA FATIMA KUHN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	12.751/2012
68723.5	MARISA FATIMA KUHN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.745/2012
68260.8	MARISTELA BELEZZO DE ALEXANDRE NAFFIEN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	10.147/2012
68260.8	MARISTELA BELEZZO DE ALEXANDRE NAFFIEN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	12.562/2012
43241.5	MARISTELA COELHO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.823/2013
69655.2	MARIVONE CAMARGO DE QUADROS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.914/2012
17989.2	MARIZA APARECIDA KISNER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.265/2012

71427.5	MARLENE APARECIDA BLASIUS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	6.981/2013
71427.5	MARLENE APARECIDA BLASIUS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	9.953/2013
54561.9	MARLENE BIZ PEYERL	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.708/2011
64054.9	MARLENE DE MELO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.640/2011
22032.9	MARLENE DURANTI DE ALMEIDA MEIRELES	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.622/2012
47161.5	MARLENE RICARDO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.683/2012
43073.0	MARLI CAVASIN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	21.715/2011
46289.6	MARLI INES MENDES DE CORDOVA NASCIMENTO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.062/2012
22701.3	MARLI MARLENE NOERENBERG	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	5.466/2011
72661.3	MARLI VOSS BERKEMBROK	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.746/2013
33932.6	MARLISE BAUNER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	5.893/2011
46347.7	MARLISE CONZATTI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.747/2013
67680.2	MARLISE ODY	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.329/2012
15877.1	MARLIZE LEITE DALPRA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	9.949/2012
15877.1	MARLIZE LEITE DALPRA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.229/2012
68337.0	MARONI DA SILVA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	11.073/2012
68337.0	MARONI DA SILVA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.201/2012
59244.7	MARTA ALICA DE SOUZA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.709/2011
35866.5	MARTIN KRAUSE	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.858/2013
12799.0	MAURICIO JOSE DA SILVA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.124/2013
22253.4	MAX SIGNORELLI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.396/2013

22253.4	MAX SIGNORELLI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.160/2013
16668.5	MAZILDE FELICIO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.756/2012
73347.4	MICHELE CORREA DA CRUZ GUTKNECHT	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.497/2013
34929.1	MICHELLE KNAESEL MUND	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	1.900/2012
64706.3	MIRIAM ROLLING KRAMER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.461/2012
64706.3	MIRIAM ROLLING KRAMER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	3.272/2013
58697.8	MIRIAN MARIA DAL PRA MONTAGNA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.115/2011
44030.2	MIRIAN WESTERKAMP	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	12.947/2011
44030.2	MIRIAN WESTERKAMP	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.185/2011
43141.9	MOACIR KOCH	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.992/2011
52430.1	MONICA SILVA COUTO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.695/2013
72997.3	MURILO SILVEIRA GOULART	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.793/2013
50516.1	NATALINA FIAMONCINI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	12.645/2011
50516.1	NATALINA FIAMONCINI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.263/2011
57849.5	NEIVA PEREIRA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	9.096/2011
68160.1	NELSIA APARECIDA PEREIRA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	10.223/2012
30183.3	NEREIDE DE FATIMA DA SILVA MORAIS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	20.445/2011
30183.3	NEREIDE DE FATIMA DA SILVA MORAIS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.067/2012
32302.0	NEUSA WAGNER BENDLIN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	2.696/2011
32302.0	NEUSA WAGNER BENDLIN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	5.963/2011
19097.7	NILTON HUGEN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	11.121/2013

19097.7	NILTON HUGEN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.405/2013
58018.0	NILZA DE FATIMA BORTOLI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	5.217/2011
58018.0	NILZA DE FATIMA BORTOLI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	8.310/2011
58018.0	NILZA DE FATIMA BORTOLI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.538/2011
20860.4	NIVALDO BERNARDINO LOPES DE SOUZA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	1.756/2012
56844.9	NOE ESTAVAO DE SOUZA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	10.238/2012
56844.9	NOE ESTAVAO DE SOUZA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	10.241/2012
21071.4	NORBERTO NIENKOTTER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	8.023/2012
21071.4	NORBERTO NIENKOTTER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.466/2012
49039.3	ODETE KLOTH	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.757/2013
52974.5	ODETTE COSTA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	6.548/2013
56667.5	ODILON PEDRO DA SILVA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.295/2011
1060.0	OLINDA KRAMMER FORTUNATO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	20.406/2011
52981.8	OLIVIA SOBERANSKI GODRI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	9.954/2012
51748.8	ORIANA MAASS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.834/2011
17600.1	OTAVIO JOSE BECKHAUSER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.071/2012
73212.5	PATRICIA CARLA MEIRAIO PIZZO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.980/2013
55768.4	PATRICIA DA SILVA JAHIRIG	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	20.446/2011
65671.2	PATRICIA FARIAS DE SOUZA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	11.259/2012
44605.0	PATRICIA JUSSARA OECHSLER BORBA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	8.315/2011
3381.2	PATRICIA MARIA ELISIO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.062/2013

57593.3	PATRICIA MICHELE STEDILE	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	2.973/2011
57593.3	PATRICIA MICHELE STEDILE	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	5.699/2011
71394.5	PATRICIA TOTTE	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	6.825/2013
71394.5	PATRICIA TOTTE	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.054/2013
4778.3	PAULA FAUSTINO DE SOUZA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.122/2011
34253.0	PAULINO ANDRES	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.958/2012
18253.2	PAULO CARLOS WREZINSKI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.329/2013
38382.1	PAULO KOCK	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.760/2012
8287.2	PEDRO FRANCA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.735/2012
8287.2	PEDRO FRANCA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	9.860/2012
3451.7	PEDRO PAULO DE BRITO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.707/2011
26683.3	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO	149	FME - INSCRIÇÕES DE TORNEIOS	17.926/2012
31019.0	PREFEITURA MUNICIPAL DE RODEIO	149	FME - INSCRIÇÕES DE TORNEIOS	17.924/2012
65211.3	PRISCILA AVANCINI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	2.949/2013
68850.9	PRISCILA BIANCA CLERICE	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	12.756/2012
68850.9	PRISCILA BIANCA CLERICE	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.628/2012
69798.2	PRISCILA COSTA MENDES CAVALHEIRO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.800/2012
43603.8	RAMON WAGNER BENDLIN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	21.636/2011
43603.8	RAMON WAGNER BENDLIN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	10.217/2012
70450.4	RAQUEL LUCIANA NAZARI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	6.741/2013
53691.1	RAQUEL PORFIRIO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	20.410/2011

2723.5	REINTRAUD SCHWARTZ	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.468/2012
29795.0	RENALDO FERNANDES CARDOSO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	10.236/2012
29795.0	RENALDO FERNANDES CARDOSO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	4.064/2013
25285.9	RENATO ROHDE	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	6.034/2011
25285.9	RENATO ROHDE	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	8.602/2011
51982.0	RITA MOTTA CONSTANTE	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	21.047/2011
50308.8	ROBERTA REGINA COELHO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.744/2013
52108.6	RODRIGO GONZAGA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.598/2013
56396.0	ROSA KRUCINSKI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	19.689/2013
56481.8	ROSALIA SUCHARA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.422/2011
65385.3	ROSANA DA ROCHA SOUZA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.547/2012
29816.6	ROSANE DE FATIMA CUNHA E PAULO DA SILVA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.550/2013
29816.6	ROSANE DE FATIMA CUNHA E PAULO DA SILVA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.720/2013
73911.1	ROSE KLEIN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.471/2013
36947.0	ROSE MARIA DOS SANTOS EL HAJE	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.280/2012
68052.4	ROSELI MARIA STAHNKE	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	10.213/2012
53252.5	ROSELI PAGEL	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.448/2013
58815.6	ROSEMARY DOS SANTOS MARTINS FERRAZ	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	20.505/2011
49887.4	ROSEMERI FRANCA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	1.432/2012
49887.4	ROSEMERI FRANCA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	1.793/2012

45609.8	ROSENILDE KAMMER RODRIGUES	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.763/2012
45609.8	ROSENILDE KAMMER RODRIGUES	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.679/2013
70465.2	ROSENILDE MEDEIROS DA SILVA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	2.524/2013
50985.0	ROSICLER DOS SANTOS MARCONDES	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.608/2013
38209.4	ROSICLER SILVA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.007/2012
38209.4	ROSICLER SILVA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	3.553/2013
38209.4	ROSICLER SILVA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	6.900/2013
59128.9	ROSILENE IZIDORIO SINKERE	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	12.158/2012
59128.9	ROSILENE IZIDORIO SINKERE	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.103/2012
59128.9	ROSILENE IZIDORIO SINKERE	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	10.644/2013
59128.9	ROSILENE IZIDORIO SINKERE	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.119/2013
59128.9	ROSILENE IZIDORIO SINKERE	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	19.626/2013
71329.5	RÚBIA JOCELIA DALPRA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.715/2013
52918.4	SALETE KNOTH	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	21.115/2011
52918.4	SALETE KNOTH	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	1.887/2012
52918.4	SALETE KNOTH	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.716/2013
33783.8	SALETE MARIA SCHULZ	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	10.070/2012
52964.8	SALVELINA MARIA IMME	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	10.071/2012
63949.4	SAMANTA GRAZIELA VENDRAMIN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.138/2011
57900.9	SAMUEL SOBOTA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.948/2011
47218.2	SANDRA APARECIDA CONZATTI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.757/2012
3056.2	SANDRA KURTH VELTER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	8.322/2011

32107.9	SANDRA SILVEIRA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.035/2012
32107.9	SANDRA SILVEIRA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.190/2012
32216.4	SANDREI RAFAEL BATISTA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.681/2013
56929.1	SANTARINA MOREIRA DE ABREU	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	9.759/2013
24973.4	SANTO TESSAROLO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	4.984/2011
72818.7	SCHEILA APARECIDA DOS SANTOS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.365/2013
69099.6	SENCY ANNE DE SOUZA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.546/2012
69099.6	SENCY ANNE DE SOUZA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.765/2012
15582.9	SERGIO CADORE	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	8.411/2011
53053.0	SERGIO JOSE GODINHO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	9.116/2012
39426.2	SERGIO LUIS MOSER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.844/2013
24568.2	SHEILA CRISTINA PEREIRA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	12.310/2012
65880.4	SIDNEI NUNES	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.506/2012
56926.7	SILVANA FEUSER QUEROIS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.126/2013
56926.7	SILVANA FEUSER QUEROIS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.917/2013
38619.7	SILVANA MARA WEISS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.753/2013
2924.6	SILVANA MARIA PINHO ROSA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	3.143/2013
70472.5	SILVANA VALDEMIRA SCHULZ FELLIPI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	9.732/2013
70472.5	SILVANA VALDEMIRA SCHULZ FELLIPI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	12.219/2013
38031.8	SILVANIA DA SILVA VACARENGA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	19.577/2013
46139.3	SILVIA KOPSCH	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.209/2011

18838.7	SILVIA ANITA ROCHA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.075/2012
54798.0	SIMONE ALVES DOS SANTOS BRIGNOLI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.044/2012
54798.0	SIMONE ALVES DOS SANTOS BRIGNOLI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.074/2012
50291.0	SIMONE DA SILVA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	12.634/2012
31419.6	SIMONE DE FATIMA ESTEGA VIEIRA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.728/2012
31419.6	SIMONE DE FATIMA ESTEGA VIEIRA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	9.863/2012
29570.1	SIMONE DO ROCIO DE MORAES	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	19.678/2013
70672.8	SIMONE TAINA FERRETTI CESARINO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	2.955/2013
68405.8	SIMONI CRISTINA VERNECK	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.331/2012
68405.8	SIMONI CRISTINA VERNECK	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.332/2012
68405.8	SIMONI CRISTINA VERNECK	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.333/2012
40566.3	SIMONI MACHADO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.845/2013
52962.1	SIRLEI VENDRAMI BLASIOS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.721/2011
44151.1	SIRLENE VANDERWEGEN MAYER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	551/2011
44151.1	SIRLENE VANDERWEGEN MAYER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	2.418/2011
43132.0	SIRLETE WILLINSKI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	2.328/2013
43132.0	SIRLETE WILLINSKI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	6.993/2013
2797.9	SOFIA BERKA KIRSTEN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.370/2013
2797.9	SOFIA BERKA KIRSTEN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.376/2013
48604.3	SOILETE INACIO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	10.029/2012
73691.0	SOLANGE GUENTHER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.207/2013

3366.9	SOLANGE KRAMER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.257/2013
3366.9	SOLANGE KRAMER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.258/2013
68592.5	SOLANGE MARIA SCHAEFER BAASCH	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.682/2013
1363.3	SOLANGE REINHOLD	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	8.903/2011
1363.3	SOLANGE REINHOLD	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	8.904/2011
71368.6	SOLANGE SENSI DA CRUZ	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.366/2013
64683.0	SONARA MURARA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.574/2011
10538.4	SUELI REITER BORNHOFEN	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.279/2013
55978.4	SUELI REITER BORNHOFEN ME	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	9.846/2013
21079.0	SUSAN ADRIANO HELFENSTELER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.813/2013
5816.5	SUZETE MIEHE BILK	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.508/2013
67900.3	TAISE CRISTINA REITER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	9.760/2012
68680.8	TALITA NAIRA SOARES	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	12.827/2012
29521.3	TANIA CRESCENCIO LUIZ PRIMEL	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	20.886/2011
22471.5	TARCISIO PEIXE	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.947/2013
22471.5	TARCISIO PEIXE	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.948/2013
29921.9	TATEANE FRAHM	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.341/2013
66219.4	TATIANA BESCHINOCK DA SILVA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.285/2012
27918.8	TATIANA RAQUEL REINERT	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	3.007/2013
27918.8	TATIANA RAQUEL REINERT	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	3.278/2013
26824.0	TATIANA REGINA LEDRA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.653/2011

26824.0	TATIANA REGINA LEDRA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.302/2011
1214.9	TERESINHA ANA PEGORETTI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.370/2013
60263.9	TERESINHA ANA PEGORETTI NUNES	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	19.688/2013
52627.4	TERESINHA THEIS BERTOLDI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	20.291/2011
32329.2	TEREZINHA DOS SANTOS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	18.028/2013
71396.1	TEREZINHA MARIA CUCCO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	6.871/2013
66220.8	THAIS CAROLINE RESCAROLLI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.853/2012
69106.2	THAIS ELIANE DA ROCHA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.573/2012
69106.2	THAIS ELIANE DA ROCHA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.769/2012
41329.1	THAISE CAROLINE MILBRATZ	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.709/2012
69262.0	THAISE DANIELA SCHIMIDT	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.284/2012
69078.3	VALDEMAR SARDAGNA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.483/2012
35619.0	VALDEMIRO CAETANO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.575/2011
20453.6	VALDEMIRO PETERS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.970/2012
59166.1	VALDIR RODOLFO FERRAZ	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	21.659/2011
59166.1	VALDIR RODOLFO FERRAZ	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	10.220/2012
58979.9	VALDIR VICENTE MARCOS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.932/2011
58979.9	VALDIR VICENTE MARCOS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	21.119/2011
14883.0	VALDIRENE ALVES DOS SANTOS SCHROEDER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	1.436/2012
20898.1	VALDIRIA WERNER	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.755/2013
69413.4	VALERIA SCHIOCHET	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.076/2012
17264.2	VALMIR FELSKI E ZENI VANELLI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	20.693/2011

28105.0	VALMIRO JOSE RIBEIRO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	19.589/2013
35741.3	VALTER AVANCINI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.792/2013
15383.4	VALTER VICENTE DOS PASSOS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	20.954/2011
15383.4	VALTER VICENTE DOS PASSOS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.001/2012
15383.4	VALTER VICENTE DOS PASSOS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.763/2013
58785.0	VANDA APARECIDA ANGIOLETTI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	6.864/2011
56232.7	VANDERLI CARLOS DA ROCHA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	21.342/2011
56232.7	VANDERLI CARLOS DA ROCHA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	10.202/2012
70870.4	VANESSA AMORIM	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	2.465/2013
70870.4	VANESSA AMORIM	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	6.703/2013
51420.9	VANESSA MARQUES CLAUDINO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	21.120/2011
52940.0	VANIA KARSTEN BUDKE	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.551/2013
33771.4	VANILDES MODOLON	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	14.399/2013
14047.3	VANIO MAFRA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.976/2013
3192.5	VERALBA MACHADO DE LIZ	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.774/2012
49046.6	VERONICA GUMZ	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	15.903/2012
28267.7	VILMA STOLF DOS SANTOS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	8.028/2012
22826.5	VILMAR PETROSKI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	10.194/2013
22826.5	VILMAR PETROSKI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.938/2013
35744.8	VILSON DA SILVA RIBEIRO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	2.553/2013
35744.8	VILSON DA SILVA RIBEIRO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	2.560/2013
5769.0	VIRGILIO DIAS JUNIOR	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	2.977/2011

5769.0	VIRGILIO DIAS JUNIOR	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	5.709/2011
58730.3	VITORIA PEREIRA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	13.058/2011
65121.4	VIVIANE APARECIDA DA ROSA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	10.034/2012
68050.8	VIVIANE APARECIDA PEDRO SIMÃO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	3.778/2013
68050.8	VIVIANE APARECIDA PEDRO SIMÃO	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.364/2013
65655.0	VIVIANE BERNARDES DOS SANTOS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	8.030/2012
55662.9	VOLMIR ALBINO DE ABREU	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	6.957/2013
55662.9	VOLMIR ALBINO DE ABREU	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	9.763/2013
25080.5	VOLNEI LAVARDA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.068/2012
25080.5	VOLNEI LAVARDA	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.266/2013
58074.0	WALFREDO NOREMBERG	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	5.478/2011
64927.9	WELLINGTON DE OLIVEIRA SANTOS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.482/2011
64927.9	WELLINGTON DE OLIVEIRA SANTOS	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.027/2013
64710.1	WENDELL DIAS GUIMARAES	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	16.855/2012
68110.5	WILLIAN MILANI LEONARDI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	8.909/2012
68110.5	WILLIAN MILANI LEONARDI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	10.243/2012
23918.6	YARA MARIA STREY KNOTH	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	10.030/2013
58725.7	ZENITA BRACIANI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	6.554/2011
58725.7	ZENITA BRACIANI	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	20.458/2011
63622.3	ZORAIDE HIEBERT SOARES	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	7.624/2013
63622.3	ZORAIDE HIEBERT SOARES	131	FME - PISCINA MUNICIPAL	17.026/2013

Indaial, 03 DE NOVEMBRO de 2014.
ALTAIR SIMÃO
COORDENADOR TRIBUTÁRIO
AD/AGENTE DE DESENVOLVIMENTO
PORT. 86/14 E 45/12

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 228/2014 ALTERAÇÃO

MUNICÍPIO DE INDAIAL
ALTERAÇÃO DO EDITAL E DATAS
Licitação nº 228/2014.
Pregão Presencial nº 084/2014-10430
Com Registro de Preços
Objeto: Aquisição de pneus, camaras e protetores.
Entrega dos envelopes: 14/11/2014 as 09:15h.
Abertura das propostas: 14/11/2014 as 09:30h
Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.
Local para obtenção do Edital: o mesmo.
Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904
licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br
www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1131/14

. DECRETO Nº 1131/14
. De 30 de outubro de 2014
Fixa Diárias/Ressarcimento de Despesas para os servidores do Município de Indaial e dá outras providências.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, artigos 71, incisos I, II e III, 72, 73, 74, 75 e 76 da Lei Complementar 105 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Aos servidores públicos do Município de Indaial, Secretários Municipais ou equivalentes, Agentes Políticos do Poder Executivo da Administração Direta e Indireta, quando se deslocarem em objeto de serviço ou interesse do Município a outras localidades fazem jus à percepção de diárias para cobertura de despesas com alimentação e hospedagem, nos valores descritos nas Tabelas constantes do Anexo I, parte integrante deste Decreto.

§ 1º - As Diárias custearão exclusivamente a despesas com alimentação e hospedagem, cabendo ao servidor o ressarcimento ou adiantamento através da conta de adiantamentos de despesas devidamente comprovadas, inerentes à locomoção no local de destino, bem como a de despesas com estacionamento, pedágios e combustíveis, consertos imprevisíveis de pequena monta, imprescindíveis e necessários ao deslocamento do veículo, desde que com veículos oficiais do município.

Art. 2º- Não fará jus à Diária os servidores que se deslocarem aos Municípios que compõem a microrregião da AMMVI - Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí, cabendo-lhes somente o Adiantamento/Ressarcimento das despesas de alimentação, quando necessárias e comprovadas, limitados aos seguintes valores:

- I - Café da manhã : R\$ 10,00
- II - Almoço : R\$ 20,00
- III - Jantar : R\$ 20,00

§ 2º - As despesas por conta de recursos de adiantamento e ou ressarcimento só serão reconhecidas caso atendidos os requisitos dispostos das Leis Municipais nº. 2.350/94 e 4.168/10 ou a que a estas vierem a alterar, bem como observará aos requisitos gerais dispostos de Orientação Normativa emitida pela Controladoria Geral do Município.

Art. 3º - Nos deslocamentos a Municípios Catarinenses os quais não compunham a microrregião da AMMVI, a outros Estados da Federação ao Distrito Federal ou a outros Países (Internacionais), prevalecerá o critério da diária.

Art. 4º - As transferências de numerários a servidores a título de pagamento de diárias e ou adiantamentos serão realizadas por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário.

Parágrafo Único - A movimentação por cheques nominais, cruzados e individualizados por meio de conta bancária específica e vinculada do órgão concedente a servidor ou credor serão admitidos apenas quando não for possível a movimentação na forma do parágrafo anterior, devendo esta circunstância ser justificada na prestação de contas.

Art. 5º - A concessão de diárias deverá ser requerida mediante a apresentação do "Roteiro de Viagem", devidamente preenchido e assinado pelo servidor e sua chefia imediata, contendo nome e cargo, emprego e ou função do servidor, justificativa, destino e o período do deslocamento.

§1º - Em caso de urgência as diárias poderão ser processadas no decorrer ou após o deslocamento ou através da conta adiantamento, mediante justificativa.

§ 2º - As viagens e deslocamento dos servidores e equivalentes, dentro e fora do Estado deverão ter prévia autorização da chefia imediata e/ou do secretário da respectiva pasta, que poderá indeferir a solicitação se entender que a viagem não é de interesse público relevante ou se verificar a falta de disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 6º - A diária é devida a cada período de 24 (vinte e quatro) horas de afastamento da Sede do Município, tomando-se com termo inicial e final a contagem dos dias, com base na hora da partida e previsão da chegada.

Art. 7º - Os valores das diárias são os constantes na tabela do Anexo I, parte integrante deste Decreto.

§ 1º - Quando o beneficiário se afastar por período igual ou superior a 12 (doze) horas até 18 (dezoito) horas, havendo comprovação de pagamento de hotel ou pousada por meio de documento legal, caberá o ressarcimento da despesa, nos moldes do previsto no artigo 2º do presente Decreto.

§ 2º - Ao servidor que dispuser de alimentação ou pousada oficial gratuita ou já incluída em evento para o qual esteja inscrito, será devida diária correspondente ao período de 6 horas e inferior a 12 horas.

Art. 8º - A diária será paga antes do início da viagem, ou no mesmo dia, e será paga de uma só vez, salvo situações excepcionais, previstas na legislação vigente.

Art. 9º - Art. 4º - Para comprovar as diárias o Servidor deverá apresentar o "Roteiro de Viagens" anexando documentos comprobatórios citados abaixo em até 48 (quarenta e oito) horas do seu retorno.

Parágrafo único - O beneficiário deve comprovar a efetiva realização da viagem, a estada no local de destino e o cumprimento dos objetivos, mediante apresentação dos seguintes documentos comprobatórios no que couber:

I - do deslocamento:

- a) ordem de tráfego e autorização para uso de veículo, em caso de viagem com veículo oficial;
- b) bilhete de passagem, se o meio de transporte utilizado for o coletivo, exceto aéreo;
- c) comprovante de embarque, em se tratando de transporte aéreo;

II - da estada no local de destino, quaisquer dos documentos abaixo:

- a) nota fiscal de hospedagem;
- b) nota fiscal de alimentação;
- c) nota de abastecimento de veículo oficial, no caso de motorista;
- d) outros documentos idôneos capazes de comprovar a estada.

III - do cumprimento do objetivo da viagem, quaisquer dos documentos abaixo:

- a) ofício de apresentação com o ciente da autoridade competente, quando se tratar de inspeção, auditoria ou similares;
- b) lista de frequência ou certificado, quando se tratar de participação em evento ou atividade de capacitação ou formação profissional;
- c) outros documentos capazes de comprovar o cumprimento do objetivo da viagem.

Art. 10 - No caso de retorno antecipado ou se, por qualquer circunstância, não tiver sido realizada a viagem, o beneficiário restituirá o saldo ou a totalidade das diárias no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da data de retorno ou cancelamento da viagem.

Art. 11 - O beneficiário é obrigado a restituir integralmente o valor das diárias consideradas indevidos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da notificação para restituição, sem prejuízo da competente apuração de responsabilidades.

Art. 12 - O beneficiário deverá prestar contas das diárias recebidas, no prazo máximo de 03 (três) dias contados da data de retorno da viagem, anexando os documentos comprobatórios das despesas, ao "Roteiro de Viagem".

Art. 13 - O beneficiário que não apresentar o processo de prestação de contas ficará impedido de solicitar diárias até que a situação seja regularizada.

Art. 14 - Não sendo efetuada a prestação de contas no prazo previsto poderá ser determinado a devolução das diárias concedidas, comunicando ao beneficiário, que terá o prazo de 05 (cinco) dias para efetuar o reembolso voluntário dos valores ao erário.

Art. 15 - Não sendo procedido o reembolso voluntário das diárias nos termos do artigo anterior fica automaticamente autorizado o desconto em folha de pagamento, limitados os descontos ao valor mensal de 30% (trinta por cento) da remuneração do beneficiário.

Art. 16 - Os servidores que receberem adiantamento/ressarcimento de despesas de alimentação ou diárias, não terão direito ao recebimento do vale alimentação naquelas datas.

Art. 17 - Constitui infração disciplinar grave nos termos do Estatuto dos Servidores, conceder ou receber diária indevidamente

Art. 18 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 1072/14

Município de Indaial, em 31 de outubro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 31 de outubro de 2014)

MÁRCIO ANTÔNIO FERRARI

Secretário de Administração e Finanças

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

ANEXO I
DECRETO Nº 1131/14
TABELA DAS DIÁRIAS

Cálculo das Diárias	Diárias no Estado	Diárias Interestadual	Diárias Internacional
acima de 6h até 12h.	R\$ 50,00	R\$ 150,00	R\$ 900,00
acima de 12h até 18h.	R\$ 60,00	R\$ 200,00	
100% de diária: acima de 18h até 24h.	R\$ 300,00	R\$ 450,00	

Irineópolis

PREFEITURA

PORTARIA N.º 488/2014

PORTARIA N.º 488/2014.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II - Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até a data de 31/10/2015, os efeitos da Portaria 357/2013 de 01/11/2013, que dispõe sobre a contratação em caráter Temporário da servidora JÉSSICA DE JESUS VIEIRA, para exercer as atividades de Assistente Social (30h/sem), vinculada a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário, visando atuar junto ao PRONATEC, percebendo remuneração com recursos do referido programa.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 30 de Outubro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

DECRETO N.º 2.699/2014

DECRETO N.º 2.699 de 21 de Outubro de 2014.

REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL N.º 1.692/2013, DE 10/04/2013 "QUE DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DE NOVOS VALORES DE DIÁRIAS" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos incisos III e VII do artigo 65, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º Para fins de comprovação de pagamento de diária inteira, a qual corresponde a deslocamentos fora do Município, com pernoite, deverá o agente público apresentar a Nota Fiscal Eletrônica ou Nota Fiscal, acompanhada de Cupom Fiscal, comprovando a estadia.

Art. 2º Para efeito de pagamento das diárias previstas no artigo 4º da Lei nº 1.692/2013, somente serão aceitas despesas referentes a almoço e/ou jantar comprovados e previamente autorizados.

Parágrafo único. Somente serão considerados comprovantes de despesa, para fins de cumprimento ao disposto no caput, Nota Fiscal Eletrônica ou Nota Fiscal e Cupom Fiscal, cuja emissão tenha ocorrido entre 12h00m e 14h00m para almoço e 19h00m e 21h00m para jantar.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 21 de Outubro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

DECRETO N.º 2.705/2014

DECRETO N.º 2.705/2014, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

Cria, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições constitucionais e tendo em vista o disposto na Lei nº 1.822/2014, de 31/10/2014,

DECRETA:

Art.1º Fica criada a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN do Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN, com a finalidade de promover a articulação e a integração dos órgãos, entidades e ações da administração pública municipal afetos à área de Segurança Alimentar e Nutricional, com as seguintes competências:

I. elaborar, a partir das diretrizes emanadas do COMSEA Municipal, a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, indicando diretrizes, metas e fontes de recursos, bem como instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação;

II. coordenar a execução da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, mediante interlocução permanente com o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e com os órgãos executores de ações e programas de SAN;

III. apresentar relatórios e informações ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, necessários ao acompanhamento e monitoramento do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

IV. monitorar e avaliar os resultados e impactos da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

V. participar do fórum bipartite, bem como do fórum tripartite, para interlocução e pactuação com o Grupo Governamental de Segurança Alimentar e Nutricional - GGSAN e a Câmara Intermunicipal de Segurança Alimentar e Nutricional, sobre o Pacto de Gestão do DHAA (PGDHAA) e mecanismos de implementação dos planos de Segurança Alimentar e Nutricional;

VI. solicitar informações de quaisquer órgãos da administração direta ou indireta do Poder Executivo Municipal para o bom desempenho de suas atribuições.

VII. assegurar o acompanhamento da análise e encaminhamento das recomendações do COMSEA Municipal pelos órgãos de governo que compõem a CAISAN Municipal apresentando relatórios periódicos;

VIII. elaborar e aprovar o seu regimento interno em consonância com a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, e os Decretos nº 6.272 e nº 6.273, ambos de novembro de 2007 e o Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010.

Art.2º A Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional será implementada por meio do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a ser construído intersecretorialmente pela Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional, com base nas prioridades estabelecidas pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a partir das deliberações das Conferências Nacional, Estadual e Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

§ 1º - O Plano Municipal de SAN deverá: conter análise da situação nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

I. ser quadrienal e ter vigência correspondente ao plano plurianual;
II. dispor sobre os temas previstos no parágrafo único do Art. 22 do Decreto nº 7.272/2010, entre outros temas apontados pelo COMSEA e pela Conferência Municipal de SAN;
III. explicitar as responsabilidades dos órgãos e entidades afetas à Segurança Alimentar e Nutricional;
IV. incorporar estratégias territoriais e intersetoriais e visões articuladas das demandas das populações, com atenção para as especificidades dos diversos grupos populacionais em situação de vulnerabilidade e de Insegurança Alimentar e Nutricional, respeitando a diversidade social, cultural, ambiental, étnico-racial e a equidade de gênero;
V. definir seus mecanismos de monitoramento e avaliação;
VI. ser revisado a cada dois anos, com base nas orientações da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, nas propostas do COMSEA e no monitoramento da sua execução.

Art. 3º A programação e a execução orçamentária e financeira dos programas e ações que integram a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional é de responsabilidade dos órgãos e entidades competentes conforme a natureza temática a que se referem, observadas as respectivas competências exclusivas e as demais disposições da legislação aplicável.

Art. 4º A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional deverá ser integrada pelos mesmos representantes governamentais titulares e suplentes no COMSEA, de que trata o Decreto nº 2.603/2014 e presidida, preferentemente, por titular de pasta com atribuições de articulação e integração.

Art. 5º A Secretaria-Executiva da câmara ou instância governamental de gestão intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional deve ser exercida pelo órgão governamental que a preside, sendo seu Secretário-Executivo indicado pelo titular da pasta, e designado por ato do chefe do executivo.

Art. 6º A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional poderá instituir comitês técnicos com a atribuição de proceder à prévia análise de ações específicas.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis (SC), 31 de Outubro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

LEI Nº. 1.822/2014

LEI Nº. 1.822/2014.

“Cria os componentes do Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina do Sistema Nacional de Segurança Alimentar-SISAN, define os parâmetros para elaboração e implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e dá outras providências.”

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI :

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei cria os componentes municipais do SISAN, bem

como define parâmetros para elaboração e implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, em consonância com os princípios e diretrizes estabelecidas pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, com o Decreto nº 6.272, de 2007, o Decreto nº 6.273, de 2007, e o Decreto nº 7.272, de 2010, com o propósito de garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada.

Art. 2º A alimentação adequada é direito básico do ser humano, indispensável à realização dos seus direitos consagrados na Constituição Federal e Estadual, cabendo ao poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para respeitar, proteger, promover e prover o Direito Humano à Alimentação Adequada e Segurança Alimentar e Nutricional de toda a população.

§ 1º A adoção dessas políticas e ações, deverá levar em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais do Município, com prioridade para as regiões e populações mais vulneráveis.

§ 2º É dever do poder público, além das previstas no caput do artigo, avaliar, fiscalizar e monitorar a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada, bem como criar e fortalecer os mecanismos para sua exigibilidade.

Art. 3º A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Parágrafo único: A Segurança Alimentar e Nutricional inclui a realização do direito de todas as pessoas terem acesso à orientação que contribua para o enfrentamento ao sobrepeso, a obesidade, contaminação de alimentos e mais doenças consequentes da alimentação inadequada.

Art. 4º A Segurança Alimentar e Nutricional abrange:

I - a ampliação das condições de oferta acessível de alimentos, por meio do incremento de produção, em especial na agricultura tradicional e familiar, no processamento, na industrialização, na comercialização, no abastecimento e na distribuição, nos recursos de água, alcançando também a geração de emprego e a redistribuição da renda, como fatores de ascensão social;

II - a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais;

III - a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social;

IV - a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos consumidos pela população, bem como seu aproveitamento, promovendo a sintonia entre instituições com responsabilidades afins para que estimulem práticas e ações alimentares e estilos de vida saudáveis;

V - a produção de conhecimentos e informações úteis à saúde alimentar, promovendo seu amplo acesso e eficaz disseminação para toda a população;

VI - a implementação de políticas públicas, de estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características territoriais e etnoculturais do Estado;

VII - a adoção de urgentes correções quanto aos controles públicos sobre qualidade nutricional dos alimentos, quanto a tolerância com maus hábitos alimentares, quanto a desinformação sobre saúde alimentar vigente na sociedade em geral e nos ambientes sob gestão direta e indireta do Estado, quanto a falta de sintonia entre as ações das diversas áreas com responsabilidades afins, como educação, saúde, publicidade, pesquisa estimulada e ou apoiada por entes públicos, produção estimulada de alimentos mediante critérios fundamentados, dentre outros;

Art. 5º A consecução do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Segurança Alimentar e Nutricional, requer o respeito à soberania do Estado sobre a produção e o consumo de alimentos.

Art. 6º O Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, deve empenhar-se na promoção de cooperação técnica com o Governo Estadual e com os demais municípios do estado, contribuindo para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada.

CAPÍTULO II

DOS COMPONENTES MUNICIPAIS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Art. 7º A consecução do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Segurança Alimentar e Nutricional da população far-se-á por meio do SISAN, integrado, no Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, por um conjunto de órgãos e entidades afetas à Segurança Alimentar e Nutricional.

Parágrafo único: A Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN Municipal e o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA-, serão regulamentados por Decreto do Poder Executivo, respeitada a legislação aplicável.

Art. 8º O SISAN rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes, dispostos na Lei 11.346 de setembro de 2006.

Art. 9º. São componentes municipais do SISAN:

I - a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional instância responsável pela indicação ao COMSEA das diretrizes e prioridades da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como pela avaliação do SISAN no âmbito do município;

II - o COMSEA, órgão vinculado à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário;

III - a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN Municipal - integrada por Secretários Municipais responsáveis pelas pastas afetas à consecução da Segurança Alimentar e Nutricional, com as seguintes atribuições, dentre outras:

a) elaborar, considerando as especificidades locais, o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, observando os requisitos, as dimensões, as diretrizes e os conteúdos expostos no Decreto nº 7.272/2010, bem como os demais dispositivos do marco legal vigente, as diretrizes emanadas da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e do COMSEA, indicando diretrizes, metas, fontes de recursos e os instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação;

b) monitorar e avaliar a execução da Política e do Plano;

Parágrafo único: A Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional CAISAN Municipal, será presidida pelo titular da Secretaria do Desenvolvimento Comunitário, e seus procedimentos operacionais serão coordenados no âmbito da Secretaria-Executiva da CAISAN Municipal.

IV - os órgãos e entidades de Segurança Alimentar e Nutricional, instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse na adesão e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do SISAN, nos termos regulamentados pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN;

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 10. O Prefeito Municipal editará norma regulamentando a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Irineópolis, SC, 31 de Outubro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

HOSPITAL BOM JESUS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 06/2014

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 06/2014

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2014

Contratante: Hospital Municipal Bom Jesus

Contratado: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda.

Objeto: a aquisição de material hospitalar e medicamentos para o Hospital Municipal Bom Jesus, pelo período de 01 (um) ano.

Valor Total: R\$ 80.796,16 (Oitenta Mil, Trezentos e Setecentos e Noventa e Seis Reais e Dezesseis Centavos.).

Vigência: 16/10/2014 a 15/10/2015.

Base Legal: Processo Licitatório nº 11/2014- Pregão Presencial nº 05/2014.

Lei nº 8.666/93 e 10.520/02.

Irineópolis, 16 de Outubro de 2014.

WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS.

Presidente HMBJ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2014.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2014.

VALIDADE: 12 (DOZE MESES)

O Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF n.º 83.145.375/0001-77, com sede administrativa estabelecida à Rua Paraná, 168, em Irineópolis - SC, neste ato representado pela Senhora Wianey de Cassia Oliveira Godoy Teles dos Santos, brasileira, casada, no exercício do Cargo de Presidente do referido hospital, residente e domiciliada a Avenida 22 de julho, n.º 245, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 811.060.769-15, de ora em diante denominado de Contratante; e a empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na Estrada Boa Esperança, nº 2320, Bairro Fundo Canoas, CEP: 89.163-554, cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.802.002/0001-02, neste ato representada pelo senhor Maicon Cordova Pereira, portador de CPF nº 015.886.939-70, e RG nº 3.242.195 SSP/SC a seguir denominada Contratada, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº 11/2014, modalidade Pregão Presencial n.º 05/2014 - Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 - Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
6.	200	Frasco	Acebrofilina 25 mg / 5 ml – 120 ml Suspensão	NEO QUIMICA	R\$ 3,79	R\$ 758,00
7.	100	Ampola	Acetato de Beta-metasona / Fosfato Dissódico de Beta-metasona	BUNKER	R\$ 15,40	R\$ 1.540,00
9.	2.000	Comprimido	Acido Acetil Salicílico 100 mg	IMEC	R\$ 0,019	R\$ 38,00
10.	1.000	Comprimido	Acido Acetil Salicílico 500 mg	SOBRAL	R\$ 0,045	R\$ 45,00
12.	100	Ampola	Adenosina 06 mg / ml – 2 ml	HIPOLABOR	R\$ 14,90	R\$ 1.490,00
13.	200	Ampola	Adrenalina 1 g / ml	HIPOLABOR	R\$ 1,40	R\$ 280,00
14.	12.000	Ampola	Água Destilada	ISOFARMA	R\$ 0,19	R\$ 2.280,00
26.	500	Comprimido	Aminofilina 100 mg	VITAPAN	R\$ 0,048	R\$ 24,00
27.	400	Ampola	Aminofilina 24 mg / ml – 10 ml Injetável	TEUTO	R\$ 1,06	R\$ 424,00
28.	80	Comprimido	Amiodarona 200 mg	GEOLAB	R\$ 0,39	R\$ 31,20
29.	200	Ampola	Amiodarona Injetável	HIPOLABOR	R\$ 2,40	R\$ 480,00
30.	100	Frasco	Amoxicilina 250 mg / 5 ml – Suspensão 60 ml	PRATI DONADUZZI	R\$ 2,00	R\$ 200,00
31.	500	Comprimido	Amoxicilina 500 mg	PRATI DONADUZZI	R\$ 0,154	R\$ 77,00
33.	1.000	Comprimido	Ampicilina 500 mg comprimido	PRATI DONADUZZI	R\$ 0,165	R\$ 165,00
41.	400	Comprimido	Azitromicina 500 mg	PRATI DONADUZZI	R\$ 0,51	R\$ 204,00

42.	500	Ampola	Benzil Penicilina Benzatina 1.200 UI	TEUTO	R\$ 3,44	R\$ 1.720,00
47.	30	Frasco	Benzoil Metronidazol 100 ml – PED	PRATI DONADUZZI	R\$ 2,50	R\$ 75,00
48.	400	Ampola	Bicarbonato de Sódio 8,4 % 10 ml	SAMTEC	R\$ 0,60	R\$ 240,00
49.	200	Comprimido	Bissulfato de Clopidogrel 75 mg	MEDLEY	R\$ 0,55	R\$ 110,00
50.	60	Comprimido	Bromazepam 3 mg	TEUTO	R\$ 0,069	R\$ 4,14
51.	200	Frasco	Brometo de Ipratrópio 0,25 mg – Gotas 20 ml	HIPOLABOR	R\$ 0,89	R\$ 178,00
52.	150	Frasco	Bromidrato de Fenoterol 5 mg / ml – gotas	HIPOLABOR	R\$ 2,65	R\$ 397,50
54.	30	Unidade	Caneta para Aparelho de Eletrocardiograma – Dixtal	TECNO-PRINT	R\$ 25,30	R\$ 759,00
55.	2.000	Comprimido	Captopril 25 mg	MARIOL	R\$ 0,029	R\$ 58,00
56.	200	Comprimido	Carbamazepina 200 mg – Cpr	NEO QUÍMICA	R\$ 0,60	R\$ 120,00
57.	100	Comprimido	Carvão Ativado	UNIÃO QUÍMICA	R\$ 32,00	R\$ 3.200,00
58.	200	Unidade	Cateter Nasal para Oxigênio nº 08	BIOSANI	R\$ 0,50	R\$ 100,00
60.	500	Cápsula	Cefalexina 500 mg	TEUTO	R\$ 0,20	R\$ 100,00
63.	500	Ampola	Cetoprofeno 100 mg – 2 ml	UNIÃO QUÍMICA	R\$ 2,25	R\$ 1.125,00
64.	1.000	Frasco	Cetoprofeno 100 mg para uso Endovenoso	UNIÃO QUÍMICA	R\$ 4,40	R\$ 4.400,00
65.	1.000	Ampola	Cimetidina 150 mg / ml – 2 ml	TEUTO	R\$ 1,00	R\$ 1.000,00

66.	500	Comprimido	Cimetidina 200 mg	PRATI DONA-DUZZI	R\$ 0,088	R\$ 44,00
67.	200	Comprimido	Cinarizina 25 mg	NEO QUÍMICA	R\$ 0,096	R\$ 19,20
72.	200	Ampola	Cloreto de Potássio	ISO-FARMA	R\$ 0,22	R\$ 44,00
73.	200	Ampola	Cloreto de Sódio	SAMTEC	R\$ 0,22	R\$ 44,00
77.	10	Ampola	Cloridrato de Bupivacaína 5 mg Pesada + Glicose 8% - 4 ml	HYPO-FARMA	R\$ 5,90	R\$ 59,00
78.	80	Comprimido	Cloridrato de Clorpromazina 25 mg	CRISTALIA	R\$ 0,28	R\$ 22,40
82.	300	Ampola	Cloridrato de Etilfrina	UNIÃO QUÍMICA	R\$ 1,33	R\$ 399,00
83.	100	Ampola	Cloridrato de Hidralazina 20 mg	CRISTALIA	R\$ 5,85	R\$ 585,00
85.	400	Comprimido	Cloridrato de Metoclopramida	BELFAR	R\$ 0,077	R\$ 30,80
86.	2.000	Ampola	Cloridrato de Metoclopramida 10 mg - 2 ml	ISO-FARMA	R\$ 0,39	R\$ 780,00
87.	20	Frasco	Cloridrato de Metoclopramida 4 mg / ml - 10 ml	MARIOL	R\$ 0,722	R\$ 14,44
88.	400	Ampola	Cloridrato de Petidina 50 mg - 2 ml	UNIÃO QUÍMICA	R\$ 2,54	R\$ 1.016,00
89.	200	Comprimido	Cloridrato de Prometazina 25 mg	TEUTO	R\$ 0,16	R\$ 32,00
91.	500	Ampola	Cloridrato de Ranitidina 50 mg	TEUTO	R\$ 2,163	R\$ 1.081,50
92.	400	Ampola	Cloridrato de Tramadol 100 mg	HIPOLABOR	R\$ 1,28	R\$ 512,00
93.	200	Comprimido	Cloridrato de Tramadol 100 mg - Cpr	UCI FARMA	R\$ 3,38	R\$ 676,00

95.	200	Comprimido	Cloridrato de Verapamil 80 mg	PRATI DONA-DUZZI	R\$ 0,098	R\$ 19,60
96.	02	Unidade	Colar Cervical Tamanho G	RESGATE SP	R\$ 13,699	R\$ 27,40
97.	02	Unidade	Colar Cervical Tamanho M	RESGATE SP	R\$ 13,699	R\$ 27,40
98.	02	Unidade	Colar Cervical Tamanho P	RESGATE SP	R\$ 13,50	R\$ 27,00
99.	60	Unidade	Coletor de Urina Sistema Fechado para Perna 500 ml	CIRÚRGICA BRASIL	R\$ 10,75	R\$ 645,00
103.	200	Comprimido	Complexo B - CPR	VITAMED	R\$ 0,059	R\$ 11,80
104.	800	Ampola	Complexo B+ Ácido Ascórbico + Frutose - 10 ml	CRISTALIA	R\$ R\$ 4,83	R\$ 3.864,00
105.	1.200	Ampola	Complexo B Injetável 2 ml	HYPO-FARMA	R\$ 0,98	R\$ 1.176,00
111.	06	Pacote	Desenroscante com 01 kg	CINORD SUDESTE	R\$ 17,30	R\$ 103,80
112.	200	Ampola	Deslansídeo 0,2 mg / ml - 2 ml	UNIÃO QUÍMICA	R\$ 1,54	R\$ 308,00
114.	400	Ampola	Dexametasona 2 mg - Injetável	FARMACE	R\$ 1,40	R\$ 560,00
115.	300	Ampola	Dexametasona 4 mg - Injetável	HYPO-FARMA	R\$ 2,12	R\$ 636,00
118.	30	Tubo	Dexametasona Pomada 10 Gr	PRATI DONA-DUZZI	R\$ 0,86	R\$ 25,80
119.	300	Comprimido	Diazepam 05 mg - Cpr	HYPER-MARCAS	R\$ 0,058	R\$ 17,40
121.	20	Tubo	Diclofenaco Dietilamonio Gel - 60 Gr	PRATI DONA-DUZZI	R\$ 2,93	R\$ 58,60

122.	48	Frasco	Diclofenaco Potássico 15 mg/ml – 10 ml gotas	VITAPAN	R\$ 3,10	R\$ 148,80
125.	400	Comprimido	Digoxina 0,25 comprimido	VITAPAN	R\$ 0,059	R\$ 23,60
127.	200	Comprimido	Dimeticona 40 mg – CPR	PRATI DONA-DUZZI	R\$ 0,078	R\$ 15,60
128.	50	Frasco	Dimeticona Gotas	HIPOLABOR	R\$ 0,90	R\$ 45,00
129.	100	Ampola	Dimorf 10 mg	CRISTALIA	R\$ 0,734	R\$ 73,40
130.	200	Comprimido	Dimorf 30 mg – CPR	CRISTALIA	R\$ 2,08	R\$ 416,00
133.	1.000	Ampola	Dipirona 1 g – 2 ml	SANTISA	R\$ 0,88	R\$ 880,00
135.	100	Frasco	Dipirona Gotas – 10 ml	NATULAB	R\$ 0,735	R\$ 73,50
137.	50	Unidade	Dreno de Penrose nº 02	CIRÚRGICA BRASIL	R\$ 1,85	R\$ 92,50
151.	80	Comprimido	Fenitoína 1000 mg	TEUTO	R\$ 0,087	R\$ 6,96
152.	300	Ampola	Fenitoína Sódica 50 mg / ml- Ampola	HIPOLABOR	R\$ 1,33	R\$ 399,00
154.	300	Ampola	Fenobarbital 200 mg/ml	TEUTO	R\$ 1,59	R\$ 477,00
155.	02	Frasco	Fenobarbital 40 mg 4% gotas	CRISTALIA	R\$ 5,00	R\$ 10,00
159.	200	Ampola	Fitome-nadiona 1 mg/ml – 1 ml	UNIÃO QUÍMICA	R\$ 2,30	R\$ 460,00
161.	50	Ampola	Flumazenil	UNIÃO QUÍMICA	R\$ 26,50	R\$ 1.325,00
162.	50	Comprimido	Fosfato de Codeína 30 mg	CRISTALIA	R\$ 1,454	R\$ 72,70
164.	600	Comprimido	Furose-mida 40 mg comprimido	HIPOLABOR	R\$ 0,049	R\$ 29,40
168.	400	Ampola	Gentamicina 80 mg Inj.	SANTISA	R\$ 0,88	R\$ 352,00
169.	100	Comprimido	Glibenclamida	MEDQUÍMICA	R\$ 0,048	R\$ 4,80
174.	100	Comprimido	Haloperidol 5 MG	UNIÃO QUÍMICA	R\$ 0,106	R\$ 10,60
176.	400	Ampola	Hemitartarato de Norepinefrina	HIPOLABOR	R\$ 8,17	R\$ 3.268,00

177.	40	Frasco	Heparina – Frasco	BLAUSIE-GEL	R\$ 11,50	R\$ 460,00
178.	200	Ampola	Heparina 5.000UI/ML 0,25	CRISTALIA	R\$ 9,40	R\$ 1.880,00
179.	500	Comprimido	Hidroclo-rotiazida 25 mg – Comprimido	CIMED	R\$ 0,039	R\$ 19,50
181.	100	Frasco	Hidró-xido de Alumínio Suspensão 120 ml	SOBRAL	R\$ 2,97	R\$ 297,00
185.	200	Frasco	Ibupro-feno 100 mg	MEDQUÍMICA	R\$ 3,65	R\$ 730,00
189.	04	Frasco	Insulina Regular Humana	ASPEN	R\$ 32,40	R\$ 129,60
192.	100	Comprimido	Isossorbi-da 5 mg	BALDAC-CI	R\$ 0,302	R\$ 30,20
193.	10	Unidade	Kit Máscara de Venturi – Tamanho Adulto: Kit composto por máscara transparente, flexível, atóxica, com elástico para ajuste facial e orifícios laterais, traquéia, 06 diluidores coloridos para diferentes concentrações de %.	MD	R\$ 29,57	R\$ 295,70
199.	20	Tubo	Lidocaína 2% 100 mg / 5 g – Geléia	NEO QUÍMICA	R\$ 2,31	R\$ 46,20
200.	300	Frasco	Lidocaína 2% - Frasco 200 ml	HIPOLABOR	R\$ 2,10	R\$ 630,00
201.	500	Par	Luva Cirúrgica Estéril nº 7,5	EMBRA-MAC	R\$ 0,875	R\$ 437,50

204.	100	Caixa	Luva de Procedimento em Látex com 100 unidades – Tamanho M	NUGARD	R\$ 15,30	R\$ 1.530,00
208.	300	Ampola	Maleato de Metilergometrina 0,2 mg/ml – Injetável – 1 ml	UNIÃO QUÍMICA	R\$ 2,34	R\$ 702,00
211.	20	Frasco	Mebendazol 100 mg/ 5 ml – Suspensão 30 ml	SOBRAL	R\$ 0,846	R\$ 16,92
212.	200	Tubete	Mepivacaína 3 % sem vaso 1,8 ml	DENTSPLY	R\$ 1,15	R\$ 230,00
215.	50	Comprimido	Metformina	TEUTO	R\$ 0,167	R\$ 8,35
218.	800	Ampola	Metro-nidazol 500 mg – Injetável	FRESENIUS KABI BRASI	R\$ 9,50	R\$ 7.600,00
219.	400	Ampola	Midazolam 5 mg/ ml	HIPOLABOR	R\$ 2,269	R\$ 907,60
221.	200	Ampola	Naloxone	HIPOLABOR	R\$ 15,00	R\$ 3.000,00
223.	240	Cápsula	Nifedipino 10 mg – Cápsula Sublingual	NEO QUÍMICA	R\$ 0,82	R\$ 196,80
224.	120	Comprimido	Nifedipino 20 mg – Comprimido	NEO QUÍMICA	R\$ 1,89	R\$ 226,80
227.	120	Comprimido	Norfloxacino 400 mg	MULTILAB	R\$ 0,224	R\$ 26,88
228.	300	Ampola	Ocitocina 0,03 UI/ ML	UNIÃO QUÍMICA	R\$ 1,87	R\$ 561,00
229.	10	Unidade	Óculos de Proteção	PREVEMAX	R\$8,60	R\$ 86,00
231.	1.000	Ampola	Omeoprazol 40 mg Ampola	ARISTON	R\$ 7,00	R\$ 7.000,00
234.	60	Frasco	Paracetamol 200 mg / 10 ml	SOBRAL	R\$ 0,74	R\$ 44,40

235.	60	Comprimido	Paracetamol 500 mg + Fosfato de Codeína 30 mg	GEOLAB	R\$ 1,16	R\$ 69,60
236.	2.000	Comprimido	Paracetamol 750 mg comprimido	ZYDUS	R\$ 0,067	R\$ 134,00
241.	300	Comprimido	Prednisona 20 mg	PRATI DONADUZZI	R\$ 0,144	R\$ 43,20
242.	60	Comprimido	Prednisona 5 mg	PRATI DONADUZZI	R\$ 0,078	R\$ 4,68
243.	50	Comprimido	Propanolol 40 mg comprimido	VITAPAN	R\$ 0,03	R\$ 1,50
248.	03	Vidro	Rifamicina sv sódica 10 mg / ml – Spray 20 ml	NATULAB	R\$ 5,50	R\$ 16,50
249.	20	Pacote	Saco para Lixo Branco Hospitalar 100 litros x 100 unidades	NEK-PLAST	R\$ 32,30	R\$ 646,00
251.	30	Pacote	Saco para Lixo Branco Hospitalar 30 lts x 100 unidades	NEK-PLAST	R\$ 22,723	R\$ 681,69
266.	80	Unidade	Sonda de Aspiração Traqueal nº 16	BIOSANI	R\$ 0,50	R\$ 40,00
295.	100	Tubo	Sulfadiazina de Prata 10 mg com 50 gr	PRATI DONADUZZI	R\$ 4,39	R\$ 439,00
296.	500	Ampola	Sulfato de Atropina 0,5 % - 1 ml	HYPO-FARMA	R\$ 9,80	R\$ 4.900,00
297.	12	Frasco	Sulfato de Salbutamol 2 mg / 5 ml – 120 ml	PRATI DONADUZZI	R\$ 1,142	R\$ 13,70
298.	200	Ampola	Sulfato de Terbutalina	HIPOLABOR	R\$ 3,22	R\$ 644,00

304.	300	Ampola	Teno- xican Endove- noso	UNIÃO QUÍMICA	R\$ 7,94	R\$ 2.382,00
309.	1.000	Ampola	Vitami- na C	TEUTO	R\$ 1.014	R\$ 1.014,00

TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R\$ 80.796,16 (Oitenta Mil, Setecentos e Noventa e Seis Reais e Dezesesseis Centavos).

1.2 - A detentora da Ata de Registro, quando da solicitação pela secretaria devesse atender as seguintes exigências:

1.2.1. Entregar os produtos no endereço: Rua Paraná, nº 168, centro - Irineópolis/SC.

1.3 - Os produtos deverão ter validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data da efetiva entrega dos mesmos no local indicado, conforme item anterior.

CLAUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - A presente Ata de registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Irineópolis não será obrigado a aquisição, exclusivamente de intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital de Pregão Presencial nº 11/2014, que a precedeu e integra presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLAUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias contados da data da liberação da nota fiscal pelo setor competente, mediante boleto bancário ou depósito na seguinte conta bancária da detentora da ata:

- Banco:
- Agência:
- Conta:

3.2 - A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo município.

3.3 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem a aplicação da penalidade.

3.4 - As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país, em 03 (três) vias.

3.4.1 - Juntamente com a nota fiscal, a contratada deverá apresentar o certificado de regularidade do FGTS e CND do INSS.

3.5 - O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6 - Nenhum pagamento será efetuado a detentora da ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLAUSULA QUARTA - DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 - O prazo de entrega será de no máximo 03 (três) dias consecutivos, a partir do recebimento da nota de empenho.

4.1.1 - A empresa fornecedora deverá constar na nota fiscal a data e hora em que a entrega dos produtos foi feita, além da identificação de quem procedeu ao recebimento dos produtos.

4.2 - Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, o funcionário responsável não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.3 - Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 05 (cinco).

4.4 - O Hospital terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.5 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

CLAUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Hospital:

5.1.1 - Atestar nas notas fiscais e ou faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;

5.1.2 - Aplicar à empresa vencedora penalidade, quando for o caso;

5.1.3 - Prestar a contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato;

5.1.4 - Efetuar o pagamento à contratada no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

5.1.5 - Notificar, por escrito, à contratada da aplicação de qualquer sanção.

5.2 - Da empresa Vencedora:

5.2.1 - Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital;

5.2.2 - pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;

5.2.3 - Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento)

do valor contratado;

5.2.5 - Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulada na proposta;

5.2.6 - Fornecer o objeto de boa qualidade, dentro dos padrões exigidos neste edital.

CLAUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição, decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

6.5 - A cópia da nota de empenho, referida no item anterior deverá ser devolvida, a fim de ser anexada ao processo de administração da ata.

CLAUSULA SETIMA - DAS PENALIDADES

7.1 - Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitara a detentora da Ata, às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da nota de empenho, por dia de atraso injustificado na execução da mesma, observado o prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis;
- c) multa de 02% (dois por cento) sobre o valor da nota de empenho, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-la;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 5 (cinco) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado as detentoras da Ata o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a", "d" e "e", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido a Presidente da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLAUSULA OITAVA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Considerado o prazo de validade estabelecido no item 2.1 da cláusula segunda da presente Ata e, em atendimento ao § 1º do artigo 28 da Lei Federal nº. 9.069 de 29.06.1995, ao artigo 3º §1º, da Medida Provisória 1488-16, de 02.10.1996 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do Edital do Pregão Presencial nº 11/2014 o qual integra a presente Ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.

8.2 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

CLAUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

9.1.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração, observada a legislação em vigor;

9.1.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração, com observância das disposições legais;

9.1.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6 - por razões de interesse público devidamente demonstrada e justificada pela Administração.

9.2 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios-DOM/SC, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço e registradas a partir da última publicação.

9.3 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos incisos XIII a XVI do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.3.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 10 (dez) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA DECIMA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Licitações, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA - DAS COMUNICAÇÕES

11.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

A vigência da presente Ata será até 12 meses, contados a partir da data de assinatura do presente instrumento.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 11/2014 e a proposta da empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, classificada nos itens numerados na clausula Primeira, do Objeto.

12.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93, Decreto Federal nº. 3.555/00 e pelo Decreto Municipal nº. 1.684/2007, no que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLAUSULA DECIMA QUARTA - DO FORO

13.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Porto União/SC, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 16 de Outubro de 2014.
WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS
PRESIDENTE DO HMBJ

MAICON CORDOVA PEREIRA
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Testemunhas:

Nome: Cristiane Krüger Nome: Silvana Rodrigues da Silva
CPF: 029.055.529-99 CPF: 063.466.079-95

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2014

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 07/2014
HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2014

Contratante: Hospital Municipal Bom Jesus
Contratado: Metromed Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda.

Objeto: a aquisição de material hospitalar e medicamentos para o Hospital Municipal Bom Jesus, pelo período de 01 (um) ano.

Valor Total: R\$ 50.378,53 (Cinquenta Mil, Trezentos e Setenta e Oito Reais e Cinquenta e Três Centavos.).

Vigência: 16/10/2014 a 15/10/2015.

Base Legal: Processo Licitatório nº 11/2014- Pregão Presencial nº 05/2014.

Lei nº 8.666/93 e 10.520/02.

Irineópolis, 16 de Outubro de 2014.

WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS.
Presidente HMBJ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2014

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 08/2014.

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2014.

Contratante: Hospital Municipal Bom Jesus

Contratado: Prosaude Distribuidora de Medicamentos Ltda.

Objeto: a aquisição de material hospitalar e medicamentos para o Hospital Municipal Bom Jesus, pelo período de 01 (um) ano.

Valor Total: R\$ 17.007, 21 (Dezessete Mil, Sete Reais e Vinte e Um Centavos.).

Vigência: 16/10/2014 a 15/10/2015.

Base Legal: Processo Licitatório nº 11/2014- Pregão Presencial nº 05/2014.

Lei nº 8.666/93 e 10.520/02.

Irineópolis, 16 de Outubro de 2014.

WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS.
Presidente HMBJ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2014.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2014.

VALIDADE: 12 (DOZE MESES)

O Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF nº 83.145.375/0001-77, com sede administrativa estabelecida à Rua Paraná, 168, em Irineópolis - SC, neste ato representado pela Senhora Wianey de Cassia Oliveira Godoy Teles dos Santos, brasileira, casada, no exercício do Cargo de Presidente do referido hospital, residente e domiciliada a Avenida 22 de julho, nº 245, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o nº 811.060.769-15, de ora em diante denominado de Contratante; e a empresa PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na Rua Uruguai, nº 1538, Bairro Maria Goretti, CEP: 89801-447, cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.247.385/0001-49, neste ato representada pelo senhor Christiano Altair Mattana Giordani, portador de CPF nº 076.332.029-39, e RG nº 3.927.811 SSP/SC a seguir denominada Contratada, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº 11/2014, modalidade Pregão Presencial nº 05/2014 - Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 - Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
68.	1000	Comprido	Ciprofloxacino 500mg	PHARLAB	R\$ 0,169	R\$ 169,00

74.	100	Frasco	Cloridrato de Ambroxol 15 mg/ 5 ml c/ 120 ml – Xarope Pediátrico.	FARMACE	R\$ 1,0240	R\$102,40
75.	300	Frasco	Cloridrato de Ambroxol 30 mg/ 5 ml – c/ 120 ml – Xarope Adulto.	FARMACE	R\$ 1,088	R\$ 326,40
117.	100	Frasco	Dexametasona Elixir 0,1 mg – 100 ml	SOBRAL	R\$ 1,1520	R\$ 115,20
126.	500	Ampola	Dimenidrinato, Cloridrato de Pirodoxina, Glicose, Frutose – 10 ml.	VITAPAN	R\$ 2,5470	R\$ 1.273,50
170.	400	Ampola	Glicose Hipertônica 25 % - 10 ml.	ISOFAR-MA	R\$ 0,2049	R\$ 81,96
171.	400	Ampola	Glicose Hipertônica 50 % - 10 ml	ISOFAR-MA	R\$ 0,2176	R\$ 87,04
186.	1.000	Comprimido	Ibuprofeno 600 mg	VITAPAN	R\$ 0,096	R\$ 96,00
283.	2.000	Unidade	Soro Fisiológico 125 ml	BASA	R\$ 1,9740	R\$ 3.948,00
284.	600	Unidade	Soro Fisiológico 250 ml	FRESE-NIUS	R\$ 1.9285	R\$ 1.157,10
285.	800	Unidade	Soro Fisiológico 500 ml	FRESE-NIUS	R\$ 2.3099	R\$ 1.847,92
286.	200	Unidade	Soro Fisiológico de 1000 ml	FRESE-NIUS	R\$ 3,78	R\$ 756,00

287.	300	Unidade	Soro Glicofisiológico 250 ml	FRESE-NIUS	R\$ 1,855	R\$ 565,50
288.	800	Unidade	Soro Glicofisiológico 500 ml	FRESE-NIUS	R\$ 2,38	R\$ 1.904,00
289.	200	Unidade	Soro Glicosado 1000 ml	FRESE-NIUS	R\$ 4,06	R\$ 812,00
290.	150	Unidade	Soro Glicosado 100 ml	FRESE-NIUS	R\$ 1,7499	R\$ 262,49
291.	600	Unidade	Soro Glicosado 250 ml	FRESE-NIUS	R\$ 1,988	R\$ 1.192,80
292.	1.000	Unidade	Soro Glicosado 500 ml	FRESE-NIUS	R\$ 2,3099	R\$ 2.309,90

TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R\$ 17.007,21 (Dezesseis Mil e Sete Reais e Vinte e Um Centavos).

1.2 - A detentora da Ata de Registro, quando da solicitação pela secretaria devesse atender as seguintes exigências:

1.2.1. Entregar os produtos no endereço: Rua Paraná, nº 168, centro - Irineópolis/SC.

1.3 - Os produtos deverão ter validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data da efetiva entrega dos mesmos no local indicado, conforme item anterior.

CLAUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - A presente Ata de registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Irineópolis não será obrigado a aquisição, exclusivamente de intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital de Pregão Presencial nº 11/2014, que a precedeu e integra presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLAUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias contados da data da liberação da nota fiscal pelo setor competente, mediante boleto bancário ou depósito na seguinte conta bancária da detentora da ata:

- Banco: BANCO DO BRASIL
- Agencia: 3004-X

- Conta: CONTA CORRENTE 34.496-6.

3.2 - A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo município.

3.3 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem a aplicação da penalidade.

3.4 - As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país, em 03 (três) vias.

3.4.1 - Juntamente com a nota fiscal, a contratada deverá apresentar o certificado de regularidade do FGTS e CND do INSS.

3.5 - O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6 - Nenhum pagamento será efetuado a detentora da ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLAUSULA QUARTA - DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 - O prazo de entrega será de no máximo 03 (três) dias consecutivos, a partir do recebimento da nota de empenho.

4.1.1 - A empresa fornecedora deverá constar na nota fiscal a data e hora em que a entrega dos produtos foi feita, além da identificação de quem procedeu ao recebimento dos produtos.

4.2 - Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, o funcionário responsável não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.3 - Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 05 (cinco).

4.4 - O Hospital terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.5 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

CLAUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Hospital:

5.1.1 - Atestar nas notas fiscais e ou faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;

5.1.2 - Aplicar à empresa vencedora penalidade, quando for o caso;

5.1.3 - Prestar a contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato;

5.1.4 - Efetuar o pagamento à contratada no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

5.1.5 - Notificar, por escrito, à contratada da aplicação de qualquer sanção.

5.2 - Da empresa Vencedora:

5.2.1 - Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital;

5.2.2 - pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;

5.2.3 - Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5 - Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulada na proposta;

5.2.6 - Fornecer o objeto de boa qualidade, dentro dos padrões exigidos neste edital.

CLAUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição, decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

6.5 - A cópia da nota de empenho, referida no item anterior deverá ser devolvida, a fim de ser anexada ao processo de administração da ata.

CLAUSULA SETIMA - DAS PENALIDADES

7.1 - Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitara a detentora da Ata, às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das destacam-se:

a) advertência;

b) multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da nota de empenho, por dia de atraso injustificado na execução da mesma, observado o prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis;

c) multa de 02% (dois por cento) sobre o valor da nota de empenho, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-la;

d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 5 (cinco) anos;

e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado as

detentoras da Ata o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a", "d" e "e", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido a Presidente da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLAUSULA OITAVA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Considerado o prazo de validade estabelecido no item 2.1 da cláusula segunda da presente Ata e, em atendimento ao § 1º do artigo 28 da Lei Federal nº. 9.069 de 29.06.1995, ao artigo 3º §1º, da Medida Provisória 1488-16, de 02.10.1996 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do Edital do Pregão Presencial nº 11/2014 o qual integra a presente Ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.

8.2 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

CLAUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

9.1.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração, observada a legislação em vigor;

9.1.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração, com observância das disposições legais;

9.1.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6 - por razões de interesse público devidamente demonstrada e justificada pela Administração.

9.2 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios-DOM/SC, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se

cancelado o preço e registradas a partir da última publicação.

9.3 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos incisos XIII a XVI do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.3.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 10 (dez) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA DECIMA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Licitações, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA - DAS COMUNICAÇÕES

11.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

A vigência da presente Ata será até 12 meses, contados a partir da data de assinatura do presente instrumento.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 11/2014 e a proposta da empresa PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, classificada nos itens numerados na cláusula Primeira, do Objeto.

12.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93, Decreto Federal nº. 3.555/00 e pelo Decreto Municipal nº. 1.684/2007, no que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLAUSULA DECIMA QUARTA - DO FORO

13.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Porto União/SC, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 16 de Outubro de 2014.

WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS
PRESIDENTE DO HMBJ

CHRISTIANO ALTAIR MATTANA GIORDANI
SÓCIO - GERENTE
PROSAUDE DISTRIBUDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Testemunhas:

Nome: Cristiane Krüger
CPF: 029.055.529-99

Nome: Silvana Rodrigues da Silva
CPF: 063.466.079-95

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2014.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 09/2014
HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2014

Contratante: Hospital Municipal Bom Jesus
Contratado: Victoria Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.
Objeto: a aquisição de material hospitalar e medicamentos para o Hospital Municipal Bom Jesus, pelo período de 01 (um) ano.
Valor Total: R\$ 1. 329,20 (Um Mil, Trezentos e Vinte e Nove Reais e Vinte Centavos.).
Vigência: 16/10/2014 a 15/10/2015.
Base Legal: Processo Licitatório nº 11/2014- Pregão Presencial nº 05/2014.
Lei nº 8.666/93 e 10.520/02.

Irineópolis, 16 de Outubro de 2014.
WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS.
Presidente HMBJ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2014.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2014
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2014.
VALIDADE: 12 (DOZE MESES)

O Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF nº 83.145.375/0001-77, com sede administrativa estabelecida à Rua Paraná, 168, em Irineópolis - SC, neste ato representado pela Senhora Wianey de Cassia Oliveira Godoy Teles dos Santos, brasileira, casada, no exercício do Cargo de Presidente do referido hospital, residente e domiciliada a Avenida 22 de julho, nº 245, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o nº 811.060.769-15, de ora em diante denominado de Contratante; e a empresa VICTORIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na Avenida São Paulo, nº 862, Bairro São Geraldo, CEP: 90.230-160, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.088.317/0001-21, neste ato representada pelo senhor Fabrício Rigotti, portador de CPF nº 645.475.150-34, e RG nº 1041019611 SJS/RS, a seguir denominada Contratada, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº 11/2014, modalidade Pregão Presencial nº 05/2014 - Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecendo as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 - Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
109.	40	Unidade	Curativo Hidrocolóide 10 cm x 10 cm	CURATEC/LM FARMA	R\$ 10,15	R\$ 406,00
110.	40	Unidade	Curativo Hidrocolóide 20 cm x 20 cm	CURATEC/ LM FARMA	R\$ 23,08	R\$ 923,20

TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R\$ 1.329,20 (Um Mil, Trezentos e Vinte e Nove Reais e Vinte Centavos).

1.2 - A detentora da Ata de Registro, quando da solicitação pela secretaria devesse atender as seguintes exigências:

1.2.1. Entregar os produtos no endereço: Rua Paraná, nº 168, centro - Irineópolis/SC.

1.3 - Os produtos deverão ter validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data da efetiva entrega dos mesmos no local indicado, conforme item anterior.

CLAUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - A presente Ata de registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Irineópolis não será obrigado a aquisição, exclusivamente de intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital de Pregão Presencial nº 11/2014, que a precedeu e integra presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLAUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias contados da data da liberação da nota fiscal pelo setor competente, mediante boleto bancário ou depósito na seguinte conta bancária da detentora da ata:

- Banco:
- Agencia:
- Conta:

3.2 - A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo município.

3.3 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem a aplicação da penalidade.

3.4 - As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país, em 03 (três) vias.

3.4.1 - Juntamente com a nota fiscal, a contratada deverá apresentar o certificado de regularidade do FGTS e CND do INSS.

3.5 - O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6 - Nenhum pagamento será efetuado a detentora da ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLAUSULA QUARTA - DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 - O prazo de entrega será de no máximo 03 (três) dias consecutivos, a partir do recebimento da nota de empenho.

4.1.1 - A empresa fornecedora deverá constar na nota fiscal a data e hora em que a entrega dos produtos foi feita, além da identificação de quem procedeu ao recebimento dos produtos.

4.2 - Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, o funcionário responsável não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.3 - Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 05 (cinco).

4.4 - O Hospital terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.5 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

CLAUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Hospital:

5.1.1 - Atestar nas notas fiscais e ou faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;

5.1.2 - Aplicar à empresa vencedora penalidade, quando for o caso;

5.1.3 - Prestar a contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato;

5.1.4 - Efetuar o pagamento à contratada no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

5.1.5 - Notificar, por escrito, à contratada da aplicação de qualquer sanção.

5.2 - Da empresa Vencedora:

5.2.1 - Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital;

5.2.2 - pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;

5.2.3 - Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5 - Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulada na proposta;

5.2.6 - Fornecer o objeto de boa qualidade, dentro dos padrões

exigidos neste edital.

CLAUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição, decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

6.5 - A cópia da nota de empenho, referida no item anterior deverá ser devolvida, a fim de ser anexada ao processo de administração da ata.

CLAUSULA SETIMA - DAS PENALIDADES

7.1 - Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitara a detentora da Ata, às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das destacam-se:

a) advertência;

b) multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da nota de empenho, por dia de atraso injustificado na execução da mesma, observado o prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis;

c) multa de 02% (dois por cento) sobre o valor da nota de empenho, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-la;

d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 5 (cinco) anos;

e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado as detentoras da Ata o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a", "d" e "e", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido a Presidente da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLAUSULA OITAVA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Considerado o prazo de validade estabelecido no item 2.1 da cláusula segunda da presente Ata e, em atendimento ao § 1º do artigo 28 da Lei Federal nº. 9.069 de 29.06.1995, ao artigo 3º §1º, da Medida Provisória 1488-16, de 02.10.1996 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir

da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do Edital do Pregão Presencial nº 11/2014 o qual integra a presente Ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.

8.2 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

CLAUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

9.1.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração, observada a legislação em vigor;

9.1.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração, com observância das disposições legais;

9.1.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6 - por razões de interesse público devidamente demonstrada e justificada pela Administração.

9.2 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios-DOM/SC, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço e registradas a partir da última publicação.

9.3 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos incisos XIII a XVI do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.3.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 10 (dez) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA DECIMA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Licitações, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA - DAS COMUNICAÇÕES

11.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

A vigência da presente Ata será até 12 meses, contados a partir da data de assinatura do presente instrumento.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 11/2014 e a proposta da empresa VICTORIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, classificada nos itens numerados na cláusula Primeira, do Objeto.

12.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93, Decreto Federal nº. 3.555/00 e pelo Decreto Municipal nº. 1.684/2007, no que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLAUSULA DECIMA QUARTA - DO FORO

13.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Porto União/SC, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 16 de Outubro de 2014.

WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS
PRESIDENTE DO HMBJ

FABRICIO RIGOTTI
FARMACÊUTICO
VICTORIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Testemunhas:

Nome: Cristiane Krüger
CPF: 029.055.529-99

Nome: Silvana Rodrigues da Silva
CPF: 063.466.079-95

Itapiranga

PREFEITURA

DISPENSA Nº 32/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Processo Licitatório nº 32/2014

Dispensa de Licitação nº 32/2014

Partes: Fundo Municipal de Saúde e SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

Objeto: Contratação de empresa para ministrar treinamento/capacitação de boas práticas em higienização, limpeza e esterilização e acondicionamento de materiais, destinados para os profissionais cabelereiros, barbeiros, esteticista, manicure, pedicure, depilador, maquiador e massagista.

Fundamento: Inciso XIII, artigo 24, da Lei nº 8.666/93

Valor: R\$ 2.678,26

Itapiranga - SC., 31 de outubro de 2014

Luis Carlos Steffenon

Adm.do FMS

Itapoá

PREFEITURA

ATA DE SESSÃO PÚBLICA CONVITE Nº 30-2014

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	31/10/2014	Horário início: 09h30min
Licitação /Modalidade	CONVITE PROCESSO	Nº 30/2014 Nº 135/2014

OBJETO:

Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para construção de sistema de tratamento de esgoto na Unidade de Educação Infantil Mundo Encantado, no Balneário Princesa do Mar, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do edital.

No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 2191/2014. Observando que a Licitação foi publicada em Jornal Diário de circulação no estado, Diário Oficial dos Municípios, site e mural público municipal, no dia 21/10/2014 a fim de ampla divulgação. As empresas convidadas foram: L. GNANN SERVIÇOS DE CONTRUÇÃO LTDA-ME, CNPJ/MF: 12.547.168/0001-09, CLD CONSTRUTORA E INCORPORAÇÃO LTDA-ME, CNPJ/MF: 12.296.247/0001-86 e MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA-ME, CNPJ/MF: 00.263.284/0001-09. Exatamente as 09h:00min encerraram os prazos para protocolo de envelopes de propostas. Protocolou envelopes a empresa:

Data	Horário	Empresa	CNPJ/MF
31/10/2014	08h:32m	L. GNANN SERVIÇOS DE CONTRUÇÃO LTDA-ME	12.547.168/0001-09

Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foi aberto o envelope de habilitação da empresa licitante, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, onde foi constatado que a empresa L. GNANN SERVIÇOS DE CONTRUÇÃO LTDA-ME não apresentou nenhum dos documentos relacionados no item 2.3.1. (Habilitação Técnica), juntou o documento exigido no item 2.4.2 do edital (Balanço Patrimonial) incompleto (faltantes as páginas referentes a Demonstração de Resultado do último exercício financeiro, Termos de Abertura e Encerramento e o Registro na Junta Comercial ou Cartório de Títulos), portanto a empresa L. GNANN SERVIÇOS DE CONTRUÇÃO LTDA-ME foi considerada INABILITADA. Além disso, a licitante apresentou o seu Contrato Social original visto que a mesma almejava retirá-lo após a Sessão Pública, a CPL observou que os documentos, uma vez protocolados e aberto o envelope, passam a compor o processo licitatório. Desta forma, buscando evitar problemas futuros à licitante em caráter excepcional a CPL realizou a cópia do documento e certificou sua autenticidade, devolvendo a via original. Ao ser consultado, o representante da respectiva empresa manifestou a renúncia do direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO	
JULIANA CRISTINA SOARES SPECK MEMBRO	VALÉRIO PACHECO MEMBRO
Licitantes presentes: L. GNANN SERVIÇOS DE CONTRUÇÃO LTDA-ME ELIANE GNANN GUIMARAES CNPJ/MF: 881.829.089-49	

TERMO ADITIVO Nº 57/2014 - CONCORRÊNCIA Nº 03/13

TERMO ADITIVO Nº 57/2014 QUE VISA ADITIVAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 16/2014. (3º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, n.º 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Administração e Finanças, a Sra. MARIA IZABEL BLANSKI, portadora do CI.RG nº 2/R0372022 e do CNPF/MF: 248.711.419-34, pelo Secretário de Obras e Serviços Públicos, o Sr. JEFERSON RUBENS GARCIA, portador do CI.RG nº 2195991 SSP/SC e

do CNPF/MF nº 791.929.639-00, Secretária de Educação, a Sra. TEREZINHA FÁVARO SILVEIRA, portadora do CI.RG nº 2090978 SSP/PR e do CNPF/MF nº 355.669.909-59, pelo Secretário de Saúde, o Sr. CRISTIAN ANGELO GRASSI, portador do CI.RG nº 289553-07 e do CNPF/MF nº: 758.746.019-53, e pelo Prefeito Municipal, o Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do CI.RG nº 873994 SSP/PR e do CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e de outro lado a Empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, com sede à Rua Dona Leopoldina, nº 26, Centro, na cidade de Joinville/SC, CEP: 89.201-095, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 79.283.065/0001-41, e Inscrição Estadual: 251.310.469, representada neste ato pelo Diretor Comercial, o Sr. RONALDO BEKENDORF, portador do CNPF/MF nº 751.256.849-53, e do CI.RG nº 2.768.759-7 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo que visa aditar a Contratação de empresa para prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais, roçador, cozinheiro e agente operacional, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 03/2013 - PROCESSO Nº 99/2013, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objetivo a repactuação contratual, em razão de Convenção Coletiva de Trabalho 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

Os efeitos financeiros deste termo iniciam na data de sua assinatura até 19 de março de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR

O valor deste Termo Aditivo corresponde a R\$ 174.052,22 (cento e setenta e quatro mil e cinquenta e dois reais e vinte e dois centavos), referentes à diferença entre o valor firmado e o devido atualizado, sendo R\$ 91.632,17 (noventa e um mil seiscentos e trinta e dois reais e dezessete centavos) correspondentes aos meses de abril/2014 à setembro/2014 e R\$ 82.420,05 (oitenta e dois mil quatrocentos e vinte reais e cinco centavos) relativo aos meses de outubro/2014 a março/2015 conforme especificações da tabela seguinte:

Item	Descrição	Quant.		Secretaria	Valor Unitário Reajuste CCT/14	Valor Mensal Reajuste CCT/14	Diferença Retroativa 2014 (01/04 a 30/09)	Diferença To- tal (01/10/14 a 19/03/15)	Diferença Total
1	ASG 6h 2ª a 6ª	5	1	Administração e Finanças	R\$ 2.505,32	R\$ 2.505,32	R\$ 1.001,76	R\$ 940,54	R\$ 1.942,30
			1	Agricultura e Pesca		R\$ 2.505,32	R\$ 1.001,76	R\$ 940,54	R\$ 1.942,30
			2	Planejamento e Urbanismo		R\$ 5.010,64	R\$ 2.003,52	R\$ 1.881,08	R\$ 3.884,60
			1	Secretaria de Saúde		R\$ 2.505,32	R\$ 1.001,76	R\$ 940,54	R\$ 1.942,30
2	ASG 8h 2ª a 6ª	39	22	Educação - E. Fundamental	R\$ 3.074,47	R\$ 67.638,34	R\$ 27.045,48	R\$ 25.392,70	R\$ 52.438,18
			4	Educação - Ensino Infantil		R\$ 12.297,88	R\$ 4.917,36	R\$ 4.616,85	R\$ 9.534,21
			1	Meio Ambien- te, Cultura e Tur.		R\$ 3.074,47	R\$ 1.229,34	R\$ 1.154,21	R\$ 2.383,55
			1	Esporte e Juventude		R\$ 3.074,47	R\$ 1.229,34	R\$ 1.154,21	R\$ 2.383,55
			6	Educação - 1º Ad. nº 19/2014		R\$ 18.446,82	R\$ 5.654,96	R\$ 2.950,41	R\$ 8.605,37
			3	Educação - 1º Ad. nº 19/2014		R\$ 9.223,41	R\$ 2.827,48	R\$ 1.475,20	R\$ 4.302,68
			1	Educação - 1º Ad. nº 19/2014		R\$ 3.074,47	R\$ 198,06	R\$ -	R\$ 198,06
			1	Adm/Assist. 2º Ad. nº 31/2014		R\$ 3.074,47	R\$ 669,30	R\$ 1.154,21	R\$ 1.823,51
3	ASG 8h 2ª/6ª (c/insalub.)	2	2	Secretaria de Saúde	R\$ 3.364,20	R\$ 6.728,40	R\$ 2.690,40	R\$ 2.525,99	R\$ 5.216,39
4	ASG 8h 2ª/6ª (varredores)	10	10	Obras e Servi- ços Públicos	R\$ 4.233,59	R\$ 42.335,90	R\$ 16.927,80	R\$ 15.893,32	R\$ 32.821,12
5	Roçadores 8h 2ª a 6ª	9	7	Obras e Servi- ços Públicos	R\$ 4.899,89	R\$ 34.299,23	R\$ 13.714,68	R\$ 12.876,56	R\$ 26.591,24
			2	Educação - E. Fundamental		R\$ 9.799,78	R\$ 3.918,48	R\$ 3.679,02	R\$ 7.597,50

6	Agente Op. 8h 2ª a 6ª	2	2	Educação - E. Fundamental	R\$ 4.145,48	R\$ 8.290,96	R\$ 3.315,12	R\$ 3.112,53	R\$ 6.427,65
7	Cozinheiro 8h 2ª a 6ª	2	1	Educação - E. Fundamental	R\$ 3.235,45	R\$ 3.235,45	R\$ 1.293,72	R\$ 1.214,66	R\$ 2.508,38
			1	Educação - 1º Ad. nº 19/2014		R\$ 3.235,45	R\$ 991,85	R\$ 517,48	R\$ 1.509,33
Valor Total						R\$ 240.356,10	R\$ 91.632,17	R\$ 82.420,05	R\$ 174.052,22

CLÁUSULA QUINTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 16/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 16/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Itapoá/SC, 30 de outubro de 2014.

CONTRATANTE SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL MUNICÍPIO DE ITAPOÁ	CONTRATADA ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA RONALDO BEKENDORF
MARIA IZABEL BLANSKI SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	JEFERSON RUBENS GARCIA SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
TEREZINHA FÁVARO DA SILVEIRA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	CRISTIAN ANGELO GRASSI SECRETÁRIO DE SAÚDE
Testemunhas: Nome: CNPJ/MF:	Nome: CPF/MF:

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº74/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº74/2014

PROCESSO Nº138/2014

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Global, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 10h:00min estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 10h:30min, do dia 14 de novembro de 2014, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a Contratação de empresa especializada em serviços de vigilância e segurança patrimonial com monitoramento eletrônico de alarme 24 horas para a Rede Municipal de Ensino, Centro Preparação de alimentação Escolar, e no Centro de Formação de professores, via telefone e sistema GPRS, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h:00m às 14h:00m.

Itapoá, 31 de outubro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE SAÚDE: RETIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 048/2014 – AGENTE COMUNITÁRIO DA LOCALIDADE DO SAÍ MÍRIM

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

RETIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 048/2014 - AGENTE COMUNITÁRIO DA LOCALIDADE DO SAÍ MÍRIM

No Edital Nº 048/2014, para Processo Seletivo Simplificado, onde consta:

3.1 - As inscrições serão efetuadas, nos dias 30 e 31 de Outubro de 2014, exclusivamente na forma descrita neste Edital.

3.3 - d) Título de eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral emitida no site do TRE-SC www.tre-sc.gov.br/;

PASSA A CONSTAR:

3.1 - As inscrições serão efetuadas, no período de 30/10 a 04/11, exclusivamente na forma descrita neste Edital.

3.3 - d) Título de eleitor, acompanhado da Certidão de Quitação Eleitoral emitida no site do TRE-SC www.tre-sc.gov.br/ ou acompanhado do comprovante de votação da última eleição 1º e 2º turno.

Publique-se.

Itapoá, 31 de Outubro de 2014.

Marciane Rech

Comissão do Processo Seletivo

Joseane Maria S. de Lima

Comissão do Processo Seletivo

Ituporanga**PREFEITURA****TOMADA DE PREÇOS 02 2014 SAÚDE - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PRAÇA COM ACADEMIA DE SAÚDE DA CASA DA CULTURA NO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC, CONFORME PROPOSTA Nº 11407443000113005 - MINISTÉRIO DA SAÚDE**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA nº. 02/2014 - Processo: 17/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PRAÇA COM ACADEMIA DE SAÚDE DA CASA DA CULTURA NO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC, CONFORME PROPOSTA Nº 11407443000113005. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Global. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 19 de novembro de 2014 até às 09:00 hrs. ABERTURA DOS ENVELOPES DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA: Dia 19 de novembro de 2014 às 09:30 na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07h00min às 13h00min, pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br.

Ituporanga, 03 de novembro de 2014.

Antônio Salésio Costa

Secretário de Saúde

PORTARIA Nº 2488, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014

PORTARIA Nº 2.488, de 28 de outubro de 2014

A Prefeita, em Exercício, do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga - SC, e de acordo com o artigo 230, da Lei Complementar 20, de 17 de dezembro de 2008, resolve,

DETERMINAR

1 - A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, em desfavor de CARLOS VALENTE JACINTO, funcionário público municipal efetivo, nomeado pela Portaria nº 7.325, de 23 de maio de 2010, ocupante do cargo de calceteiro, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, tendo em vista a COMUNICAÇÃO enviada pelo Secretário Municipal de Urbanismo, Senhor Bento da Silva, datada de 22 de outubro de 2014, onde consta que "BENTO DA SILVA, Secretário de Urbanismo, comunica a Vossa Excelência que o Senhor CARLOS VALENTE JACINTO, funcionário desta Secretaria, que exerce as funções de calceteiro, vem causando problemas diversos. No dia 21 de outubro de 2014, logo pela manhã, afrontou o servidor Edson da Rosa, no pátio da Secretaria de Urbanismo, na frente de diversos colegas de trabalho, tendo agredido o funcionário Edson com socos e chutes, o que foi presenciado por outros colegas de trabalho. Comunica, da mesma forma, que fatos de agressões verbais e ameaças de agressão física já ocorreram em outras oportunidades contra colegas de trabalho. Comunico também que o funcionário Carlos Valente Jacinto frequentemente não acata ordens de seus superiores, recusando-se a realizar tarefas que lhe são atribuídas e

quando as realiza haja com desídia e negligência extrema, levando tempo excessivo na sua execução. Em resumo, sua produção é demasiadamente demorada e onerosa aos cofres públicos, devido sua extrema ineficiência”, fatos que, em tese, caracterizam afronta aos ditames da Lei Complementar nº. 20/2008 - Regimento Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Ituporanga, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais, em particular deixando de cumprir os deveres previstos nos incisos I, III, IV, X e XI do art. 196 e violando a proibição prevista no inciso XIII do art. 197, todos da Lei Complementar 020, de 17 de dezembro de 2008, causando danos ao serviço público por suposta culpa do servidor aqui nominado.

2 - Comunique-se ao servidor CARLOS VALENTE JACINTO para que, sempre que convocado, compareça para prestar declarações, sob pena de insubordinação, assegurando-lhe todos os seus direitos constitucionais, como o da ampla defesa e do contraditório;

3 - DETERMINO ainda, com base no artigo 221 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2008, o AFASTAMENTO PREVENTIVO do servidor pelo prazo de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração, com o fim de evitar influência na apuração das irregularidades de que é acusado.

4 - Para a conclusão do processo, a Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação dos fatos e exigido pelo interesse público, procedendo ainda, a oitiva do servidor e outras pessoas que possam prestar informações a respeito dos fatos, a oitiva do Comunicante e a juntada de documentos;

5 - No prazo de 60 (sessenta) dias, apresentará a Comissão de Processo Administrativo relatório sobre o procedimento administrativo disciplinar, com a respectiva conclusão acerca da possível autoria e culpabilidade do servidor investigado, indicando os dispositivos legais ou regulamentares porventura transgredidos, se este for o caso, bem como possíveis danos causados ao erário.

5 - Após, encaminhe-se à Autoridade instauradora do presente procedimento, para julgamento.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA,
28 de outubro de 2014.
ANGELITA GOEDERT OLIVEIRA
Prefeita Municipal, em Exercício

ELMO PISETTA
Secretário da Administração

DECRETO Nº 316, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº 316, de 31 de outubro de 2014

“Homologa e Aprova a classificação de Remoção do Quadro de Profissionais do Magistério Público Municipal e dá outras providências”.

A Prefeita de Ituporanga em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com as Leis nº. 1.839, de 31 de janeiro de 2000 e LC nº 020, de 17 de dezembro de 2008, resolve;

DECRETA

Art. 1º - Fica homologada e aprovada a classificação do Edital nº 01/2014, de 24 de outubro de 2014, que trata da Remoção destinada a escolher vaga do Quadro de Profissionais do Magistério Público Municipal de Ituporanga, nas áreas de Educação Infantil e Ensino Fundamental .

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA,
31 de outubro de 2014.
ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito de Ituporanga

ELMO PISETTA
Secretário da Administração

DECISÃO COMISSÃO REFERENTE CONCORRÊNCIA 03/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

Decisão dos recursos Edital de Concorrência Pública 03/2014

A Comissão de Licitações, por unanimidade, DECIDE pela habilitação das 04 (quatro) empresas licitantes, sendo elas: DÉCIO PACHECO & CIA LTDA; SERBET SISTEMAS DE ESTACIONAMENTO VEICULAR DO BRASIL LTDA EPP; SERMOG LTDA ME; e, ZONA AZUL BRASIL - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI - ME. Diante da decisão pela habilitação das empresas relacionadas, as licitantes possuem o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de publicação desta ata, para, em querendo, interpor Recurso Administrativo contra habilitação ou inabilitação de licitante, na forma do art. 109, inciso I, alínea a, da Lei 8.666/93, de 21 de Junho de 1993

Jacinto Machado

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 001/2014

MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Edital de Concurso Público 001/2014

O município de Jacinto Machado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar Concurso Público para provimento de vagas do quadro único de pessoal da administração direta do município de Jacinto Machado, com inscrições abertas no período de 03/11/2014 a 02/12/2014 e provas previstas para o dia 14/12/2014, para os Cargos de Nível Alfabetizado e Fundamental Completo: Auxiliar de Serviços Gerais; Motorista; Operador de Máquinas e Implementos Agrícolas; Operador de Máquinas Pesadas; Servente. Cargos de nível Fundamental Completo e Ensino Médio Incompleto: Agente de Defesa Civil; Auxiliar de Mecânico; Borracheiro; Carpinteiro; Mecânico; Pedreiro; Vigia. Cargos de Nível Médio Completo: Auditor Fiscal; Auditor Sanitário; Auxiliar Administrativo; Auxiliar de Biblioteca; Auxiliar de Ensino; Fiscal de Desenvolvimento Municipal; Fiscal Sanitário; Técnico de Enfermagem. Cargos de Nível Superior: Assistente Social; Contador; Enfermeiro; Engenharia Agrimensora; Engenheiro Civil; Fisioterapeuta; Fonoaudiólogo; Médico Veterinário; Nutricionista; Odontólogo; Professor de Artes; Professor de Espanhol; Professor de Educação Infantil e Psicólogo. Maiores informações constam do inteiro teor deste edital que encontra-se publicado no mural oficial e site www.jacintomachado.sc.gov.br, da Prefeitura Municipal e no site www.iobv.org.br.

Jacinto Machado, 03 de Novembro de 2014.

Antonio João de Fáveri

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 114 DE 10 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº. 114 DE 10 DE OUTUBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 10º, I, da Lei Municipal nº. 706 de 04 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado no exercício de 2014, na importância de R\$ 20.000,00(Vinte mil reais), por conta do provável excesso de Arrecadação no exercício em curso, na seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

ORGÃO: 06 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos

UNIDADE: 01 - Diretoria de Obras e Serviços Públicos

ATIVIDADE: 2.033 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: (79) - 3.3.90.00.00.0116 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior,

ocorrerá por conta do provável excesso de arrecadação de recurso transferido pela Fundo Especial de Petróleo (vinculação 1.0116 - Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP) da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, creditado na conta corrente 12.034-0, Agência 2.192-X do Banco do Brasil..

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 10 de outubro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

DECRETO Nº. 115 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº. 115 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO DO EXERCÍCIO DE 2014 POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 746 de 29 de outubro de 2014:

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado, abaixo discriminado, por conta de transposição orçamentária, no valor total de R\$ 85.000,00 (Oitenta e cinco mil reais), como segue:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2.020: Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0094(08) - Aplicações Diretas...R\$ 85.000,00

TOTAL: R\$ 85.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior correrá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2.023: Manutenção dos Programas de Saúde Pública

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0094(16) - Aplicações Diretas...R\$ 85.000,00

TOTAL: R\$ 85.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 29 de outubro de 2014.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

LEI Nº. 746 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

LEI Nº. 746 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO SUPLEMENTAR O ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO DO EXERCÍCIO DE 2014 POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementar as dotações orçamentárias nos Projetos/Atividades do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado, abaixo discriminados, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 85.000,00 (Oitenta e cinco mil reais), como segue:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade 01: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Atividade 2.020: Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0094(08) - Aplicações Diretas...R\$ 85.000,00
TOTAL:
..... R\$ 85.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior correrá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade 01: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Atividade 2.023: Manutenção dos Programas de Saúde Pública
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0094(16) - Aplicações Diretas...R\$ 85.000,00
TOTAL:
..... R\$ 85.000,00

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC),
29 de outubro de 2014.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIAS Nº. 419 A 436 DE 2014

PORTARIA Nº. 419 DE 06 DE OUTUBRO DE 2014.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora ISABEL SANTOS do cargo em (ACT) de Servente, lotada junto a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 420 DE 07 DE OUTUBRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Professora de Séries Iniciais MARIA HELENA GOMES ANTONELI, portadora do CPF nº. 593.503.349-68, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Figueira, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 07/10/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 421 DE 07 DE OUTUBRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, BERNADINA JESUS DA ROSA, portadora do CPF nº. 664.547.199-87, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nível SGM 2H, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Unidade Básica de Saúde - Centro, no período de 07/10/2014 a 27/11/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 422 DE 08 DE OUTUBRO DE 2014.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora SUSAMARA CECONELLI DOS SANTOS do cargo em (ACT) de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, lotada junto a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 423 DE 09 DE OUTUBRO DE 2014.

Art. 1º - Fica ampliada a carga horária de trabalho da Professora de Artes ALINE DE NONI DOS SANTOS, Admitida em Caráter Temporário (ACT) de 10 (dez) para 20 (vinte) horas semanais, para atuar no CEI Ana Paula, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 424 DE 09 DE OUTUBRO DE 2014.

Art. 1º - Prorrogar os efeitos da Portaria nº. 389 de 10 de setembro de 2014, período de contratação da servidora ROSIMERI CAMPOS INACIO, até 31/10/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 425 DE 09 DE OUTUBRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil ROSANA CAMPOS INACIO, portadora do CPF nº. 093.012.909-10, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 09/10/2014 à 19/11/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 426 DE 09 DE OUTUBRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil CLAUDETE MAZZUCCO FIGUEREDEDO, portadora do CPF nº. 043.858.369-81, nível MAG AT 1A, para atuar na EMEB Santo Simão, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 09/10/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 427 DE 09 DE OUTUBRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, ADEMIR POSSAMAI, portador do CPF nº. 612.606.069-53, no cargo de Operador de Equipamentos, nível TSA 4C, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, no período de 06/10/2014 a 19/12/2014, aprovado no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 428 DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil JADNA MONTAVANI CARDOSO, portadora do CPF nº. 081.038.159-18, nível MAG AT 1A, para atuar na EMEB Figueira, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 14/10/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 429 DE 17 DE OUTUBRO DE 2014.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora LUCILÉIA MATEUS DA SILVA AGUIAR do cargo em (ACT) de Servente, lotada junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 430 DE 17 DE OUTUBRO DE 2014.

Institui e nomeia os membros da Comissão de Concurso Público.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais e de conformidade com o artigo 60, inciso VIII e X da lei Orgânica do Município de Jacinto Machado de SC.

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir a COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO do Município, que ficará assim constituída:

I - VALMIR POSSAMAI;

II - NADIR BADA TRAMONTIN;

III - MARCIO LUIZ ABATTI;

§ Único - A comissão terá como suplente AUGUSTINHA OLISETE MOLGARO POSSAMAI DELLA.

Art. 2º - A Comissão será presidida pelo Servidor VALMIR POSSAMAI, e Secretariada por NADIR BADA TRAMONTIN, que terá a finalidade de preparar, executar e julgar o concurso destinado ao preenchimento de vagas dos cargos existentes no Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Jacinto Machado.

Art. 3º - A Comissão de Concurso Público ora constituída baixará instruções especiais sobre o concurso, respeitando o Regulamento Geral de Concurso Público, aprovado pelo Decreto Nº 006, de 02 de janeiro de 2007. e as disposições legais em vigor, tomadas as providências necessárias à sua fiel execução e julgamento no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 4º - A Comissão de Concurso Público poderá contratar a pessoa ou órgão estranho à Prefeitura para elaboração e execução do Concurso Público, correndo as despesas por conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Município.

Art. 5º - A Comissão de Concurso Público elaborará o Edital de Concurso Público, submetendo-o à homologação do Prefeito Municipal, dentro no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 17 de outubro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA Nº. 431 DE 17 DE OUTUBRO DE 2014.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (um) mês a Servidora ARLETE MARIA CARDOSO, matrícula nº. 127, ocupante do cargo de Professora, a serem gozadas no período de 10/10/2014 à 08/11/2014, período aquisitivo 27/02/2009 à 26/02/2014.

PORTARIA Nº. 432 DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.

Art. 1º - Concede Licença sem Vencimentos para Tratar de Interesses Particulares ao servidor RONI PEREIRA GONÇALVES, matrícula nº. 2497, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, a serem gozadas no período de 02 (dois) anos consecutivos, a partir de 31/10/2014 à 29/10/2016.

PORTARIA Nº. 433 DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (um) mês a Servidora SUSAMAR CARDOSO DE BITENCOURT, matrícula nº. 2443, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a serem gozadas no período de 29/10/2014 à 27/11/2014, período aquisitivo 05/07/2007 à 04/07/2012.

PORTARIA Nº. 434 DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias ao servidor Público Municipal, abaixo relacionado, com respectivo número de matrícula, período de gozo e período aquisitivo, com pagamento de 1/3 (Um terço) a mais do que a remuneração normal, a saber:

NOME DO (A) SERVIDOR (A)	MATR.	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
GENESIO BURI-GO BORGES	951	05/10/13 a 04/10/14	01/11/14 a 30/11/14

PORTARIA Nº. 435 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora CINTHIA BIANCHI POSSAMAI DELLA PESCADOR do cargo em (ACT) de Odontóloga, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 436 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

Art. 1º - Prorrogar os efeitos da Portaria nº. 321 de 01 de julho de 2014, período de contratação do servidor CASSIO BIANCHI POSSAMAI DELLA, até 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Joaçaba

PREFEITURA

EXTRATO TP 1/2014/IMPRES

IMPRES

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1/2014/IMPRES

TOMADA DE PREÇO Nº 1/2014/IMPRES

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de assessoria relativa ao mercado financeiro, destinada ao suporte às decisões da Diretoria Executiva e do Comitê de Investimentos do IMPRES. Tipo: Técnica e Preço. Data da abertura: Dia 09/12/2014, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 14h30min do dia 09/12/2014, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 30 de outubro de 2014.
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora-Presidente IMPRES

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 09/2014-PMJ

GABINETE DO PREFEITO

COORDENADORIA DO CONTROLE INTERNO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 09/2014-PMJ, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE O PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS PACTUADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA".

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. A Administração Pública do Município de Joaçaba, por meio do Chefe do Poder Executivo, Secretários, Coordenadores e Procurador Geral, solicitantes de Processo Licitatório, deverá designar por ato formal os servidores responsáveis para a fiscalização dos contratos pactuados pelo Município de Joaçaba, de acordo com o preceituado pelo artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, observado o art. 5º da IN nº 08/2014-PMJ.

§ 1º. A fiscalização dos contratos em que o objeto esteja adstrito à frota de veículos do Município (manutenção de veículos, aquisição de pneus e de combustível) será desempenhada pela Secretaria de Gestão Administrativa/Chefia do Setor de Transporte e o servidor designado pela Pasta Solicitante.

§ 2º. A fiscalização dos contratos cujo objeto seja a aquisição de materiais de consumo a serem administrados pelo Almoxarifado do Município será desempenhada pela Secretaria de Gestão Administrativa/Chefia do Setor de Almoxarifado e o servidor designado pela Pasta Solicitante.

§ 3º. Em caso de adesão à ata de registro de preços os Ordenadores de Despesas constantes no caput desta IN deverão designar os servidores responsáveis para a fiscalização dos contratos no documento de adesão.

Art. 2º. A fiscalização dos contratos em geral dar-se-á mediante

a efetiva atuação do fiscal no acompanhamento da execução do contrato e apresentação mensal de relatório ou, quando o contrato exigir de forma diversa, de Relatório de Fiscalização de Contrato, conforme modelo constante no Anexo Único da presente Instrução Normativa.

Parágrafo único - Na fiscalização dos contratos de execução de obras, além do acompanhamento da evolução da obra de acordo com as normas da engenharia, o fiscal deverá adotar o Relatório de Fiscalização de Contrato conforme modelo constante no Anexo Único e demais rotinas da presente Instrução Normativa.

Art.3º. A função de fiscal deve recair, preferencialmente, sobre servidores que tenham conhecimento técnico ou prático a respeito dos bens e serviços que estão sendo adquiridos, prestados, locados ou alienados.

Art. 4º. A gestão dos contratos celebrados pela Administração Pública do Município de Joaçaba é de competência do Ordenador de Despesa, sendo que toda repactuação de seus termos deverá ser comunicada ao fiscal do contrato.

DAS ATRIBUIÇÕES DO FISCAL

Art. 5º. Compete ao fiscal de contrato, além das demais disposições elencadas nesta Instrução Normativa:

I - abrir processo administrativo para acompanhamento da execução, promovendo a juntada de todos os documentos referentes ao contrato e à sua execução, devendo estes documentos ser encaminhados ao Setor de Licitações do Município, observada a periodicidade necessária aos atos de fiscalização;

II - anotar, de forma organizada, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato;

III - manter arquivo com dados atualizados do representante da contratada, contendo documentos pertinentes à sua qualificação, ao desempenho de suas atribuições e a forma de contato;

IV - conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

V - comunicar, por escrito, à Administração sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

VI - exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a sua utilização;

VII - comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

VIII - recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

IX - recusar o recebimento de bens em desacordo com o constante do contrato em quantidade, qualidade e especificações técnicas tais como modelo, marca, padrão entre outros que qualifiquem o bem;

X - comunicar à contratada, mediante correspondência entregue pessoalmente ou por aviso de recebimento, cuja cópia deverá ser juntada aos autos, eventuais irregularidades na execução do contrato, estabelecendo prazo para solução dos problemas apontados;

XI - comunicar, por escrito, à contratada os danos porventura causados por seus empregados, requerendo as providências reparadoras;

XII - receber, provisoriamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, recusando, imediatamente, produtos/bens que não correspondam ao contratado;

XIII - testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

XIV - comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

XV - atestar o cumprimento ou descumprimento do contrato nos exatos termos do edital, inclusive quanto à qualidade do material fornecido, quantidade e qualidade do serviço prestado e qualidade e dimensões das obras, estas nos exatos termos de cada especificação do projeto contratado;

XVI - nos contratos de execução de obras, realizar ou solicitar "corpo de prova" para verificação do atendimento das obrigações contratadas, analisar a qualidade dos materiais empregados e a locação da obra antes de seu início;

XVII - nos contratos de execução de obras, juntar ao processo de fiscalização e apresentar ao Setor responsável pelo E-sfinge Obras todos os documentos atinentes tais como: boletins de medição, diário de obras, termos aditivos, de paralisação, suspensão ou retomada de obras.

Do Pagamento dos Serviços Prestados

Art. 6º. Ao receber da empresa contratada a documentação para pagamento de serviços prestados, o fiscal do contrato deve aceitar da contratada apenas a primeira via do documento fiscal/fatura original com discriminação clara e precisa do objeto contratado e seus elementos característicos, tais como: identificação do serviço/material, número do contrato e/ou nota de empenho, valor contratado e período de prestação do serviço.

Art. 7º. Ao analisar a documentação para pagamento de serviços prestados, o fiscal do contrato deve:

I - verificar se a documentação está de acordo com o exigido para o regular pagamento dos serviços prestados, conforme a Lei nº 8.666/93, além do disposto no Projeto Básico/Termo de Referência/Memorial Descritivo e no instrumento contratual;

II - oficial à contratada sobre a falta ou inconformidade da documentação obrigatória para pagamento, estabelecendo prazo para regularização;

III - abster-se de atestar instrumentos comprobatórios de despesas ou notificar o Ordenador de Despesas neste sentido, antes que os serviços tenham sido efetivamente prestados.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 8º. Sanções administrativas são cominações legais e contratuais aplicadas ao contratado, pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, observado o disposto nos artigos. 86 a 88 da Lei nº 8.666, de 1993, e 7º da Lei nº 10.520, de 2002, assim como no edital e no respectivo contrato.

Art. 9º. Cabe ao fiscal do contrato dar início ao procedimento de apuração de irregularidade na execução contratual com vistas à aplicação de sanções administrativas.

§ 1º Constatada a irregularidade, o fiscal do contrato deve notificar a empresa solicitando a regularização da questão e a justificativa pelo não cumprimento da cláusula contratual no prazo máximo de 05 dias úteis ou naquele previsto no respectivo contrato, observando em especial ao disposto no art. 4º desta IN.

§ 2º Não tendo sido a situação regularizada nem acatada a possível justificativa da empresa, o fiscal do contrato deverá relatar à Gerência de Compras a questão de forma detalhada e objetiva, via Memorando, com o envio da documentação sobre a notificação, para a abertura de processo administrativo de apuração de irregularidade na execução contratual.

Art. 10. Com exceção do atraso injustificado do cumprimento dos prazos previstos no contrato, cabe às Comissões Permanentes de Sindicância, Processo Administrativo e Tomadas de Contas Especial do Município de Joaçaba instituídas na Lei nº 4.298/13 conduzir o processo administrativo de apuração de irregularidade na execução contratual, obedecendo-se aos princípios do contraditório e da

ampla defesa à contratada.

DA RESPONSABILIDADE DO FISCAL DE CONTRATO

Art. 11. O servidor que, injustificadamente, deixar de atender ao disposto nesta norma, responderá solidariamente pelos prejuízos que a Administração vier a sofrer, se apurada sua culpa ou dolo, em sindicância ou processo administrativo disciplinar, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

Art. 12. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 31 de outubro de 2014.

ROBERTO MINATI RAFAEL LASKE

Coordenador do Controle Interno Prefeito

ANEXO ÚNICO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 09/2014-PMJ, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

MODELO DE RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO

Contrato:

Empresa Contratada:

Telefone/ Contato/ Responsável:

Objeto:

Obs.: Quando necessário anexar Autorização de Fornecimento - AF

Número da Nota Fiscal Analisada:

Relatório da Execução do Contrato:

(Relatar a rotina de fiscalização e todas as ocorrências do contrato referentes à Nota Fiscal analisada)

Certifico que o contrato foi executado nos termos contratados e a(s) nota(s) fiscal(is) encontra-se apta para o pagamento. Encaminha-se ao Ordenador de Despesas para o devido "atesto" e posterior envio ao setor de Contabilidade.

Assinatura: _____

Comunicação ao Gestor sobre a Execução do Contrato:

Comunico o Ordenador de Despesas que o referido contrato apresenta descumprimento por parte da Contratada pelas seguintes razões:

1.

Assinatura: _____

Notificação à empresa Contratada:

Comunico a Empresa Contratada acerca do descumprimento do contrato pelos seguintes motivos:

1.

Notifico a Empresa para regularização da situação no prazo de ____ (____) dias.

Assinatura: _____

Recebi o relatório de fiscalização de contrato em _____

Assinatura: _____

HOMOLOGAÇÃO PL 74/2014 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 74/2014/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2014/PMJ

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Rafael Laske, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 74/2014/PMJ,

- Modalidade: PP 54/2014/PMJ.

Objeto: a contratação de empresa(s) especializada(s) para a execução de impressos gráficos, destinados à manutenção das atividades desenvolvidas pelo 26º Batalhão de Polícia Militar relativas ao policiamento de trânsito.

Fiscal: Anderson Silva

VENCEDOR:

EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA

VALOR R\$ 862,80

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 30 de outubro de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

BALANCETE FINANCEIRO 09/2014
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE JOACABA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Setembro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	734,04	Despesa Orçamentária	190.152,51
RECEITA PATRIMONIAL	734,04	Despesas exceto Intra-orçamentárias	172.635,93
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	87.034,06
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	85.601,87
		Despesas Intra-orçamentárias	17.516,58
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.382,90
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	133,68
Receita Extra - Orçamentária	389.631,36	Despesa Extra - Orçamentária	221.769,56
DEPÓSITOS	21.937,81	DEPÓSITOS	24.098,47
CONSIGNAÇÕES	21.937,81	CONSIGNAÇÕES	24.098,47
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.100,44	PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.071,03
PENSAO ALIMENTICIA	318,55	PENSAO ALIMENTICIA	318,55
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	3.169,26	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	3.875,66
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MI	12.419,55	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA	13.360,98
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	3.976,50	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	4.413,19
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	953,51	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	1.059,06
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	196.693,55	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	197.671,09
OBRIGAÇÕES A PAGAR	196.693,55	OBRIGAÇÕES A PAGAR	197.671,09
FORNECEDORES	92.276,59	FORNECEDORES	92.276,59
PESSOAL A PAGAR	101.333,58	PESSOAL A PAGAR	102.173,39
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	2.211,51	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	2.349,24
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	871,87	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	871,87
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	171.000,00		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	171.000,00		
REPASSE RECEBIDO	171.000,00		
Saldos anteriores	188.957,15	Saldos atuais	167.400,48
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	188.957,15	BANCO C/ MOVIMENTO	167.400,48
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	579.322,55	Total	579.322,55

JOACABA , 31/10/2014

 ADONES MARCIANO
 Contador CRCSC 028953/O-4

 RAFAEL LASKE
 Prefeito Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Setembro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	39.477,97	Despesa Orçamentária	272.263,70
RECEITA PATRIMONIAL	2.989,69	Despesas exceto Intra-orçamentárias	249.880,13
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	36.488,28	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	165.661,99
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	79.580,14
		INVESTIMENTOS	4.638,00
		Despesas Intra-orçamentárias	22.383,57
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.387,58
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	995,99
Receita Extra - Orçamentária	556.585,42	Despesa Extra - Orçamentária	308.565,75
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	49,32	CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	49,32
CRÉDITOS A RECEBER	49,32	CRÉDITOS A RECEBER	49,32
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	49,32	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	49,32
DEPÓSITOS	37.312,38	DEPÓSITOS	36.426,25
CONSIGNAÇÕES	37.312,38	CONSIGNAÇÕES	36.426,25
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.911,25	PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.885,54
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	4.593,44	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	4.588,70
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÊ	15.148,53	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA I	15.003,18
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	11.376,48	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	10.647,64
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	2.282,68	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	2.301,19
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	272.723,72	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	272.090,18
OBRIGAÇÕES A PAGAR	272.723,72	OBRIGAÇÕES A PAGAR	272.090,18
FORNECEDORES	81.382,89	FORNECEDORES	81.382,89
PESSOAL A PAGAR	176.500,80	PESSOAL A PAGAR	175.976,71
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	11.018,77	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	10.909,32
DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	3.821,26	DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	3.821,26
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	246.500,00		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	246.500,00		
REPASSE RECEBIDO	246.500,00		
Saldos anteriores	613.964,90	Saldos atuais	629.198,84
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	301.591,08	BANCO C/ MOVIMENTO	343.425,60
BANCOS C/ VINCULADAS	312.373,82	BANCOS C/ VINCULADAS	285.773,24
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	1.210.028,29	Total	1.210.028,29

JOACABA , 31/10/2014

ADONES MARCIANO
 Contador CRC SC 028953/O-4

MARIO WOLFART
 Ordenador de Despesas



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESC.

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Setembro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	5.919,97
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	5.919,97
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.224,97
		INVESTIMENTOS	1.695,00
Receita Extra - Orçamentária	5.919,97	Despesa Extra - Orçamentária	7.254,02
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	5.919,97	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	7.254,02
OBRIGAÇÕES A PAGAR	5.919,97	OBRIGAÇÕES A PAGAR	7.254,02
FORNECEDORES	5.919,97	FORNECEDORES	7.254,02
Saldos anteriores	56.936,13	Saldos atuais	49.682,11
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	56.936,13	BANCO C/ MOVIMENTO	49.682,11
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	62.856,10	Total	62.856,10

JOACABA , 31/10/2014

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
 SECRETARIO GESTAO FINANCEIRA

ADONES MARCIANO
 Contador CRCSC 028953/O-4



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE REEQUIPAMENTO BOMBEIROS DE JOACABA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Setembro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	42.657,63	Despesa Orçamentária	11.319,09
RECEITA TRIBUTÁRIA	37.691,25	Despesas exceto Intra-orçamentárias	11.319,09
RECEITA PATRIMONIAL	3.706,04	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.747,39
RECEITA DE SERVIÇOS	1.260,34	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.571,70
Receita Extra - Orçamentária	12.953,45	Despesa Extra - Orçamentária	11.319,09
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	11.319,09	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	11.319,09
OBRIGAÇÕES A PAGAR	11.319,09	OBRIGAÇÕES A PAGAR	11.319,09
FORNECEDORES	9.571,70	FORNECEDORES	9.571,70
PESSOAL A PAGAR	1.747,39	PESSOAL A PAGAR	1.747,39
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	1.634,36		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	1.634,36		
REPASSE RECEBIDO	1.634,36		
Saldos anteriores	530.863,21	Saldos atuais	563.836,11
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	515.948,23	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	519.654,27
BANCO C/ MOVIMENTO	14.914,98	BANCO C/ MOVIMENTO	44.181,84
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	586.474,29	Total	586.474,29

JOACABA , 31/10/2014

RAFAEL LASKE
 Prefeito Municipal

ADONES MARCIANO
 Contador CRC.028953/0-4

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
 Secretária Gestão Financeira



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Setembro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	5.044.973,08	Despesa Orçamentária	4.171.209,31
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.249.442,06	Despesas exceto Intra-orçamentárias	3.811.443,72
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	118.750,86	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.561.924,14
RECEITA PATRIMONIAL	65.523,97	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	102.391,12
RECEITA DE SERVIÇOS	13.869,66	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.747.746,05
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.438.687,65	INVESTIMENTOS	275.791,80
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	143.282,29	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	123.590,61
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	9.562,85		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.853,74	Despesas Intra-orçamentárias	359.765,59
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	235.485,73
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	124.279,86
Receita Extra - Orçamentária	4.624.838,08	Despesa Extra - Orçamentária	6.024.247,22
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	7.198,90	CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	7.198,90
CRÉDITOS A RECEBER	7.198,90	CRÉDITOS A RECEBER	7.198,90
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	7.198,90	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	7.198,90
DEPÓSITOS	411.679,49	DEPÓSITOS	405.233,18
CONSIGNAÇÕES	411.679,49	CONSIGNAÇÕES	405.233,18
PREVIDÊNCIA SOCIAL	79.212,92	PREVIDÊNCIA SOCIAL	78.447,31
PENSÃO ALIMENTÍCIA	1.575,07	PENSÃO ALIMENTÍCIA	1.575,07
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	67.858,85	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	67.858,85
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉ	161.305,55	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA I	160.764,75
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	84.310,13	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	83.072,73
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	17.416,97	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	13.514,47
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.204.786,30	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.229.697,61
OBRIGAÇÕES A PAGAR	3.978.259,57	OBRIGAÇÕES A PAGAR	4.003.170,88
FORNECEDORES	1.997.084,82	FORNECEDORES	2.004.343,82
PESSOAL A PAGAR	1.670.489,16	PESSOAL A PAGAR	1.680.517,97
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	129.578,08	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	120.622,80
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	54.578,01	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	54.578,01
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	15.405,39	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	31.984,17
DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	111.124,11	DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	111.124,11
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	200.158,34	CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	200.158,34
ENTIDADES CREDORAS	545,00	ENTIDADES CREDORAS	545,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO	199.613,34	OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO	199.613,34
OUTRAS OBRIGAÇÕES	26.368,39	OUTRAS OBRIGAÇÕES	26.368,39
OUTRAS OBRIGAÇÕES-DO EXERCÍCIO	26.368,39	OUTRAS OBRIGAÇÕES-DO EXERCÍCIO	26.368,39
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	1.173,39	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	1.382.117,53
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	1.173,39	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDA	1.382.117,53
DESINCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	1.173,39	REPASSE CONCEDIDO	1.382.117,53
Saldos anteriores	8.695.398,21	Saldos atuais	8.169.752,84
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	7.189.071,08	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	6.656.200,08
BANCO C/ MOVIMENTO	98.826,89	BANCO C/ MOVIMENTO	110.344,86
BANCOS C/ VINCULADAS	30.402,66	BANCOS C/ VINCULADAS	30.569,41
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	1.377.097,58	POUPANÇA	1.372.638,49
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	18.365.209,37	Total	18.365.209,37

JOACABA , 31/10/2014

CLAUDETE M T SILVA
 TEC ADMINISTRAÇÃO

RAFAEL LASKE
 PREFEITO DE JOACABA

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
 SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA

ADONES MARCIANO
 CONTADOR CRC SC 028953/O-4

SIMAE**ATA REGISTRO DE PREÇOS 0005/2014 -BRITA E PO DE PEDRA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 05/2014

Aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, o Município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº 0020/2014, na Ata de julgamento de preços, homologada em 08/05/2014, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de Brita Graduada e Pó de Pedra para utilização no preenchimento de valas onde o SIMAE realiza reparos, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 0020/2014.

1.2 As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

Item 01 - Brita Graduada, Quantidade - 1.200, Unidade de medida - Metro Cúbico.

1º. Colocado - Pedreira Triângulo Ltda ME, no valor de R\$ 45,00 (Quarenta e cinco reais);

Item 02 - Pó de Pedra, Quantidade - 500, Unidade de medida - Metro Cúbico.

1º. Colocado - Pedreira Triângulo Ltda ME, no valor de R\$ 48,00 (Quarenta e oito reais).

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição de Brita Graduada e Pó de pedra, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Pregão Presencial nº 0020/2014 e seus anexos;
- Proposta da Licitante.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 A Brita e pó de pedra deverão ser entregues conforme a necessidade do SIMAE, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que julgar necessárias, através de Solicitação de Entrega - SE.

4.2 Após o recebimento da SE, por parte do fornecedor, a brita ou pó de pedra deverá ser entregue no prazo máximo de 04 (quatro) horas após o recebimento da solicitação, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, nos locais indicados na SE.

4.2.1 Serão solicitadas entregas nos municípios de Joaçaba, Herval do oeste e Luzerna.

4.3 No ato da entrega da brita ou pó de pedra a proponente deverá apresentar Nota Fiscal eletrônica NF-e correspondente às quantias entregues, que será submetida à aprovação do gestor responsável.

4.4 Fica aqui estabelecido que a Brita e o pó de pedra serão recebidos:

a) provisoriamente, para verificação da quantidade efetivamente entregue, para posterior verificação da qualidade e conformidade da brita e pó de pedra com a especificação;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e conformidade da Brita e pó de pedra com a especificação e a consequente aceitação.

4.4.1 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, cujo pagamento se dará no até 5º (quinto) dia útil do mês subsequente da entrega.

4.5. A Brita ou pó de pedra que for recusada (tanto no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) deverá ser substituída no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

4.6. Se a substituição da Brita ou Pó de pedra recusada, por qualquer problema, não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será:

5.1.1. Efetivado mensalmente, de acordo com o material entregue, mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação. Sendo OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. Devendo ser ENCAMINHANDO PARA EMAIL compras@simae.sc.gov.br.

5.1.2 - realizado através SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao do material entregue, devidamente atestado por servidor competente, contados da data de entrega e aceite da Nota Fiscal.

5.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.4 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

5.5 As despesas decorrentes de aquisição dos combustíveis correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

PROJETO/ATIVIDADE: 2061
FUNÇÃO/PROGRAMA: 14.01.
ELEMENTO: 3390.30.51.00

6. RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7. OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

- Efetuar a entrega da brita ou pó de pedra após solicitação em até 04 (quatro) horas, em horário comercial;
- providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;
- manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, a brita e pó de pedra em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

- quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9. PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

- Advertência;
- Multa:

1- De 0,2% (dois décimos) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

9.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba- (SC), em 08 de maio de 2014.

Eliane Aparecida Ceron Vier
Pregoeiro

Equipe de Apoio

Graciela Pratto Bordin da Rosa

Mônica Saraiva Romani

Rudi Ohlweiler Junior
Pedreira Triângulo Ltda

ATA REGISTRO DE PREÇOS 0001/2014 - ASFALTO QUENTE, EMULSÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0001/2014

Aos catorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, no Município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº 0005/2014, na Ata de julgamento de preços, homologada em 14/02/2014, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de Asfalto Quente, Emulsão e Pó de Pedra para utilização no preenchimento de valas onde o SIMAE realiza reparos, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 0005/2014.

1.2 As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

Item 01 - Concreto Betuminoso Usinado a Quente - Asfalto (CBUQ), Quantidade - 200, Unidade de medida - Tonelada.

1º. Colocado - SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA, no valor unitário de R\$260,00 (Duzentos e sessenta reais);

Item 02 - Emulsão Asfalto RR - 1C, Quantidade - 1.200, Unidade de medida - Litro.

1º. Colocado - SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA, no valor unitário de R\$4,00 (Quatro reais);

Item 03 - Pó de Pedra, Quantidade - 50, Unidade de medida - Metro Cúbico (M³).

1º. Colocado - PEDREIRA TRIÂNGULO LTDA, no valor unitário de R\$43,80 (Quarenta e três reais e oitenta centavos);

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição de Asfalto Quente e Pó de Pedra, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 0005/2014 e seus anexos;
- b) Proposta das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 O Asfalto quente deverá ser retirado na usina conforme a necessidade do SIMAE, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que julgar necessárias, através de Autorização de Retirada.

4.2 O Pó de Pedra deverá ser entregue, conforme a necessidade do SIMAE, que procederá Solicitação de Entrega, na Rua Francisco Sartori em Herval do Oeste, próximo a Lagoa de Tratamento de Esgoto.

4.3 No ato da entrega dos materiais a proponente deverá apresentar Nota Fiscal eletrônica NF'e correspondente às quantias

entregues, que será submetida à aprovação do gestor responsável.

4.4 Fica aqui estabelecido que os materiais será recebidos:

a) provisoriamente, para verificação da quantidade efetivamente entregue, para posterior verificação da qualidade e conformidade do material com a especificação;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e conformidade do material com a especificação e a consequente aceitação.

4.4.1 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, cujo pagamento se dará no até 5º (quinto) dia útil do mês subsequente da entrega.

4.5. O Material que for recusado (tanto no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) deverá ser substituída no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

4.6. Se a substituição do Material recusado, por qualquer problema, não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será:

5.1.1. Em até 05 (cinco) dias após entrega, de acordo com o material entregue, mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação. Sendo OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. Devendo ser ENCAMINHANDO PARA EMAIL compras@simae.sc.gov.br.

5.1.2 - realizado através SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, até o 5º (quinto) dia subsequente a entrega do material, devidamente atestado por servidor competente, contados da data de entrega e aceite da Nota Fiscal.

5.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.4 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

5.5 As despesas decorrentes de aquisição dos combustíveis correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

PROJETO/ATIVIDADE: 2061 2062

FUNÇÃO/PROGRAMA: 14.01.

ELEMENTO: 3390.30.51.00

6 RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor

correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7 OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

- a) providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;
- b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- c) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços das fornecedoras nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9 PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa:
 - 1- De 0,2% (dois décimos) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);
 - 2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;
- c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

9.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata,

renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba- (SC), 14 de Fevereiro de 2014.
Eliane Aparecida Ceron Vier
Pregoeiro

Equipe de Apoio

Ana Paula Pereira

João Carlos Ungericht

Volnei Jorvani Fabrício
SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA

Rudi Ohlweiler Junior
PEDREIRA TRIÂNGULO LTDA

PREGÃO PRESENCIAL PP 0046/2014 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0064/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0046/2014

PROTOCOLO JHL 2951/2014

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0044/2014 - Licitação 0062/2014, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO 0(ZERO) QUILOMETRO, TIPO UTILITÁRIO, A PARTIR DO ANO 2013 E MODELO 2014 E ACESSÓRIOS PARA UTILIZAÇÃO NA AREA TECNICA DO SIMAE.

Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 27/11/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 27/11/2014 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 03/11/2014 a 27/11/2014.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 03 de Novembro de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente do SIMAE.

EMPENHOS REF ATAS REGISTRO PREÇO - SIMAE**SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 30/09/2014

Nº do empenho : **1354/14**

Estimativa

Processo : 0065/2013

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA - URBANO
 Elemento: 3.3.90.30.11.00.00.00.01.0200 - Material Químico
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	2.321.592,33
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	10.080,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	2.666.590,01	Total (B) :	2.331.672,33
		Saldo (A - B) :	334.917,68

Credor: **6106 AVANEX IND. E COM. LTDA**

Endereço: ROD. SC 425 S/N - KM 21

C.N.P.J.: 78-668-969/0001-22

Banco:

Cidade: OTACILIO COSTA

UF: SC

Inscr.Est./Ident.Prof.:

Agência:

Fone: 04932380003

Conta Corrente:

Fax: 04932380004

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
4	Cal Hidratada acondicionada em embalagens de 20kg a ser utilizado no tratamento de água para abastecimento público, com as seguintes características: Fórmula Química: Ca(OH)2 Concentração de Ca(OH)2: Mínimo de 90% Concentração de Cá: Mínimo de 66% Concentração de CaCO3: Máximo de 5,5% Aspecto: Pó branco - (Cód. 25-02-0004) Marca: ICAL	KG	12.000,000	0,8400	10.080,00

Histórico:

AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS A SEREM UTILIZADOS NO TRATAMENTO DE ÁGUA A SER EFETUADO PELO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2014.
 (Licitação Nº : 47/2013-PR)

SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL
 smtp@simae.sc.gov.br

LOCAL DE FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA

CNPJ 84.591.890/0001-43

I. ESTADUAL ISENTO

LOCAL DE ENTREGA: AV CAETANO NATAL BRANCO, 1849 - ETA-ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA - JOAÇABA
 FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC NO DEPOSITO DA ETA

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATA

PGTO EM ATÉ 05 (CINCO) DIAS APÓS ENTREGA A CONTEÚTO

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO AS PENALIDADES RELACIONADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

SOLICITAÇÃO Nº 0605/2013

PROTOCOLO Nº 3286/2013

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº0811/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE	Total empenhado :	10.080,00
--	-------------------	-----------

Fica empenhada a importância de R\$ 10.080,00 (dez mil e oitenta reais)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC 2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Processo Lic. : 65/2013

Data : 05/12/2006

Data : 18/12/2013

Data :

Encarregado do serviço	Credor	PATRICIA CALLEGARI WARKEN Contadora CRC SC 029205/O-3	ELISABET MARIA ZANELA SARTORI Diretora Presidente
------------------------	--------	--	--

Pagina:

SANTA CATARINA**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 30/09/2014

Nº do empenho : **1355/14**

Estimativa

Processo : 0007/2014

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA - URBANO
 Elemento: 3.3.90.30.51.00.00.00.01.0200 - Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	2.331.672,33
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	2.311,40
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	2.666.590,01	Total (B) :	2.333.983,73
		Saldo (A - B) :	332.606,28

Credor: **8106 SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA**

Endereço: RDV BR-153 KM 55 - TRECHO IRANI, S/N

Cidade: Vargem Bonita

UF: SC

C.N.P.J.: 14-779-384/0002-88

Inscr.Est./Ident.Prof.:

Banco:

Agência:

Fone: 4934915721

Conta Corrente:

Fax:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE - ASFALTO (CBUQ) - (Cód. 80-01-3099) Marca: SETEP	TN	8,890	260,0000	2.311,40

Histórico:

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA REPOSIÇÃO DE ASFALTO E CALÇAMENTO EM VIAS PÚBLICAS, NOS LOCAIS ONDE É EFETUADO SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO PELO SIMAE. (Licitação Nº : 5/2014-PR)

SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1-A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL smtp@simae.sc.gov.br

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATA

PGTO EM ATÉ 05 (CINCO) DIAS APÓS ENTREGA A CONTENTO

FRETE CIF/SIMAE - JOACABA/SC

SOLICITAÇÃO Nº 0022/2014

PROTOCOLO Nº 0114/2014

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº081/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE	Total empenhado :	2.311,40
--	-------------------	----------

Fica empenhada a importância de R\$ 2.311,40 (dois mil trezentos e onze reais e quarenta centavos)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC 2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 7/2014

Data : 05/12/2006

Data : 14/02/2014

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço	Credor	PATRICIA CALLEGARI WARKEN Contadora CRC SC 029205/O-3	ELISABET MARIA ZANELA SARTORI Diretora Presidente
------------------------	--------	--	--

Pagina:

SANTA CATARINA**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 02/10/2014

Nº do empenho : **1366/14**

Estimativa

Processo : 0070/2013

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA - URBANO
 Elemento: 3.3.90.30.01.00.00.00.01.0200 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial: 2.666.590,01
 Suplementações: 0,00
 Anulações: 0,00
 Total (A) : 2.666.590,01

Empenhos anteriores : 2.334.109,25
 Valor do empenho : 5.172,00
 Valor Anulado: 0,00
 Total (B) : 2.339.281,25
 Saldo (A - B) : 327.308,76

Credor: **6052 ABASTECEDORA DE COMB.E TRANSP.BORTOLI LT**

Endereço: RUA SANTOS DUMONT, 1090

Cidade: Herval d'Oeste

UF: SC

C.N.P.J.: 84-590-124/0001-64

Inscr.Est./Ident.Prof.: 250.498.197

Banco:

Agência:

Fone: 35540353

Conta Corrente:

Fax: 49

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	GASOLINA COMUM - (Cód. 02-09-0001) Marca: BRANCA	LT	1.500,000	2,7100	4.065,00
2	ÓLEO DIESEL - (Cód. 02-09-0003) Marca: BRANCA	LT	450,000	2,4600	1.107,00

Histórico:

AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECER A FROTA DO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2014. (Licitação Nº : 52/2013-PR)

SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL smtp@simae.sc.gov.br

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA

CNPJ 84.591.890/0001-43

I. ESTADUAL ISENTO

PAGTO QUINZENAL

SOLICITAÇÃO Nº 0614/2013

PROTOCOLO Nº 3325/2013

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº0816/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE

Total empenhado : 5.172,00

Fica empenhada a importância de R\$ 5.172,00 (cinco mil cento e setenta e dois reais)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC 2879/06

Data : 05/12/2006

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 70/2013

Data : 16/12/2013

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço

Credor

PATRICIA CALLEGARI WARKEN

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Contadora CRC SC 029205/O-3

Diretora Presidente

Pagina:

SANTA CATARINA**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 02/10/2014

Nº do empenho : 1367/14

Estimativa

Processo : 0070/2013

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA - URBANO
 Elemento: 3.3.90.30.01.00.00.00.01.0200 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial: 2.666.590,01
 Suplementações: 0,00
 Anulações: 0,00
 Total (A) : 2.666.590,01

Empenhos anteriores : 2.339.281,25
 Valor do empenho : 1.470,00
 Valor Anulado: 0,00
 Total (B) : 2.340.751,25
 Saldo (A - B) : 325.838,76

Credor: 8191 COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA

Endereço: ARMINDO HEBERLE, 113

C.N.P.J.: 06-123-549/0001-50

Banco:

Cidade: Joaçaba

Inscr.Est./Ident.Prof.:

Agência:

Conta Corrente:

UF: SC

Fone: 49 35225105

Fax:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
3	BIODIESEL EVOLUX FÓRMULA S-10 - (Cód. 02-09-0004) Marca: LATINA	LT	600,000	2,4500	1.470,00

Histórico:

AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECER A FROTA DO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2014. (Licitação Nº : 52/2013-PR)
 SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas
 impressas 1 e 1-A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL
 smtp@simae.sc.gov.br

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA

CNPJ 84.591.890/0001-43

I. ESTADUAL ISENTO

PGTO QUINZENAL

SOLICITAÇÃO Nº 0614/2013

PROTOCOLO Nº 3325/2013

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 0817/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE

Total empenhado : 1.470,00

Fica empenhada a importância de R\$ 1.470,00 (um mil quatrocentos e setenta reais)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC 2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data : 05/12/2006

Data : 16/12/2013

Data :

Encarregado do serviço

Credor

PATRICIA CALLEGARI WARKEN

Contadora CRC SC 029205/O-3

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente

Pagina:

SANTA CATARINA**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 09/10/2014

Nº do empenho : **1386/14**

Estimativa

Processo : 0064/2013

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERAÇÃO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE AGUA - URBANO
 Elemento: 3.3.90.39.19.00.00.00.01.0200 - Manutenção e Conservação de Veículos
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	2.345.192,38
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	42,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	2.666.590,01	Total (B) :	2.345.234,38
		Saldo (A - B) :	321.355,63

Credor: **6087 BRANDAO MOTO PECAS LTDA**

Endereço: AV. SANTA TEREZINHA, 774

Cidade: JOACABA

UF: SC

C.N.P.J.: 85-227-718/0001-78

Inscr.Est./Ident.Prof.: 252394070

Banco:

Agência:

Fone: 04935224076

Conta Corrente:

Fax:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
37	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 8 - MOTOS	HR	2,000	21,0000	42,00
	LOTE 8: MOTOS				
	PLACA MARCA/MODELO SIMAE				
MAY-8031	HONDA XR 200R ANO 2000 TECNICA AGUA				
MAY-8121	HONDA XR 200R ANO 2000 TECNICA AGUA				
MAY-8221	HONDA CG 125 TITAN ES ANO 2000 TECNICA AGUA				
MDV-5038	HONDA NXR 150 BROS ESD ANO 2005 TECNICA AGUA				
MJL-5774	HONDA CG 125 CARGO ES ANO 2012 TÉCNICA ÁGUA				
MJL-5874	HONDA CG 125 CARGO ES ANO 2012 TÉCNICA ÁGUA				
MKR-0093	HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2013 TÉCNICA ÁGUA				
MKR-0083	HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2013 TÉCNICA ÁGUA				
MKR-0103	HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2013 TÉCNICA ÁGUA				
	- (Cód. 02-11-0017) Marca: BRANDÃO				

Histórico:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO A SEREM EXECUTADOS NOS VEÍCULOS DAS ÁREAS TÉCNICA ÁGUA E ESGOTO DO SIMAE, PARA O EXERCÍCIO DE 2014. (Licitação Nº : 46/2013-PR)

SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL smtp@simae.sc.gov.br

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA

CNPJ 84.591.890/0001-43

I. ESTADUAL ISENTO

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATA

PGTO EM ATÉ 05 (CINCO) DIAS APÓS ENTREGA A CONTENTO

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA UTIL.

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº0828/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE	Total empenhado :	42,00
--	-------------------	-------

Fica empenhada a importância de R\$ 42,00 (quarenta e dois reais)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC 2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 64/2013

Data : 05/12/2006

Data : 03/12/2013

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço	Credor	PATRICIA CALLEGARI WARKEN Contadora CRC SC 029205/O-3	ELISABET MARIA ZANELA SARTORI Diretora Presidente
------------------------	--------	--	--

Pagina:

SANTA CATARINA**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 09/10/2014

Nº do empenho : 1391/14

Estimativa

Processo : 0064/2013

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA - URBANO
 Elemento: 3.3.90.39.19.00.00.00.00.01.0200 - Manutenção e Conservação de Veículos
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	2.347.343,38
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	364,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	2.666.590,01	Total (B) :	2.347.707,38
		Saldo (A - B) :	318.882,63

Credor: 6905 MECANICA SPIER LTDA - ME

Endereço: RUA FRITZ LUCHT 05

C.N.P.J.: 82-704-735/0001-60

Banco:

Cidade: Joaçaba

UF: SC

Inscr.Est./Ident.Prof.: 252164105

Agência:

Fone: 49 35223360

Conta Corrente:

Fax: 49 5223360

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	SERVIÇOS DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 1 - VEÍCULOS LEVES MARCA VOLKSWAGEN: LOTE 1: VEÍCULOS LEVES VOLKSWAGEN: PLACA MARCA/MODELO SIMAE LYF-2528 VOLKS PARATI CLI 02 PORTAS ANO 1996 GASOLINA TECNICA AGUA MAL-3704 VOLKS SAVEIRO CL 1.6 MI ANO 1999 GASOLINA TECNICA AGUA MCR-4695 VOLKS GOL 1.6 POWER 04 PORTAS ANO 2005 GASOLINA/ALCOOL TECNICA AGUA MCR-7035 VOLKS SAVEIRO 1.6 ANO 2005 GASOLINA/ALCOOL TECNICA AGUA - (Cód. 02-11-0001) Marca: SPIER	HR	1,000	16,0000	16,00
5	SERVIÇOS DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 2 - VEÍCULOS LEVES MARCA FIAT: LOTE 2: VEÍCULOS LEVES MARCA FIAT PLACA MARCA/MODELO SIMAE MCI-9034 FIAT DOBLO CARGO ANO 2004 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MCI-9064 FIAT DOBLO CARGO ANO 2004 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MGR-3980 FIAT FIORINO FURGÃO ANO 2004/2005 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA INK-2963 FIAT FIORINO IE ANO 2006/2007 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MJB-5617 FIAT STRADA WORKING CD 2011 GASOLINA/ALCOOL/GNV TÉCNICA ESGOTO MBH-0317 FIAT STRADA WORKING ANO 1999/2000 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA - (Cód. 02-11-0025) Marca: SPIER	HR	17,000	16,0000	272,00

SANTA CATARINA**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 09/10/2014

Nº do empenho : 1391/14

Estimativa

Processo : 0064/2013

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA - URBANO
 Elemento: 3.3.90.39.19.00.00.00.01.0200 - Manutenção e Conservação de Veículos
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	2.347.343,38
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	364,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	2.666.590,01	Total (B) :	2.347.707,38
		Saldo (A - B) :	318.882,63

Credor: 6905 MECANICA SPIER LTDA - ME

Endereço: RUA FRITZ LUCHT 05

C.N.P.J.: 82-704-735/0001-60

Banco:

Cidade: Joaçaba

UF: SC

Inscr.Est./Ident.Prof.: 252164105

Agência:

Fone: 49 35223360

Conta Corrente:

Fax: 49 5223360

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
7	SERVIÇOS DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 2 - VEÍCULOS LEVES MARCA FIAT:	HR	4,000	19,0000	76,00
	LOTE 2: VEÍCULOS LEVES MARCA FIAT				
	PLACA MARCA/MODELO SIMAE				
	MCI-9034 FIAT DOBLO CARGO ANO 2004 GASOLINA TÉCNICA				
	ÁGUA				
	MCI-9064 FIAT DOBLO CARGO ANO 2004 GASOLINA TÉCNICA				
	ÁGUA				
	MGR-3980 FIAT FIORINO FURGÃO ANO 2004/2005 GASOLINA				
	TÉCNICA ÁGUA				
	INK-2963 FIAT FIORINO IE ANO 2006/2007 GASOLINA TÉCNICA				
	ÁGUA				
	MJB-5617 FIAT STRADA WORKING CD 2011 GASOLINA/ALCOOL/GNV				
	TÉCNICA ESGOTO				
	MBH-0317 FIAT STRADA WORKING ANO 1999/2000 GASOLINA				
	TÉCNICA ÁGUA - (Cód. 02-11-0027) Marca: SPIER				

Histórico:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO A SEREM EXECUTADOS NOS VEÍCULOS DAS ÁREAS TÉCNICA ÁGUA E ESGOTO DO SIMAE, PARA O EXERCÍCIO DE 2014. (Licitação Nº : 46/2013-PR)

SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL smtp@simae.sc.gov.br

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA

CNPJ 84.591.890/0001-43

I. ESTADUAL ISENTO

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATO

PGTO EM ATÉ 05 (CINCO) DIAS APÓS ENTREGA A CONTEÚTO

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA ÚTIL.

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº0833/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE

Total empenhado : 364,00

Fica empenhada a importância de R\$ 364,00 (trezentos e sessenta e quatro reais)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC 2879/06

Data : 05/12/2006

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 64/2013

Data : 03/12/2013

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço

Credor

PATRICIA CALLEGARI WARKEN

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Contadora CRC SC 029205/O-3

Diretora Presidente

SANTA CATARINA**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 10/10/2014

Nº do empenho : **1394/14**

Ordinário

Processo : 0031/2014

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA - URBANO
 Elemento: 3.3.90.39.19.00.00.00.00.01.0200 - Manutenção e Conservação de Veículos
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	2.347.707,38
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	149,74
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	2.666.590,01	Total (B) :	2.347.857,12
		Saldo (A - B) :	318.732,89

Credor: **6111 JOACABA PNEUS LTDA**

Endereço: BR 282 - KM 392

C.N.P.J.: 84-587-245/0010-48

Banco:

Cidade: Joaçaba

UF: SC

Inscr.Est./Ident.Prof.: 250.454.165

Agência:

Fone: 4935220660

Conta Corrente:

Fax: 49

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
50	BALANCEAMENTO PARA VEICULO IVECO, PLACAS MKJ 1354 - (Cód. 02-02-0140)	SV	4,000	37,4346	149,74

Histórico:

AQUISIÇÃO DE PNEUS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA PARA A FROTA DE VEÍCULOS DO SIMAE DURANTE O EXERCÍCIO DE 2014. (Licitação Nº : 23/2014-PR)

SAIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1-A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL smtp@simae.sc.gov.br

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA

CNPJ 84.591.890/0001-43

I. ESTADUAL ISENTO

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATO

PGTO EM ATÉ 05 (CINCO) DIAS APÓS ENTREGA A CONTENTO

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA CONFORME ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 0835/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE	Total empenhado :	149,74
--	-------------------	--------

Fica empenhada a importância de R\$ 149,74 (cento e quarenta e nove reais e setenta e quatro centavos)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC 2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Processo Lic. : 31/2014

Data : 05/12/2006

Data : 25/06/2014

Data :

Encarregado do serviço	Credor	PATRICIA CALLEGARI WARKEN Contadora CRC SC 029205/O-3	ELISABET MARIA ZANELA SARTORI Diretora Presidente
------------------------	--------	--	--

Pagina:

SANTA CATARINA**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 10/10/2014

Nº do empenho : **1395/14**

Ordinário

Processo : 0031/2014

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 2.062 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTO
 Elemento: 3.3.90.30.39.00.00.00.00.01.0200 - Material para Manutenção de Veículos
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000022

Dotação Inicial:	500.000,00	Empenhos anteriores :	355.574,80
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	5.046,87
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	500.000,00	Total (B) :	360.621,67
		Saldo (A - B) :	139.378,33

Credor: **6111 JOACABA PNEUS LTDA**

Endereço: BR 282 - KM 392

C.N.P.J.: 84-587-245/0010-48

Banco:

Cidade: Joaçaba

Inscr.Est./Ident.Prof.: 250.454.165

Agência:

Conta Corrente:

UF: SC

Fone: 4935220660

Fax: 49

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
38	PNEU 275/80 R22.5, RADIAL, BORRACHUDO, PARA CAMINHÃO VOLKSWAGEN 15.180, PLACAS MHH4895, ANO 2009. - (Cód. 02-02-0046) Marca: PIRELLI TR85	PÇ	4,000	1.261,7187	5.046,87

Histórico:

AQUISIÇÃO DE PNEUS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA PARA A FROTA DE VEÍCULOS DO SIMAE DURANTE O EXERCÍCIO DE 2014. (Licitação Nº: 23/2014-PR)

SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1-A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL smtip@simae.sc.gov.br

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA

CNPJ 84.591.890/0001-43

I. ESTADUAL ISENTA

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATO

PGTO EM ATÉ 05 (CINCO) DIAS APÓS ENTREGA A CONTEÚTO

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA ÚTIL.

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 0836/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE	Total empenhado :	5.046,87
--	-------------------	----------

Fica empenhada a importância de R\$ 5.046,87 (cinco mil quarenta e seis reais e oitenta e sete centavos)

Fundamento legal : LEI 10520/06, DEC 2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Processo Lic. : 31/2014

Data : 21/06/1993

Data : 25/06/2014

Data :

Encarregado do serviço

Credor

PATRICIA CALLEGARI WARKEN

Contadora CRC SC 029205/O-3

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente

Pagina:

SANTA CATARINA**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 14/10/2014

Nº do empenho : **1402/14**

Ordinário

Processo : 0031/2014

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA - URBANO
 Elemento: 3.3.90.39.19.00.00.00.00.01.0200 - Manutenção e Conservação de Veículos
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	2.349.163,74
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	40,45
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	2.666.590,01	Total (B) :	2.349.204,19
		Saldo (A - B) :	317.385,82

Credor: **6111 JOACABA PNEUS LTDA**

Endereço: BR 282 - KM 392

C.N.P.J.: 84-587-245/0010-48

Banco:

Cidade: Joaçaba

Inscr.Est./Ident.Prof.: 250.454.165

Agência:

Conta Corrente:

UF: SC

Fone: 4935220660

Fax: 49

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
7	GEOMETRIA PARA OS VEICULOS FIAT STRADAS DE PLACAS MBH0317 E MJB5617; FIAT FIORINO DE PLACAS MGR3980; FIAT DOBLÔS DE PLACAS MCI-9034 E 9064;SAVEIROS MLW-3121 E MLW-3211. - (Cód. 02-02-0073)	SV	1,000	40,4544	40,45

Histórico:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE GEOMETRIA PARA VEICULO FIAT STRADA WAORKING PLACA MBH-0317 DE PROPRIEDADE DO SIMAE. (Licitação Nº : 23/2014-PR)

SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1-A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL smtp@simae.sc.gov.br

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA

CNPJ 84.591.890/0001-43

I. ESTADUAL ISENTO

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATO

PGTO EM ATÉ 05 (CINCO) DIAS APÓS ENTREGA A CONTEÚTO

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA UTIL.

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº0840/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE	Total empenhado :	40,45
--	-------------------	-------

Fica empenhada a importância de R\$ 40,45 (quarenta reais e quarenta e cinco centavos)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC 2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Processo Lic. : 31/2014

Data : 05/12/2006

Data : 25/06/2014

Data :

Encarregado do serviço

Credor

PATRICIA CALLEGARI WARKEN

Contadora CRC SC 029205/O-3

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente

Pagina:

SANTA CATARINA**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 14/10/2014

Nº do empenho : 1403/14

Ordinário

Processo : 0031/2014

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA - URBANO
 Elemento: 3.3.90.30.39.00.00.00.01.0200 - Material para Manutenção de Veículos
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	2.349.204,19
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	380,86
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	2.666.590,01	Total (B) :	2.349.585,05
		Saldo (A - B) :	317.004,96

Credor: 6111 JOACABA PNEUS LTDA

Endereço: BR 282 - KM 392

C.N.P.J.: 84-587-245/0010-48

Banco:

Cidade: Joaçaba

Inscr.Est./Ident.Prof.: 250.454.165

Agência:

Conta Corrente:

UF: SC

Fone: 4935220660

Fax: 49

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
5	PNEU 175/70 R-14, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA E VELOCIDADE 88 T, PARA OS VEICULOS FIAT STRADAS DE PLACAS MBH0317 E MJB5617; FIAT FIORINO DE PLACAS MGR3980; FIAT DOBLÔS DE PLACAS MCI-9034 E 9064; SAVEIROS MLW-3121 E MLW-3211 - (Cód. 02-02-0035) Marca: PIRELLI 84T P4 CINT	PÇ	2,000	190,4317	380,86

Histórico:

AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA VEICULO FIAT STRADA WAORKING PLACA MBH-0317 DE PROPRIEDADE DO SIMAE. (Licitação Nº : 23/2014-PR)

SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL sntp@simae.sc.gov.br

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA

CNPJ 84.591.890/0001-43

I. ESTADUAL ISENTO

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATO

PGTO EM ATÉ 05 (CINCO) DIAS APÓS ENTREGA A CONTEÚTO

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA UTIL.

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 0841/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE	Total empenhado :	380,86
--	-------------------	--------

Fica empenhada a importância de R\$ 380,86 (trezentos e oitenta reais e oitenta e seis centavos)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC 2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data : 05/12/2006

Data : 25/06/2014

Data :

Encarregado do serviço	Credor	PATRICIA CALLEGARI WARKEN Contadora CRC SC 029205/O-3	ELISABET MARIA ZANELA SARTORI Diretora Presidente
------------------------	--------	--	--

Pagina:

SANTA CATARINA**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 16/10/2014

Nº do empenho : 1412/14

Global

Processo : 0019/2014

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 1.052 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E REAPARELHAMENTO DO SISTEMA DE ESGOTO
 Elemento: 4.4.90.51.99.00.00.00.01.0200 - Outras Obras e Instalações
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000016

Dotação Inicial:	1.689.000,00	Empenhos anteriores :	710.368,07
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	1.179,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	1.689.000,00	Total (B) :	711.547,07
		Saldo (A - B) :	977.452,93

Credor: 7849 PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA

Endereço: AV CAETANO NATAL BRANCO, 3800 - BOX 07

Cidade: Joaçaba

UF: SC

C.N.P.J.: 07-627-841/0001-72

Inscr.Est./Ident.Prof.:

Banco:

Agência:

Fone: 4935220101

Conta Corrente:

Fax: 4935220101

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2	AREIA MÉDIA - (Cód. 80-01-3016) Marca: PORTO	MT	10,000	117,9000	1.179,00

Histórico:

AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA REPOSIÇÃO DE ESTOQUE DO SIMAE, DE FORMA PARCELADA, NO EXERCÍCIO DE 2014. (Licitação Nº : 13/2014-PR)

SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1-A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL smtip@simae.sc.gov.br

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA

CNPJ 84.591.890/0001-43

I. ESTADUAL ISENTO

PRAZO DE ENTREGA: EXERCÍCIO 2014

PGTO EM ATÉ 05 (CINCO) DIAS APÓS ENTREGA A CONTENTO

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 0850/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE	Total empenhado :	1.179,00
--	-------------------	----------

Fica empenhada a importância de R\$ 1.179,00 (um mil cento e setenta e nove reais)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC 2879/06

Data : 05/12/2006

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 19/2014

Data : 08/04/2014

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço	Credor	PATRICIA CALLEGARI WARKEN Contadora CRC SC 029205/O-3	ELISABET MARIA ZANELA SARTORI Diretora Presidente
------------------------	--------	--	--

Pagina:

SANTA CATARINA**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 16/10/2014

Nº do empenho : 1413/14

Ordinário

Processo : 0031/2014

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA - URBANO
 Elemento: 3.3.90.39.19.00.00.00.00.01.0200 - Manutenção e Conservação de Veículos
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	2.375.363,57
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	83,86
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	2.666.590,01	Total (B) :	2.375.447,43
		Saldo (A - B) :	291.142,58

Credor: 6111 JOACABA PNEUS LTDA

Endereço: BR 282 - KM 392

C.N.P.J.: 84-587-245/0010-48

Banco:

Cidade: Joaçaba

UF: SC

Inscr.Est./Ident.Prof.: 250.454.165

Agência:

Fone: 4935220660

Conta Corrente:

Fax: 49

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
6	BALANCEAMENTO PARA OS VEICULOS FIAT STRADAS DE PLACAS MBH0317 E MJB5617; FIAT FIORINO DE PLACAS MGR3980; FIAT DOBLÔS DE PLACAS MCI-9034 E 9064; SAVEIROS MLW-3121 E MLW-3211. - (Cód. 02-02-0072)	SV	4,000	10,8536	43,41
7	GEOMETRIA PARA OS VEICULOS FIAT STRADAS DE PLACAS MBH0317 E MJB5617; FIAT FIORINO DE PLACAS MGR3980; FIAT DOBLÔS DE PLACAS MCI-9034 E 9064; SAVEIROS MLW-3121 E MLW-3211. - (Cód. 02-02-0073)	SV	1,000	40,4544	40,45

Histórico:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O VEICULO FIAT FIORINO PLACA MGR 3980 DE PROPRIEDADE DO SIMAE. (Licitação Nº : 23/2014-PR)

SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETTRONICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL smtp@simae.sc.gov.br

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA

CNPJ 84.591.890/0001-43

I. ESTADUAL ISENTA

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATO

PGTO EM ATÉ 05 (CINCO) DIAS APÓS ENTREGA A CONTEÚTO

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA UTIL.

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 0851/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE	Total empenhado :	83,86
--	-------------------	-------

Fica empenhada a importância de R\$ 83,86 (oitenta e três reais e oitenta e seis centavos)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC 2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 31/2014

Data : 05/12/2006

Data : 25/06/2014

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço	Credor	PATRICIA CALLEGARI WARKEN Contadora CRC SC 029205/O-3	ELISABET MARIA ZANELA SARTORI Diretora Presidente
------------------------	--------	--	--

Pagina:

SANTA CATARINA**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 17/10/2014

Nº do empenho : 1415/14

Estimativa

Processo : 0065/2013

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA - URBANO
 Elemento: 3.3.90.30.11.00.00.00.01.0200 - Material Químico
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	2.375.447,43
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	500,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	2.666.590,01	Total (B) :	2.375.947,43
		Saldo (A - B) :	290.642,58

Credor: 7177 BUSCHLE & LEPPER S/A

Endereço: RUA ENGENHEIRO UDO DEEKE, 1218

C.N.P.J.: 84-684-471/0003-18

Banco:

Cidade: Blumenau

UF: SC

Inscr.Est./Ident.Prof.: 250289369

Agência:

Fone: 4733341088

Conta Corrente:

Fax: 4773341343

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
5	Solução aquosa de Hipoclorito de Sódio acondicionado em bombonas de 50kg, a ser utilizado no tratamento de água para abastecimento público, com as seguintes características: Fórmula Química: NaClO Teor de Cloro Ativo: 10 a 12% Aspecto: Líquido Cor: Amarelo esverdeado Odor: Picante Densidade: 1,16 a 1,23 g/cm3 Teor de Hidróxidos: mínimo de 0,5% - (Cód. 80-01-5763) Marca: UNIPAR/CARBOCLORO	KG	400,000	1,2500	500,00

Histórico:

AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS A SEREM UTILIZADOS NO TRATAMENTO DE ÁGUA A SER EFETUADO PELO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2014.
 (Licitação Nº : 47/2013-PR)

SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL
 smtp@simae.sc.gov.br

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA

CNPJ 84.591.890/0001-43

I.ESTADUAL ISENTO

PRAZO DE ENTREGA: EXERCÍCIO 2014

PGTO EM ATÉ 05 (CINCO) DIAS APÓS ENTREGA A CONTEÚTO

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA UTIL.

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

SOLICITAÇÃO Nº 0605/2013

PROTOCOLO Nº 3286/2013

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 0853/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE	Total empenhado :	500,00
--	-------------------	--------

Fica empenhada a importância de R\$ 500,00 (quinhentos reais)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC 2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 65/2013

Data : 05/12/2006

Data : 18/12/2013

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço	Credor	PATRICIA CALLEGARI WARKEN	ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
		Contadora CRC SC 029205/O-3	Diretora Presidente

Pagina:

SANTA CATARINA**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 20/10/2014

Nº do empenho : 1419/14

Estimativa

Processo : 0066/2013

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 1.051 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E REAPARELHAMENTO DO SISTEMA DE ÁGUA URBAN
 Elemento: 4.4.90.51.99.00.00.00.01.0200 - Outras Obras e Instalações
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000015

Dotação Inicial:	1.638.000,00	Empenhos anteriores :	1.085.351,98
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	2.079,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	1.638.000,00	Total (B) :	1.087.430,98
		Saldo (A - B) :	550.569,02

Credor: 7149 SECCHI SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA

Endereço: RUA TIRADENTES, 324

C.N.P.J.: 05-146-057/0001-17

Banco:

Cidade: Joaçaba

Inscr.Est./Ident.Prof.:

Agência:

Conta Corrente:

UF: SC

Fone: 35221929

Fax:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA. CUJO EQUIPAMENTO DEVERÁ TER AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: 1.CONCHA COM CAPACIDADE PARA 0,83M³ 2.CAPACIDADE OPERACIONAL DA MÁQUINA 19 TONELADAS 3. ANO DE FABRICAÇÃO 2009 PARA ESCAVAÇÃO EM SOLO COM PRESENÇA DE MATAÇÕES, IMPOSSÍVEIS DE SER REMOVIDOS COM ESCAVADEIRA NORMAL, NAS VALAS ONDE O SIMAE EFETUARÁ IMPLANTAÇÃO E MELHORIA DE REDES. - (Cód. 75-01-3355) Marca: DOOSAN	HR	12,600	165,0000	2.079,00

Histórico:

SERVIÇOS DE ESCAVAÇÃO HIDRÁULICA COM EQUIPAMENTO HIDRÁULICO E COM ROMPEDOR PARA ESCAVAÇÃO, REFERENTE RETIRADA DE ROCHAS E MATAÇÕES DE VALAS ONDE O SIMAE EFETUARÁ REDES DE ÁGUA E ESGOTO NO EXERCÍCIO DE 2014. (Licitação Nº: 48/2013-PR)

SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETTRONICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL smtip@simae.sc.gov.br

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA

CNPJ 84.591.890/0001-43

I. ESTADUAL ISENTA

PRAZO DE EXECUÇÃO EXERCÍCIO 2014

PGTO EM ATÉ 05 (CINCO) DIAS APÓS SERVIÇO PRESTADO A CONTENTO

SOLICITAÇÃO Nº 0606/2013

PROTOCOLO Nº 3287/2013

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 0857/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE	Total empenhado :	2.079,00
--	-------------------	----------

Fica empenhada a importância de R\$ 2.079,00 (dois mil e setenta e nove reais)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC 2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Processo Lic. : 66/2013

Data : 05/12/2006

Data : 05/12/2013

Data :

Encarregado do serviço	Credor	PATRICIA CALLEGARI WARKEN Contadora CRC SC 029205/O-3	ELISABET MARIA ZANELA SARTORI Diretora Presidente
------------------------	--------	--	--

Pagina:



SANTA CATARINA**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 24/10/2014

Nº do empenho : 1448/14

Ordinário

Processo : 0031/2014

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 2.062 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTO
 Elemento: 3.3.90.39.19.00.00.00.00.01.0200 - Manutenção e Conservação de Veículos
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000022

Dotação Inicial:	500.000,00	Empenhos anteriores :	371.218,51
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	62,16
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	500.000,00	Total (B) :	371.280,67
		Saldo (A - B) :	128.719,33

Credor: 6111 JOACABA PNEUS LTDA

Endereço: BR 282 - KM 392

C.N.P.J.: 84-587-245/0010-48

Banco:

Cidade: Joaçaba

Inscr.Est./Ident.Prof.: 250.454.165

Agência:

Conta Corrente:

UF: SC

Fone: 4935220660

Fax: 49

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
6	BALANCEAMENTO PARA OS VEICULOS FIAT STRADAS DE PLACAS MBH0317 E MJB5617; FIAT FIORINO DE PLACAS MGR3980; FIAT DOBLÔS DE PLACAS MCI-9034 E 9064; SAVEIROS MLW-3121 E MLW-3211. - (Cód. 02-02-0072)	SV	2,000	10,8536	21,71
7	GEOMETRIA PARA OS VEICULOS FIAT STRADAS DE PLACAS MBH0317 E MJB5617; FIAT FIORINO DE PLACAS MGR3980; FIAT DOBLÔS DE PLACAS MCI-9034 E 9064; SAVEIROS MLW-3121 E MLW-3211. - (Cód. 02-02-0073)	SV	1,000	40,4544	40,45

Histórico:

AQUISIÇÃO DE PNEUS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE GEOMETRIA E BALANCEAMENTO PARA VEICULO FIAT STRADA WORKING CD PLACA MJB-5617 DE PROPRIEDADE DO SIMAE (Licitação Nº: 23/2014-PR)

SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL smtp@simae.sc.gov.br

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA
 CNPJ 84.591.890/0001-43
 I. ESTADUAL ISENTO

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATO
 PGTO EM ATÉ 05 (CINCO) DIAS APÓS ENTREGA A CONTENTO

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA UTIL.

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

SOLICITAÇÃO Nº 0217/2014
 PROTOCOLO Nº 1236/2014
 AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 0886/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE	Total empenhado :	62,16
--	-------------------	-------

Fica empenhada a importância de R\$ 62,16 (sessenta e dois reais e dezesseis centavos)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC 2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Processo Lic. : 31/2014

Data : 05/12/2006

Data : 25/06/2014

Data :

Encarregado do serviço	Credor	PATRICIA CALLEGARI WARKEN Contadora CRC SC 029205/O-3	ELISABET MARIA ZANELA SARTORI Diretora Presidente
------------------------	--------	--	--

Pagina:

SANTA CATARINA**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 24/10/2014

Nº do empenho : **1449/14**

Ordinário

Processo : 0031/2014

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 2.062 - OPERACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE ESGOTO
 Elemento: 3.3.90.30.39.00.00.00.01.0200 - Material para Manutenção de Veículos
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000022

Dotação Inicial: 500.000,00
 Suplementações: 0,00
 Anulações: 0,00
 Total (A) : 500.000,00

Empenhos anteriores : 371.280,67
 Valor do empenho : 380,86
 Valor Anulado: 0,00
 Total (B) : 371.661,53
 Saldo (A - B) : 128.338,47

Credor: **6111 JOACABA PNEUS LTDA**

Endereço: BR 282 - KM 392

C.N.P.J.: 84-587-245/0010-48

Banco:

Cidade: Joaçaba

UF: SC

Inscr.Est./Ident.Prof.: 250.454.165

Agência:

Fone: 4935220660

Conta Corrente:

Fax: 49

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
5	PNEU 175/70 R-14, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA E VELOCIDADE 88 T, PARA OS VEICULOS FIAT STRADAS DE PLACAS MBH0317 E MJB5617; FIAT FIORINO DE PLACAS MGR3980; FIAT DOBLÔS DE PLACAS MCI-9034 E 9064; SAVEIROS MLW-3121 E MLW-3211 - (Cód. 02-02-0035) Marca: PIRELLI 84T P4 CINT	PÇ	2,000	190,4317	380,86

Histórico:

AQUISIÇÃO DE PNEUS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE GEOMETRIA E BALANCEAMENTO PARA VEICULO FIAT STRADA WORKING CD PLACA MJB-5617 DE PROPRIEDADE DO SIMAE (Licitação Nº : 23/2014-PR)

SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1-A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL smtp@simae.sc.gov.br

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA
 CNPJ 84.591.890/0001-43
 I. ESTADUAL ISENTO

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATO
 PGTO EM ATÉ 05 (CINCO) DIAS APÓS ENTREGA A CONTENTO

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA UTIL.

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

SOLICITAÇÃO Nº 0217/2014
 PROTOCOLO Nº 1236/2014
 AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 0887/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE Total empenhado : 380,86

Fica empenhada a importância de R\$ 380,86 (trezentos e oitenta reais e oitenta e seis centavos)

Fundamento legal : lei 10520/02, decreto 2879

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 31/2014

Data : 05/12/2006

Data : 25/06/2014

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço	Credor	PATRICIA CALLEGARI WARKEN Contadora CRC SC 029205/O-3	ELISABET MARIA ZANELA SARTORI Diretora Presidente
------------------------	--------	--	--

Pagina:

SANTA CATARINA**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 29/10/2014

Nº do empenho : 1486/14

Estimativa

Processo : 0066/2013

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 1.052 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E REAPARELHAMENTO DO SISTEMA DE ESGOTO
 Elemento: 4.4.90.51.99.00.00.00.01.0200 - Outras Obras e Instalações
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000016

Dotação Inicial:	1.689.000,00	Empenhos anteriores :	711.547,07
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	7.125,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	1.689.000,00	Total (B) :	718.672,07
		Saldo (A - B) :	970.327,93

Credor: 7149 SECCHI SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA

Endereço: RUA TIRADENTES, 324

C.N.P.J.: 05-146-057/0001-17

Banco:

Cidade: Joaçaba

Inscr.Est./Ident.Prof.:

Agência:

Conta Corrente:

UF: SC

Fone: 35221929

Fax:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2	SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA ACOPLADO COM ROMPEDOR HIDRÁULICO, CUJO EQUIPAMENTO DEVERÁ TER AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: 1.COM PESO OPERACIONAL DO ROMPEDOR DE 1.200KG 2.ENERGIA DE IMPACTO DE ATÉ 2.800 JOULES 3.ANO DE FABRICAÇÃO 2009 PARA ROMPER ROCHAS PRESENTES EM VALAS ONDE O SIMAE EFETUARÁ IMPLANTAÇÃO E MELHORIA DE REDES - (Cód. 75-01-3356) Marca: BTK	HR	25,000	285,0000	7.125,00

Histórico:

SERVIÇOS DE ESCAVAÇÃO HIDRÁULICA COM EQUIPAMENTO HIDRÁULICO E COM ROMPEDOR PARA ESCAVAÇÃO, REFERENTE RETIRADA DE ROCHAS E MATAÇÕES DE VALAS ONDE O SIMAE EFETUARÁ REDES DE ESGOTO NO BAIRRO CONTESTADO EM JOAÇABA. (Licitação Nº: 48/2013-PR)

SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETTRONICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL smtp@simae.sc.gov.br

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA

CNPJ 84.591.890/0001-43

I. ESTADUAL ISENTO

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATO

PGTO EM ATÉ 05 (CINCO) DIAS APÓS ENTREGA A CONTENTO

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA UTIL.

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

SOLICITAÇÃO Nº 0066/2013

PROTOCOLO Nº 3287/2013

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 0890/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE	Total empenhado :	7.125,00
--	-------------------	----------

Fica empenhada a importância de R\$ 7.125,00 (sete mil cento e vinte e cinco reais)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC 2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data : 05/12/2006

Data : 05/12/2013

Data :

Encarregado do serviço	Credor	PATRICIA CALLEGARI WARKEN Contadora CRC SC 029205/O-3	ELISABET MARIA ZANELA SARTORI Diretora Presidente
------------------------	--------	--	--

Pagina:

SANTA CATARINA**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 30/10/2014

Nº do empenho : 1491/14

Estimativa

Processo : 0064/2013

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AGUA - URBANO
 Elemento: 3.3.90.39.19.00.00.00.01.0200 - Manutenção e Conservação de Veículos
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	2.385.620,18
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	345,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	2.666.590,01	Total (B) :	2.385.965,18
		Saldo (A - B) :	280.624,83

Credor: 7324 AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME

Endereço: RUA HAMILTON ROSSIN 504

C.N.P.J.: 02-558-556/0001-23

Banco:

Cidade: JOAÇABA

Inscr.Est./Ident.Prof.:

Agência:

Conta Corrente:

UF: SC

Fone: 04935223542

Fax: 3554-5454

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
17	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 5 - VEICULOS PESADOS MARCA FORD: LOTE 5: VEICULOS PESADOS MARCA FORD PLACA MARCA/MODELO SIMAE LZN-4621 FORD F4000 TURBO 4.3T CAMINHÃO TANQUE - ANO 1998 DIESEL TECNICA ESGOTO MEB-6131 FORD CARGO 815 CAMINHÃO - ANO 2003/2004 DIESEL TECNICA AGUA - (Cód. 02-11-0009) Marca: ROGECAR	HR	4,000	60,0000	240,00
19	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 5 - VEICULOS PESADOS MARCA FORD LOTE 5: VEICULOS PESADOS MARCA FORD PLACA MARCA/MODELO SIMAE LZN-4621 FORD F4000 TURBO 4.3T CAMINHÃO TANQUE - ANO 1998 DIESEL TECNICA ESGOTO MEB-6131 FORD CARGO 815 CAMINHÃO - ANO 2003/2004 DIESEL TECNICA AGUA - (Cód. 02-11-0011) Marca: ROGECAR	HR	1,500	70,0000	105,00

Histórico:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO PARA O VEICULO MEB-6131. (Licitação Nº : 46/2013-PR)

SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL smtp@simae.sc.gov.br

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA
 CNPJ 84.591.890/0001-43
 I. ESTADUAL ISENTO

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATO
 PGTO EM ATÉ 05 (CINCO) DIAS APÓS ENTREGA A CONTEÚTO

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA UTIL.

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº0895/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE	Total empenhado :	345,00
--	-------------------	--------

Fica empenhada a importância de R\$ 345,00 (trezentos e quarenta e cinco reais)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC 2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data : 05/12/2006

Data : 03/12/2013

Data :

Encarregado do serviço	Credor	PATRICIA CALLEGARI WARKEN Contadora CRC SC 029205/O-3	ELISABET MARIA ZANELA SARTORI Diretora Presidente
------------------------	--------	--	--

Pagina:

SANTA CATARINA**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 30/10/2014

Nº do empenho : 1492/14

Estimativa

Processo : 0064/2013

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 2.062 - OPERAÇÃO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE ESGOTO
 Elemento: 3.3.90.39.19.00.00.00.00.01.0200 - Manutenção e Conservação de Veículos
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000022

Dotação Inicial:	500.000,00	Empenhos anteriores :	375.908,66
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	830,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	500.000,00	Total (B) :	376.738,66
		Saldo (A - B) :	123.261,34

Credor: 7324 AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME

Endereço: RUA HAMILTON ROSSIN 504

C.N.P.J.: 02-558-556/0001-23

Banco:

Cidade: JOAÇABA

Inscr.Est./Ident.Prof.:

Agência:

Conta Corrente:

UF: SC

Fone: 04935223542

Fax: 3554-5454

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
14	SERVIÇO DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 4 - VEÍCULOS MÉDIOS: LOTE 4: VEICULOS MÉDIOS PLACA MARCA/MODELO SIMAE LZW-4084 FORD RANGER 12D - ANO 1998 DIESEL TECNICA AGUA MBC-1206 TOYOTA BAND BJ55LP 2BL4 - ANO 2000 DIESEL TECNICA AGUA MBC-1236 TOYOTA BAND BJ55LP 2BL4 - ANO 2000 DIESEL TECNICA ESGOTO MDS-4409 FIAT DUCATO CARGO - ANO 2004 DIESEL TECNICA ESGOTO - (Cód. 02-11-0006) Marca: ROGECAR	HR	5,000	70,0000	350,00
17	SERVIÇO DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 5 - VEICULOS PESADOS MARCA FORD: LOTE 5: VEICULOS PESADOS MARCA FORD PLACA MARCA/MODELO SIMAE LZN-4621 FORD F4000 TURBO 4.3T CAMINHÃO TANQUE - ANO 1998 DIESEL TECNICA ESGOTO MEB-6131 FORD CARGO 815 CAMINHÃO - ANO 2003/2004 DIESEL TECNICA AGUA - (Cód. 02-11-0009) Marca: ROGECAR	HR	8,000	60,0000	480,00

Histórico:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO PARA OS VEICULOS LZN-4621 E MBC-1236. (Licitação Nº : 46/2013-PR)

SAIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL smtp@simae.sc.gov.br

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA

CNPJ 84.591.890/0001-43

I. ESTADUAL ISENTA

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATO

PGTO EM ATÉ 05 (CINCO) DIAS APÓS ENTREGA A CONTEÚTO

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA UTIL.

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 0896/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE	Total empenhado :	830,00
--	-------------------	--------

Fica empenhada a importância de R\$ 830,00 (oitocentos e trinta reais)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC 2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data : 05/12/2006

Processo Lic. : 64/2013

Data : 03/12/2013

Data :

Encarregado do serviço	Credor	PATRICIA CALLEGARI WARKEN Contadora CRC SC 029205/O-3	ELISABET MARIA ZANELA SARTORI Diretora Presidente
------------------------	--------	--	--

Pagina:

Lages

PREFEITURA

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 87/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 087/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: COMERCIAL DE ALIMENTOS MILÊNIO LTDA, inscrita no CNPJ n.º 07.773.491/0001-52, com sede a Avenida Caldas Junior, 550 - sala 01 - Bairro Santa Helena, na cidade de Lages/SC. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios para as Equipes de Trabalho da Secretaria de Infraestrutura com Base na Garagem da Prefeitura Municipal.

De acordo com solicitação da Secretaria Municipal de Infraestrutura com anuência orçamentária/financeira da Secretaria Municipal da Fazenda e Parecer Jurídico favorável e respeitando a CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO item 7.3 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, ADITA-SE ao valor inicial contratado, o valor de R\$ 623,50 (seiscentos e vinte e três reais e cinquenta centavos).

As demais cláusulas do Contrato primitivo permanecem inalteradas.

Lages, 31 de Outubro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 85/2014 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 085/2014 FMS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ n.º 03.505.263/0001-40, com sede a Rua Colibri, 425 - Salto Weissbach CEP 89032-235 - Blumenau/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Enfermagem para Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal da Saúde de Lages.

De acordo com justificativa apresentada pela CONTRATADA e anuência da Secretaria Municipal da Saúde e Secretaria Municipal da Fazenda, com parecer jurídico favorável, ADITA-SE o valor unitário dos seguintes itens:

ABAIXADOR DE LÍNGUA DE MADEIRA C/100 UNID. - Marca: ESTILO - R\$ 2,60

Compressa de Gaze Hidrófila Estéril; pacote com 500 unidades; peso de 450g por pacote confeccionada em 13 fios 100% algodão, tecido tipo tela com 8 camadas e 5 dobras; com tamanho 7,5 x 7,5cm fechada e aberta 15 x 30cm; na cor branca isenta de impurezas, amido, alvejante óptico, dextrina, corantes, Ph de 5,0 a 8,0. Todas as características devem atender as NRS 13841. Deve possuir dobras para dentro em toda sua extensão para evitar o desprendimento de fios é indicada para limpeza,

cobertura de curativos, absorção de sangue e exsudatos, anti-sepsia de pele e mucosas. A empresa deve apresentar amostra do produto em até 05 (cinco) dias úteis após a licitação e aguardar 15 (quinze) dias para análise do mesmo e oferecer acompanhamento do produto. BPF (Boas Práticas de Fabricação). - Marca: POLAR FIX - R\$ 17,56

Sonda Uretral Nº12; tubo em PVC atóxico, flexível, transparente, superfície rigorosamente lisa, ponta arredondada fechada no lado proximal do tubo com 01 orifício; esterilizada a Óxido de Etileno; com conector adaptável a seringas no lado distal do tubo com tampa; embaladas individualmente em Papel Grau Cirúrgico. Pacote com 10 unidades. A empresa vencedora deve apresentar amostra do produto em até 05 (cinco) dias úteis após a licitação.

- Marca: MEDSONDA - R\$ 0,39

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 09 de Outubro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 88/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 088/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: SUPER VAREJÃO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA ME, inscrita no CNPJ n.º 83.197.277/0001-83, com sede a Rua Araci Paim, 19 - Bairro Araucária, CEP 88512-680 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios para as Equipes de Trabalho da Secretaria de Infraestrutura com Base na Garagem da Prefeitura Municipal.

De acordo com solicitação da Secretaria Municipal de Infraestrutura com anuência orçamentária/financeira da Secretaria Municipal da Fazenda e Parecer Jurídico favorável e respeitando a CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO item 7.3 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, ADITA-SE ao valor inicial contratado, o valor de R\$ 3.470,00 (três mil, quatrocentos e setenta reais).

As demais cláusulas do Contrato primitivo permanecem inalteradas.

Lages, 31 de Outubro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 86/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 086/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: JULIO CÉSAR RODRIGUES DELFES - ME, inscrita no CNPJ n.º 82.894.718/0001-33, com sede a Rua Mario Ribeiro Ramos, 242 - Bairro São Cristóvão, CEP 88509-340 - na cidade de Lages/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios para as Equipes de Trabalho da Secretaria de Infraestrutura com Base na Garagem da Prefeitura Municipal.

De acordo com solicitação da Secretaria Municipal de Infraestrutura com anuência orçamentária/financeira da Secretaria Municipal da Fazenda e Parecer Jurídico favorável e respeitando a CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO item 7.3 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, ADITA-SE ao valor inicial contratado, o valor de R\$ 2.580,00 (dois mil, quinhentos e oitenta reais).

As demais cláusulas do Contrato primitivo permanecem inalteradas.

Lages, 31 de Outubro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 53/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 053/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: GEROG DE BONA & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 03.781.780/0001-42 com sede a Rodovia BR 282, nº 46 - São Sebastião - CEP: 88520-305 - Lages /SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços "por hora cheia trabalhada," de Máquinas e Equipamentos, com motorista e/ou operador devidamente habilitado(s), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

De acordo com solicitação da Secretaria Municipal de Infraestrutura com anuência orçamentária/financeira da Secretaria Municipal da Fazenda e Parecer Jurídico favorável e respeitando a CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO item 7.3 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, ADITA-SE ao valor inicial contratado, o valor de R\$ 67.081,25 (sessenta e sete mil, oitenta e um reais e vinte e cinco centavos).

As demais cláusulas do Contrato primitivo permanecem inalteradas.

Lages, 31 de Outubro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 289/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 289/2014 PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: ELÓI DARTORA DE SOUZA JUNIOR ME, inscrita no CNPJ n.º 07.025.399/0001-04, com sede a Rua Valdomiro Koeche, 50 - Gethal, CEP 88520-450 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais Para Conservação e Manutenção da Sinalização Vertical em diversas Ruas e Avenidas do Município, para atender as necessidades do Setor de Trânsito, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais) Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 180/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 78/2014

Lages, 31 de Outubro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 290/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 290/2014 PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA inscrita no CNPJ n.º 08.208.387/0001-88, com sede a Praça Vidal Ramos Sênior, 86, CEP 88.502-005 - Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 180/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 78/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais Para Conservação e Manutenção da Sinalização Vertical em diversas Ruas e Avenidas do Município, para atender as necessidades do Setor de Trânsito, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 70.090,00 (setenta mil e noventa reais)

Lages, 31 de Outubro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 291/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 291/2014 PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: CEPAR COMÉRCIO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA inscrita no CNPJ n.º 80.891.129/0001-67, com sede a Avenida Duque de Caxias, 600 - Sala 09 - 2º andar, CEP: 88508-000.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 181/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 79/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aluguel de Cascalheira para Extração de Cascalho durante a vigência da Licença Ambiental de Operação, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente, até o final da licença ambiental;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais mensais).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

O prazo de vigência fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2014. A sua validade será da data da sua assinatura até 31/12/2014

Lages, 31 de Outubro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO 55/2014 PML

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 55/2014

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 55/2014, através da Secretaria Municipal de Administração, com a empresa JOSÉ ROGÉRIO BORGES - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 17.206.843/0001-41, com sede a Rua: Jerônimo Coelho nº 280 - Bairro: Centro, CEP 88.501-260, na cidade de Lages/SC, para realização de Serviços de Mão de Obra para Troca Emergencial de Telhas na Secretaria de Administração, pelo valor de R\$ 18.635,00 (dezoito mil seiscentos e trinta e cinco reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 30 de Outubro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 30 de Outubro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito do Município de Lages

DISPENSA DE LICITAÇÃO 56/2014 PML

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 56/2014

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 56/2014, através do Fundo Municipal de Saúde - SMS, com a empresa BALMAR CONSTRUÇÕES LTDA - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 08.154.352/0001-03, com sede a Rua: Vergílio Godinho nº

106 - CEP: 88.503-010 - Bairro: Brusque, Lages/SC, para Serviços de Mão de Obra na Reforma da Cobertura do Almojarifado Central e Secretaria da Saúde, pelo valor de R\$ 13.224,80 (treze mil duzentos e vinte e quatro reais e oitenta centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 30 de Outubro de 2014.

Maria Cristina M. Subtil

Secretária Municipal de Saúde

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Maria Cristina M. Subtil, Secretária Municipal de Saúde, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 30 de Outubro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito do Município de Lages

DISPENSA DE LICITAÇÃO 57/2014 PML

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 57/2014

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 57/2014, através da Secretaria Municipal de Administração, com a empresa RONI RODRIGUES BORGES, inscrito no CNPJ sob n.º 15.106.232/0001-04, com sede a Rua: Cirilo Vieira Ramos nº 758 - Bairro: Vila Nova, CEP 88.503-200, na cidade de Lages/SC, para realização de Serviços de Mão de Obra para Reforma Emergencial da Cobertura do Teatro Marajoara, pelo valor de R\$ 13.040,00 (treze mil e quarenta reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 30 de Outubro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 30 de Outubro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito do Município de Lages

DISPENSA DE LICITAÇÃO 58/2014 SMS

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 58/2014

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 58/2014, através da Secretaria Municipal de Saúde, com a

empresa DIMAS COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 83.262.923/0001-49, com sede a Rodovia BR 101 - KM 210, S/N - Bairro: Picadas do Sul, CEP 88.106-101, na cidade de São José/SC, para refazer Motor sem Periféricos da Ambulância FORD TRANSIT Nº 22 OPD 2140, pertencente à frota da saúde, pelo valor de R\$ 19.900,00 (dezenove mil e novecentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 30 de Outubro de 2014.
Maria Cristina M. Subtil
Secretária Municipal de Saúde

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Maria Cristina M. Subtil, Secretária Municipal da Saúde, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 30 de Outubro de 2014.
Elizeu Mattos
Prefeito do Município de Lages

DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2014 SEMASA

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2014
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 02/2014, através da Secretaria Municipal de Águas e Saneamento (SEMASA), com a empresa EMEPLAN EMP. MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA DO PLANALTO LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 80.646.748/0001-03, com sede a Rua: Governador Jorge Lacerda nº 187; sobreloja - Bairro: Centro, CEP 88.501-120, na cidade de Lages/SC, para Contratação de Empresa de Consultoria Especializada para Execução de Serviços de Leitura Informatizada de Hidrômetros por Microcoletores de Dados Portáteis ou outro equipamento similar, com emissão e entrega simultânea das faturas de água/esgoto correspondente e a entrega de Documentos na Cidade de Lages e no Distrito Santa Terezinha do Salto, pelo valor de R\$ 512.962,20 (quinhentos e doze mil novecentos e sessenta e dois reais e vinte centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 28 de Abril de 2014.
Vilson Rodrigues da Silva
Secretário Municipal de Águas e Saneamento

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Vilson Rodrigues da Silva, Secretário Municipal de Águas e Saneamento, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 28 de Abril de 2014.
Elizeu Mattos
Prefeito do Município de Lages

PP 80-2014 PML; PP 46-2014 SMS; PP 24 E 25-2014 SEMASA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 24/2014 SEMASA

Objeto: Aquisição de Conjunto de Motobomba e Inversor de Frequência

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 13/11/2014 às 14:30

Valor Estimado: R\$ 28.020,12

Modalidade: PP 25/2014 SEMASA

Objeto: Locação de Equipamentos para Fornecimento de Cópias, Impressões e Digitalizações de Documentos com Manutenção de Toners e Papéis.

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 14/11/2014 às 14:30

Valor Estimado: R\$ 208.700,00

Modalidade: PP 46/2014 SMS

Objeto: Aquisição de Materiais para a Atividade de Conscientização do Programa da AIDS/DST

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 14/11/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 21.330,00

Modalidade: PP 80/2014 PML

Objeto: Aquisição de Materiais de Construção e Madeiras

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 17/11/2014 às 14:30

Valor Estimado: R\$ 189.092,91

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 31 de outubro de 2014.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário de Administração

RERRATIFICAÇÃO CC 06-2014 PML

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 06/2014 PML

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM DO TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DA FÁBRICA DA SINOTRUK.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento:

-NO ITEM 16.4 DO EDITAL, DA QUALIFICAÇÃO OPERACIONAL DO LICITANTE, LEIA-SE: Comprovar através de atestado(s), em nome do Licitante, passado(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA, a execução de serviços compatíveis com pelo menos 50% (cinquenta) por cento dos serviços de escavação, carga e transporte.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 31 de outubro de 2014.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário de Administração

Lauro Muller**PREFEITURA****DECRETO Nº 143/2014**

DECRETO Nº 143/2014

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O DESASSOREAMENTO DE PARTE DO LEITO DO RIO ROCINHA

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos artigos 5º letra "i" e 6º do Decreto Lei nº 3.365, de 21/06/1941, combinado com os artigos 9º e 63, incisos XXI e V, respectivamente da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a ocorrência de fortes precipitações na bacia do Rio Tubarão;

CONSIDERANDO o Rio Rocinha encontra-se bastante assoreado, no trecho compreendido entre as coordenadas UTM x 653808 y 6857823 e x 649206 y 6857865.

CONSIDERANDO que o assoreamento impede a vazão das águas e ocasiona transbordamentos laterais atingindo estradas, residências e outras edificações;

CONSIDERANDO que a situação atual tem ocasionado insegurança, gerando conflitos e desestímulo à população;

CONSIDERANDO os prejuízos sociais e econômicos;

CONSIDERANDO o desassoreamento do rio tem a finalidade de proporcionar o aumento da secção transversal deste trecho do Rio Rocinha;

CONSIDERANDO o desassoreamento do rio ocasionará a diminuição dos prejuízos econômicos e sociais, o aumento do nível de segurança da população;

CONSIDERANDO o desassoreamento do rio reduzirá os riscos frequentes de alagamento e dará tranquilidade e a melhorará a qualidade de vida da população envolvida;

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, como medida preventiva e contenção de cheias, o desassoreamento de parte do leito do Rio Rocinha, no trecho compreendido entre as coordenadas UTM x 653808 y 6857823 e x 649206 y 6857865.

Art. 2º - A área do leito do rio descrito no artigo anterior tem com o objetivo específico de desassoreamento com aproveitamento do material para uso nas melhorias das vias públicas do município. Este desassoreamento consiste em fazer o aprofundamento e alargamento de parte do leito do Rio Rocinha.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 27 DE OUTUBRO DE 2014
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

DECRETO Nº 144/2014

DECRETO Nº 144/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.784/2013, de 11 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 7.500,00 (Sete Mil e Quinhentos Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

08.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

08.01 - Fundo Municipal de Agricultura

2.033 - Apoio ao Produtor Rural

DOTAÇÃO 120

4.4.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 7.500,00

Total: R\$ 7.500,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

08.01 - SECRETARIA MUNI. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

08.01 - Fundo Municipal de Agricultura

2.033 - Apoio ao Produtor Rural

DOTAÇÃO 178

3.3.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 7.500,00

Total: R\$ 7.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 29 DE OUTUBRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Sec. Adm., Fin. e Planej.

DECRETO Nº 145/2014

DECRETO Nº 145/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.784/2013, de 11 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 41.284,15 (Quarenta e Um Mil, Duzentos e Oitenta e Quatro Reais, e Quinze Centavos), para reforço do seguinte item orçamentário:

04.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES

04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico

2.020 - - Manutenção do Ensino Fundamental

DOTAÇÃO 182

3.3.90.00.00.1189 - Aplicação Direta R\$ 41.284,15

Total: R\$ 41.284,15 Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do superávit financeiro da fonte 138 (Salário Educação), verificada no exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 29 DE OUTUBRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Sec. Adm., Fin. e Planej.

LEI Nº 1.832/2014

LEI Nº 1.832/2014 DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE - FEBAVE, PARA CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE - FEBAVE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.975.236/0001-08, para a concessão de 3 (três) bolsas de estudo, destinadas a alunos matriculados no Curso Profissionalizante de Técnico em Agropecuária, da Escola de Educação Profissional Técnica Colônia Grão Pará, economicamente carentes, residentes no município de Lauro Müller/SC e que preencham os requisitos previstos nesta Lei.

§ 1º. Não havendo a concessão do total de bolsas de estudos previstas no caput deste artigo no ano de 2014, as bolsas remanescentes serão concedidas nos anos subsequentes até atingir a quantidade de 3 (três) bolsas de estudo.

§ 2º. As bolsas de estudos darão cobertura ao beneficiário até à conclusão do curso, salvo a intercorrência de algum advento que justifique a cessação do benefício.

Art. 2º. O valor de cada bolsa de estudos será de R\$ 435,60 (quatrocentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos) mensais, num total de 12 (doze) parcelas por ano, ficando autorizado o Poder Executivo Municipal a repassar à FUNDAÇÃO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE - FEBAVE, o valor global das bolsas de estudo concedidas, de até R\$ 15.681,60 (quinze mil e seiscentos e oitenta e um reais e sessenta centavos) por ano.

§1º. A FEBAVE deverá prestar contas mensalmente em até 30 dias (trinta) após o recebimento de cada parcela e ao final em até 60 (sessenta dias) após o recebimento total dos recursos, na forma exigida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e pela legislação de regência aplicável à espécie e encaminhará semestralmente relatório com os nomes e notas dos bolsistas do município de Lauro Müller.

§2º. O valor das bolsas de estudos será reajustado de acordo com os reajustes anuais aplicado pela FUNDAÇÃO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE - FEBAVE ao valor de suas mensalidades.

Art. 3º. A seleção dos beneficiários e fiscalização do cumprimento dos critérios para a sua obtenção e manutenção ficará a cargo de uma comissão designada pela FEBAVE, assegurando-se a participação do Município.

Art. 4º. O aluno beneficiado por esta Lei perderá a bolsa de estudos nos seguintes casos:

I - dependência em qualquer disciplina;

II - comportamento disciplinar ou estudantil inadequado;

III - desistência do curso ou trancamento de matrícula;

IV - reprovação;

V - O bolsista perderá a bolsa de estudos se comprovada renda suficiente para o pagamento pessoal das mensalidades.

Art. 5º. As despesas oriundas do convênio ora autorizadas correrão por conta da Lei Orçamentária nº 1.784/2013, de 11 de Dezembro de 2013; 04.01- Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes; 2.025 - Apoio ao Ensino Superior; Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicação Direta

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 27 DE OUTUBRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

EDUARDO BETT

SEC. ADMINISTRAÇÃO, FIN. PLANEJ.

LEI Nº 1.833/2014

LEI Nº 1.833/2014 DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.

Estabelece o Plano de Resíduos Sólidos do Município de Lauro Müller/SC, em conformidade com a Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica estabelecido o Plano de Resíduos Sólidos do Município de Lauro Müller/SC, representado pelo "Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos Municípios Integrados do CIRSURES" (ANEXO ÚNICO), elaborado pelo instituto IPAT/UNESC, o qual passa a ser parte integrante desta Lei.

Art. 2º - O Município de Lauro Müller/SC fica vinculado ao disposto no "Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

dos Municípios Integrados do CIRSURES”, devendo dar integral cumprimento aos seus dispositivos.

Art. 3º - Revogam-se as normas municipais contrárias ao “Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos Municípios Integrados do CIRSURES”.

Art. 4º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 27 DE OUTUBRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

EDUARDO BETT

SEC. ADMINISTRAÇÃO, FIN. PLANEJ.

DECRETO Nº 146/2014

DECRETO Nº 146/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.784/2013, de 11 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 2.870,22 (Dois Mil, Oitocentos e Setenta Reais e Vinte e Dois Centavos) para reforço do seguinte item orçamentário:

05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

05.01 - Departamento de Obras

2.028 - Sinalização e Manutenção de Vias Públicas

DOTAÇÃO 80

3.3.90.00.00.1175 - Aplicação Direta R\$ 2.870,22

Total: R\$ 2.870,22 Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por do excesso de arrecadação verificado na fonte de recursos 1175 (Transfêrencias de Convênios do Estado).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Sec. Adm., Fin. e Planej.

DECRETO Nº 147/2014

DECRETO Nº 147/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.784/2013, de 11 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 6.800,00 (Seis Mil e Oitocentos Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

03.01 - SECRETARIA DE ADM, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01 - Departamento de Administração

2.006 - Manutenção do Convênio de Trânsito

DOTAÇÃO 17

3.3.90.00.00.1174 - Aplicação Direta R\$ 6.800,00

Total: R\$ 6.800,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá pela anulação em mesma quantia na dotação abaixo relacionada;

03.01 - SECRETARIA DE ADM, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01 - Departamento de Administração

2.006 - Manutenção do Convênio de Trânsito

DOTAÇÃO 20

4.4.90.00.00.1174 - Aplicação Direta R\$ 6.800,00

Total: R\$ 6.800,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Sec. Adm., Fin. e Planej.

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/PMLM

SEGUNDA RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/PMLM

PROCESSO Nº 115/PMLM

A Prefeitura Municipal de Lauro Müller, com sede Rua Valter Vertterly, 239- Centro em Lauro Müller/SC, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a participar do Pregão Presencial 115/2014 que em sua publicação oficial, comunica-se que houveram alterações nos itens 7.1.8 Relativos a qualificação técnica e item 2.3 da minuta contratual, mantendo-se a mesma data de abertura do certame.

Lauro Müller, 31 de outubro de 2014.

ALAN JUNG CROCETA

Pregoeiro

Lebon Régis

PREFEITURA

DECRETO Nº 086/2014

DECRETO Nº 086/2014, de 22 de outubro de 2014.

“CONSTITUI COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TESTE SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DA AUTARQUIA HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO”

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

DECRETA

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização de Teste Seletivo para Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público do Poder Executivo e da Autarquia Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio, que será formada pelos seguintes servidores efetivos:

- I - Carla Simone Carlin do Prado Lima, Presidente;
- II - Eny Aparecida Tramontina Coferri, Secretária;
- III - Mariza Granemann de Mello, membro;
- IV - Daniele Ghilardi, membro;
- V - Kelly Fernanda Durdyn, membro.

Art. 2º. São atribuições da Comissão, entre outras pertinentes ao objeto:

- I - Acompanhar a elaboração do(s) Edital(is) de Teste Seletivo;
- II - Analisar e decidir os requerimentos de inscrição;
- III - Analisar e decidir os recursos interpostos contra o resultado das inscrições;
- IV - Acompanhar e fiscalizar a aplicação das provas escritas;
- V - Analisar os títulos apresentados pelos candidatos, bem como atribuir a nota da prova de títulos;
- VI - Definir a nota final dos candidatos e a ordem de classificação;
- VII - Analisar e decidir os recursos interpostos contra a nota final e/ou classificação dos candidatos;
- VIII - Decidir os casos omissos no(s) Edital (is) de Teste Seletivo.

Parágrafo único. Excluem-se expressamente das atribuições da Comissão a elaboração, aplicação e correção das provas escritas, bem como a análise de recursos interpostos contra questão ou gabarito desta prova.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Lebon Régis, 22 de outubro de 2014.
LudovinoLabas
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Cleuza Maria RedolfiTomacheuski
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PREGÃO PRESENCIAL Nº PR41/2014

AVISO RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL

Pregão Presencial Nº PR41/2014, conforme especificações contidas no edital entregaram os envelopes de Proposta e documentação, as seguintes empresas: FUNILARIA E SERRALHERIA ZANCANARO LTDA-ME e PEDRO ABILIO COMÉRCIO E ESQUADRIAS METÁLICAS, INSULFILME, ARTIGOS ESPORTIVOS, ME, que não mandou representante. Foi vencedor dos grupos a empresa FUNILARIA E SERRALHERIA ZANCANARO LTDA-ME. Valores: Grupo de itens: 1 - Portões e Cerca = 5.800,00, Grupo de itens: 2 - Vidros = 4.200,00, Grupo de itens: 3 - Testeira = 6.100,00, Grupo de itens: 4 - Calhas = 17.000,00, totalizando 33.100,00. Maiores informações: pelo e-mail: licitacoes@lebonregis.sc.gov.br ou tel.: (49) 3247-0188.

Lebon Régis, 31 de outubro de 2014.

Gilmar Francisco Peretti
Pregoeiro.

PORTARIAS 009 A 014

PORTARIA n.º 010/2014 DE 02 DE MAIO DE 2014.

JOAQUIM LEONIR PRESTES CAETANO, Presidente da Casa Legislativa Municipal de Lebon Régis Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 03/90 e suas alterações feitas através da Lei Complementar 76/2012 de 12/01/2012.

CONSIDERANDO:

Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Legislativo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Que para o desempenho de atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal e na esfera do Legislativo, os servidores públicos se encontram amparados e submetidos ao que dispõe e determina o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, que se traduz na Lei Complementar n.º 03/90 de 12/10/90 e suas alterações posteriores feitas através da Lei Complementar 76/2012 de 12/01/2012,

Que o servidor da municipalidade e das carreiras do Legislativo Sr.CARLOS IVAN ZANOTTO, matrícula n.º 009, ocupante do cargo de provimento efetivo ASSISTENTE LEGISLATIVO, nível “2” do anexo I, da Resolução n.º 03 de 14/09/1990, e lotação na Secretaria da Casa Legislativa, encontra-se impossibilitado de exercer suas funções, em decorrência de doença comprovada, conforme exames médicos apresentados.

RESOLVE:

1-) Conceder,licença para tratamento de saúde a o servidor Sr CARLOS IVAN ZANOTTO, matrícula n.º 009, ocupante do cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE LEGISLATIVO, nível “02” do anexo I, da Resolução n.º 03/90 de 14/09/1990, e lotação na Secretaria da Casa Legislativa, o qual deverá ser encaminhado para perícia médica junto ao INSS, após 15 dias da data do atestado.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PRESIDENTE, 02 de Maio de 2014.

JOAQUIM LEONIR PRESTES CAETANO
Presidente

JOÃO CARLOS PIERDONÁ
1º Secretário

PORTARIA n.º 011/2014 DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

JOAQUIM LEONIR PRESTES CAETANO, Presidente da Casa Legislativa Municipal de Lebon Régis Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 03/90 e suas alterações feitas através da Lei Complementar 76/2012 de 12/01/2012.

CONSIDERANDO:

Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Legislativo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Que para o desempenho de atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal e na esfera do Legislativo, os servidores públicos se encontram amparados e submetidos ao que dispõe e determina o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, que se traduz na Lei Complementar n.º 03/90 de 12/10/90 e suas alterações posteriores feitas através da Lei Complementar 76/2012 de 12/01/2012,

Que o servidor da municipalidade e das carreiras do Legislativo Sr. SAULO CORREIA DA SILVA, matrícula n.º 004, ocupante do cargo de provimento efetivo VIGILANTE, nível "A" do sub-anexo II, da Lei Complementar n.º 45/06 de 23/06/2003, e lotação na Secretaria da Casa Legislativa, prestou serviços contínuos no período de 01/08/2008 a 31/12/2011.

Que o disposto no Art. 184 da Lei Complementar n.º 76/2012 de 12/01/12, garante licença prêmio proporcional a 40 (quarenta) meses pelo período de 60 (sessenta) dias.

RESOLVE:

1-) Conceder, fulcro Art. 184 da lei Complementar n.º 76/2012 de 12/01/2012, 60 (sessenta) dias a título de licença prêmio referente período 01/02/2008 a 31/12/2011, a serem gozados no período de 01/11/2014 a 31/12/2014 para o servidor desta municipalidade e das carreiras do Legislativo Sr SAULO CORREIA DA SILVA, matrícula n.º 004, ocupante do cargo de provimento efetivo VIGILANTE, nível "A" do sub-anexo II da Lei Complementar n.º 45/06.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PRESIDENTE, 31 de OUTUBRO de 2014.

JOAQUIM LEONIR PRESTES CAETANO
Presidente

JOÃO CARLOS PIERDONÁ
1º Secretário

PORTARIA n.º 012/2014 DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

JOAQUIM LEONIR PRESTES CAETANO, Presidente da Casa Legislativa Municipal de Lebon Régis Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 03/90 e suas alterações feitas através da Lei Complementar 76/2012 de 12/01/2012.

CONSIDERANDO:

Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Legislativo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e

atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Que para o desempenho de atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal e na esfera do Legislativo, os servidores públicos se encontram amparados e submetidos ao que dispõe e determina o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, que se traduz na Lei Complementar n.º 03/90 de 12/10/90 e suas alterações posteriores feitas através da Lei Complementar 76/2012 de 12/01/2012,

Que o servidor da municipalidade e das carreiras do Legislativo Sr., ITAMAR LUIZ BORGIA matrícula n.º 005, ocupante do cargo de provimento efetivo VIGILANTE, nível "A" do sub-anexo II, da Lei Complementar n.º 45/06 de 23/06/2003, e lotação na Secretaria da Casa Legislativa, prestou serviços contínuos no período de 01/02/2008 a 31/12/2011.

Que o disposto no Art. 184 da Lei Complementar n.º 76/2012 de 12/01/12, garante licença prêmio proporcional a 40 (quarenta) meses pelo período de 60 (sessenta) dias.

RESOLVE:

1-) Conceder, fulcro Art. 184 da lei Complementar n.º 76/2012 de 12/01/2012, 60 (sessenta) dias a título de licença prêmio referente período 01/02/2008 a 31/12/2011, a serem gozados no período de 01/11/2014 a 31/12/2014 para o servidor desta municipalidade e das carreiras do Legislativo Sr ITAMAR LUIZ BORGIA, matrícula n.º 005, ocupante do cargo de provimento efetivo VIGILANTE, nível "A" do sub-anexo II da Lei Complementar n.º 45/06.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PRESIDENTE, 31 de OUTUBRO de 2014.

JOAQUIM LEONIR PRESTES CAETANO
Presidente

JOÃO CARLOS PIERDONÁ
1º Secretário

PORTARIA n.º 013/2014 DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

JOAQUIM LEONIR PRESTES CAETANO, Presidente da Casa Legislativa Municipal de Lebon Régis Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 03/90 e suas alterações feitas através da Lei Complementar 76/2012 de 12/01/2012.

CONSIDERANDO:

Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Legislativo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Que para o desempenho de atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal e na esfera do Legislativo, os servidores públicos se encontram amparados e submetidos ao que dispõe e determina o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, que se traduz na Lei Complementar n.º 03/90 de 12/10/90 e suas alterações posteriores feitas através da Lei Complementar 76/2012 de 12/01/2012,

Que o servidor da municipalidade e das carreiras do Legislativo Sra., MARGARETE CONTE ARCHEK matrícula n.º 006, ocupante do cargo de provimento efetivo AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, nível "A" do sub-anexo II, da Lei Complementar n.º 45/06 de 23/06/2003, e lotação na Secretaria da Casa Legislativa, prestou

serviços contínuos no período de 01/02/2008 a 31/12/2011. Que o disposto no Art. 184 da Lei Complementar n.º 76/2012 de 12/01/12, garante licença prêmio proporcional a 40 (quarenta) meses pelo período de 60 (sessenta) dias.

RESOLVE:

1-) Conceder, fulcro Art. 184 da lei Complementar n.º 76/2012 de 12/01/2012, 60 (sessenta) dias a título de licença prêmio referente período 01/02/2008 a 31/12/2011, a serem gozados no período de 01/11/2014 a 31/12/2014 para a servidora desta municipalidade e das carreiras do Legislativo Sra MARGARETE CONTE ARCHEK, matrícula n.º 005, ocupante do cargo de provimento efetivo AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, nível "A" do sub-anexo II, da Lei Complementar n.º 45/06.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PRESIDENTE, 31 de OUTUBRO de 2014.

JOAQUIM LEONIR PRESTES CAETANO
Presidente

JOÃO CARLOS PIERDONÁ
1º Secretário

PORTARIA n.º 014/2014 DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

JOAQUIM LEONIR PRESTES CAETANO, Presidente da Casa Legislativa Municipal de Lebon Régis Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 03/90 e suas alterações feitas através da Lei Complementar 76/2012 de 12/01/2012.

CONSIDERANDO:

Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Legislativo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Que para o desempenho de atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal e na esfera do Legislativo, os servidores públicos se encontram amparados e submetidos ao que dispõe e determina o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, que se traduz na Lei Complementar n.º 03/90 de 12/10/90 e suas alterações posteriores feitas através da Lei Complementar 76/2012 de 12/01/2012,

Que o servidor da municipalidade e das carreiras do Legislativo Sr. GREGORY DAVID, matrícula n.º 002, ocupante do cargo de provimento efetivo TESOUREIRO, nível "C" do sub-anexo II, da Lei Complementar n.º 45/06 de 23/06/2003, e lotação na Secretaria da Casa Legislativa, prestou serviços contínuos no período de 27/12/2007 a 31/12/2011.

Que o disposto no Art. 184 da Lei Complementar n.º 76/2012 de 12/01/12, garante licença prêmio proporcional a 48 (quarenta e oito) meses pelo período de 72 (Setenta e dois) dias.

RESOLVE:

1-) Conceder, fulcro Art. 184 da lei Complementar n.º 76/2012 de 12/01/2012, 72 (setenta e dois) dias a título de licença prêmio referente período 27/12/2007 a 31/12/2011, a serem gozados no período de 01/11/2014 a 12 /01/2015 para o servidor desta municipalidade e das carreiras do Legislativo Sr GREGORY DAVID, matrícula n.º 002, ocupante do cargo de provimento efetivo de Tesoureiro, nível "C" do sub-anexo II, da Lei Complementar n.º 45/06.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PRESIDENTE, 31 de OUTUBRO de 2014.

JOAQUIM LEONIR PRESTES CAETANO
Presidente

JOÃO CARLOS PIERDONÁ
1º Secretário

PORTARIA n.º 009/2014 DE 02 DE MAIO DE 2014.

JOAQUIM LEONIR PRESTES CAETANO, Presidente da Casa Legislativa Municipal de Lebon Régis Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 03/90 e suas alterações feitas através da Lei Complementar 76/2012 de 12/01/2012 E Lei Complementar 045/2006 de 27/06/2006.

CONSIDERANDO:

Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Legislativo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Que para o desempenho de atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal e na esfera do Legislativo, os servidores públicos se encontram amparados e submetidos ao que dispõe e determina o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, que se traduz na Lei Complementar n.º 03/90 de 12/10/90 e suas alterações posteriores feitas através da Lei Complementar 76/2012 de 12/01/2012 e lei Complementar 045/2006.

Que o servidor da municipalidade e das carreiras do Legislativo Sr. GREGORY DAVID, matrícula n.º 002, ocupante do cargo de provimento efetivo TESOUREIRO, nível "C" do sub-anexo II, da Lei Complementar n.º 45/06 de 27/06/2006, e lotação na Secretaria da Casa Legislativa, desempenha funções pertinentes a outros cargos como técnico em informática e digitador.

Que o disposto no Art. 75 a 78 da Lei Complementar n.º 45/2006 de 27/06/2006, recepcionou a Função Gratificada para o exercício temporário de outras funções de livre nomeação e exoneração.

RESOLVE:

1-) Conceder, Função Gratificada do Pessoal Interno - FGPI - 05, com vencimentos previstos no SUB - ANEXO III da Lei Complementar 045/2006, para o servidor desta municipalidade e das carreiras do Legislativo Sr GREGORY DAVID, matrícula n.º 002, ocupante do cargo de provimento efetivo de Tesoureiro, nível "C" do sub-anexo II, da Lei Complementar n.º 45/06 de 23/06/2003, e lotação na Secretaria da Casa Legislativa, bem como incluir na folha estipêndios competência 05/2014 o valor correspondente.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PRESIDENTE, 02 de Maio de 2014.

JOAQUIM LEONIR PRESTES CAETANO
Presidente

JOÃO CARLOS PIERDONÁ
1º Secretário

Leoberto Leal

PREFEITURA

DECRETO N.º 106/2014

DECRETO Nº 106, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal n.º 1.099, de 30 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art. 10. Fica aberto Crédito Adicional Especial no Orçamento da Seguridade Social, na dotação com a seguinte estrutura e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.200,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2.000,00
Função	10	Saúde	2.200,00
Sub-função	301	Atenção Básica	2.200,00
Programa	06	Saúde com Excelência	2.200,00
Atividade	2.017	Vigilância em Saúde - Componente de Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	2.200,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	2.200,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	2.200,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	2.200,00
Fonte de Recurso/Detalhamento	0.1.0066.46	Vigilância em Saúde - Piso Fixo de Vigilância em Saúde - PFVS (Transferência Estado)	2.200,00
TOTAL DO CRÉDITO ESPECIAL			2.200,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do excesso de arrecadação da seguinte fonte.

Fonte	Código Fonte	Valor
Vigilância em Saúde - Piso Fixo de Vigilância em Saúde - PFVS (Transferência Estado)	0.1.0066.46	2.200,00
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO		2.200,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 31 de outubro de 2014.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Luzerna

PREFEITURA

AVISO DE ALTERAÇÃO - PL 120/2014 - PR 072/2014 - TRANSPORTE ESCOLAR - PML

AVISO DE ALTERAÇÃO

Processo Licitatório nº 120/2014

Pregão nº 072/2014

O Município de Luzerna torna público a alteração efetuada no Edital de Pregão Presencial nº 072/2014, cujo objeto é "a contratação de serviço de transporte escolar de alunos do ensino infantil, fundamental e médio da rede de ensino para o ano letivo 2015 conforme itinerário/percursos e especificações estabelecida no presente Edital e Anexos."

1) Incluir o item 2.1.4. ao edital do certame a capacidade mínima de transporte de cada veículo para cada linha, nos termos que segue:

Linha 1: mínimo 52 lugares

Linha 2: mínimo 54 lugares

Linha 3: mínimo 24 lugares

Linha 4: mínimo 24 lugares

Linha 6: mínimo 15 lugares

Linha 7: mínimo 15 lugares

Linha 8: mínimo 12 lugares

Linha 9: mínimo 12 lugares

Linha 10: mínimo 15 lugares

Linha 11: mínimo 52 lugares

Linha 12: mínimo 54 lugares

Linha 13: mínimo 54 lugares

2) Informar que a linha 11 o é turno da prestação do serviço é vespertino.

3) As demais disposições permanecem inalteradas.

4) O Edital na íntegra e devidamente alterado encontra-se disponível no site www.luzerna.sc.gov.br a partir da data de publicação deste aviso

5) As demais disposições permanecem inalteradas.

6) O Edital na íntegra e devidamente alterado encontra-se disponível no site www.luzerna.sc.gov.br a partir da data de publicação deste aviso.

Luzerna (SC), 31 de outubro de 2014.

Moises Diersmann
Prefeito

DECRETO 1919

DECRETO Nº 1919 de 30 de outubro de 2014.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR EM FAVOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA"

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art. 22 da Lei nº 1.171, de 12 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no montante de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), em favor do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA, à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurado até dia 30 de outubro de 2014, na Fonte 65 - MAC Média e Alta Complexidade, na forma do disposto no inciso II, do art. 43 da Lei nº 4.320/64, atribuída a seguinte classificação orçamentária:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Atividade - 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Modalidade de Aplicação - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Fonte 65 - MAC Média e Alta Complexidade R\$ 9.000,00

Art. 2º - É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 30 de outubro de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

RECEITAS FEDERAIS DO DIA 30/10/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 30/10/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		92.851,76
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	100.350,52
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	100.350,52
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	100.288,01
4.1.7.2.1.01.02.10.00	Cota-Parte do FPM CF, art. 159, I, alínea b	100.288,01
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do FPM 60%	60.172,81
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do FPM 25%	25.072,00
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do FPM 15%	15.043,20
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	62,51
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota-Parte do ITR 60%	37,50
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota-Parte do ITR 25%	15,63
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota-Parte do ITR 15%	9,38
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	12.571,34
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	12.571,34
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	7.542,80
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	5.028,54
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-20.070,10
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-20.070,10
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-20.057,60
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-20.057,60
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-12,50

Luzerna, 31/10/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR

SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

Mafra

PREFEITURA

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 75.796.706/0003-72

AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Nota Fiscal nº. 34387 R\$ 13.480,00

Valor Total: R\$ 13.480,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pelo fornecimento de materiais de construção destinados aos desabrigados do vendaval que assolou nosso município no mês de agosto, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 03 de novembro de 2014

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 06.889.977/0001-98

RODA BRASIL COMERCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS LTDA.

Nota Fiscal nº. 17452 R\$ 15.800,00

Valor Total: R\$ 15.800,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pelo fornecimento de pneus e peças dos veículos e máquinas pesadas das Secretarias de obras e Desenvolvimento Urbano, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 03 de novembro de 2014

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CPF: 022.894.689-16

DORALICE HOM

Nota Fiscal nº. 146010 R\$ 1.500,00

Valor Total: R\$ 1.500,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois a fornecedora em questão prestou serviços para confecção de artesanatos, quando a mesma disponibilizou tempo e recursos exclusivos para atender as encomendas feitas pela Administração Municipal, através da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo. A quebra é necessária para não onerar ainda mais essa profissional que vive do artesanato e que abriu mão de realizar outros serviços para atender à Administração Municipal. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 03 de novembro de 2014

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 32/2014

PORTARIA Nº 32/2014

31 de outubro de 2014

NOMEIA ASSESSORA LEGISLATIVA

Ver. Edenilson Schelbauer, Presidente em Exercício da Câmara Municipal de Mafra, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 23 da Lei Orgânica Municipal, e artigo 72 da Resolução nº 06 de 04.04.07, resolve:

Art. 1º Nomear JÉSSICA DA SILVA, para o cargo em Comissão de Assessora Legislativa, padrão DAS-3, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Mafra, com vencimento de R\$ 1.803,95 (hum mil, oitocentos e três reais e noventa e cinco centavos), a partir do dia 03.11.2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 31 de outubro de 2014.

VER. EDENILSON SCHELBAUER

Presidente em Exercício

Maracajá

PREFEITURA

AVISO DA LICITAÇÃO 51/2014 CC

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Maracajá

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 51/2014 - Concorrência Pública

Objeto: Execução das obras de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização na Rua José Elisandro dos Santos e na Rodovia Municipal MAR 253, no município de Maracajá/SC.

Data da entrega dos envelopes: até as 14:00 horas do dia 03 de Dezembro de 2014.

Abertura da Sessão: a partir das 14:15 horas do dia 03 de Dezembro de 2014.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Maracajá, sito a Avenida Getúlio Vargas, 530, no centro do município, CEP 88915-000, Maracajá/SC, no horário das 13:00 as 18:00 horas, em dias úteis, ou através do e-mail licitacao@maracaja.sc.gov.br. Fone/fax (48) 3523-1111.

LEI 1005/2014

LEI Nº 1005 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

DEFINE MÊS DE REFERÊNCIA DE SALÁRIO BASE DAS CATEGORIAS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O salário base dos servidores ocupantes dos cargos de: Motorista II (40 horas), Operador de Equipamentos Rodoviários (40 horas), Enfermeiro (40 horas), Mecânico (40 horas) e Nutricionista (40 horas), pertencentes ao anexo I da Lei Municipal nº 985 de 12 de junho de 2014, passa a ser o valor base pago no mês de agosto de 2014.

Art. 2º Esta lei tem seus efeitos retroativos a 1º de setembro de 2014.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 23 de Outubro de 2014.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei Municipal na Secretaria de Administração em 23 de Outubro de 2014.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

DECRETO 21/2014

DECRETO Nº 21 DE 18 DE MARÇO DE 2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO O IMÓVEL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art.

18, XXXI e art. 73, VI da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º Fica Declarada de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, um terreno urbano, situado em Vila Beatriz, Bairro do município de Maracajá/SC, com a área de terra como consta: Área Remanescente com 834,90 m² de propriedade do Sr. DELCY NOLLA, brasileiro, comerciante aposentado, inscrito no CPF nº 029.187.149-68, e sua esposa SIRLEI PIETCH STECKERT NOLLA, brasileira, professora aposentada, inscrita no CPF nº 601.347.559-87, sob a matrícula nº 66.095, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Araranguá, ficando a presente com as seguintes medidas e confrontações:

- Ao NORTE, onde mede 44,54m, com a Área Desmembrada nº 09 de Delcy Nolla;
- Ao SUL, onde mede 44,54m, com parte da Área Desmembrada nº 01 e com a Área Desmembrada nº 08 de Delcy Nolla;
- Ao LESTE, onde mede 19,65m, com terras da Mitra Diocesana de Tubarão; e
- Ao OESTE, onde mede 17,84m, com a Rua 156.

Art. 2º A área acima descrita, destina-se a Prefeitura Municipal de Maracajá.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto Municipal nº 44 de 18 de julho de 2012.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 18 de Março de 2014.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração em 18 de Março de 2014.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

DECRETO 20/2014**DECRETO Nº 020/14 de 26 de Fevereiro de 2014****Abre Crédito Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento de 2014 do tipo alteração Suplementar.**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO**02.01 - GABINETE DO PREFEITO**

(160) 4.4.90.00.00.00.00.1.002-0106 - Aplicacoes Diretas	671,58
04 - DEPTO. DE AGRICULTURA, IND. E COMERCIO	
04.01 - DEPTO. DE AGRICULTURA, IND. E COMERCIO	
(25) 4.4.90.00.00.00.00.1.004-0080 - Aplicacoes Diretas	10.000,00
13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
(158) 3.3.90.00.00.00.00.2.026-0223 - Aplicacoes Diretas	54.000,00
(157) 3.3.90.00.00.00.00.2.026-0209 - Aplicacoes Diretas	10.800,00
Total Suplementação:	75.471,58

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

Fonte de Recurso: 80 - Recursos Ordinários	10.000,00
Fonte de Recurso: 106 - Alienação de Bens	671,58
Fonte de Recurso: 223 - FNAS - SCFV	54.000,00
Fonte de Recurso: 209 - FNAS - ACESSUAS	10.800,00
Total excesso de arrecadação	75.471,58

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 26 de Fevereiro de 2014

WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

DECRETO 23/2014**DECRETO N° 023/14 de 21 de Março de 2014****Abre Crédito Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento de 2014 do tipo alteração Suplementar.**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES**05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES**

(49) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.013-0104 - Aplicacoes Diretas	74.000,00
(139) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.012-0103 - Aplicacoes Diretas	70.000,00
(141) 3.1.91.00.00.00.00.00.2.012-0103 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	4.000,00
Total Suplementação:	148.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES**05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES**

(43) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.012-0104 - Aplicacoes Diretas	74.000,00
(48) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.013-0103 - Aplicacoes Diretas	74.000,00
Total Anulação:	148.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 21 de Março de 2014

WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

DECRETO 25/2014**DECRETO Nº 025/14 de 3 de Abril de 2014****Abre Crédito Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento de 2014 do tipo alteração Suplementar.**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

(6) 4.4.90.00.00.00.00.1.015-0103 - Aplicacoes Diretas 9.000,00

Total Suplementação: 9.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

Fonte de Recurso: 103 - Recursos Próprios - 15% Saúde 9.000,00

Total excesso de arrecadação 9.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 3 de Abril de 2014

WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

DECRETO 26/2014**DECRETO Nº 026/14 de 10 de Abril de 2014****Abre Crédito Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento de 2014 do tipo alteração Suplementar.**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO**02.01 - GABINETE DO PREFEITO**

(160) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.002-0106 - Aplicacoes Diretas 222,16

07 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS**07.01 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS**

(163) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.038-0030 - Aplicacoes Diretas 199.973,46

Total Suplementação: 200.195,62

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

Fonte de Recurso: 106 - Alienação de Bens 222,16

Fonte de Recurso: 30 - Transf. Convênio Estado - Outros 199.973,46

Total excesso de arrecadação 200.195,62

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 10 de Abril de 2014

WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

DECRETO 27/2014**DECRETO Nº 027/14 de 28 de Abril de 2014****Abre Crédito Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento de 2014 do tipo alteração Suplementar.**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

(33) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.035-1210 - Aplicacoes Diretas	459,98
(36) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.035-1222 - Aplicacoes Diretas	622,49
(35) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.035-1310 - Aplicacoes Diretas	1.600,00
(37) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.015-1128 - Aplicacoes Diretas	422,81
(34) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.035-1217 - Aplicacoes Diretas	3.549,37
Total Suplementação:	6.654,65

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do superavit financeiro referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

Fonte de Recurso: 310 - SUS União - PSE	1.600,00
Fonte de Recurso: 128 - Alienação de Bens - Saúde	422,81
Fonte de Recurso: 222 - SUS União - Gestão de Políticas de Saúde	622,49
Fonte de Recurso: 217 - SUS União - MAC	3.549,37
Fonte de Recurso: 210 - SUS União - PAB Fixo	459,98
Total Superávit Financeiro	6.654,65

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 28 de Abril de 2014

WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

DECRETO 28/2014**DECRETO Nº 028/14 de 28 de Abril de 2014****Abre Crédito Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento de 2014 do tipo alteração Suplementar.**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO**02.01 - GABINETE DO PREFEITO**

(166) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.005-1124 - Aplicacoes Diretas 2.662,07

(167) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.008-1125 - Aplicacoes Diretas 4.241,52

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS**03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS**

(165) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.004-1123 - Aplicacoes Diretas 6.915,50

05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES**05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES**

(170) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.016-1110 - Aplicacoes Diretas 23,33

(169) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.016-1107 - Aplicacoes Diretas 28.782,21

(168) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.017-1108 - Aplicacoes Diretas 33,13

07 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS**07.01 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS**

(164) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.030-1111 - Aplicacoes Diretas 3.681,11

13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

(171) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.026-1201 - Aplicacoes Diretas 2.742,74

(175) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.026-1206 - Aplicacoes Diretas 937,47

(173) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.027-1205 - Aplicacoes Diretas 750,86

(172) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.026-1200 - Aplicacoes Diretas 4.537,02

(176) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.026-1208 - Aplicacoes Diretas 13.334,33

(174) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.026-1203 - Aplicacoes Diretas 617,11

Total Suplementação: 69.258,40

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do superavit financeiro referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

Fonte de Recurso: 110 - FNDE - PNATE 23,33

Fonte de Recurso: 208 - FNAS - IGD SUAS 13.334,33

Fonte de Recurso: 206 - FNAS - PBF - PAIF 937,47

Fonte de Recurso: 107 - Transporte Escolar Estado 28.782,21

DECRETO N° 028/14 de 28 de Abril de 2014

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do superavit financeiro referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

Fonte de Recurso: 124 - Convênio Trânsito - Policia Militar	2.662,07
Fonte de Recurso: 205 - FNAS - PBV II	750,86
Fonte de Recurso: 200 - FNAS - PBF - IGD	4.537,02
Fonte de Recurso: 108 - FNDE - PNAE	33,13
Fonte de Recurso: 203 - Recursos FNAS - PBT	617,11
Fonte de Recurso: 201 - FNAS - PVMC - PETI	2.742,74
Fonte de Recurso: 125 - Convênio Trânsito - Policia Civil	4.241,52
Fonte de Recurso: 123 - Convênio Trânsito - Recursos Próprios	6.915,50
Fonte de Recurso: 111 - COSIP	3.681,11
Total Superávit Financeiro	69.258,40

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 28 de Abril de 2014

WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Massaranduba

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 35/2014 - FMS - ERRATA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 32/2014 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2014

REGISTRO DE PREÇO

ERRATA

Nos Anexos II e III do Processo Licitatório supracitado, ONDE SE LÊ:

11	FÓRMULA INFANTIL ESPECIAL. Alimentação de lactentes e crianças que apresentem alergia à proteína do leite de vaca e / ou soja, distúrbios absorptivos ou outras condições clínicas que requerem uma terapia nutricional com dieta ou fórmula semi-elementar e hipoalergênica. Isento de lactose, galactose, sacarose, frutose e glúten. É uma dieta semi-elementar e hipoalergênica, à base de proteína extensamente hidrolisada de soro de leite. Apresentação: Lata de 400 gramas.	50	Pregomin Pepti	110,00	5.500,00
20	FÓRMULA INFANTIL ESPECIAL. Fórmula infantil hipoalergênica à base de proteína do soro do leite parcialmente hidrolisada, com adição de prebióticos, ácidos graxos de cadeia longa - LcPUFAs (DHA – ácido docosahexaenóico e ARA – ácido araquidônico) e nucleotídeos. Lactose, concentrado de proteína do soro do leite hidrolisada, óleos vegetais (palma, canola, coco, girassol, Mortierella alpina), galactooligosacarídeo, frutooligosacarídeo, fosfato de potássio, cloreto de cálcio, óleo de peixe, cloreto de colina, vitamina C, taurina, inositol, sulfato ferroso, sulfato de zinco, uridina, citidina, vitamina E, adenosina, inosina, L-carnitina, niacina, guanosina, ácido pantotênico, biotina, sulfato cúprico, ácido fólico, vitaminas A, B2, B1, D, B6, sulfato de manganês, iodeto de potássio, vitamina K, selenito de sódio, emulsificantes mono e diglicerídeos e lecitina de soja. Isento de sacarose, frutose e glúten. Apresentação: Lata de 400 gramas.	50	APTAMIL HA	42,00	2.100,00

LEIA-SE:

11	FÓRMULA INFANTIL ESPECIAL. Alimentação de lactentes e crianças que apresentem alergia à proteína do leite de vaca e / ou soja, distúrbios absorptivos ou outras condições clínicas que requerem uma terapia nutricional com dieta ou fórmula semi-elementar e hipoalergênica. Isento de lactose, galactose, sacarose, frutose e glúten. É uma dieta semi-elementar e hipoalergênica, à base de proteína extensamente hidrolisada de leite. Apresentação: Lata de 400 gramas.	50	Pregomin Pepti	110,00	5.500,00
20	FÓRMULA INFANTIL ESPECIAL. Fórmula infantil hipoalergênica à base de proteína do soro do leite parcialmente hidrolisada, com adição de prebióticos, ácidos graxos de cadeia longa - LcPUFAs (DHA – ácido docosahexaenóico e ARA – ácido araquidônico) e nucleotídeos. Lactose, concentrado de proteína do leite hidrolisada, óleos vegetais (palma, canola, coco, girassol, Mortierella alpina), galactooligosacarídeo, frutooligosacarídeo, fosfato de potássio, cloreto de cálcio, óleo de peixe, cloreto de colina, vitamina C, taurina, inositol, sulfato ferroso, sulfato de zinco, uridina, citidina, vitamina E, adenosina, inosina, L-carnitina, niacina, guanosina, ácido pantotênico, biotina, sulfato cúprico, ácido fólico, vitaminas A, B2, B1, D, B6, sulfato de manganês, iodeto de potássio, vitamina K, selenito de sódio, emulsificantes mono e diglicerídeos e lecitina de soja. Isento de sacarose, frutose e glúten. Apresentação: Lata de 400 gramas.	50	APTAMIL HA	42,00	2.100,00

E para que ninguém alegue desconhecimento, é a presente Errata publicada em resumo no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, afixada no Mural de Avisos da Prefeitura Municipal de Massaranduba, e disponibilizada no site oficial: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba (SC), 14 de outubro de 2014.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

SUZANE E. F. REINKE

Gestora dos Fundos Municipais

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 81/2014 - PMM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 81/2014 - PMM

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 50/2014 - PMM

TIPO: MENOR PREÇO - POR LOTE

1 - PREÂMBULO:

1.1. O MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, por intermédio de seu PREGOEIRO, designado pela Portaria nº. 346/2014, de 10 de Fevereiro de 2014, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, vigente e pertinente à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, com adjudicação por lote, visando: adquirir peças novas, serviços de montagem e instalação na Escavadeira Hidráulica Komatsu PC 150

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 - Documentação de Habilitação e os Documentos necessários para o Credenciamento deverão ser entregues até a data e horário abaixo, a saber:

DATA DE ABERTURA:	13 de novembro de 2014.
LOCAL:	Prefeitura de Massaranduba - SC. Setor de Licitações Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba - SC
ENTREGA DOS ENVELOPES:	08:00h
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DO PROCESSO:	08:30h

2 - OBJETO:

2.1. Contratação de empresa visando adquirir peças novas, serviços de montagem e instalação na Escavadeira Hidráulica Komatsu PC 150, conforme especificações e quantidades estipulados no ANEXO II, deste edital.

E para que ninguém alegue desconhecimento, é o presente Edital publicado em resumo no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Massaranduba e no site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba - SC,	31	de	outubro	de	2014
--------------------	----	----	---------	----	------

MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº070/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso, 166 - Centro - Fone/Fax (xx47) 3379-1571-
Ouvidoria - 0800 646 3340e-mail: cvm@netuno.com.br site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

CEP: 89108-000 - Massaranduba - Santa Catarina

RESOLUÇÃO Nº070/2014

31/10/2014

Determina a Leitura de versículo bíblico e de artigo do Regimento Interno.

O Presidente da Câmara Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 17, parágrafo 6º da Lei Orgânica Municipal e art. 177, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele promulga a seguinte;

RESOLUÇÃO

Art. 1º A leitura de um artigo do Regimento Interno ou da Lei Orgânica Municipal, na abertura das sessões ordinárias da Câmara Municipal, ficará a critério da Mesa Diretora.

Parágrafo Único - A leitura far-se-á sempre após a abertura dos trabalhos pelo Presidente ou por indicação.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC), EM 31 DE OUTUBRO DE 2014

Mauro Bramorski

Presidente

Publicado no expediente da data supra

Jair Micheluzzi

Assistente Legislativo

Meleiro

PREFEITURA

PORTARIA N.º 423/2014

PORTARIA n.º 423/2014

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal MARIA TEREZA ALBANO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 14 de julho de 2005 a 12 de julho de 2010, conforme dispõe o caput do artigo 96 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Outubro de 2014.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 424/2014

PORTARIA nº 424/2014

TRATA DA PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

PRORROGAR

Art. 1.º A Portaria de nº 392/2014 da Senhorita DAIANI DA SILVA MAFIOLETI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em substituição à Servidora Maria Tereza Albano, em virtude de Licença Prêmio.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Outubro de 2014.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 425/2014

PORTARIA n.º 425/2014

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AOS SERVIDORES QUE RELACIONAM.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000 e suas alterações, resolve:

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias aos servidores públicos relacionados no Anexo Único, parte integrante desta Portaria.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Outubro de 2014.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA n.º 425/2014

NOME DO SERVIDOR(A)	MATRÍCULA Nº
Anderson Scardueli	1185
Valmir Manenti	1360
Tayse Macarini Schimitis	1485

Meleiro, 30 de Outubro de 2014.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 022/2014

PORTARIA n.º 022/2014

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AOS SERVIDORES QUE RELACIONAM.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000 e suas alterações, resolve:

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias aos servidores públicos do Samae relacionados no Anexo Único, parte integrante desta Portaria.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Outubro de 2014.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA n.º 022/2014

NOME DO SERVIDOR(A)	MATRÍCULA Nº
Daiane de Luca	12
Érick Sator	15

Meleiro, 30 de Outubro de 2014.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças**PORTARIA N.º 427/2014**

PORTARIA n.º 427/2014

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 1408/2009 e suas alterações, Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei n.º 910/2002, e Edital de Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora EDINÉIA DA COSTA MARTINS, para ocupar o cargo de Professora Act, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em substituição à servidora Santana Manoel Fernandes,

em virtude de Licença Saúde.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Outubro de 2014.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças**PORTARIA N.º 426/2014**

PORTARIA n.º 426/2014

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Lei n.º 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A pedido, a Senhora EDINÉIA DA COSTA MARTINS, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 051/2014.

Meleiro, 30 de Outubro de 2014.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças**PORTARIA N.º 428/2014**

PORTARIA n.º 428/2014

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigo 87 e seguintes da Lei 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

RETORNAR

Art. 1.º Da licença por motivo de doença da família, a servidora ANDRÉIA ROCHA GONÇALVES - matrícula n.º 358, ocupante do cargo de Professora Efetiva, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 371/2014.

Meleiro, 30 de Outubro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 429/2014

PORTARIA n.º 429/2014

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA PORTARIA Nº 420/2014.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Lei nº 910/2002, resolve:

R E V O G A R

Artigo 1.º A Portaria nº 420/2014, de 27 de Outubro de 2014, que dá nova redação à Portaria nº 372/2014 de contratação da Professora Act, CINARA MOTA DA BOIT, em virtude do retorno da servidora Andréia Rocha Gonçalves da Licença por Motivo de Doença na Família.

Artigo 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 420/2014.

Meleiro, 30 de Outubro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 430/2014

PORTARIA n.º 430/2014

DÁ NOVA REDAÇÃO AO CAPUT 1º DA PORTARIA Nº 372/2014, de 26 de Setembro de 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Lei nº 910/2002, resolve:

Art. 1.º Dar nova redação ao caput do artigo 1º da Portaria nº 372/2014, de 26 de Setembro de 2014, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), de 29 de Setembro de 2014, edição 1581, pg 438, que passa a vigorar com a seguinte redação:

PRORROGAR

"Art. 1.º A Portaria nº 372/2014 da servidora CINARA MOTA DA BOIT, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária total de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole, em substituição à servidora Daniela Benedet Pasini, em virtude de Licença Saúde, até o retorno da mesma."

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Outubro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 432/2014

PORTARIA nº 432/2014

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º O Senhor SALÉSIO ACORDI, ocupante do cargo de Auxiliar de Mecânico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aposentadoria, junto ao INSS.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 084/2000.

Meleiro, 30 de Outubro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 433/2014

PORTARIA n.º 433/2014

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, ao servidor público municipal SILVIO ROGÉRIO CALDAS, ocupante do cargo de Médico-pediatra, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 30 de janeiro de 2005 a 28 de janeiro de 2010, conforme dispõe o caput do artigo 96 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Outubro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo**PREFEITURA****DECRETO Nº 285/2014**

DECRETO MUNICIPAL Nº 285/2014 DE 03 NOVEMBRO DE 2014. DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO GESTOR DO FMRBL - FUNDO MUNICIPAL PARA A RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS, DE MODELO SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, PREFEITO MUNICIPAL DE MODELO SC, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica do Município, em especial de conformidade com a Lei Municipal 2151/2014 e demais disposições legais,

DECRETA:

Art.1º - Ficam nomeados os membros do Conselho Gestor do Fundo Municipal para Reconstituição de Bens Lesados, do Município de Modelo SC, conforme dispõe a Lei Municipal 2151/2014 e abaixo especificado:

I - 01 (um) representante do Poder Executivo Municipal, designado pelo Chefe do Poder Executivo:

Nome: GILNEI ROBERTO VOGEL - TITULAR

ADILSON CESAR BRAUN - SUPLENTE

II - 01 (um) representante dos bombeiros militares e comunitário do Município de Modelo:

Nome: SOLDADO BOMBEIRO MILITAR ADEMIR SIBAUER - TITULAR

BOMBEIRA VOLUNTARIA MARIVETE ANA SANTOLIN - SUPLENTE

III - 01 (um) representante da Associação Hospitalar do Município:

Nome: GISELI ELISA DA SILVA - TITULAR

CLARICE UTZIG SCHUH - SUPLENTE

IV - 01 (um) representante da Câmara de Vereadores do Município:

Nome: Vereador ERNO MICHIELIN - TITULAR

Vereador VALDENIR CARLOS JANIC - SUPLENTE

V - 01 (um) representante da Polícia Militar:

Nome: CABO PM LUIS CARLOS STAUDT - TITULAR

SOLDADO PM DIOGO RODRIGO DE LUCCA - TITULAR

VI - 01 (um) representante da Associação Comercial e Industrial do Município:

Nome: MIRTES N. CASTMANN - TITULAR

ANDERSON KLUGE - SUPLENTE

VII - 01 (um) representante do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS:

Nome: MARIZETE MARIA FLOSS - TITULAR

LORACI MAURA DA SILVA BELAVER - SUPLENTE

VIII - 01 (um) representante do Fundo Municipal da Saúde - FMS:

Nome: MARCIA TERESINHA JACOBY - TITULAR

BARBARA GELLER BARON - SUPLENTE

IX - 01 (um) representante das Escolas de Educação Especial - APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Modelo:

Nome: ELIANA KOTHE - TITULAR

NÁDIA DEOTTI ALBANI - SUPLENTE

Art. 2º - Fica indicado o conselheiro Gilnei Roberto Vogel, para presidir o Conselho Gestor do FMRBL do Município de Modelo, de conformidade com as disposições legais.

Art. 3º - As atribuições do Conselho Gestor do FMRBL de Modelo SC, são as constantes da Lei Municipal 2151/2014 e demais determinações legais.

Art. 4º - O mandato da direção e dos membros do Conselho Gestor do FMRBL será de 02 (dois) anos, a contar de 03 de novembro de 2014, sendo vedada a recondução total de seus membros e permitida 01 (uma) recondução por igual período.

Art. 5º - O exercício da função de membro do Conselho Gestor do FMRBL não será remunerado, sendo considerado de relevante

interesse público municipal.

Art. 6º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto estão consignadas no orçamento vigente e subsequentes.

Art.7º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,
aos 03 de novembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

Janice Martini Muller
Contadora

Navegantes

PREFEITURA

DECRETO 707 PRORROGA PRAZO REFIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 707 DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

PRORROGA O PRAZO PARA ADESÃO AO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, INSTITUÍDO PELA LEI 2882 DE 3 DE JULHO DE 2014

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 60, III da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o § 2º do art. 2º da lei nº 2882 de 3 de julho de 2014,

CONSIDERANDO o incremento de receitas públicas municipais com o advento da lei municipal n º 2.692/2013, que institui o Programa de Recuperação Fiscal no Município de Navegantes;

CONSIDERANDO que a implementação vem promovendo a regularização cadastral e a resolução de situações pendentes nos sistemas de informatização do Município de Navegantes;

CONSIDERANDO os benefícios que o Programa REFIS tem trazido às pessoas físicas e jurídicas que passam por algum tipo de dificuldade financeira,

CONSIDERANDO que, de acordo com as informações repassadas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita, subsiste a possibilidade de mais contribuintes aderirem ao Programa,
DECRETA:

Art. 1 º Fica prorrogado até o dia 28 de novembro do ano em curso o prazo para adesão ao Programa de Recuperação Fiscal no Município de Navegantes, previsto no art. 1º da lei municipal n º 2692 de 3 de julho de 2014.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE OUTUBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de outubro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO 708 PRORROGA PRAZO DE ANISTIA DE MULTAS E JUROS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n° 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N° 708 DE 30 DE OUTUBRO DE 2014
PRORROGA O PRAZO DO BENEFÍCIO INSTITUÍDO PELA LEI Nº 2881 DE 3 DE JULHO 2014, A QUAL AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER ANISTIA DE JUROS E MULTAS DOS DÉBITOS LANÇADOS EM DÍVIDA ATIVA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 60, III da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o art. 6º da lei nº 2881, de 3 de julho de 2014,
CONSIDERANDO o incremento de receitas públicas municipais com o advento da lei municipal nº 2.694/2013, que Autoriza o Poder Executivo Municipal a Conceder Anistia de Juros e Multas dos débitos lançados em dívida ativa;

CONSIDERANDO que a implementação vem promovendo a regularização cadastral e a resolução de situações pendentes nos sistemas de informatização do Município de Navegantes;

CONSIDERANDO os benefícios que a Anistia concedida tem trazido às pessoas físicas e jurídicas que passam por algum tipo de dificuldade financeira,

CONSIDERANDO que, de acordo com as informações repassadas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita, subsiste a possibilidade de mais contribuintes aderirem ao Programa,
DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado até o dia 28 de novembro do ano em curso o prazo para concessão da anistia de juros e multa, previsto no art. 1º da lei municipal nº 2.881, de 03 de julho de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE OUTUBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de outubro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO 27/2014 FMV

AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO 27/2014 FMV
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
ERRATA no item 8.1

ONDE LÊ: Os ENVELOPES No. 01, 02 e 03 deverão ser entregues, devidamente fechados e indevassáveis, do dia 05 de Dezembro de 2014, até às 08h50min, na Rua João Emílio, nº 100 - Centro - Navegantes - SC.

LÊ-SE: Os ENVELOPES No. 01, 02 e 03 deverão ser entregues, devidamente fechados e indevassáveis, do dia 15 de Dezembro

de 2014, até às 08h50min, na Rua João Emílio, nº 100 - Centro - Navegantes - SC.

EXTRATOS CONTRATUAIS Nº 260/2014 / 261/2014 / 262/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 260/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada...: 3E ENGENHARIA LTDA.
Vigência : Início: 28/10/2014.Término: 25/02/2015.
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:156/2012.
Recursos : Dotação: 1.076.4.4.90.00.00.00.00.00.
Objeto : TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 178/2012, TOMADA DE PREÇOS Nº 156/2012, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS DE "EXECUÇÃO DE GALERIAS E CANALIZAÇÃO DE VALAS A CÉU ABERTO NAS AVENIDAS PREFEITO JOSE JUVENAL MAFRA, IVO SILVEIRA E RUAS JORGE LACERDA E WALDEMAR BORNHAUSEN NO BAIRRO GRAVATA EM NAVEGANTES" ATRAVÉS DO CONTRATO DE REPASSE Nº 0351.056-84 - CAIXA/MINISTÉRIO DAS CIDADES/PAC2.
Navegantes, 28 de outubro de 2014.
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 261/2014.
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada...: HUMANITY CENTRO DE NEGÓCIOS, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL LTDA.
Vigência : Início: 28/10/2014 Término: 25/02/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 137/2012
Recursos : Dotação: 1.076 - 4.4.90.00.00.00.00.00.00.
Objeto : QUARTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 145/2012, TOMADA DE PREÇO 137/2012, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS NA ÁREA SOCIAL DE MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCAÇÃO SANITÁRIA E AMBIENTAL E AÇÕES INFORMATIVAS, RELATIVO ÀS OBRAS DE DRENAGEM PLUVIAIS URBANAS, NAS AVENIDAS JOSÉ JUVENAL MAFRA, JOAQUIM COUTO E IVO SILVEIRA - PROGRAMA DE DRENAGEM URBANA SUSTENTÁVEL - PA2 - CONTRATO COM CAIXA ECONÔMICA FEDERAL Nº 0351056-84.
Navegantes, 28 de outubro de 2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL.
Contrato Nº.: 262/2014.
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada...: RBI CONSTRUÇÕES LTDA EPP.
Vigência : Início: 28/10/2014 a 25/02/2015.
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 167/2011.
Recursos : Dotação: 1.076 4.4.90.00.00.00.00.00.00.00.
Objeto : Quinto Termo Aditivo de Prazo ao contrato nº 159/2012, Concorrência nº 167/2011, referente à Execução de obras de Macrodrenagem para controle de inundações no Bairro Gravatá, Município de Navegantes - Pac 2 nº 0351056-84.
Navegantes, 28 de outubro de 2014.

Nova Trento

PREFEITURA

DECRETO Nº 201/2014

DECRETO Nº 201/2014

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 94, item VIII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Concurso Público, integrada pelos servidores Rosimar Darós, efetiva no cargo de Professora, Aprigio José Bottameli, efetivo no cargo de Assistente Administrativo e nomeado no cargo em comissão de Gerente de Serviços de Contabilidade, e Miliani Piffer Mazzola, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo e nomeada no cargo em comissão de Diretora de Recursos Humanos, para sob a Presidência do primeiro, acompanhar e supervisionar o Concurso Público nº 001/2014 da Prefeitura Municipal, destinado ao preenchimento de vagas dos cargos que fazem parte do quadro de profissionais do magistério da Administração Municipal, a ser realizado no dia 14 de dezembro de 2014.

Art. 2º O Chefe do Poder Executivo contratou empresa especializada na área para elaboração, execução e julgamento do Concurso Público, correndo as despesas por conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 31 de outubro de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário M. Administração e Finanças

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PP 063/2014

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 063/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/2014

HOMOLOGAÇÃO: 17/10/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

OBJETO: Constitui-se objeto do presente Pregão a Contratação de empresa prestadora de serviços especializada em serviços de conexão à internet (conexão do Serviço de Comunicação de Multimídia -S.C.M.-), com o fim de atender as necessidades das Unidades/Secretarias da Prefeitura de Nova Trento, conforme Termo de Referência constante do Anexo I do Edital.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESA VENCEDORA:

TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA(CNPJ Nº 02.255.187/0001-08)
- Valor Total: R\$: 17.400,00 (dezesete mil e quatrocentos reais)

Nova Trento/SC, 17 de outubro de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 862/2014

PORTARIA Nº 862/ 2014

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CF/88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001 de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011, de 30/03/2011,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 237/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 04/2014, de 28/02/2014, AFONSO DELL'AGNOLO, matrícula nº 6158, para exercer o cargo de Motorista II, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras, Transporte, Serviços Urbanos e Planejamento (Coleta de Lixo), Município de Nova Trento, a contar de 09 de outubro de 2014 a 06 de abril de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante ao art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de outubro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 09 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88 e RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de dezembro de 2005, e o Senhor AFONSO DELL'AGNOLO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Est. Geral de São Valentin, s/n, Bairro São Valentin, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 646.837.299-20, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado

das atribuições para exercer o cargo de Motorista II, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras, Transporte, Serviços Urbanos e Planejamento (Coleta de Lixo), Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 735,93 (setecentos e trinta e cinco reais e noventa e três centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 09 de outubro de 2014 a 06 de abril de 2015, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;
- V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretária Municipal de Obras, Transporte, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quatro) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Obras, Transporte, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 09 de outubro de 2014.

Gian Francesco	Afonso Dell'Agnolo
Prefeito Municipal	Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 09 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 863/2014

PORTARIA Nº 863/ 2014

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CF/88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001 de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011, de 30/03/2011,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 240/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 04/2014, de 28/02/2014, EDSON CADORIN, matrícula nº 6153, para exercer o cargo de Fiscal de Tributos, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, Município de Nova Trento, a contar de 08 de outubro de 2014 a 05 de abril de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante ao art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de outubro de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 09 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e o Senhor EDSON CADORIN, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Irmãos Darós, nº 102, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 073.364.578-00, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Fiscal de Tributos, com

40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.110,84 (hum mil cento e dez reais e oitenta e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 08 de outubro de 2014 a 05 de abril de 2015, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;
- V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quatro) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 08 de outubro de 2014.

Gian Francesco Voltolini Edson Cadorin
Prefeito Municipal Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 08 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 864/2014

PORTARIA Nº 864/ 2014

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CF/88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001 de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011, de 30/03/2011,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 240/2014 "A", que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 04/2014, de 28/02/2014, FLAVIO MOACIR VALLE, matrícula nº 6154, para exercer o cargo de Fiscal de Tributos, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, Município de Nova Trento, a contar de 08 de outubro de 2014 a 05 de abril de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante ao art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de outubro de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 09 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e o Senhor FLAVIO MOACIR VALLE, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Carlos João Ruberti, nº 138, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 504.789.589-00, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Fiscal de Tributos, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.110,84 (hum mil cento e dez reais e oitenta e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 08 de outubro de 2014 a 05 de abril de 2015, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;
- V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quatro) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 08 de outubro de 2014.

Gian Francesco Voltolini Flavio Moacir Valle
Prefeito Municipal Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 08 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 872/2014

PORTARIA Nº 872/ 2014

Concede Licença Prêmio

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o art. 102, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Prêmio, a Servidora Pública Municipal JUDITE INES FACCHINI DALLABRIDA, matrícula nº 70, concursada no cargo de Auxiliar Contabil Financeiro, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 01 (um) mês, relativo ao período aquisitivo de 18/04/2000 a 17/04/2005, a contar de 13 de outubro de 2014 a 11 de novembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de outubro de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 17 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 873/2014

PORTARIA Nº 873/ 2014

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001 de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011 de 30/03/2011,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 853/2014, que Prorrogou a Admissão em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 04/2014, de 28/02/2014, convocado conforme Decreto nº 072/2014, PAULO SERGIO RODRIGUES, matrícula nº 6216, para exercer o cargo de Motorista I, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 17 de outubro de 2014 a 21 de outubro de 2014, em substituição ao Titular Salvelino Montibeller, afastado por motivo de férias.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de outubro de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 17 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e o Senhor PAULO SÉRGIO RODRIGUES, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Joaquim Battisti Archer, nº 53, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 767115369-91, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contato tem por objeto a execução pelo contrato das atribuições do cargo de Motorista I, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, em substituição ao Titular Salvelino Montibeller, afastado por motivo de férias.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 17 de outubro de 2014 a 21 de outubro de 2014, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3

(um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas

diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 17 de outubro de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Paulo Sergio Rodrigues
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 17 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 873/2014 "A"

PORTARIA Nº 873/ 2014 "A"

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido o Servidor Público Municipal, DANIEL BOTTAMEDI, matrícula nº 6434, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Terminal Rodoviário - CC 11, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Servidores Comissionado desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir do dia 17 de outubro de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de outubro de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 17 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 873/2014 "B"

PORTARIA Nº 873/ 2014 "B"

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001, de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011, de 30/03/2011,

RESOLVE:

ADMITIR em caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 04/2014, de 28/02/2014, convocado conforme Decreto nº 191/2014, DANIEL BOTTAMEDI, matrícula nº 6489, para exercer o cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 17 de outubro de 2014 a 14 de abril de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de outubro de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 17 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e a Senhora DANIEL BOTTAMEDI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Carlos Batista Dellantonio, s/n, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 056.011.529-69, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observando o disposto nas leis acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 833,13 (oitocentos e trinta e três reais e treze centavos), pagos na mesma data a que tem direito os

Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 17 de outubro de 2014 a 14 de abril de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência,

bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Cultura e Turismo.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 17 de outubro de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Daniel Bottamedi
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 17 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 878/2014

PORTARIA Nº 878/ 2014

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, e de acordo com o que determina o art. 37, inciso IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754, de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011 de 30/03/2011,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 257/2014, que Admitiu em caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 04/2014, de 28/02/2014, EDUARDO LICHESKI, matrícula nº 6156, para exercer o cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, na Agência de Correios Comunitária (AGC) - Distrito de Aguti, Município de Nova Trento, a contar de 19 de outubro de 2014 a 16 de abril de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 20 de outubro de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeitura Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria em 20 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e o Senhor EDUARDO LICHESKI, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Est Geral Aguti, s/n, Bairro Aguti, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 054.623.869-66, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, na Agência de Correios Comunitária (AGC) - Distrito de Aguti, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 833,13 (oitocentos e trinta e três reais e treze centavos) pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido

na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 19 de outubro de 2014 a 16 de abril de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 19 de outubro de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Eduardo Licheski
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 19 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 882/2014

PORTARIA Nº 882/ 2014

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII do art. 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990, e de acordo com o que determina o art. 93 da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 809/2014, que Prorrogou a Concessão de Licença Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal ROQUE GONSALES MONTIBELLER, matrícula nº 927, concursado no cargo de Fiscal Sanitário, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 12 de outubro de 2014 a 10 de novembro de 2014, conforme resultado pericial datado de 17/10/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 21 de outubro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 21 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 885/2014

PORTARIA Nº 885/ 2014

Concede Licença Para Tratamento de Saúde

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do art. 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o art. 93, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal LEONOR IVETE CASAGRANDE, matrícula nº 938, concursada no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Unidade Sanitária Trinta Réis, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar de 29 de setembro de 2014 a 12 de novembro de 2014, conforme resultado pericial datado de 20/10/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de outubro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 21 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 886/2014 "A"

PORTARIA Nº 886/ 2014 "A"

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001 de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011 de 30/03/2011,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 873/2014, que Prorrogou a Admissão em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 04/2014, de 28/02/2014, convocado conforme Decreto nº 072/2014, PAULO SERGIO RODRIGUES, matrícula nº 6216, para exercer o cargo de Motorista I, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 22 de outubro de 2014 a 20 de novembro de 2014, em substituição ao Titular Salvelino Montibeller, afastado conforme Portaria nº 889/2014 (Licença Prêmio).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 22 de outubro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 22 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e o Senhor PAULO SÉRGIO RODRIGUES, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Joaquim Battisti Archer, nº 53, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 767115369-91, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contato tem por objeto a execução pelo contrato das atribuições do cargo de Motorista I, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, em substituição ao Titular Salvelino Montibeller, afastado conforme Portaria nº 889/2014 (Licença Prêmio).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 22 de outubro de 2014 a 20 de novembro de 2014, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 22 de outubro de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Paulo Sergio Rodrigues
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 22 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 888/2014

PORTARIA Nº 888/ 2014

Concede Licença Para Tratamento de Saúde

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do art. 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o art. 93, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal SUELI VEBER HUGEN, matrícula nº 6301, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Trinta Réis, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 47 (quarenta e sete) dias, a contar de 19 de setembro de 2014 a 04 de novembro de 2014, conforme resultado pericial datado de 20/10/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 22 de outubro de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 22 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 889/2014

PORTARIA Nº 889/ 2014

Concede Licença Prêmio

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o art. 102, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Prêmio, ao Servidor Público Municipal SALVELINO MONTIBELLER, matrícula nº 527, concursado no cargo de Motorista II, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 01 (um) mês, relativo ao período aquisitivo de 06/09/2005 a 05/09/2010, a contar de 22 de outubro de 2014 a 20 de novembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 22 de outubro de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 22 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 891/2014

PORTARIA Nº 891/ 2014

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido o Servidor Público Municipal, ANDERSON CARVALHO DOS SANTOS, matrícula nº 6469, ocupante do cargo de Enfermeiro, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina - Centro, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 13 de outubro de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 22 de outubro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 22 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 892/2014

PORTARIA Nº 892/ 2014

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, em exercício, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990, e de acordo com o que determina o art. 93, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 560/2014, que Prorrogou a Concessão de Licença Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal NERLEI APARECIDA LACERDA MONTIBELLER, CLT, matrícula nº 2082, ocupante cargo de Agente Comunitária de Saúde, 40 (quarenta) horas semanais, na Unidade Sanitária Madre Paulina - Centro, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário de Nova Trento, deste Órgão Público Municipal, Nova Trento, pelo período de 135 (cento e trinta e cinco) dias, a contar de 11 de setembro de 2014 a 23 de janeiro de 2015, conforme resultado pericial datado de 23/10/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 23 de outubro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 23 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 920/2014

PORTARIA Nº 920/ 2014

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990, e de acordo com o que determina o art. 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro, no mês de Outubro/2014, o Servidor Público Municipal SAULO ROBERTO VOLTOLINI, matrícula nº 4465, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, do Quadro de Servidores Comissionados desta Prefeitura, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 01/08/2012 a 31/07/2013.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 24 de outubro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 24 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 921/2014

PORTARIA Nº 921/ 2014

Concede Licença Para Tratamento de Saúde

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do art. 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o art. 93, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal ODETE DUARTE, matrícula nº 6293, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 47 (quarenta e sete) dias, a contar de 24 de setembro de 2014 a 09 de novembro de 2014, conforme resultado pericial datado de 20/10/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 27 de outubro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 27 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

SAMAE**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 07_2014CV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CARTA CONVITE Nr 07/2014 -CV

SAMAE NOVA TRENTA CNPJ: 95.785.267/0001-48

RUA DOS IMIGRANTES, nº 356 C.E.P.: 88270-000 -NOVA TRENTA -SC

Processo Administrativo: 12/2014

Processo de Licitação: 12/2014

Data do Processo: 02/10/2014

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretor Do Samae, CARLOS TARCISIO BATTISTI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr.8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 -HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 12/2014
- b) Licitação Nr.: 7/2014-CV
- c) Modalidade: Convite P/Compras e Serviços
- d) Data Homologação: 03/11/2014
- e) Contrato nº 000026/2014
- f) Objeto da Licitação

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA ELETRICO DE BOMBEAMENTO E TRATAMENTO DE ÁGUA E INSTALAÇÃO NA MONTAGEM DE PAINEL DE COMANDO ELÉTRICO, ATUALMENTE EM FUNCIONAMENTO, PERTENCENTE A ESTA AUTARQUIA DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTA/SC. EXERCÍCIO 2014/2015.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):
Qtde de Itens Média Descto (%) (em Reais R\$) Total dos Itens

COMERCIO DE MATERIAL ELETRICO SÃO JOSÉ LTDA ME - R\$ 29.705,00

Valor Total R\$ 29.705,00

NOVA TRENTA, 03/11/2014
CARLOS TARCISIO BATTISTI
DIRETOR DO SAMAE

Novo Horizonte**PREFEITURA****EXTRATO DO PL FMS Nº 016/2014-TOMADA DE PREÇOS FMS Nº 002/2014**

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório FMS Nº 016/2014

TOMADA DE PREÇOS FMS Nº 002/2014

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL

Objeto: Constitui objeto da presente licitação seleção de proposta mais vantajosa para a contratação de empresa Especializada à execução de obra de engenharia para Ampliação e Readequação de salas da Unidade de Saúde do município de Novo Horizonte/SC, em regime de execução indireta de empreitada por preço unitário, conforme Projetos, Memorial Descritivo, Orçamentos e Cronograma físico-financeiro, descritos nos Anexos III - VII e demais Anexos parte integrante deste edital.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 18/11/2014

Cópia deste ato convocatório poderá ser obtida na sala de Licitações da Prefeitura Municipal, de Segunda a Sexta-Feira, no horário das 07:30h as 11:30h e das 13:30h às 17:30 horas através de cópia em cd ou pen-drive (Edital, Anexos e Projeto Executivo) e no site www.novohorizonte.sc.gov, apenas o edital; Informações pelo telefone (49) 3362-0024 e pelo e-mail licitacao@novohorizonte.sc.gov.br.

Fundamentação legal: Lei Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Novo Horizonte (SC) em 03 de Novembro de 2014.

TÂNIA MARA WAGNER MURARO

Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social/Gestora FMS

AVISO RESULTADO HABILITAÇÃO E PROPOSTA PL Nº 067/14 CV Nº 017/14

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/2014 - CONVITE Nº 017/2014-MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo o objeto consiste na contratação de empresa especializada para realização de Concurso Público para provimentos dos cargos efetivos de: Motorista, Operador de Máquina, Agente de Saúde Pública, Auxiliar de Enfermagem, Psicólogo (a), Assistente Social, Fisioterapeuta, Auxiliar Administrativo e Agente Administrativo, e de Processo Seletivo de títulos e prova para contratação em caráter temporário de: Professor de Português, matemática, História, Geografia, Educação física, Informática, Inglês, ciências, Religião, Artes, Educação Infantil, Séries Iniciais, Educação Especial, Educação Física, Professor Auxiliar e Auxiliar de Serviços Gerais do Poder Executivo Municipal de Novo Horizonte. Que no dia de sua realização dia 31/10/2014 às 09:00 horas, que houve a participação das seguintes empresas convidadas: IOPLAN INSTITUTO OSTE DE PLANEJAMENTO E CONSULTORIA; CONSTRUIR CONCURSOS E ASSESSORIAS LTDA ME e NEIVA BUSS WERNER ME, sendo que a empresa convidada ALTERNATIVE CONCURSOS LTDA, não apresentou envelope de habilitação e propostas, tendo apenas 03 empresas acima identificadas participantes deste processo. Após análise restaram todas as empresas HABILITADAS pela apresentação regular dos documentos de acordo com o Edital, passando para a fase subsequente, qual seja julgamento das propostas, a qual se dará nesta mesma data, pela

HABILITAÇÃO das empresas participantes do processo e renúncia de recursos desta fase.

Novo Horizonte (SC), em 31 de Outubro de 2014
Comissão Permanente de Licitação

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS- PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/2014 - CONVITE Nº 017/2014-MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE.

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo o objeto consiste na contratação de empresa especializada para realização de Concurso Público para provimentos dos cargos efetivos de: Motorista, Operador de Máquina, Agente de Saúde Pública, Auxiliar de Enfermagem, Psicólogo (a), Assistente Social, Fisioterapeuta, Auxiliar Administrativo e Agente Administrativo, e de Processo Seletivo de títulos e prova para contratação em caráter temporário de: Professor de Português, matemática, História, Geografia, Educação física, Informática, Inglês, ciências, Religião, Artes, Educação Infantil, Séries Iniciais, Educação Especial, Educação Física, Professor Auxiliar e Auxiliar de Serviços Gerais do Poder Executivo Municipal de Novo Horizonte. QUE quando do julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS, restou classificada pela Comissão, apresentando a menor proposta, sagrando-se VENCEDORA a empresa CONSTRUIR CONCURSOS E ASSESSORIAS LTDA ME, com valor total de R\$ 33.200,00 (trinta e três mil e duzentos reais) estando o preço de acordo com o orçamento da Prefeitura, os autos seguirão para análise, para posterior homologação e adjudicação pela autoridade competente.

Novo Horizonte (SC), em 31 de Outubro de 2014
Comissão Permanente de Licitação

EXTRATO TA 001 AO CA 085/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO TERMO ADITIVO

Aditivo Nº : 001 ao Contrato Administrativo Nº: 085/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: EDMAR DA SILVA ME
Vigência : Início: 31/10/2014 Término: 02/12/2014
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 9/2014
Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO que
será até 02/12/2014, podendo ser prorrogado por interesse da administração pública.

Novo Horizonte/SC, 31 de Outubro de 2014

Orleans

PREFEITURA

2575/2014

LEI Nº 2.575 DE 28 DE OUTUBRO DE 2.014.

"ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR"

O Prefeito de Orleans, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º. Fica anulada total ou parcial a seguinte dotação orçamentária:

08.00 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.01 - Departamento de Infraestrutura
1.012 - Construção de Pontes e Bueiros
F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários
4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 102.000,00

TOTAL R\$ 102.000,00

Art.2º. A conta do recurso do artigo anterior fica suplementado o seguinte crédito suplementar:

08.00 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.02 - Departamento de Serviços Urbanos
2.024 - Manutenção de Iluminação Pública
F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários
4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 102.000,00

TOTAL R\$ 102.000,00

Orleans/SC, em 28 de outubro de 2014; 129º anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Político Administrativo.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria Municipal de Administração, aos vinte oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze.

EDUARDO BERTONCINI
Secretário de Administração Interino.

3.745/2014

DECRETO N. 3.745 DE 28 DE OUTUBRO DE 2.014.

"ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR"

O Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 2.575 de 28 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art.1º. Fica anulada total ou parcial a seguinte dotação orçamentária:

08.00 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.01 - Departamento de Infraestrutura
1.012 - Construção de Pontes e Bueiros
F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários
4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 102.000,00

TOTAL R\$ 102.000,00

Art.2º. A conta do recurso do artigo anterior fica suplementado o seguinte crédito suplementar:

08.00 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.02 - Departamento de Serviços Urbanos
2.024 - Manutenção de Iluminação Pública
F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários
4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 102.000,00

TOTAL R\$ 102.000,00

Orleans/SC, em 28 de outubro de 2014; 129º anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Político Administrativo.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos vinte oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze.

EDUARDO BERTONCINI
Secretário de Administração Interino.

3.746/2014

DECRETO Nº 3.746 DE 28 DE OUTUBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL QUE SERÁ RESPONSÁVEL NO MUNICÍPIO PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso das suas atribuições legais, constante da Lei Orgânica do Município de Orleans e com base na Resolução nº 01, de 02 de outubro de 2014/CMDCA,

CONSIDERANDO o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, destinado a regulamentar a forma como o Poder Público, por seus mais diversos órgãos e agentes, deverá prestar o atendimento especializado ao qual adolescentes autores de ato infracional têm direito;

CONSIDERANDO que o SINASE foi originalmente instituído pela Resolução nº 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, e foi aprovado pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que trouxe uma série de inovações no que diz respeito à aplicação e execução de medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, dispondo desde a parte conceitual até o financiamento do Sistema Socioeducativo, definindo papeis e responsabilidades;

CONSIDERANDO que com o advento da Lei nº 12.594/2012, passa a ser obrigatória a elaboração e implementação, nos municípios o Plano de Atendimento Socioeducativo (de abrangência decenal), com a oferta de serviços e programas destinados à execução das medidas socioeducativas em meio aberto (cuja responsabilidade ficou a cargo dos municípios) e privativas de liberdade (sob a responsabilidade dos estados), além da previsão de intervenções específicas junto às famílias dos adolescentes socioeducandos;

CONSIDERANDO que o objetivo do SINASE, é a efetiva implementação de uma política pública especificamente destinada ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional e suas respectivas famílias, de cunho eminentemente intersetorial, que ofereça alternativas de abordagem e atendimento junto aos mais diversos órgãos e "equipamentos" públicos;

CONSIDERANDO que o SINASE, estabelece que a aplicação e execução das medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, por ser norteadas, antes e acima de tudo, pelo "princípio da proteção integral à criança e ao adolescente", deve observar uma "lógica" completamente diversa da que orienta a aplicação e execução de penas a imputáveis (sem prejuízo, logicamente, do "garantismo" que, tanto na forma da lei quanto da Constituição Federal é assegurado indistintamente em qualquer dos casos), e que a verdadeira solução para o problema da violência infanto-juvenil, tanto no plano individual quanto coletivo, demanda o engajamento dos mais diversos órgãos, serviços e setores da Administração Pública, que não mais podem se omitir em assumir suas responsabilidades para com esta importante demanda;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo é uma tarefa complexa, que por força do disposto na própria Lei nº 12.594/2012, relativa ao SINASE, demanda uma abordagem eminentemente interdisciplinar, considerando, inclusive, a necessidade de execução das ações a ele correspondentes de forma intersetorial;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano de Atendimento Socioeducativo depende de dados confiáveis acerca da demanda de atendimento e estes deverão ser colhidos junto às mais diversas fontes - Polícias Civil e Militar, Ministério Público, Poder Judiciário, Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que não é correto "delegar" exclusivamente ao CREAS a responsabilidade pela elaboração do "Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo" (assim como pela execução das medidas nele previstas), pois embora a área da assistência social seja muito importante tanto no processo de elaboração do "Plano", quanto no atendimento dos adolescentes autores de atos infracionais e suas famílias, o planejamento e execução das ações respectivas deve também ficar a cargo de outros setores da administração (assim como outros "atores" do "Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente"), que desta forma, precisam ser também chamados a participar, formando uma "comissão intersetorial" encarregada de elaborar um esboço de "Plano Municipal";

CONSIDERANDO que o Plano de Atendimento Socioeducativo é uma construção coletiva, e exige uma a definição de uma "comissão intersetorial" que irá esboçá-lo e colocá-lo a aprovação em Audiência Pública;

DECRETA:

Art. 1º. Nomear a Comissão Intersetorial responsável pela elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, conforme segue:

- a) Um Representante do Conselho Tutelar do Município, Katia Regina Dalmagro Nicoladelli Zomer;
- b) Um representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Eduardo Antunes;
- c) Dois representantes do CREAS do Município, Natascha Piacentini e Ricardo Roger Sanches;
- d) Dois representantes do CRAS do Município, Gabriela Fernandes Henrique e Magdalena Bernardo Porto;
- e) Um representante da Secretaria Municipal de Educação, Tânia Benedet Mazzuco;
- f) Um representante da Secretaria Municipal de Saúde, Hirânia Maria Cascaes Nazário;

g) Dois representantes da Secretaria de Assistência Social, Luizita Bertoncini Feltrin e Tatiani Jung Furlan;

h) Um representante da Cultura, Esporte e Lazer, Leomar Brugnara.

Art. 2º. A Comissão Intersectorial terá a responsabilidade de elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo e encaminhar para aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 3º. O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo será elaborado e entregue ao CMDCA até o dia 20 novembro de 2014. PARÁGRAFO ÚNICO: A Comissão Intersectorial definirá entre seus membros um coordenador, além de definir conjuntamente o calendário de reuniões sistemáticas para o processo de elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Orleans, 28 de outubro de 2014; 129º anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos vinte oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário Interino de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO 1/2014 FAMOR

Estado de Santa Catarina
FUNDAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE ORLEANS - FAMOR
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 01/2014
Edital: CONVITE P/COMPRAS E SERVIÇOS Nº.: 01/2014
Tipo : Menor Preço/Por Item
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA CONSULTORIA, ASSESSORIA E PLANEJAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA DO ÓRGÃO PÚBLICO MUNICIPAL AMBIENTAL
Entrega dos Envelopes : 16:00 horas do dia 07/11/2014.
Abertura dos Envelopes : 16:00 horas do dia 07/11/2014
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, 282, Centro, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, ou pelo fone (048) 3886.0100.
ORLEANS, 31 de Outubro de 2014.
FÁBIO SALVADOR
Comissão Permanente de Licitação

Ouro Verde

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO 0074/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Registro de Preço 0074/2014 O Município de Ouro Verde, por intermédio da Prefeita Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Objeto: Manutenção da Malha Viária trecho com início na saída da SC 480 com extensão de 8000m. Entrega dos Envelopes: Até as 09h00min horas do dia 13 de novembro 2014. Credenciamento, sessão de lances e Habilitação: Às 09h05min horas do dia 13 de novembro de 2014. Obtenção do Edital: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Ouro Verde, na Rua João Maria Conrado, nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3447-0007.

Ouro Verde (SC), 31 de outubro de 2014.

Rosane Minetto Selig

Prefeita Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

CONVÊNIO Nº 032, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

CONVÊNIO Nº 032, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.

Convênio que entre si celebram o Município de Palhoça, através da Secretaria de Assistência Social/CMDCA/FIA e o Conselho Comunitário da Ponte de Imaruim- CCPI.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, através da SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL/CMDCA/FIA, neste ato representado por seu gestor, Sr. ADRIANO DA SILVA MATOS e através do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente -CMDCA /FIA inscrito no CNPJ - 18.246.064/0001-32, neste ato representado por sua 1ª Secretária Geral do CMDCA, Sra. FERNANDA CECHINEL, e de outro lado o Conselho Comunitário da Ponte de Imaruim/ CCPI, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 83720631/0001-02, com sede na Rua Trinta e Um de Março, SN, CEP 88130-350, bairro Ponte do Imaruim, Palhoça/SC, representado neste ato pelo seu Presidente Sr. MÁRIO SEOLIN, inscrito no CPF/MF sob o nº 417.626.229/04, doravante denominada CONVENIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei nº 4.117, de 22 de outubro de 2014 e Decreto Legislativo nº 337/2014, Lei nº 3.994, de 18 de março de 2014 FIA. Dispõe sobre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Convênio, o apoio efetivo do CMDCA/FIA na manutenção e custeio da implantação e execução do Projeto ADOLESCER, visando oferecer um Espaço de Referência para os Adolescentes na Comunidade, promovendo ações para uma Adolescência protegida e orientada. Este convênio trata-se do repasse de recurso do Fundo Municipal para Infância e Adolescência - FIA, Art. 4º Constituirão patrimônio e receitas do Fundo: a) recursos financeiros específicos consignados na lei orçamentária anual do Município e os adicionais que a referida lei estabelecer no transcorrer de cada exercício (...), a ser utilizada para o financiamento ou co-financiamento de programas de defesa de direitos e de atendimento de crianças e adolescentes, executados por entidades sem fins lucrativos no Município de Palhoça, conforme o Plano de Ação e Aplicação CMDCA/ 2014 (Anexo I).

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para execução do presente Convênio o FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE - FIA, repassará a importância de R\$ 16.247,00 (dezesseis mil duzentos e quarenta e sete reais), tendo como objetivo exclusivo a execução do objeto deste Convênio, conforme PLANO DE APLICAÇÃO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, apensados como Anexo I, parte integrante deste Convênio.

I - As despesas decorrentes do atendimento ao disposto nesta Cláusula correrão à conta dos recursos do Fundo Municipal de Infância e Adolescência - FIA, no valor de total de R\$ 16.247,00 conforme dotação abaixo:

Referência de Dotação 659

Órgão 23 FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE

Unidade 001 FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE

Função 0008 Assistência Social

Subfunção 0243 Assistência à Criança e ao Adolescente

Programa 0038 Proteção à infância e ao adolescente

Ação 2077 Funcionamento e Manutenção do FIA

Elemento 3335000000000000000 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativo

Vínculo 030003000 Recursos Ordinários Livres

II - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade única e exclusiva, de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, e atendido os interesses das partes integrantes deste Convênio.

III - Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos de que trata a Cláusula Terceira, serão liberados pela PMP/FIA à CONVENIADA, conforme obrigações, onde seguem as determinações abaixo:

I - A aplicação do recurso deve refletir exatamente o que foi solicitado no Plano de Aplicação do Projeto apresentado, sendo terminantemente proibido este recurso ser aplicado de maneira diversa a aquela prevista na autorização do Chefe do Poder Executivo. Será solicitada a devolução de todo o recurso aplicado em desconformidade com o Plano de Aplicação;

II - Definido no cronograma de repasse dos recursos conforme Plano de Aplicação do Projeto torna-se necessário à abertura de conta específica e vinculada, devendo ser identificada com o nome da unidade ou servidor recebedor dos recursos acrescida da expressão Auxílio, ou Contribuição, ou Subvenção, Adiantamento ou Convênio, e do nome da unidade concedente.

III - A liberação das parcelas do Convênio poderá ser suspensa se verificado o desvio de finalidade na aplicação do valor do convênio, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas e práticas atentatórias aos princípios que regem a Administração Pública;

IV - O descumprimento pela conveniada de qualquer cláusula ou condição do convênio, poderá conforme já citado, determinar que seja efetuada imediatamente a devolução do recurso.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO/FIA

O MUNICÍPIO/FIA obriga-se a:

I - Efetuar o repasse do recurso financeiro.

II - Prestar orientação técnica e supervisionar a execução do programa que esteja relacionado com o objeto deste Convênio;

III - Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio;

IV - Examinar e aprovar através de parecer técnico, a reformulação do Plano de Trabalho, quando se fizer necessário desde que não implique na alteração do objeto do Convênio;

V - Fornecer ao Conselho Municipal da Criança e Adolescente informações pertinentes ao atendimento e ao recurso financeiro destinado a execução do presente Convênio;

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

A CONVENIADA se obriga a:

I - Responsabiliza-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, bem como obedecer aos padrões de qualidade dos serviços, conforme legislação vigente, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

II - Ressarcir ao Município/FUNDO INFANCIA ADOLESCENCIA (FIA) os recursos recebidos deste Convênio quando se comprovar a sua inadequada utilização;

III - Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, danos causados a terceiros e pagamentos de seguros em geral, eximindo o MUNICÍPIO/FIA de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;

IV - Responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização dos recursos;

V - Não usar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção social e pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - Aceitar a supervisão e orientação técnica promovida pelo MUNICÍPIO/CMDCA, fornecendo imediatamente as informações necessárias a sua execução;

VII - Encaminhar ao MUNICÍPIO/FIA, com sede no endereço acima discriminado, a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo de 30 (trinta dias), contados da data do recebido destes;

VIII - Manter conta corrente específica, sob o título Entidade/Municipal/FIA;

IX - Computar, obrigatoriamente, a critério do Convênio as receitas financeiras auferidas na forma do item anterior, as quais serão aplicadas exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar demonstrativo específico que integrará às prestações de contas do ajuste;

XI - Devolver ao MUNICÍPIO/FIA, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, pelo orçamento conveniente;

XII - Utilizar os recursos, única e exclusivamente, para o fim estabelecido na Cláusula Primeira deste Convênio, sob pena de ressarcimento ao Município/FIA, dos valores repassados, com atualização monetária e juros legais, independente de procedimentos judiciais;

XIII - Propiciar aos técnicos do MUNICÍPIO/FIA CMDCA, todos os meios e condições necessários ao acompanhamento, a supervisão e a fiscalização da execução do Convênio;

XIV - Manter cadastros, prontuários e relatórios individualizados dos usuários, por tipo de atendimento, de modo a permitir o acompanhamento à supervisão e o controle dos serviços.

XV - Dispor de pessoal técnico - administrativo de acordo com o tipo de atividade desenvolvida pela Entidade e de acordo com as legislações vigentes;

XVI - Deverá produzir e utilizar placa no modelo fornecido pelo CMDCA indicando que o referido projeto foi contemplado com

recursos do FIA e incluir a logo marca do FIA e do CMDCA em todos os materiais físicos e eletrônicos de divulgação do projeto.

É vetado:

I - Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste convênio, ainda que em caráter de emergência;

II - Pagamento de despesas com data anterior ao do recebimento dos valores, mensalmente, depositados em conta corrente da Entidade;

III - Pagamento de despesas após 30 (trinta) dias de seu recebimento;

IV - Realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;

CLÁUSULA SEXTA - DA UTILIZAÇÃO DO PESSOAL

A utilização do pessoal, de que trata o Inciso XV da Clausula Quinta, necessária à execução do objeto deste convênio, não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer obrigação trabalhista ou previdenciária, para o MUNICÍPIO e/ou FUNDO/FIA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PRESTAÇÕES CONTAS

A Conveniada obriga-se a:

I - A conveniada ficará obrigada a apresentar as Prestações de Contas no PRAZO de 30 (trinta) dias, contados do recebimento dos recursos, bem como deverá a referida Cláusula determinar também a apresentação de cópias de contratos de Trabalho, quando se tratar de serviços executados por terceiros, como também deverá apresentar os documentos que seguem abaixo:

- a) Processo de concessão de recursos;
- b) Ofício do responsável pela Prestação de Contas;

c) cópia do Plano de Aplicação do Projeto;

d) Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

e) Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;

f) Declaração do Presidente da Entidade que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;

g) Declaração do Responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;

h) Balancete de Prestação de Contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e Tesoureiro;

i) Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordem de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicas, etc.) preenchidos com clareza e sem rasuras;

j) Documentos fotocopiados não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas às incidências de tributos federais, estaduais e

municipais;

k) Extrato Bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a compensação dos cheques);

l) Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;

m) Fotocópias dos cheques nominais aos credores;

n) Comprovante de recolhimento do saldo não aplicado se for o caso;

o) Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução acompanhada de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registro fotográficos, matérias jornalística e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução

p) Os comprovantes de despesas deverão conter carimbo preenchido e assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou foi serviço prestado, conforme modelo abaixo:

Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e aceito.

Em dia/mês/ano, e assinatura.

Nome:

Cargo:

Matrícula

II - O pagamento ocorrerá conforme a cláusula terceira, devendo a prestação de contas seguir de acordo com o que segue:

III - Encaminhar a Prefeitura Municipal de Palhoça a prestação de contas da primeira parcela, no prazo de trinta dias (30) dias, após o recebimento da mesma, comprovando através de relatório o cumprimento da primeira fase.

IV - O pagamento da segunda parcela estará sujeito à aprovação da prestação de contas da primeira parcela. Após o recebimento da segunda parcela, a conveniada terá trinta (30) dias para a apresentação da prestação de contas juntamente com o objeto cumprido.

V - O pagamento da terceira parcela estará sujeito à aprovação da prestação de contas da segunda parcela. Após o recebimento da terceira parcela, a conveniada terá trinta (30) dias para a apresentação da prestação de contas juntamente com o objeto cumprido.

VI - A Prestação de Contas dos recursos financeiros de que trata a Cláusula Quarta será elaborada de acordo com as Normas de Contabilidade e Auditoria expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado.

VII - A Entidade deverá manter em arquivo, pelo prazo de cinco anos, o cadastro dos usuários do projeto, os prontuários, as guias de encaminhamentos, as fichas e relatórios individualizados dos usuários, bem como os registros contábeis relativos ao exercício de concessão, com a identificação do programa e deste convênio, com vistas a permitir o acompanhamento, a supervisão e o controle de serviços.

CLÁUSULA OITAVA - DOS ANEXOS APENSADOS

Deverá conter no corpo desta Minuta de Convênio, três (3) Anexos Apensados, sendo:

I - Anexo I - Plano de Trabalho,

II - Anexo II - Resolução do CMDCA,

III - Anexo III - Documentos pertinentes à conveniada, que seguem a abaixo:

a) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral,

b) Estatuto Social da Entidade,

c) Atestado de Funcionamento da Entidade emitido pelo CMDCA,

d) Atestado de Funcionamento da Entidade emitido pela PMP,

e) Documentos Pessoais do Presidente da Entidade .

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe ao MUNICÍPIO/ através da Secretaria Municipal de Assistência Social e ao Conselho Municipal da Criança e Adolescente decidir sobre a oportunidade e conveniência de proceder à fiscalização nas instalações e documentos relativos à execução do presente convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem no descumprimento de quaisquer Cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata incluindo a suspensão de repasse de recursos financeiros pelo MUNICÍPIO/FIA, independente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

Poderá haver rescisão do presente convênio em decorrência da aplicação das penalidades previstas nas Cláusulas anteriores ou por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente convênio vigorará a partir da data de sua assinatura e tem seu término em 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO

Mediante prévia aprovação do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente , o presente convênio poderá ter suas cláusulas alteradas através de termo aditivo, desde que não se altere o objeto, nos termos dos §§ 1º e 2º da Cláusula Terceira.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente Convênio, na presença das testemunhas abaixo.

Palhoça, em 22 de outubro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeitura Municipal

ADRIANO DA SILVA MATOS
Secretaria de Assistência Social

FERNANDA CECHINEL
CMDCA /FIA

MÁRIO SEOLIN
Conselho Comunitário da Ponte de Imaruim- CCPI.

TESTEMUNHAS:

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

LEI Nº 4.117, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

LEI Nº 4.117, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário Ponte do Imaruim.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o CONSELHO COMUNITÁRIO PONTE DO IMARUIM, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 83720631/0001-02, com sede na Rua Trinta e Um de Março, s/nº, CEP 88130-350, bairro Ponte do Imaruim, Palhoça/SC, no valor de R\$ 16.247,00 (dezesesseis mil duzentos e quarenta e sete reais) com o objetivo de manutenção e custeio da implantação e execução do Projeto ADOLESCER, visando oferecer um Espaço de Referência para os Adolescentes na Comunidade, promovendo ações para uma Adolescência protegida e orientada. Este convênio trata-se do repasse de recurso do Fundo Municipal para Infância e Adolescência - FIA.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Referência de Dotação 659
Órgão 23 FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE
Unidade 001 FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE
Função 0008 Assistência Social
Subfunção 0243 Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa 0038 Proteção à infância e ao adolescente
Ação 2077 Funcionamento e Manutenção do FIA
Elemento 3335000000000000 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativo
Vínculo 030003000 Recursos Ordinários Livres

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 22 de outubro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.123, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

LEI Nº 4.123, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Servidão Martimiano Manoel Martins.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Servidão Martimiano Manoel Martins,

localizada em Palhoça, com extensão de 200 metros de largura, sem saída, via pública localizada no Bairro Praia de Fora.

Parágrafo único. A localização da via pública de que trata o artigo anterior, obedece ao croqui anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Palhoça, em 30 de outubro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.124, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

LEI Nº 4.124, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Lídia da Silva Lima.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado de Rua Lídia da Silva Lima, com extensão de 190 metros de comprimento e 6 metros de largura, com início na Av. Aleixo Alves de Souza, localizada no Bairro Rio Grande, neste Município.

Parágrafo único. A localização da via pública de que trata o artigo anterior, obedece ao croqui anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Palhoça, em 30 de outubro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.122, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

LEI Nº 4.122, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Alzerino Francisco Velho.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado de Rua Alzerino Francisco Velho, com extensão de 45 metros de comprimento e 8 metros de largura, com início na Rua Maria Leopoldina da Silva, localizada no Bairro Pacheco - Palhoça, SC.

Art. 2º A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, em 30 de outubro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.119, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

LEI Nº 4.119, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Altera o Anexo (croqui) da Lei Municipal 1.932, de 22 de setembro de 2004.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Anexo (croqui) da Lei Municipal nº 1.932, de 22 de setembro de 2004 que denomina a Servidão Campos, via pública situada no bairro Aririú, neste Município.

Art. 2º O Anexo (croqui) da Lei Municipal nº 1.932, de 22 de setembro de 2004 deverá observar o traçado constante no Anexo Único (croqui) que é parte integrante desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, em 22 de outubro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal**LEI Nº 4.118, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014**

LEI Nº 4.118, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.

EDUCAÇÃO. Cria o Centro de Educação Infantil Professora Inês Marta da Silva.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Centro de Educação Infantil para atendimento de crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos, completados até 31 de março, integradas à Rede Municipal de Educação, na comunidade do Bela Vista, sob a denominação de "Centro de Educação Infantil Professora Inês Marta da Silva.

Art. 2º Ficam igualmente criadas 77 (setenta e sete) vagas, no Centro de Educação Infantil a que se refere o artigo anterior.

Art. 3º As matrículas serão efetuadas no decorrer deste exercício.

Art. 4º A despesa de custeio de que trata esta lei corre por conta das dotações do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palhoça, em 22 de outubro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal**LEI Nº 4.121, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014**

LEI Nº 4.121, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014.

UTILIDADE PÚBLICA. Tenda Espírita OGUM MEGÊ - TEOM.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Tenda Espírita OGUM MEGÊ - TEOM, inscrita sobre o CNPJ nº 12.098.200/0001-08, com sede e foro na Rua Alba Aparecida Cardoso Luiz, nº 232, Barra do Aririú - Palhoça - Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 28 de outubro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal**DECRETO Nº 1.727, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014**

DECRETO Nº 1.727, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014.

Nomeia Grupo Gestor do Programa BPC na Escola, e estabelece outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 3.933, de 26 de dezembro de 2013,

DECRETA:

CONSIDERANDO que o Município de Palhoça aderiu ao PROGRAMA BPC NA ESCOLA, criado pelo Governo Federal;

CONSIDERANDO, os termos das Portarias Interministeriais de nº 18/2007 e a de nº 1/2008, que estabelece os procedimentos para adesão e permanência no PROGRAMA BPC NA ESCOLA;

CONSIDERANDO, que é requisito para permanência no PROGRAMA BPC NA ESCOLA, a formação de Grupo Gestor e Equipe Técnica em cada Município;

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeado o Grupo Gestor do Programa BPC na Escola, abaixo relacionados:

a) Janaina Pereira da Silva (Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Coordenadora do Grupo Gestor Municipal)

b) Paula Pacheco dos Santos (Secretaria Municipal de Saúde)

c) Andreia de Brito (Secretaria Municipal de Saúde)

d) Patrícia Santos Carlos (Secretaria Municipal de Educação)

e) Dayana da Silva (Representante da Secretária de Assistência Social e coordenadora da equipe técnica)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palhoça, em 28 de outubro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº. 2457/2014.**

PORTARIA Nº. 2457/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora ANA PAULA SIMIANO DE OLIVEIRA, matrícula nº. 802343-3, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 01, item 03. Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 13/05/2014, de acordo com às folhas 12 e 13.

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2763/2014.

PORTARIA Nº. 2763/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
PRORROGAR a Portaria 1839 de 09 de maio de 2014, que Contratou por Tempo Determinado do servidor NAZARENO MURARO ROSA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 19/07/2014 a 06/09/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2764/2014.

PORTARIA Nº. 2764/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
PRORROGAR a Portaria 2382 de 04 de julho de 2014, que Contratou por Tempo Determinado da servidora JULIANA ADRIANA DE SOUZA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 26/08/2014 a 22/11/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2765/2014.

PORTARIA Nº. 2765/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
PRORROGAR a Portaria 2392 de 04 de julho de 2014, que Contratou por Tempo Determinado da servidora SANE KAMILA SILVA, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 24/07/2014 a 17/09/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2766/2014.

PORTARIA Nº. 2766/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
PRORROGAR a Portaria 2121 de 02 de junho de 2014, que Contratou por Tempo Determinado da servidora JAQUELINE TRINDADE FALCÃO, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 28/07/2014 a 04/10/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2767/2014.

PORTARIA Nº. 2767/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2083 de 30 de maio de 2014, que Contratou por Tempo Determinado da servidora LUCIA SOLOVY CABRAL, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 15/08/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2768/2014.

PORTARIA Nº. 2768/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1643 de 11 de abril de 2014, que Contratou por Tempo Determinado da servidora SIMONE PIRES DA SILVEIRA, no cargo de ASO (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 06/06/2014 a 21/07/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2769/2014.

PORTARIA Nº. 2769/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2600 de 05 de agosto de 2014, que Contratou por Tempo Determinado da servidora GLEYCE CRISTINA DA ROCHA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 19/08/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2770/2014.

PORTARIA Nº. 2770/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1901 de 09 de maio de 2014, que Contratou por Tempo Determinado da servidora MARIA DE LOURDES VIGANIGO, no cargo de ASO (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 26/08/2014 a 25/11/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2771/2014.

PORTARIA Nº. 2771/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2612 de 05 de agosto de 2014, que Contratou por Tempo Determinado da servidora PATRICIA MACHADO RIBEIRO, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 19/08/2014 a 02/09/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2775/2014.

PORTARIA Nº. 2775/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de	CID
Alessandra Alzira Martins	ASG	05	18/08/14	I – M 54-2
Andre Luiz dos Santos	Professor	15	05/08/14	I – K 35
Anesia Anita de Souza	Auxiliar de Enfermagem	10	16/07/14	I – Z 54
Ary Paulo Donatello Filho	Agente Administrativo auxiliar	15	20/08/14	I – M 70-6
Carla dos Santos	Monitor	05	05/08/14	I – F 32
Carla dos Santos	Monitor	10	07/08/14	I – F 32
Carmem Lucia Vieira	Professor	04	21/08/14	I – J 69
Daniela Aparecida Marques	Enfermeira	07	22/06/14	I – Z 74
Daniela Rodrigues	Merendeira	15	07/08/14	I – M 54-5
Daniela Rodrigues	Merendeira	07	22/08/14	I – M 54-5
Débora Luciana Novalletto	Nutricionista	09	31/07/14	I – N 87-0
Denise Duarte	Técnica em enfermagem	180	18/06/14	I –
Elenir Rodrigues	ASO	03	11/08/14	I – M 54-5
Elisabeth da Silveira	ASO	09	16/07/14	I – Z 54-0, II – M 75-1
Elizete Rosana dos Santos Teixeira	Técnica em enfermagem	60	19/08/14	I – Z 76-3
Elizete Scheidt da Silva	Assistente Administrativo	09	19/08/14	I – Z 76-3
Eva Maria da Silva	Técnica em enfermagem	60	18/07/14	I –
Evangelina Buttegem	Merendeira	26	05/08/14	I – B 41-3
Fernanda de Castro Rosa	Medico	03	02/07/14	I –
Gabriela Juliana da Silva	Merendeira	10	17/08/14	I –
Irene Olindina da Silveira	Agente Administrativo Auxiliar	06	18/07/14	I – M 25-5
Janice de Oliveira	Professor	07	08/08/14	I – J 03, 41-0, II – J 45-9,
Jessica Carla de Souza	ACS	30	15/08/14	I – R 10
Jose Pierri	Vigia	09	13/08/14	I – J 06-9
Josi Ivana Goulart Bueno	Professor	06	01/07/14	I – Z 34-0
Julia Divanir Ferreira Leão	Professor	08	22/08/14	I – F 32
Jussara da Silveira	Psicóloga	30	18/08/14	I – S 32-1

Kátia Luciane B. Pinto	ACS	10	11/08/14	I – S 61-8
Ledia M. R S. Martins	Assistente Social	08	11/08/14	I – S 83-4
Ledia M. R S. Martins	Assistente Social	10	20/08/14	I – S 83-4
Luciano Valentin Antunes	Motorista	20	01/08/14	I – M 54-5
Mara Siluandra Rodrigues	Professor	12	18/08/14	I – Z 54-0
Maria Adelina de Souza	Merendeira	10	20/08/14	I – S 93-4
Marilda Hilário	ASO	03	16/07/14	I – J 03, II – J 06-9
Marilda Hilário	ASO	04	22/07/14	I – J 03, II – J 06-9
Matheus Proença Dahike	Dentista	15	16/07/14	I – M 54-4, II – M 75
Matheus Proença Dahike	Dentista	08	30/07/14	I – M 54-4, II – M 75
Noeli Maria Pereira	Auxiliar de Enfermagem	10	07/08/14	I – Z 76-3
Olides Ferreira Junior	ASG	15	02/06/14	I – Z 76-3
Osmar S. Vieira Filho	ACE	05	18/08/14	I – Z 54-0
Perla Camargo	Técnica em enfermagem	07	17/07/14	I – J 01-9
Renata Weingartner de Macedo	ACS	07	10/06/14	I – K 35-9
Renata Weingartner de Macedo	ACS	03	07/08/14	I – K 35-9
Renata Weingartner de Macedo	ACS	15	13/08/14	I – K 35-9
Rita de Cássia da Silva	ASG	10	17/07/14	I – M 54-2, II – M 54-4
Rita de Cássia da Silva	ASG	63	29/07/14	I – M 54-2, II – M 54-4
Rosana Juttel Pereira	Assistente Administrativo	10	12/08/14	I – I 47
Roselia Aparecida Quadros Souza	Professor	15	18/08/14	I – Z 76-3
Sandra Aparecida Cunha	Merendeira	09	20/08/14	I – M 10
Sandra Helena de Melo Kenutze	ASO	03	22/08/14	I – M 10
Silvana da Rosa	Técnico em Enfermagem	30	18/08/14	I – M 50-1, II – M 47-2
Sirley Aparecida Souza Muller	ASO	10	12/08/14	I – M 25-5
Sonia Mara Reinert	Professor	15	15/08/14	I – Z 76-3
Thatiana Regis	Técnica em enfermagem	46	16/07/14	I – F 43, II – F 31
Viviane Gallotti	Médico Veterinário	15	15/08/14	I – S 62-6

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2777/2014.

PORTARIA Nº. 2777/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3261 de 04 de outubro de 2013, que Contratou por Tempo Determinado à servidora SILENE DE LIMA CARVALHO SOUZA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 17/09/2013 a 19/12/2013, e exercerá suas funções no CAIC.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2780/2014.

PORTARIA Nº. 2780/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ALINE NANDI DA ROSA, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 10/09/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2781/2014.

PORTARIA Nº. 2781/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para FERNANDO MAURICIO DA SILVA, matrícula nº. 801283-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente

ao quinquênio de 12/01/2007 a 12/01/2012, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 28/07/2014 à 28/10/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

PERCI DE FREITAS
Diretor Executivo

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2782/2014.

PORTARIA Nº. 2782/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria 1648 de 01 de junho de 2010, que Designou para Prestar Serviços da servidora HELENA MÁRCIA SEBOLD, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, retornando assim ao local de origem, ou seja, Escola Básica Reinaldo Weingartner.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2783/2014.

PORTARIA Nº. 2783/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

AUTORIZAR os servidores abaixo relacionados, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

MATRICULA	SERVIDOR	CNH
700157-3	Sergio Matiola	524271698

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2785/2014.

PORTARIA Nº. 2785/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

AUTORIZAR os servidores abaixo relacionados, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

MATRICULA	SERVIDOR	CNH
802757-4	Carlos Gonçalves D Avila	806930915

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2790/2014.

PORTARIA Nº. 2790/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Período
Emanuella Spindola do Amaral	40	30	01/09/2014 a 19/12/2014
Grazielle Helena Scheidt	35	20	25/08/2014 a 19/12/2014
Juliana Schmitz	40	30	01/09/2014 a 19/12/2014
Kenia Vanessa Zapelini Gonçalves	15	35	18/08/2014 a 19/12/2014
Mariana Suyan Martins Dutra	30	40	19/08/2014 a 19/12/2014
Sonia Raitz Moulin	35	30	18/08/2014 a 19/12/2014

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2798/2014.

PORTARIA Nº. 2798/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DELEGAR para Responder como Diretora pelo Terceiro Abrigo Institucional do Município a servidora PAMELA CRISTINA DEUCHER, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2808/2014.

PORTARIA Nº. 2808/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para MAYARA DE ARAUJO, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de agosto de 2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2802/2014.

PORTARIA Nº. 2802/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ALAN SCHWEITZER, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de agosto de 2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2809/2014.

PORTARIA Nº. 2809/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria 2767 de 03 de setembro de 2013, que Averbou Tempo de Serviço da servidora ROSANA LUIZ, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2816/2014.

PORTARIA Nº. 2816/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO DIEGO BURIGO SARDA, titular do cargo de Técnico em Edificações, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Planejamento e Infraestrutura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/09/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 590/2014.

ATO Nº. 590/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR ANA PAULA CORREA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor, Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, com efeitos a contar de 18/08/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 591/2014.

ATO Nº. 591/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR EDSON GHIZONI, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Planejamento e Infraestrutura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, com efeitos a contar de 19/08/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 592/2014.

ATO Nº. 592/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR PAULO CESAR DE OLIVEIRA, do cargo de Provimento em Comissão de Gerente Geral, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos - SESP da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 08/08/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 593/2014.

ATO Nº. 593/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR GERVASIO DEMETRIO, do cargo de Provimento em

Comissão de Gerente, Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos - SESP da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 14/08/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 594/2014.

ATO Nº. 594/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR GERVASIO DEMETRIO, para ocupar o cargo de Provedor em Comissão de Gerente Geral, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos - SESP da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, com efeitos a contar de 15/08/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 595/2014.

ATO Nº. 595/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR RUBENS ROQUELANE DA SILVA ROSA, do cargo de Provedor em Comissão de Gerente Geral, Nível DAS-IV, Quadro de Pessoal da Secretaria Regional do Sul da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 11/08/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 596/2014.

ATO Nº. 596/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO WINICIUS MARTINS SCHARF, do cargo de Provedor em Comissão de Diretor, Nível DAS-II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Desenvolvimento da Agricultura e da Pesca da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/09/2014.

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 597/2014.

ATO Nº. 597/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR GLAUCIANE NUNES DINIZ DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de Provedor em Comissão de Assessor Técnico, Nível DAS III, Quadro de Pessoal da Fundação Cambirela do Meio Ambiente - FCAM da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, com efeitos a contar de 25/08/2014.

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINEIA DOS SANTOS ROSA
Diretor Geral

ATO Nº. 598/2014.

ATO Nº. 598/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO IOMAR FELIX DE ARRUDA, do cargo de Provedor em Comissão de Gerente Geral, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos - SESP da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/09/2014.

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 599/2014.
ATO Nº. 599/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO CARLOS ANTONIO DO AMARAL, do cargo de Provimento em Comissão de Gerente Geral, Nível DAS-IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/09/2014.

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 600/2014.
ATO Nº. 600/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MARILEIA KERSBAUM SCHLEMPER, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor, Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/09/2014.

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 601/2014.
ATO Nº. 601/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO AILSON FRANCISCO VELHO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, com efeitos a contar de 01/09/2014.

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINEIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 602/2014.
ATO Nº. 602/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR LAURO ILSO SCHLEMPER, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor, Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, com efeitos a contar de 01/09/2014.

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINEIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 603/2014.
ATO Nº. 603/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ANDREIA MAURILIA PACHECO FERREIRA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor Especial, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, com efeitos a contar de 01/09/2014.

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINEIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 604/2014.
ATO Nº. 604/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ARISTIDES DOS ANJOS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, com efeitos a contar de 01/09/2014.

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINEIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 605/2014.

ATO Nº. 605/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO CELIA SANTANA PAGANI DE SOUZA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, com efeitos a contar de 01/09/2014.

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINEIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 606/2014.

ATO Nº. 606/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

TRANSPOR ERIBERTO SCHMITZ FILHO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Gerente Geral, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, com efeitos a contar de 01/09/2014.

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINEIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 607/2014.

ATO Nº. 607/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO RAQUEL KOCK, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Gerente, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, com efeitos a contar de 01/09/2014.

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINEIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 608/2014.

ATO Nº. 608/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO YURI KLEY KOCH, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor Especial, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, com efeitos a contar de 01/09/2014.

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINEIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 609/2014.

ATO Nº. 609/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR CARLOS ANTONIO DO AMARAL, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor Especial II, Nível DAS III, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 167, de 10 de julho de 2014, com efeitos a contar de 02/09/2014.

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 610/2014.
ATO Nº. 610/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
EXONERAR ROGERIO RIBEIRO MIRANDA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Coordenador Regional Nível DASE-II, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/09/2014.

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 611/2014.
ATO Nº. 611/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO JOSE HENRIQUE FRANCISCO DOS SANTOS, do cargo de Provimento em Comissão de Secretário Regional do Sul, Quadro de Pessoal da Secretaria Regional do Sul da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 05/09/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 612/2014.
ATO Nº. 612/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO EMERSON NASCIMENTO, do cargo de Provimento em Comissão de Gerente Geral, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos - SESP da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/09/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 613/2014.
ATO Nº. 613/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO ORLI DE ESPINDOLA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor Especial II, Nível DAS III, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos - SESP da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/09/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 614/2014.
ATO Nº. 614/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO RAFAEL GONÇALVES, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor, Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/09/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 618/2014.

ATO Nº. 618/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR JOSE MANOEL DE FREITAS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e Decreto nº. 1.699, de 01 de setembro de 2014, com efeitos a contar de 08/09/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINEIA DOS SANTOS ROSA
Diretor Geral

ATO Nº. 619/2014.

ATO Nº. 619/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

TRANSPOR IZABEL DA SILVA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Gerente, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, com efeitos a contar de 01/09/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA INÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 620/2014.

ATO Nº. 620/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR RAFAEL GONÇALVES, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Gerente, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita da Administração Direta desta Prefeitura, de

acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, com efeitos a contar de 02/09/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINEIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 621/2014.

ATO Nº. 621/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO CLAUDIA MARCILIO PIERRI, do cargo de Provimento em Comissão de Gerente Geral, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/09/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 622/2014.

ATO Nº. 622/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

TRANSPOR RENATO DARCI ESTÁCIO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Gerente Geral, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Turismo, Esporte e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, com efeitos a contar de 01/09/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINEIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 623/2014.

ATO Nº. 623/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO FABIANA CUSTODIO DA LUZ, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, Nível DAS III, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, com efeitos a contar de 12/09/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINEIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 624/2014.

ATO Nº. 624/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO NIRLENE MARTINS ANGELO, do cargo de Provimento em Comissão de Gerente, Nível DAS-V Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 30/09/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 625/2014.

ATO Nº. 625/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR MAICON DOMINGOS DA SILVA, do cargo de Provimento em Comissão de Gerente, Nível DAS-V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/09/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 626/2014.

ATO Nº. 626/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO WILLIAN AMILTON MARTINS, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor, Nível DAS-VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/09/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 627/2014.

ATO Nº. 627/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO AMAURI JOÃO DA ROSA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor, Nível DAS-VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/09/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 629/2014.

ATO Nº. 629/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR WILLIAN AMILTON MARTINS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Gerente, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, com efeitos a contar de 02/09/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 631/2014.

ATO Nº. 631/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR AILSON FRANCISCO VELHO, para ocupar o cargo de Provedor em Comissão de Diretor Nível DAS II, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e Decreto nº. 1.699, de 01 de setembro de 2014, com efeitos a contar de 02/09/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 632/2014.

ATO Nº. 632/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ANDREIA MAURILIA PACHECO FERREIRA, para ocupar o cargo de Provedor em Comissão de Assessor Especial, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e Decreto nº. 1.699, de 01 de setembro de 2014, com efeitos a contar de 02/09/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 633/2014.

ATO Nº. 633/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR CLAUDIA MARCILIO PIERRI, para ocupar o cargo de Provedor em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e Decreto nº. 1.699, de 01 de setembro de 2014, com efeitos a contar de 02/09/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 634/2014.

ATO Nº. 634/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR ARISTIDES DOS ANJOS, para ocupar o cargo de Provedor em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos - SESP da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e Decreto nº. 1.699, de 01 de setembro de 2014, com efeitos a contar de 02/09/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 635/2014.

ATO Nº. 635/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR CELIA SANTANA PAGANI DE SOUZA, para ocupar o cargo de Provedor em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro

de Pessoal da Secretaria de Turismo, Esporte e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e Decreto nº. 1.699, de 01 de setembro de 2014, com efeitos a contar de 02/09/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINEIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 636/2014.

ATO Nº. 636/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ROGERIO RIBEIRO MIRANDA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor Geral Nível DAS I, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e Decreto nº. 1.699, de 01 de setembro de 2014, com efeitos a contar de 02/09/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 637/2014.

ATO Nº. 637/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR RAQUEL KOCK, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Gerente, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral do Município da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e Decreto nº. 1.699, de 01 de setembro de 2014, com efeitos a contar de 02/09/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 638/2014.

ATO Nº. 638/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR YURI KLEY KOCH, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor Especial, Nível DAS V, Quadro de Pessoal dos Serviços Autônomo Municipal de água e Esgoto de Palhoça - SAMAE Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149 de 26 de novembro de 2013 e Decreto nº. 1.699, de 01 de setembro de 2014, com efeitos a contar de 02/09/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 639/2014.

ATO Nº. 639/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR OTACILIO JOÃO DA SILVA FILHO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor, Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, com efeitos a contar de 10/09/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 640/2014.

ATO Nº. 640/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR EMANUELA MIRIAN DE BRITO MARQUES, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Gerente Geral, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, com efeitos a contar de

15/09/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 641/2014.

ATO Nº. 641/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MIRIANE FONSECA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor Especial II, Nível DAS III, Quadro de Pessoal da Secretaria de Planejamento e Infraestrutura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 30/09/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 642/2014.

ATO Nº. 642/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO TATIANE REGINA LOPES, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor, Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 22/09/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 643/2014.

ATO Nº. 643/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO FERNANDA SALAZAR ALMEIDA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor, Nível DAS-VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/10/2014.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 644/2014.

ATO Nº. 644/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO HELTON DE SOUZA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, Nível DAS III, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/10/2014.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 646/2014.

ATO Nº. 646/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR LAURENO JOÃO CANDIDO, do cargo de Provimento em Comissão de Gerente Geral, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Planejamento e Infraestrutura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, com efeitos a contar de 06/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATO Nº. 648/2014.
ATO Nº. 648/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO JOSE INALDO ASSIS DE ARAUJO, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor, Nível DAS-VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2820/2014.
PORTARIA Nº. 2820/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SANDRA CRISTIANE SAIBERT, matrícula nº. 800603-3, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 13/05/2005 a 13/05/2010, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 03/09/2014 à 03/10/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2821/2014.
PORTARIA Nº. 2821/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANGELITA BERNARDO, matrícula nº. 800589-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 08/02/2002 a 08/07/2007, por 01 (um) mês e referente ao quinquênio de 08/02/2007 a 08/07/2012, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/10/2014 à 01/12/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2822/2014.
PORTARIA Nº. 2822/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 1661 de 16 de abril de 2014, que Nomeou por Concurso a servidora ELIANE FATIMA FRANCESCHETTI SANTOS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente a Secretaria de lotação que deveria ser Secretaria de Saúde, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2823/2014.
PORTARIA Nº. 2823/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para IVANI ADELAIDE SILVA, matrícula nº. 800924-1 titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 21/03/2003 a 21/03/2008, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 19/09/2014 à 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2824/2014.

PORTARIA Nº. 2824/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANGELITA SOURILDA TEODOMIRO, matrícula nº. 127750-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 08/02/2002 a 08/07/2007, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/10/2014 à 01/11/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2825/2014.

PORTARIA Nº. 2825/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ANDRE LUIZ PAULO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Inglês, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Básica Neri Brasiliano Martins da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 08/09/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2826/2014.

PORTARIA Nº. 2826/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15

de dezembro de 2010, ANGELITA PEREIRA, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/09/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2827/2014.

PORTARIA Nº. 2827/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, LUCIA CORREIA M. DE M. MOREIRA, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/09/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2828/2014.

PORTARIA Nº. 2828/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, WILLIANN SCHVARTZ, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/09/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2829/2014.

PORTARIA Nº. 2829/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, DENISE DE SOUZA, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/09/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2830/2014.

PORTARIA Nº. 2830/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, EDINETE JUREMA DA SILVA CUNHA, titular do cargo de ASO (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/09/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2831/2014.

PORTARIA Nº. 2831/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de setembro de 2014.

ANEXO I

NOME	DE	PARA
Rogério Edemilso Oliveira	R\$ 500,00	R\$ 1.000,00

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2832/2014.

PORTARIA Nº. 2832/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para KARLA STEINMETZ SPRICIGO, matrícula nº. 800418-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 14/02/2005 a 14/02/2010, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 15/09/2014 à 15/12/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA**EXTRATO DE TERMO ADITIVO 003/2014**

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 003/2014

1º termo aditivo ao contrato de prestação de serviços Nº 004/2013

PARTES: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos De Palhoça - Ippa e SMI Prime Consultoria de Investimentos Ltda.

OBJETO: Prorrogação do prazo contratual por mais 12 (doze) meses e reajuste do Contrato de Prestação de Serviços nº 004/2013.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: 16/10/2014 a 15/10/2015.

VALOR MENSAL: R\$ 5.833,76 (cinco mil, oitocentos e trinta e três reais e setenta e seis centavos)

DATA: 13/10/2014

Milton Luiz Espíndola

Presidente do IPPA.

Papanduva**PREFEITURA****CONTRATO Nº 092/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

CONTRATO Nº 092/2014, Referente ao Pregão Eletrônico 063/2013. Objeto: Aquisição de veículos de transporte escolar diário de estudantes da educação básica das redes públicas de ensino e demais entidades autorizadas, de acordo com a legislação específica vigente, na União, Estados, Distrito Federal e Municípios para atender ao Programa Caminho da Escola do Ministério da Educação. Contratada: IVECO LATIN AMERICA LTDA, totalizando o montante de R\$ 148.900,00 (cento e quarenta e oito mil e novecentos reais). Vigência: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato.

Papanduva/SC, 12 de setembro de 2014

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Passo de Torres

PREFEITURA

DEC117/2014

DECRETO Nº. 117, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

"CONSTITUI MEMBROS DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei Municipal, 513/2005;

DECRETA:

Art. 1º- Fica designado os membros da Comissão de processo seletivo 004/2014, para a Contratação de servidor em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Obras de Passo de Torres.

Presidente: Evandro Peres Cardoso

Membro: Geanine Bianca Saldanha da Silva

Membro: Dani Nasser de Oliveira

Art. 2º- A designação de que trata este Decreto não dá ao designado qualquer direito remuneratório pelo exercício da função.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 29 de outubro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 29 de outubro de 2014.

Alissandra Alves Paganini

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

DEC118/2014

DECRETO Nº. 118, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

"EXONERA À PEDIDO TALITA RAMOS LOPES, DO CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerada à pedido, Talita Ramos Lopes, do cargo de Secretária de Desenvolvimento Humano e Social, DAS 1.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 03 de novembro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 03 de novembro de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério

Secretária Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I DA LEI 959/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES****ANEXO I****GRUPO I - Atividade de Nível Superior – ANS**

PADRÃO	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
X	R\$ 2.360,48	R\$ 2.502,11	R\$ 2.652,24	R\$ 2.2811,38	R\$ 2.980,06	R\$ 3.158,86	R\$ 3.348,40	R\$ 3549,30	R\$ 3.762,58	R\$ 3.988,00

GRUPO II – Atividades Operacionais e de Administração Geral - AOAG

PADRÃO	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
VI	R\$ 1.341,57	R\$ 1.422,07	R\$ 1.507,39	R\$ 1.597,83	R\$ 1.693,70	R\$ 1.795,33	R\$ 1.903,05	R\$ 2.017,23	R\$ 2.138,26	R\$ 2.266,56
VIII	R\$ 1.911,90	R\$ 2.026,62	R\$ 2.148,21	R\$ 2.277,11	R\$ 2.413,73	R\$ 2.558,56	R\$ 2.712,07	R\$ 2.874,80	R\$ 3.047,28	R\$ 3.230,12

GRUPO III – Atividades em Serviços Auxiliares – ASA

PADRÃO	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
I	R\$ 900,00	R\$ 954,00	R\$ 1.011,24	R\$ 1.071,91	R\$ 1.136,23	R\$ 1.204,40	R\$ 1.276,67	R\$ 1.353,27	R\$ 1.434,46	R\$ 1.520,53
III	R\$ 1.100,00	R\$ 1.166,00	R\$ 1.235,96	R\$ 1.310,12	R\$ 1.388,72	R\$ 1.472,05	R\$ 1.560,37	R\$ 1.653,99	R\$ 1.753,23	R\$ 1.858,26

Passos Maia

PREFEITURA

PORTARIA Nº 466, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 466, de 30 de outubro de 2014.

“ALTERA CARGO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o servidor Cleverson Luiz Alves de Santi, a partir de 31 de outubro de 2014, deixará de desempenhar as atividades inerentes ao cargo de Diretor de Tributação, vez que não será mais o responsável pelo Departamento de Tributação Municipal;

Considerando que o servidor supracitado passará a desempenhar as atividades de Diretor de Planejamento;

RESOLVE:

Art. 1º. ALTERAR o cargo do servidor Cleverson Luiz Alves de Santi, ocupante do cargo de Diretor de Tributação, símbolo DIT-8, lotado na Secretaria Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento, para o cargo de Diretor de Planejamento, símbolo DIP-10, a partir do dia 31/10/2014.

Parágrafo Único - Para o exercício de seu novo cargo o servidor fará jus ao vencimento mensal previsto no anexo I da Lei Complementar Municipal nº 018, de 03 de agosto de 2005.

Art. 2º. Fica concedido ao servidor, conforme art. 48, § 1º, da Lei Complementar 018, de 03 de agosto de 2005, o adicional de representação de 50% (cinquenta por cento) sobre seu vencimento contratual.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se

Passos Maia-SC, 30 de outubro de 2014.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 467, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 467, de 30 de outubro de 2014.

“NOMEIA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o servidor Cleverson Luiz Alves de Santi deixará de desempenhar as atividades do Departamento Municipal de Tributação, conforme a Portaria n. 466, de 30 de outubro de 2014;

Considerando a necessidade de nomear responsável pela gestão e execução das atividades inerentes ao Departamento Municipal

de Tributação;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a senhora TAYANA APARECIDA COMUNELLO, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor de Tributação, símbolo DIT-8, estando lotada junto à Secretaria Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento, cumprindo uma carga horária mínima de 40 (quarenta) horas semanais, a partir do dia 03 de novembro de 2014.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo a servidora ora nomeada fará jus ao vencimento mensal previsto no anexo I da Lei Complementar Municipal nº 018, de 03 de agosto de 2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se

Passos Maia-SC, 30 de outubro de 2014.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

Paulo Lopes**PREFEITURA****DECRETO Nº 40/2014**

DECRETO Nº 40/2014

Considerando que a Lei Municipal n. 1.617 de 23 de junho de 2014, autorizou o Chefe do Poder Executivo a receber em doação, a título gratuito e sem ônus ao erário municipal, bens imóveis pertencentes a particulares para fins de regularização das ruas abertas pelo município;

Considerando que a Rua Tobias Raupp de Sá, localizada no bairro Areias, Paulo Lopes/SC, existe desde antes de 1967, como comprova a feitura do Projeto de Lei n. 04/67;

Considerando a necessidade de retificar-se o Decreto de n. 28/2014, no tangente à mudança da área doada ao município, em virtude do estabelecimento da área de domínio do DNIT, necessário a publicação do decreto para o ajustamento da área a ser doada, sendo imperativa a revogação do Decreto de n. 28/2014;

Considerando que a Sra. Angelina Virgílio Raupp, viúva, proprietária dos imóveis de Matrícula n. 4.191 (C.R.I. de Garopaba) e de Matrícula n. 22.064 (C.R.I. de Palhoça), possui o interesse de doar, de forma gratuita e sem nenhum ônus ao erário municipal, uma área de 4.321,555 m², e perímetro de 786,8888 m, referente à Rua Tobias Raupp de Sá;

Considerando que a referida rua já se encontra consolidada neste município, sendo o único acesso ao bairro Ribeirão Grande, e é há muito tempo utilizada pelos moradores locais, o que justifica o interesse público para a expropriação do particular;

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o incisoIV, do art. 66, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º.O Município de Paulo Lopes recebe em doação da Sra. Angelina Virgílio Raupp, brasileira, aposentada, viúva, inscrita no CPF sob o n. 573.520.549-87, e no RG sob o n. 1.053.062, proprietária dos imóveis de Matrícula n. 4.191 (Livro n. 2, Ficha 1, do C.R.I. de Garopaba) e de Matrícula n. 22.064 (Livro n. 2-DS, fl. 154-v, ano 1989, do C.R.I. de Palhoça), a título gratuito e sem nenhum ônus ao erário municipal, uma área de 4.321,555 m², e perímetro de 786,8888 m, referente à Rua Tobias Raupp de Sá, localizada no bairro Areias, Paulo Lopes/SC, que se encontra inserida nas matrículas acima referidas;

Art. 2º. Após a tradição, o imóvel recebido em doação será de propriedade do Município de Paulo Lopes-SC, que passará a ser responsável por todos os ônus a ele inerentes;

Art. 3º. Antes da tradição do bem, deverá ser firmado contrato de doação entre o Município donatário e a Sra. Angelina, doadora;

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto de n. 28/2014.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 03 de novembro de 2014

SABRINA RODRIGUES DE SOUZA EGER
Sec. Mun. de Administração

DECRETO Nº 41/2014

DECRETO Nº41/ 2014

Considerando que o art. 3º, inciso II, e o art. 11, ambos da Lei n. 1.243/2007, "que disciplina a concessão de incentivos econômicos e fiscais a empresas", preveem a possibilidade de o Poder Público proceder a doação de imóveis às empresas que fizerem jus, ato denominado "incentivo econômico", pelo caput do art. 3º;

Considerando que fora firmado entre o Poder Público Municipal e a empresa SISTREL PRÉ-MOLDADOS LTDA, um contrato de concessão de uso de área de terras, em 11 de junho de 2008, regido pela Lei n. 1.243/2007;

Considerando que o aludido contrato prevê em sua cláusula sexta a transferência do domínio da propriedade concedida à concessionária, em 04 anos, caso cumpridas todas as condições estipuladas do referido contrato;

Considerando que o art. 2º da Lei n. 1.243/2007, prevê que "a concessão dos incentivos de que trata esta lei será efetuada por Decreto do Chefe do Poder Executivo, ouvido o Conselho de Desenvolvimento Econômico";

Considerando que o parecer conclusivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico, regulamentado pelo Decreto n. 48/2013, concluiu pela transferência da propriedade à empresa requerente;

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o incisoIV, do art. 66, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º.O Município de Paulo Lopes transfere à empresa SISTREL PRÉ-MOLDADOS LTDA, o domínio de uma área total de 14.855,29 m², situada na área industrial do Município, no bairro Areias, concernente às Matrículas de n. 2.030 (correspondente a uma área de 7.255,29 m²) e de n. 25.516 (correspondente a uma área de 7.600,00 m²), do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Palhoça/SC;

Art. 2º. Após a presente data, todos os ônus referentes ao imóvel será de responsabilidade da empresa SISTREL PRÉ-MOLDADOS LTDA;

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 03 de novembro de 2014

SABRINA RODRIGUES DE SOUZA EGER
Sec. Mun. de Administração

Penha**PREFEITURA****DL08/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO 44/2014 - FMS

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º08/2014 - FMS

Contrato: 128/2014 - FMS

Contratado: INSTITUTO DAS PEQUENAS MISSIONÁRIAS DE MARIA IMACULADA, denominado HOSPITAL E MATERNIDADE MARIETA KONDER BORNHAUSEN, localizada na Avenida Marcos Konder, nº 1.111, Centro, Itajaí/SC, CEP: 88.309-480, inscrita no CNPJ de nº 60.194.990/0001-78.

Valor: - R\$ 8.000,00 (oito mil reais) cada stent, perfazendo um total de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais).

Vigência: 31/12/2014

Fund. Legal: Art. 24, Inciso X da Lei nº 8.666/93 e suas Alterações.

Penha, 31 de Outubro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**ATA DE FECHAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2014**

ATA DE REABERTURA DA SESSÃO

DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO

Nº 04/2014

No dia trinta e um de outubro de dois mil e quatorze, às nove horas, reuniram-se na Câmara de Vereadores de Penha, na Sala das Comissões, sito à Avenida Antônio Joaquim Tavares, 101, Centro, a Pregoeira Zaira Cristina da Silva Hanemann, e Equipe de Apoio formada por Ivana da Costa e Tatiane da Silva Willem, designadas pela Portaria Nº 11/2014, o Assessor Jurídico Wlamir Mendonça Ferreira da Silva, convocado pela Comissão de Licitação, para acompanhamento técnico da sessão pública de abertura do Processo Licitatório Nº 04/2014, Pregão Presencial Nº 03/2014 referente a contratação de empresa especializada para fornecimento de licença e locação de sistemas de Gestão Pública, com acesso simultâneo para usuários da Câmara de Vereadores de Penha, que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e serviços técnicos correlatos, descritos no Anexo I do edital do presente pregão. Ato contínuo com base na ata de demonstração de funcionalidade de software da Empresa Betha Sistemas Ltda CNPJ 004568650001-67, e verificado o pleno atendimento de todos os itens do Edital, confirma-se a adjudicação concedida. Não comparecendo nenhum representante das empresas, declinam estas de seu direito de recurso. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pública do presente pregão, cuja ata vai assinada pela Pregoeira e membros da Equipe de Apoio.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2014.

Peritiba**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO 136/2014**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 70/2014, Pregão Presencial nº 36/2014.

Objeto: Aquisição de um veículo sedan para o uso do executivo municipal em viagens dentro e fora do perímetro do Município de Peritiba.

Dados do Contrato: Contrato nº 136/2014

Contratado: DE MARCO LTDA

CNPJ: 84.584.556/0007-58

Data de Vigência: 31/10/2014 à 31/12/2014

Valor do Contrato: R\$ 72.300,00 (Setenta e dois mil e trezentos reais).

Município de Peritiba - SC em 31 de outubro de 2014.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 042/2014

EDITAL PARA REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 042/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 13/11/2014, licitação modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços n. 042/2014, visando a AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, PEDRISCO, PÓ DE PEDRA E BRITA 1 PARA PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS "B", "C", "G", "H", "I" e "J" DO LOTEAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL "TRANQUILO BENJAMIN GUZZI".

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 13/11/2014, até às 14:30 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço e julgamento nesta mesma data, às 14:45 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 30 DE OUTUBRO DE 2014

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 610/2014

DECRETO Nº 610/2014, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014.

"REDUZ LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica reduzida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. MAIELI APARECIDA LAMP, Matrícula 5930, ocupante do cargo de MONITORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - O pedido de prorrogação apresentado não foi reconhecido o direito ao benefício, tendo em vista que não foi constatada em exame realizado pela perícia médica do INSS incapacidade para sua atividade, conforme comunicado de decisão em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 28 DE OUTUBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 611/2014

DECRETO Nº 611/2014, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

"DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, CONFORME ESPECIFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica Municipal e pelo inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012;

CONSIDERANDO as fortes chuvas que ocorreram no Município em junho de 2014, causando alagamentos em bairros e no centro da cidade, invadindo residências e causando desalojamentos;

CONSIDERANDO os deslizamentos de solo nos Loteamentos Monte Alegre e Santo Antonio, que resultou na destruição e interdição de várias residências;

CONSIDERANDO os danos causados nas vias terrestres municipais, urbanas e do interior, que causou o cancelamento das aulas pela impossibilidade do transporte escolar de alunos;

CONSIDERANDO que posteriormente no final de setembro de 2014, houve fortes chuvas causando enormes prejuízos ao Município e aos moradores ribeirinhos do Rio do Ponte Serrada, que corta o centro deste Município;

CONSIDERANDO a necessidade de estudo técnico no Rio Ponte Serrada com vistas a elaboração de Plano de Ação Emergencial para prevenir/evitar novos alagamentos;

CONSIDERANDO a necessidade de aprovação e autorização pelos órgãos ambientais para realizações de ações emergenciais.

CONSIDERANDO a informação do Agente de Defesa Civil, alertando para fortes chuvas, em grande volume, em meados de novembro;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência, para que sejam viabilizadas ações de prevenção com o intuito de evitar prejuízos ou comprometer a segurança dos Municípios, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares.

Art. 2º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de prevenção junto à comunidade, sob a coordenação da COMDEC.

Art. 3º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 4º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de prevenção a futuros alagamentos, desastres, de prestação de serviços, desde que possam ser concluídas no prazo de 90 (noventa) dias consecutivos e ininterruptos, prorrogáveis por mais 90 (noventa) dias, contados a partir da caracterização do desastre.

Art. 6º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 30 DE OUTUBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

CONTRATO 217

Extrato de Contrato

Contrato nº 217/2014 Processo Licitatório nº 044/2014 Tomada de Preços 007/2014. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada. CONTRATADA: Setep Construções S.A. CNPJ: 83.665.141/0001-50 OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de obra pavimentação asfáltica sobre pedras poliédricas, construção de passeios públicos e sinalização viária em partes das Ruas Angelo Favreto, Benevenuto Cezar Branco, Travessa Antonio Paglia e Florianópolis, conforme projeto executivo anexo, relativo ao convenio nº 2014TR000405/SDRXXE/MPS. Valor do Contrato R\$ 198.013,78 (cento e noventa e oito mil treze reais e setenta e oito centavos). Vigência: de 06 de outubro a 06 de janeiro de 2015.

Eduardo Coppini Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 08/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 08/2014

A Prefeitura Municipal de Porto Belo no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, que estarão abertas as inscrições a para o Processo Seletivo a partir de 03 de novembro de 2014, destinado ao cadastro de reserva e preenchimento de vagas temporárias existentes no quadro de pessoal do Poder Executivo para atendimento do Programa Creche de Verão, ressalvadas as nomeações que vierem a ocorrer em decorrência de Concurso Público e aproveitamento do quadro de pessoa. O Processo Seletivo reger-se-á pelas disposições expressas no presente Edital, bem como na legislação vigente: Lei Municipal nº 2.216/2014. Maiores informações no site www.portobelo.sc.gov.br.

Porto Belo, 03 de novembro de 2014.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

LEI 2.208/2014

LEI MUNICIPAL Nº 2.208, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.

“DISPÕE SOBRE A INTRODUÇÃO DE TEXTO INFORMATIVO IMPRESSO NOS CARNÊS DE IPTU SOBRE O DIREITO À ISENÇÃO DESDE IMPOSTO NOS CASOS PREVISTOS EM LEI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS” Autor: Estevão B. Guerreiro

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica a Prefeitura do Município de Porto Belo, autorizada a introduzir, nos carnês de pagamento do IPTU, informações acerca das formas de isenção total ou parcial deste imposto.

Parágrafo Único: O texto a que se refere o caput deste artigo deverá conter as informações necessárias para que o contribuinte tome conhecimento da possibilidade de se enquadrar na isenção do imposto, bem como, a lei que o autoriza, a data limite para a solicitação da isenção e o local para entrega da solicitação.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga das as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 24 dias do mês de outubro de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

LEI 2.209/2014

LEI MUNICIPAL Nº 2.209, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.

“DISPÕE SOBRE A EMISSÃO DE RECEITAS MÉDICAS CONTENDO A DENOMINAÇÃO GENÉRICA DO MEDICAMENTO, CONFORME ESPECIFICA” Autor: Estevão B. Guerreiro

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a

todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Ficam os profissionais médicos que atuam nas Unidades de Saúde Municipais obrigados a prescrever na receita médica como forma opcional ao paciente o medicamento genérico (princípio ativo) correspondente ao remédio de marca comercial (de referência).

Parágrafo Único: Somente poderão ser receitados, como opcionais, os medicamentos genéricos que estiverem em conformidade com a Legislação Federal e demais regulamentos atinentes à matéria.

Art. 2º Caberá ao Poder Executivo Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação, a regulamentação da presente lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 24 dias do mês de outubro de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

LEI 2.212/2014

LEI MUNICIPAL Nº 2.212, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

“INSTITUI, NO CALENDÁRIO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO AS FESTIVIDADES DE NOSSA SENHORA APARECIDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS” AUTOR: VEREADOR JONAS AMADEU RAULINO

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica instituído no Calendário de Eventos do Município de Porto Belo as festividades de Nossa Senhora Aparecida, no Bairro Sertão de Santa Luzia.

Art. 2º As Festividades de Nossa Senhora Aparecida realizar-se-á sempre no segundo final de semana do mês de outubro de cada ano.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 30 dias do mês de outubro de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

LEI 2.214/2014

LEI MUNICIPAL Nº 2.214, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

“AUTORIZA E DISCIPLINA A UTILIZAÇÃO DE BENS DE USO COMUM, USO ESPECIAL OU DOMINICAIS DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC.”

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Esta Lei autoriza e disciplina a utilização de bens de uso comum, uso especial ou dominicais do Município de Porto Belo - SC, para atividades específicas, conforme Decreto de regulamentação.

I - Bens de uso comum são os bens de uso indistinto pela população, tais como: praças, ruas, calçadas; pontes; praia etc.;

II - Bens dominicais são os bens públicos sem destinação específica;

III - Bens de uso especial são os bens públicos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias.

Art. 2º O Poder Executivo pode autorizar o uso de bens de uso

comum, uso especial ou dominicais do Município de Porto Belo a pessoas físicas e jurídicas, para utilização em atividades com ou sem fins lucrativos, mediante prévia aprovação legislativa através de Lei específica

Art. 3º A autorização de uso de bens de uso comum, uso especial ou dominicais será precedida de análise e estudo acerca da possibilidade, considerando, sempre, a supremacia do interesse público sobre os interesses particulares.

Parágrafo único. A autorização será sempre motivada e por prazo determinado.

Art. 4º A autorização de uso de bens de uso comum, uso especial ou dominicais será onerosa para os requerentes que utilizarem o espaço.

Parágrafo único. É facultado ao Município emitir autorização não onerosa, quando requerida por entidade sem fins lucrativos e declarada de utilidade pública pelo Município de Porto Belo.

Art. 5º O valor a ser pago pela autorização é um preço público e será estabelecido por Decreto do Prefeito Municipal, levando em consideração o espaço utilizado, o tempo utilizado e a atividade específica desenvolvida.

Parágrafo único. A autorização a que se refere esta Lei somente será expedida mediante a comprovação do pagamento do preço público, caso a autorização seja onerosa.

Art. 6º A utilização de bens de uso comum, uso especial ou dominicais para atividades específicas sem autorização do Poder Executivo importará em multa e recolhimento dos equipamentos utilizados na atividade não autorizada.

Parágrafo único. A multa importará em quinhentas unidades fiscais do Município de Porto Belo - UFM-PB.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 30 dias do mês de outubro de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

LEI 2.215/2014

LEI MUNICIPAL Nº 2.215, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PORTO BELO DESAPROPRIAR IMÓVEL AMIGÁVEL OU JUDICIALMENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Município de Porto Belo a desapropriar amigável ou judicialmente, pelo valor de R\$ 114.000,00 (Cento e quatorze mil reais), a área destinada à CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE do Bairro Sertão de Santa Luzia, a seguir discriminada:

I - Um terreno situado nesta cidade de Porto Belo, no Bairro Sertão de Santa Luzia, com área de 900,00 m² (Novecentos metros quadrados), parte integrante da matriculada nº 16.238, registrada perante o Registro de Imóveis da Comarca de Porto Belo, delimitado por quatro linhas, sendo a primeira com 30,00 metros, partindo do vértice V01, coordenadas N=6.989.293,095 E=734.225,228, em direção ao vértice V02, coordenadas N=6.989.322,556 E=734.230,889, sob azimute 10°52'37", extremando com a Rua José Manoel Ferreira; a segunda com 30,00 metros, seguindo em direção ao vértice V03, coordenadas N=6.989.318,280 E=734.260,583, sob azimute 98°11'39"; a terceira com 30,00 metros, seguindo em direção ao vértice V04, coordenadas N=6.989.288,819 E=734.254,922, sob azimute 190°52'37", ambas extremando com terras de José Luiz Garcia e outros; a quarta com 30,00 metros, seguindo em direção ao vértice V01 sob azimute de 278°11'39", extremando com terras de Fidélis Antônio Garcia

e Laurentina Custódia Garcia, sem benfeitorias.

Art. 2º A área a ser discriminada no artigo anterior destina-se à construção da Unidade Básica de Saúde no Bairro Sertão de Santa Luzia.

Art. 3º As despesas correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 4º Este Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 30 dias do mês de outubro de 2014.

IVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

LEI 2.216/2014

LEI MUNICIPAL Nº 2.216, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

CRIA VAGAS TEMPORÁRIAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NA NO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, DECORRENTE DA TEMPORADA DE VERÃO.

IVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Cria vagas temporárias para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na rede municipal de ensino, para atender ao Programa Creche de verão.

Art. 2º As vagas temporárias obedecerão ao quantitativo abaixo especificado e serão providas por Processo Seletivo, salvo se houverem servidores do quadro da Administração que possam suprir as necessidades do Projeto.

CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	NÍVEL	VAGAS	VENCIMENTO
Professor(a) de Educação Infantil	30	ACT-03	90	R\$ 1.273,03
Professor(a) Responsável pelo Núcleo	30	ACT-04	16	R\$ 1.273,03
Monitor	40	ACT-05	90	R\$ 800,56
Servente	40	ACT-06	35	R\$ 759,14

Parágrafo único. As atribuições dos cargos criados serão definidas no Anexo I da presente Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em específico a Lei Municipal nº 2.100/2013.

Porto Belo - SC, aos 30 dias do mês de outubro de 2014.

IVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

ANEXO I

GRUPO PROFISSIONAL: Admissão em Caráter Temporário - ACT

CATEGORIA FUNCIONAL: Professor de Educação Infantil

CARGA HORÁRIA SEMANAL: Trinta

QUANTIDADE: 90 VENCIMENTO: R\$ 1.273,03

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Ministrar aula, atualizar-se em sua área de conhecimento, avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos, constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

Ministrar aulas e orientar a aprendizagem dos alunos;

Atualizar-se em sua área de conhecimento;

Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;

Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;

Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino;

Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;

Cooperar com os serviços dos Especialistas em Assuntos Educacionais no que for estabelecido para o Projeto Político Pedagógico da escola;

Cumprir as horas-atividade de acordo com o que a Unidade Escolar estabelecer;

Cumprir com os horários pré-determinados pela escola;

Elaborar programas, planos de curso e de aula no que for de sua competência;

Estabelecer formas alternativas de recuperação para os alunos que apresentarem menos rendimentos;

Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola;

Executar outras atividades compatíveis com o cargo, determinado pela direção da escola ou do órgão superior competente;

Fornecer dados através de preenchimento de diários de classe, planejamento e outros documentos apresentados ao professor;

Informar os pais de reuniões na escola, quando solicitado pela direção ou quando o próprio professor sentir necessidade;

Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s);

Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;

Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola;

Participar no processo de planejamento das atividades da escola e de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe;

Participar, como convocado (a) de reunião, conselhos de classe, atividades cívicas, reuniões de estudos ou cursos;

Planejar, ministrar aulas e orientar aprendizagem;

Promover experiências de ensino e aprendizagem contribuindo para o aprimoramento da qualidade de ensino;

Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;

Zelar pela aprendizagem do aluno;

Zelar pela disciplina e pelo material docente;

Participar de reuniões e formações pedagógicas.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Licenciatura Plena Pedagogia e, excepcionalmente estar cursando o curso de Pedagogia a partir do 5º período.

GRUPO PROFISSIONAL: Admissão em Caráter Temporário - ACT
CATEGORIA FUNCIONAL: Professor Responsável por Núcleo Infantil -

CARGA HORÁRIA SEMANAL: Trinta

QUANTIDADE: 16 VENCIMENTO: R\$ 1.273,03

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Responder administrativamente pelo Núcleo de Desenvolvimento Infantil - NDI.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

Organizar e distribuir as tarefas;

Administrar recursos humanos e materiais;

Orientar as atividades de recreação;

Recepcionar e entregar as crianças;

Observar e organizar horários.

Responder administrativamente pelo NDI.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Licenciatura Plena Pedagogia e, excepcionalmente estar cursando o curso de Pedagogia a partir do 5º período.

GRUPO PROFISSIONAL: Admissão em Caráter Temporário - ACT
CATEGORIA FUNCIONAL: Monitor(a) de Centro de Educação Infantil

CARGA HORÁRIA SEMANAL: Quarenta

QUANTIDADE: 90

VENCIMENTO: R\$ 800,56

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Executar serviços de atendimento e cuidados às crianças de 0 a 5 anos atendidas em Centros de Educação Infantil.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

Servir e atender as crianças nas necessidades diárias, cuidando de sua higiene, orientando-as nas distrações, preparando-lhes a alimentação e auxiliando-as nas refeições, para garantir o bem estar e o desenvolvimento sadio;

Cuidar da higiene da criança, orientando seus hábitos de higiene pessoal, para assegurar asseio e boa apresentação.

Controlar o repouso da criança, preparando-lhe a cama, ajudando-a na troca de roupa e observando horários para zelar pela saúde e bem-estar;

Determinar a limpeza dos utensílios do berçário e maternal, para assegurar a sua posterior utilização em condições de higiene;

Controlar o estoque de ingredientes para as refeições do berçário, verificando seu nível e estado dos que estão sujeitos à deterioração para providenciar as reposições necessárias;

Executar tarefas auxiliares de atividade pedagógica colaborando com a professora para que as crianças possam garantir o pleno desenvolvimento de suas potencialidades físicas, psíquicas e sociais;

Organizar o espaço físico das dependências para que se possa efetivar o ato pedagógico, provendo o ambiente de todos os materiais didático-pedagógicos que o professor necessite;

Colaborar com o professor nas atividades de lazer ou pedagógicas que impliquem na retirada das crianças do espaço escolar garantindo a segurança e a aprendizagem nas atividades pedagógicas extraclasse;

Responsabilizar-se pelo recebimento e entrega das crianças aos portadores da rotina, registrando solicitação de medicação ou alimentação diferenciadas para o dia de atividades da criança no Centro de Educação Infantil;

Organizar suas atividades diárias em conformidade com o planejamento geral do Centro de Educação Infantil e com o planejamento do professor para que possam ser asseguradas às crianças as especificidades da Educação Infantil no que se refere às ações de cuidar, educar, brincar e interagir;

Frequentar cursos de capacitação e aperfeiçoamento de suas funções específicas, bem como, participar ativamente do projeto pedagógico da unidade escolar para garantir o pleno direito à educação, de toda a clientela atendida;

Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;

Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino;

Cumprir com os horários pré-determinados pela escola;

Participar no processo de planejamento das atividades da escola e de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais;

Participar, como convocado (a) de reunião em atividades cívicas, reuniões de estudos ou cursos;

Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;

Zelar pelo pleno desenvolvimento das crianças no período em que permanecem no Centro de Educação Infantil;

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Ensino Médio Completo.

GRUPO PROFISSIONAL: Admissão em Caráter Temporário - ACT

CATEGORIA FUNCIONAL: Servente

CARGA HORÁRIA SEMANAL: Quarenta

QUANTIDADE: 35

VENCIMENTO: R\$ 759,14

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Executar serviços braçais de cozinha, higiene e limpeza.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

Executar trabalho rotineiro de limpeza em dependências públicas, realizando serviços de conservação de higiene e limpeza em móveis e instalações;

Limpar utensílios e objetos de adorno, utilizando materiais de limpeza;

Manter a higiene de banheiros e toaletes para proporcionar condições de uso;

Coletar o lixo de depósitos, recolhendo-os em latões, para depositá-lo em lixeira ou incineradores;

Preparar a alimentação dos alunos em escolas e centros de educação infantil de acordo com as instruções recebidas para atender ao regime alimentar adequado;

Separar os materiais a serem utilizados na confecção da refeição ou merenda, escolhendo panelas, temperos, molhos e outros ingredientes para facilitar a sua manipulação;

Preparar os alimentos, de maneira a garantir a forma e o sabor adequados a cada prato ou para seguir a receita;

Determinar a limpeza dos talhares e utensílios, solicitando ou fazendo a lavagem dos mesmos, para assegurar a sua posterior utilização, em condições de higiene;

Lavar quando necessário as vestimentas, tolhas, roupas, entre outros.

Controlar o estoque de ingredientes, verificando seu nível e o estado dos que estão sujeitos à deterioração para providenciar as reposições necessárias;

Frequentar cursos de capacitação e aperfeiçoamento de suas funções específicas;

Participar ativamente do projeto pedagógico da unidade escolar para garantir o pleno direito à educação, de toda a clientela atendida;

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Ser alfabetizado.

LEI 2.217/2014

LEI MUNICIPAL Nº 2.217, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CEDER BENS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PARA A REALIZAÇÃO DA 5ª EXPOSIÇÃO DE ORQUÍDEAS, CACTOS E PLANTAS ORNAMENTAIS DE PORTO BELO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder bens, equipamentos e serviços para a divulgação e realização da 5ª Exposição de Orquídeas, Cactos e Plantas Ornamentais.

Parágrafo Único: Os bens, equipamentos e serviços que trata o caput deste artigo serão fornecidos por meio de carros de som, impressão de folders e outdoors.

Art. 2º - A 5ª Exposição de Orquídeas, Cactos e Plantas Ornamentais acontecerá entre os dias 27 e 30 de novembro do corrente ano, em observância da Lei nº 2.122/2014, que inclui a exposição de orquídeas no Calendário de Eventos Oficiais do Município de Porto Belo.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 30 dias do mês de outubro de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

PORTARIA Nº 1093, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

PORTARIA Nº 1093, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral nos termos do art. 40º, §1º, inciso III, alínea 'a' da Constituição Federal observado o disposto nas Emendas Constitucionais nº 20/98 e 41/2003, na Lei federal nº 10.887/04, e declara a vacância do cargo público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Conceder aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 40º, §1º, inciso III, alínea 'a' da Constituição Federal observado o disposto nas Emendas Constitucionais nº 20/98 e 41/2003, a servidora ROSANGELA PADILHA ORTIZ, detentora da matrícula funcional nº 2368/01, inscrita no CPF nº. 315.851.910-00 e no PASEP nº. 1207657984-4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Farmacêutico, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotada na Secretaria de Saúde e Saneamento Básico.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100,00% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, observada a aplicação da metodologia de cálculo definida na Lei federal nº 10.887/2004, perfazendo a importância de R\$ 1.383,97 (um mil trezentos e oitenta e três reais e noventa e sete centavos), que será paga mensalmente pelo PORTOBELOPREV.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 34, VI da Lei Municipal nº 718/1993 - Estatuto dos Servidores Públicos Civis Municipais.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 20 de outubro de 2014.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

Porto União**PREFEITURA****PORTARIA Nº 031/2014**

PORTARIA Nº 031, de 29 de outubro de 2014.

Prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Revisora de Inquérito Administrativo, instaurada pela Portaria nº 025, de 02 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, da Lei Orgânica do Município,

DETERMINA:

Art. 1º PRORROGA por 30 (trinta) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Revisora de Inquérito Administrativo, instaurada pela Portaria nº 025, de 02 de outubro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 05 de novembro de 2014, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 29 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 028/2014 - EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 050/2014 - EDUCAÇÃO

Extrato de Edital de Pregão Presencial 028/2014 - EDUCAÇÃO

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para a Contratação de Empresa Prestadora de Serviços de Lavagem de Veículos. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 14 de Novembro de 2014, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no Site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email licitportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 31 de outubro de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 010/2014 - EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 052/2014 - EDUCAÇÃO

Extrato de Edital de Tomada de Preços 010/2014 - EDUCAÇÃO

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de

Preços, do tipo Menor Preço por Empreitada Global, para Execução da Obra de Construção de Salas de Aula Biblioteca e Sanitários no N.E. Jornalista Hermínio Millis, Incluindo Material e Mão de Obra. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 19 de Novembro de 2014, na Prefeitura Municipal. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 31 de outubro de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 011/2014 - EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 053/2014 - EDUCAÇÃO
Extrato de Edital de Tomada de Preços 011/2014 - EDUCAÇÃO

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, do tipo Menor Preço por Empreitada Global, para Execução da Obra de iluminação nas Quadras Cobertas nas Localidades de Lança, Legru, São Miguel da Serra e São Pedro do Timbó, Incluindo Material e Mão de Obra. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 20 de Novembro de 2014, na Prefeitura Municipal. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 31 de outubro de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 011/2014 - AMASPU

Extrato de Contrato 011/2014
AMASPU - Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União
Partes: AMASPU e HASSAN ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA ME.
Objeto: prestação de serviços de assistência médica, clínica e cirúrgica, em regime hospitalar ou ambulatorial.
Remuneração: conforme tabela CBHPM
Vigência: indeterminada.
Base legal: artigo 25, caput, da Lei 8.666/93.

Porto União, SC, 31 de outubro de 2014.
MARGARETH FLISSAK
Presidente AMASPU

HASSAN ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA ME.
Contratada

PORTARIA N.º 1066/2014 - RH

PORTARIA Nº 1066, de 22 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária do professor contratado Adilson José Nazário, para mais 10 (dez) horas semanais, no período de 15 de outubro a 17 de dezembro de 2014, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar no Programa AABB Comunidade.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 15 de outubro de 2014.

Porto União, SC em 22 de outubro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1067/2014 - RH

PORTARIA Nº 1067, de 22 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 01 a 31 de outubro de 2014 sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Jussara Pinto Angeli, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, até que a candidata aprovada em concurso público assumira a vaga.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Balão Mágico, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2014.

Porto União - SC, em 22 de outubro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1068/2014 - RH

PORTARIA Nº 1068, de 22 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 20 de outubro de 2014, referente ao período aquisitivo de julho de 2006 a julho de 2011, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu

§ único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora Elaine Pressendo, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 20 de outubro de 2014.

Porto União - SC, em 22 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1069/2014 - RH

PORTARIA Nº 1069, de 22 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 20 de outubro de 2014, referente ao período aquisitivo de fevereiro de 2007 a fevereiro de 2012, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora Luciana dos Santos Leite, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 20 de outubro de 2014.

Porto União - SC, em 22 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1070/2014 - RH

PORTARIA Nº 1070, de 22 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 07 de outubro a 05 de novembro de 2014 o Contrato de Trabalho nº 135/2014, de Inoema de Fátima Arbigaus, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Zita Adiléia Gomes que continua afastada para Tratamento de Saúde.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Albertina Brauchner, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 07 de outubro de 2014.

Porto União - SC, em 22 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1071/2014 - RH

PORTARIA Nº 1071, de 22 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 20 de outubro de 2014, referente ao período aquisitivo de abril de 2001 a abril de 2006, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora Cleide Maria Rosa Gregório, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 20 de outubro de 2014.

Porto União - SC, em 22 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1072/2014 - RH

PORTARIA Nº 1072, de 22 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 20 de outubro de 2014, referente ao período aquisitivo de julho de 2008 a julho de 2013, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora Vera Rita Zangrande Marinho, ocupante do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 20 de outubro de 2014.

Porto União - SC, em 22 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1073/2014 - RH

PORTARIA Nº 1073, de 22 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 20 de outubro de 2014, referente ao período aquisitivo de setembro de 2006 a setembro de 2011, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora Fabiana de Oliveira Santos, ocupante do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 20 de outubro de 2014.

Porto União - SC, em 22 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1074/2014 - RH

PORTARIA Nº 1074, de 22 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 20 de outubro de 2014, referente ao período aquisitivo de fevereiro de 2007 a fevereiro de 2012, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora Eroni Natalia Guimaraes de Brito, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 20 de outubro de 2014.

Porto União - SC, em 22 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1075/2014 - RH

PORTARIA Nº 1075, de 22 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 20 de outubro de 2014, referente ao período aquisitivo de outubro de 2004 a outubro de 2009, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora Márcia Isabel Ludke Brixner, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 20 de outubro de 2014.

Porto União - SC, em 22 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1076/2014 - RH

PORTARIA Nº 1076, de 22 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 20 de outubro de 2014, referente ao período aquisitivo de julho de 2006 a julho de 2011, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora Viviane Aparecida Pereira, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 20 de outubro de 2014.

Porto União - SC, em 22 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1077/2014 - RH

PORTARIA Nº 1077, de 22 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 123/2014, de Vilma de Fátima Pinto da Silva, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 10 de outubro a 17 de dezembro de 2014 ou até a posse das candidatas concursadas convocadas para assumirem as vagas junto aos Núcleos de Educação Infantil do município.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 10 de outubro de 2014.

Porto União - SC, em 22 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1078/2014 - RH

PORTARIA Nº 1078, de 22 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 10 de outubro a 08 de dezembro de 2014, o Contrato de Trabalho nº 143/2014, de Cirlene Martins Vezaro, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Marli Stein dos Santos, que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Lina Sander vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 10 de outubro de 2014.

Porto União - SC, em 22 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1079/2014 - RH

PORTARIA Nº 1079, de 22 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 13 de outubro a 17 de dezembro de 2014, sob o Regime Jurídico Especial,

com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Thiago Liures Pires, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (História), com carga horária de 30 horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto no Artigo 64 e Anexos I e III da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em razão do pedido de rescisão de Daniele Moreira Bueno que estava em vaga vinculada da professora Isabel Caznok que se encontra exercendo a função de diretora de escola.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, vinculado à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 13 de outubro de 2014.

Porto União - SC, em 22 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1080/2014 - RH

PORTARIA Nº 1080 de 23 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, Henrique Peres da Silva do cargo de provimento efetivo de Mecânico de Veículos Pesados, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 23 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1081/2014 - RH

PORTARIA Nº 1081, de 23 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º DESCLASSIFICAR Lenita Rubik, aprovada em 86º lugar, no Concurso Público nº 001/2010, para o cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, em razão de haver expirado o prazo para a posse no cargo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 23 de outubro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1082/2014 - RH

PORTARIA Nº 1082, de 23 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 872 de 03 de julho de 2014, da servidora Beatriz Schena Rotta.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de julho de 2014.

Porto União - SC, em 23 de outubro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1084/2014 - RH

PORTARIA Nº 1084, de 23 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Leonardo Vasilko das funções do cargo de Professor 6º ao 9º anos Finais (Educação Física), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 22 de outubro de 2014.

Porto União - SC, em 23 de outubro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1085/2014 - RH

PORTARIA Nº 1085, de 24 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 10 de outubro

a 16 de dezembro de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Elenita Teixeira, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 30 horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto no Artigo 64 e Anexos I e III da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar no Núcleo de Educação Infantil Sonho de Criança, recém inaugurado.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Sonho de Criança, vinculado à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 10 de outubro de 2014.

Porto União - SC, em 24 de outubro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1086/2014 - RH

PORTARIA Nº 1086 de 24 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Requerimento da servidora acompanhado de documentação comprobatória;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico favorável à concessão da Licença;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA para Acompanhar o Cônjuge ou Companheiro, por prazo indeterminado, sem remuneração, conforme prevista no Artigo 131 da Lei Municipal 2055 de 20 de outubro de 1994, à servidora efetiva Jakeline Stocker Ruby, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 24 de outubro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

LEI Nº 4.281/2014

LEI Nº 4.281, de 29 de outubro de 2014.

Declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Produtores do Avenal (AMPA) - CNPJ: 13.815.767/0001-10.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Produtores do Avenal (AMPA) - CNPJ: 13.815.767/0001-10.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 29 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

LEI Nº 4.282/2014

LEI Nº 4.282, de 29 de outubro de 2014.

Dispõe sobre crédito suplementar por transposição, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento próprio do Fundo Municipal de Educação, do exercício de 2014, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 460.000,00 (Quatrocentos e sessenta mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
PROJETO	1002 – Construção/Ampliação/Aquisição Equipamentos Escolares		
MODALIDADE	4490 – 104 – Aplicações Diretas	04	400.000,00
ATIVIDADE	2014 – Manutenção Ensino Fundamental		
MODALIDADE	3190 – 104 – Aplicações Diretas	15	50.000,00
ATIVIDADE	2082 – Despesas não consideradas para Índices de Ensino		
MODALIDADE	3390 – 100 – Aplicações Diretas	01	10.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		460.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito citado no artigo precedente serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial e transposição das seguintes dotações orçamentárias do Orçamento da Prefeitura Municipal, a seguir discriminadas:

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
----------------	---------------------------------------	--	--

UNIDADE	0207 – SEC. MUN. DE TRANSP. OBRAS E SERVS. PÚBL.		
PROJETO	1001 – Aquisição de Imóveis		
MODALIDADE	4590 – 100 – Aplicações Diretas	20	460.000,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO		460.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 29 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Rio do Sul

PREFEITURA

LEI 5.516

LEI Nº 5.516, de 28 de outubro de 2014.

"DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE ESTÁGIO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Cria o programa de estágio para estudantes que frequentam o ensino regular em instituições de Educação Superior, Profissional e Ensino Médio, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, objetivando proporcionar ao estudante oportunidade de exercício profissional, por meio da aplicação prática dos conhecimentos teóricos inerentes a sua área de formação com observância ao projeto pedagógico do curso, além da integração do itinerário formativo do educando, incorporando hábitos de trabalho intelectual e permitindo adaptação com o campo de trabalho.
Art. 2º-	Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a celebrar convênio com instituições de Educação Superior, Profissional e Ensino Médio, visando a contratação de estagiário, nos termos do art. 8º da Lei Federal nº 11.788/2008.
Art. 3º-	O estágio se constituirá em atividade complementar à formação de Ensino Médio, Profissional e Superior do aluno, podendo ser obrigatório ou não-obrigatório, atendidas as condições exigidas pela Lei Federal nº 11.788/2008.
	§ 1º- O estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.
	§ 2º- O estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.
Art. 4º-	O estágio, tanto na hipótese de obrigatório quanto de não-obrigatório não cria vínculo empregatício de qualquer natureza e consequentemente, não terá validade para contagem comotempo de serviço, desde que observados os seguintes requisitos:
	I - matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional ou de ensino médio, atestados pela instituição de ensino;
	II - celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;
	III - compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.
	Parágrafo único - O descumprimento de qualquer dos incisos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.
Art. 5º-	Compete ao Secretário Municipal de Administração aprovar a contratação do estagiário, de modo a conciliar o limite de vagas, que deverá ser fixado por meio de Decreto, com a necessidade de cada unidade administrativa.
	§ 1º- O total de vagas não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do número de servidores efetivos do Município de Rio do Sul.

	§ 2º- Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de até 10% (dez por cento) das vagas fixadas em Decreto.
	§ 3º- Considera-se pessoas portadoras de deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no Art. 4º, do Decreto Federal nº 3.298, 20/12/1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 02/12/2004.
Art. 6º-	À Secretaria Municipal de Administração incumbirá a decisão de recorrer a serviços de agentes de integração, públicos ou privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, observada a legislação relativa às normas gerais sobre licitação e ao § 1º, do art. 5º, da Lei Federal nº 11.788/2008.
Art. 7º-	Somente será formalizado termo de compromisso de estágio, com estudante que possua no mínimo 16 (dezesesseis) anos de idade.
	Parágrafo único - Além do requisito mencionados no caput, obrigatoriamente, o estágio deve ser compatível com a área do curso frequentado.
Art. 8º-	Na ocasião da contratação, o estagiário firmará Termo de Compromisso, com intervenção obrigatória da instituição de ensino, onde constarão as obrigações e o plano das atividades as quais estará sujeito, lhe sendo permitido iniciar o estágio somente após as assinaturas de todas as partes envolvidas.
	Parágrafo único - O estagiário somente poderá iniciar suas atividades após autorização expressa do Departamento de Recursos Humanos, sendo vedada a unidade requisitante do estágio permitir que o estudante inicie suas atividades sem autorização deste Departamento, sob pena de responsabilidade.
Art. 9º-	A duração do estágio não poderá exceder a 02 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de necessidade especial.
Art. 10-	A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar no termo de compromisso, ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.
	§ 1º- O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.
	§ 2º- Se a instituição adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade para garantir o bom desempenho do estudante.
	§ 3º- O estagiário deverá solicitar antecipadamente ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Rio do Sul, a redução de carga horária disposta no § 2º, deste artigo, por meio de requerimento constando como anexo o documento emitido pela instituição de ensino, informando os dias de avaliação.
Art. 11-	Ao estagiário contratado para a realização de estágio não-obrigatório, com base nesta Lei, é assegurado:
	I - bolsa de estudos correspondente a:
	a) R\$ 714,25 para os estagiários de Nível Superior, 30 (trinta) horas semanais;
	b) R\$ 571,47 para os estagiários de Nível Médio e Técnico Profissionalizante, 30 (trinta) horas semanais;

	c) R\$ 476,17 para os estagiários de Nível Superior, 20 (vinte) horas semanais;
	d) R\$ 380,94 para os estagiários de Nível Médio e Técnico Profissionalizante, 20 (vinte) horas semanais.
	II - seguro contra acidentes pessoais;
	III - auxílio transporte, no valor de R\$ 64,00 (sessenta e quatro reais);
	IV - recesso remunerado de 30 (trinta) dias, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 01 (um) ano, a ser gozado preferencialmente durante as férias escolares;
	V - recesso remunerado proporcionalmente quando o estágio ter prazo de duração inferior a 01 (um) ano.
	§ 1º- A ausência ao estágio, implicará no desconto do pagamento da bolsa de estudos e do auxílio transporte, devendo neste caso ser efetuado pagamento proporcional aos dias efetivamente estagiados.
	§ 2º- A concessão da bolsa de estudos fica condicionada à assinatura de termo de compromisso entre o Município de Rio do Sul e o estudante, com a interveniência obrigatória da instituição de ensino na qual o educando estiver regularmente matriculado.
	§ 3º- Não será creditado qualquer valor em favor do estudante, se ocorrer o início do estágio sem autorização expressa do Departamento de Recursos Humanos, mesmo que autorizado pelo órgão ao qual ficará vinculado.
	§ 4º- Fica autorizada a Administração Municipal promover os respectivos ajustes financeiros no valor da bolsa de estudos e do auxílio transporte especificados no inciso I e III, deste artigo, sempre que houver revisão geral anual na remuneração dos servidores públicos municipais.
	§ 5º- Fica autorizada a contratação de seguro de vida em grupo e acidentes pessoais, a cargo da instituição concedente, em favor dos estagiários, observadas as disposições contidas no art. 14, da Lei Federal nº 11.788/2008.
	§ 6º- O recesso, tanto de 30 (trinta) dias quanto proporcional, deverá ser indenizado, caso não seja possível sua concessão por motivo de rescisão antecipada.

Art. 12-	O estagiário deverá comprovar ao Departamento de Recursos Humanos, semestralmente, a matrícula e frequência regular no curso cujo o termo de compromisso está vinculado, bem como apresentar a grade curricular do curso referente ao semestre que iniciará.
	§ 1º- O descumprimento do disposto no caput deste implica na rescisão do termo de compromisso de estágio.
	§ 2º- Caso fique comprovada ausência de frequência no curso cujo o termo de compromisso está vinculado, além da rescisão, o estagiário deverá ressarcir os valores recebidos no período em que não esteve devidamente regular com a instituição de ensino.

Art. 13-	Poderão ser justificadas as seguintes faltas do estagiário:
	I - por motivo de saúde, mediante avaliação do médico perito vinculado ao Serviço de Inspeção Médica do Município - SIMM, devendo entregar o atestado em até 48 horas no SIMM, contudo, comunicar no mesmo dia ao supervisor do estágio ou a chefia do órgão a qual estiver vinculado;
	II - a critério do Secretário/Superintendente do órgão da Administração Direta, autárquica ou fundacional a que estiver vinculado, até no máximo dois dias por mês, mediante compensação de horário;
	III - para cumprir, comprovadamente, atividade discente fora de seu horário normal de aula, devendo neste caso compensar o afastamento na forma estabelecida pelo Secretário/Superintendente do órgão a qual estiver vinculado.

	Parágrafo único - Findo o contrato de estágio, sem que tenha sido efetivada a compensação de que trata os incisos II e III, serão descontados dos valores a receber, os dias de ausência ao estágio ou calculados os valores a restituir ao Município de Rio do Sul.
--	--

Art. 14-	Extingue-se o estágio:
	I - pela desistência, por escrito, do estagiário;
	II - por iniciativa do Município, a qualquer momento, por interesse público ou por conduta inadequada ou descumprimento das obrigações assumidas pelo estagiário, comunicados, nessas hipóteses, os fundamentos da decisão à instituição de ensino;
	III - pela não renovação após o término do Termo de Compromisso de estágio;
	IV - pelo abandono, trancamento da matrícula ou conclusão do curso;
	V - por deixar o educando de comprovar ao Departamento de Recursos Humanos, dentro do prazo estabelecido, frequência regular no curso cujo Termo de Compromisso está vinculado;
	VI - por completar 02 (dois) anos de estágio, ininterruptos ou intercalados se somados diversos períodos, independentemente se curso de Ensino Superior, de Educação Profissional ou de Ensino Médio, excetuando-se apenas os estagiários portadores de necessidades especiais;
	VII - por comprovação de falsidade ou de omissão de informações por parte do estagiário.
	§ 1º- É obrigação do estagiário informar de imediato ao Departamento de Recursos Humanos, por escrito, qualquer fato que interrompa, suspenda ou cancele sua matrícula, ou ainda, eventual mudança de curso, bem como desistência do estágio, sob pena de ressarcimento do valor da bolsa recebido no período em que não esteve devidamente regular com a instituição de ensino.
	§ 2º- A renovação do Termo de Compromisso é facultada a instituição concedente e ficará condicionada a Avaliação de Desempenho de Estágio.

Art. 15-	O estágio deverá ter acompanhamento efetivo por supervisor indicado pela unidade solicitante do estágio, que possua formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, com atribuições para:
	I - elaborar planos de estágio compatíveis com o conteúdo programático dos respectivos cursos, atualizando-se sempre que verificada evolução do curso do estudante, observadas as normas específicas de cada conselho ou órgão de classe;
	II - participar, sempre que solicitado, do processo de seleção do estagiário;
	III - orientar e acompanhar o estagiário na execução de suas tarefas, compatibilizando as atividades desenvolvidas e as previstas no Termo de Compromisso;
	IV - emitir e encaminhar ao Departamento de Recursos Humanos do Município relatório de atividades desenvolvidas pelo estagiário, no mínimo a cada 06 (seis) meses e também por ocasião do desligamento, onde conste resumidamente as atividades desenvolvidas e a avaliação de desempenho do estágio, do período, devendo obrigatoriamente constar no documento, a ciência do estagiário e do supervisor do estágio;
	V - acompanhar, semestralmente, a grade de curso do estagiário e se for o caso, propor novas atividades, por meio de documento emitido ao Departamento de Recursos Humanos;
	VI - elaborar e encaminhar ao Departamento de Recursos Humanos relatório final de estágio, com indicação resumida de todas as atividades desenvolvidas, os períodos e a avaliação de desempenho, quando do desligamento do estagiário;

VII - comunicar, por escrito, ao Departamento de Recursos Humanos, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, a interrupção da supervisão, indicando profissional substituído.

Art. 16- As despesas referentes à execução da presente Lei correrão por conta dos recursos orçamentários descritos abaixo:

Secretaria	Unidade	Ação	Elemento	Dotação	Vínculo
02 - Gabinete do Prefeito	001	2002	33390	295	1000
03 - Gabinete Vice-Prefeito	001	2007	33390	176	1000
04 - Procuradoria Jurídica	001	2008	33390	164	1000
05 - Sec. Planejamento	001	2009	33390	271	1000
06 - Sec. Administração	001	2016	33390	196	1000
07 - Sec. Fazenda	001	2021	33390	191	1000
08 - Sec. Educação	001	2028	33390	235	1000
09 - Sec. Desenvol. Econ.	001	2043	33390	149	1000
10 - Sec. Obras	001	2036	33390	253	1000
11 - Sec. Agricultura	001	2041	33390	243	1000
12 - Sec. Assistência Social	002	2105	33390	137	1000

Art. 17- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18- Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis Municipais nº 4812/2008 e 4836/2009.

GABINETE DO PREFEITO
28 de outubro de 2014.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

PORTARIA Nº 1139/RH PORTARIA N. 1139/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora MARGARETE DA SILVA DA LUZ, matrícula n. 102156/2, ocupante do cargo de provimento efetivo Técnico em Enfermagem, a primeira Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2011 a 2014, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de maio de 2014, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de outubro de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

LEI 5.515

LEI Nº 5.515, de 28 de outubro de 2014.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROMOVER RESSARCIMENTO DE DANOS CAUSADOS A TERCEIROS".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º- Fica autorizado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal o pagamento de danos ocasionados em virtude do acidente ocorrido na Rua Governador Jorge Lacerda, envolvendo o Senhor Romildo de Oliveira, no valor total de R\$ 145,00 (cento e quarenta e cinco reais).

Art. 2º- As despesas decorrentes da presente Lei, correrão à conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
28 de outubro de 2014.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

DECRETO Nº 4392, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4392, de 31 de outubro de 2014.

"REGULAMENTA A LEI Nº 5.514, DE 15 DE OUTUBRO DE 2014, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A OUTORGAR CONCESSÃO / PERMISSÃO DO SERVIÇOS PÚBLICO DE SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO CONTROLADO PAGO DENOMINADO ÁREA AZUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e da Lei nº 5.514, de 15 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º- Fica sujeito ao pagamento de preço público pelo estacionamento na Área Azul, os veículos que ocuparem as vagas de estacionamento nas vias denominadas e constantes no Anexo Único que integra este Decreto, devidamente identificadas por sinalização própria.

Art. 2º- O preço público pela remuneração do estacionamento nas áreas de estacionamento rotativo será de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) o crédito, para 01 (uma) hora de uso.

§ 1º- O período máximo do estacionamento contínuo numa mesma vaga será de 02 (duas) horas, vedada sua prorrogação;

§ 2º- Para a utilização da vaga por 02 (duas) horas, deverão ser utilizados 02 (dois) créditos, que correspondem a 01 (uma) hora cada um.

Art. 3º- O estacionamento nas áreas destinadas ao estacionamento rotativo controlado pago será isento de remuneração aos domingos e feriados, bem como nas demais horas do dia que antecederem ou ultrapassarem o horário estabelecido para a Área Azul.

Art. 4º-	O pagamento de preço para o estacionamento a que se refere o art. 1º desta Lei, será cobrado através de créditos de estacionamento que serão vendidos em postos de vendas, cujos locais serão amplamente divulgados.
----------	--

Art. 5º-	É expressamente proibido o estacionamento de motos e veículos com peso bruto total acima de 4.000 kg (quatro mil quilogramas) nas áreas do sistema de estacionamento rotativo controlado pago, durante o seu horário de funcionamento.
----------	--

	Parágrafo único - Aos veículos citados no caput deste artigo, que fizerem uso das áreas do Sistema de Estacionamento Rotativo Controlado Pago, durante o seu horário de funcionamento, pela infração, serão aplicadas as penalidades previstas no artigo 181, XVII, da Lei Federal nº 9.503/97.
--	---

Art. 6º-	Os veículos automotores de passageiros e de carga com peso bruto total até 4.000 kg (quatro mil quilogramas), excetuando-se os veículos enquadrados no artigo anterior, que excederem o período máximo de estacionamento previsto serão considerados como estacionados irregularmente, e pela infração serão aplicadas as penalidades previstas em Lei, conforme estabelecido no artigo 181, inciso XVII, da Lei Federal nº 9.503/97.
----------	---

	§ 1º- O Aviso de Irregularidade poderá ser regularizado em até uma hora, recolhendo tarifa no valor correspondente a 01 (um) crédito previsto para 01 (uma) hora de estacionamento.
--	---

	§ 2º- Depois de notificado através do Aviso de Irregularidade, terá o usuário até às 19h00min do dia útil seguinte para regularizar sua situação, devendo fazê-lo mediante a compra de 04 (quatro) créditos de estacionamento, sendo 02 (dois) créditos utilizados para quitar o estacionamento e os 02 (dois) créditos restantes disponibilizados ao veículo notificado.
--	---

	§ 3º- Decorrido o prazo máximo de 07 (sete) dias úteis da ocorrência da infração, poderá o usuário regularizar seu débito mediante a aquisição de 10 (dez) créditos, sendo que 04 (quatro) créditos serão utilizados para regularizar o estacionamento e os 06 (seis) créditos restantes disponibilizados ao veículo notificado.
--	--

	§ 4º- Não observado os prazos estabelecidos nos parágrafos anteriores, os dados do veículo conjuntamente com os documentos comprobatórios da cobrança de tarifas serão encaminhados a autoridade de trânsito municipal, para lavratura do Auto de Infração de Trânsito e aplicação das sanções previstas no art. 181, XVII, da Lei nº 9.503/97.
--	---

Art. 7º-	Para motos serão reservados espaços privativos, onde estarão isentos do pagamento.
----------	--

Art. 8º-	Ficam validados até 31/10/2014 os avisos de irregularidade utilizados quando em vigor a Lei Municipal nº 5.054/2010, revogada pela Lei Municipal nº 5.514/2014.
----------	---

Art. 9º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 10-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO
31 de outubro de 2014.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO ÚNICO AMPLIAÇÃO ÁREA AZUL

RUAS	TRECHOS	VAGAS
Rua Nova Era	Toda Extensão	12
Avenida Oscar Barcelos	Da Rua Nova Era até a Rua Maria Auxiliadora	56

Avenida Oscar Barcelos	Da Rua Presidente Kennedy até a Rua Monte Castelo	40
Alameda Aristiliano Ramos (lado direito)	Da Rua Presidente Kennedy até o Largo Paula Claudino Ferreira	28
Alameda Aristiliano Ramos (lado esquerdo)	Da Rua Presidente Kennedy até a Travessa Londrina	44
Dr. Neumann	Toda Extensão	5
Rua Oscar Kirsten	Toda Extensão	11
Rua Basílio Corrêa de Negredo	Toda Extensão	5
Rua dos Pioneiros	Toda Extensão	55
Avenida Barão do Rio Branco	Da Praça Getúlio Vargas até a Rua Assis Brasil	23
TOTAL DE VAGAS		288

ÁREA AZUL EXISTENTE

RUAS	TRECHOS	VAGAS
Rua XV de Novembro	Da Praça Nereu Ramos até Ponte dos Arcos	70
Rua Tuiuti	Toda Extensão	36
Praça Nereu Ramos	Toda Extensão	10
Rua Carlos Gomes	Toda Extensão	58
Rua São João	Toda Extensão	51
Alameda Aristiliano Ramos	Do Calçadão Osni José Gonçalves até a Travessa Bento Oliveira	109
Rua Anita Garibaldi	Toda Extensão	06
Rua 15 de Abril	Toda Extensão	15
Rua 7 de Setembro	Da Alameda Aristiliano Ramos até a Alameda Bela Aliança	52
Travessa Luiz Piazeria	Toda Extensão	25
Rua Dom Bosco	Da Rua São João até a Rua Mal. Rondon	18
Rua Santos Dumont	Toda Extensão	54
Avenida Oscar Barcelos	Da Rua Maria Auxiliadora até a Rua Presidente Kennedy	19
Alameda Aristiliano Ramos	Da Travessa Bento de Oliveira até a Rua Presidente Kennedy	16
Travessa Bento de Oliveira	Toda Extensão	01
Rua José Zanis	Toda Extensão	03
Rua Rudolf Fritsche	Toda Extensão	09
TOTAL DE VAGAS		552

TERMO DE PERMISSÃO Nº 001/2014

TERMO DE PERMISSÃO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RIO DO SUL (APAE).

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, nesta cidade, doravante denominado PERMITENTE, neste ato representado pelo Prefeito, Exmo. Sr. GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO, inscrito no CPF sob o nº 292.826.679-87, residente e domiciliado nesta cidade, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RIO DO SUL, entidade sem fins lucrativos e declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 696, de 28 de dezembro de 1967, inscrita no CNPJ sob o nº 83.787.604/0001-82, com sede na Avenida 7 de Setembro, nº 467, Centro, nesta cidade, doravante denominada PERMISSONÁRIA, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. DALMIR DA SILVA, inscrito no CPF sob o

nº 193.253.559-49, sujeitando-se ao disposto na Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, na Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, na Lei Federal nº 12.587, de 12.587, de 03 de janeiro de 2012, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Municipal nº 5.514, de 15 de outubro de 2014 e na Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, sendo dispensável processo licitatório conforme preceitua o artigo 24, inciso XX da Lei Federal nº 8.666/93, resolvem celebrar, por seus representantes legais, o presente TERMO DE PERMISSÃO que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo de Permissão consiste na implantação e exploração do Sistema de Estacionamento Rotativo Controlado Pago para veículos automotores, veículos de transporte de carga e de passageiros, bem como recipientes para transporte de entulhos que venham a ocupar espaço nas vias e logradouros públicos do município de Rio do Sul, em áreas especiais, denominadas de "Área Azul".

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FINALIDADE

O presente Termo de Permissão destina-se a manter em funcionamento o Estacionamento Rotativo Controlado Pago "Área Azul", em funcionamento no município de Rio do Sul, compreendendo vagas para estacionamento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Este Termo de Permissão tem seu fundamento legal previsto no artigo 24, inciso X, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Municipal nº 5.514, de 15 de outubro de 2014 e na Lei Orgânica do Município de Rio do Sul.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

A PERMISSIONÁRIA se compromete a convergir esforços e a utilizar recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprir o que prescreve o presente Termo de Permissão.

COMPETE À PERMISSIONÁRIA:

a) Operacionalizar o Sistema de Estacionamento Rotativo Pago "Área Azul" em conformidade com o presente Termo de Permissão;

b) Confeccionar e instalar a sinalização vertical regulamentada pelo Código de Trânsito Brasileiro, para as novas vagas que forem criadas a partir da assinatura do presente Termo, as quais deverão ser submetidas à aprovação do órgão municipal de trânsito, bem como efetuar a manutenção de toda a sinalização vertical pertinente e regulamentada existente;

c) Possuir todos os equipamentos, software e sistemas necessários à operacionalização, execução e manutenção do Sistema de Estacionamento Rotativo Controlado Pago "Área Azul";

d) Confeccionar e distribuir os comprovantes de créditos de estacionamento, que poderão ser explorados comercialmente, como também efetuar o credenciamento e a operacionalização da rede de postos de vendas dos créditos do Sistema de Estacionamento Rotativo Controlado Pago "Área Azul", de acordo com a legislação vigente;

e) Encaminhar ao PERMITENTE, mensalmente, relatório estatístico contendo os dados relativos ao mês anterior, com respectivos

valores arrecadados;

f) Contratar funcionários necessários para a operacionalização do Sistema de Estacionamento Rotativo Controlado Pago "Área Azul";

g) Fornecer aos operadores do Sistema de Estacionamento Rotativo Controlado Pago "Área Azul" uniforme e crachá de identidade que serão de uso obrigatório;

h) Zelar pela boa disciplina de seus funcionários, devendo mantê-los, quando em serviço, uniformizados, com identificação e plenamente capacitados para executar suas funções;

i) Assumir por sua conta e encargos, todas as despesas com a contratação de pessoal, inclusive recolhimentos previdenciários, fiscais, trabalhistas e tributários, conforme disposições do direito privado;

j) Arcar com todas as licenças e encargos financeiros que advirem da execução e manutenção do Sistema de Estacionamento Rotativo Controlado Pago "Área Azul";

l) Manter escritório sede na área central da cidade, com telefone, para funcionamento dos setores administrativo, financeiro e atendimento ao público;

m) Publicar periodicamente, balancete financeiro, prestando contas das atividades concernentes a presente permissão;

n) Aceitar acréscimos ou supressões que o município realizar atinentes ao número de vagas;

o) Emitir através dos monitores responsáveis pela fiscalização da "Área Azul" Notificação de Irregularidade, bem como de efetuar a regularização das Notificações de Irregularidades, com a arrecadação dos respectivos valores, em conformidade com a legislação pertinente;

p) Enviar mensalmente a autoridade de trânsito municipal as Notificações de Irregularidades não regularizadas, em conformidade com a Lei Federal nº 9.503/97, para lavratura e emissão da Notificação de Autuação de Trânsito, prevista no artigo 181, inciso XVII da Lei 9.503/97;

q) Repassar mensalmente 30% (trinta por cento) do resultado financeiro líquido sobre a venda de créditos de estacionamento para o PERMITENTE que será depositado em conta corrente a ser indicada.

COMPETE AO PERMITENTE:

a) Fiscalizar os serviços executados pela PERMISSIONÁRIA, formulando as exigências necessárias à eficaz execução dos mesmos;

b) Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares, intervindo na prestação dos serviços quando constatada a inobservância das disposições acordadas neste Termo;

c) Zelar pela boa qualidade dos serviços, recebendo, apurando e solucionando todas as queixas e reclamações dos usuários, que deverão ser cientificados das providências tomadas;

d) Definir por Decreto, a quantidade e os locais das vagas do Sistema de Estacionamento Rotativo Controlado Pago "Área Azul";

e) Definir por Decreto, o valor da hora, fração de hora a ser cobrada pela PERMISSIONÁRIA, dos usuários do Sistema de Estacionamento Rotativo Controlado Pago "Área Azul".

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS A SEREM COBRADOS

A tarifa que a PERMISSIONÁRIA cobrará do usuário do sistema será definida mediante Decreto Municipal.

CLÁUSULA SEXTA - DOS REAJUSTES

Os preços serão revistos anualmente consoante critérios adotados pelo PERMITENTE. Em caso de reajuste em periodicidade inferior a anual, a PERMISSONÁRIA deverá apresentar demonstrativo econômico-financeiro ao PERMITENTE, que autorizará ou não sua alteração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

A vigência do presente Termo de Permissão será de 05 (cinco) anos, contados do ato da assinatura do presente instrumento, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

Constituem motivos para a rescisão unilateral independente de eventuais sanções aplicáveis:

- a) a liquidação ou dissolução da PERMISSONÁRIA;
- b) a alteração social ou modificação da finalidade da estrutura da PERMISSONÁRIA;
- c) não cumprir a PERMISSONÁRIA as obrigações constantes neste Termo de Permissão.

O presente Termo de Permissão poderá ser rescindido unilateralmente ainda, por iniciativa do PERMITENTE, sempre que atendida, justificadamente a conveniência administrativa ou financeira, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A PERMISSONÁRIA não poderá ceder ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os direitos consubstanciados no presente Termo de Permissão, salvo prévio e expresso consentimento do PERMITENTE.

O produto de arrecadação das multas de trânsito aplicadas aos usuários, pelo descumprimento dos serviços executados pela PERMISSONÁRIA, caberá exclusivamente ao PERMITENTE, ou a quem este conveniar.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, ex vi do art. 55, § 2º e art. 116 ambos da Lei Federal nº 8.666/93, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas as demandas oriundas do presente Termo de Permissão.

E, por estarem de pleno acordo, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente Termo de Convênio, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Rio do Sul (SC), 31 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO Prefeito do Município de Rio do Sul	DALMIR DA SILVA Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio do Sul
---	---

Testemunhas:

DANIEL JUPPA DA SILVA CPF: 054.890.789-79	DOUGLAS WERNER HECKMANN CPF: 432.710.899-15
--	--

DECRETO Nº 4391, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4391, de 31 de outubro de 2014.

“PRORROGA O PRAZO DO ART. 1º DO DECRETO Nº 4.003, DE 17 DE ABRIL DE 2014, QUE REGULAMENTA O PARÁGRAFO 3º DO ARTIGO 378 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 110, DE 17/12/2003 - CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL excepcionalmente para o exercício de 2014.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e, de conformidade com o previsto no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 110, de 17 de dezembro de 2003),

DECRETA

Art. 1º - Fica prorrogado para o exercício de 2014, o prazo para requerimento dos contribuintes interessados em efetuar a coleta de lixo seletivo e obter o desconto de 15% (quinze por cento) no valor da taxa de coleta lixo, de que trata o Art. 1º do Decreto Nº 4003, de 17 de abril de 2014, podendo o mesmo ser efetuado até dia 15 de dezembro de 2014.

Art. 2º - O requerimento estará disponível no endereço eletrônico da Prefeitura do Município de Rio do Sul (www.riodosul.sc.gov.br) ou no Departamento de Meio Ambiente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

31 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO

Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente

RUBENS AUGUSTO SCHWARZ MENSLIN

Secretário Municipal da Fazenda

EDITAL DE MATRÍCULA 01/14

ORIENTAÇÕES PARA A MATRÍCULA - ANO LETIVO 2015
NAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL
EDITAL DE MATRÍCULA 01/14.

Fixa datas e estabelece orientações e critérios para a matrícula e rematrícula da Rede Pública Municipal de Ensino de Rio do Sul, para o ano letivo de 2015.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, torna público as normas e os procedimentos destinados à matrícula nos Centros Educacionais, Escolas Modelo em Tempo Integral e Centros de Educação Infantil no município de Rio do Sul, para o ano letivo de 2015, na Rede Pública Municipal de Ensino, considerando:

- a garantia da renovação de matrícula dos alunos que já frequentam os Centros Educacionais, Escolas Modelo em Tempo Integral e Centros de Educação Infantil vinculados à Secretaria Municipal de Educação;
- a efetuação da matrícula de novos alunos não atendidos pelos Centros Educacionais, Escolas Modelo e Centros de Educação Infantil, cumprindo-se o que dispõe este Edital.;

- a realização, sempre que houver vaga, de matrícula de alunos transferidos de instituição vinculada à Rede Pública Municipal de Ensino de Rio do Sul;

- a organização, de acordo com a distribuição de vagas disponíveis, de novas matrículas nos Centros Educacionais, Escolas Modelo em Tempo Integral e Centros de Educação Infantil, obedecendo aos critérios deste Edital;

- a legislação e as normas federais, estaduais e municipais da Educação Básica;

- as diretrizes para a oferta de diferentes currículos na Educação Básica.

1 DAS ORIENTAÇÕES GERAIS

1.1 A renovação de matrícula para os alunos da Rede Pública Municipal de Ensino será validada mediante a presença dos pais e/ou responsáveis, na Unidade Educacional em que o educando já se encontra matriculado, sob orientações dos critérios estabelecidos por este Edital.

1.2 A transição da criança da Educação Infantil para o primeiro ano do Ensino Fundamental será garantida no período de renovação de matrícula.

1.3 As matrículas novas do Ensino Fundamental e da Educação Infantil serão feitas mediante a presença dos pais e/ou responsáveis na Unidade Educacional mais próxima da residência do aluno ou do trabalho dos pais.

1.4 A matrícula não poderá ser vinculada à exigência de qualquer tipo de taxa de matrícula e/ou contribuição financeira.

1.5 A divulgação da matrícula será realizada pela Secretaria Municipal de Educação através de mídia local e pelas próprias Unidades Educacionais.

1.6 O horário de atendimento para a realização da matrícula e re-matrícula está diretamente vinculado ao horário de funcionamento e/ou outras formas de organização da Unidade Educacional.

2 DO CRONOGRAMA DE RENOVAÇÃO DE MATRÍCULA DE ALUNOS DAS UNIDADES EDUCACIONAIS

2.1 Período de 03 a 21 de novembro de 2014, para as rematrículas.

2.2 Período de 24 a 28 de novembro de 2014, para organização de alunos nas turmas da Educação Infantil, Escolas Modelo em Tempo Integral e Ensino Fundamental.

3 DO CRONOGRAMA DE MATRÍCULA DE ALUNOS NOVOS

3.1 Primeiro período: de 17 a 21 de novembro de 2014.

3.2 Segundo período: de 04 a 13 de fevereiro de 2015.

4 DOS REQUISITOS PARA INGRESSO NOS NÍVEIS DE ENSINO

4.1 DA EDUCAÇÃO INFANTIL

4.1.1 As vagas existentes para as novas matrículas na Educação Infantil serão preenchidas prioritariamente considerando a lista de espera de cada Unidade, conforme os itens do dispositivo 5.1 deste Edital.

4.1.2 O atendimento será em período integral e será realizado a

partir dos 4 (quatro) meses de vida do bebê, respeitando, assim, o período de licença-maternidade, aleitamento materno e vacinas, conforme dispõe a Normativa da Educação Infantil desta Secretaria.

4.1.3 Para efetivação de matrículas novas, são necessários os seguintes documentos:

- Cópia da certidão de nascimento da criança;
- Cópia da carteira de identidade da criança, se houver;
- Cópia do CPF dos pais e/ou responsáveis;
- Cópia da carteira do SUS e do cartão nacional do SUS, se houver;
- Cópia do cartão do Bolsa Família, se for beneficiário;
- Cópia de comprovante de residência;
- Cópia da carteira de vacinação da criança, devidamente atualizada.
- Laudo médico da criança, quando necessário;
- Se trabalhador formal, os três últimos recibos de pagamento, e para trabalhador informal, declaração.

4.1.4 O critério para composição de turma é estabelecido conforme Resolução nº 09/2000 do Conselho Municipal de Educação deste município, sendo o qual:

Creche (Berçário) – Crianças até 2 (dois) anos
Creche (Maternal I) – Crianças de 2 (dois) a 3 (três) anos
Creche (Maternal II) – Crianças acima de 3 (três) anos
Pré-Escola (Jardim) – Crianças de 4 (quatro) a 6 (seis) anos

4.1.5 De acordo com a Resolução nº 07/2010/CNE/CEB, a criança que completar 6 (seis) anos após 31 de março de 2014, terá direito à matrícula na Educação Infantil, mesmo que já tenha frequentado, permanecendo até atingir a idade cronológica de ingresso no Ensino Fundamental.

4.2 DO ENSINO FUNDAMENTAL

4.2.1 A Rede Pública Municipal de Ensino deverá matricular toda criança a partir de 6 (seis) anos de idade, a completar até a data de 31 de março, nas turmas do primeiro ano do Ensino Fundamental, conforme Resolução nº 01/2010/CNE/CEB.

4.2.2 Os critérios para composição de turmas serão:

a) Na distribuição de alunos por turma deve-se seguir o que consta na Lei Complementar nº 170/1998, art. 67, incisos VI e art. 82, inciso VII, alíneas a, b, e c, e o Parecer Técnico nº 27/2013/CIP/GAM, do Ministério Público de Santa Catarina:

1º, 2º e 3º ano: máximo de 25 (vinte e cinco) alunos por turma
4º e 5º ano: máximo de 30 (trinta) alunos por turma
6º, 7º, 8º e 9º ano: máximo de 35 (trinta e cinco) alunos por turma

As turmas do 3º ano serão compostas por no máximo 25 (vinte e cinco) alunos, por tratar-se da última etapa do Ciclo de Aprendizagem do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino.

b) Considerar o zoneamento, garantindo a Unidade mais próxima da residência do aluno ou do trabalho dos pais, seja estadual ou municipal, para oferta de matrícula.

c) Quanto à metragem da sala de aula, seguir-se-á o Parecer Técnico nº 27/2013/CIP/GAM, oficializado pelo Ministério Público de Santa Catarina, que está de acordo com a legislação vigente, sendo:

Sala com 48 m²: 30 alunos
Sala com 56 m²: 35 alunos

d) Observar o número máximo de alunos constante na Lei nº 9394/96, no art. 82.

e) Nos casos em que houver turma única e lista de espera, seguir-se-á o que dispõe o item 5.2 deste Edital.

4.2.3 Para efetivação de matrículas novas serão necessários os seguintes documentos:

- a) Cópia da certidão de nascimento e/ou carteira de identidade;
- b) Cópia da carteira de vacinação, devidamente atualizada;
- c) Cópia do CPF dos pais e/ou responsáveis;
- d) Cópia do comprovante de residência e/ou local de trabalho dos pais;
- e) Cópia do cartão do Bolsa Família, se for beneficiário;
- f) Cópia da carteira do SUS e do cartão nacional do SUS, se a criança possuir;
- g) Laudo médico do aluno, quando necessário;
- h) Atestado de vaga e histórico escolar, no caso de aluno transferido.

4.2.4 Nas Escolas Modelo em Tempo Integral, será previsto semanalmente um período de formação para os profissionais da educação, não havendo atividades pedagógicas com os alunos.

4.2.5 É permitido à Secretaria Municipal de Educação, em caso de necessidade, devido à redução de turmas, e desde que previamente justificável pela mesma e comunicada aos pais pela direção, a reenturmação e absorção de turmas no corrente ano letivo de 2015, inclusive com a alteração de turno de atendimento.

4.2.6 Cabe à direção dar ciência da possibilidade de que trata o dispositivo 4.2.5 aos pais no ato da matrícula e através de disposição na ficha de matrícula, ou em documento anexo, contendo a assinatura dos pais e/ou responsáveis.

5 DA LISTA DE ESPERA

5.1 DA EDUCAÇÃO INFANTIL

5.1.1 Esgotando-se o número de vagas por turma em cada Unidade Educacional, os pais ou responsáveis poderão incluir o nome da criança na lista de espera.

5.1.2 Poderão se inscrever na lista de espera, crianças a partir da data de nascimento, mediante comprovação por meio de certidão de nascimento e comprovante de residência, respeitando o item 4.1.1 e 4.1.2 deste Edital.

5.1.3 Gestantes não poderão deixar previamente o nome na lista de espera.

5.1.4 Somente serão aceitos os nomes de crianças mediante comprovação de que os pais e/ou responsáveis sejam moradores do município de Rio do Sul.

5.1.5 Nos casos de transferência para outra Unidade Educacional, os pais e/ou responsáveis deverão solicitar o Atestado de Vaga na unidade de seu interesse e, se não houver vaga, a criança permanecerá com o nome em lista de espera.

5.1.6 A transferência, conforme Normativa desta Secretaria, será concedida mediante comprovação de mudança de endereço residencial, condicionada à existência de vaga, sendo que, na ausência de vaga imediata, terá prioridade na lista de espera.

5.1.7 As vagas pleiteadas pelo Conselho Tutelar serão atendidas conforme disponibilidade de oferta na Unidade Educacional mais próxima da residência dos pais e/ou responsáveis da criança. Caso não haja possibilidade de atendimento na Unidade pleiteada ou nas demais, o nome da criança permanecerá em lista de espera.

5.1.8 A lista de espera terá validade anual, sendo de compromisso dos pais e/ou responsáveis a renovação do pedido.

5.1.9 É de exclusiva responsabilidade da família e/ou responsável atualizar os dados cadastrais da criança, sempre que houver necessidade, tais como endereço, telefone, local de trabalho dos responsáveis e demais informações relevantes e por meio das quais seja possível entrar em contato com estes.

5.2 DO ENSINO FUNDAMENTAL

5.2.1 Para a abertura de novas turmas, respeitar-se-á um número mínimo de 15 (quinze) alunos na lista de espera.

5.2.2 Nos casos em que dispõe o item 5.2.1, articular-se-á com escolas públicas próximas, tanto da rede estadual quanto da rede municipal, oferecendo a turma em apenas uma das escolas. Não sendo possível agrupar os alunos de diferentes escolas, solicitar à Secretaria Municipal de Educação, mediante justificativa, a autorização para a implantação de turma.

6 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 As matrículas novas da Educação Infantil para crianças até 3 (três) anos de idade serão priorizadas preferencialmente aos pais trabalhadores.

6.2 As crianças com 2 (dois) anos e 6 (seis) meses completos frequentando, em 2014, o CEI Favo de Mel I, terão vagas asseguradas para o ano letivo de 2015, no CEI Favo de Mel II e CEI Sebastião Back e as crianças do CEI Adelaide Ledra para o CEI Sebastião Back.

6.3 A Secretaria Municipal de Educação prevê o fechamento das Unidades de Educação Infantil no período correspondente ao Natal e Ano Novo, de 23 de dezembro de 2014 a 02 de janeiro de 2015.

6.4 A partir de 05 de janeiro de 2015 a 06 de fevereiro de 2015, o atendimento da Educação Infantil será por meio de demanda reduzida, com a oferta de polos previamente divulgados pela Secretaria Municipal de Educação.

6.5 O atendimento da demanda de que trata o dispositivo 6.4 deste Edital será tão somente às crianças matriculadas no ano letivo de 2014.

6.6 As informações constantes nas declarações das famílias e/ou responsáveis no ato da matrícula serão de inteira responsabilidade dos signatários e, caso sejam inverídicas, os mesmos responderão em conformidade com a legislação vigente.

6.7 Os casos omissos por este Edital serão resolvidos por uma comissão multiprofissional da Secretaria Municipal de Educação.

6.8 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

6.9 Revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Sul, 31 de outubro de 2014.

Regina Garcia Ferreira

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4389, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4389, de 30 de outubro de 2014.

"ESTABELECE OS CRITÉRIOS PARA O PROCESSO DE SELEÇÃO, PRIORIZAÇÃO E HIERARQUIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS PARA O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA - PMCMV".

O Prefeito do Município Rio Do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 37, inciso VI da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, Lei Complementar nº 267, de 05 de setembro de 2013, e no art. 3º da Lei Federal nº 11.977, de 07 de julho de 2009, com redação dada pela Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011;

DECRETA:

Art. 1º - Os critérios para o processo de seleção, priorização e hierarquização das famílias para os empreendimentos edificados através do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV ficam estabelecidos na forma deste Decreto.

§ 1º - O Município não se responsabiliza pelo indeferimento de inscrição da família selecionada que, por motivo de distorção cadastral ou exigência especial, não preencher integralmente os requisitos exigidos pelo programa habitacional específico.

§ 2º A inclusão da família no programa habitacional fica condicionada a validação e aprovação da Caixa Econômica Federal e à disponibilidade de unidades habitacionais.

Art. 2º - Para fins de seleção, priorização e hierarquização das famílias serão observados os seguintes critérios:

I - CRITÉRIOS NACIONAIS:

- a) Famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas;
- b) Famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar e;
- c) Famílias de que façam parte pessoas com deficiência.

§ 1º - São consideradas áreas de risco aquelas que apresentam risco geológico ou de insalubridade, tais como, erosão, solapamento, queda e rolamento de blocos de rocha, eventos de inundação, taludes, barrancos, áreas declivosas, encostas sujeitas a desmoronamento e lixões, áreas contaminadas ou poluídas, bem como, outras assim definidas pela Defesa Civil.

§ 2º As famílias deverão apresentar documentos comprobatórios de propriedade do imóvel condenado pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC), observadas as especificidades de cada situação.

§ 3º O município reservará, no mínimo, 3% (três por cento) das unidades habitacionais para atendimento aos idosos, previstos nos normativos específicos do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, referidos no item 5.2 da Portaria nº 595, de 18 de dezembro de 2013, do Ministério das Cidades e conforme disposto no inciso I, do artigo 38, da Lei nº 10.741/2003 e suas alterações. (Estatuto do Idoso).

§ 4º Nos termos da Lei nº 5.087, de 07 de dezembro de 2010, serão reservados 7% (sete por cento) das unidades habitacionais para a ocupação de famílias de que façam parte pessoas com deficiência:

§ 5º Na ausência de candidatos inscritos para a ocupação de tais vagas resguardadas nos §§ 3º e 4º, as mesmas serão destinadas aos demais candidatos a beneficiários;

II - CRITÉRIOS ADICIONAIS:

Participarão do processo de seleção, priorização e hierarquização:

§ 1º famílias residentes no município de Rio do Sul no mínimo 06 (seis) meses antes de 08 de setembro de 2011.

§ 2º famílias que habitam ou trabalham próximos à região do empreendimento, de forma a evitar deslocamentos interurbanos extensos;

§ 3º famílias das quais façam parte crianças (0 a 11 anos, 11 meses e 29 dias).

Art. 3º - O processo de seleção, priorização e hierarquização das famílias candidatas a beneficiárias, será executado e coordenado pela Secretaria de Assistência Social e de Habitação do Município, acompanhado e fiscalizado pelo Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

Art. 4º - Somente poderá participar do processo de seleção a família:

I - cujo titular - seu cônjuge ou companheira (o) - não seja proprietário, cessionário, promitente comprador, usufrutuário, arrendatário do Programa de Arrendamento Residencial - PAR ou detentor de financiamento de imóvel residencial em qualquer local do país;

II - cuja renda mensal familiar seja de até R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais);

III - cujo titular tenha idade igual ou superior a 18 anos ou que seja emancipado;

IV - cujo titular - seu cônjuge ou companheira (o) - seja inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CADÚNICO;

V - que não tenha acessado residência oriunda de programas habitacionais do Município exceto se a residência objeto do programa tiver sido atingida pela catástrofe de 08 de setembro de 2011, com Relatório Técnico de Vistoria de Interdição Definitiva do Imóvel.

Art. 5º - O titular da família que trabalhar como autônomo, sem vínculo empregatício, poderá comprovar sua renda mediante declaração formalizada ao Município, cujo formulário lhe será disponibilizado no momento do cadastramento.

Art. 6º - O resultado da seleção será enviado aos agentes financeiros correspondentes para análise técnica e homologação do resultado.

Art. 7º - O resultado final da seleção das famílias será publicado no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação, sítio eletrônico e em veículos de comunicação do Município.

Art. 8º - É assegurado às famílias o direito de recorrer do resultado da seleção no prazo de até trinta dias, contado da data da publicação do resultado final.

Parágrafo único. O julgamento do recurso de que trata o caput dar-se-á no prazo de até trinta dias, contado da data de sua protocolização.

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 3626, de 19 de setembro de 2013.

GABINETE DO PREFEITO.

30 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

CLAUDIA MARA FRONZA DA SILVA
Secretaria do Município de Assistência Social e Habitação

DECRETO Nº 4390, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4390, de 30 de outubro de 2014.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária nº 5.426 de 12/12/13.

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada até o limite de R\$ 519.660,42 (quinhentos e dezenove mil, seiscentos e sessenta reais e quarenta e dois centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.02	ATENÇÃO BÁSICA		
2.095	Blatb – Pab Fixo – Ações Básicas		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos		
03640054	Sup. Rec. Atenção Básica	R\$	400.000,00
2.096	Blatb – Núcleo de Apoio a Saúde da Família		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
03640054	Sup. Rec. Atenção Básica	R\$	35.360,42
40.05	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		
2.082	Manutenção da Farmácia Popular		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01670054	Assistência Farmacêutica Básica - União	R\$	4.300,00
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
03670054	Sup. Rec. Assistência Farmacêutica Básica	R\$	80.000,00
	Total		519.660,42

Art. 2º - Em contrapartida as suplementações constantes do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 519.660,42 (quinhentos e dezenove mil, seiscentos e sessenta reais e quarenta e dois centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.02	ATENÇÃO BÁSICA		
2.095	Blatb – Pab Fixo Ações Básicas		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03640054	Sup. Rec. Atenção Básica	R\$	400.000,00

2.096	Blatb – Núcleo de Apoio a Saúde da Família		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03640054	Sup. Rec. Atenção Básica	R\$	35.360,42
40.05	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimento		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01670054	Assistência Farmacêutica Básica - União	R\$	4.300,00
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03670054	Sup. Rec. Assistência Farmacêutica Básica	R\$	80.000,00
	Total	R\$	519.660,42

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

30 de outubro de 2014

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4393, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014..

DECRETO Nº 4393, de 31 de outubro de 2014.

"SUBSTITUI MEMBRO PARA COMPOR A COMISSÃO DE POLÍTICA E REMUNERAÇÃO DE PESSOAL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no inciso VI, do art. 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e no art. 22, da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica substituído membro para compor a Comissão de Política e Remuneração de Pessoal, passando a ser nomeada a servidora relacionada abaixo: II – DANIEL GORGES substitui Fábio Rousseq
	Parágrafo único - A nomeação dos membros mencionados no caput tem vigência de 01(um) ano, iniciando o período a partir do dia 1º de fevereiro de 2014, podendo os mesmos serem reconduzidos mediante ato próprio.
Art. 2º-	A Comissão ora nomeada, conforme disposição contida no art. 22, da Lei Complementar nº 208, de 28 de setembro de 2010, tem a incumbência de colher subsídios e formular sugestões que orientem as Políticas Municipais de Pessoal e de Remuneração.
	Parágrafo único - Além das competências previstas no caput deverá a Comissão participar de todos os estudos e reformas eventualmente produzidas na área de Política de Pessoal e Remuneração.

Art. 3º-	Os subsídios, as sugestões, os estudos e as propostas de reformas na área de Política de Pessoal e de Remuneração, devem ser produzidos mediante parecer fundamentado.
Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 5º-	Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

31 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

MINUTA DE CONTRATO Nº 70 FMS

EDITAL CARTA CONVITE Nº 47/2014 - FMS

MINUTA DE CONTRATO Nº 70 PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS COM MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A FARMÁCIA LEANDRO LTDA ME

Pelo presente termo administrativo de compra e fornecimento, integrante do Processo Licitatório representado pela Carta Convite nº 47/2014 - FMS, de 14 de outubro de 2014, onde figuram de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE RIO DO SUL, neste ato representado pelo sua gestora em exercício, Sra. Adalgisa V. S. Feijó, e de outro a Empresa Farmácia Leandro LTDA com sede na Rua Praça Getulio Vargas, nº 7 Bairro:Centro, na cidade de Rio do Sul - SC, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob nº 78.533.395/0001-55, neste ato, representada por seu preposto Marcos Antônio Lenandro proprietário, portador do RG nº 7R-1.XXX.XXX, inscrita no CPF sob o nº XXX.981.779-XX, têm entre si justo e acordado o seguinte:

Cláusula 1a. - DO OBJETO

1.1. A segunda das acima qualificadas, de ora em diante denominada de CONTRATADA, devidamente qualificada como vencedora da Carta Convite nº 47/2014, obriga-se a vender à primeira das acima qualificadas, denominada doravante, simplesmente, de CONTRATANTE: medicamentos diversos constantes na tabela da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMÉRCIO FARMACÊUTICO, com as eventuais variações de preços estipulados pela referida tabela, com desconto de 23,6% (vinte e três vírgula seis por cento) nos itens, pelo período de quatro (04) meses.

Cláusula 2a. - DA ENTREGA

2.1. A entrega dos medicamentos deverá ser efetuada mediante apresentação de autorização padronizada emitida pelos setores: administração e farmácia, desta Secretaria, conforme necessidade.

Cláusula 3a. - DAS OBRIGACOES DA VENCEDORA

3.1. Entregar o produto contratado de acordo com o previsto na Cláusula 2a., no balcão da farmácia, localizada no perímetro urbano do município de Rio do Sul.

3.2. Garantir a qualidade do produto contratado.

3.3. Substituir imediatamente os produtos que se apresentarem fora das especificações técnicas.

3.4. Fornecer toda e qualquer informação e orientação Técnica ao FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE para o bom emprego e utilização do produto vendido.

3.5. Apresentar, junto com a Nota Fiscal emitida, as autorizações padronizadas devidamente carimbadas e assinadas, pelo responsável técnico da administração/farmácia desta secretaria.

3.6. Encaminhar as Notas Fiscais e as respectivas Autorizações ao setor autorizador, a saber: Farmácia e Administração desta Secretaria para que este verifique a conformidade da entrega, mediante carimbo de "certifico".

Cláusula 4a. - DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

4.1. Fiscalizar e controlar a entrega, comunicando à CONTRATADA, quaisquer irregularidades constatadas nos produtos entregues.

4.2. Efetuar o pagamento segundo os prazos e condições estabelecidas neste Termo Administrativo.

Cláusula 5a. - DA ORIGEM DOS RECURSOS

5.1. As despesas decorrentes do presente Termo Administrativo, correrão às expensas do item Orçamentário:

92 - 2114.3339000000000000.1670055 - Programa de Medicamentos Especiais

94 - 2087.3339000000000000.1020000 - Bifab - Farmacia Basica

310 - 2087.3339000000000000.1670055 - Bifab - Farmacia Basica - Estado

Cláusula 6a. - DO PREÇO

6.1. O preço contratado por este instrumento, de acordo com proposta apresentada pela CONTRATADA, é de 23,6% (vinte e três vírgula seis por cento) de desconto a serem aplicados nos medicamentos constantes na Tabela da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMÉRCIO FARMACÊUTICO.

Parágrafo Único - Os reajustes de preço serão automaticamente repassados obedecendo o disposto na Tabela da Associação (ou pelo BRASÍNDICE) de acordo com o índice autorizado pelo Governo Federal.

Cláusula 7a. - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. Deverá ser emitida nota fiscal, após apresentação da Autorização Padronizada emitida pelo setor solicitante, devidamente assinada pelo responsável, a qual será paga sempre em 30 (trinta) dias após sua emissão.

Cláusula 8a. - DOS PRAZOS CONTRATUAIS

8.1. A VENCEDORA deverá comparecer à Divisão de Suprimentos da Secretaria Municipal de Saúde, em até 05 (cinco) dias após a comunicação do resultado da licitação para assinatura do presente instrumento, tendo este a vigência de 04 (quatro) meses, ou enquanto durar o saldo de R\$ 61.120,00.

Cláusula 9a. - DA RESCISÃO E DA REVOGAÇÃO

9.1. O presente instrumento poderá ser rescindido unilateralmente por iniciativa do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, atendida sempre a conveniência administrativa, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à CONTRATADA, qualquer espécie de indenização.

9.2. A critério do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, caberá ainda

resilição deste Termo Administrativo, quando a CONTRATADA:

9.2.1. Não cumprir qualquer das diretrizes contratuais;

9.2.2. Transferir ou ceder o contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem previa e expressa autorização do FUNDO MUNICIPAL SAÚDE.

9.2.3. Entrar em concordata ou falência, resultando no inadimplemento das obrigações constantes desse instrumento e no ato que o originou.

9.3. Ocorrendo a rescisão prevista nos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3, a CONTRATADA responderá por perdas e danos.

9.4. O presente instrumento poderá ser rescindido, também, por mútuo consenso das partes.

9.5. Fica ressalvado ao FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE o direito de revogar o presente instrumento por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, incorrendo em tal hipótese, direito da CONTRATADA de receber qualquer indenização ou reparação.

Cláusula 10a. - DAS SANÇÕES

O descumprimento por parte da CONTRATADA de qualquer das cláusulas do presente Termo Administrativo ou mesmo do ato que o originou, implicará numa multa correspondente a 20% do valor integral do contrato, além da responsabilidade Civil que advir da irregularidade por perdas e danos ao Município, bem como da suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, resultado na impossibilidade de obter declaração de idoneidade.

Cláusula 11a. - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, para dirimir as questões decorrentes do presente Termo.

E, por assim estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, a tudo presentes, para que fazendo parte integrante da Carta Convite nº 47/2014 - FMS, produza seus jurídicos e legais efeitos.

Rio do Sul, 14 de outubro de 2014.

ADALGISA V. S. FEIJÓ CONTRATADA

Secretária Municipal de Saúde em Exercício Farmácia Lenandro LTDA

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2014 FMS

E D I T A L

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2014 FMS

OBJETO: Registro de preços para aquisição de dietas especiais e fraldas geriátricas para fornecimento aos pacientes do SUS atendidos através desta secretaria.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: até o dia 13/11/2014, às 08:30 horas.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 08:30 horas do dia 14/11/2014.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, na

Praça 25 de Julho, 01, Centro, Rio do Sul/SC

CONTATO: Luis Henrique

e-mail: luis.oliveira@riodosul.sc.gov.br

ÁREA RESPONSÁVEL: Setor de Compras e Licitações

ÁREA REQUISITANTE: Setor de Nutrição; Assistência Social

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

2078.3339000000000000.1020000 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

2095.3339000000000000.3640054 - Blatb - Pab Fixo - Ações Básicas

2086.3339000000000000.1660054 - Blvgs - Pam - Dst/hiv/aids O edital na íntegra pode ser obtido no site www.riodosul.sc.gov.br no link Licitações - Editais da Secretaria de Saúde. As empresas interessadas em participar desta Licitação deverão comunicar sua intenção ao Departamento de Compras e Licitações através do endereço rua Tuiuti, 154, Centro, Rio do Sul - SC, encaminhando preenchido o anexo 07, Declaração de Retirada de Edital. O Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul não aceitará em hipótese alguma reclamações posteriores de não envio de alterações por parte de empresas que não tenham se identificado como interessadas em participar da licitação. Ainda, nenhuma responsabilidade caberá ao Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul pelo não recebimento dessas alterações devido a endereço eletrônico e número de fax incorreto ou defeitos em qualquer desses equipamentos.

ESTE EXEMPLAR DE EDITAL É TRANSCRIÇÃO FIEL DO ORIGINAL ARQUIVADO NO PROCESSO DO PRESENTE PREGÃO.

Rio do Sul (SC), 03 de novembro de 2014.

GARILBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

ADALGISA V. S. FEIJÓ

Secretária Municipal de Saúde em exercício

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 765, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

RESOLUÇÃO Nº 765, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

Instala Comissão Temporária Especial com o objetivo de apreciar e estudar os problemas municipais consoantes às obras públicas licitadas e não concluídas.

CONSIDERANDO a competência descrita no artigo 65, inciso I, c/c artigo 66, inciso II, ambos da Resolução 597/2010 - Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Rio do Sul;

CONSIDERANDO a aprovação em Sessão Plenária realizada em 25 de agosto de 2014, do Requerimento nº 8/14, cujo conteúdo visa a solicitação de constituição de Comissão Temporária Especial para apreciação e estudo de problemas municipais consoantes às obras públicas licitadas e não concluídas no período de 2010 até a presente data;

CONSIDERANDO que em conformidade com o que preceitua o artigo 65, § 1º, alíneas "a", "b" e "c", da Resolução 597/2010 - Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Rio do Sul -, o requerimento apresenta a finalidade devidamente fundamentada bem como faz menção a três membros para composição e ao prazo de funcionamento da referida Comissão;

CONSIDERANDO que fora observada as indicações partidárias

e assegurado o princípio da proporcionalidade dos partidos que compõem a Câmara Municipal;

CONSIDERANDO que deve fazer parte da Comissão o primeiro signatário do Requerimento, de conformidade com o que preceitua o artigo 65, §2º da Resolução 597/2010 - Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Rio do Sul;

CONSIDERANDO que esta resolução será considerada aprovada ao ser deliberada em plenário após aprovação da Comissão de Legislação, Justiça, Ética e Decoro Parlamentar e Redação final e Comissão de Educação, Cultura, Esporte, Saúde e Assistência Social, Política Urbana, Agrícola e Meio Ambiente, nos termos do Art. 65, parágrafo §8º e que entrará em vigor na data de sua publicação;

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faça saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica criada no âmbito do Poder Legislativo de Rio do Sul, Comissão Temporária Especial com o objetivo de apreciar e estudar os problemas municipais consoantes às obras públicas licitadas e não concluídas no período de 2010 até a presente data.

Art. 2º Ficam nomeados para fazer parte da Comissão, por indicação partidária e aquiescência do Presidente desta Casa, respeitando a proporcionalidade partidária, bem como o que preceitua o parágrafo 2º do art. 65 da Resolução 597/2010 - Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Rio do Sul -, os seguintes Vereadores:

I - Janara Aparecida Mafra - PSD;

II - Maria Helena Zimmermann - PR; e

III - Cariso Sávio Giacomini - PMDB;

§ 1º Caso um dos componentes da Comissão venha a se licenciar, por qualquer motivo legal que necessite a convocação de suplente, este assumirá todos os direitos e obrigações atribuídas à titular, conforme artigo 236, § 1º da Resolução 597/2010 - Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Rio do Sul.

§ 2º A Comissão deverá eleger dentre seus pares um presidente, um secretário e um relator.

Art. 3º A Comissão Legislativa Temporária funcionará pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias para a conclusão de seus trabalhos a contar da publicação desta resolução e apresentará um relatório escrito sobre os objetivos atingidos ao Plenário da Câmara, 30 dias após findado o prazo de seu funcionamento.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de outubro de 2014.
JAIME SBORZ

Salto Veloso

PREFEITURA

PORTARIA Nº 281/2014

PORTARIA Nº. 281/2014

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere e tendo em vista o que consta a seu pedido;

Resolve:

Artigo 1º. Conceder LICENÇA PRÊMIO, no período de 29 de Outubro de 2014 a 26 de Janeiro de 2015, conforme Artigo 83, do Estatuto dos servidores Públicos do Município de Salto Veloso, ao servidor EVAINER SANTIAN, ocupante do cargo de provimento efetivo, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, lotado no cargo de Motorista Classe II.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 29 de Outubro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 282/2014

PORTARIA Nº. 282/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerado, a partir desta data, o Sr. SEBASTIÃO DE OLIVEIRA, do cargo em comissão de COORDENADOR DE LIMPEZA URBANA.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 31 de outubro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 283/2014

PORTARIA Nº. 283/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 03 de novembro de 2014 a 02 de dezembro de 2014, totalizando 30 dias de férias a Servidora MARCIMONE ADRIANA DEVALIERI VENTURIN, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/08/2011 a 31/07/2012, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 03 de Novembro de 2014.
CLAUDEMIR CESCA
 Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 284/2014

PORTARIA Nº. 284/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 03 de novembro de 2014 a 02 de dezembro de 2014, totalizando 30 dias de férias a Servidora RENATA MAGNANI FOGLIATTO, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/07/2013 a 30/06/2014, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 03 de Novembro de 2014.
CLAUDEMIR CESCA
 Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 285/2014

PORTARIA Nº. 285/2014

Autoriza a Averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS sob o nº 20022080.1.00032/11-7, e Certidão de Tempo de Contribuição expedida pela Secretaria de Estado da Educação do Governo de Santa Catarina sob nº 1353/2014, nos assentos funcionais da servidora Maria Abati, detentora da matrícula nº 360 e do cargo de provimento efetivo de Professor I, e dá outras providências.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora Maria Abati, detentora da matrícula nº 360 e do cargo de provimento efetivo de Professor I, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS sob o nº 20022080.1.00032/11-7, correspondente a 10 anos 1 mês e 15 dias, e Certidão de Tempo de Contribuição expedida pela Secretaria de Estado da Educação do Governo de Santa Catarina sob nº 1353/2014, correspondente a 6 anos 2 meses e 22 dias, para fins de concessão de aposentadoria voluntária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 31 de Outubro de 2014.
CLAUDEMIR CESCA
 PREFEITO MUNICIPAL

INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS DO EDITAL Nº 001/2014 DE CONCURSO PÚBLICO

Ato 002/CP/SV/2014

DIVULGA INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS DO EDITAL Nº 001/2014 DE CONCURSO PÚBLICO - ADMINISTRAÇÃO GERAL

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público e Processo seletivo, torna público as inscrições deferidas e indeferidas do Edital n.º 001/2014, conforme segue:

1. Ficam DEFERIDAS as inscrições constantes do anexo I deste edital.

2. Ficam INDEFERIDAS as inscrições constantes do anexo II deste edital, não processadas por falta de pagamento da taxa de inscrição.

3. Os recursos contra o indeferimento da inscrição poderão ser interpostos nos dias 03 e 04 de novembro de 2014, nos termos do edital.

Salto Veloso, 31 de outubro de 2014.
 Claudemir Cesca
 Prefeito Municipal

ANEXO I DO ATO 002/CP/SV/2014

INSCRIÇÕES DEFERIDAS DO EDITAL Nº 001/2014 DE CONCURSO PÚBLICO - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Agente Administrativo - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	21201	ADRIANO PEREIRA PEDROSO	25/03/1981	Deferido
2	16756	ALANA DE LIMA	02/08/1993	Deferido
3	14219	ANA CELIA DE OLIVEIRA RIBEIRO	06/11/1983	Deferido
4	20971	BIANCA DE BORTOLI	03/05/1993	Deferido
5	20400	CAMILA BOTH CESCA	12/06/1992	Deferido
6	18156	CAMILA NATULA DE MATOS ARAUJO	14/12/1994	Deferido
7	20679	CAMILA ZARDO DE NARDI	21/08/1991	Deferido
8	21004	CARINE SEIXAS PINHEIRO ROQUE	08/06/1986	Deferido
9	20609	CHARLES JEAN BEZ	03/08/1989	Deferido
10	20928	CIDINEIA GRAHL	02/06/1984	Deferido
11	20569	DANUSA ZAMBONI	21/09/1976	Deferido
12	10565	DARCI ALFREDO TOBIAS JUNIOR	14/02/1981	Deferido
13	10739	DÉBORA BARONCHELLO	18/10/1994	Deferido
14	21191	DEJANIRA ANTUNES CRUZ	27/03/1971	Deferido
15	17640	DIEGO TEILOR ABATI	09/05/1985	Deferido
16	20835	FABIOLA SILVANE CORSO	10/07/1990	Deferido
17	19168	FERNANDO JOSE CANNALI	05/11/1987	Deferido
18	15748	GUSTAVO CELANT ROEDEL	18/06/1985	Deferido
19	18819	IVÂNIA TASCA	09/03/1984	Deferido
20	12870	JULIANA PAULA CAMICIA BARBOZA	10/07/1980	Deferido

21	20640	KASSIA ANA DÖRNER	31/12/1993	Deferido
22	20764	LARINI GRAHL	04/04/1995	Deferido
23	20907	LEANDRO ZAGONEL	15/09/1995	Deferido
24	18141	MARINÊS ABATI DE BASTIANI	11/10/1984	Deferido
25	21263	MATEUS SCHEAD DOS SANTOS	08/10/1986	Deferido
26	14946	MERYELI DONADEL	17/04/1989	Deferido
27	20948	MONICA CENCI	10/01/1986	Deferido
28	9993	OTAVIO AUGUSTO BARROS PADILHA DOS SANTOS	04/04/1991	Deferido
29	10891	RAMON ALEXANDRE BENTO	02/07/1989	Deferido
30	15413	RANGEL LEGNANI	21/11/1994	Deferido
31	16437	RODRIGO ALAN DE OLIVIERA	05/05/1991	Deferido
32	16101	TUANE CRISTINE SAVIAN	22/08/1991	Deferido

Assistente Social - Ensino Superior

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	20497	ANDREIA LEITE DE GO-DOY VITTI	16/06/1975	Deferido
2	20534	ANDREIA TERESINHA DE ALMEIDA	21/03/1979	Deferido
3	11571	EVELI DA COSTA SILVA	11/11/1971	Deferido
4	12542	GRAZIELA CAMPOS DE CARVALHO FREITAS	13/11/1992	Deferido
5	16265	LAÍS SUÉLLEN NASCIMENTO DOS SANTOS	21/08/1987	Deferido
6	10268	LUCIANE FATIMA SPINELLI DOS SANTOS	10/10/1978	Deferido
7	12073	MARIA APARECIDA DRAPALSKI	17/10/1976	Deferido
8	21180	MARLENE BALTAZAR DA SILVA	18/07/1955	Deferido
9	13083	MELIZA SABINI	01/11/1991	Deferido
10	13143	VANESSA APARECIDA DE BRITTO	27/07/1989	Deferido

Auxiliar Administrativo - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	21239	ALDISSEIA DIAS	13/09/1994	Deferido
2	12464	ALESSANDRA FÁTIMA DO NASCIMENTO	06/01/1987	Deferido
3	21088	ALESSANDRO FAVERO	19/12/1988	Deferido
4	12283	ALEXANDRE DE BORTOLI	08/09/1991	Deferido
5	16995	BIANCA ANDRESSA DA SILVA MAY	06/05/1993	Deferido
6	11617	CAMILO DORNELES	21/11/1991	Deferido
7	12749	CARLA ZIMMER	12/11/1980	Deferido
8	20548	CHARLEY JACKSON HAWTHORNE	14/02/1967	Deferido
9	21060	CIBELE VIGOLO	21/12/1994	Deferido
10	19490	CRISTIANE SALETE PIENIAK	08/02/1987	Deferido
11	21118	DÉBORA BENINCÁ	10/02/1991	Deferido
12	20966	EDIBERTO LUIZ ARCONTI	04/03/1992	Deferido

13	20984	FABIANA BORDIGNON WEISS	28/10/1982	Deferido
14	20831	FERNANDO STRAPAZZON	14/07/1984	Deferido
15	14215	FRANCIELE MEZZARI	24/10/1986	Deferido
16	21099	FRANCISLENE DOS SANTOS	23/12/1982	Deferido
17	20931	GABRIEL SARTOREL	23/08/2014	Deferido
18	12213	GIOVANA ARAITI ZACCARON	18/09/1986	Deferido
19	20875	GRAZIELI CRISTINA SOARES	05/04/1994	Deferido
20	15565	GREICY KELLY ERHARTER	01/07/1996	Deferido
21	17745	GUILHERME DALCIM	13/05/1995	Deferido
22	21307	JAINÉ APARECIDA ANSILIERO	25/05/1992	Deferido
23	21102	JANICE DOS SANTOS	21/04/1985	Deferido
24	20477	JAQUELINE KARLA RIBEIRO	09/10/1992	Deferido
25	14232	LUCIANE MEZZARI	15/07/1993	Deferido
26	17741	MAISE PEDROSO	21/02/1996	Deferido
27	10720	MARIANA TAVARES SALGADO	16/08/1994	Deferido
28	20089	MARIANA VIECELI MELO	21/03/1986	Deferido
29	19892	MARINES ALVES DOS SANTOS	25/11/1994	Deferido
30	11095	MARISA DOS SANTOS	28/02/1983	Deferido
31	17206	MARIZA APARECIDA SANDAK	07/04/1995	Deferido
32	16564	PAULO RICARDO DA FONSECA	21/12/1991	Deferido
33	19461	QUERLI MARI BELLÉ GUZÍ	28/06/1988	Deferido
34	14036	RAFAEL ANSILIERO	09/10/1996	Deferido
35	19345	RÔMULO CAREGNATO	18/12/1998	Deferido
36	17389	RENAN KRABBE	22/01/1984	Deferido
37	19588	ROSILENE DE FREITAS	16/03/1992	Deferido
38	15244	SUÉLEN SILVA BENVEGNÚ	09/11/1984	Deferido
39	21158	TAILISE BRUNETTA	08/12/1991	Deferido

Auxiliar de Limpeza - Ensino Fundamental

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	18200	ANA MARIA VENTURIN DALLAGIACOMASSA	24/03/1964	Deferido
2	19994	ANDREIA NASCIMENTO DE JESUS PALMA	28/06/1983	Deferido
3	17522	DIRLEI CATARINA ARIATTI NUNES	02/03/1965	Deferido
4	19021	JAQUELINE VULBRAK	22/02/1995	Deferido
5	17730	MARIA DO CARMO DE SOUZA VENTURIN	16/07/1960	Deferido
6	12883	MARIA MADALENA VIEIRA	17/02/1960	Deferido
7	20975	NATALINA MORAES	27/12/1976	Deferido
8	20458	NEIDE TEDESCO	05/01/1976	Deferido
9	16396	RUBIA RODRIGUES ESCANDIEL	23/01/1975	Deferido

Auxiliar de Limpeza Urbana (gari) - Alfabetizado

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	10860	FABIANA GODINHO	17/05/1980	Deferido
2	11094	FÁTIMA BARBOSA	14/10/1979	Deferido
3	10814	GISELI RIBEIRO	30/10/1994	Deferido
4	21090	LUCIANA BANDEIRA	20/03/1964	Deferido
5	11098	MARISTELA ALVES DOS SANTOS	06/10/1975	Deferido

Enfermeiro - Ensino Superior

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	20999	ANDERSON GONDIM ROQUE	01/12/1982	Deferido
2	16775	ATAIZE ZUFFO	30/05/1972	Deferido
3	11345	CÉSAR MARTINS	15/02/1962	Deferido
4	10810	CINTIA APARECIDA AMAZONAS DE QUADROS	27/08/1983	Deferido
5	18549	CLAUDIA RICHTER DOS SANTOS	07/07/1980	Deferido
6	20542	CRISTIANE DE CARVALHO	21/03/1982	Deferido
7	20813	DANIELLY MAGNABOSCO	24/07/1987	Deferido
8	20827	EDUARDO JANIR DE SOUZA	21/01/1987	Deferido
9	13208	JÉSSICA SEREDNISKI MELNEK	30/04/1990	Deferido
10	16399	KAMILA DA SILVA	29/06/1992	Deferido
11	16514	LETICIA FUMAGALLI DA SILVA BÉZ	09/06/1988	Deferido
12	20938	LICEIA RINALDI RAMOS	02/06/1978	Deferido
13	13648	MARIANE CAROLINA DE ALMEIDA	29/05/1992	Deferido
14	20941	MARINA HARTCOPH	16/06/1988	Deferido
15	21207	MIRIAN APARECIDA MONDINI	16/05/1980	Deferido
16	16066	NATANI ZAMBONI	24/02/1991	Deferido
17	11786	ODETE MARIA DEITOS	13/12/1971	Deferido
18	16740	OZIAS ELEAZAR BORUCH JUNIOR	25/05/1988	Deferido
19	15919	PATRICIA DALCIM	15/03/1987	Deferido
20	21011	RAFAEL LUIZ DE MELLO	17/12/1989	Deferido
21	18382	RENATA CARLON	08/08/1987	Deferido
22	17665	RITA MARLISE THEISEN	06/08/1986	Deferido
23	20432	ROSEMERI APARECIDA VIEIRA	15/04/1966	Deferido
24	21309	SÔNIA MARA CORRÊA PIRES PADILHA	20/01/1977	Deferido
25	21183	TATIANE GRACIELE RAMON	14/03/1981	Deferido
26	12636	TIAGO DOS SANTOS	14/06/1984	Deferido
27	20266	VANESSA CRISTINA NUNES	03/03/1989	Deferido

Médico - Ensino Superior

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Motorista Classe II - Ensino Fundamental

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	15977	ADMILSON VINGLA DE MATOS	31/07/1978	Deferido
2	20434	CARLOS ALEXANDRE DA ROCHA PORTO TADEU	03/10/1982	Deferido
3	18110	DIRNEI PERÃO	16/11/1983	Deferido
4	21126	EDSON JOSÉ PINTO DA SILVA	05/08/1975	Deferido
5	18440	EDUADO MAURÍCIO SONDA	13/11/1982	Deferido
6	20227	ELIANDRO FRANCISCO TINELLI	03/10/1983	Deferido
7	14771	GILSON GARCIA DA SILVA	30/09/1969	Deferido
8	16394	JOSE FERNANDO ESCANDIEL	29/12/1975	Deferido
9	17909	LUCIANO MONTIEL	22/06/1987	Deferido
10	20414	PAULO ROBERTO DA SILVA CAMPOS	19/01/1979	Deferido
11	20997	SIDEMAR ALESANDRO BORGES	27/10/1984	Deferido
12	18839	VALDECIR JOSÉ SANTOS	04/10/1963	Deferido

Motorista Classe III - Alfabetizado

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	18966	ALTAIR ANTÔNIO PASIN	23/02/1957	Deferido
2	14628	EVANDRO CARLOS LIDANI	04/10/1973	Deferido
3	14753	GENTIL CONTE	28/06/1970	Deferido
4	11913	GIOVANI KAZLOWSKI	01/09/1985	Deferido
5	21155	JANI CARLOS CONTE	04/06/1974	Deferido
6	21008	JHEYSON MACHADO	23/04/1990	Deferido
7	21092	MARCELO DE JESUS DRUN	11/11/1982	Deferido
8	16720	MARCOS ROBERTO FRIGO	22/06/1985	Deferido
9	15588	RICARDO SÔNEGO	19/08/1985	Deferido

Operador de Bobcat - Alfabetizado

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	14431	ALAN LUIS DOS SANTOS	27/09/1991	Deferido
2	17863	ALCIOMAR ZANELLA	03/05/1979	Deferido
3	21152	JOÃO PAULO ANTUNES MACIEL JUNIOR	29/06/1980	Deferido
4	16428	JULIO CEZAR DA FONSECA	21/01/1996	Deferido
5	19857	MARIZETE MARIA HENSEL	12/11/1974	Deferido
6	21017	OZÉAS MOREIRA BRANCO	30/09/1973	Deferido

Operador de Máquinas Classe II (carregadeira e rolo) - Alfabetizado

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	11102	DILVANE ANTONIO DOS SANTOS	26/10/1994	Deferido
2	16769	JOÃO IVANOR DO PRADO	26/02/1983	Deferido
3	21304	MARCIO RODRIGUES	30/10/1978	Deferido
4	12667	NILSON CORREIA DE ALMEIDA	18/09/1987	Deferido
5	10872	SILVANO ZAMBONI	24/10/1970	Deferido
6	20980	VILSO JOSÉ VENTURIN	21/08/1964	Deferido

Operário Braçal - Alfabetizado

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	15040	ADAIR RAMOS	30/08/1976	Deferido
2	21308	CLAUDEMIR JOSE MOREIRA	20/05/1981	Deferido
3	11967	LEANDRO LOCATELLI	23/12/1990	Deferido
4	15864	NARCISO JOSE VIEIRA	18/03/1958	Deferido
5	21162	SANDRO MACEDO FAGNELLO	15/05/1979	Deferido

Técnico em Compras e Licitações - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	20957	ADEMIR RAMOS CUCHI	25/11/1989	Deferido
2	19108	ADILSON ROQUE DOS SANTOS	09/05/1986	Deferido
3	15968	ALINE LIRIA GRAHL	27/11/1986	Deferido
4	11545	ALINE ZAGO REOLON	05/08/1988	Deferido
5	19482	AMANDA ZIMMER	12/02/1987	Deferido
6	15930	AMARILDO JOSÉ TURMINA	20/03/1964	Deferido
7	10886	ANA PAULA LORENZET	24/05/1994	Deferido
8	21175	ANA PAULA ZATTA	06/03/1976	Deferido
9	16777	ANDERSON VEBER	11/06/1988	Deferido
10	20711	ANDRE VINICIUS BALDISERA	30/05/1985	Deferido
11	14207	BRUCE LEITE BEZERRA	07/03/1986	Deferido
12	11315	CAROLINE VIECELLI	14/06/1989	Deferido
13	17131	CRISTINE GISELA OHLWEILER	16/05/1983	Deferido
14	14211	DALEISE APARECIDA TESSARI	20/09/1994	Deferido
15	21184	DANIEL SPILLER DOS REIS	24/01/1990	Deferido
16	18996	DAVID CORDEIRO SCHMIDT	30/07/1993	Deferido
17	20889	DÉLCIO SERIGHELLI	09/09/1989	Deferido
18	19949	DIEGO MELO DE LIZ	06/12/1988	Deferido
19	11320	ELIANE MARIA DE MORAES	15/07/1991	Deferido
20	20627	FELIPE SPEZZATTO	03/04/1988	Deferido
21	15889	IBANÊS VIEIRA DEANDRADE	13/02/1988	Deferido
22	14289	IEDA JUNG	18/08/1962	Deferido

23	11196	ILTON NUNES DOS SANTOS	06/06/1968	Deferido
24	18232	IVONETE APARECIDA MENEGHEL	06/04/1972	Deferido
25	15398	JAMILE CRISTINA TOSETTO	06/05/1987	Deferido
26	11839	JÉSSICA PAULA FAVARIN	10/04/1995	Deferido
27	21085	JEFFERSON ARION DE ALMEIDA	19/03/1977	Deferido
28	21071	JOÃO PAULO HOFFELDER	23/10/1996	Deferido
29	12296	JOBBE ARAÚJO DIAS	10/09/1988	Deferido
30	11472	JOELICE DE QUEIROS	27/05/1996	Deferido
31	16806	JONAS AUGUSTO NASATO	26/11/1991	Deferido
32	21038	JOSÉ PEDRO TRAIN	26/07/1964	Deferido
33	10441	JOSIANE UNTENBERGER	07/07/1990	Deferido
34	13135	JOSIMAR DE FREITAS	22/08/1987	Deferido
35	11836	JULCIMAR QUAGLIOTTO	06/03/1987	Deferido
36	20710	JULIANA DE OLIVEIRA BALSINI	17/09/1983	Deferido
37	20635	JULIANA PASQUALI	14/02/1986	Deferido
38	12241	JULIANE CARINE SERIGHELLI	24/04/2014	Deferido
39	21355	KARLA NAVA DOMINGUES	04/09/1988	Deferido
40	20570	KAUE VETORAZI	16/04/1993	Deferido
41	11926	LEIDIMARA RECALCATTI	14/04/1983	Deferido
42	20369	LUCELIA FEDRIGO	21/01/1985	Deferido
43	21103	LUCIANE RENATA BASEGGIO	27/06/1984	Deferido
44	17015	MARCELO HENRIQUE MACHADO	29/08/1990	Deferido
45	9986	MAURICIO EDUARDO MEZAROA	14/09/1996	Deferido
46	20895	NAISA GRESSANA	24/03/1989	Deferido
47	16939	NELSON FABIO BONATO	09/01/1979	Deferido
48	20815	PATRÍCIA PALHANO VOLINKEVICZ KOCAN	10/07/1985	Deferido
49	15983	RAFAEL PASIN	20/05/1983	Deferido
50	12419	REGIANE VERGINIA ROSSI	12/11/1983	Deferido
51	13451	ROGÉRIO DE BASTIANI	29/04/1985	Deferido
52	15107	RONALDO LUIZ BENVEGNÚ	27/11/1971	Deferido
53	21069	ROSILANE APARECIDA DOS SANTOS	11/02/1987	Deferido
54	18166	SAMUEL BERNARDO DA LUZ	07/06/1987	Deferido
55	20917	SHERLLIN HARZ	02/09/1994	Deferido
56	21333	SILVANA QUAGLIOTO	29/05/1981	Deferido
57	9972	SIMONE CIVIERO	28/02/1994	Deferido
58	20341	TAISE MARTA PAZIN	17/09/1982	Deferido
59	21357	TATIANE ALINE MIRANDA	11/05/1988	Deferido
60	18876	THACYANA CANALLE	27/05/1989	Deferido
61	14677	UILIAN ZIMMERMANN	08/03/1994	Deferido
62	15284	VALCIR RIBEIRO	04/11/1985	Deferido
63	19351	VANESSA GODINHO LOPES	15/04/1980	Deferido
64	20943	VITOR ARES	05/02/1989	Deferido
65	17627	WEUSLEY WILLIAN DE PAULA	19/07/1983	Deferido

66	17845	ZURIEL MARCO AZZOLINI BUSSI	19/07/1987	Deferido
----	-------	--------------------------------	------------	----------

ANEXO II DO ATO 002/CP/SV/2014
INSCRIÇÕES INDEFERIDAS DO EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO
PÚBLICO - ADMINISTRAÇÃO GERAL
NÃO PROCESSADAS POR AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DA TAXA DE
INSCRIÇÃO.

9786
10193
10198
10425
10461
10464
11017
11039
11042
11045
11300
11562
11694
11711
11847
11897
11963
12013
12108
12137
12207
12445
12502
12538
13091
13136
13182
13202
13216
13227
13241
13303
13450
13545
13567
13591
13765
13829
13861
14061
14246
15371
15559
15605
15632
15710

16091
16341
16419
16570
16580
16629
16681
16744
16803
16945
17130
17144
17170
17177
17286
17516
17535
17557
17753
17757
17907
18164
18172
18175
18179
18277
18296
18298
18426
18597
18887
18891
18964
19019
19111
19225
19356
19970
20009
20326
20334
20367
20375
20447
20448
20470
20521
20574
20606
20612
20629
20703
20758

20871
20897
20919
20927
20930
20962
20985
21063
21068
21094
21108
21163
21172
21177
21260
21265
21310
21335
21351
21356

INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS DO EDITAL Nº 002/2014 DE PROCESSO SELETIVO

Ato 002/PS/SV/2014

DIVULGA INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS DO EDITAL Nº 002/2014 DE PROCESSO SELETIVO - EMPREGO PÚBLICO

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público e Processo seletivo, torna público as inscrições deferidas e indeferidas do Edital n.º 002/2014, conforme segue:

1. Ficam DEFERIDAS as inscrições constantes do anexo I deste edital.

2. Ficam INDEFERIDAS as inscrições constantes do anexo II deste edital, não processadas por falta de pagamento da taxa de inscrição.

3. Os recursos contra o indeferimento da inscrição poderão ser interpostos nos dias 03 e 04 de novembro de 2014, nos termos do edital.

Salto Veloso, 31 de outubro de 2014.
Claudemir Cesca
Prefeito Municipal

ANEXO I DO ATO 002/PS/SV/2014
INSCRIÇÕES DEFERIDAS DO EDITAL Nº 002/2014 DE PROCESSO SELETIVO - EMPREGO PÚBLICO

Agente Comunitário de Saúde - Bairro Cidade Alta - Ensino Fundamental

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	10918	MARILEI ROCHA SCHAEFFER	01/01/1973	Deferido
2	11147	MARILENE SANTOS ZANESCO	28/07/1972	Deferido
3	10257	ROSEMILDA PÉRICO	25/05/1983	Deferido

Agente Comunitário de Saúde - Bairro do Salto - Ensino Fundamental

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	18434	BRUNA IDINEIA LIDANI	11/09/1994	Deferido
2	21179	DAIANE NERIS CAMPGNIN	19/05/1996	Deferido
3	18289	JUCERLENE SCHWANTZ	05/10/1991	Deferido
4	16162	KELLY PASIN	02/10/1985	Deferido
5	21193	MARCIA JANETE SULDovski	18/04/1983	Deferido
6	13284	SILVANA DE FATIMA VIEIRA	21/01/1988	Deferido
7	13966	SUZIANE MASSENS	08/05/1983	Deferido

Agente Comunitário de Saúde - Bairro Escolar - Ensino Fundamental

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	17198	ANA KAROLINA INHAIA	05/06/1995	Deferido
2	12597	CLAUDIA IMACULADA SANTIAN	08/12/1989	Deferido
3	11882	FABIANE ALVES DE OLIVEIRA	10/07/1990	Deferido
4	20347	JESSICA NESI	27/06/1991	Deferido
5	21000	LORENI SALETE CORREA OLIVO	23/06/1960	Deferido
6	15437	MONALISA MORAES	14/01/1991	Deferido
7	20933	NEIVA RIBEIRO	23/10/1987	Deferido
8	11261	ROSILI PANATTA	15/11/1985	Deferido

Agente Comunitário de Saúde - Bairro Industrial - Ensino Fundamental

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	18006	CRISTIANE ZAVARIZE FRANCISCO	08/02/1980	Deferido
2	12750	ELAINE DE LOURDES LOCATELLI	11/02/1985	Deferido
3	18523	JAQUELINE RODRIGUES RONDURA	12/10/1984	Deferido
4	17483	LUCILEIA LOCATELLI ZANELLA	27/10/1987	Deferido

Agente Comunitário de Saúde - Centro - Ensino Fundamental

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	11389	EDIANA CASTANHEIRO	23/06/1993	Deferido

Agente Comunitário de Saúde - Interior (todas as linhas) - Ensino Fundamental

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	12064	CAMILA DONADEL	20/03/1992	Deferido
2	21075	JOSEANE CAMARGO DOS SANTOS	05/02/1996	Deferido
3	11527	MARIA LORENA DOS SANTOS	26/07/1977	Deferido

Agente de Combate à Endemias - Ensino Fundamental

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	11425	BERENICE DAL PIZZOL	26/02/1973	Deferido

ANEXO II DO ATO 002/PS/SV/2014
INSCRIÇÕES INDEFERIDAS DO EDITAL Nº 002/2014 DE PROCESSO SELETIVO
EMPREGO PÚBLICO
NÃO PROCESSADAS POR AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO.

9787
10771
12510
15467
20260

Santiago do Sul

PREFEITURA

EDITAL 73/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 100/2014.
Edital: PREGÃO Nº. 73/2014.
Tipo: Unitário.
Objeto: Aquisição de materiais para enfeites natalinos para enfeitar a praça municipal e canteiros da Av. João Corso do Município.
Entrega dos Envelopes: 10:00 horas do dia 17 de novembro de 2014.
Abertura dos Envelopes: 10:00 horas do dia 17 de novembro de 2014.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 30 de outubro de 2014.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL 22/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 25/2014.
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2014.
Tipo: Pregão.
Objeto: Aquisição de peças/serviços para manutenção do veículo Fiat Ducato placas MKC8264, utilizado nos serviços do Fundo Municipal de Saúde, nos serviços de transporte de pacientes.
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 17/11/2014.
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 17/11/2014.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas ou pelo fone (49) 3345-0045 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 30 de outubro de 2014.
TADEU PAULO TOAZZA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DISPENSA 16/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 99/2014.
Edital: DISPENÇA DE LICITAÇÃO Nº. 16/2014.
Tipo: Unitário.
Objeto: Aquisição de sêmen bovino da raça Holandesa, para atendimento ao Programa de Incentivo a Inseminação artificial no Município, objetivando a melhoria da genética do gado leiteiro, conforme Lei Municipal Nº. 237/2003 de 11 de dezembro de 2003.
Empresa: Genutri Comércio de Sêmen LTDA – EPP.
Valor: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).
SANTIAGO DO SUL, 30 de outubro de 2014.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

São Bento do Sul**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 68/2014 FMS**

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2014
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 17 de novembro de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE UMA (01) AMBULANCIA. ESPECIFICAÇÕES ANEXA, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CONFORME CONVENIO 2014TR0002387 ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 12:00 e das 13h30min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 13 de outubro de 2014.
DEODARO RAUL HRUNSCKA
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS
Pregoeiro

DECRETO Nº 0728/2014

DECRETO Nº 0728, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014
DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Mauro Siqueira Ramos, Jocemari Telma Teixeira, Edemilson Benedito de Assis, Deborah Cintia de Quadros e Ricardo Antonio Homechen, para sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura e análise da documentação de habilitação e propostas referentes ao Edital de Concorrência Pública nº 259/2014, a realizar-se às 09:00 horas, do dia 30 de outubro de 2014, na sala de reuniões da sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de outubro de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

São Carlos

PREFEITURA

TERMO ADITIVO BETHA

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCARLOS	
EXTRATO ADITIVO DE VALOR	
Contrato Nº:	040/2013- QUARTO TERMO ADITIVO DE VALOR
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE SCARLOS
Contratada:	BETHA SISTEMAS LTDA
Objeto....:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE USO DE SISTEMAS DE GESTÃO PUBLICA .
Prazo.....:	36 meses
Valor....:	R\$13.583,25(quinhetos e oitenta e três mil e vinte cinco centavos)
Licitação....:	PREGÃO PRESENCIAL N.99/2013
SAO CARLOS, 07 de outubro de 2014	
CLEOMAR WEBER KUHN	
Prefeito Municipal	

TERMO ADITIVO CIMPEPLAN

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	045/2013 – TERCEIRO TERMO ADITIVO
Contratante.:	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Contratada...:	CONSTRUTORA CIMEPLAN LTDA
Objeto.....:	EXECUÇÃO DO PROJETO PAVILHÃO COMUNITÁRIO DE LINHA SÃO JOSE´ - ETAPA 2-
Valor.....	R\$58.674,50(cinquenta e oito mil seiscentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos)
prazo.....:	31.12.2014
PROCESSO	N.093/2013-Tomada de preços p/obras e serv eng.
SAO CARLOS, 08 de outubro de 2014	
CLEOMAR WEBER KUHN	
PREFEITO MUNICIPAL	

RELATORIO DE COMPRAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Demétrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 1/15

RELAÇÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Setembro/2014**.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA - LINK	CPNET COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA	06.349.207/0001-52	1,00	un	79.520,00	79.520,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LANTERNA 14 LED	IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA	10.526.361/0001-20	2,00	un	43,50	87,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LAMPADA DE EMERGENCIA	IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA	10.526.361/0001-20	9,00	un	35,00	315,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	TUBERCULINA PPD BOVINA DOSES C/5ML - 50 DOSES	ASSERVET- COMERCIO DE MED. VETERINARIOS LTDA	10.468.517/0001-63	10,00	fr	49,00	490,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	TUBERCULINA PPD AVIÁRIA DOSES C/5 ML - 50 DOSES	ASSERVET- COMERCIO DE MED. VETERINARIOS LTDA	10.468.517/0001-63	10,00	fr	49,00	490,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMEN	PUBLICAÇÃO DE EDITAIS, AVISOS E ATOS OFICIAIS DA ADM	REDE SUL BRASIL DE COMUNICACAO LTDA - ME	05.934.662/0001-52	1,00	un	30,00	30,00
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	LONA BRANCA	COOPERATIVA REGIONAL AURIVERDE c	83.731.927/0016-05	44,00	m2	4,409	194,00
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	LONA PRETA 01 X 06 MT	COOPERATIVA REGIONAL AURIVERDE c	83.731.927/0016-05	6,00	m2	6,00	36,00
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	BOTA DE PVC AZUL	COOPERATIVA REGIONAL AURIVERDE c	83.731.927/0016-05	4,00	un	45,00	180,00
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	LONA PRETA 1 X 2,40	COOPERATIVA REGIONAL AURIVERDE c	83.731.927/0016-05	2,00	m2	2,60	5,20
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	TAXA DE ART REF EXECUÇÃO LEVANT. TOPOGRÁFICO	CREA - SC - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, AORT	82.511.643/0001-64	1,00	un	63,64	63,64
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	DOBRADIÇA MÉDIA	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	32,00	un	1,00	32,00
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	PORTA CADEADO	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	16,00	un	3,70	59,20
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	ASFALTO USINADO P/ APLICAÇÃO A FRIO - SC COM 28 KG	COMPACT PAV - TECNOLOGIA EM ASFALTO	14.637.072/0001-59	6,00	sc	21,30	127,80
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	TAXA DE ART DE PROJETO DE PAVIM. PEDRAS IRREGULARES	CREA - SC - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, AORT	82.511.643/0001-64	1,00	un	63,64	63,64
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	LARANJA EM CASCA, LIMPA DE PRIMEIRA QUALIDADE	JOAO ERNESTO MARSCHAL	250.413.479-72	1.500,00	kg	0,68	1.020,00
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	TAXA DE RRT REF. AO PROJETO QUIOSQUE	CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SANTA CATAR	14.895.272/0001-01	1,00	un	70,83	70,83
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	PUBLICAÇÃO DE EDITAIS, AVISOS E ATOS OFICIAIS	FUNDO DE MATERIAIS PUB E IMPRESSOS OFICIAIS	82.951.351/0003-04	1,00	un	500,00	500,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Demétrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 2/15

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNP J / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	TAXA DE ART REF AO LAUDO GEOLÓGICO-GEOTÉCNICO	CREA - SC - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, AQR	82.511.643/0001-64	1,00	un	63,64	63,64
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	OLEO SAE - LT	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	2,00	l	15,00	30,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	BOMBA DE ÁGUA	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	1,00	un	1.950,00	1.950,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CRUZETA	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	1,00	pc	32,00	32,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CORREIA	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	2,00	pc	18,00	36,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	POLIA 85	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	1,00	un	35,00	35,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO 3/4X3	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	8,00	un	1,25	10,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	1,00	S	813,00	813,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	POLIA 110	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	1,00	un	49,00	49,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CHAPA 304 1.50 X 1240 X 3000 POL.1 C/ PVC	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	10,00	un	12,00	120,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA 3/4	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	8,00	un	0,625	5,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ROLAMENTO	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	2,00	pc	35,00	70,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CABO DE REDE	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	23,00	m	1,20	27,60
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE ASSISTENCIA TECNICA DE INFORMATICA	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	1,00	S	30,00	30,00
SECRETARIA DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	TAXA DE ART DO PROJETO	CREA - SC - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, AQR	82.511.643/0001-64	1,00	un	63,64	63,64
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, TURISMO E EVENTOS	TAXA DE ART REF A PROJETO ARQUITETONICO, ELETRICO ...	CREA - SC - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, AQR	82.511.643/0001-64	1,00	un	63,64	63,64
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	OLEO MOTOR	AUTO POSTO IPICENTRO LTDA	04.029.346/0001-73	3,50	l	30,00	105,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	OLEO DOIS TEMPOS	AUTO POSTO IPICENTRO LTDA	04.029.346/0001-73	2,00	un	18,00	36,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CONJUNTO DE PRATELEIRA METÁLICA COM TELA ÔTIZ 4X4	METALWICK - METALURGICA E VIDRACARIA LTDA - ME	18.412.038/0001-37	9,00	un	375,00	3.375,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FERRO PARA ADAPTAÇÃO CARRETINHA DE REBOQUE	METALWICK - METALURGICA E VIDRACARIA LTDA - ME	18.412.038/0001-37	1,00	un	200,00	200,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	VIDRO INCOLOR 1200 X 1900. 4MM, COM ARMAÇÃO DE ALUMÍNIO	METALWICK - METALURGICA E VIDRACARIA LTDA - ME	18.412.038/0001-37	1,00	un	398,00	398,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	REFIL CAMADAS 22 MM	ROQUE KOLLING ME	11.823.256/0001-15	2,00	un	78,00	156,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	COFO DA BÓIA	ROQUE KOLLING ME	11.823.256/0001-15	1,00	un	5,00	5,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	CORREIA LAMINADA	VALTER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	0,75	un	112,03	84,02

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Dométrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 3/15

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	VALTER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	1,00	S	1.100,00	1.100,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	CALÇO ML - 40x10880	VALTER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	2,00	un	198,00	396,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	ROLAMENTO	VALTER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	2,00	pc	790,32	1.580,64
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	CALÇO DY - 333x145700	VALTER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	8,00	un	187,00	1.496,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	UNIGRAX	VALTER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	2,00	bl	324,00	648,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	GRAXETA GRAFITADA 3/4	VALTER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	1,00	un	19,80	19,80
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CORTINA DE BLECAUTE - TAM 2,00 X 1,50 MT	ROSANI TEREZINHA ZIMMER - CORTINADOS ROSANI	13.689.117/0001-76	5,00	un	151,90	759,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRILHO PARA CORTINA - 2 X 2 MT	ROSANI TEREZINHA ZIMMER - CORTINADOS ROSANI	13.689.117/0001-76	5,00	un	9,50	47,50
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	CONTRATAÇÃO DE BANDAS P/ SONORIZAÇÃO DO KERB FEST	SIDNEY KLASSEN 44264844053	13.229.823/0001-35	1,00	un	3.600,00	3.600,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ÁGUA SANITÁRIA - 02 LT (HIDROCLORITO DE SÓDIO)	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	5,00	gl	4,10	20,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PRESUNTO DE PRIMEIRA QUALIDADE	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	5,00	kg	14,50	72,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CAFÉ EM PÓ - 500 GR	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	05.919.156/0001-94	5,00	cx	9,93	49,65
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SAL REFINADO IODADO - PCT COM 01 KG	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	2,00	pt	0,99	1,98
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO 250 GR	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	05.919.156/0001-94	2,00	un	5,28	10,56
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CREME DE LEITE 200 GR	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	05.919.156/0001-94	5,00	un	1,77	8,85
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CARNE FILE DE FRANGO - SEM OSSO E SEM PELE	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	5,00	kg	11,55	57,75
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	DETERGENTE LÍQUIDO 500 ML	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	05.919.156/0001-94	10,00	un	1,49	14,90
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ERVILHA VERDE EM CONSERVA 200 GRS	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	05.919.156/0001-94	10,00	un	1,95	19,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SUCO EM PÓ VARIOS SABORES - PCT COM 30 GR	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	20,00	pt	0,69	13,80
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MACA AVERMELHADA DE PRIMEIRA QUALIDADE	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	5,00	kg	4,29	21,45
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FARINHA DE MILHO - PCT 01 KG	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	5,00	pt	2,64	13,20
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	EXTRATO DE TOMATE - 340 GR	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	05.919.156/0001-94	5,00	un	2,92	14,60
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	AÇÚCAR REFINADO PCT 5 KG	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	05.919.156/0001-94	10,00	pt	11,45	114,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	BANANA CATURRA PRIMEIRA QUALIDADE	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	5,00	kg	2,65	13,25

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Dométrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 4/15

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	AMIDO DE MILHO COM 100 % MILHO - PCT 01 KG	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	05.919.156/0001-94	3,00	pt	6,15	18,45
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SABÃO EMPÓ 1 KG - PRIMEIRA QUALIDADE	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	5,00	un	6,30	31,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	DOCE DE LEITE - 400 GR	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	4,00	un	3,89	15,56
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LEITE INTEGRAL - 01 LT	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	05.919.156/0001-94	60,00	cx	2,69	161,40
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SALSICHA RESFRIADA DE PRIMEIRA QUALIDADE	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	10,00	kg	6,49	64,90
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	BATATINHA LAVADA SAFRA NOVA	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	10,00	kg	2,55	25,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	DESINFETANTE LÍQUIDO 02 LT - PRIMEIRA QUALIDADE	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	5,00	gl	4,50	22,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MILHO EM CONSERVA 200 GR	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	05.919.156/0001-94	10,00	un	1,93	19,30
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PIPOCA PRIMEIRA QUALIDADE - PCT COM 500 GR	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	05.919.156/0001-94	5,00	pt	3,19	15,95
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	VINAGRE - 750 ML	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	05.919.156/0001-94	20,00	un	1,34	26,80
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SUCO PRONTO - NECTAR 01 LT	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	05.919.156/0001-94	10,00	l	5,64	56,40
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	OVO DE GALINHA FRESCO A GRANDEL	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	5,00	dz	4,15	20,75
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CUCA RECHEADA DIVERSOS SABORES - 500 GR	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	15,00	un	4,55	68,25
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	NATA PASTEURIZADA - 400 GR	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	3,00	un	3,50	10,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	DOCE DE ABOBORA 900 GR	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	4,00	un	6,09	24,36
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	BEBIDA LACTEA INTEGRAL 900 GR- VARIOS SABORES	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	20,00	un	2,99	59,80
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CAFÉ SOLÚVEL INSTANTÂNEO - GRANULADO COM 200 GR	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	05.919.156/0001-94	3,00	vd	10,14	30,42
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MAIONESE PRONTA TRADICIONAL - PCT COM 490 GR	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	3,00	un	4,49	13,47
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ÓLEO DE SOJA - 900 ML	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	5,00	un	3,95	19,75
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	KETCHUP 400 GR - TRADICIONAL	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	5,00	un	4,70	23,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FILTRO DESCARTÁVEL P/ CAFÉ 103	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	05.919.156/0001-94	2,00	cx	2,48	4,96
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CARNE SUJINA PERNIL - COM OSSO E COM PELE	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	10,00	kg	8,05	80,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO C/ACTIGEM - PCT 400 GR	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	3,00	pt	5,74	17,22
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CARNE BOVINA DE PANELA PRIMEIRA QUALIDADE C/ OSSO	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	10,00	kg	9,99	99,90

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Dométrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 5/15

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNP J / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ERVA MATE - PCT COM 01 KG	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	5,00	kg	9,98	49,90
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CARNE DE BIFE BOVINO BATIDO - PRIMEIRA QUALIDADE	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	5,00	kg	14,99	74,95
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TOMATE PRIMEIRA QUALIDADE	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	15,00	kg	4,15	62,25
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CHÁ DE ERVAS CX COM 10 SACHES ENVELOPADOS	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	5,00	cx	5,55	27,75
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CARNE DE FRANGO COXA E SOBRECOPA	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	20,00	kg	5,05	101,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LEITE CONDENSADO 395 GR	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	10,00	cx	3,57	35,70
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ARROZ PARBOILIZADO - PCT 05 KG	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	10,00	pt	10,64	106,40
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ESPONJA DE LOUÇA DUPLA FACE - TAM 110 X 75 X 20 MM	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	05.919.156/0001-94	2,00	un	1,64	3,28
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MORTADELA SEM CUBOS DE GORDURA - 01 KG	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	4,00	kg	6,50	26,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PÃO SOVADO - EMBALADO, COM RÓTULO	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	10,00	kg	9,55	95,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FEIJÃO PRETO TIPO 1 DE QUALIDADE - PCT COM 01 KG	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	05.919.156/0001-94	10,00	kg	3,98	39,80
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CEBOLA PRIMEIRA QUALIDADE NACIONAL	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	10,00	kg	2,30	23,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ALFACE PRIMEIRA QUALIDADE	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	10,00	un	1,75	17,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MASSA C/ OVOS - PCT COM 01 KG	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	10,00	pt	4,53	45,30
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FARINHA DE TRIGO - PCT 05 KG	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	4,00	pt	10,80	43,20
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MARGARINA COM SAL - 500 GRS	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	05.919.156/0001-94	4,00	un	3,60	14,40
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	TERMO ADITIVO REF A SERVIÇOS DE ASSESSORIA FINANCEIRA	CONTAPLAN CONTABILIDADE LTDA - ME	07.729.937/0001-41	1,00	un	1.178,24	1.178,24
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	PALITO DE BAMBÚ PI/CHURRASCO 30 CM - PCT C/ 100	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	3,00	pt	3,50	10,50
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	VASO PLÁSTICO PRETO - TAM 13 X 11 X 9 CM	PAULO CESAR DOS SANTOS - AGROP. CAMPO VERDE	00.266.144/0001-94	80,00	un	1,20	96,00
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	TERMO ADITIVO REF A SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURÍDICA	RUYER ADVOGADOS ASSOCIADOS	07.264.516/0001-92	1,00	un	1.409,68	1.409,68
PODER EXECUTIVO	PUBLICAÇÃO DE EDITAIS, AVISOS E ATOS OFICIAIS	REDE SUL BRASIL DE COMUNICACAO LTDA - ME	05.934.662/0001-52	1,00	un	250,00	250,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MAQUINA RETROESCAVADEIRA - DIVERSOS	BARBOZA LOCAÇÕES LTDA	15.262.465/0001-98	137,116	h	91,50	12.546,07
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MAQUINA RETROESCAVADEIRA - DIVERSOS	BARBOZA LOCAÇÕES LTDA	15.262.465/0001-98	94,00	h	91,50	8.601,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SERVIÇOS DE CONserto EM MAQUINA DE LAVAR ROUPA	OESTE ELETRO MOVEIS LTDA ME	76.872.514/0001-07	1,00	un	90,00	90,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Dométrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 6/15

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MAQUINA TRATOR DE ESTEIRA	GIMATER MADEIREIRA E TERRAPLANGEM LTDA	06.876.977/0001-53	54,36	h	161,00	8.752,01
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	ADITIVO ARLA - LT	ORIGINAL OIL COMERCIO DE LUBRIFICANTES LTDA	12.997.210/0001-85	1.000,00	l	2,18	2.180,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	SELVINO DE MOURA NECKER - ME	04.657.574/0001-98	1,00	S	80,00	80,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	MOLDURA DO PAINEL	SELVINO DE MOURA NECKER - ME	04.657.574/0001-98	1,00	un	245,00	245,00
	SERVIÇOS DE MAQUINA HIDRÁU, ESCAVADEIRA	CONSTRUTORA OBRAS E TERRAPLANGEM LTDA	11.756.724/0001-86	550,00	h	151,50	83.325,00
PODER EXECUTIVO	PUBLICAÇÃO DE EDITAIS, AVISOS E ATOS OFICIAIS	IMPrensa NACIONAL	04.196.645/0001-00	2,00	un	121,48	242,96
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	PARAFUSO COM BUCHA 10 MM	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	10,00	kg	2,50	25,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	ANEL DE CERA COM GUIA	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	10,00	un	8,00	80,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMEN	PUBLICAÇÃO DE EDITAIS, AVISOS E ATOS OFICIAIS DA ADM	ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A	92.821.701/0002-90	1,00	un	750,00	750,00
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	TAXA DE ART REF A PROJETO ARQUITETONICO, ELETRICO ...	CREA - SC - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, AQR	82.511.643/0001-64	1,00	un	63,64	63,64
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMEN	SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO E LAUDO TÉCNICO DE IMÓVEIS	TICIANI EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - ME	10.253.801/0001-12	1,00	un	7.920,00	7.920,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PEDRA RACHÃO (RETIRADO NA EMPRESA)	PLANATERRA - TERRAPLANGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA	82.743.832/0001-62	17,55	m3	35,00	614,25
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	APARELHO DE TELEFONE SIMPLES COM FIO	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	5,00	un	45,00	225,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	RUDIGER CAMINHÕES E ONIBUS LTDA	79.013.686/0001-05	1,00	S	275,00	275,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	BORRACHA DO PARABRISA	RUDIGER CAMINHÕES E ONIBUS LTDA	79.013.686/0001-05	1,00	un	250,00	250,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELETRICA	COOPER (85) INFRA-ESTRUTURA E DES. VALE DO ARAÇA	83.086.603/0009-32	1,00	un	50,00	50,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	REFLETOR DE LED 10W	COOPER (85) INFRA-ESTRUTURA E DES. VALE DO ARAÇA	83.086.603/0009-32	1,00	un	79,90	79,90
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TOMADA SISTEMA X	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	1,00	un	6,00	6,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TORNEIRA ELETRICA 220 V/440 W	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	1,00	un	62,00	62,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SERVIÇOS DE FORMATAÇÃO DE ARQUIVOS	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	1,00	un	50,00	50,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	HD 500 GB 7200 RPM	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	1,00	un	270,00	270,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CARIMBO AUTOMÁTICO 303	GRAFICA E EDITORA VALE DAS AGUAS LTDA	08.986.219/0001-13	2,00	un	30,00	60,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	BORRACHA P/ CARIMBO	GRAFICA E EDITORA VALE DAS AGUAS LTDA	08.986.219/0001-13	3,00	un	8,00	24,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CARIMBO AUTOMATICO 40 X 60	GRAFICA E EDITORA VALE DAS AGUAS LTDA	08.986.219/0001-13	4,00	un	40,00	160,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CARIMBO AUTOMÁTICO 302	GRAFICA E EDITORA VALE DAS AGUAS LTDA	08.986.219/0001-13	4,00	un	20,00	80,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE REPARO E PINTURA MOTOR E BOMBA REBOQUE	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	1,00	un	470,00	470,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	GRAXA	FERSAN COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS E TRANSPORTES LTDA	82.810.300/0001-09	1,00	lt	15,00	15,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Dométrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 7/15

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	JUNTA HOMOCINÉTICA	FERSAN COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS E TRANSPORTES LTDA	82.810.300/0001-09	1,00	un	492,60	492,60
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SANFONA	FERSAN COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS E TRANSPORTES LTDA	82.810.300/0001-09	1,00	pc	129,30	129,30
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	FERSAN COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS E TRANSPORTES LTDA	82.810.300/0001-09	1,00	S	140,00	140,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	BUCHA EIXO	FERSAN COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS E TRANSPORTES LTDA	82.810.300/0001-09	1,00	un	28,00	28,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	RETENTOR	FERSAN COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS E TRANSPORTES LTDA	82.810.300/0001-09	1,00	pc	36,10	36,10
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TERMINAL	FERSAN COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS E TRANSPORTES LTDA	82.810.300/0001-09	1,00	un	42,10	42,10
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	FERSAN COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS E TRANSPORTES LTDA	82.810.300/0001-09	1,00	S	170,00	170,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE DESMONTAGEM E MONTAGEM DE PEÇAS	FERSAN COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS E TRANSPORTES LTDA	82.810.300/0001-09	1,00	S	140,00	140,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SOLDA MIG	FERSAN COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS E TRANSPORTES LTDA	82.810.300/0001-09	1,00	S	60,00	60,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SOLDA DE OXIGÊNIO	FERSAN COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS E TRANSPORTES LTDA	82.810.300/0001-09	1,00	S	35,00	35,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	RETENTOR PILOTO	FERSAN COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS E TRANSPORTES LTDA	82.810.300/0001-09	1,00	un	34,00	34,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	EIXO DE EMBREAGEM	FERSAN COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS E TRANSPORTES LTDA	82.810.300/0001-09	1,00	un	32,10	32,10
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	GARFO DE EMBREAGEM	FERSAN COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS E TRANSPORTES LTDA	82.810.300/0001-09	1,00	pc	165,20	165,20
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	DOT 4	FERSAN COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS E TRANSPORTES LTDA	82.810.300/0001-09	2,00	un	16,00	32,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CILINDRO AUXILIAR DA EMBREAGEM	FERSAN COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS E TRANSPORTES LTDA	82.810.300/0001-09	1,00	pc	119,30	119,30
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CILINDRO EMBREAGEM	FERSAN COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS E TRANSPORTES LTDA	82.810.300/0001-09	1,00	un	125,60	125,60
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	KIT EMBREAGEM	FERSAN COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS E TRANSPORTES LTDA	82.810.300/0001-09	1,00	un	2.675,00	2.675,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ROLAMENTO PILOTO	FERSAN COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS E TRANSPORTES LTDA	82.810.300/0001-09	1,00	un	34,60	34,60
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	TAXA DE ART REF AO PROJETO PREVENTIVO	CREA - SC - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, AGRT	82.511.643/0001-64	1,00	un	111,37	111,37
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM FOGÃO A GÁS	OESTE ELETRO MOVEIS LTDA ME	76.872.514/0001-07	1,00	un	25,00	25,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	VELA PARA FOGÃO	OESTE ELETRO MOVEIS LTDA ME	76.872.514/0001-07	5,00	un	17,00	85,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	USINA COM 5 SAIDAS	OESTE ELETRO MOVEIS LTDA ME	76.872.514/0001-07	1,00	un	75,00	75,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS ELÉTRICOS EM VEÍCULOS	POTER INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇOES & TRANSP	07.531.415/0001-30	1,00	S	48,00	48,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CONE	POTER INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇOES & TRANSP	07.531.415/0001-30	1,00	un	12,00	12,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Dométrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 8/15

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CORNETA	POTER INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇOES & TRANSP	07.531.415/0001-30	1,00	un	190,00	190,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LATEX DULATEX 120ML	A MAGIA DAS MAGICAS DE HALLOWEENN E FANTASIAS LTDA	17.389.320/0001-88	1,00	un	62,80	62,80
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PIGMENTO DIVERSAS CORES 30GR	A MAGIA DAS MAGICAS DE HALLOWEENN E FANTASIAS LTDA	17.389.320/0001-88	6,00	un	32,00	192,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	Q. PROFISSIONAL ARTÍSTICA 120ML	A MAGIA DAS MAGICAS DE HALLOWEENN E FANTASIAS LTDA	17.389.320/0001-88	2,00	un	26,90	53,80
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	S. PROFISSIONAL 120ML	A MAGIA DAS MAGICAS DE HALLOWEENN E FANTASIAS LTDA	17.389.320/0001-88	3,00	un	26,90	80,70
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	M. MÁGICA PROFISSIONAL 200GR	A MAGIA DAS MAGICAS DE HALLOWEENN E FANTASIAS LTDA	17.389.320/0001-88	4,00	un	26,90	107,60
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO - ARCOVERDE/ BELA VISTA	ASELI WILLMS SCHEID - ME	06.139.767/0001-82	1.254,00	km	1,89	2.370,06
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL - S. SEBASTIÃO	ASELI WILLMS SCHEID - ME	06.139.767/0001-82	1.782,00	km	2,00	3.564,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL - BELA VISTA	SÃO CARLOS TUR VIAGENS E TURISMO LTDA	86.943.040/0001-92	1.955,00	km	3,01	5.884,55
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO - ARCOVERDE/ BELA VISTA	SÃO CARLOS TUR VIAGENS E TURISMO LTDA	86.943.040/0001-92	1.452,00	km	3,01	4.370,52
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS - MADEREIRA/BAIRRO OLARIA	JOSÉ HOSS - ME	76.569.987/0001-21	2.433,00	km	2,90	7.055,70
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL- LINHA JACUTINGA	J.N.A TRANSPORTES EIRELI - ME	05.425.922/0001-64	2.484,00	km	2,90	7.203,60
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SÃO JOÃO	AUTO MECANICA SAO JOAO LTDA	83.514.760/0001-44	2.208,00	km	2,89	6.381,12
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS ENSINO FUNDAMENTAL - SÃO JOÃO/ALTO MORA	AUTO MECANICA SAO JOAO LTDA	83.514.760/0001-44	1.817,00	km	2,89	5.251,13
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL - VOLTA CHAPECO	ARMANDO WATTE - ME	06.247.663/0001-91	482,00	km	2,90	1.339,80
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS - SÃO JOSÉ - ALTO SAO PEDRO	TRANSPORTES A.I.R. LTDA - ME	04.252.121/0001-81	2.127,00	km	2,90	6.168,30
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SÃO JOSÉ	TRANSPORTES A.I.R. LTDA - ME	04.252.121/0001-81	1.924,00	km	2,90	5.579,60
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SÃO CARLOS	SAN DIEGO TRANSPORTES LTDA - ME	01.240.071/0001-24	1.796,00	km	3,01	5.405,96
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	CORTINA DE BLECAUTE COM VARÃO 2,40 X 1,80	ROSANI TEREZINHA ZIMMER - CORTINADOS ROSANI	13.689.117/0001-76	1,00	un	265,00	265,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	CORTINA DE BLECAUTE COM VARÃO 2,20 X 1,70	ROSANI TEREZINHA ZIMMER - CORTINADOS ROSANI	13.689.117/0001-76	1,00	un	265,00	265,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	TRANSPORTE DE VESTUÁRIO PARA PESSOAS NECESSITADAS	MIRTON JAIME GNOATTO 42335906968	14.517.043/0001-53	2,00	un	200,00	400,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	INDUZIDO	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	pc	205,00	205,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE TORNO	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	45,00	45,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE CONCERTO DE ARRANQUE	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	340,00	340,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Dométrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 9/15

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	S	30,00	30,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	BOTÃO DE PARTIDA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	pc	17,00	17,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	JOGO DE ESCOVAS	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	45,00	45,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PLANETÁRIA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	pc	188,28	188,28
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	KIT BUCHAS	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	jg	35,00	35,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	KIT PLANETÁRIA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	89,12	89,12
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE LIMPEZA E LUBRIFICAÇÃO	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	S	25,00	25,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE CONserto DE ARRANQUE	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	120,00	120,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE LIMPEZA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	S	10,00	10,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	KIT REPARO	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	35,00	35,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	INDUZIDO	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	pc	252,32	252,32
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	KIT BUCHAS	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	jg	30,87	30,87
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELETRICA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	40,00	40,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS ELÉTRICOS EM VEÍCULOS	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	S	40,00	40,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LANTERNA DIANTEIRA DIREITA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	pc	47,00	47,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LAMPADA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	2,00	un	4,00	8,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LENTE TRASEIRA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	23,70	23,70
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	S	215,00	215,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FILTRO DE COMBUSTÍVEL 01	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	20,00	20,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	BOMBA DE COMBUSTÍVEL	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	168,00	168,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	KIT	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	35,00	35,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TERMINAL DE BATERIA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	8,00	8,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE LIMPEZA E LUBRIFICAÇÃO	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	S	15,00	15,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	S	15,00	15,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15

Rua Dométrio Lorenz, 747

C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 10/15

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MECANICO	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	S	380,00	380,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS ELÉTRICOS EM VEÍCULOS	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	S	180,00	180,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE CONserto DE ARRANQUE	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	160,00	160,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SOLDA ESTANHO	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	S	15,00	15,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	KIT BUCHAS	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	jg	19,00	19,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	JOGO DE ESCOVAS	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	22,00	22,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LAMPADA 02 POLOS	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	3,00	un	4,00	12,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	BATERIA 60 AH	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	225,00	225,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	KIT ELÉTRICO	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	6,00	6,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LAMPADA 01 POLO	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	3,00	3,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CHAVE DO ALERTA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	68,23	68,23
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ESPELHO RETROVISOR	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	144,00	144,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LAMPADA 24 V	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	2,00	un	5,00	10,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LAMPADA 12 V	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	3,00	un	7,00	21,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LANTERNA TRASEIRA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	pc	37,00	37,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SUPORTE ESCOVA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	30,13	30,13
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	CILINDRO ELÉTRICO PARA MASSAS	COOPER(85) INFRA-ESTRUTURA E DES. VALE DO ARAÇA	83.086.603/0009-32	1,00	un	499,00	499,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE DESMONTAGEM E MONTAGEM DE PEÇAS	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	S	230,00	230,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	S	45,00	45,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS ELÉTRICOS EM VEÍCULOS	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	S	120,00	120,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MECANICO	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	S	380,00	380,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE CONserto DE ARRANQUE	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	300,00	300,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE LIMPEZA E LUBRIFICAÇÃO	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	S	65,00	65,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SOLDA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	15,00	15,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Dométrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 11/15

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	JOGO DE BUCHAS	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	24,00	24,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	IMPULSOR	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	pc	163,00	163,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ROLAMENTO	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	2,00	pc	21,46	42,92
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORTA ESCOVA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	88,48	88,48
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	INDUZIDO	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	pc	498,00	498,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LAMPADA 24 V	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	2,00	un	7,00	14,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TERMINAL DE BATERIA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	3,00	un	9,3333	28,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	KIT BUCHAS	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	jg	45,60	45,60
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	KIT REPARO	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	2,00	un	50,00	100,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	JOGO DE ESCOVAS	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	2,00	un	49,20	98,40
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CAIXA DE DESCARGA	COOPER(85) INFRA-ESTRUTURA E DES. VALE DO ARAÇA	83.086.603/0009-32	5,00	un	18,40	92,00
SECRETARIA DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	CAMISETA BOLÃO FEMININO	HEINEN CONFECÇÕES LTDA - ME	06.941.380/0001-45	10,00	un	31,00	310,00
SECRETARIA DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	CAMISETA BOLÃO MASCULINO	HEINEN CONFECÇÕES LTDA - ME	06.941.380/0001-45	10,00	un	31,00	310,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MACACÃO MANGA LONGA C/ GOLA FECHADA	CORDEIRO CONFECÇÕES LTDA	79.395.612/0001-80	10,00	un	85,90	859,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MOUSE	F W INFORMATICA LTDA - ME	11.152.641/0001-88	1,00	un	15,00	15,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TONER GENERICO	F W INFORMATICA LTDA - ME	11.152.641/0001-88	3,00	un	70,00	210,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	VULCANIZAÇÃO 19.5 - 24	FM PNEUS LTDA	81.374.845/0001-49	1,00	un	330,00	330,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	VULCANIZAÇÃO 12-16.5	FM PNEUS LTDA	81.374.845/0001-49	2,00	un	300,00	600,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	TAXA DE TRANSPORTE P/ SORO DE SANGUE - 20 KG	EXPRESSO SÃO MIGUEL LTDA	00.428.307/0001-98	1,00	un	100,00	100,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MOCHILAS DE APH	REMO P.A. ANDRIOLI & CIA LTDA - ME	00.781.894/0001-02	2,00	un	125,00	250,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	BOLSAS DE SINAIS VITAIS	REMO P.A. ANDRIOLI & CIA LTDA - ME	00.781.894/0001-02	2,00	un	76,00	152,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	BOLSA ACONDICIONADORA DE CILINDROS DE AR	REMO P.A. ANDRIOLI & CIA LTDA - ME	00.781.894/0001-02	5,00	un	75,00	375,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MASSA ASFÁLTICA (CBUQ)	CONSÓRCIO INT. DESENVOLV.INFRAEST. RODOV. - CIDIR	11.117.243/0001-20	1.205,00	t	165,00	198.825,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	EMULSÃO ASFÁLTICA	CONSÓRCIO INT. DESENVOLV.INFRAEST. RODOV. - CIDIR	11.117.243/0001-20	652,50	kg	1,80	1.174,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Demétrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 12/15

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	ALHO COM INSPEÇÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	5,00	kg	15,15	75,75
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	BANANA CATURRA PRIMEIRA QUALIDADE	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	960,00	kg	2,50	2.400,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CARGA DE GAS COM 13 KG	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	25,00	un	45,25	1.131,25
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CEBOLA PRIMEIRA QUALIDADE NACIONAL	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	75,00	kg	2,55	191,25
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	NATA PASTEURIZADA - PCT 900 GR	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	35,00	pt	8,00	280,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TOMATE PRIMEIRA QUALIDADE	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	50,00	kg	4,55	227,50
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMEN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA P/ LEILÕES/MAISATIVO INTERMEDIACAO DE ATIVOS PUBLICOS	03.836.739/0001-26		1,00	un	10,00	10,00
	MONTAGEM DE PNEU DE VEÍCULO	LAVAGEM E LUBRIFICACAO SERINGUEIRA LTDA - ME	02.341.687/0001-54	60,00	un	6,00	360,00
	LUBRIFICAÇÃO DE MAQUINAS	LAVAGEM E BORRACHARIA COLINA LTDA - ME	13.030.926/0001-71	100,00	S	14,00	1.400,00
	MONTAGEM DE PNEU VEICULOS DA EDUCAÇÃO	LAVAGEM E LUBRIFICACAO SERINGUEIRA LTDA - ME	02.341.687/0001-54	60,00	un	6,00	360,00
	MONTAGEM DE PNEU AMBULANCIA	LAVAGEM E BORRACHARIA COLINA LTDA - ME	13.030.926/0001-71	80,00	un	15,00	1.200,00
	MONTAGEM DE PNEU VEICULOS DA SAUDE	LAVAGEM E LUBRIFICACAO SERINGUEIRA LTDA - ME	02.341.687/0001-54	150,00	un	6,00	900,00
	CONCERTO DE PNEU/VEICULOS	LAVAGEM E LUBRIFICACAO SERINGUEIRA LTDA - ME	02.341.687/0001-54	100,00	un	10,00	1.000,00
	LAVAGEM CAMINHÃO TOCO	LAVAGEM E BORRACHARIA COLINA LTDA - ME	13.030.926/0001-71	40,00	un	32,00	1.280,00
	CONCERTO DE PNEU/VEICULOS DA EDUCAÇÃO	LAVAGEM E LUBRIFICACAO SERINGUEIRA LTDA - ME	02.341.687/0001-54	80,00	un	10,00	800,00
	LAVAGEM CAMINHÃO TRUCK	LAVAGEM E BORRACHARIA COLINA LTDA - ME	13.030.926/0001-71	40,00	un	40,00	1.600,00
	CONCERTO DE PNEU/VEICULOS DA SAÚDE	LAVAGEM E LUBRIFICACAO SERINGUEIRA LTDA - ME	02.341.687/0001-54	150,00	un	10,00	1.500,00
	LAVAGEM DA KANGOO/ PEUGEOT	LAVAGEM E LUBRIFICACAO SERINGUEIRA LTDA - ME	02.341.687/0001-54	80,00	un	12,00	960,00
	CONCERTO DE PNEU C/TIP TOP/MAQUINAS	NELZIRO WATTE 02148320904	19.085.692/0001-46	100,00	un	48,00	4.800,00
	LAVAGEM DE VEÍCULOS	LAVAGEM E LUBRIFICACAO SERINGUEIRA LTDA - ME	02.341.687/0001-54	200,00	un	12,00	2.400,00
	LAVAGEM DE AMBULANCIA	LAVAGEM E BORRACHARIA COLINA LTDA - ME	13.030.926/0001-71	100,00	un	28,00	2.800,00
	LAVAGEM DE VEICULOS EDUCAÇÃO	LAVAGEM E LUBRIFICACAO SERINGUEIRA LTDA - ME	02.341.687/0001-54	100,00	un	12,00	1.200,00
	LAVAGEM DE EQUIPAMENTO/MAQUINA	LAVAGEM E BORRACHARIA COLINA LTDA - ME	13.030.926/0001-71	100,00	un	42,00	4.200,00
	LAVAGEM DE VEÍCULOS SAUDE	LAVAGEM E LUBRIFICACAO SERINGUEIRA LTDA - ME	02.341.687/0001-54	400,00	un	12,00	4.800,00
	LAVAGEM DO MICRO ONIBUS DA SAÚDE	LAVAGEM E LUBRIFICACAO SERINGUEIRA LTDA - ME	02.341.687/0001-54	100,00	un	30,00	3.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Dométrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 13/15

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LUBRIFICAÇÃO CAMINHÃO	LAVAGEM E BORRACHARIA COLINA LTDA - ME	13.030.926/0001-71	100,00	un	10,00	1.000,00
	LUBRIFICAÇÃO DE MICRO ONIBUS DA SAUDE	LAVAGEM E LUBRIFICACAO SERINGUEIRA LTDA - ME	02.341.687/0001-54	60,00	un	8,00	480,00
	SERVIÇOS DE CAMINHÃO TRUCK	ULSE TRANSPORTES EIRELI - ME	17.825.582/0001-48	110,00	h	85,00	9.350,00
	RECAPAGEM DE PNEU 215/75 R 17.5 BORRACHUDO	RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA	83.230.888/0001-86	12,00	un	176,00	2.112,00
	RECAPAGEM DE PNEU 900 X 20 BORRACHUDO	RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA	83.230.888/0001-86	20,00	un	244,00	4.880,00
	RECAUCHUTAGEM 1000 X 20 - QUENTE	RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA	83.230.888/0001-86	20,00	un	259,00	5.180,00
	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 12.5/80 - 18	RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA	83.230.888/0001-86	10,00	un	410,00	4.100,00
	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 18.4 - 30	RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA	83.230.888/0001-86	10,00	un	904,00	9.040,00
	RECAPAGEM DE PNEU 10.5/65 16 - BORRACHUDO	F. VACHILESKI & CIA LTDA	93.388.031/0001-42	4,00	un	180,00	720,00
	RECAPAGEM DE PNEU 1000X20 - BORRACHUDO	F. VACHILESKI & CIA LTDA	93.388.031/0001-42	70,00	un	300,00	21.000,00
	RECAPAGEM DE PNEU 215/75 R 17.5 LISO	F. VACHILESKI & CIA LTDA	93.388.031/0001-42	12,00	un	170,00	2.040,00
	RECAUCHUTAGEM 14.9 - 13 - 28	F. VACHILESKI & CIA LTDA	93.388.031/0001-42	10,00	un	720,00	7.200,00
	RECAUCHUTAGEM 900 X 20 - QUENTE	F. VACHILESKI & CIA LTDA	93.388.031/0001-42	20,00	un	210,00	4.200,00
	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 12 X 16.5	F. VACHILESKI & CIA LTDA	93.388.031/0001-42	10,00	un	300,00	3.000,00
	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 12.4 - 24	F. VACHILESKI & CIA LTDA	93.388.031/0001-42	10,00	un	420,00	4.200,00
	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 1300 X 24 - 12 LONAS	F. VACHILESKI & CIA LTDA	93.388.031/0001-42	10,00	un	600,00	6.000,00
	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 1400 X 24 - 12 LONAS	F. VACHILESKI & CIA LTDA	93.388.031/0001-42	12,00	un	685,00	8.220,00
	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 1400 X 24 - BORRACHUDO QUENTE	F. VACHILESKI & CIA LTDA	93.388.031/0001-42	20,00	un	700,00	14.000,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMEN SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 17.5 - 25	F. VACHILESKI & CIA LTDA	93.388.031/0001-42	10,00	un	730,00	7.300,00
	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 19.5 L-24	F. VACHILESKI & CIA LTDA	93.388.031/0001-42	8,00	un	740,00	5.920,00
	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 20.5 X 25	F. VACHILESKI & CIA LTDA	93.388.031/0001-42	8,00	un	1.575,00	12.600,00
	RECAPAGEM DE PNEU 205/75 R17.5	WEIRICH PNEUS LTDA - ME	02.689.317/0001-02	8,00	un	211,00	1.688,00
	RECAPAGEM DE PNEU 275/80 R 22.5	WEIRICH PNEUS LTDA - ME	02.689.317/0001-02	8,00	un	341,00	2.728,00
	TAXA DE ART REF EXECUÇÃO LEVANT. TOPOGRÁFICO	CREA - SC - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, AQR	82.511.643/0001-64	1,00	un	63,64	63,64
	CILINDRO PARA FECHADURA	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	1,00	un	12,50	12,50
	PARAFUSO MADEIRA CABEÇA CHATA - 3,0 X 30MM	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	2,00	un	0,07	0,14
	SUPORTE DE PORCELANA	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	1,00	un	4,50	4,50
	PARAFUSO MADEIRA CABEÇA CHATA - 3,0 X 16MM	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	18,00	un	0,05	0,90

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Dométrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 14/15

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CADEADO 20MM	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	3,00	un	9,00	27,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	PORTA CADEADO ZINCADO	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	3,00	un	1,80	5,40
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	FECHADURA EXTERNA	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	3,00	un	26,80	80,40
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	PARAFUSO MADEIRA CABEÇA CHATA - 4,0 X 20MM	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	8,00	un	0,07	0,56
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	FERROLHO REDONDO	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	1,00	un	4,50	4,50
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMEN	PUBLICAÇÃO DE EDITAIS, AVISOS E ATOS OFICIAIS	FUNDO DE MATERIAIS, PUBLIC E IMPRESSOS OFICIAIS SC	14.284.430/0001-97	1,00	un	320,00	320,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMEN	TAXA DE ART REFER A PROJETO/EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM	CREA - SC - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, AORT	82.511.643/0001-64	1,00	un	63,64	63,64
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	ADESIVOS EM FOLHA A3 - 564 ADESIVOS	GL EDITORA GRAFICA LTDA	04.137.442/0001-35	6,00	un	2,80	16,80
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	ADESIVOS EM FOLHA A3 - 138 ADESIVOS	GL EDITORA GRAFICA LTDA	04.137.442/0001-35	3,00	un	2,80	8,40
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE CONERTO NA LINHA TELEFÔNICA	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	04.303.600/0001-80	1,00	un	190,00	190,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SEGURO DPVAT P/ MICRO ONIBUS	DETRAN - SC	82.951.294/0007-97	3,00	un	246,48	739,44
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	LICENCIAMENTO ANUAL	DETRAN - SC	82.951.294/0007-97	3,00	un	62,12	186,36
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	ESTATUETA 15CM. BASE QUADRADA 9 X 9 CM	RENIR PAULO MANFRIN - ME	00.249.261/0001-40	5,00	un	41,30	206,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SEGURO DPVAT P/ CAMINHÃO	DETRAN - SC	82.951.294/0007-97	1,00	un	109,96	109,96
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SEGURO DPVAT PARA VEÍCULOS	DETRAN - SC	82.951.294/0007-97	1,00	un	105,25	105,25
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LICENCIAMENTO ANUAL	DETRAN - SC	82.951.294/0007-97	2,00	un	62,12	124,24
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	COLEÇÃO 61 CLÁSSICOS	LIVRARIA EDUCATIVA LTDA - ME	85.401.735/0001-80	1,00	un	300,00	300,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	OPOSTOS COLEÇÃO MEU 1º LIVRO	KLEIN LIVROS E JOGOS EDUCATIVOS LTDA. - EPP	72.380.330/0001-60	1,00	un	14,40	14,40
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE CLIMATIZADOR	OESTE ELETRO MOVEIS LTDA ME	76.872.514/0001-07	1,00	un	90,00	90,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO CLIMATIZADOR 9000 BTUS	OESTE ELETRO MOVEIS LTDA ME	76.872.514/0001-07	1,00	un	200,00	200,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO CLIMATIZADOR 18000 BTUS	OESTE ELETRO MOVEIS LTDA ME	76.872.514/0001-07	1,00	un	280,00	280,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	BOMBOM CX COM 400 GR	CELESIO DAHLM COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI - ME	19.126.483/0001-01	200,00	cx	7,37	1.474,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	BALAS SORTIDAS - PCT 01 KG	CELESIO DAHLM COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI - ME	19.126.483/0001-01	10,00	pt	6,88	68,80
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	PIRULITO SORTIDO - PCT 01 KG	CELESIO DAHLM COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI - ME	19.126.483/0001-01	10,00	pt	7,88	78,80
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	TONER ORIGINAL MLT D240 L	TONERTECH COM. MAQUINAS LTDA ME	06.337.774/0001-99	2,00	un	230,00	460,00
						Total Geral ---->	691.272,04

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Demétrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 15/15

RELATORIO DE COMPRAS FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO CARLOS

CNPJ: 11.553.540/0001-19
RUA CONCORDIA N.100
C.E.P.: 89855-000 - São Carlos - SC

Folha: 1/3

RELAÇÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Setembro/2014**.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	OMEPRAZOL 20 MG	S & R DISTRIBUIDORA LTDA	04.889.315/0001-92	20.000,00	un	0,058	1.160,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE COLETA E PREPARO DE MATERIAL BIOLÓGICO	JUSTINA INES WICKERT ROHR - HEMOLAB ANALISES	09.389.607/0001-80	1,00	S	1.900,00	1.900,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PASSAGEM TERRESTRE DE CHAPECÓ A FLORIANÓPOLIS	REUNIDAS TURISMO S.A.	04.176.082/0001-80	2,00	un	100,62	201,24
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PASSAGEM TERRESTRE DE SÃO CARLOS A CHAPECÓ	REUNIDAS TURISMO S.A.	04.176.082/0001-80	2,00	un	13,25	26,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PASSAGEM TERRESTRE DE CHAPECÓ A SÃO CARLOS	REUNIDAS TURISMO S.A.	04.176.082/0001-80	2,00	un	14,28	28,56
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PASSAGEM TERRESTRE DE FLORIANÓPOLIS A CHAPECÓ	REUNIDAS TURISMO S.A.	04.176.082/0001-80	2,00	un	100,73	201,46
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PNEU 175/70 R-13	BELLENZIER PNEUS LTDA c	73.730.129/0001-29	4,00	pc	116,00	464,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PNEU 175/65 R 14	BELLENZIER PNEUS LTDA c	73.730.129/0001-29	4,00	un	161,00	644,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	MICROCOMPUTADOR COM HD 500 GB, PROCESSADOR INTEL CORE I 3	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.366.048/0001-86	1,00	un	2.160,00	2.160,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CILINDRO PARA FECHADURA	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	2,00	un	12,50	25,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TUBO PVC RIGIDO SOLDÁVEL CL 15 75 MM	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	2,00	m	6,00	12,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TORNEIRA P/ COZINHA	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	1,00	pc	38,00	38,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FITA VEDA ROSCA 10 MT	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	1,00	rl	1,50	1,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	NIPLE 1/8 X 3/8	ELMOR ALOISUIS TROJACK - ME	83.693.077/0001-11	2,00	un	10,00	20,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CONEXÃO PARA GÁS DE COZINHA	ELMOR ALOISUIS TROJACK - ME	83.693.077/0001-11	5,00	un	2,00	10,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE GÁS	ELMOR ALOISUIS TROJACK - ME	83.693.077/0001-11	1,00	S	144,00	144,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	REGISTRO RÁPIDO	ELMOR ALOISUIS TROJACK - ME	83.693.077/0001-11	1,00	un	50,00	50,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TUBO REDONDO GALVANIZADO	ELMOR ALOISUIS TROJACK - ME	83.693.077/0001-11	1,00	m	16,33	16,33
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CHAPA GALVANIZADA	ELMOR ALOISUIS TROJACK - ME	83.693.077/0001-11	20,50	pc	20,00	410,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ARMAÇÃO DE FERRO	ELMOR ALOISUIS TROJACK - ME	83.693.077/0001-11	1,00	pc	160,00	160,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	LUIZ KROLOF - ME	80.667.802/0001-08	1,00	S	59,00	59,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PIVO SUSPENSÃO INFERIOR	LUIZ KROLOF - ME	80.667.802/0001-08	1,00	un	95,00	95,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FECHADURA PARA PORTA	LUIZ KROLOF - ME	80.667.802/0001-08	1,00	un	115,00	115,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE DESMONTAGEM E MONTAGEM DE PEÇAS	LUIZ KROLOF - ME	80.667.802/0001-08	1,00	S	95,00	95,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO CARLOS

CNPJ: 11.553.540/0001-19
RUA CONCORDIA N.100
C.E.P.: 89855-000 - São Carlos - SC

Folha: 2/3

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNP J / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	S	110,00	110,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BOMBA DE ÁGUA	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	un	135,00	135,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO DE CABINE	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	un	25,00	25,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE DESMONTAGEM E MONTAGEM DE PEÇAS	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	S	60,00	79,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	COXIM SUPERIOR DO AMORTECEDOR	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	un	18,00	18,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CORREIA DO ALTERNADOR	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	pc	65,00	65,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BUCHA DE SUSPENSÃO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	2,00	un	12,00	24,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	3,00	S	88,00	264,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	JOGO DE PASTILHA DE FREIO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	jg	50,00	50,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	KIT ROLAMENTO TRASEIRO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	2,00	un	60,50	121,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TERMINAL DE DIREÇÃO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	pc	42,00	42,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CORREIA DENTADA	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	un	50,00	50,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BUCHA DA SUSPENSÃO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	4,00	un	16,00	64,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO AR CONDICIONADO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	un	80,00	80,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ROLAMENTO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	pc	76,00	76,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	JOGO DE DISCO DE FREIO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	jg	175,00	175,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	S	164,00	164,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	JOGO DE PASTILHA DE FREIO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	3,00	jg	68,00	204,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	JOGO DE VELA	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	un	130,00	130,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE LANTERNAGEM E CHAPEAÇÃO	CHAPEAÇÃO E PINTURAS FEIL LTDA - ME	02.802.813/0001-20	1,00	un	980,00	980,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	S	60,00	60,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	JOGO DE PASTILHA DE FREIO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	jg	262,00	262,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE GUINCHO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	S	220,00	220,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	S	50,00	50,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CILINDRO DE RODAS	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	un	35,00	35,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	S	105,00	105,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BUCHA DA SUSPENSÃO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	un	15,00	15,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PIVÔ DA SUSPENSÃO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	un	65,00	65,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BORRACHA DO ESCAPAMENTO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	2,00	un	6,00	12,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ROLAMENTO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	pc	65,50	65,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ARTICULADOR DE DIREÇÃO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	un	89,00	89,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TERMINAL DE DIREÇÃO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	pc	92,00	92,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TIJOLO A VISTA - TAM 9 X 9 X 19	LEONIR SESTRON SCHERER - ME c	04.655.418/0001-98	500,00	un	0,42	210,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	AREIA	REGIS CLAUDINO MALLMANN KNORST - ME	04.494.196/0001-79	2,00	m3	113,90	227,80

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO CARLOS

CNPJ: 11.553.540/0001-19
RUA CONCORDIA N.100
C.E.P.: 89855-000 - São Carlos - SC

Folha: 3/3

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CIMENTO	COOPER(85) INFRA-ESTRUTURA E DES. VALE DO ARAÇA	83.086.603/0009-32	12,00	sc	25,40	304,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	OLEO DIESEL ADITIVADO - S10	POSTO DA COLINA LTDA c	77.910.370/0001-90	1.450,00	l	2,68	3.886,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SEGURO DPVAT PARA VEÍCULOS	DETRAN - SC	82.951.294/0007-97	1,00	un	105,25	105,25
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LICENCIAMENTO ANUAL	DETRAN - SC	82.951.294/0007-97	1,00	un	62,12	62,12
Total Geral ---->							16.759,06

São Joaquim

PREFEITURA

97/2014 CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS PARA O MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 97/2014

Pregão Presencial 52/2014

Objeto: Contratação de INSTITUIÇÃO FINANCEIRA para prestação de serviços bancários para o Município de São Joaquim

Tipo: Maior oferta global

Abertura: 13/11/2014 09:30 horas

Valor estimado: R\$ 600.000,00

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 31 de outubro de 2014

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal

98/2014 AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E MOBILIÁRIO PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 98/2014

Pregão Presencial 53/2014

Objeto: Aquisição de Eletrodomésticos e Mobiliário para Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Agricultura

Tipo: Menor preço por item

Abertura: 13/11/2014 14:00 horas

Valor estimado: R\$ 14.569,82

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 31 de outubro de 2014

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal.

São José

PREFEITURA

DECRETO Nº 3330/2014

DECRETO Nº 3330/2014

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital N.º 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica admitido o seguinte servidor contratado por processo seletivo, exercente de funções temporárias:

Servidor	Função	Secretaria	Carga Horária Contratação
Almira da Silva	Agente de Serviços Gerais	Assistência Social	40h

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de outubro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3280/2014

DECRETO Nº 3280/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 5º e 36 da Lei Municipal nº 5.375/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 830.000,00 (oitocentos e trinta mil reais), referente as dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

09.00 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÁNSITO

09.01 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÁNSITO

09.01.06.182.0110.2.016 - Encargos do Convênio FUNREBOM - Lei 2.353/91

396 - 3.3.90.30.00.00.0019 - Material de Consumo, Recursos do FUNREBOM LEI - nº 2.353/91 R\$ 250.00,00

397 - 3.3.90.36.00.00.0019 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física, Recursos do FUNREBOM LEI - nº 2.353/91 R\$ 15.00,00

398 - 3.3.90.39.00.00.0019 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Recursos do FUNREBOM LEI - nº 2.353/91 R\$ 250.00,00

399 - 3.3.90.93.00.00.0019 - Indenizações e Restituições, Recursos do FUNREBOM LEI - nº 2.353/91 R\$

15.00,00
 400 - 4.4.90.51.00.00.0019 - Obras e Instalações,
 Recursos do FUNREBOM LEI - nº 2.353/91 R\$
 50.00,00
 401 - 4.4.90.52.00.00.0019 - Despesas de Exercícios Anteriores,
 Recursos do FUNREBOM LEI - nº 2.353/91 R\$
 250.00,00
 Total desta Atividade R\$
 830.000,00
 Total do Órgão R\$
 830.000,00
 Total do Crédito Adicional Suplementar R\$
 830.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, autorizado na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta do Superávit Financeiro dos recursos do FUNREBOM LEI Nº 2.353/91, apurado no balanço de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 09 de outubro de 2014.
 ADELIANA DAL PONT
 Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
 Secretário de Finanças

DECRETO Nº 3342/2014

DECRETO Nº 3342/2014

CRIA NOVA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - ELEMENTO DE DESPESA E FONTE DE RECURSO JUNTO AO QDD - QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 4º, 23 e 36 da Lei Municipal nº 5.375/2013, redação dada pela Lei Municipal nº 5.398/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado junto ao QDD - Quadro de Detalhamento de Despesas, novas classificações orçamentárias (elementos de despesas e suas fontes recursos), as quais passarão a integrar o Orçamento do exercício de 2014 na seguinte Unidade Orçamentária pertencente ao Orçamento do Município de São José:

1 - No Órgão e Unidade Orçamentária:

11.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
 11.01 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

1.1 - Na Funcional Programática - Atividade:

11.01.19.573.0108.2.275 - Funcionamento e Manutenção da Cidade Digital

1.1.1 - O elemento de despesa e sua fonte de recurso:

3.3.90.30.00.00.0034 - Material de Consumo, Recursos de Outras Transferências do Governo Federal

Art. 2º Em atendimento a autorização disposta no artigo 1º deste Decreto, fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, até a importância de R\$ 398.000,00 (trezentos e noventa e oito mil reais), referente às suplementações da dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

11.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

11.01 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

11.01.19.573.0108.2.275 - Funcionamento e Manutenção da Cidade Digital

3.3.90.30.00.00.0034 - Material de Consumo, Recursos de Outras Transferências do Governo Federal R\$ 8.000,00

907 - 4.4.90.52.00.00.0034 - Equipamentos e Material Permanente, Recursos de Outras Transferências do Governo Federal R\$ 390.000,00

Total desta Atividade R\$ 398.000,00

Total do Órgão R\$ 398.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 398.000,00

Art. 3º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 2º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 398.000,00 (trezentos e noventa e oito mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificadas:

13.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTARIA

13.01 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTARIA

13.01.04.121.0105.2.229 - Elaboração de estudos e projetos

635 - 3.3.90.35.00.00.0034 - Serviços de Consultoria, Recursos de Outras Transferências do Governo Federal R\$ 398.000,00

Total desta Atividade R\$ 398.000,00

Total do Órgão R\$ 398.000,00

Total da Anulação R\$ 398.000,00

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), aos 29 de outubro de 2014.
 ADELIANA DAL PONT
 Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
 Secretário de Finanças

DECRETO Nº 3358/2014

DECRETO Nº 3358/2014

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor PAULO FERNANDES DUTRA JÚNIOR do cargo de Direção II de Centro de Saúde - CCM5, com lotação na Secretaria de Saúde

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de outubro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

São José do Cedro**PREFEITURA****EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.109/2014**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº109/2014

REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº 109/2014, Edital de Pregão Nº 109/2014 para Registro de Preço, sendo o Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para prestação de serviço de silagem de grãos e pastagens, com trator de pneus 4x4, ensiladeira, carretão basculante, e com colhedora de forragens autopropelida a ser realizado nos termos da lei municipal nº4048/2013. Recebimento dos envelopes das propostas e habilitação até às 08:00 horas do dia 13/11/2014. Abertura dos envelopes e julgamento às 08:00 horas do dia 13/11/2014, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura ou.

São José do Cedro - SC.

Antonio Plinio de Castro Silva

Prefeito Municipal.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 14.2014 FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Avisa da abertura do Processo nº 14/2014 FMS - MODALIDADE: Pregão Presencial - TIPO: Menor Preço Por Item.

OBJETO: A presente licitação tem como objetos a Aquisição de dois automóveis com capacidade de 05 (cinco) lugares, zero quilômetro, ano de fabricação de no mínimo 2014, modelo no mínimo 2014, com as características mínimas exigidas nas especificações contidas no anexo I deste edital

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO COM ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: 14/11/2014 às 08:45. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelos emails licitacoes@pmspa.sc.gov.br e compras@pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 07:00h às 13:00h.

São Pedro de Alcântara, 31/10/2014

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal.

Schroeder

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 243/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 243/2014-PMS

Dispensa de Licitação nº. 99/2014-PMS

Processo nº. 227/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PARA-BRISAS JARAGUA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.468.495/0001-88, estabelecida na Avenida Prefeito Walde-mar Grubba, nº 2429, sala 02, Vila Lalau, Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de para-brisa dianteiro para a viatura Renaul/Logan, placa MLP-9965 da Policia Militar do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Aquisição de para-brisa dianteiro para a viatura Renaul/Logan, placa MLP-9965 da Policia Militar	01	Unidade	295,00	295,00
TOTAL R\$					295,00

Valor do contrato: R\$ 295,00 (duzentos e oitenta e cinco reais).

Data da Assinatura: 30/10/2014 - Vigência: 31/12/2014

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº. A52/2014 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A52/2014 - PMS

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 258/2010 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua 220, nº 200, Bairro Andorinha, na cidade de Itapema/SC, inscrita no CNPJ sob nº 03.725.725/0001-35, portadora dos direitos do domínio www.LeisMunicipais.com.br, neste ato representada por seu sócio-administrador, Sr. CARLITO MELLO DE LIZ, brasileiro, maior, casado, portador do CIC nº 181.488.089-53 e da cédula de identidade nº 220.562.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 258/2010-PMS,

celebrado em 30 de novembro de 2010, proveniente do Processo nº. 187/2010 - PMS, Inexigibilidade de Licitação nº. 10/2010 - PMS, para a cessão de uso de software da CONTRATADA à CONTRATANTE, consistentes na divulgação, publicação e gerenciamento do compêndio dos atos oficiais do Município supra descrito (Lei Orgânica, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Decretos, Concursos Públicos e Licitações) por este fornecidos, dispostos no site www.LeisMunicipais.com.br com link direcionado à página eletrônica do Município, em menu específico denominado "LEIS MUNICIPAIS", cuja URL de conexão será fornecida pela CONTRATADA ao setor técnico da CONTRATANTE, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando o disposto no Artigo 57, II, da Lei Federal nº. 8.666/93, bem como expressa disposição contratual, prevista nos termos da cláusula 5ª do respectivo contrato, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita de aditivo pela Procuradoria Municipal frente à prorrogação da vigência do contrato para o ano de 2015, justificando a referida prorrogação do respectivo contrato administrativo para manter a publicidade dos atos oficiais, com a importante ferramenta de busca de leis por termos de forma a garantir a transparência e acesso à informação pela população de Schroeder.

Considerando a solicitação de aditivo feita pela Procuradoria Municipal o valor trimestral atual é de R\$ 2.838,56, devendo haver a revisão do IGPM no período, conforme cálculo apresentado, importando num acréscimo de 4,89% no valor trimestral, que passa a ser de R\$ 2.939,09, para o ano de 2015.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a partir deste a Cláusula Quarta - do prazo do contrato, prorrogando-se a vigência do contrato para 01 de janeiro de 2015 até dia 31 de dezembro de 2015.

Cláusula 2ª - Fica alterada a partir deste, a Cláusula Quinta - do pagamento, encargos e reajustes, passando a vigorar com o valor global de R\$ 11.756,36 (onze mil, setecentos e cinquenta e seis reais e trinta e seis centavos), pagos trimestralmente o valor de R\$ 2.939,09 (dois mil novecentos e trinta e nove reais e nove centavos), repassados no período de vigência desse contrato.

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 258/2010-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 31 de outubro de 2014.

CONTRATADA:

LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA

Carlito Mello de Liz

Sócio-Administrador

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____

Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

2ª _____

Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 244/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 244/2014-PMS

Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 92/2014-PMS

Processo nº. 201/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: BT COMERCIAL IMPORT E EXPORT LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 14.275.578/0001-65, estabelecida na Rua Maria-zumba nº. 330, Galpão 1B, Granjas Rurais, Bairro Presidente Vargas, Cidade de Salvador, Estado da Bahia, CEP: 41.230-080.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de desgaste (lâminas, dentes, pino, trava, parafusos, porcas, facas de aço) para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
20	Dente para retro - caçamba dianteira, com dureza mínima de 400 a 500 HB	32	unidade	25,00	800,00
TOTAL R\$					800,00

Valor do contrato: R\$ 800,00 (oitocentos reais)

Data da Assinatura: 31/10/2014 - Vigência: 31/10/2015

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 245/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 245/2014-PMS

Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 92/2014-PMS

Processo nº. 201/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: JULIO SILVESTRI FILHO ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.608.150/0001-50, estabelecida na Rua Luiz Magalhães de Medeiros, nº 1050, sala 01, Humaitá de Cima, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, CEP: 88708-250.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de desgaste (lâminas, dentes, pino, trava, parafusos, porcas, facas de aço) para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
02	Dente para caçamba dianteira - retroescavadeira CAT 416E	16	Unidade	38,00	608,00
04	Parafuso com porca de aço para dente de caçamba - retroescavadeira CAT 416E	40	Unidade	4,00	160,00
06	Parafuso 5/8 X 2,5", com porca de aço 20 mm de altura (moto niveladora)	200	Unidade	2,30	460,00
10	Parafuso com porca de aço 5/8 X 2", para retro, dente caçamba dianteiro	150	Unidade	2,30	345,00
11	8282270N - Parafuso de aço p/ lâmina 20 X 50 - esteira D130	50	unidade	8,00	400,00
12	72204481 - Pino - trava de aço - escavadeira E 215B	120	unidade	30,00	3.600,00
14	12575121 - Porca de aço - escavadeira E215B	60	unidade	3,00	180,00
15	7528979 - faca lâmina de aço esteira D130	4	unidade	415,00	1.660,00
17	Lâmina 13 furos para moto niveladora 3/4, curva com dureza mínima de 400 a 50 HB	80	unidade	419,90	33.592,00
19	Ponta de dente com número gravado 6329 gravado, concha traseira de retro	35	unidade	19,00	665,00
21	72205063 - dente de aço para caçamba escavadeira E215B	100	unidade	68,00	6.800,00
22	Z304030 - faca lateral de aço - escavadeira E215B	4	unidade	157,00	628,00
TOTAL R\$					49.098,00

Valor do contrato: R\$ 49.098,00 (quarenta e nove mil e noventa e oito reais)

Data da Assinatura: 31/10/2014 - Vigência: 31/10/2015
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 246/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 246/2014-PMS

Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 92/2014-PMS

Processo nº. 201/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 79.905.071/0001-93, estabelecida na Rua Nossa Senhora do Guadalupe, nº. 122, BR 101, km 201, Bairro Barreiros, Cidade de São Jose, Estado de Santa Catarina, CEP: 88113-130.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de desgaste (lâminas, dentes, pino, trava, parafusos, porcas, facas de aço) para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Dente concha traseira - retroescavadeira hidráulica CAT 416E	15	Unidade	24,50	367,50
03	Pino trava para dente concha traseira - retroescavadeira CAT 416E	40	Unidade	9,50	380,00
05	Canto de lâmina com chanfro para trator esteira komat'su D30, com dureza mínima de 400 a 500 HB	4	Unidade	133,00	532,00
07	Parafuso com porca 3/4 X 3,5 para dente de carregadeira	50	Unidade	3,90	195,00
08	Parafuso com porca de aço para dente de retro com rosca 12 X 70 mm	100	Unidade	2,80	280,00
09	Canto de lâmina com chanfro para trator esteira komat'su D30, com dureza mínima de 400 a 500 HB	4	Unidade	146,00	584,00
13	A304031 - Faca lateral de aço - escavadeira E2155B	6	unidade	95,00	570,00

16	Faca lâmina 7 furos para trator esteira komat'su, com dureza mínima de 400 a 500 HB	4	unidade	280,00	1.120,00
18	Dente para concha de carregadeira michigam 75 HD com dureza mínima de 400 a 500 H B	9	unidade	125,00	1.125,00
23	75282987 - faca canto lâmina esteira D130	4	unidade	149,00	596,00
24	75282988 - faca canto lâmina esteira D130	4	unidade	148,00	592,00
TOTAL R\$					6.341,50

Valor do contrato: R\$ 6.341,50 (seis mil trezentos e quarenta e um reais e cinquenta centavos)

Data da Assinatura: 31/10/2014 - Vigência: 31/10/2015
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 247/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 247/2014-PMS

Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 94/2014-PMS

Processo nº. 203/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SUPERMERCADO FRONTAL LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 81.815.219/0001-40, estabelecida na Avenida Prefeito Waldemir Grubba, nº 3051, Vila Lalau, na cidade de Jaragua do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89256-500.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de consumo para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saúde e Assistência Social; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Açúcar refinado especial, embalagem plastica 5kg.	165	Unid.	11,40	1.881,00

03	Água mineral sem gás embalagem tipo pet de 500ml, lacrados, dentro dos padrões estabelecidos pelo Ministerio da Saúde e Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, com marca, procedência e validade mínima de 12 meses impressas no rotulo do produto.	940	Unid.	1,00	940,00
04	Água saborizada de 500ml, levemente gaseificado, zero açúcar, fonte de vitaminas B3, B5 e B6, com suco natural de limão.	420	Unid.	2,80	1.176,00
05	Café 100% puro extra forte, solúvel, granulado, sem glútem - embalagem 200gr em frasco de vidro com tampa de plastico.	217	Unid.	11,80	2.560,60
06	Café tradicional torrado e moído, produto de 1º qualidade; não contém glutem e gordura saturada; embalagem aluminizada contendo 500gr á alto vácuo e caixa protetora da embalagem aluminizada; selo de pureza emitido pela Associação Brasileira da Industria do Café (ABIC)	418	Unid.	8,30	3.469,40
07	Filtro de papel para café nº. 102 - embalagem com 30un	162	Unid.	2,80	453,60
08	Filtro de papel para café nº. 103 - embalagem com 30un	566	Unid.	2,80	1.584,80
09	Fornecimento de água mineral potável sem gás envasada em garrafão de polycarbonato de 20 litros, lacrados, dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, com marca, procedência e validade impressas no rótulo do produto,	835	Unid.	9,00	7.515,00
10	Garrafa Térmica 1,8 Litros - Preta	32	Unid.	74,50	2.384,00
11	Garrafa Térmica 1 Litros - Preta	30	Unid.	44,00	1.320,00
12	Leite UHT integral tipo longa vida de 1lt - embalagem tetra pak.	1246	Litro	2,40	2.990,40
TOTAL R\$					26.274,80

Valor do contrato: R\$ 26.274,80 (vinte e seis mil duzentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos)

Data da Assinatura: 31/10/2014 - Vigência: 31/10/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.050/2014

LEI Nº2.050/2014

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER NO VALOR DE ATÉ R\$83.498,65 (OITENTA E TRÊS MIL QUATROCENTOS NOVENTA E OITO REAIS, SESSENTA E CINCO CENTAVOS).

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento do Município de Schroeder, para exercício 2014, no valor de até R\$83.498,65 (oitenta e três mil, quatrocentos noventa e oito reais, sessenta e cinco centavos), como segue:

03 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS			
04 – DIRETORIA DE PLANEJAMENTO			
04.122.3001.2.305 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS			
3.1.90.11.00.00	00.01.0000	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	32.999,00

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
01 – UNIDADE DE ESPORTES E LAZER			
27.812.3010.2.330 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS			
3.3.90.31.00.00	00.01.0000	Premiações Culturais, Artist. Cientif. Desport e Out	7.159,65
3.3.90.32.00.00	00.01.0000	Material de Distribuição Gratuita	5.640,00

06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
01 – UNIDADE DE OBRAS			
15.451.3003.2.311 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
3.3.91.47.00.00	00.01.0000	Obrigações Tributárias e Contributivas	700,00

08 – FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO			
01 – DIRETORIA DE SANEAMENTO			
17.512.3007.2.316 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO			
3.1.90.11.00.00	00.01.0224	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	37.000,00

Art. 2º Para cobertura dos créditos abertos nos artigos anteriores serão utilizados como fontes de recursos os cancelamentos parciais e ou totais das dotações do orçamento vigente, como segue:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
03 – UNIDADE DE CULTURA			
13.392.3011.2.332 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE CULTURA			
3.3.90.39.00.00	00.01.0000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	15.400,00

06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
01 – UNIDADE DE OBRAS			
15.451.3003.2.311 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
3.3.90.30.00.00	00.01.0000	Material de Consumo	700,00

07 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO			
02 – UNIDADE DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO			
22.661.3008.2.319 – CONTRIBUIÇÃO A SCHROEDER FEST E EXPO SCHROEDER			
3.3.90.30.00.00	00.01.0000	Material de Consumo	12.799,65

07 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO			
02 – UNIDADE DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO			
22.661.3008.2.355 – APOIO ÀS ATIVIDADES DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO			
3.3.90.39.00.00	00.01.0000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	17.599,00

08 – FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO			
01 – DIRETORIA DE SANEAMENTO			
17.512.3007.1.316 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
4.4.90.52.00.00	00.01.0224	Equipamentos e Material Permanente	37.000,00

Art. 3º O Executivo está autorizado, nos termos do art. 8º da Lei Municipal nº1989/2013 - LOA, a abrir créditos adicionais suplementares, aos elementos criados por esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 31 de outubro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº. 5.773/2014, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 5.773/2014, de 03 de novembro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a servidora Sra. Cheila Adriane Klitzke, para exercer o Cargo Comissionado de Assessora de Educação, percebendo o nível salarial nº FG-1-B - Gratificados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com efeitos retroativos a partir de 24 de julho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 03 de novembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº. 5.772/2014, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 5.772/2014, de 03 de novembro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o servidor Sr. Carlos Roberto Eggert Junior, para exercer o Cargo Comissionado de Assessor de Cultura, percebendo o nível salarial nº FG-1-B - Gratificados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com efeitos retroativos a partir de 1º de junho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 03 de novembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

NOTIFICAÇÃO Nº 001/2014 – SECEL

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

NOTIFICAÇÃO Nº 001/2014 – SECEL

Fica a empresa **EXPRESSÃO COMÉRCIO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ 06.314.098/0001-38, **NOTIFICADA** do inadimplemento do contrato nº 284/2013 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido as Ordens de Compra nº 5219/14, 5225/14, 5229/14, 5239/14 e 5242/14, não efetuou a entrega do produto do prazo de estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado.

Por essa Notificação, a empresa terá o prazo de **24 horas** para adimplir o Contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionados

Cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada:

Processo Administrativo nº	Contrato nº	Ordem de compra Empenho nº	Produtos	Data de Entrega (Programada)	Prazo limite desobedeido
221/2013	284/2013	5219/14	<p>BISCOITO DOCE SABOR LEITE, EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal (podendo ser hidrogenada), açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado de leite. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (22 UND)</p> <p>BISCOITO DOCE SABOR MAISENA - EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante e anti-oxidante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado de maisena. SEM LACTOSE. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no</p>	27/10/2014	29/10/2014

Rua Mal. Castelo Branco, 3201 – Cx. Postal 01 – Fone/Fax (47) 3374-6500 – CEP 89275 000 – SCHROEDER – SC
 Email: prefeitura@schroeder.sc.gov.br - Site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

		<p>órgão competente. (9 UND)</p> <p>BISCOITO DOCE TIPO MARIA, EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (14 UND)</p> <p>BISCOITO SALGADO ÁGUA E SAL (SEM LACTOSE) - EMBALAGEM COM 370 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal hidrogenada, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizante (lecitina de soja), amido. NÃO DEVE APRESENTAR ENTRE OS INGREDIENTES: leite ou soro de leite, além de acidulante ácido láctico e emulsificante esterol-2-lactil lactato de sódio. Biscoito de primeira linha, de espessura fina e consistência crocante e sabor moderadamente salgado. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (32 UND)</p> <p>DOCE DE FRUTA SABOR BANANA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Ingredientes: polpa de banana, açúcar. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (7 UND)</p> <p>DOCE DE FRUTA SABOR MORANGO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Ingredientes: polpa de morango, açúcar. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão</p>		
--	--	--	--	--

Rua Mal. Castelo Branco, 3201 – Cx. Postal 01 – Fone/Fax (47) 3374-6500 – CEP 89275 000 – SCHROEDER – SC
 Email: prefeitura@schroeder.sc.gov.br - Site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

			competente. (7 UND)		
			<p>FARINHA DE MILHO (FUBÁ) PARA POLENTA - EMBALAGEM COM 500 G. Farinha média ou grossa de milho. Enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (18 UND)</p> <p>LENTILHA - EMBALAGEM COM 500 G. Tipo 1, classe misturada. Sem matéria terrosa e sujidades (pedras, pregos). Embalagem plástica, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. (6 UND)</p>		
221/2013	284/2013	5225/14	<p>BISCOITO DOCE SABOR LEITE, EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal (podendo ser hidrogenada), açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado de leite. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (37 UND)</p> <p>BISCOITO DOCE SABOR MAISENA - EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante e anti-oxidante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado de maisena. SEM LACTOSE. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (29 UND)</p> <p>BISCOITO DOCE TIPO MARIA, EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio),</p>	27/10/2014	29/10/2014

Rua Mal. Castelo Branco, 3201 – Cx. Postal 01 – Fone/Fax (47) 3374-6500 – CEP 89275 000 – SCHROEDER – SC
Email: prefeitura@schroeder.sc.gov.br - Site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

			<p>estabilizantes lecitina de soja, aromatizante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (31 UND)</p> <p>BISCOITO SALGADO ÁGUA E SAL (SEM LACTOSE) - EMBALAGEM COM 370 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal hidrogenada, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizante (lecitina de soja), amido. NÃO DEVE APRESENTAR ENTRE OS INGREDIENTES: leite ou soro de leite, além de acidulante ácido láctico e emulsificante esteroil-2-lactil lactato de sódio. Biscoito de primeira linha, de espessura fina e consistência crocante e sabor moderadamente salgado. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (87 UND)</p> <p>COLORAU - EMBALAGEM COM 500 G. Colorífico contendo semolina de milho, extrato oleoso de urucum e sal. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (4 UND)</p> <p>DOCE DE FRUTA SABOR BANANA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Ingredientes: polpa de banana, açúcar. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (24 UND)</p> <p>DOCE DE FRUTA SABOR MORANGO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Ingredientes: polpa de morango, açúcar. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais</p>		
--	--	--	--	--	--

Rua Mal. Castelo Branco, 3201 – Cx. Postal 01 – Fone/Fax (47) 3374-6500 – CEP 89275 000 – SCHROEDER – SC
Email: prefeitura@schroeder.sc.gov.br - Site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

			<p>especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (35 UND)</p> <p>FARINHA DE MILHO (FUBÁ) PARA POLENTA - EMBALAGEM COM 500 G. Farinha média ou grossa de milho. Enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (80 UND)</p> <p>LENTILHA - EMBALAGEM COM 500 G. Tipo 1, classe misturada. Sem matéria terrosa e sujidades (pedras, pregos). Embalagem plástica, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. (27 UND)</p>		
221/2013	284/2013	5229/14	<p>BISCOITO DOCE SABOR LEITE, EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal (podendo ser hidrogenada), açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado de leite. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (3 UND)</p> <p>BISCOITO DOCE SABOR MAISENA - EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante e anti-oxidante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado de maisena. SEM LACTOSE. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (3 UND)</p> <p>BISCOITO DOCE TIPO MARIA, EMBALAGEM COM 370 A 400</p>	27/10/2014	29/10/2014

Rua Mal. Castelo Branco, 3201 – Cx. Postal 01 – Fone/Fax (47) 3374-6500 – CEP 89275 000 – SCHROEDER – SC
 Email: prefeitura@schroeder.sc.gov.br - Site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

			<p>G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (3 UND)</p> <p>BISCOITO SALGADO ÁGUA E SAL (SEM LACTOSE) - EMBALAGEM COM 370 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal hidrogenada, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizante (lecitina de soja), amido. NÃO DEVE APRESENTAR ENTRE OS INGREDIENTES: leite ou soro de leite, além de acidulante ácido láctico e emulsificante esteroil-2-lactil lactato de sódio. Biscoito de primeira linha, de espessura fina e consistência crocante e sabor moderadamente salgado. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (4 UND)</p> <p>COLORAU - EMBALAGEM COM 500 G. Colorífico contendo semolina de milho, extrato oleoso de urucum e sal. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (1 UND)</p> <p>DOCE DE FRUTA SABOR BANANA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Ingredientes: polpa de banana, açúcar. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (3 UND)</p> <p>DOCE DE FRUTA SABOR MORANGO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Ingredientes: polpa de morango, açúcar.</p>	
--	--	--	--	--

Rua Mal. Castelo Branco, 3201 – Cx. Postal 01 – Fone/Fax (47) 3374-6500 – CEP 89275 000 – SCHROEDER – SC
Email: prefeitura@schroeder.sc.gov.br - Site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

			<p>Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (1 UND)</p> <p>FARINHA DE MILHO (FUBÁ) PARA POLENTA - EMBALAGEM COM 500 G. Farinha média ou grossa de milho. Enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (6 UND)</p> <p>LENTILHA - EMBALAGEM COM 500 G. Tipo 1, classe misturada. Sem matéria terrosa e sujidades (pedras, pregos). Embalagem plástica, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. (3 UND)</p>		
221/2013	284/2013	5239/14	<p>BISCOITO DOCE SABOR LEITE, EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal (podendo ser hidrogenada), açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado de leite. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (7 UND)</p> <p>BISCOITO DOCE SABOR MAISENA - EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante e anti-oxidante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado de maisena. SEM LACTOSE. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no</p>	27/10/2014	29/10/2014

Rua Mal. Castelo Branco, 3201 – Cx. Postal 01 – Fone/Fax (47) 3374-6500 – CEP 89275 000 – SCHROEDER – SC
Email: prefeitura@schroeder.sc.gov.br - Site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

		<p>órgão competente. (5 UND)</p> <p>BISCOITO DOCE TIPO MARIA, EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hydrogenada, açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (6 UND)</p> <p>BISCOITO SALGADO ÁGUA E SAL (SEM LACTOSE) - EMBALAGEM COM 370 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal hydrogenada, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizante (lecitina de soja), amido. NÃO DEVE APRESENTAR ENTRE OS INGREDIENTES: leite ou soro de leite, além de acidulante ácido láctico e emulsificante esteroil-2-lactil lactato de sódio. Biscoito de primeira linha, de espessura fina e consistência crocante e sabor moderadamente salgado. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (11 UND)</p> <p>COLORAU - EMBALAGEM COM 500 G. Colorífico contendo semolina de milho, extrato oleoso de urucum e sal. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (1 UND)</p> <p>DOCE DE FRUTA SABOR BANANA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Ingredientes: polpa de banana, açúcar. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão</p>		
--	--	--	--	--

Rua Mal. Castelo Branco, 3201 – Cx. Postal 01 – Fone/Fax (47) 3374-6500 – CEP 89275 000 – SCHROEDER – SC
 Email: prefeitura@schroeder.sc.gov.br - Site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

			<p>competente. (4 UND)</p> <p>DOCE DE FRUTA SABOR MORANGO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Ingredientes: polpa de morango, açúcar. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (4 UND)</p> <p>FARINHA DE MILHO (FUBÁ) PARA POLENTA - EMBALAGEM COM 500 G. Farinha média ou grossa de milho. Enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (8 UND)</p> <p>LENTILHA - EMBALAGEM COM 500 G. Tipo 1, classe misturada. Sem matéria terrosa e sujidades (pedras, pregos). Embalagem plástica, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. (5 UND)</p>		
221/2013	284/2013	5242/14	<p>BISCOITO DOCE SABOR LEITE, EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal (podendo ser hidrogenada), açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado de leite. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (6 UND)</p> <p>BISCOITO DOCE SABOR MAISENA - EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante e anti-oxidante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado de maisena. SEM LACTOSE. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes,</p>	27/10/2014	29/10/2014

Rua Mal. Castelo Branco, 3201 – Cx. Postal 01 – Fone/Fax (47) 3374-6500 – CEP 89275 000 – SCHROEDER – SC
Email: prefeitura@schroeder.sc.gov.br - Site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

			<p>informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (8 UND)</p> <p>BISCOITO DOCE TIPO MARIA, EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (3 UND)</p> <p>BISCOITO SALGADO ÁGUA E SAL (SEM LACTOSE) - EMBALAGEM COM 370 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal hidrogenada, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizante (lecitina de soja), amido. NÃO DEVE APRESENTAR ENTRE OS INGREDIENTES: leite ou soro de leite, além de acidulante ácido láctico e emulsificante esteroil-2-lactil lactato de sódio. Biscoito de primeira linha, de espessura fina e consistência crocante e sabor moderadamente salgado. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (16 UND)</p> <p>COLORAU - EMBALAGEM COM 500 G. Colorífico contendo semolina de milho, extrato oleoso de urucum e sal. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (1 UND)</p> <p>DOCE DE FRUTA SABOR BANANA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Ingredientes: polpa de banana, açúcar. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais</p>		
--	--	--	---	--	--

Rua Mal. Castelo Branco, 3201 – Cx. Postal 01 – Fone/Fax (47) 3374-6500 – CEP 89275 000 – SCHROEDER – SC
Email: prefeitura@schroeder.sc.gov.br - Site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

		<p>especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (1 UND)</p> <p>DOCE DE FRUTA SABOR MORANGO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Ingredientes: polpa de morango, açúcar. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (1 UND)</p> <p>FARINHA DE MILHO (FUBÁ) PARA POLENTA - EMBALAGEM COM 500 G. Farinha média ou grossa de milho. Enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (12 UND)</p> <p>LENTILHA - EMBALAGEM COM 500 G. Tipo 1, classe misturada. Sem matéria terrosa e sujidades (pedras, pregos). Embalagem plástica, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. (6 UND)</p> <p>PÓ PARA PREPARO DE BEBIDA SABOR MORANGO - EMBALAGEM COM 400 G. Produto alimentício em pó para ser adicionado no leite ou derivado. Deve apresentar entre os ingredientes: açúcar, maltodextrina, aromatizante e corante. Pode conter leite em pó ou soro de leite. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente. (2 UND)</p>		
--	--	--	--	--

Não adimplindo o contrato no prazo acima, fica a empresa desde já ciente quanto as penalidades previstas na Cláusula Sétima do Contrato, nos termos do art. 87 da Lei e Licitações e demais cominações legais, e querendo, deverá apresentar **defesa prévia em 10 (dez) dias úteis.**

Assim, permanecendo a Contratada inadimplente com a obrigação assumida após o prazo de entrega, e a defesa se apresentada sendo indeferida, restará rescindido o presente Contrato na forma do artigo 78 da Lei 8.666/93 e da Cláusula Nona do Contrato supracitado, bem como a aplicação das sanções previstas em lei.

Rua Mal. Castelo Branco, 3201 – Cx. Postal 01 – Fone/Fax (47) 3374-6500 – CEP 89275 000 – SCHROEDER – SC
Email: prefeitura@schroeder.sc.gov.br - Site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Atenciosamente,

Schroeder, 31 de outubro de 2014.

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

À
EXPRESSÃO COMÉRCIO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 06.314.098/0001-38

Rua Mal. Castelo Branco, 3201 – Cx. Postal 01 – Fone/Fax (47) 3374-6500 – CEP 89275 000 – SCHROEDER – SC
Email: prefeitura@schroeder.sc.gov.br - Site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

ATA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL 92/2014-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 69/2014

Página: 1/7

Número do Registro de Preços: 69/2014		Data do Registro: 31/10/2014		Válido até: 31/10/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de desgaste (lâminas, dentes, pino, trava, parafusos, porcas, facas de aço) para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secr							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Dente concha traseira - retroescavadeira hidráulica CAT 416E	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	24,5000	1
			G.MAIOCHI E CIAL.TDA (6122)	ECOPLAN	0	32,2000	2
			JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	SICOL	0	35,0000	3
2	Dente para caçamba dianteira - retroescavadeira CAT 416E	UN	JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	SICOL	0	38,0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	38,5000	2
			BT COMERCIAL IMPORT E EXPORT LTDA - EPP (12958)	ITR	0	40,0000	3
3	Pino trava para dente concha traseira - retroescavadeira CAT 416E	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	9,5000	1
			JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	FENIX	0	10,0000	2
			G.MAIOCHI E CIAL.TDA (6122)	FPS	0	12,0000	3
4	Parafuso com porca de aço para dente de caçamba - retroescavadeira CAT 416E	UN	JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	FEY	0	4,0000	1
			BT COMERCIAL IMPORT E EXPORT LTDA - EPP (12958)		0	4,0000	2
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	4,0000	3
5	Canto de lâmina com chanfro para trator esteira komatsu D30, com dureza mínima de 400 a 500 HB	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	133,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 69/2014

Página: 2/7

Número do Registro de Preços: 69/2014		Data do Registro: 31/10/2014		Válido até: 31/10/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de desgaste (lâminas, dentes, pino, trava, parafusos, porcas, facas de aço) para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secr							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	METISA	0	134,0000	2
6	Parafuso 5/8 X 2,5", com porca de aço 20 mm de altura (moto niveladora)	UN	JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	FEY	0	2.3000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	2.4000	2
7	Parafuso com porca 3/4 X 3,5 para dente de carregadeira	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	3.9000	1
			JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	FEY	0	4.0000	2
			BT COMERCIAL IMPORT E EXPORT LTDA - EPP (12958)		0	4.0000	3
8	Parafuso com porca de aço para dente de retro com rosca 12 X 70 mm	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	2.8000	1
			JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	FEY	0	3.0000	2
9	Canto de lâmina com chanfro para trator esteira komat'su D30, com dureza mínima de 400 a 500 HB	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	146,0000	1
			JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	METISA	0	147,0000	2
			BT COMERCIAL IMPORT E EXPORT LTDA - EPP (12958)		0	150,0000	3
10	Parafuso com porca de aço 5/8 X 2", para retro, dente caçamba dianteiro	UN	JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	FEY	0	2.3000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 69/2014

Página: 3/7

Número do Registro de Preços: 69/2014		Data do Registro: 31/10/2014		Válido até: 31/10/2015			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de desgaste (lâminas, dentes, pino, trava, parafusos, porcas, facas de aço) para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secr					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	3,0000	2
11	8282270N - Parafuso de aço p/ lâmina 20 X 50 - esteira D130	UN	JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	FEY	0	8,0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	12,0000	2
12	72204481 - Pino - trava de aço - escavadeira E 215B	UN	JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	FENIX	0	30,0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	50,0000	2
13	A304031 - Faca lateral de aço - escavadeira E2155B	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	95,0000	1
			JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	SICOL	0	157,0000	2
14	12575121 - Porca de aço - escavadeira E215B	UN	JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	FEY	0	3,0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	4,0000	2
15	7528979 - faca lâmina de aço esteira D130	UN	JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	METISA	0	415,0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	419,5000	2
16	Faca lâmina 7 furos para trator esteira komat'su, com dureza mínima de 400 a 500 HB	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	280,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 69/2014

Página: 4/7

Número do Registro de Preços: 69/2014		Data do Registro: 31/10/2014		Válido até: 31/10/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de desgaste (lâminas, dentes, pino, trava, parafusos, porcas, facas de aço) para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secr							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
17	Lâmina 13 furos para moto niveladora 3/4, curva com dureza mínima de 400 a 50 HB	UN	JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	METISA	0	347,0000	2
			JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	METISA	0	419,9000	1
			BT COMERCIAL IMPORT E EXPORT LTDA - EPP (12958)		0	420,0000	2
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	455,0000	3
18	Dente para concha de carregadeira michigam 75 HD com dureza mínima de 400 a 500 H B	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	125,0000	1
			JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	METISA	0	126,0000	2
19	Ponta de dente com número gravado 6329 gravado, concha traseira de retro	UN	JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	SICOL	0	19,0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	19,5000	2
20	Dente para retro - caçamba dianteira, com dureza mínima de 400 a 500 HB	UN	BT COMERCIAL IMPORT E EXPORT LTDA - EPP (12958)		0	25,0000	1
			JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	METISA	0	35,0000	2
21	72205063 - dente de aço para caçamba escavadeira E215B	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	37,5000	3
			JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	SICOL	0	68,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 69/2014

Página: 5/7

Número do Registro de Preços: 69/2014 Data do Registro: 31/10/2014 Válido até: 31/10/2015									
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de desgaste (lâminas, dentes, pino, trava, parafusos, porcas, facas de aço) para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secr									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	68.5000	2		
22	Z304030 - faca lateral de aço - escavadeira E215B	UN	JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	SICOL	0	157.0000	1		
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	195.0000	2		
23	75282987 - faca canto lâmina esteira D130	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	149.0000	1		
			JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	METISA	0	150.0000	2		
24	75282988 - faca canto lâmina esteira D130	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	148.0000	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 69/2014

Página: 6/7

Número do Registro de Preços: 69/2014		Data do Registro: 31/10/2014		Válido até: 31/10/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de desgaste (lâminas, dentes, pino, trava, parafusos, porcas, facas de aço) para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secr							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	METISA	0	149.0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 69/2014

Página: 7/7

Número do Registro de Preços: 69/2014		Data do Registro: 31/10/2014		Válido até: 31/10/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de desgaste (lâminas, dentes, pino, trava, parafusos, porcas, facas de aço) para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secr							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 69/2014
PROCESSO Nº 201/2014

- (6122) - G.MAIOCHI E CIA.LTDA
- (7937) - TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA
- (12475) - JULIO SILVESTRI FILHO - ME
- (12958) - BT COMERCIAL IMPORT E EXPORT LTDA - EPP

Schroeder, 31 de Outubro de 2014.

DISPENSA Nº 56/2014-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 56/2014 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 83/2014 Data: 31/10/2014
Folha: 1/2	

Fornecedor: COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA CRISTO Endereço: RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3554 Cidade: Schroeder - SC CNPJ: 84.094.341/0001-63	Código: 9381 Inscrição Estadual:
Objeto da Compra: Locação de construção em alvenaria com 190 m² e pavilhão com 480 m², localizados na rua Marechal Castelo Branco, nº 3564, Centro, para atender as necessidades do NASF (Núcleo de Apoio a Saúde da Família), CAE (Centro de Atendimento Especializado) e Projeto Movimenta Schroeder da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder /SC.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	12,00	Locação de construção em alvenaria com 190 m² e pavilhão com 480 m² localizados na rua: Marechal Castelo Branco, Nº 3564. Centro. Schroeder, para atender as necessidades do NASF (Núcleo de Apoio a Saúde da Família), CAE (Centro de Atendimento Especializado) e Projeto Movimenta Schroeder da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder.	MÊS	2.150,00	25.800,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem à sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;

JUSTIFICATIVA

A locação se faz necessária por se tratar de um imóvel que atende as necessidades de instalação do NASF (Núcleo de Apoio a Saúde da Família), CAE (Centro de Atendimento Especializado) e Projeto Movimenta Schroeder, também quanto a localização no centro da cidade de fácil acesso aos munícipes.

Schroeder, 31 de Outubro de 2014

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 56/2014 - DL**

Processo Nr.: 83/2014
Data: 31/10/2014

Folha: 2/2

30/10/2014

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 30 de Outubro de 2014

Valor da Despesa: 25.800,00 (vinte e cinco mil e oitocentos reais)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

Timbé do Sul**PREFEITURA****EXTRATO DO CONTRATO 77/2014**

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 77/2014
Contratante: Município de Timbé do Sul
Contratado: Romão Materiais de Construção Ltda
Objeto: Aquisição de materiais para reforma e/ou ampliação de unidades habitacionais dos beneficiários do Programan COHAB Cidadã, no município de Timbé do Sul, conforme Convenio nº 2014TR00002174 - FUNDHAB.
Valor: R\$ 69.909,62 (sessenta e nove mil, novecentos e nove reais e sessenta e dois centavos).
Vigência: de 29/10/2014 a 31/12/2014

PORTARIA 86/2014

PORTARIA Nº 86, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.
Concede Licença Maternidade

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 467/88, de 16 de dezembro de 1988.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Susana dos Santos, matrícula nº 2899, ocupante do Cargo de Professor, do Quadro de Pessoal do Município de Timbé do Sul, pelo período de 120 dias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 31 de outubro de 2014.
Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti
Secretário de Administração e Finanças

Timbó**PREFEITURA****AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 22 2014 FCT - AQUISIÇÃO DE ITENS DE ILUMINAÇÃO NATALINA E DEMAIS ITENS ELÉTRICOS**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 22/2014 - FCT

OBJETO: aquisição de itens de iluminação natalina e demais materiais elétricos necessários a serem utilizados na decoração do Natal Mais Encantado 2014. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h00min do dia 14 de novembro de 2014. ABERTURA: dia 14 de novembro de 2014 as 08h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br

TIMBO (SC), 31/10/2014
Jorge R. Ferreira
Presidente da Fundação Cultural

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 132/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 132/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BZO5456	55555646	25/03/2000	62200	218 * I * b	574.61
CBB3912	55557117	23/03/2000	62110	218 * I * a	127.69
CBL8386	55555838	07/03/2000	57200	186 * I	127.69
CFR5534	55557089	21/03/2000	51850	167	127.69
LWV7537	55557035	16/03/2000	65990	230 * V	191.53
LXM3324	55557087	21/03/2000	51850	167	127.69
LYP1943	55555643	25/03/2000	65990	230 * V	191.53
LZC7231	55555649	25/03/2000	67690	230 * XXII	85.12
LZD1589	55557090	21/03/2000	51850	167	127.69
LZF2320	55555600	08/02/2000	55250	181 * XV	85.12
LZS0542	55555841	10/03/2000	55500	181 * XVIII	85.12
MBE1678	55557088	21/03/2000	62110	218 * I * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 254/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 254/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWT0146	54580485A	10/02/2003	69200	233	127.69
LWT5689	54580484A	10/02/2003	69200	233	127.69
LXY2323	54580488A	10/02/2003	69200	233	127.69
LYW4859	54580480A	10/02/2003	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 183/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 183/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BHN6239	54577753A	24/09/2001	67000	230 * XVI	127.69
LXH5443	54577803A	21/09/2001	65990	230 * V	191.53
LXN9710	55556393	01/10/2001	69120	232	53.20
LXN9710	55556393	01/10/2001	57200	186 * I	127.69
LXV0385	54577532A	25/09/2001	52740	175	191.53
LYB0715	55557647	23/09/2001	73310	252 * III	85.12
LYB0715	55557646	23/09/2001	69120	232	53.20
LYG3786	55556433	21/09/2001	69200	233	127.69
LYR7005	54577815A	28/09/2001	69200	233	127.69
LZV3527	55556438	21/09/2001	69200	233	127.69
MAE3182	54577531A	25/09/2001	65990	230 * V	191.53
MAP7199	54577526A	24/09/2001	50100	162 * I	574.61
MAP7199	54577527A	24/09/2001	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MAQ0830	54577809A	25/09/2001	65990	230 * V	191.53
MAY6745	55556441	23/09/2001	51690	165	957.69
MBV0518	55556440	21/09/2001	66450	230 * X	127.69
MBV0518	55556439	21/09/2001	52740	175	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 124/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 124/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWV9829	55553049	03/12/1999	62460	218 * II * b	574.61
LWV9829	55553048	03/12/1999	58350	195	127.69
LWV9829	55553047	03/12/1999	57700	189	191.53
LXZ6624	55555505	08/11/1999	72340	250 * I * a	85.12
LYA8595	55556650	06/12/1999	61220	214 * I	191.53
LYZ4926	55553050	11/12/1999	51690	165	957.69
LZA3502	55558825	12/12/1999	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 121/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 121/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BHL4437	55555554	23/11/1999	66700	230 * XIII	127.69
LWT9757	55558384	19/11/1999	50100	162 * I	574.61
LXC7043	55555522	19/11/1999	61220	214 * I	191.53
LXT1541	55555608	24/11/1999	61220	214 * I	191.53
LXX9623	55555535	22/11/1999	67690	230 * XXII	85.12
LYF3439	55558780	28/09/1999	51690	165	957.69
LYF3439	55558779	25/09/1999	50100	162 * I	574.61
LYZ1851	55555537	22/11/1999	72340	250 * I * a	85.12
MBJ6750	55558382	10/11/1999	70300	244 * I	191.53
MEU4547	55555517	18/11/1999	70300	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 92/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 92/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWT3296	55558248	18/09/1998	65990	230 * V	191.53
LYK6232	55558553	01/09/1998	58350	195	127.69
LYK6232	55558552	01/09/1998	62380	218 * II * a	127.69
LYY0955	55558355	08/10/1998	59320	203 * II	191.53
LZV6982	55552880	04/10/1998	52070	169	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.
FABIANO MARTINS ADRIANO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 158/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 158/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACB3609	55556247	10/11/2000	65990	230 * V	191.53
ADC6897	55557531	03/12/2000	55250	181 * XV	85.12
LWX7918	55556011	16/11/2000	65990	230 * V	191.53
LXN7395	55555944	11/12/2000	55680	181 * XIX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 179/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 179/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
JWJ0339	55556032	14/08/2001	51850	167	127.69
LXE9054	55556541	14/08/2001	69200	233	127.69
LXH4227	55557640	25/08/2001	51850	167	127.69
LXH4227	55557640	25/08/2001	58350	195	127.69
LYT9285	55557638	19/08/2001	57380	186 * II	191.53
MAA5759	55556544	14/08/2001	69200	233	127.69
MAF9047	55556547	24/08/2001	69200	233	127.69
MAT2793	54577554A	28/08/2001	65990	230 * V	191.53
MAT2793	54577555A	28/08/2001	52820	176 * I	957.69
MAX2333	54577651A	13/08/2001	70480	244 * II	191.53
MBK6318	54577616A	22/08/2001	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 1772/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 1772/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AFD6943	54722863E	07/10/2014	54527	181 * VIII
DEF1842	54722940E	14/10/2014	73662	252 * VI
HBH4446	54722917E	09/10/2014	57463	187 * I
MAL1303	54722933E	14/10/2014	51851	167
MBI5358	54722960E	16/10/2014	57463	187 * I
MHR1603	54722936E	14/10/2014	51851	167
MLD1362	54722952E	15/10/2014	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

TIMBO/SC, 01 DE NOVEMBRO DE 2014.
FABIANO MARTINS ADRIANO
AUTORIDADE DE TRANSITO

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ

PORTARIA Nº SAMAE - 126, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

PORTARIA Nº SAMAE - 126, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Retifica Portarias que alteram a data do término do período de contratação de servidores lotados no SAMAE

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art.1º Retificar as Portarias n. SAMAE-046, de 21/03/2014, Portaria n. SAMAE-081, de 23/06/2014, Portaria n. SAMAE -105, de 27/08/2014 e Portaria n. 114, de 05/09/2014, como segue:

Onde se lê:

LUIS DAMASCO SOARES DOS SANTOS
--------------------------------	-------	-------	-------	-------

Leia-se:

LUIS DAMASCO SOARES DO NASCIMENTO
-----------------------------------	-------	-------	------	------

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de outubro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Videira

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0160/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0160/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: IVANIR BRIDI LANDSTEINER
CPF: 707.527.539-91
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 30 de dezembro de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0263/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0263/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARISETE DIAS BORGES VIEIRA
CPF: 004.679.159-03
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 05 de fevereiro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0419/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0419/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DEBORA DE PAULA MIRANDA BAZE
CPF: 061.538.569-93
OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "com término previsto para 15 de novembro de 2014 e percebendo para tanto o vencimento de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) e em substituição a servidora SALETE GONÇALVES em licença para tratamento de saúde, conforme perícia médica" para "com término previsto para 30 de setembro de 2014 e percebendo para tanto o vencimento de R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos) e em razão à vacância do cargo ocupado pela servidora SALETE GONÇALVES, aposentada, conforme Decreto n. 11.284/14".
VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2014 até 30 de junho de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0498/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0498/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: IZOLETE CASTILHO DOS SANTOS
CPF: 029.143.949-77
OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "com término previsto para 11 de outubro de 2014 e percebendo para tanto o vencimento de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) e em substituição a servidora NOELETE MARIA PARMAGNANI em licença para tratamento de saúde, conforme perícia médica" para "com término previsto para 30 de setembro de 2014 e percebendo para tanto o vencimento de R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos) e em razão à vacância do cargo ocupado pela servidora NOELETE MARIA PARMAGNANI, aposentada, conforme Decreto n. 11.287/14".
VIGÊNCIA: de 12 de junho de 2014 até 30 de junho de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0576/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0576/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DAIANE PADILHA
CPF: 057.062.499-11
VIGÊNCIA: de 19 de agosto de 2014 até 30 de junho de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 1365/14

PORTARIA nº 1.365/14
Autoriza o Uso do Estádio Municipal Luiz Leoni

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que constam no Processo Administrativo nº 18.423/14,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Estádio Municipal Luiz Leoni, pela Associação de Moradores do Bairro Água Verde, neste ato representado pelo seu presidente Nativo de Almeida, no dia 02 de novembro de 2014, das 14h00min às 18h00min, a fim de realizar uma partida de futebol amistosa.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro e gêneros alimentícios;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Ao pagamento da taxa referente ao ECAD - Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- se obriga, também, a instituir a meia-entrada para as pessoas portadoras de deficiências, nos termos da Lei Estadual nº 13.316/2005; ao idoso, nos termos da Lei Federal nº 10.741/2003; e aos estudantes, nos termos da Medida Provisória nº 2.208/01.
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Fundação Municipal de Esportes de Videira, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Estádio Municipal quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 30 de outubro de 2014.
JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA
Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de outubro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2014 - PMV
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2014-PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Eletrônico nº 04/2014-PMV. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE KITS DIVERSOS PARA OS LABORATÓRIOS ESCOLARES E MICROSCÓPIO BINOCULAR PARA USO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. Recebimento das propostas: do dia 29/10/2014 a partir das 08:00 h. ao dia 19/11/2014 às 13:59 h. Abertura das propostas: dia 19/11/2014, às 14:00 h. Início da sessão de disputa de lances: dia 19/11/2014, às 14:00 h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br e/ou www.cidadecompras.com.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 30 de Outubro de 2014.
Jorge Antonio Lopes Oliveira
Vice-Prefeito Municipal em exercício

PREGÃO PRESENCIAL Nº 153/2014-PMV
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 153/2014-PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 153/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAL ELÉTRICO PARA SER UTILIZADO PELO ÓRGÃO GERENCIADOR (SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA) E ÓRGÃO PARTICIPANTE (DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL). 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 15:00 horas do dia 20/11/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 15:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 30 de Outubro de 2014.
JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA
Vice-Prefeito Municipal em exercício

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2014-FMAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2014 - FMAS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o

Pregão Presencial nº 23/2014 - FMAS. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE URNAS MORTUÁRIAS EM MADEIRA PARA AUXÍLIO FUNERAL A PESSOAS EM ESTADO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, RESIDENTES NO MUNICÍPIO, PELO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 13:00 horas do dia 20/11/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 13:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 30 de Outubro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 068/14
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 068/2014
PROCESSO SELETIVO Nº 007/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para comparecer no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificada no Processo Seletivo nº 007/2012:

CONVOCADA	CARGO
1 – Rochana Mendes	Psicóloga

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) Uma foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo.

Videira, 29 de outubro de 2014.
JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA
Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

PORTARIA Nº 1363/14

PORTARIA nº 1363/14

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta nos Processos Administrativos nº 17982/14 e 18202/14;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a colocação e exibição de uma faixa no Largo da Estação Ferroviária, pela Associação Protetora dos Animais de Videira, no período de 27 de outubro de 2014 até 24 de novembro de 2014, a fim de divulgar o evento denominado "VI Cãozinha Videira pela Posse Responsável".

Parágrafo único - A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre o texto e/ou imagens da referida faixa, ficando a Associação Protetora dos Animais de Videira inteiramente responsável pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 27 de outubro de 2014.

Videira, 29 de outubro de 2014.

JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA

Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de outubro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1361/14

PORTARIA nº 1361/14

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12, no Processo Administrativo nº 17073/2014;

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a AMARILDO DE QUADROS MOURA, Jardineiro, de 02 de janeiro de 2015 até 02 de abril de 2015, referente ao quinquênio de 01 de julho de 2009 até 30 de junho de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2015.

Videira, 29 de outubro de 2014.

JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA

Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de outubro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1359/14

PORTARIA nº 1359/14

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12, no Processo Administrativo nº 17011/2014;

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a ILUIR MIGUEL DEVENS, Operador de Trator de Esteira, de 11 de dezembro de 2014 até 11 de março de 2015, referente ao quinquênio de 01 de julho de 1999 até 30 de junho de 2004.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 11 de dezembro de 2014.

Videira, 29 de outubro de 2014.

JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA

Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de outubro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1360/14

PORTARIA nº 1360/14

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12, no Processo Administrativo nº 16815/2014;

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a JOÃO BATISTA NUNES, Trabalhador Braçal, de 04 de dezembro de 2014 até 04 de março de 2015, referente ao quinquênio de 03 de novembro de 2008 até 27 de fevereiro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 04 de dezembro de 2014.

Videira, 29 de outubro de 2014.

JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA

Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de outubro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1362/14

PORTARIA nº 1.362/14

Autoriza o Uso do Parque do Rio do Peixe

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta nos Processos Administrativos nº 18192/14, 18193/14, 18198/14, 18199/14;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Parque do Rio do Peixe - Praça do Lazer (compreendendo: o estacionamento, das 13h00min às 19h30min e o palco, das 16h00min às 19h30min), bem como o uso de 20 (vinte) mesas, 12 (doze) cadeiras e 03 (três) barracas, de posse da Secretaria de Turismo e Cultura, pela Associação Protetora dos Animais de Videira - APANVI, no dia 23 de novembro de 2014 a fim de realizar a "VI Cãominha Videira - Pela Posse Responsável".

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação e transporte dos bens públicos não podendo haver qualquer alteração em suas estruturas físicas, dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições dos bens públicos quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 29 de outubro de 2014.

JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA

Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de outubro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1364/14

PORTARIA nº 1.364/14

Autoriza o Uso de Bens Municipais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 18.359/14,

RESOLVE

Autorizar o uso do Espaço do Largo da Estação Ferroviária e da Praça Nereu Ramos, pela Cooperativa de Trabalho Médico de Videira, no dia 08 de novembro de 2014, das 10h00min às 12h00min, para distribuição de folder a fim de divulgar o circuito de corridas Unimed - Etapa Fraiburgo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 29 de outubro de 2014.

JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA

Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de outubro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 149/2014 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 149/2014 - PMV

RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que ficam excluídos as especificações dos itens 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 09 do Edital do Pregão Presencial nº 149/2014-PMV, o qual tem por objeto AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (CORPO DE BOMBEIROS) E ROUPAS PARA FESTIVAL E APRESENTAÇÕES DE DANÇA PARA USO ÓRGÃO PARTICIPANTE (DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL). Tendo em vista que a exclusão dos itens não afetam na formulação da proposta, a data de abertura do certame prevalece para o dia 04 de novembro do corrente ano, às 16:00 horas. O Edital retificado está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 12h30min às 18h30min. Informações através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 31 de Outubro de 2014.

JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA

Vice-Prefeito Municipal em exercício

Xavantina

PREFEITURA

CANCELAMENTO DE CONTRATO Nº 60/2014 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratado: IGE INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA.

Cancelamento de Contrato: 60/2014 - PMXV

Objeto: DISTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE XAVANTINA E A EMPRESA IGE INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMA DE GESTÃO DE SERVIÇOS PRESTADOS AOS MUNICÍPIOS.

Data da Assinatura: 31/10/2014.

Vigência: 31/12/2014.

Distrato.

Associações

AMAVI

AUDIÊNCIA PÚBLICA PLANMOB - ALTO VALE

Edital de convocação DE audiência pública

PLANO REGIONAL DE MOBILIDADE - PLANMOB ALTO VALE

A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO ITAJAI - AMAVI, pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, inscrita no CNPJ sob nº 82.762.469/0001-22, com sede na Rua XV de Novembro, 737, Centro, CEP 89160-015, nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, simplesmente denominada "AMAVI", representada neste ato pelo seu Presidente, Sr. José Constante, no uso de suas atribuições, e considerando a necessidade da ampla participação da população na elaboração do PLANO REGIONAL DE MOBILIDADE - PLANMOB ALTO VALE, CONVOCA a população em geral, de todos os municípios integrantes da AMAVI, associações representativas e demais segmentos interessados e envolvidos na elaboração do PLANMOB, para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA que será realizada no dia 18 de novembro de 2014, das 9h às 11h30min, no Auditório da Câmara de Vereadores de Lontras, situado na Travessa Francisco Antônio de Carvalho, 85 - Bairro Centro, município de Lontras-SC, e atenderá o regulamento anexo a este edital. Mais informações poderão ser obtidas na Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI, através do telefone (47)3531-4242.

Rio do Sul, 31 de outubro de 2014.

JOSÉ CONSTANTE,
Presidente da AMAVI.

Consórcios

CIGA

EXTRATO CONTRATO 392 - DOM - PASSOS MAIA

Extrato de Contrato nº 392/2014

Contrato de Prestação de Serviços - Diário Oficial dos Municípios - Passos Maia

CONTRATANTE: Município de Passos Maia

CNPJ: 95.993.085/0001-62

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 0090/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Macieira no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 295,00 (duzentos e noventa e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 26 de setembro de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

CIMCATARINA

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0024/2014 - MEDICAMENTOS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE- CIMCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0024/2014

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0027/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado, Medicamentos e Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Abdon Batista, Arroio Trinta, Brunópolis, Caçador, Calmon, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiam, Iomerê, Irani, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande, Videira, Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará e Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio de Lebon Régis, durante o período de 01 de dezembro de 2014 à 28 de fevereiro de 2015. JULGAMENTO: Menor Preço POR ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 03/11/2014 até às 09:00 horas do dia 13/11/2014. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 09:30 horas do dia 13/11/2014. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:31 horas do dia 13/11/2014. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.cidadecompras.com.br. Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 31 de outubro de 2014.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0025/2014 - MATERIAL AMBULATORIAL

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE- CIMCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0025/2014

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0028/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado, Materiais Ambulatoriais e Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Abdon Batista, Arroio Trinta, Brunópolis, Caçador, Calmon, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiam, Iomerê, Irani, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande, Videira, Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará e Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio de Lebon Régis, durante o período de 01 de dezembro de 2014 à 28 de fevereiro de 2015. JULGAMENTO: Menor Preço POR ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 03/11/2014 até às 09:00 horas do dia 13/11/2014. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 12:00 horas do dia 13/11/2014. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13:30 horas do dia 13/11/2014. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.cidadecompras.com.br. Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 31 de outubro de 2014.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIS/AMURES

PORTARIA Nº 11/2014

PORTARIA Nº 11/2014

NOMEAÇÃO DE EMPREGO PÚBLICO

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMURES, Prefeito de Bom Jardim da Serra, Sr. Edelvanio Nunes Topanoti, no uso de suas atribuições que lhe confere seu respectivo estatuto, em seu artigo 22, inciso XX, e tendo em vista a classificação no concurso Público homologado em 22 de Setembro de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear nos termos do artigo 37, inciso II, da Constituição Federal do Brasil, 1988, a Sra. CAMILLA CORIANDER DE SOUZA ALVES, para exercer em caráter de emprego público, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, não havendo portanto, direito a estabilidade de emprego, conforme prevê a lei 11.107 de 06 de Abril de 2005, nível médio, criado pelo estatuto social em 30 de Setembro de 2013, do quadro de pessoal do CIS/AMURES, no cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO e carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lages, 03 de Novembro de 2014.

EDELVANIO NUNES TOPANOTI

Presidente do CIS/AMURES

PORTARIA Nº 12/2014

PORTARIA Nº 12/2014

NOMEAÇÃO DE EMPREGO PÚBLICO

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMURES, Prefeito de Bom Jardim da Serra, Sr. Edelvânio Nunes Topanoti, no uso de suas atribuições que lhe confere seu respectivo estatuto, em seu artigo 22, inciso XX, e tendo em vista a classificação no concurso Público homologado em 22 de Setembro de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear nos termos do artigo 37, inciso II, da Constituição Federal do Brasil, 1988, a Sra. MARILIA DAS GRAÇAS DA SILVA, para exercer em caráter de emprego público, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, não havendo portanto, direito a estabilidade de emprego, conforme prevê a lei 11.107 de 06 de Abril de 2005, nível fundamental, criado pelo estatuto social em 30 de Setembro de 2013, do quadro de pessoal do CIS/AMURES, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS e carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lages, 03 de Novembro de 2014.

EDELVÂNIO NUNES TOPANOTI

Presidente do CIS/AMURES

PORTARIA Nº 13/2014

PORTARIA Nº 13/2014

NOMEAÇÃO DE EMPREGO PÚBLICO

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMURES, Prefeito de Bom Jardim da Serra, Sr. Edelvânio Nunes Topanoti, no uso de suas atribuições que lhe confere seu respectivo estatuto, em seu artigo 22, inciso XX, e tendo em vista a classificação no concurso Público homologado em 22 de Setembro de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear nos termos do artigo 37, inciso II, da Constituição Federal do Brasil, 1988, a Sra. ÂNGELA WALTRICK, para exercer em caráter de emprego público, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, não havendo portanto, direito a estabilidade de emprego, conforme prevê a lei 11.107 de 06 de Abril de 2005, nível médio, criado pelo estatuto social em 30 de Setembro de 2013, do quadro de pessoal do CIS/AMURES, no cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO e carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lages, 03 de Novembro de 2014.

EDELVÂNIO NUNES TOPANOTI

Presidente do CIS/AMURES

HOMOLOGAÇÕES RENOVAÇÕES CONTRATOS OUTUBRO 2014

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS

Edital de credenciamento nº 01/2014

HOMOLOGAÇÃO DE RENOVAÇÕES DE CONTRATOS

Empresa
Clínica de Fisioterapia FisioLenzi Ltda
Imed Clínica de Imagem Ltda
Joalheria e Ótica Amorim e Mattos Me
Intervir Saúde e Serviços Ltda
Eco Endo Clínica Médica Ltda

Fisioclínica Fisioterapeutas Associados Ltda
Clinirad Centro de Radiologia Ltda.
Centro de Desenvolvimento Humano Ltda.

Lages, 31 de Outubro de 2014.

EDELVÂNIO NUNES TOPANOTI

Presidente CIS/AMURES

CONSÓRCIO CISAMA**ATA ASSEMBLÉIA CISAMA OUTUBRO 2014**

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE - CISAMA

Aos dez (10) dias do mês de outubro de dois mil e quatorze, com início às nove horas e quarenta minutos nas dependências da Associação dos Municípios da Região Serrana - AMURES sito à rua Otacílio Vieira da Costa, 112 Centro - Lages/SC, reuniram-se os prefeitos abaixo relacionados para tratarem dos seguintes assuntos conforme edital de convocação: 1) Leitura, discussão e aprovação da ata anterior; 2) Contratação do projeto Circuito dos Lagos e encaminhamentos; 3) Contratação de serviços de engenharia de minas para regularização das cascalheiras; 4) Minuta do projeto de lei para a Política Municipal de Resíduos Sólidos; 5) Assinatura do protocolo de cooperação com a ARIS para revisão dos Planos Municipais de Saneamento Básico; 6) Orçamento anual do CISAMA para 2014 e diretrizes para elaboração da resolução orçamentária; 7) Proposta ao Programa Produtor de Água e 8) Assuntos Gerais. O Presidente do Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense - CISAMA e Prefeito do Município de Palmeira Sr. José Valdori Hemkemaier fez a abertura da assembleia convidando para fazer parte da mesa o Sr. Edelvânio Nunes Topanoti prefeito de Bom Jardim da Serra e presidente da Associação dos Municípios da Região Serrana - AMURES, o Sr. João Alberto Duarte Secretário da Secretaria de Desenvolvimento Regional - SDR Lages e o Sr. César Lavoura assessor da Agência de Desenvolvimento da Região dos Lagos - ADREL. Em seguida O Presidente do CISAMA fez uso da palavra, agradecendo a presença de todos e convidou o Secretário João Alberto Duarte para fazer uso da palavra o qual reiterou o apoio do Governo do Estado aos projetos encaminhados pelos municípios à SDR Lages. O prefeito de Campo Belo do Sul solicitou informações sobre o andamento de contratos o que foi informado pelo secretário que tudo está suspenso em função do período eleitoral. O prefeito de São Joaquim solicitou informações sobre os recursos do FUNDAM/BRDE que segundo o Secretário estão garantidos para os municípios que cumpriram com os prazos e documentos solicitados. Na mesma linha o prefeito de Capão Alto solicitou sobre a possibilidade de utilização de saldo do projeto do FUNDAM na ampliação de meta, o que é possível segundo João Alberto. Na sequência o Presidente do CISAMA passou a palavra para o Diretor Executivo do CISAMA, Sr. Selênio Sartori que fez a leitura e alguns destaques da ata da reunião anterior. Sobre a prorrogação dos contratos com a FUNASA que inspiram em 31/12/2014 foi questionado pelo prefeito de Campo Belo do Sul o encaminhamento do novo pedido de prorrogação, uma vez que tudo ao alcance do município foi feito para aprovação do projeto do sistema de esgotamento sanitário - SES de Campo Belo do Sul e nada adiantou. O primeiro projeto do SES de Campo Belo do Sul feito pela MASP Engenharia foi aprovado pela CASAN e não o foi pela FUNASA. O prefeito quando assumiu a administração, renunciou com a MASP para adequar o projeto sem sucesso. Contratou um engenheiro aposentado da CASAN para adequar o projeto que novamente está com parecer negativo relacionando inúmeras pendências. Avalia que não é uma questão de qualidade de

projeto e sim de falta de recurso. Os demais prefeitos presentes deram razão a atitude do prefeito e definiu-se por uma ação junto à FUNASA em Brasília para termos uma posição definitiva sobre os projetos e contratos. Sem mais discussão sobre a ata da reunião anterior, a mesma foi colocada em apreciação e aprovada por todos. A pauta foi alterada em virtude do adiantado da hora, sendo antecipado o item dois sobre a contratação de serviços de engenharia de minas para regularização das cascalheiras. O Diretor Executivo destacou que o assunto foi tratado na assembleia da AMURES realizada no dia 11 de agosto de 2014 em Urupema. O assunto também já havia sido discutido na reunião do Fórum de Secretários de Agricultura realizada no mês de março, quando a equipe de Geoprocessamento da AMURES apresentou o levantamento das cascalheiras com registro e sem registro no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). O encaminhamento dado foi que cada secretaria deveria informar as coordenadas geográficas das cascalheiras que o município pretendia legalizar. Apenas os municípios de Otacílio Costa, Urupema, Palmeira, Bocaina do Sul, Rio Rufino, Bom Retiro e Cerro Negro enviaram as informações solicitadas. Lembrou que houve uma solicitação junto a Fundação do Meio Ambiente (FATMA) para isentar os municípios das taxas de licenciamento das cascalheiras, uma vez que só para licenciar uma cascalheira, o custo médio é de R\$ 15 mil. A FATMA está estudando a possibilidade de isenção para órgãos públicos, para tanto as cascalheiras precisarão estar cadastradas no DNPM no nome da prefeitura. Se computarmos o custo de elaboração dos estudos de impacto ambiental e relatórios, são necessários ao menos outros R\$ 15 mil totalizando aproximadamente R\$ 30 mil para liberar a exploração de uma única cascalheira. O assunto é recorrente e passou a ser prioridade dos prefeitos junto aos pleitos feitos ao governo do Estado. Selênio frisou que tanto para iniciar um processo na FATMA quanto no DNPM era necessário um geólogo e sendo assim, foi pesquisada a contratação de tal técnico. De acordo com levantamento de custo, um geólogo custaria R\$ 8.700,00 (oito mil e setecentos reais), por mês estando quatro vezes por mês na AMURES para atender as demandas da região. A AMURES por questões de limitação orçamentária não pôde arcar com os custos da contratação e a assembleia de agosto definiu pela realização de um processo de licitação via CISAMA, com rateio dos custos entre os 18 municípios igualitariamente. Assim deu-se encaminhamento ao processo de licitação e contratação o que se efetivou no dia 08 de setembro de 2014 com o custo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) para um período de 10 meses, representando um valor mensal de R\$ 444,48 (quatrocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) para cada município consorciado. O Diretor relatou o trabalho realizado pela empresa RPL Engenharia, na pessoa do Engenheiro de Minas Rogério Pereira Lopes nos municípios de Otacílio Costa, Bocaina do Sul e Urupema. Somente uma renovação de licença realizada em Otacílio Costa no mês de setembro custaria R\$ 8.000,00 (oito mil reais) ao município o que cobre os custos do aditivo do rateio para este ano que é de R\$ 1.777,92 (um mil setecentos e setenta e sete reais e noventa e dois centavos). Na sequência foi passada a palavra para o Sr. César Lavoura da ADREL para apresentar o projeto Circuito dos Lagos e dar encaminhamentos relacionados a sua contratação. Após esclarecimentos de algumas dúvidas quanto aos investimentos e municípios beneficiários, César relatou que o projeto aguarda apenas a contratação com a CEF, o que não foi possível ainda pelo fato de municípios consorciados apresentarem pendências no Cadastro Único de Convênios - CAUC. O Diretor do CISAMA relatou o pleito dos consórcios públicos junto ao Ministério do Planejamento para que a situação cadastral do consórcio seja independente da situação cadastral do município consorciado. Muitos contratos não estão sendo pactuados com consórcios por causa das pendências de CAUC de municípios consorciados. O Diretor pediu o empenho dos prefeitos no atendimento das pendências dos municípios para com o Governo Federal de maneira a regularizar a situação de todos para efetivação do contrato em questão. Sobre a minuta do projeto de lei para a Política Municipal

de Resíduos Sólidos, Selênio relatou a reunião realizada com os procuradores dos municípios no sentido da transformação do Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos em Lei. A minuta apresentada e discutida pretende responder às Leis 12.305/2010 e 11.455/2007 e uma vez aprovada pelo executivo dos municípios será encaminhada ao legislativo para discussão/aprovação. A respeito dos Planos Municipais de Saneamento Básico, a situação legal é semelhante, sendo que alguns municípios já aprovaram em lei. A orientação é a revisão dos PMSB e da legislação pois os planos elaborados em 2009 possuem metas e investimentos que precisam ser revistos em uma projeção decrescente da população na maioria dos municípios. Para tanto o CISAMA buscou o apoio e assessoria da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS para a revisão dos PSBM. Ato contínuo foi realizada a assinatura do protocolo de cooperação com a ARIS para revisão dos Planos Municipais de Saneamento Básico e o Presidente do CISAMA, Prefeito José Valdori Hemkemaier destacou a importância da cooperação institucional em benefício de 14 municípios consorciados. Os PSBM de Otacílio Costa, Correia Pinto e São Joaquim estão em fase de elaboração e Lages já possui PMSB. No sexto item da ordem do dia foi passada a palavra à contadora do CISAMA, Valkyrie Vieira Fabre que apresentou a proposta de orçamento anual do CISAMA para 2014 e diretrizes para elaboração da resolução orçamentária. O Diretor destacou as principais mudanças em relação ao orçamento do ano anterior para que os prefeitos discutissem ponto a ponto e definissem pela incorporação ou não das propostas ao orçamento. Após alguns esclarecimentos, o Diretor solicitou à equipe do CISAMA que se retirasse da assembleia para que os prefeitos pudessem debater resguardadas as opiniões individuais e decidir conjuntamente e, retiraram-se da assembleia. Após discussão dos prefeitos ficou assim deliberado: a possibilidade de aditivo contratual de serviços de engenharia para regularização de cascalheiras foi incluída no orçamento e será utilizada mediante a aprovação dos serviços, dentro dos limites da Lei 8.666/93. A proposta para criação de Gratificação de Representatividade para o cargo de Diretor Executivo, no valor de R\$ 1.000,00, foi votada e aprovada por unanimidade, ficando autorizada a publicação da resolução regulamentando a mesma. A proposta de acréscimo salarial (reajuste e aumento), sendo votado e aprovado o reajuste de 6,59% e o aumento de 3,41%, totalizando 10% de acréscimo na folha de pagamento dos funcionários do CISAMA, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2015 foi votada e aprovada por unanimidade. Ato contínuo, foi apresentada a proposta orçamentária do CISAMA para 2015, já incluindo os valores aprovados na assembleia anterior, sendo votado e aprovado por unanimidade o Orçamento Geral do CISAMA para 2015 no valor de R\$ 578.000,00 (quinhentos e setenta e oito mil reais), conforme planilhas apresentadas. Do valor total aprovado, ficou definido que R\$ 574.240,40 (quinhentos e setenta e quatro mil, duzentos e quarenta reais e quarenta centavos) serão provenientes de recursos a serem rateados entre os 18 municípios consorciados, os quais se comprometeram a incluir em sua Lei Orçamentária Anual o valor de R\$ 31.900,80 (trinta e um mil, novecentos e oitenta reais e oitenta centavos), para suportar as despesas com o CISAMA, a serem repassadas via modalidade de despesa 71 - Transferências a Consórcios Públicos Mediante Contrato de Rateio, para aplicação nas seguintes ações:

Descrição	NATUREZA DA DESPESA - fixada para 2015			TOTAL
	3.1.71	3.3.71	4.4.71	
Manutenção Administrativa	12.067,04	4.536,66	555,55	17.159,25
Desenvolver Serra Catarinense	5.684,72	1.252,06	60,00	6.996,78
Resíduos Sólidos	3.387,11	440,99	138,89	3.966,98
Meio Ambiente	-	3.777,78	-	3.777,78

TOTAL	21.138,87	10.007,49	754,44	31.900,80
-------	-----------	-----------	--------	-----------

Na sequência, a Contadora Valkyrie explicou a necessidade de estudar uma forma para custear as despesas relacionadas a gestão de projetos, cujo executor seja o Consórcio, porém o recursos seja proveniente de contratos ou convênios com órgãos não consorciados. Foi demonstrada a sobrecarga de gastos gerados na estrutura administrativa do CISAMA, por conta dos atuais projetos. Discutido o caso, ficou definido que o CISAMA deverá apresentar proposta para implantação de cobrança de serviços de gerenciamento de projetos, para que seja analisada na próxima Assembleia Geral. Dando prosseguimento o Diretor agradeceu a confiança dos prefeitos na equipe e nos programas desenvolvidos pelo consórcio em benefício dos municípios e apresentou a proposta do edital da Agência Nacional das Águas para o programa Produtor de Água. A perspectiva da ANA com o edital é instituir o pagamento por serviços ambientais relacionados à proteção dos recursos hídricos feita pelos agricultores e pecuaristas que adotem práticas conservacionistas de uso do solo e da água. Ficou aprovado pela assembleia a instituição por parte do CISAMA dos mecanismos preconizados no manual do produtor de água em uma bacia hidrográfica da área de atuação do CISAMA, como projeto piloto aos demais. Em assuntos gerais o Diretor esclareceu que a viabilidade dos consórcios públicos está relacionada a sua capacidade de prestação de serviços aos municípios citando como exemplo serviços de eletrificação rural (Consórcio Cinco) e de asfaltamento (Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Infraestrutura Rodoviária - CIDIR) em Pinhalzinho. O Prefeito de São Joaquim Humberto Luiz Brighenti sugeriu uma visita para conhecermos a experiência de Pinhalzinho o que foi acatado pelos presentes. O Prefeito Edelvânio Nunes Topanoti de Bom Jardim da Serra sugeriu também que seja feita uma análise de viabilidade para a realização de investimentos na aquisição de uma usina de asfalto, máquinas e equipamentos com recursos retornáveis, uma vez que os projetos com recursos do Governo Federal podem demorar. Nada mais havendo para tratar, encerrou-se a presente ata, lavrada pelo Diretor Executivo e assinada pelos presentes.

Ivonir Fernandes da Silva Prefeito de Anita Garibaldi CPF: 347.783.229-91	José Valdori Hemkemaier Prefeito de Palmeira CPF: 464.164.559-00
Edelvânio Nunes Topanoti Prefeito de Bom Jardim da Serra CPF: 507.326.505-25	Ademar de Bona Sartor Prefeito de Rio Rufino CPF: 295.870.009-78
Edilson José de Souza Prefeito de Campo Belo do Sul CPF: 610.553.529-53	Luiz Carlos Alves de Freitas Prefeito de Capão Alto CPF: 436.492.979-49
Sirlei Kley Varela Prefeita de Cerro Negro CPF: 540.875.209-78	Arlita Terezinha de Souza Pagani Vice Prefeita de Urupema CPF: 814.518.069-49
Humberto Luiz Brighenti Prefeito de São Joaquim CPF: 207.450.010-68	Rita Silvânia Costa Vice Prefeita de Capão Alto CPF: 682.895.109-34
Marcos Fabiano Beffart Vice Prefeito de Correia Pinto CPF:	Sonia Cardoso Oselame Vice Prefeita de Rio Rufino CPF: 892.747.419-87
Selênio Sartori Diretor Executivo do CISAMA CPF: 712.938.849-87	Lucia Padilha de Arruda Ide Coordenadora de Projeto CPF: 195.108.969-34
Valkyrie Fabre Contadora do CISAMA CPF: 015.975.299-07	Carolina Gemelli Carneiro Sanitarista do CISAMA CPF: 050.618.839-69
Iraci Vieira de Souza Secretária Executiva da AMURES CPF: 811.574.019-53	Neide Rodrigues da Silva Administradora do CISAMA CPF 021.223.189-88

RESOLUÇÃO 12/2014 GR1

RESOLUÇÃO nº. 12, de 23/10/2014.

Institui a Gratificação de Representatividade - GR1, e dá outras providências.

O presidente do CISAMA, Prefeito José Valdori Hemkemaier, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social e conforme aprovado em Assembleia Geral, realizada no dia 10 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º - Fica criada a Gratificação de Representatividade - GR1, de caráter remuneratório, vinculada ao cargo de Diretor Executivo do CISAMA.

Art. 2º - O valor da referida gratificação é de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), a ser atualizado anualmente, pelos mesmos percentuais aplicados a folha salarial, na data base da categoria.

Art. 3º - No caso de vacância do cargo de Diretor Executivo, poderá ser concedida esta gratificação a funcionário ocupante de outro cargo, que temporariamente esteja exercendo a função de representatividade do CISAMA.

Art. 4º - Esta resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lages, 31 de outubro de 2014.

JOSÉ VALDORI HEMKEMEIER

Presidente do CISAMA